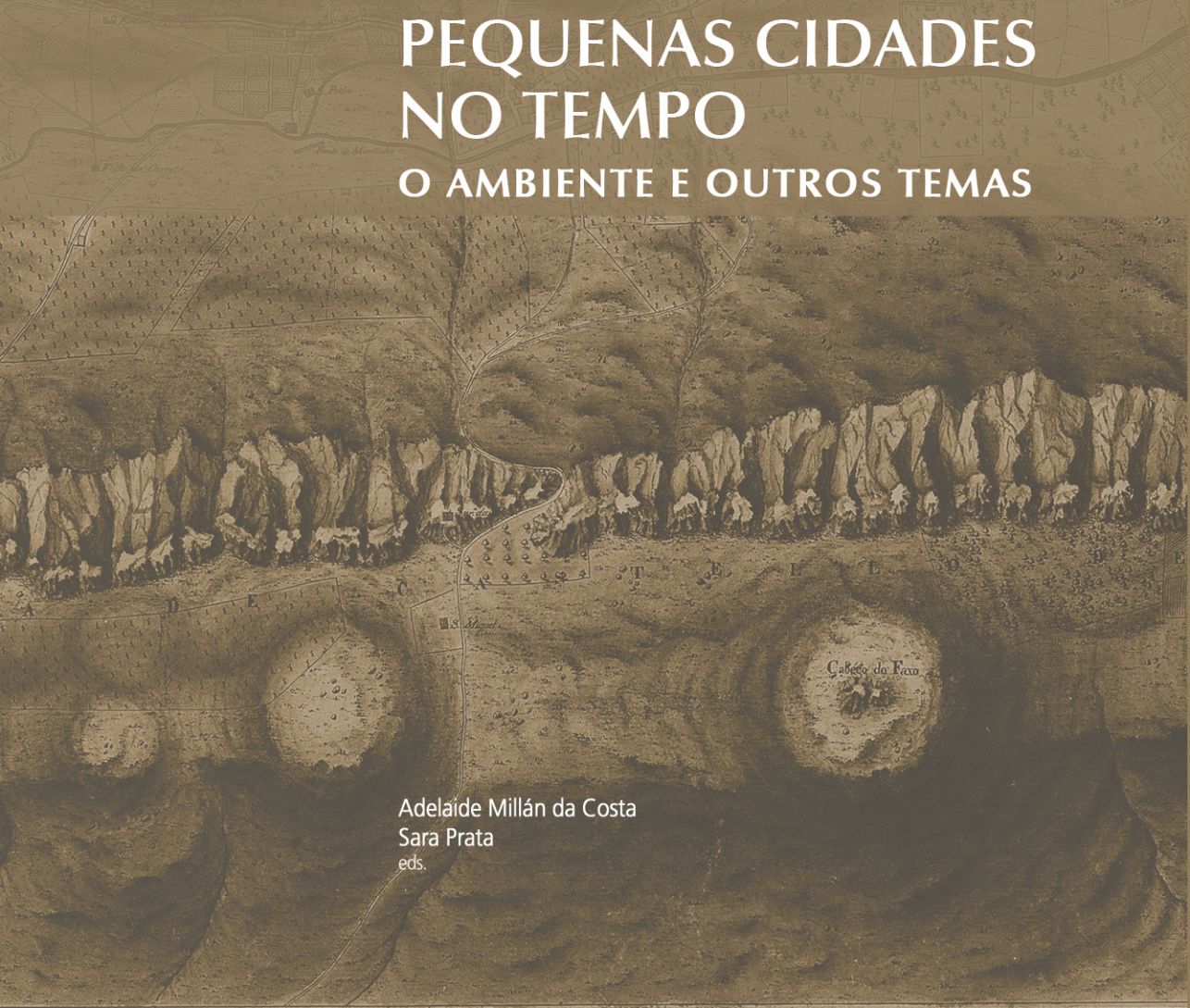


PEQUENAS CIDADES NO TEMPO

O AMBIENTE E OUTROS TEMAS



Adelaide Millán da Costa
Sara Prata
eds.

PEQUENAS CIDADES NO TEMPO.
O AMBIENTE E OUTROS TEMAS

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 23

PEQUENAS CIDADES NO TEMPO.
O AMBIENTE E OUTROS TEMAS

ADELAIDE MILÁN DA COSTA
SARA PRATA
editores

Lisboa, 2021

Textos selecionados do Iº Colóquio da Rede In_Scit - "Pequenas Cidades: um objeto de estudo coerente?" (Castelo de Vide, 4 de outubro de 2017) e do Colóquio Internacional - "Pequenas Cidades e Ambiente (da Idade Média à Época Contemporânea)" (Castelo de Vide, 14 a 16 de março de 2019).

Alguns autores portugueses optaram por não seguir o acordo ortográfico em vigor.

Arbitragem Científica

Ana Isabel Queiroz (Universidade Nova de Lisboa)
Amélia Aguiar Andrade (Universidade Nova de Lisboa)
Ana Alcântara (Universidade Nova de Lisboa)
Bruno Franco (Consortio de la Ciudad Monumental de Mérida)
Catarina Tente (Universidade Nova de Lisboa)
Cristina Joanaz de Melo (Universidade Nova de Lisboa)
Dolores Villalba Sola (Universidad de Granada)
Flávio Miranda (Universidade do Porto)
Herminia Vasconcelos Vilar (Universidade de Évora)
Jean-Luc Fray (Université Clermont- Auvergne)
Joana Gaspar de Freitas (Universidade de Lisboa)
Joana Vieira Paulino (Universidade Nova de Lisboa)
João Luís Inglês Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
Jorge Ferraz (Universidade Nova de Lisboa)
Julián Clemente Ramos (Universidad de Extremadura)
Luís Filipe Oliveira (Universidade do Algarve)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
María Isabel del Val Valdivieso (Universidad de Valladolid)
María Álvarez Fernández (Universidad de Oviedo)
Maria Filomena Andrade (Universidade Aberta)
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Université De La Rochelle)
Vitor Teixeira (Universidade Católica Portuguesa)

Esta publicação insere-se no âmbito do projeto exploratório *As pequenas cidades e a coesão territorial na Europa do sul e no espaço atlântico: análise comparada de longa duração* (Convention de Collaboration entre la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de l' Universidade Nova de Lisboa et la Casa de Velázquez 2017-2019)

Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito dos Projetos UIDB/00749/2020 e UIDP/00749/2020.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Apoios:

École des hautes études hispaniques et ibériques/ Casa de Velázquez;
CHAM – Centro de Humanidades da NOVA FCSH e Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH financiados pela Fundação para Ciência e a Tecnologia, I. P., respetivamente no âmbito dos Projetos UIDB/04666/2020 e UIDP/04666/2020; UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

Título	Pequenas Cidades no Tempo. O ambiente e outros temas
Editores	Adelaide Milán da Costa, Sara Prata
Edição	IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem de capa	"Planta de Castelo de Vide e seus Arredores" (Pedro Folque, 1818) PT-GEAEM/DIE-3644_III-3-36-49
Coleção	Estudos 23
ISBN	978-989-54529-5-8 (IEM) 978-972-9040-18-4 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Carlos Moreira /IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	483639/21
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de abertura.....	11
<i>António Pita</i>	

Apresentação	13
<i>Adelaide Millán da Costa</i>	
<i>Sara Prata</i>	

PARTE I *Pequenas Cidades e Ambiente*

1. O argumento

Les petites villes dans leur milieu ambiant, naturel et humain, du Moyen Âge aux temps contemporains: une brève introduction épistémologique et historiographique	17
<i>Jean-Luc Fray</i>	

2. As respostas

2.1. A interpretação de sistemas socio-ecológicos sob perspetivas de conjunto

Small towns and rural landscapes in the later middle ages; insights from an English region.....	31
<i>Christopher Dyer</i>	

El Golfo de Cádiz durante el siglo XV: una prospectiva ambiental.....	59
<i>Emilio Martín Gutiérrez</i>	

Rural settlement and Environment. Landscape changes in the kingdom of Cordoba in the Late Middle Ages	81
<i>Javier López Rider</i>	

Appropriating Nature: British spa towns, seaside resorts and the natural environment c. 1660-1914	103
<i>Peter Borsay</i>	

2.2. A observação de sistemas socio-ecológicos através dos testemunhos materiais

Paisajes superpuestos. El impacto de la conquista islámica en Madīnat- Sālim, una pequeña ciudad de la Marca Media.....123
Marisa Bueno

Num buraco no chão vivia... uma história. Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras151
Fabián Cuesta-Gómez; Sara Prata; João Magusto

A Torre Velha da Guarda: de torre românica a vazadouro de detritos181
Tiago Ramos; Alcina Cameijo; Vitor Pereira

Horta – dinâmicas urbanas de uma pequena cidade insular a partir dos dados arqueológicos.....195
João Gonçalves Araújo

2.3. A análise pormenorizada de fenómenos de antropização

Uma vila no campo: Loulé e o seu ambiente nos finais da Idade Média.....219
Stéphane Boissellier; Cristóvão de Almeida

Entre a Serra e o Mar: o acesso aos recursos naturais e o seu impacto nas relações entre Faro e Loulé na Baixa Idade Média.....239
Paulo Morgado e Cunha

O rio sem nome e a vila que o dá: Alenquer e o seu rio.....251
Inês Olaia

Orizicultura e ostreicultura: a transformação dos salgados do Seixal na segunda metade do século XIX – impactos e tensões.....275
Ana Cláudia Silveira

2.4. O estudo da regulação societária de recursos e problemas ambientais

Resource Regulations and the Failure of the Northern Towns in 14th century Norway.....307
Miriam Tveit

La preocupación por el medio ambiente en la Edad Media: la regulación de la pesca en el reino de Sevilla (XV-XVI).....325
Enrique José Ruiz Pílares

Problemas ambientales y soluciones frente al mar. La interacción de las Cuatro Villas de la Costa (España) con la geografía marítima en la Baja Edad Media. Elcasode Laredo.....345

Javier Añibarro Rodríguez

À la merci des éléments? Catastrophes et contre-mesures dans les petites villes allemandes du Moyen Âge et l'incendie de Frankenberg-s/Eder (1476)363

Gisela Naegle

Pagar para desassorear: o real de areia de Fão (1826-1870).....389

Ana Isabel Alves Lopes

PARTE II

Diferentes Perspetivas de Estudo das Pequenas Cidades

Cabeção, uma pequena vila alentejana, situada nos domínios da ordem de Avis.....411

Maria Ângela Beirante

A manutenção das estruturas militares no Entre-Cávado-e-Minho em 1258.....463

Rúben Filipe Teixeira da Conceição

À l'ombre des grands: petites villes et leurs *grands* voisins au centre du Saint-Empire médiéval. Landesgeschichte (histoire régionale) et histoire urbaine479

Gisela Naegle

A fundação dos conventos franciscanos nos pequenos núcleos urbanos do Portugal medieval.....503

Catarina Almeida Marado

Irremediavelmente perdida? A evolução da casa tradicional no centro histórico medieval de Estremoz.....525

Ana Costa Rosado; Miguel Reimão Costa; María Teresa Pérez Cano;

José Manuel Aladro Prieto

As cidades de Castelo Branco e Covilhã: a construção do caminho de ferro da Beira Baixa: aproximações e divergências (1850-1891).....549

Nuno Pousinho

De cidade industrial a cidade universitária? Percurso e representação da Covilhã571

Domingos Martins Vaz

CONCLUSÕES.....593

Adelaide Millán da Costa

Nota de abertura

O traçado urbano de Castelo de Vide tem o privilégio de preservar um conjunto notável de características típicas da sua origem medieval, pelo que visitar esta vila alentejana é um verdadeiro convite para viajar no tempo. Mas Castelo de Vide tem também reconhecido a importância do passado na construção de um futuro sustentável. Talvez por isso seja fácil compreender como a colaboração entre a Autarquia e o Instituto de Estudos Medievais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, se consolida, e a cada ano que passa se incrementam iniciativas conjuntas, bem como as publicações que delas resultam. Tomamos esta oportunidade para destacar um episódio marcante nessa relação, quando em outubro de 2016, com profundo sentido de responsabilidade, acolhemos a criação do Grupo de Trabalho *Rede Internacional das Pequenas Cidades no Tempo*, tornando-se Castelo de Vide na sua sede e integrando o Município o seu Conselho Consultivo. Que honra poder ser simultaneamente palco, ator e argumento, de uma plataforma para promover o estudo das comunidades urbanas de reduzida dimensão!

E se o ponto de partida desta *Rede* são as análises desde uma perspetiva histórica, não podemos deixar de referir a mais-valia que é observar essa História numa amplitude diacrónica, partindo da Idade Média, mas prolongando-se até à Época Contemporânea, promovendo pensamento crítico sobre a própria atualidade. As iniciativas organizadas pela *Rede* têm fomentado abordagens comparativas que permitem refletir, conjuntamente, sobre o passado, o presente e o futuro. A *Rede* assume-se assim como uma plataforma de investigação científica, mas é também um notável exemplo da criação das tão necessárias pontes entre as universidades e a sociedade civil. O seu compromisso societário está bem patente no seu funcionamento, que a torna aberta a qualquer pessoa ou coletivo, e a reunião de março de 2019, subordinada ao tema “Pequenas Cidades e Ambiente”, foi um exemplo claro dessas sinergias, reunindo em profícuo debate professores, investigadores, executivos municipais, técnicos autárquicos, profissionais do património e do turismo, entre outros.

Pela sua parte, a pertinência científica dos estudos sobre as pequenas cidades no panorama atual, e a relevância dos territórios periféricos do interior para a análise destas dinâmicas, veem-se reconhecidas no financiamento do projeto *Think big on small frontier towns: Alto Alentejo and Alta Extremadura leonesa (13th - 16th centuries)* no competitivo Concurso de Projetos I&D da Fundação para a Ciência e Tecnologia, e que o Município de Castelo de Vide tem o orgulho de integrar.

O volume que agora se apresenta reúne uma seleção dos textos debatidos nos *Colóquios da Rede*, realizados em Castelo de Vide em 2017 e 2019, e estamos seguros de que será uma importante referência para a história urbana em Portugal. Um livro que toma como eixo central a relação entre as pequenas cidades e o ambiente é-nos particularmente caro, pois ainda que os núcleos urbanos de pequena dimensão possam ser, por natureza, especialmente propícios ao equilíbrio com o meio físico no qual se integram, somos conscientes de que a vila de Castelo de Vide e o seu território são um exemplo paradigmático dessas relações. Exemplos são a harmonia com que as fortificações de época medieval e moderna abraçaram as encostas da Serra de São Mamede, e a forma orgânica como o traçado das ruas e o casario se foram desenvolvendo radialmente desde o burgo; mas também o equilíbrio entre os espaços urbanos e o mundo rural, mesmo às portas da vila. Da mesma forma que Castelo de Vide tem sabido preservar aquilo que a faz diferente e reconhecível na sua história, devemos continuar a trabalhar para integrar esta vila alentejana nos mecanismos de resposta - a nível nacional e europeu - aos desafios da evolução demográfica, da transição tecnológica e das estratégias de adaptação da agricultura, bosques e espaços naturais às alterações climáticas. Reptos que se assumem mais urgentes face à crise pandémica que atravessamos. Uma parte destes processos devem partir de uma base de conhecimento sólida, de estudos diacrónicos e multidisciplinares, de que as iniciativas conjuntas da *Rede* e da Câmara Municipal são exemplo.

Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão pela confiança que tem sido depositada na Autarquia para acolher e promover estas iniciativas e aquelas que queremos prosseguir no futuro. Expressamos o nosso reconhecimento para com os autores cujo trabalho se plasma neste volume, e pelo empenho das suas editoras em coligi-los.

António Pita
Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Apresentação

Em 2016, fruto de sinergias estabelecidas entre o Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) e a Câmara Municipal de Castelo de Vide, realizou-se a 1ª edição das *Jornadas Internacionais de Idade Média* subordinada ao tema “As pequenas cidades na construção da Europa Medieval”. No âmbito desse colóquio foi criado o Grupo de Trabalho *Rede Internacional das Pequenas Cidades no Tempo*, que se assume como “uma plataforma de colaboração entre investigadores, de qualquer área científica, e todas as entidades que desenvolvam e/ou promovam pesquisa sobre comunidades urbanas de reduzidas dimensões, abordadas na sua historicidade”¹, movida por propósitos não apenas científicos, mas também societários. Ainda que em 2017 o primeiro colóquio da *Rede das Pequenas Cidades* se tenha inserido na *Semana de Estudos Medievais de Castelo de Vide*, foi evidente a inconformidade cronológica entre os dois eventos científicos, percebendo-se que a continuidade da pesquisa sobre pequenas comunidades urbanas implicava forçosamente uma emancipação da fronteira cronológica e metodológica dos estudos da época medieval. Já no volume publicado como resultado do primeiro encontro das *Jornadas* se manifestava esta necessidade: “a hipótese de cruzar disciplinas, pontos de observação, cronologias, escalas de abordagem e horizontes de questionamentos afigura-se-nos como mais um passo auspicioso no processo, que nos propomos continuar, de investir na pesquisa sobre as pequenas cidades, enquanto objeto de estudo autonomizado”².

Até então, e ao longo de vários anos, esta linha de investigação foi-se solidificando, com participações em congressos internacionais, realização de workshops em Portugal e numa ação bilateral Portugal/França. O desígnio orientador, em conformidade com as premissas nas quais o IEM se baseia, foi o da concretização de abordagens multidisciplinares, juntando geógrafos, arquitetos, arqueólogos, urbanistas, para além de historiadores e historiadores de arte.

A estrutura da *Rede* mantém-se fluída, participando ativamente em várias ações, como encontros científicos, projetos de investigação exploratórios, formação

¹ Rede Internacional _ Pequenas Cidades no Tempo (In_Scit) (castelodevide.pt).

² “Apresentação” in COSTA, Adelaide Millán; ANDRADE, Amélia Aguiar, TENTE, Catarina (ed.) - *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: IEM/CMCV, 2017, p. 15.

pós-graduada e transferência de conhecimento. Em Castelo de Vide, especificamente, realizou-se em 2017 o encontro subordinado ao tema “Pequenas Cidades: um objeto de estudo coerente?” e, em 2019, um colóquio de maior envergadura sobre “Pequenas Cidades e Ambiente”.

É assim que este volume vê a luz, resultado da integração de uma coleção de estudos que tem as pequenas cidades como objeto de análise comum e o palco de Castelo de Vide como espaço de debate.

Este livro divide-se em duas partes. A primeira integra os artigos relativos às Pequenas Cidades e Ambiente. Iniciando-se com o repto lançado pelo Professor Jean-Luc Fray aos participantes do colóquio de 2019, seguem-se as respetivas respostas, ordenadas nas seguintes subsecções: (i) A interpretação de sistemas socio-ecológicos sob perspetivas de conjunto; (ii) A observação de sistemas socio-ecológicos através dos testemunhos materiais; (iii) A análise pormenorizada de fenómenos de antropização; (iv) O estudo da regulação societária de recursos e problemas ambientais.

A segunda parte do livro, sobretudo constituída por textos apresentados no encontro de 2017, corporiza várias categorias de estudos sobre as pequenas cidades, nomeadamente, a monografia, a articulação de povoados, as hierarquias urbanas, as leituras do espaço urbano, as materialidades, as redes de poder e, não menos importante, a intervenção societária. Por fim, as conclusões pretendem, para além de sintetizar algumas linhas gerais transmitidas pelo conjunto de artigos, enfrentar os “problemas irritantes” (nas palavras do Professor Jean-Luc Fray) levantados pela classificação dos núcleos urbanos de pequena dimensão e, também, valorizar a acuidade da pesquisa sobre as pequenas cidades no tempo.

Ainda que este volume se sobreponha a uma época, a uma disciplina e a uma perspetiva de abordagem, a origem medieval da linha de investigação e da própria *Rede* é perceptível, verificando-se uma elevada presença de estudos sobre a Idade Média em relação a outros períodos cronológicos. Nas iniciativas mais recentes desenvolvidas pela *Rede* existiu um interesse e uma preocupação na abertura do arco cronológico, como poderá comprovar-se em futuras atividades e publicações.

*

Os agradecimentos das editoras deste livro dirigem-se a várias pessoas e entidades que contribuíram para a sua publicação, o culminar (provisório) de um processo que incluiu encontros científicos, um projeto exploratório e a concretização do Grupo de Trabalho *Rede das Pequenas Cidades no Tempo*.

Em primeiro lugar, agradecemos à Câmara Municipal de Castelo de Vide a perseverança, coerência e suporte financeiro com que tem vindo a apoiar as iniciativas realizadas pela *Rede*, em particular na pessoa do seu dirigente, o Senhor Presidente António Pita, que desde o início assumiu e impulsionou os objetivos deste Grupo de Trabalho. Expressamos a nossa gratidão para com todos os funcionários municipais cuja dedicação, entrega e empenho tanto têm contribuído para a boa realização destes eventos científicos. Um reconhecimento especial à Dr^a Patrícia Martins, pela diligencia, profissionalismo e entusiasmo que a caracterizam.

No âmbito das instituições de I&D é justo que destaquesmos o Instituto de Estudos Medievais, uma vez que, ao longo dos anos, as suas direções incentivaram e criaram condições para a concretização desta linha de estudo sobre núcleos urbanos de pequena dimensão. Mais recentemente, ao IEM associaram-se o CHAM - Centro de Humanidades e o IHC - Instituto de História Contemporânea, todas Unidades de Investigação da NOVA FCSH, bem como a École des hautes études hispaniques et ibériques / Casa de Velázquez, contribuindo para cumprir um dos objetivos da *Rede*, ou seja, o alargamento cronológico e geográfico das pesquisas a desenvolver e o aumento do impacto na comunidade académica.

Inegável impacto científico, e que muito nos honra, resultou da presidência da *Rede*, durante 4 anos, por parte do Prof. Peter Clark, vinculando simbolicamente esta linha de investigação à por ele liderada nos anos oitenta do século XX; não menos prestigiante (e produtiva em termos epistemológicos e metodológicos) é a participação do Prof. Jean-Luc Fray em todos os projetos desenvolvidos até ao momento.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a todos os intervenientes nas iniciativas da *Rede*, mas em especial aos autores cujos trabalhos aqui se publicam, bem como aos revisores científicos, que desde a sua experiência e conhecimento sugeriram matizes e melhorias fundamentais para a qualidade final deste volume. Esperamos que nos continuem a acompanhar nesta reflexão partilhada sobre as Pequenas Cidades no Tempo.

Adelaide Millán da Costa
Sara Prata

PARTE I
Pequenas Cidades e Ambiente

1. O argumento

Les petites villes dans leur milieu ambiant, naturel et humain, du Moyen Âge aux temps contemporains. Une brève introduction épistémologique et historiographique

Jean-Luc Fray¹

Le présent propos vise, dans un premier temps, à mettre en exergue un certain nombre de difficultés que présente la thématique proposée: le terme environnement (*environment/ Umwelt, (medio) ambiente*) a été retenu ici dans ses deux significations: celle de la *nature* et celle, géographique et économique mais aussi sociale, *d'aire environnante*. Pourtant, ces significations elles-mêmes ne manquent pas désormais de se brouiller: depuis plusieurs décennies, l'archéologie, aidée de la palynologie, nous a fait découvrir combien, au moins dans la plus grande partie du Vieux continent, la *nature* était, depuis bien plus longtemps que ne le croyaient nos prédécesseurs, profondément anthropisée. A cela s'ajoute la difficulté due à l'usure et aux détournements sémantiques toujours plus rapides des mots, comme c'est le cas pour le terme *écosystème* dont l'usage s'est vite élargi, depuis son domaine primitif de l'écologie, vers des emplois économiques, voire *managériaux* (*écosystème industriel, écosystème de travail...*).

A ces distinctions sémantiques transversales s'ajoutent les nuances de sens et d'emploi propres à chacune de nos langues car la diversité des langues est à la fois la grande richesse et le *pensum* de notre continent européen. De fait, la première difficulté qui s'est présentée aux organisateurs du colloque a concerné l'ambiguïté et la labilité du concept environnement/ *environment/ Umwelt/ Medio ambiente*. L'expression française de compromis *milieu naturel et humain ambiant* peut être

¹ Université Clermont Auvergne. Centre d'Histoire « Espaces et Cultures » (CHEC).

retenue pour recouvrir et exprimer le double sens qui caractérise en français le mot *environnement*, (environnement = les alentours, les environs d'une ville, d'une personne, d'un groupe social² vs. *le milieu naturel*), tandis que d'autres langues latines (espagnol, portugais, italien) semblent mettre en avant le sens écologique de façon préférentielle (*medio ambientale, medio ambiente*), tandis que la langue allemande préfère distinguer, quant à elle, entre *Umwelt* et *Umland*, deux expressions dont le préfixe commun *um* (autour) dit cependant le rapprochement conceptuel des deux significations. En anglais, l'ambiguïté est partielle, puisque cette langue utilise aussi bien *neighbourhood, surroundings, vicinity* ou *environs (of a town)* pour désigner les alentours d'une ville, mais *environment* pour le rapport à la nature ambiante.

Dans le cours ultérieur du présent propos, j'utiliserai le terme *environnement* en ayant présent à l'esprit l'un et l'autre de ses deux sens.

Il s'agit alors de considérer que *l'environnement* (au sens double du *milieu naturel ambiant* et *des alentours: Umwelt/ Umland*) offre aux villes (comme à toute autre organisation humaine) et plus spécifiquement aux *petites villes*³ - notre commun objet de recherche au sein du réseau de chercheurs que nous formons - des aménités, des possibilités à saisir, bien évidemment aussi des contraintes, les unes et les autres s'exerçant à la fois sur la zone centrale agglomérée et sur son *pays d'alentour (Umland)*. En sens inverse, comme toute organisation humaine, les petites villes exercent un impact sur cet environnement, là-aussi à l'intérieur comme à l'extérieur de l'agglomération: saisir et exploiter les aménités d'une part, prendre conscience des contraintes et des impacts et élaborer des solutions pour les rectifier de l'autre: ces réponses humaines ont d'importantes implications dans la sphère du politique et du culturel, y compris sous ses aspects religieux; elles sont intimement liées à la sphère de l'économie urbaine; elles impactent la relation sociale⁴.

Arrivé à ce point, il ne paraît pas inintéressant de retracer, second thème du présent propos introductif, l'historique des travaux antérieurs et des évolutions des problématiques et des méthodes.

L'histoire environnementale, revendiquée comme telle, s'est développée d'abord aux Etats-Unis au début des années 1970 (comme l'illustrent la fondation de la revue *Environmental History Review* en 1976 et celle de l'*American Society for*

² Dans ces deux derniers emplois, la langue française usuelle a longtemps préféré: *entourage*.

³ Demeure la délicate question de la délimitation de la strate des *petites villes*. Pour la période la plus contemporaine, on pourrait exclure a priori les villes de plus de 100.000 habitants (la limite de définition de la *Grossstadt* dans la législation allemande) et distinguer entre *villes moyennes* et *petites villes*, autour du seuil de 20.000 habitants. Ces seuils doivent être abaissés pour la période moderne (XVIIe-XVIIIe siècles) et, plus encore, pour la période médiévale.

⁴ Dans le cadre très contemporain de la double crise écologique des métropoles et du sentiment de délaissement ressenti par les populations des petites villes, on lira avec intérêt les réflexions du sociologue Jean-Luc Roques. ROQUES, Jean-Luc - *Pourquoi venir, rester ou revenir dans les petites villes? Entre idéal et réalité*. Paris: L'Harmattan, 2018.

Environmental History en 1977). Cette nouvelle discipline se déploie vraiment en Europe dans les années 1990 lorsque Richard Grove crée, en Angleterre en 1995, la revue *Environment and History* et qu'est fondée en 1999 l'*European Society for Environmental History*. En Allemagne, Joachim Radkau réfléchit sur la combinaison entre écologie et rapports de pouvoir dans *Natur und Macht. Eine Weltgeschichte der Umwelt*, paru à Munich et 2000 et traduit en anglais huit ans plus tard sous le titre *Nature and Power. A Global History of the Environment*⁵. En France, le courant de l'histoire environnementale s'exprime à partir du milieu de la première décennie du présent siècle, mais au sein de numéros spéciaux dans de grandes revues historiques généralistes, ainsi le numéro de la revue *Histoire Urbaine* dirigé par Geneviève Massard-Guilbaud en 2007 et consacré au thème *Villes et environnement*⁶. Encore cette orientation nouvelle s'est-elle, en ses débuts, en Angleterre comme en France, beaucoup focalisée sur l'histoire de la pollution, des eaux usées et de l'hygiène⁷. Mais des synthèses plus larges ont pu paraître dès le début du nouveau millénaire, ainsi sous la plume conjointe de Robert Delort et François Walter (*Histoire de l'environnement européen*)⁸, ainsi que de premiers ouvrages plus précisément centrés sur l'histoire environnementale urbaine, comme le montre le travail collectif, placé sous la direction de Christoph Bernhardt et paru simultanément en 2001 à New-York et Münster (Westphalie), en deux langues, *Environmental Problems in European Cities in the 19th and 20th Century / Umweltprobleme in europäischen Städten des 19. und 20. Jahrhunderts*⁹. Réciproquement, on peut rappeler la contribution de Christine M. Rosen et Joel A. Tar en 1994 dans le *Journal of Urban History*, "The importance of an urban perspective in environmental history"¹⁰. Ce ne sont là que quelques illustrations, limitées par ma maîtrise inégale des différentes historiographies européennes, lesquelles demeurent marquées par la diversité des traditions intellectuelles et académiques nationales.

De fait, la recherche a longtemps avantagé les travaux sur la période contemporaine, les historiens de la première modernité (16e-17e siècles) y étant venus plus tard et, plus encore, les médiévistes, mais le nombre des travaux va

⁵ RADKAU, Joachim - *Natur und Macht. Eine Weltgeschichte der Umwelt*. Munich: C. H. Beck, 2000 (trad. angl.: *Nature and Power. A Global History of the Environment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008).

⁶ *Histoire Urbaine* 18/1 (2007).

⁷ Y compris chez les médiévistes, ainsi chez Jean-Pierre Leguay.

⁸ DELORT, Robert; WALTER, François - *Histoire de l'environnement européen*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

⁹ BERNHARDT, Christoph (ed.) - *Environmental Problems in European Cities in the 19th and 20th Century / Umweltprobleme in europäischen Städten des 19. und 20. Jahrhunderts*. Münster-New-York: Waxmann, 2001.

¹⁰ ROSEN Christine M.; TARR, Joel A. - "The importance of an urban perspective in environmental history". *Journal of Urban History* 20/3 (mai 1994), pp. 299-310 [cité dans QUÉNÉT Grégory - *Qu'est-ce que l'histoire environnementale. L'environnement a une histoire*. Seyssel: Champ Vallon, 2014, p. 154].

désormais croissant pour ces deux dernières périodes¹¹, avec par ailleurs un appui fort de la recherche archéologique, pour l'Antiquité (sous l'emprise de la thématique *relations homme/milieu*) et pour le Moyen Âge. Des synthèses sur les évolutions épistémologiques et historiographiques et les acquis de la recherche en matière d'histoire environnementale ont été publiées récemment (ainsi, en langue française les manuels, tous deux parus en 2014, de Jean-Baptiste Fressoz *et alii*, *Introduction à l'histoire environnementale* et de Grégory Quénet, *Qu'est-ce que l'histoire environnementale. L'environnement a une histoire*¹²), avec une insistance sur les périodes moderne et contemporaine mais aussi, désormais, en ce qui regarde la période médiévale, comme en témoignent les essais de Richard C. Hoffmann, *An Environmental History of Medieval Europe*, paru à Cambridge en 2014 et de Fabrice Mouthon, *Le sourire de Prométhée. L'homme et la nature au Moyen Âge*, édité à Paris en 2017¹³.

Nous qui sommes réunis ici, dans la petite ville portugaise de Castelo de Vide, savons combien l'histoire des petites villes est restée si longtemps un tant soit peu en dehors des thèmes majeurs, malgré la croissante de la production historiographique dédiée. Là encore, le retournement d'intérêt de la part de l'histoire universitaire a été tardif: on peut citer comme pionniers en France les actes du colloque de Bordeaux publiés en 1987 par Jean-Pierre Poussou et Philippe Loupès, *Les petites villes du Moyen Âge à nos jours*¹⁴. Mais le mouvement, une fois lancé, a marqué l'importance du rôle historique des petites villes: citons l'ouvrage collectif dirigé par Peter Clark, *Small Towns in early Modern Europe*, paru Cambridge en 1995 et, plus près de nous et pour la période médiévale l'ouvrage co-dirigé par Adelaide Millán da Costa, Amélia Aguiar Andrade et Catarina Tente, *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*, paru à Lisbonne en 2017¹⁵.

Il a donc paru de grand intérêt de faire se rencontrer la notion d'environnement et celle de petites villes, dans la préscience que les aménités, bénéfiques et contraintes offertes par l'environnement, en l'un et l'autre sens du terme, ne joueraient pas, pour la catégorie majoritaire des petites villes, selon un mode semblable – en quelque

¹¹ Ce que ne reflète pas tout à fait la répartition en périodes historiques des contributions au présent colloque, où la période moderne est sous-représentée, tandis que le Moyen Âge se taille la part du lion.

¹² FRESSOZ, Jean-Baptiste *et alii* - *Introduction à l'histoire environnementale*. Paris: La Découverte, 2014; QUÉNET, Grégory - *Qu'est-ce que l'histoire environnementale. L'environnement a une histoire ...*

¹³ HOFFMANN, Richard C. - *An Environmental History of Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014; MOUTHON, Fabrice - *Le sourire de Prométhée. L'homme et la nature au Moyen Âge*. Paris: La Découverte, 2017.

¹⁴ POUSSOU, Jean-Pierre; LOUPÈS, Philippe (dir.) - *Les petites villes du Moyen Âge à nos jours. Actes du colloque international de Bordeaux (25-26 octobre 1985) en hommage à Georges Dupeux*. Paris-Bordeaux: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1987.

¹⁵ CLARK, Peter (ed.) - *Small Towns in early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (ed.) - *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017.

sorte appliqué en réduction homothétique - à celui qui a pu être observé dans le cas des grandes unités urbaines; l'hypothèse de cette spécificité valant aussi, en retour, pour l'impact de la petite ville sur son environnement.

Cependant, en liant étroitement, au sein du présent colloque, les deux champs de recherche de l'histoire urbaine et de l'histoire environnementale, tout en mettant délibérément l'accent sur les petites villes et leur relation à l'environnement, nous avons conscience de nous engager dans une voie qui nous semble inédite et stimulante mais risquée. La question-clef est ici double: il s'agit tout d'abord de déterminer si et jusqu'à quel point les questionnements et les approches de la littérature scientifique disponible en matière d'histoire de l'environnement en milieu urbain, largement focalisés sur les métropoles et les grandes villes, sont applicables aux petites villes. Si la réponse à cette première question s'avère négative, il nous faut dès lors construire des approches spécifiques, des méthodes dédiées et de nouvelles théories pour l'étude des rapports entre la catégorie des petites villes et l'environnement.

Or, si l'histoire environnementale urbaine fait l'objet d'un chapitre d'une bonne quarantaine de pages dans un manuel récent comme celui de Grégory Quénet (2014), la catégorie des petites villes en est absente, comme elle est encore parente pauvre dans la plupart des ouvrages plus spécialisés... Pourtant, beaucoup de monographies urbaines sur des villes petites et moyennes - depuis des travaux d'érudits, presque exclusivement monographiques, jusqu'à des thèses doctorales en passant par les mémoires de Master de nos plus jeunes *étudiants-chercheurs* - comportent des passages, plus ou moins développés, qui semblent pouvoir relever de l'histoire environnementale urbaine et constituent ainsi un trésor riche, mais dispersé et difficile d'accès.

On donnera ici quelques illustrations plus précises, mais non exhaustives.

En ce qui regarde la présence de la *nature* dans la ville, les avancées sont encore timides: ont pu être pris en compte la présence de l'eau (ainsi les travaux de Chloé Deligne sur *Bruxelles et sa rivière* en 2003; de Patrick Fournier en 2007, "La ville au milieu des marais"¹⁶, des champs, jardins, vignes et vergers; il en va de même pour les aménités et les contraintes du site urbain ancien, que l'amplification urbaine à partir du 19^e siècle a tendu à recouvrir, effacer et faire oublier: qui prête aujourd'hui attention à l'étymologie champêtre des noms des deux villes néerlandaises de 's-Gravenhage (La Haye [-le-Comte], Den Haag) et 's-Hertogensbosch (Bois-le-Duc) ou même à celle, aquatique, de la ville française de Lille (*Lisle*, en néerlandais Ter-Rijssel, allusion à l'île formée par les bras de la rivière Ijssel qui traverse la métropole

¹⁶ DELIGNE, Chloé - *Bruxelles et sa rivière. Genèse d'un territoire urbain, XIIe-XVIIIe siècle*. Turnhout: Brepols, 2003; FOURNIER, Patrick - "La ville au milieu des marais (XVIIe et XVIIIe siècles). Discours théoriques et pratiques de l'espace". *Histoire urbaine* 18/1 (2007), pp. 23-40.

de la Flandre française)? On s'est interrogé également sur la spécificité de la ville - et de la petite ville - dans l'environnement montagnard (Jean-Luc Fray, Pierre Cornu et Patrick Fournier, *Petites villes de montagne de l'Antiquité au XXe siècle. Europe occidentale et centrale*, paru à Clermont-Ferrand en 2013), en lien avec de vastes forêts, ou encore sise en bordure de cours d'eau, de lacs ou lagunes, marais et autres zones aqueuses ou humides.

En ce qui regarde la pollution urbaine, les études sont plus nombreuses: la question des déchets urbains a été abordée, plutôt pour des périodes récentes et de préférence pour des grandes villes, moins pour les périodes anciennes et pour des unités urbaines plus restreintes, pour lesquelles les possibilités de recyclage (épandage, chiffonnerie...) faisaient de certains types de déchets moins un problème qu'une opportunité. Le statut et l'utilisation des friches urbaines, des *vacants* ont également été réinterrogés par Pim Kooij et Peter Clark). Et l'on pourrait à bon droit s'interroger pour savoir si la catégorie des petites villes est bien soumise, elle aussi à la dialectique *du miasme et de la jonquille*, pour paraphraser le titre du livre d'Alain Corbin, paru en 1982¹⁷....

L'industrialisation et la mise en place de réseaux techniques (eau, transport, communication, lumière, évacuation des déchets...) ont-elles eu le même impact sur les petites villes que sur les grandes agglomérations? En ce qui regarde la pollution industrielle et les politiques visant à la contrôler, ne faudrait-il pas distinguer, non seulement entre grandes et petites villes, mais entre les cas d'implantations industrielles variées dans de petites villes et les cas de créations - souvent *ex nihilo* - ou de transformations de/en villes mono-industrielles¹⁸? Mais toutes les villes ne sont pas devenues *industrielles*, même à l'époque la plus contemporaine: *quid* des localités, souvent de taille modeste, demeurées, souvent de façon polyfonctionnelle, centres administratifs et tertiaires, villes cléricales, villes de marchés ruraux et de foires, villes thermales et de cure... ?

Quelques orientations d'études ont pu ainsi être proposées aux contributeurs à ce présent colloque:

- 1 - l'impact des villes sur l'environnement naturel et culturel, notamment par l'effet de la prédation: extraction de pierre, bois, sable..., captation des eaux, exigences du marché alimentaire urbain et leurs conséquences sur les pratiques agricoles et le paysage agraire de l'*Umland*, impacts des flux sortants (notamment les effluents)...

¹⁷ CORBIN, Alain - *Le miasme et la jonquille. L'odorat et l'imaginaire social*. Paris: Aubier-Montaigne, 1982.

¹⁸ BERNHARDT, Christoph; MASSARD-GUILBAUD, Geneviève (ed.) - *The Modern Demon: Pollution in Urban and Industrial European Cities*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2002.

Il s'agit aussi de se demander si les interrogations sur le microclimat urbain, si cruciales dans la réflexion des urbanistes et hygiénistes sur les métropoles à partir de la fin du XVIIIe siècle, sont également pertinentes dans le cas des petites villes.

2 - l'impact, à l'inverse, de l'environnement naturel sur les villes - déjà mis en avant jadis, en 1922, par Lucien Febvre dans le chapitre consacré aux villes au sein de son essai *La Terre et l'évolution humaine*¹⁹ - considéré désormais sous l'angle de la balance des aménités et des contraintes, loin de tout déterminisme naturel, le même élément physique ou biologique pouvant de montrer tour à tour sous un jour positif ou négatif.

3 - la place de la nature dans la ville (bords de mer, rivières et autres espaces aquatiques, parcs et autres espaces verts et présence en ville - indépendamment de la volonté humaine ou par choix humain délibéré - de la flore et de la faune). Mais les caractéristiques de cette *nature* ne sont pas les mêmes selon que la petite ville en cause se trouve en bord de mer, en milieu rural, en zone de moyenne ou de haute montagne, en milieu insulaire, en zone climatique aride ou tempérée, nordique, océanique ou continentale.

4 - les réponses sociétales aux changements de l'environnement urbain et aux problèmes environnementaux en milieu urbain: le médiéviste Jean-Pierre Leguay (*L'eau dans la ville au Moyen Âge*) et les modernistes groupés autour du clermontois Patrick Fournier, sur le thème - *Assainissement et salubrité publique en Europe méridionale: fin du Moyen Âge, époque moderne*,²⁰ ont contribué à lutter contre la thèse, longtemps prédominante et alimentée par la surabondance des études sur les 19e et 20e siècles, selon laquelle les notions d'assainissement et de salubrité publique dateraient du 18e siècle et l'histoire de la lutte contre la pollution de la Révolution industrielle, en proposant de reporter la naissance des politiques publiques de salubrité au 14e siècle, époque marquée par le retour de la peste en Occident mais aussi par une dégradation des conditions

¹⁹ FEBVRE Lucien - *La Terre et l'évolution humaine*. Paris, 1922. Quatrième partie, chapitre III: "Les villes"

²⁰ LEGUAY, Jean-Pierre - *L'eau dans la ville au Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002 ; FOURNIER Patrick (ed.) - *Assainissement et salubrité publique en Europe méridionale (fin du Moyen Âge, époque moderne)*. *Siècles. Cahiers du CHEC* 14 (2001).

sanitaires dans les villes, due à la systématisation des fortifications urbaines et de l'enfermement qui en a résulté²¹... Pour des périodes plus récentes, on pourra se demander si les nuisances des ateliers urbains, puis des usines (au premier chef la chimie industrielle) se posent dans les mêmes termes - en matière de police municipale de la pollution - dans les grandes villes et les petites: intensité des phénomènes polluants, capacité de mobilisation du corps social, rapports de pouvoir entre artisans/industriels d'une part et habitants de l'autre; positionnement des notabilités municipales, impact de la désindustrialisation... Il y a fort à parier que la question des moyens d'action (en termes institutionnels, juridiques, financiers...) qui sont ceux des petites villes pour assurer cette mission et sont loin d'être les mêmes que ceux des grandes métropoles; restent cependant la profondeur de la prise de conscience (l'exigence écologique n'est-elle l'affaire que des *bourgeois-bohèmes* des cœurs de métropoles?) et l'impact de la volonté politique qui devrait en résulter... pour arbitrer, au sein d'une communauté urbaine de taille restreinte, entre la protection de l'environnement, d'une part, et le développement économique et la protection de la paix sociale, de l'autre.

5 - les aspects environnementaux des relations des villes avec leur *Umland* et, éventuellement, leur *Hinterland* et leurs évolutions, voire leur renversement, de l'avantage initial à la contrainte ultérieure ou inversement. On pourra prendre, à cet égard, l'exemple²² de la petite ville médiévale, danoise puis poméranienne, de Wollin, sise sur une île de la Baltique, à l'embouchure de l'Oder²³: le positionnement insulaire, sécurisant et en avant-poste, à la croisée des routes maritimes et fluviales, explique le fort développement commercial de Wollin au cours des 10e, 11e et 12e siècles, phénomène qui entraîne à son tour la croissance de la population et fait de la ville une des plus peuplées de l'Europe du Nord à cette époque (jusqu'à 8.000 habitants au 12e siècle). Mais cette même insularité, favorable à la captation des courants commerciaux, se retourne en désavantage en raison de la pression démographique et de l'épuisement des ressources locales, notamment en ce qui regarde le bois et les grains. Dès le 11e siècle commence, à 250 kilomètres à l'Est, la croissance de Dantzig/

²¹ GUILLERMÉ André - *Les temps de l'eau. La cité, l'eau et les techniques*. Seyssel: Champ Vallon, 1990.

²² QUÉNET Grégory - *Qu'est-ce que l'histoire environnementale...*, pp. 165-166.

²³ Aujourd'hui: RFA, Land de Brandebourg, *Landkreis Mittelmark*.

Gdansk, appuyée sur ses ressources forestières et qui, un siècle plus tard, supplante sa rivale. L'accès aux ressources locales et leurs limites sont donc un enjeu important dans la compétition interurbaine (entre les petites villes et entre elles et les agglomérations urbaines de grande taille), comme pour l'insertion des petites villes dans des réseaux plus larges.

6 - Il devient alors légitime de se demander si les interrogations qui sous-tendent le développement de l'historiographie environnementale des métropoles et des grandes villes demeurent pertinentes pour la catégorie des petites et moyennes unités urbaines qui représentent pourtant la majorité des unités et des populations urbaines. De plus, d'autres questionnements, spécifiques aux petites villes et villes moyennes, ne peuvent-ils être mis en avant, ici comme dans d'autres domaines du champ historiographique? Il semble ainsi que la catégorie de la petite ville réinterroge également un autre débat présent au sein de la communauté des historiens de l'environnement depuis les origines états-uniennes: *l'environnemental* est-il seulement le *naturel*, le *sauvage*, le *rural*?

A l'intersection de l'urbain et du rural, l'objet *petite ville* et la réflexion sur les *lieux centraux* (*Zentralorte*, *central places*), ici comme pour bien d'autres problématiques historiques, obligent à réviser catégories et taxinomies et tendent à soutenir le paradigme d'un *continuum* plutôt que celui d'une binarité trop tranchée²⁴.

²⁴ FRAY Jean-Luc - *Villes et bourgs de Lorraine: réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006.

2. As respostas

*2.1. A interpretação de sistemas socio-ecológicos
sob perspectivas de conjunto*

Small towns and rural landscapes in the later middle ages; insights from an English region

*Christopher Dyer*¹

Abstract

The relationship between small towns and surrounding rural landscapes is examined through a sample of urban communities in the west midland region of England. Many towns were sited on or near to frontiers between contrasting landscapes, suggesting the town's role as a gateway or funnel for the flow of trade and people. A simple model of landscape frontiers is insufficient to explain the complexities of the urban society and economy as networks, hierarchies, competition, specialisation, and long-distance contacts all need to be taken into account. The landscapes stimulated urban growth, but the towns also changed the countryside, by encouraging specialisation and industrialisation.

Keywords

Landscape. Markets. Migration. Agriculture. Hinterland.

Pequenas cidades e paisagens rurais no final da Idade Média; percepções a partir de uma região inglesa

Resumo

A relação entre as pequenas cidades e as paisagens rurais circundantes é examinada através de uma amostra de comunidades urbanas nas Midlands Ocidentais de Inglaterra. Muitas cidades estavam localizadas em zonas de

¹ University of Leicester.

fronteira entre paisagens contrastantes, sugerindo o papel da cidade como uma porta de entrada ou funil para o fluxo de comércio e pessoas. Mas um modelo simples de paisagem de fronteira é insuficiente para explicar as complexidades da sociedade e economia urbanas, uma vez que redes, hierarquias, competição, especialização e contactos de longa distância precisam de ser tomados em consideração. As paisagens estimularam o crescimento urbano, mas as cidades também alteraram o campo, ao incentivar a especialização e a industrialização.

Palavras-chave

Paisagem. Mercados. Migração. Agricultura. Hinterlândia.

Introduction. Towns and landscapes in the west midland region

We know that medieval towns developed out of a rural, agricultural society, and they devised a different economy and way of life, in which people pursuing varied occupations interacted intensively together to create a distinctive society and culture². How can historians investigate the links between town and country? What do the connections tell us about the relationship between dynamic urban growth and the landscapes in which the towns were set?

This paper will focus on the small towns of the English region commonly called the west midlands, which is defined as the three counties of Gloucestershire, Warwickshire and Worcestershire, with some reference to the adjoining counties. The region is not particularly important or exceptional, but quite the opposite: its value for this study is its resemblance to many other parts of England and Europe. It can provide a useful sample of towns and rural landscapes, from which generalisations can be applied more widely. It lends itself for use as an example because it is well documented, and its towns and countryside have been much studied by historians, archaeologists and historical geographers³. Small towns are defined as having populations below 2,000 in the period 1200-1550.

The towns of the region developed through time along lines found throughout Europe, divided here into three phases, in 400-880, 880-1080, and 1080-1300. Its Roman towns, notably Cirencester, Gloucester and Worcester, but also smaller places such as Alcester and Droitwich declined as urban communities in

² General works dealing with these themes include PALLISER, David (ed.) - *The Cambridge Urban History of Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000; EPSTEIN, Stephan R. (ed.) - *Town and Country in Europe, 1300-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

³ HILTON, Rodney H. - *A Medieval Society. The West Midlands at the end of the Thirteenth Century*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; HILTON, Rodney H. - *The English Peasantry in the Later Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

the post Roman period but retained at least a small population and the first three later emerged as administrative and religious centres. Tamworth and Winchcombe, neither of them Roman towns, were royal centres in the 8th and 9th centuries, and both were fortified at that time⁴. The 7th to 9th centuries saw the peak of influence of large minster churches, around which traders may have gathered. In the same period Droitwich is the region's only candidate to have functioned as a focus of industry and exchange. Although its name includes the element *-wic*, unlike the *emporia* of southern and eastern England and the near continent with the same suffix, such as *Lundenwic*, it was not a hub for overseas trade but committed to the extraction of salt and its distribution over the region⁵. The salt industry which continued throughout the middle ages needed thousands of cartloads and horseloads of fuel, and the town developed a close relationship with the surrounding countryside where woods were managed to produce regular crops of firewood⁶.

From about 880 until 1080 more widespread urban growth involving a range of crafts and trades surged, and large towns (that is, with populations of a thousand or more) emerged at Bristol, Gloucester, Warwick and Worcester. Indications of lesser towns can be seen at Cirencester, Coventry, Evesham, Pershore, Tamworth, Tewkesbury and Winchcombe. Salt making persisted at Droitwich. In 1080-1300, beginning with 12 towns at the end of the 11th century the English west midlands experienced an explosive growth in the number of towns in the 12th and 13th centuries, at the end of which the three counties contained about 60 urban centres, and near to 20 per cent of the inhabitants were living in towns⁷.

Much of this paper will be devoted to investigating a sample of towns, mostly from the third phase, with a view to explaining the role of landscapes in the origins and persistence of urban life. Various methods of classifying the variety of landscapes have been used, but I will use a tried and tested approach in which the countryside is divided onto *pays*, which was a term that developed among French geographers, and was first applied in England by historians at the University of Leicester in the mid-20th century⁸. Each *pays*, which can be literally translated as 'country', is characterised by its land-use, settlement pattern, social structure, economic resources, occupations and sometimes a special culture and sense of identity. A justification for using the

⁴ BASSETT, Steven - "The middle and late Anglo-Saxon defences of western Mercian towns". *Anglo-Saxon Studies in Archaeology and History* 15 (2008), pp. 180-239.

⁵ MADDICOTT, John Robert - "London and Droitwich, c.650-750: trade, industry and the rise of Mercia". *Anglo-Saxon England* 34 (2003), pp. 7-58.

⁶ HURST, J. D. - "Fuel supply and the medieval salt industry in Droitwich". *Transactions of the Worcestershire Archaeological Society* 3rd ser 19 (2004), pp. 111-132.

⁷ DYER, Christopher; SLATER, T. R. - "The midlands". in PALLISER, David (ed.) - *Cambridge Urban History*..., pp. 609-638.

⁸ EVERETT, A. - "River and wold: reflections on the origin of regions and pays". *Journal of Historical Geography* 3 (1977), pp. 1-19; FOX, H.S.A. - "The people of the wolds in English settlement history". in ASTON, M.; AUSTIN, D.; DYER, Christopher (ed.) - *The Rural Settlements of Medieval England*. Oxford: Blackwell, 1989, pp. 77-101.

idea is that it has earlier roots in everyday speech in the middle ages, and it was taken up by the topographical writers of the Renaissance, so the terms used such as 'champion' and 'Feldon' have a pedigree going back to the fourteenth century. In the region under consideration the prevailing *pays* are woodland, champion, wold, Vale and Forest (Fig. 1). They changed over time, so I will depict them c.1300, at the time when towns reached their peak.

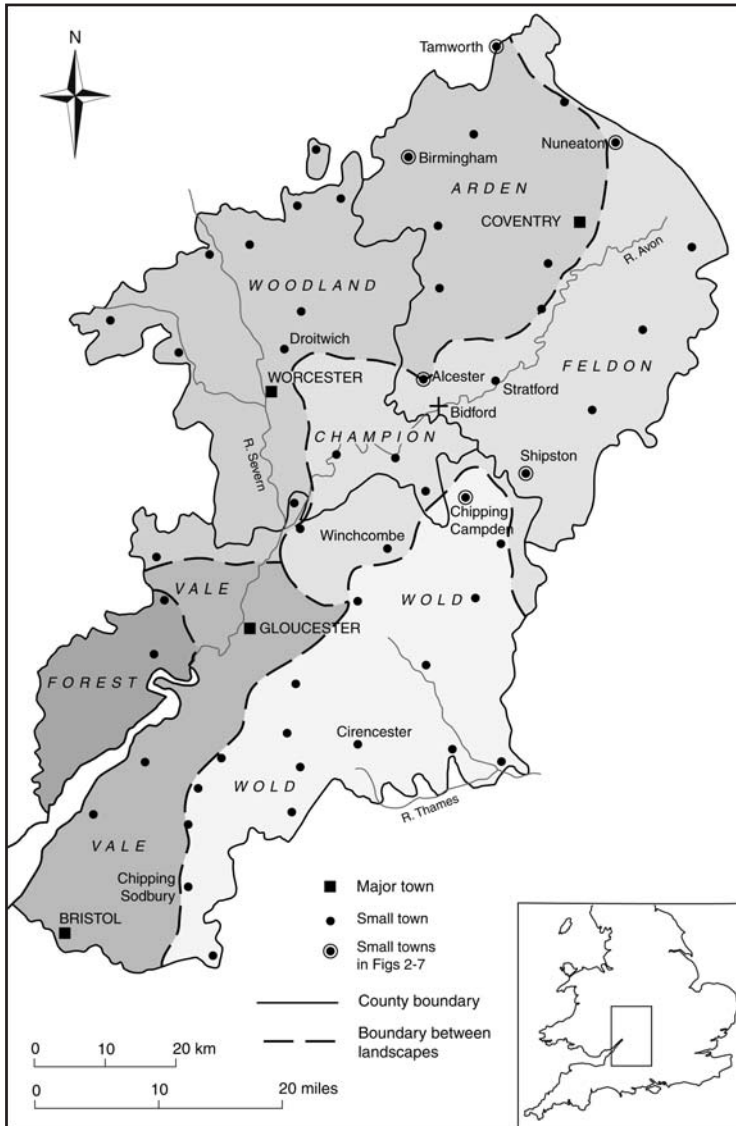


Fig. 1 - The three west midland counties of Gloucestershire, Warwickshire and Worcestershire. The various landscape divisions are shown, with both large and small towns

‘Woodland’ does not refer to dense tree cover, but to a combination of cultivated land, pasture and woods, with the balance tipped towards pasture. Fields were both open and enclosed, again with more enclosure than was found in other *pays*. Settlements tended to be dispersed, free tenants and smallholders were often numerous, and many people combined small-scale farming with industry. Champion country (called the Feldon in Warwickshire) presents the opposite picture, with extensive arable land cultivated in large open fields. The peasants, living in nucleated villages, often held 15 or 30 acres of land in standard units by customary or servile tenure. Their living usually came entirely from agriculture. The wolds resembled the champion country in many ways, but many of the inhabitants had access to extensive upland pastures. The Vale shared many characteristics with woodland *pays*, with a combination of nucleated and dispersed settlement, with much enclosure. Forest refer to the unique landscape of the Forest of Dean, with its very extensive woods, fragmented settlement pattern, large commons and very active industries. More than the other *pays* the inhabitants according to later evidence were associated with a distinctive mentality: they defended their privileges, and resented outsiders. One could add a number of smaller *pays*, such as the wooded industrial valleys of the south-west Cotswolds, or the estuarine marshlands between Bristol and Berkeley, but the five main types described and mapped here (**Fig. 1**) will be sufficient to accompany the analysis of towns that will follow⁹.

The location and boundaries of the various *pays* are based on analysis of late medieval documents, mid 20th century aerial photographs, and surviving traces of the pre-modern landscape that can still be observed on modern maps. The landscapes of c.1300 already had a long ancestry, as the mapping of data in Domesday Book (1086) relating to woods, ploughs and population shows. The boundary between champion and woodland in Warwickshire and Worcestershire is especially sharp, though in Gloucestershire a difference between wold and Vale is not marked so clearly, though the Forest is an unmistakable ‘empty quarter’¹⁰. The region’s *pays* date back long before 1086, as charter boundaries of the 9th to 11th centuries depict a countryside in the champion with headlands and ploughed ‘acres’, while hedges and enclosed land figure prominently as boundary markers in the woodlands¹¹. The place-names take us back further to the 6th to 8th centuries, and we find *tun* (settlement or estate) names in the champion and wold, with *leah* (wood, or clearing) and *hurst* (a wood)

⁹ DYER, Christopher - “Landscape, farming and society in an English region: the Inquisitions Post Mortem for the west midlands, 1250-1509”. in HICKS, Michael (ed.) - *The Later Medieval Inquisitions Post Mortem*. Woodbridge: Boydell, 2000, pp. 59-83.

¹⁰ DARBY, H. C.; TERRETT, I. B. - *Domesday Geography of Midland England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1954, pp. 1-56; 215-308.

¹¹ HOOKE, Della - *The Anglo-Saxon Landscape: the Kingdom of the Hwicce*. Manchester: Manchester University Press, 1985, pp. 154-165, 190-226.

in the places later called woodlands¹².

How did people in these early periods manage land which had such specialised and separate characteristics? Our earliest records show that estates held land on different sides of landscape frontiers, so estates in the champion of Warwickshire, including the valley of the river Avon (Brailes, Shottery, Stratford-upon-Avon), were linked to parts of the Forest of Arden in the woodlands 15km or 30km to the north of the Avon valley. The Arden lands (Tanworth, Nuthurst, Lapworth) were named places, but thinly settled with large woods and abundant pastures. The roads connecting these detached territories would have been busy at the appropriate seasons with livestock from the champion being driven to pasture in the woodland, for example pigs in the autumn could be fattened on acorns. Those who lived in the south could also obtain building timber and firewood from the northern woods. Presumably grain was carried from the cornfields of the champion to feed the pastoralists and wood cutters of the woodlands. These exchanges were based on transhumance, reciprocal transfers of produce, and probably temporary migrations of people. These notions derive from later evidence, analogies with other societies in different places and periods, and surmise¹³. The predominance of non-market exchange needs to be qualified by the evidence for the use of coins from the 7th century onwards. A trading place at Bidford-on-Avon (in Warwickshire) was sited on a road running along the river valley from west to east, at a junction with a north-south road of Roman origin which crossed the Avon and served as a link between the champion and woodland. At the Bidford site finds of 15 coins minted between 700 and 823, together with a concentration of metal dress accessories of similar date has suggested that Bidford can be compared with the more numerous 'productive' sites of eastern England, but like them did not become one of the early towns¹⁴.

1. Stratford-upon-Avon: an example

When a handful of towns had emerged in Warwickshire by 1086, they were all (like Bidford) located near to the frontier between champion and woodland, at Warwick, Tamworth and Coventry. To what extent was this also true of the next, much larger generation of towns that developed by 1300? The best - known of these towns, Stratford-upon-Avon, was the subject of a study by Carus-Wilson which can serve

¹² GELLING, Margaret - "Some notes on Warwickshire place-names". *Transactions of the Birmingham and Warwickshire Archaeological Society* 86 (1974), pp. 59-79.

¹³ HOOKE, Della - *Anglo-Saxon Landscape...*, pp. 75-88.

¹⁴ WISE, P. J.; SEABY, W. A. - "Finds from a new 'productive site' at Bidford-on-Avon, Warwickshire". *Transactions of the Birmingham and Warwickshire Archaeological Society* 99 (1995), pp. 57-64.

as an introduction to small towns in general¹⁵. The Avon valley, where the rural estate was located, was potentially very productive but underdeveloped. The lord of Stratford manor, the bishop of Worcester, in 1196 obtained from the king a grant of market privileges, and himself set out the conditions of those settling in the new town, defining the dimensions of their plots of land (burgages), their privileges as tenants of a borough, and requiring that they pay an annual rent of 12d. Within a half century, by 1251-2, a survey shows that there were 234 tenants in the town, most of them holding a burgage. The town had grown like a mushroom and attracted many migrants. Where had the new tenants come from? The great majority of the names of the borough tenants (for example 'de Weston') derived from villages and hamlets within 16 miles (26 km) of the town, many of them from the 'market area', within a radius of 8 miles (13 km) from which people would have habitually come to buy and sell. Other surnames (such as Tanner) reveal a wide range of occupations practised in the town. The names of the townspeople, mostly originating in places and occupations, contrast with those of the peasants who lived in 'Old Stratford', the rural settlement from which the town's territory was carved. Many of these peasants were known by patronymics (for example, 'son of Richard'), based on a parent's name. The holdings in the borough included commercial buildings, shops and stalls, but most crafts and trades were located in the burgage plots with space for houses and gardens. The burgage plots were ranged along streets planned in a grid, adjacent to the river crossing, once a ford but by 1251 a wooden bridge. The townspeople had before 1251 begun to organise themselves into a fraternity which was to emerge as a focus of community cohesion and eventually became a means of self-government.

This investigation included most of the themes that still attract the attention of historians of small towns, including cultural differences between peasants and townsmen, here illuminated by the comparison of naming practices. Carus-Wilson's findings have only been modified to a small degree by subsequent work, such as her misidentification of a few of the place-names that were used as surnames. She did not make a strong argument about the landscape in the vicinity of the town: she noted the Arden/Feldon divide when introducing the reader to the south Warwickshire countryside around the time of Domesday, but exaggerated the 'vast stretches of virgin forest' of the Arden. The map showing the pattern of migration into the town was a diagram for calculating distances rather than a depiction of the landscape, though she did make the point that there were relatively few recruits from the Arden. Although the bridge was discussed, the importance of the network of roads connecting town and country did not receive enough attention. A more recent synthesis of Stratford's history does not regard the landscapes around Stratford simply as contrasting, but shows that they were connected and complementary. The

¹⁵ CARUS-WILSON, Eleanora - "The first half-century of the borough of Stratford-upon-Avon". *Economic History Review* 2nd ser 18 (1965), pp. 46-63.

two *pays* needed one another, and the town played an important role in providing the means of contact between them. The evidence relates mainly to the 15th century, but there is no reason to suppose that the town-country relationship changed profoundly over the late medieval period. The most direct evidence for commercial contacts comes from debts recorded in the borough court, which often arose after a contract between a Stratford trader and a country customer broke down, usually when a sum of money was not paid. Debtors came in equal numbers from the Arden and Feldon. They show that the marketing area was rather larger than suggested by the map of surnames, as some of the debtors lived 12 miles (20km) from the town. The abundant records of the Fraternity of the Holy Cross contain a mass of information about the hire of workers and the purchase of building materials needed to build and repair the many properties of the Fraternity's endowment. As the main supplies of timber and stone were to be found in the Arden, and tile kilns operated there because of the available wood fuel, the flow of trade came down the roads from the woodlands to the town. Specialist building workers tended to accompany the timber and stone, so they also came from the Arden. But trade into the town was not one-sided: when the officers of the Fraternity were buying food for their annual feast, they found the pigs and poultry they needed in the villages of the Feldon. Information from manor and estate accounts about contacts between places in the champion countries of Northamptonshire and Oxfordshire as well as Warwickshire shows that those paying for building operations travelled as much as 16 miles (25km) to Stratford to buy timber of all kinds, and associated products such as iron fittings for doors and windows. Those with surpluses of grain, sheep and wool from the Feldon were also selling these products in the town. It appears that Stratford's markets and traders were acting as funnels through which produce from the different *pays* could be exchanged. The Fraternity recruited members from both town and country, and this helped to make the town the focal point for a wide range of people living within reach of the town – gentry, clergy, better off peasants and artisans. For them it was a religious institution, but also held a magnificent annual feast and lesser social gatherings, where townspeople and country dwellers met, but also where the inhabitants of the Arden and Feldon could encounter one another¹⁶.

Can the generalisations derived from Stratford and its surrounding landscapes be replicated elsewhere, or perhaps new enquiries will reveal different conclusions? The same types of evidence will be used, as the analysis of surnames is an important source, and in some places with a good survival of court records the debt claims and other disputes are more plentiful than is the case at Stratford. A preliminary observation of the overall distribution of towns (**Fig. 1**) is that a high proportion

¹⁶ BEARMAN, Robert (ed.) - *The History of an English Borough. Stratford-upon-Avon, 1196-1996*. Thrupp: Alan Sutton, 1997; ROSSER, Gervase - "Going to the fraternity feast: commensality and social relations in late medieval England". *Journal of British Studies* 33 (1994), pp. 430-446.

of them were located at the meeting point of contrasting landscapes. Beginning in the south there is a striking line of 7 towns, from Chipping Sodbury to the east of Bristol to Winchcombe in the north, all of which lie near to the edge of the wolds. In Warwickshire a similar succession of 8 towns lay on or near to the boundary of the Feldon. The pattern is not so clear in Worcestershire, though Pershore, Tewkesbury and Upton-on-Severn were quite close to the woodland/champion divide in the south of the county, but Tewkesbury and Upton, with other towns on the banks of the Severn such as Bewdley (Worcs) and Berkeley (Glos) might be seen primarily as river ports. In the same way the large towns of Bristol, Gloucester and Worcester, while having important dealings with the diverse landscapes served by their markets, had connections over longer distance which gave them a special character. At the end of this survey of about 60 towns in the region, 16 towns were located in the middle of a *pays*, and cannot be regarded as gateways through landscape frontiers. An obvious example is the line of towns in Warwickshire Feldon, from Shipston in the south-west to Rugby in the north-east. Similarly there were 4 towns in the Arden of Warwickshire, six in the woodlands of Worcestershire, and at least 2 in the woodlands west of the Severn in Gloucestershire

2. Case studies from the region

To begin with the town of Chipping Campden (Gloucestershire) we have a very full list of tenants made in 1273 when the town's lord died, almost a century after the presumed foundation of the borough at the end of the 12th century¹⁷. It had grown quite rapidly, and its population can be estimated at about 600 in c.1300. It lay near to the boundary separating the wold landscape from the champion. The wolds rose to considerable altitude, and a hill within 4km of Campden reached 300 m in height, forming part of an expanse of hill pasture measuring 10km by 4km. The limit of the wolds was marked by a sharp edge, below which relatively flat land with a few undulations characterised the champion country with its nucleated villages and extensive corn fields stretching up to the valley of the river Avon. Campden was served by a rather complex road network, as it had been sited a little distance from two Roman roads, but was connected to them and other towns in the vicinity by routes which developed in the middle ages. The surnames deriving from villages, and therefore indicating migrations from country to town show a typical tendency to cluster within 7.5 miles (12 km) of Campden (**Fig. 2**). The town was drawing migrants from both wold and champion, and was also bringing a few townspeople from more distant market towns. The most likely explanation of these patterns,

¹⁷ *ABSTRACT of Inquisitiones Post Mortem for Gloucestershire, part 4 1236-1300*. Ed. S. J. Madge. London: British Record Society 30, 1903, pp. 63-69, 80-83.

especially the location of the villages on or near roads leading to Campden, is that the zone from which migrants were recruited coincides approximately with the area from which country dwellers travelled to the town's market. The champion villages would have had surpluses of wheat, peas and oats, to be purchased by people from the wolds as food and animal fodder; from the wolds sheep would have been the main produce for sale. Campden became a centre for the wool trade, and merchants collected wool both from the lowlands and the wolds, though the sheep would often have been kept in transhumant flocks which spent their summers on the hills and their winters in more sheltered lowlands.

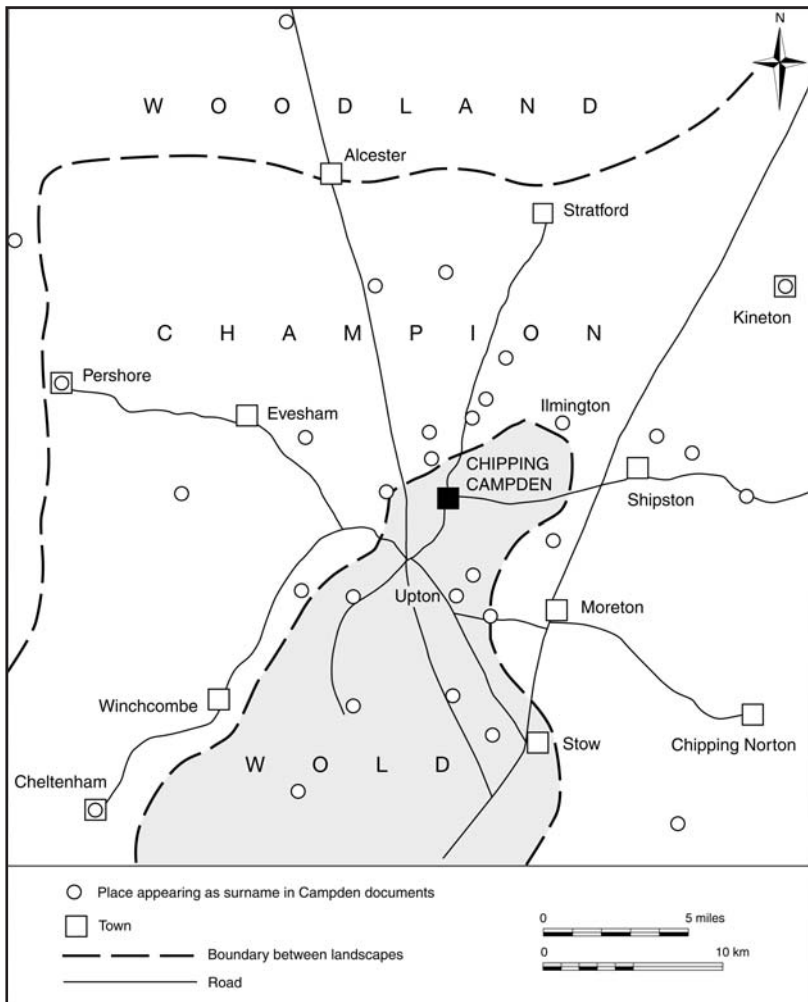


Fig. 2 - Chipping Campden and its rural landscapes: wold, champion and woodland. Contacts between town and country are indicated by the surnames of inhabitants of the town in 1273-1327

Later evidence for connections between villages and Campden suggest ways in which visits to market could result in migration. In a general way the journey to market made country dwellers familiar with the town, and gave them an opportunity to meet the town traders and artisans with whom they did business. They would learn who could be trusted, overcoming the common country persons' prejudice that town traders would cheat. We know from later medieval sources that women from the villages married men from Campden: they could have met their future husbands while working as servants in the town¹⁸. In the early days of the town, before 1273, peasants from the villages, or at least their sons, must have moved into one of the new and empty burgage plots in the town and begun to trade, or practise a craft. A case would be Thomas de Upton, who originated in a village of prosperous yardlanders high on the wolds. He must have either sold his rural land and relocated in the town, or more likely sent his son, with financial support, to set up in the town. In the 13th century surnames of peasants at Ilmington and Quinton in the champion country close to Campden suggest the presence of a tanner, carpenter and carter¹⁹. Rural providers of specialist goods and services would have been able to transfer their skills to the town, taking some capital with them, in the expectation of operating on a larger scale and making greater profits. All of this was unfolding in a competitive environment, as the surnames plotted on the map suggest that Campden had a close relationship with a cluster of villages in the champion to the north, and a considerable scatter across the wolds to the south, but had weaker relations to the east and west. The most likely explanation lies in the ability of such rivals as Stow-on-the-Wold and Evesham to attract trade and migrants. They were both much older towns than Campden, and had carved out their territories before Campden could begin to exert its influence.

Tamworth is an example of a town with a long past before the 12th century, which shared some characteristics with later generations of market towns. It had been a centre of the Mercian kingdom in the 8th and 9th centuries; it is mentioned as a royal residence and royal *vicus* in Mercian charters, was surrounded by a bank and ditch, and was served by a well-constructed mill. Although its church had the status of a royal free chapel, it was overshadowed by the cathedral church of Lichfield, and by the later foundation of a rich monastery at Burton-on-Trent. Tamworth was strongly fortified in 913, along with Stafford in the same year, and Warwick in 914, as part of the consolidation of English rule in opposition to the Danish occupation of the north-east midlands²⁰. The creation of a fortified *burh* was sometimes associated

¹⁸ Marriages are recorded in Worcester Cathedral Library E40; E69 (manorial court rolls for 1413, 1458).

¹⁹ *WARWICKSHIRE Hundred Rolls of 1279-80*. Ed. T. John. London: British Academy Records of Social and Economic History new ser. 19, 1992, pp. 327-330.

²⁰ RAHTZ, Philip; MEESON, Robert - *An Anglo-Saxon Watermill at Tamworth*. London, Council for British Archaeology Research Report 83, 1992; BASSETT, Steven - "The middle and late Anglo-Saxon defences ...", pp. 191-213.

with the growth of an urban settlement, as at Worcester, but there is limited evidence for this at Tamworth. Stafford and Warwick were promoted as administrative centres, from which their shires were governed, while the boundary between Staffordshire and Warwickshire divided Tamworth in two, diminishing its importance. Coins were minted there in the 10th and 11th centuries, but in limited numbers. It figures in Domesday Book in 1086 as a place with burgesses, without a detailed description. We have brief glimpses at this time of possible links between Tamworth and the surrounding countryside. Burgesses in Tamworth 'belonged' to a rural estate centre at Coleshill in Warwickshire and two manors in Staffordshire. The labour of the local rural population presumably contributed to the building of the defences, and country people may have brought their corn to the Tamworth mill. Although it was not a newly founded borough in the 12th and 13th centuries in the same fashion as Stratford and Campden, in effect in that period it had a fresh start as a town, achieving a larger population than Campden's, in the region of 1,000 by c.1300. Its successive lay lords included a number of middle-ranking aristocrats.

While the Campden surnames came from a single detailed survey, Tamworth has a long and complete series of court records beginning in 1284. They mention a large number of names, including people who were not tenants, but who appeared before the courts for such offences as selling ale above the official price²¹. The records are therefore more socially inclusive than a survey of holders of land or a tax list. Many of the surnames of the period 1284-1310 derive from rural place-names, and reflect patterns of migration going back to the mid-thirteenth century. Many of those with surnames derived from villages in the vicinity, such as 'de Elford' or 'de Sheldon' were not recent arrivals, but their fathers or grandfathers came from those places, so the names are a useful record of migratory patterns over a number of generations. Most of the place-names lie within 12km of the town, but there is a wide scatter over a radius in excess of 20km. Near to Tamworth the boundaries of four shires meet, but these administrative divisions had limited influence on the migratory tendencies and economic connections of the town. Tamworth lay on the edge of the Warwickshire Feldon with its champion landscape which continued into south-eastern Leicestershire and Derbyshire. The map shows the boundary of the 'central province' (Fig. 3) based on Roberts and Wrathmell's work on distribution of nucleated and dispersed settlements²². The area dominated by nucleated villages coincides with the champion *pays*, as such villages were a key component of champion landscapes. Tamworth's local trading relations included the complementary connection of the

²¹ TONKINSON, A.M. - *The Borough Community of Tamworth and its Courts at the end of the Thirteenth Century: a Study of its Courts*. Keele: University, 1985. MA Thesis. I am grateful to Mr Tonkinson for permission to use information from his thesis; WOOD, Henry - *Medieval Tamworth*. Tamworth: Tamworth Corporation, 1972.

²² ROBERTS, Brian K.; WRATHMELL, Stuart - *Region and Place. A study of English Rural Settlement*. London: English Heritage, 2002, p. 5.

champion country to the east, and the woodlands to the west. Disputes in its courts reveal a trade in wood and timber: in 1296 Roger le Tornour (a turner, who made cups and other wooden vessels by working wood on a lathe) owed £2 13s. 4d. for wood.

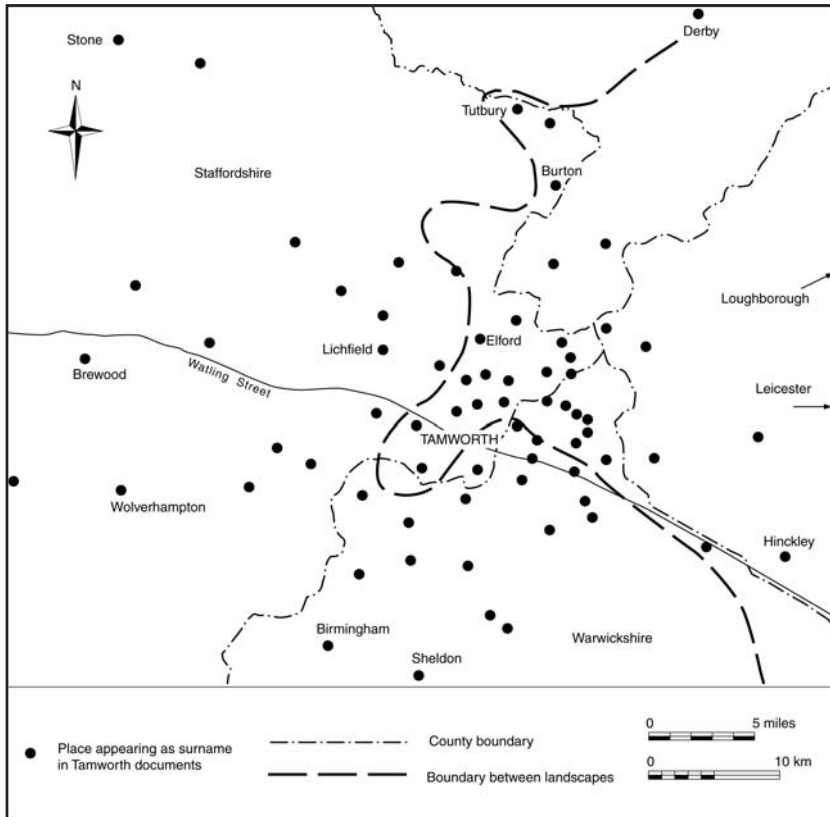


Fig. 3 - Tamworth and its rural landscapes. The surnames of those mentioned in the borough court rolls of the period 1284-1310 (based mainly on Tonkinson, see references). The administrative boundaries are shown. Also the landscape boundary defined by Roberts and Wrathmell on the western edge of the 'central province', based on the prevalence of nucleated settlements

A contested case of detained chattels in 1350 concerned 33 spars (building timbers) worth 3d. each. A major through route, Watling Street, ran to the south of the town, but seems not have had much influence on these local trading patterns²³. It reminds us, though, not to focus excessively on close local links, as Watling Street connected south Staffordshire with north Wales and Chester. As a consequence migrants from Wales make their appearance in the Tamworth records, and towns

²³ University of Keele Library, Tamworth Borough Court Rolls (microfilm).

in the vicinity of Tamworth such as Lichfield and Wolverhampton received consignments of fish from Chester²⁴.

Borough court records can throw direct light on the connections between town and country because the courts dealt with much litigation between town traders and their rural clients, as we have seen in the case of Stratford. Nuneaton grew as a small town with population of about 900 (in the early 16th century) under the lordship of a large nunnery, which held its borough court and preserved its records. Just to the north was the line of Watling Street, again as in the case of Tamworth an important road but not apparently a big influence on the commerce of the town. Watling Street had been a Roman road, which was chosen in the 9th century to mark the frontier of the Danelaw, and although that political entity had ceased to have much significance by the late middle ages, it still marked the county boundary between Warwickshire and Leicestershire. Nuneaton was sited near the boundary between Feldon and Arden landscapes, and the area of Leicestershire with which it had contacts was indistinguishable in its champion landscape from the adjacent Feldon of north-east Warwickshire (**Fig. 4**). Evidently the town's market attracted country people from an approximately equal number of settlements in the champion and in the woodland of Arden, again mostly from within 12km of the town, in all directions. It is worth making the point that competition between towns was a feature influencing distribution patterns, so that Nuneaton had no contacts to the east of Lutterworth, to the south of Coventry, or beyond Tamworth and Market Bosworth, to name four obvious rivals. However Nuneaton townspeople had dealings with all of the towns within 20km, so that they can be seen as part of an urban network in which traders could form links and partnerships. Hinckley and Atherstone (both market towns) appear among Nuneaton's contacts, and we can recognise that some villages, such as Hartshill, would have had connections with more than one town. This is confirmed by the survival of the records of debt litigation for Atherstone, which overlapped with both Nuneaton and Tamworth²⁵. The inhabitants of the woodlands of Arden at the northern tip of Warwickshire could choose between two or three urban markets when buying and selling. Indeed they could avoid urban traders altogether by making private treaty sales in inns or at the farm gate.

²⁴ LAUGHTON, Jane - *Life in a Late Medieval City. Chester 1275-1520*. Oxford: Windgather Press, 2008, p. 169.

²⁵ WATKINS, Andrew - *Small Towns in the Forest of Arden in the Fifteenth Century*. Stratford-upon-Avon: Dugdale Society Occasional Paper, 38, 1998.

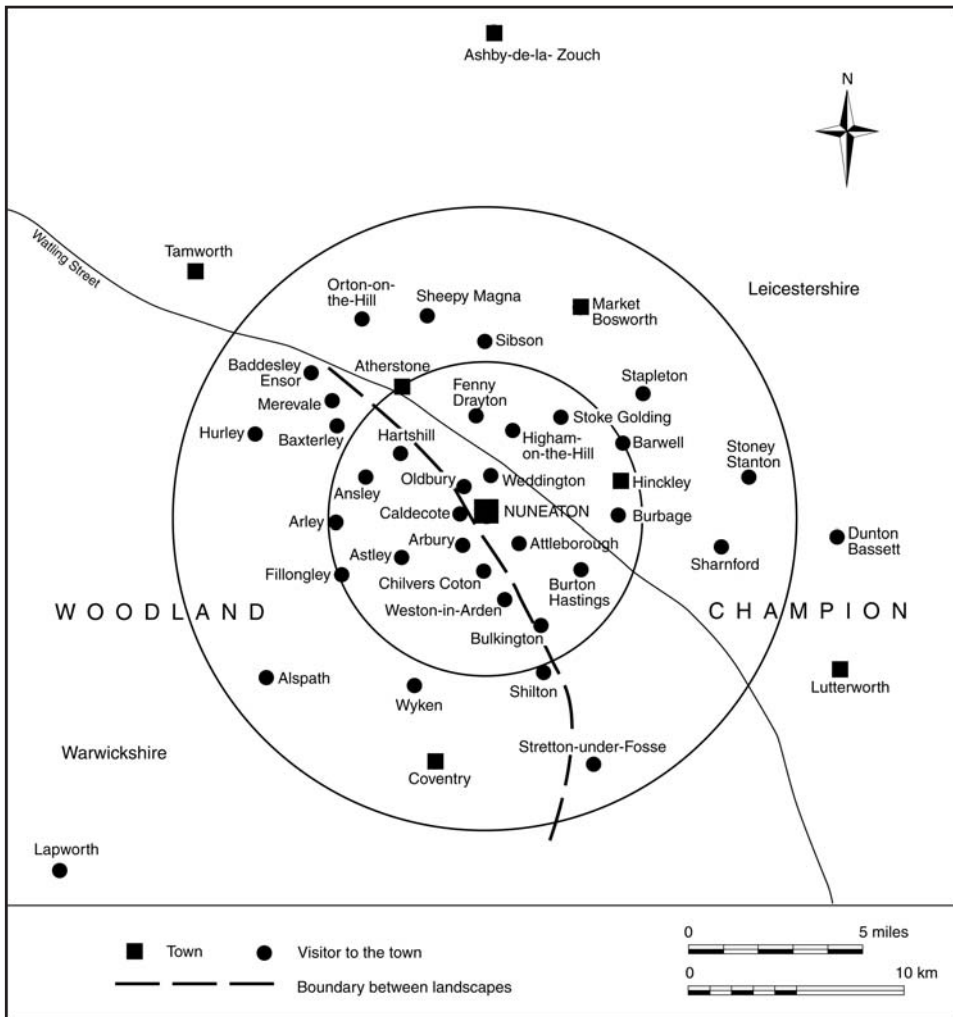


Fig. 4 - Nuneaton and its rural landscapes: woodland (Arden) and champion (Feldon). Based on references to rural contacts, mainly arising from debts, in the 15th century borough court rolls (from Watkins, see references)

Woodland products figured in Nuneaton's regular market trade, such as cartloads of charcoal, recorded in 1400 and 1462. Cattle, which were especially numerous in the woodlands, could be bought there, and many butchers from the surrounding villages sold meat in the town. The town's access to the resources of the woodland to its west gave its traders opportunities beyond its immediate marketing zone. Timber was traded from Nuneaton to the wood market at Lutterworth, a notable distribution point from which building timber was carried over south

Leicestershire and adjacent parts of Northamptonshire²⁶. In these districts the woods were too limited in number to be able to satisfy local demand. Near to Nuneaton lies the village of Chilvers Coton, on the very edge of the woodlands, and here, especially in the hamlet of Heath End, a large scale pottery industry developed from the 13th to the 15th century. Potting, and brick and tile making, were typical industries in woodland landscapes, as the artisans could take advantage of the relative plenty of fuel (in the case of Chilvers Coton both wood and mineral coal), space for digging clay pits, and cheap labour recruited among the cottagers and smallholders of the woodland settlements. Manufacture was very much a rural activity, but the distribution is likely to have involved urban traders. Such a person was George Bayly alias Potter, who held land in Chilvers Coton in the early years of the 16th century, but was also a prominent figure in Nuneaton, serving on the jury of the town court, and as constable. His prosperity can be judged from the £12 valuation put on his goods in the tax of 1525. The scale and marketing reach of the industry is reflected in the numerous pieces of pottery made in Chilvers Coton that have been identified in archaeological excavations and field work over a wide area, even on sites 50 km (30 miles) from the kilns²⁷.

In examining Alcester's relationship with its surrounding landscapes is reflected in the litigation in its borough court (**Fig. 5**). The town probably began in the vicinity of a minster church before the Norman Conquest, but developed in the 12th century under a succession of lay lords, the Corbets, Botreaux, and a branch of the Beauchamp family²⁸. By 1500 it had a population of around 600 or 700. An observer in the early 16th century, John Leland, travelled to the town from a northern direction by 'enclosed ground' that was 'well wooded', so he was in the woodland landscape of Arden. Going from the town towards the Vale of Evesham he initially encountered a 'woody and enclosed' countryside, probably because he was heading west on the Worcester road, but then he turned to the south and found himself in 'clean champagne', that is champion country devoted to cultivation. He tells us that local people called the vale to the south of Alcester 'the granary of Worcestershire'²⁹. The map records rural places named in the Alcester courts as the result of business dealings that went wrong and led to litigation³⁰. They cluster within 10km of the town, and many of them are located on the roads coming from six directions. We can imagine the carts and pack horses loaded with corn leaving the

²⁶ WATKINS, Andrew - "The town of Lutterworth in the later middle age". *Transactions of the Leicestershire Archaeological and Historical Society* 92 (2018), pp. 115-146.

²⁷ MAYES, Philip; SCOTT, Keith - *Pottery Kilns at Chilvers Coton, Nuneaton*. London: Society for Medieval Archaeology Monograph 10, 1984, pp. 10-12.

²⁸ VICTORIA *County History of Warwickshire*. Vol. 3. Ed. P. Styles. London: Institute of Historical Research, 1945, pp. 8-22.

²⁹ JOHN LELAND - *The Itinerary*. Vol. II. Ed. L. Toulmin Smith. London: Bell, 1906, pp. 50-52.

³⁰ Warwickshire County Record Office, CR1886/141-179 (Alcester borough court rolls).

villages on the southern side of the town to sell the main produce of the champion on market day. There seem to have been less suppliers from the north: they would have been sending timber, hides, baskets of cheese, honey, loads of firewood, and cattle, characteristic woodland products. As was the case at Campden – the marketing zone was constrained on the west and east, perhaps because of competition from Evesham and Stratford.

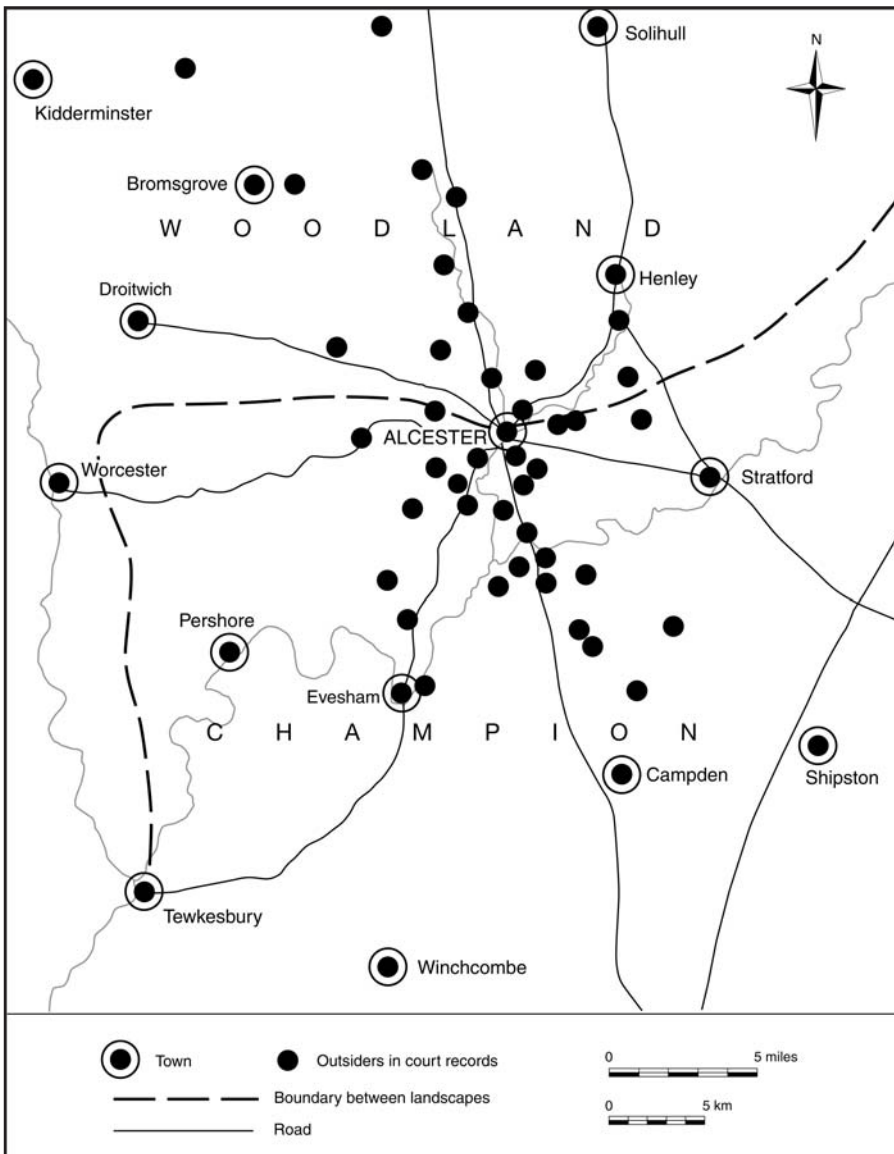


Fig. 5 - Alcester and its rural landscapes: champion and woodland. Based on references to rural contacts, mainly arising from debts, in the 15th century borough court rolls.

To represent Alcester simply as a gateway between contrasting landscapes would not do justice to the complexities of its activities. Like many small towns on major roads, it was a thoroughfare town, where Ludowic Ostler was recorded in 1439 as the keeper of a major inn, catering for travellers on long journeys. He owned 4 beds, basins and ewers for the use of his guests, and coking utensils. Alcester belonged to an urban network with close links with Stratford and Evesham, and also belonged in an urban hierarchy, demonstrated when a dyer from Coventry, Thomas Pulter, in 1468 was engaged to dye a silk belt³¹. Specialist craft skills dealing with a luxury goods required the facilities of a large city. Alcester even developed its own luxury specialism when it became around 1500 the base for glaziers who obtained panes of glass from Staffordshire and fitted them in rich men's houses over a wide area. John Leland found an urban community which had its own origin myth which included claims of former greatness. Such traditions were commonly associated with larger towns which preserved memories with the help of literacy. Small towns did not lack education, however, and Alcester was provided with a number of clergy, and like many small towns maintained a school.

A considerable number of towns, 16 of the 60 in the west midland region, did not sit on landscape frontiers, but were located in the midst of a relatively homogeneous rural environment. Shipston-on-Stour lay in part of the champion country of south Warwickshire which had once belonged to Worcestershire. It had been founded in the last wave of new towns, in the 1260s, being carved out of the great estate that had been based on the minster church of Tredington. The lord of Shipston was Worcester Cathedral Priory, a conservative monastic lord which was reluctant to allow the Shipston tenants any privileges or access to self government³². The town's 40 burgages attracted tenants, but the population did not grow much higher than 300. In spite of its small size and limited autonomy Shipston was definitely a town, separated from the peasant settlement of Old Shipston and occupying a grid plan with burgage plots having the same dimensions as those at nearby Stratford. The townspeople expressed their sense of identity by supporting and attending their own chapel. Shipston passed the test of occupational diversity, with specialists providing food and drink, textiles and clothing, and working with metal, wood and leather³³. There was a developed service sector, with inn-keepers, building trades and a schoolmaster. There were no unusual luxury crafts resembling the Alcester glaziers. The producers and consumers who lived in the champion villages around Shipston found outlets for their surplus produce through the town's market, and could buy

³¹ Warwickshire County Record Office, CR1886/143; CR1886/170A.

³² DYER, Christopher - "Small-town conflict in the later middle ages: events at Shipston-on-Stour". *Urban History* 19 (1992), pp. 184-210.

³³ All of this information about the town's economy and society derives from court rolls in Worcester Cathedral Library, E1 - E96.

the goods and services that they needed (**Fig. 6**). Middlemen with distant sources of supply would sell products from the woodlands, for example ropes of bast (bark of the lime tree). The smiths would have bought their iron from the ironmongers, such as one from Chipping Norton who rented a stall in Shipston market. This was just one example of the town's network of connections with other towns, and one gains the impression of many contacts with Chipping Campden and Stratford. As at Alcester the townspeople had occasional dealings with important Coventry traders.

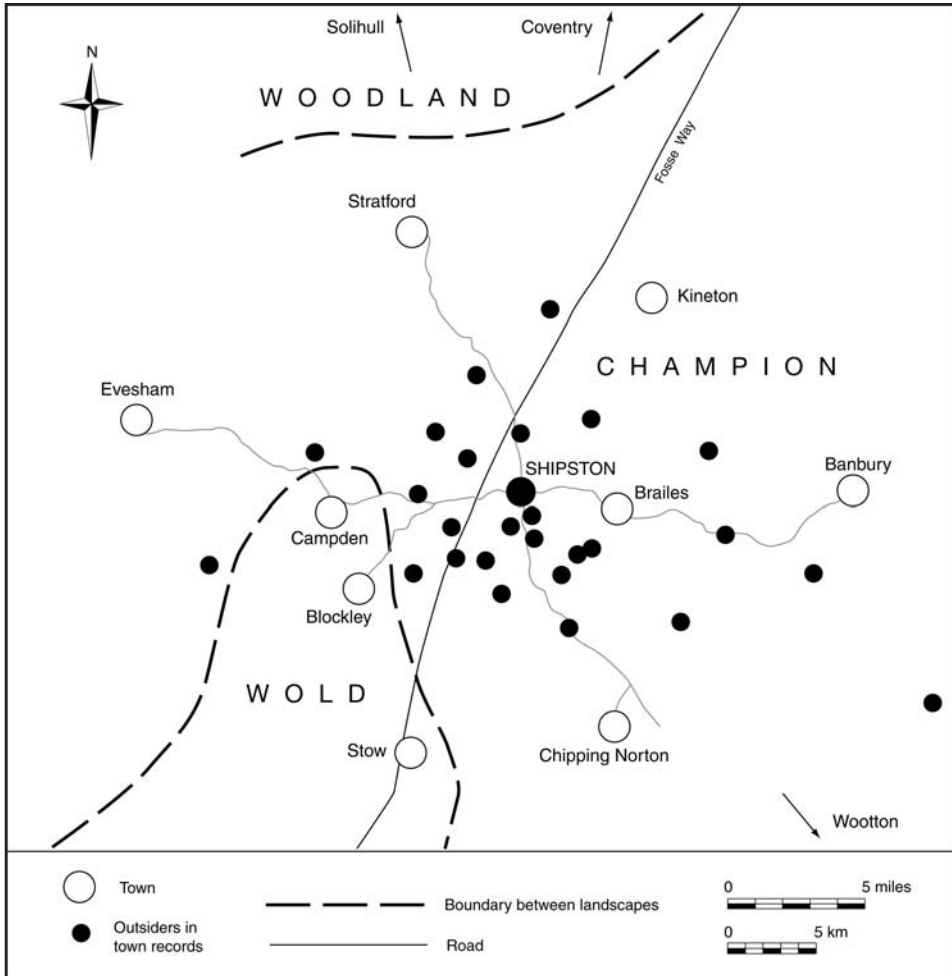


Fig. 6 - Shipston-on-Stour and its rural landscapes: mainly in the champion, but also showing wold and woodland. Based on references to rural contacts, mainly arising from debts, in the court rolls of 1314-1520

Another town that was not straddling contrasting landscapes, is that of Birmingham, firmly anchored in the woodland of the Warwickshire Arden, but looking towards the similar woodland territories of north-east Worcestershire and south-east Staffordshire. Birmingham became a dynamic centre of industrial transformation in the 18th century, and is now the second largest city in the UK, but in the middle ages, from late 12th century origins, it became a large market town with a population of more than a thousand, comparable with Stratford and Warwick.³⁴ Its lords were successive members of the rich knightly de Birmingham family. The medieval borough court records have not survived, and the main source for establishing the links between town and country are the surnames in rentals of 1296 and 1344³⁵. When the place-names from which many of the tenants' names were formed are plotted, the pattern resembles none of the other towns in the sample, or indeed most other towns for which such data survives (**Fig.7**). There is a clustering of nearby villages and hamlets, but in two groups, one to the north-east and the other to the south-west. The remaining places are scattered apparently at random, with a distinctive sparsity to the south-east, that is the heart of Arden where connections might be expected. The associated rural settlements are much more numerous in Staffordshire, and this impression is reinforced by records of trading contacts with Tipton and Wednesbury. Did these arise from the trade in cattle, for which Birmingham was noted, or had Birmingham already begun to make contact with places that could supply coal, charcoal and iron? Some of the remoter dispersed places had economic significance, such as Sleaford in Lincolnshire. This town lay on the road to Boston on the east coast through which wool was exported after it had been gathered in the midlands by Birmingham wool merchants. The Warwickshire village of Alspath was on the way to Coventry, developing a role in the 13th century as the regional capital of the midlands.

The town was celebrated as a centre of iron working towards the end of the middle ages, and newly revealed sources of information, such as probate records, manorial court rolls and proceedings in church courts show that much industry was located in the country around Birmingham³⁶. To some extent this was organised by the blade smiths and other craftsmen working in the town, who used rural water power to sharpen their blades, but the artisans in the country developed independent specialisms, such as tile making and cloth working. In no other example we have seen was there such a close relationship between a town and its rural surroundings.

³⁴ BASSETT, S.; HOLT, R. - "Medieval Birmingham". In CHINN, Carl; DICK, Malcolm (ed.) - *Birmingham. The Workshop of the World*. Liverpool: Liverpool University Press, 2016, pp. 73-99.

³⁵ DEMIDOWICZ, George - *Medieval Birmingham: the Borough Rentals of 1296 and 1344-5*. Stratford-upon-Avon: Dugdale Society Occasional Papers, 48, 2008.

³⁶ *BIRMINGHAM Wills and Inventories 1512-1603*. Ed. J. B. Geater. Stratford-upon Avon: Dugdale Society, 49, 2016; *LOLLARDS of Coventry 1486-1522*. Ed. S. M. Sheffrey and N. Tanner. London: Camden Society 5th ser 23, 2003.

In 1296 a category of rent payers, called *censarii*, may have included some country dwellers who were paying for the right to trade in Birmingham's market, and later the Birmingham's fraternity, if it resembled its contemporaries at Stratford and Walsall (in Staffordshire) may have included country members³⁷.

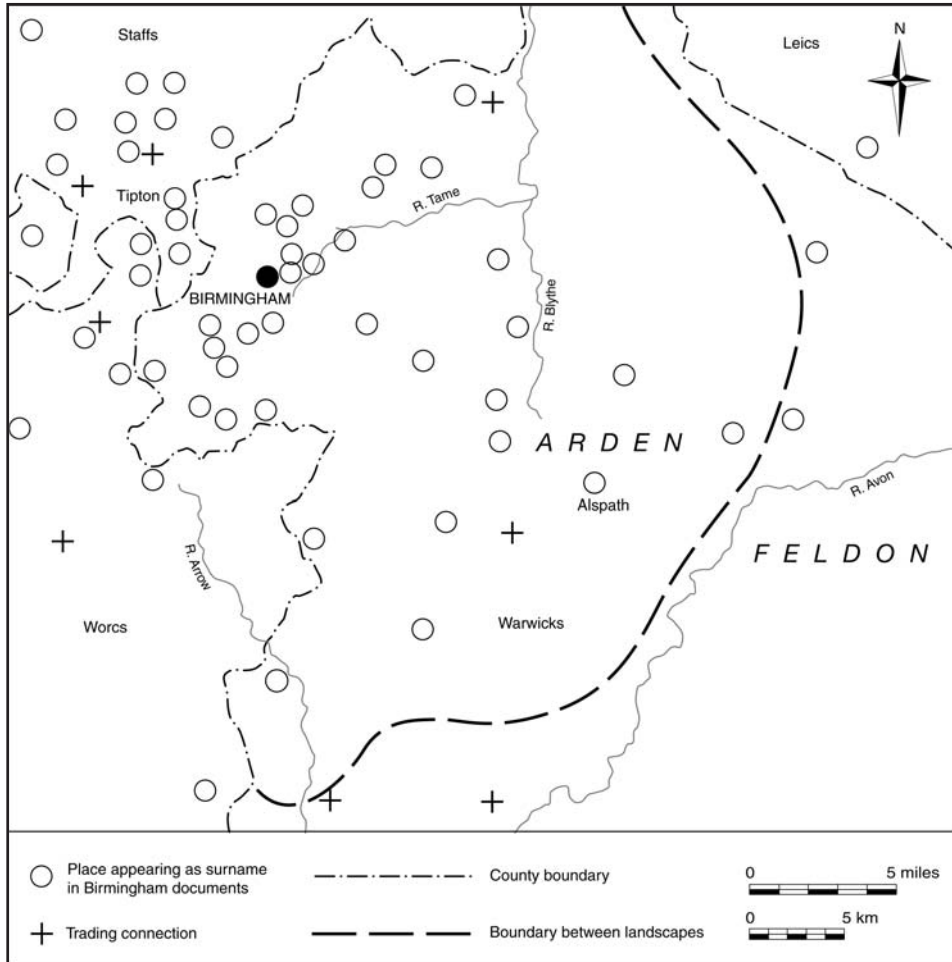


Fig. 7 - Birmingham and its rural surroundings. Based on surnames recorded in the rentals of 1296 and 1344-5 (see references)

³⁷ DYER, Christopher - "The urbanizing of Staffordshire: the first phases". *Staffordshire Studies* 14 (2002), pp. 1-31.

Conclusions

Having analysed a number of examples, some general conclusions can be drawn. The variety of rural landscapes, including such *pays* as champion, wold and woodland, belong to a period before medieval urban growth. The inhabitants in the 7th to 10th centuries used exchange mechanisms, such as making connections between detached territories with contrasting landscapes. In the 8th and 9th centuries the development of trading places through northern Europe is echoed in the west midland region by the rise of Droitwich, and the emergence of a rural exchange centre at Bidford on a frontier between *pays*. The larger towns, again part of a general tendency, grew around 900 at Gloucester, Warwick and Worcester, and these were connected to varied rural landscapes. For example, Gloucester acted as a distribution point for iron from the Forest of Dean, but also drew on the extensive arable land of the Vale of Gloucester for its grain.

Many of the towns that proliferated in the 12th and 13th centuries, and which continued to be active in the following centuries, provided channels of market exchange between landscapes which had different resources and products. The marketing zones which can be reconstructed from litigation and migration indicate the distribution of suppliers and consumers over *pays* with varied characteristics. However, some towns served a single type of landscape, and they could also have access to a variety of commodities beside those produced locally because the middlemen and the trading network could make them available. Woodland products, such as building timber, tubs and barrels, wooden parts of ploughs and carts, could be bought far from their original source.

The discussion has used phrases such as ‘marketing zone’ rather than hinterland, because the term has been misused in the past. German scholars distinguish the *umland* from the hinterland. *Umland* refers to the immediate neighbourhood of a town from which it secures its basic supplies of food and fuel, whereas hinterland means a much larger area where more specialist products could be obtained, or where the town’s industries and merchants sold their more valuable manufactures and traded goods³⁸. Hinterlands were most highly developed in the case of large towns. In the west midlands Coventry in the 14th and 15th centuries had become a regional capital with a role in the trade of both the east and west midlands, and its merchants were receiving imported goods and sending manufactures for sale overseas through ports on all coasts: Southampton, Bristol, Chester and Boston. Our market towns could hardly compete with Coventry and Bristol’s reach to the continent, but we can still recognise their hinterlands beyond the 12km limit which

³⁸ EIDEN, Herbert; IRSIGLER, Franz - “Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages”. in GALLOWAY, James A. (ed.) - *Trade, Urban Hinterlands and Market Integration c.1300-1600*. London: Centre for Metropolitan History, Working Paper 3, 2000, pp. 43-57.

has been repeatedly noted as their normal range. Birmingham, the largest town in our sample, in its heyday as a centre of the wool trade, was buying wool in the Welsh Marches, and selling it through the east coast ports. Its cattle market received beasts that had been driven from north Wales, some of which ended their days in the hands of London butchers. As its iron industry expanded its blades (for scythes for example) were being bought throughout southern England. Smaller market towns also were obtaining and marketing goods over hinterlands which stretched over 30 km and more, as we have seen in the case of Chipping Campden's wool, Nuneaton's pottery, and the services of the glaziers at Alcester.

Another qualification to the generalisation that towns were closely connected to landscapes is to emphasise that small towns at the bottom of a hierarchy of towns, were connected to a wider world through towns at the apex. For example Coventry merchants who dealt in imported dyestuffs supplied them to small town traders. More frequent and regular interactions can be discerned in the networks of small towns, which meant that adjacent towns were sometimes rivals, but could also help each other with useful services and partnerships.

We have concentrated on the influence of the landscapes on the towns, but did the towns in turn have an effect on the surrounding countryside? This is normally a question posed in relation to very large cities, such as London, but we can expect that small towns, especially in combination, might be agents of change? Market demand is likely to have encouraged specialisation, of which a remarkable example was the cultivation of oats in north Worcestershire. This was not a very attractive crop for the producers, as it did not yield well, and its market price was lower than any other crop. However it was much cultivated in areas of poor soils and high rainfall because it grew in conditions unsuitable for other grains. The acreage could have grown when urban purchasers, based in such market towns as Birmingham and Bromsgrove, demanded the crop, because they could sell it on to other districts where horses were being used as draught animals but land could be more profitably used for wheat and barley for human consumption. A further incentive was the specialisation in north Worcestershire in pig rearing, as these animals could be fattened on oats. A much more complicated problem is the relationship between towns and rural industries in their hinterlands. Cloth was made in most small towns on a small scale, and among the documented crafts we find a range of artisans making woollen textiles. In some rural landscapes, such as the hilly and wooded country in Gloucestershire around such towns as Cirencester, Dursley, Stroud and Wootton under Edge, scattered references are found to weavers and other cloth workers, and in the 15th century a growing number of fulling mills. There are hints of these rural textile workers also in north Worcestershire, near Bromsgrove, Kidderminster and Worcester itself. There is some evidence for competition between the rural and urban industries, leading to a demand for the closing down of the rural cloth industry in Worcestershire in

1534, but normally town and country worked together, with clothiers and urban merchants profiting from trading in cloth made by rural artisans. We have seen that relations with rural industry were a feature of the urban economies of Birmingham and Nuneaton.

Urban historians sometimes emphasise the complexity of large towns, and imply that small towns were simple by comparison. If small towns were entirely involved in transferring goods, services and people between rural areas with varied landscapes, the generalisation would be justified, but as we have seen the small towns were enmeshed in the same interactions as their larger neighbours. Simple they were not.

El Golfo de Cádiz durante el siglo XV: una prospectiva ambiental

Emilio Martín Gutiérrez¹

Resumen

Hasta la fecha no se ha efectuado una síntesis del Golfo de Cádiz durante el siglo XV. El estudio de los paisajes rurales es otra vía de análisis para el conocimiento de la sociedad medieval como creadora de los mismos. El aprovechamiento de los recursos naturales costeros del Golfo de Cádiz – en estrecha relación con las explotaciones agropecuarias, los bosques, las montañas, los ríos o humedales– formó parte del sistema productivo de las ciudades y villas durante el siglo XV. Desde una perspectiva ambiental, introduciré en el debate el análisis de los ecosistemas costeros como un sistema socio-ecológico donde el sistema natural y el sistema social están en constante interacción.

Palabras clave

Golfo de Cádiz. Medio ambiente. Siglo XV.

The Gulf of Cádiz during the 15th century: an environmental prospective.

Abstract

To date there has been no synthesis of the Gulf of Cádiz during the 15th century. The study of rural landscapes is another option of analysis for the knowledge

¹ Universidad de Cádiz.

of medieval society as creator of them. The utilization of the natural coastal resources of the Gulf of Cádiz - in close relationship to farms, forests, mountains, rivers or wetlands - was part of the productive system of cities and towns during the 15th century. From an environmental perspective, I will introduce in the debate the analysis of coastal ecosystems as a socio-ecological system where the natural system and the social system are in constant interaction.

Keywords

Gulf of Cádiz. Environment. 15th century.

“Antes todo consistía en el peso ancestral de la quietud y en pasear por los alcornocales y pinares alrededor de las aguas estancadas que llaman Lago Moura, con unas ruinas cercanas que la memoria popular no sitúa más allá de los moros”

Mário de Carvalho - *El salón magenta*

Introducción

Inicio mi reflexión con un caso centrado en la Bahía de Cádiz. El 9 de mayo de 1493 los Reyes Católicos se ponían en contacto con el alcalde de Cádiz Juan de Benavides. El motivo era que los pescadores y marineros de esta ciudad y los de El Puerto de Santa María: “han tentado e tientan de matar e matan atunes con barcos e con harpones en los lugares e termino donde se suele e acostunbra hazer e armar las almadras”. Estas prácticas eran consideradas perjudiciales ya que “espantan los atunes que en las dichas almadras avían de morir”. El 16 de diciembre de aquel año los monarcas retomaban el tema ante la petición del duque de Medinaceli Luis de la Cerda que defendía los intereses de los pescadores portuenses. En su informe acudía a la tradición –los pescadores del Puerto “avían estado e estaban en posesión de muchos tienpos e años a esta parte de harponear atunes”– y sostenía que estas artes pesqueras no entorpecían el trabajo en las almadras porque se hacían en “lugares que están apartados del almadra donde los atunes della no se pudiesen espantar”. En su opinión, la decisión tomada en el mes de mayo había sido contraria a la orientación económica de su villa de El Puerto. En aras de buscar una solución, los Reyes Católicos ordenaron al licenciado Sebastián de Balboa que hiciese una pesquisa basada en documentos y en la declaración de testigos. Mientras tanto y

a la espera de que la investigación aportase resultados, el 22 de enero de 1494 los monarcas volvían a prohibir a los pescadores del Puerto que arponeasen atunes por las consecuencias que derivarían en las almadrabas de Cádiz².

Este ejemplo muestra un enfrentamiento entre dos poderes –una ciudad de realengo y una villa señorial – en torno al aprovechamiento de los recursos naturales en la bahía gaditana. No fue, evidentemente, un incidente aislado. En el Reino de Sevilla, el duque de Medina Sidonia exigía el cumplimiento del monopolio de armar almadrabas concedido por la monarquía castellana³. Sin embargo, ya que este derecho siempre había sido discutido, se tuvieron que buscar vías transaccionales. Por ejemplo, el 20 de mayo de 1474 se firmó un acuerdo en Sevilla entre el duque de Medina Sidonia y el marqués de Cádiz. Este último podría armar almadrabas en Cádiz a cambio de desmontar las que tuviese en Rota. Pero la concordia no se limitó al aprovechamiento de los recursos naturales sino que también afectó a las actividades comerciales: el marqués de Cádiz recibió “los derechos del cargo e descargo de todas las mercadorías que se descargan e cargan e se descargaren e cargaren” en la bahía gaditana⁴.

Ambos casos que acabo de sintetizar me sirven, a modo de introducción, para reflexionar sobre una problemática que me interesa como línea de investigación: de un lado, el crecimiento económico y, de otro, como consecuencia de lo anterior, su incidencia en el aprovechamiento de los recursos naturales en la costa andaluza del Golfo de Cádiz durante el siglo XV. Este tema de estudio no es ajeno a las preocupaciones mostradas por diversos intelectuales en nuestra contemporaneidad. En este sentido, pienso que las palabras de Salvatore Settis, que reproduzco a continuación, sirven para enmarcar el argumento principal de esta contribución: la interacción de la sociedad con el medio ambiente en la época medieval:

“Dobbiamo, insomma, domandarci se davvero sia possibile un’architettura democratica senza una concezione democratica del paesaggio, cioè di un suo uso mirato al bene comune. Se non è tempo di sfidare categorie date per scontate, come la sottomissione a una *modernità* che comporta non solo il radicarsi,

² ABELLÁN PÉREZ, Juan - *Documentos de los Reyes Católicos. El Puerto de Santa María (1477-1503)*. El Puerto de Santa María, 2016, pp. 213, 222-223 y 291-292.

³ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - “Las almadrabas de Andalucía (Siglos XIII-XVI)”. *Boletín de la Real Academia de la Historia* 190/3 (1993), pp. 345-354; IGLESIAS RODRÍGUEZ, Juan José - “Las industrias del mar en el litoral andaluz a comienzos de la Edad Moderna”. *Revista de Historia de El Puerto* 28 (2002), pp. 11-23. FLORIDO DEL CORRAL, David - “Las almadrabas andaluzas: entre el prestigio y el mercado”. in CHIC GARCÍA, Genaro (dir.) - *Economía de prestigio versus economía de mercado*. Sevilla: Padilla Libros, 2006, pp. 193-214.

⁴ CARRIAZO RUBIO, Juan Luis - *La Casa de Arcos entre Sevilla y la frontera de Granada (1374-1474)*. Sevilla: Universidad, 2003, pp. 502-507.

ma la crescita delle diseguaglianze e dell'ingiustizia sociale. Se non sia venuto il tempo di riportare al centro dell'attenzione i problemi umani e sociali che tendiamo a rimuovere, in nome di una religione dello sviluppo ad ogni costo”⁵.

1. “Una producción agrícola y urbana de intensidad creciente”. Luces y sombras

La narrativa que analiza el siglo XV está marcada por el signo de un crecimiento polinuclear sustentado en la identificación de regiones mediterráneas y atlánticas interconectadas entre sí. Desde estos presupuestos, las regiones no son estudiadas en clave centro-periferia sino individualizadas dentro de una globalidad⁶.

De los investigadores que han abordado, y continúan abordando, esta problemática, elijo uno que dibuja los rasgos de la economía europea del siglo XV como un “sistema notablemente equilibrado” que ofrecía “las condiciones propicias para una producción agrícola y urbana de intensidad creciente”. En opinión de Chris Wickham, que es el medievalista a quien estoy siguiendo, Europa contaba en aquel entonces con las infraestructuras adecuadas “para poder aprovechar económicamente el siguiente cambio, totalmente externo, que ocultaba el futuro”: la apertura comercial del océano Índico, gracias a Portugal, y del Atlántico y las Américas, de la mano de España⁷.

Esta “producción agrícola y urbana de intensidad creciente” fue tomando cuerpo a través del incremento demográfico, la fundación de poblaciones y la mercantilización de las economías locales. De forma individual, cada una de estas líneas han sido estudiadas en las ciudades y villas andaluzas del Golfo de Cádiz.

Las dos ciudades más pobladas de esta región, que se corresponde con el Reino de Sevilla, están situadas en el interior: Sevilla con 50.000 habitantes y Jerez con 19.000 habitantes según un censo elaborado en 1533-1534. Aunque estas dos urbes miraban al mar –ambas estaban bien conectadas con el Atlántico gracias al Guadalquivir y al Guadalete, respectivamente– tuvieron una fuerte implantación en el interior, con características comunes y diferencias significativas que paso a señalarlas de forma muy esquemática.

⁵ SETTIS, Salvatore - *Architettura e democrazia. Paesaggio, città, diritti civili*. Torino: Einaudi, 2017, p. 158.

⁶ YUN, Bartolomé - *Marte contra Minerva. El precio del Imperio Español. C. 1450-1600*, Barcelona: Crítica, 2004, pp. 103-104.

⁷ WICKHAM, Chris - *Europa en la Edad Media. Una nueva interpretación*. Barcelona: Crítica, 2017, pp. 331.

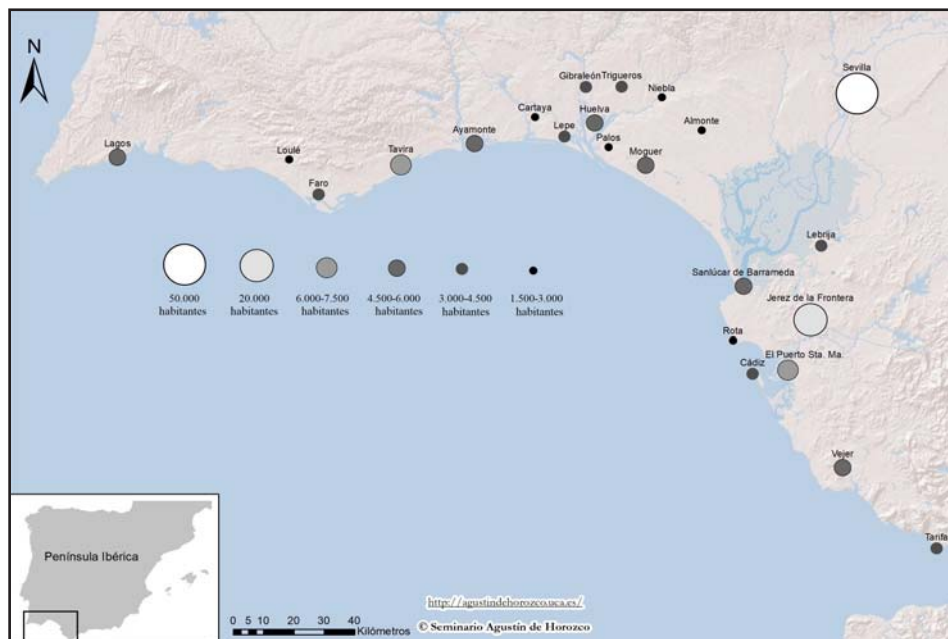


Fig. 1 - Ciudades más importantes en el Golfo de Cádiz⁸

Las dos ciudades más pobladas de esta región, que se corresponde con el Reino de Sevilla, están situadas en el interior: Sevilla con 50.000 habitantes y Jerez con 19.000 habitantes según un censo elaborado en 1533-1534. Aunque estas dos urbes miraban al mar –ambas estaban bien conectadas con el Atlántico gracias al Guadalquivir y al Guadalete, respectivamente– tuvieron una fuerte implantación en el interior, con características comunes y diferencias significativas que paso a señalarlas de forma muy esquemática.

Desde su configuración tras la conquista de 1248, el alfoz de Sevilla fue pensado “como un gran marco económico” asentado en las comarcas de La Campiña, La Sierra, La Ribera y El Aljarafe. Cada una de estas comarcas ejercía funciones complementarias en virtud de la orientación de sus cultivos. Institucionalmente la ciudad de Sevilla –con un notable componente mercantil, cuyo puerto es su mejor exponente– ejercía su predominio sobre los pueblos de su término. El habitante de Sevilla era un privilegiado en este ámbito rural. Desde un punto de vista económico, la oligarquía urbana con sólidas propiedades territoriales ejercía su preeminencia en el campo⁹.

⁸ La cartografía ha sido realizada por el Dr. Enrique Ruiz Pilares en el Seminario Agustín de Horozco de la Universidad de Cádiz.

⁹ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “Influencia de la economía urbana en el entorno rural de la Sevilla Bajomedieval”. in BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - *Mundo rural y vida campesina en la Andalucía Medieval*. Granada: Universidad, 2003, pp. 221-238, pp. 223-227.



Fig. 2 - Comarcas de Sevilla

Jerez fue organizando su amplio alfoz –139.320 hectáreas– en dos momentos diferentes: cuando fue conquistada en 1264 y al recibir la aldea y término de Tempul en 1333 (Fig. 3). Como en el caso anterior, la ciudad creó las condiciones adecuadas para el establecimiento de un cuerpo mercantil y favoreció que la oligarquía urbana ejerciese su preeminencia mediante sus propiedades territoriales. La ciudad se fue imponiendo sobre el campo: las aldeas rurales existentes durante el último cuarto del siglo XIII y el XIV fueron desapareciendo y las que quedaron tuvieron un papel meramente testimonial¹⁰.

Este modelo interpretativo también puede aplicarse a otros núcleos del interior –por ejemplo, Carmona con 8.750 habitantes o Loira del Río con 3.165 habitantes, siempre según el censo de 1533-1534 –resaltando las semejanzas y las diferencias. Así pues, la tendencia general se ajusta, perfectamente, a esa “producción agrícola y urbana de intensidad creciente” a la que me refería con anterioridad.

Ahora bien, sin negar este paradigma, cabría preguntarse sobre las sombras que esconden este crecimiento económico. Pienso, por ejemplo, en la concentración de bolsas de pobreza en muchas ciudades de Europa Occidental¹¹. Como ha apuntado Roberta Mucciarelli la lectura sobre el crecimiento económico, asentada como

¹⁰ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - *La identidad rural de Jerez de la Frontera. Territorio y poblamiento durante la Baja Edad Media*. Cádiz: Universidad, 2003, pp. 71-139.

¹¹ BOIS, Guy - *La Gran Depresión Medieval: siglos XIV-XV. El precedente de una crisis sistémica*. Valencia: Universidad, 2001, pp. 119-128.

parámetro para analizar una sociedad, es permeable a juicios individuales y colectivos “perché ciascuno intrepeta dati e condizioni oggettive secondo la propria cultura, le aspettative delle propria collettività, le mitologie diffuse, ecc.”¹². Centrando sus reflexiones en las ciudades italianas –una de regiones urbanas más desarrolladas de Europa Occidental– Gabriella Piccinni señalaba que, junto al aumento demográfico y la consolidación del modelo urbano entre los siglos XII y XIV, “crebbe anche il numero delle persone in difficoltà, emersero nuovi bisogni e la contrapposizione tra ricchezza e povertà divenne quasi ossessiva, e centrale nello stesso sentimento comune religioso”¹³.

Aumento del número de personas con dificultades, surgimiento de nuevas necesidades en las ciudades –pero, también, en el campo, podría añadir– y oposición cada vez más evidente entre riqueza y pobreza son fenómenos que también han sido detectados en diversas comarcas de la región del Golfo de Cádiz durante el siglo XV y las primeras décadas del XVI¹⁴. Las posibilidades de crecimiento global y enriquecimiento individual, a las que me vengo refiriendo, no deben ocultar otras situaciones sociales cercanas a la marginación, a la pobreza y al subempleo tanto en la ciudad como en el campo¹⁵. En este sentido, las investigaciones de Mercedes Borrero vienen ofreciendo una valoración de conjunto muy interesante. Aunque ahora no puedo entrar en un análisis detallado de la **Tabla 1**, estos datos son elocuentes en lo tocante a las diferencias comarcales en la estructura socioeconómica de las poblaciones de las comarcas sevillanas.

¹² MUCCIARELLI, Roberta - “La percezione della crescita”. in *La crescita economica dell’Occidente Medievale. Un tema storico non ancora esaurito. Centro Italiano di Studi di Storia e d’Arte. Pistoia, 14-17 maggio 2015*. Roma: Viella, 2017, pp. 423-445, p. 426.

¹³ PICCINNI, Gabriella - *Il banco dell’Ospedale di Santa Maria della Scala e il mercato del denaro nella Siena del Trecento. Ospedali medievali tra carità e servizio*. Pisa: Pacini Editore, 2012, p. 20.

¹⁴ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “Andalucía ante las crisis agrarias. La incidencia decisiva del factor endeudamiento a finales de la Edad Media”. in BENITO I MONCLÚS, Pere (ed.) - *Crisis alimentarias en la Edad Media. Modelos, explicaciones y representaciones*. Lleida: Milenio, 2013, pp. 231-250; MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “La crisis de 1503-1507 en Andalucía. Reflexiones a partir de Jerez de la Frontera”. in OLIVA HERRER, Hipólito Rafael; BENITO I MONCLÚS, Pere (eds.) - *Crisis de subsistencia y crisis agrarias en la Edad Media*. Sevilla: Universidad, 2007, pp. 277-302.

¹⁵ En este sentido son ilustrativas las aportaciones incluidas en *Ricos y Pobres: opulencia y desarraigo en el Occidente Medieval. Actas de la XXXVI Semana de Estudios Medievales. Estella, 20 a 24 de julio de 2009*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2010.

Tabla 1 - Estructura socioeconómica de la población en el área sevillana¹⁶.

Tipos campesinos	Campaña	Aljarafe	Sierra
Élite local	4%	5%	5%
Pequeños propietarios	8%	10%	20%
Minifundistas	48%	65%	60%
Braceros	40%	20%	15%

Para que un recurso se convierta en un capital necesita su integración en el mercado. En este sentido, fue significativo el interés de la élite urbana sevillana y de las redes comerciales por el aceite del Aljarafe y su adquisición mediante las compras anticipadas de la cosecha. Fue una dinámica que afectó directamente a la estructura socioeconómica de esa comarca y al trabajo de los campesinos y campesinas que acudían a las haciendas olivareras¹⁷. He analizado esta problemática en Jerez de la Frontera. Los problemas de liquidez y la aportación de capital para el funcionamiento de las explotaciones agrarias –el papel de los mercaderes jerezanos, por ejemplo, es fundamental para entender el desarrollo del viñedo a finales del siglo XV– fueron frecuentes. Y, al igual que en el Aljarafe, esta dinámica tuvo una incidencia en el mercado de trabajo¹⁸. En las coyunturas de crisis agrarias andaluzas –1413-1414, 1432-1437, 1463-1467, 1471-1474, 1503-1507 ó 1521-1523 –las situaciones de riesgo aumentaron de forma considerable. Esta vulnerabilidad se fue manifestando en aquellas personas que venían acumulando pérdidas que les dificultaban –o, incluso, les imposibilitaban cumplir con el pago de los censos por sus tierras o por sus casas. En este sentido, llamo la atención sobre los altos niveles de endeudamiento en la sociedades urbanas y campesinas atestiguados en diversas comarcas peninsulares,

¹⁶ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “El subempleo agrario. Un modo de vida común en los campos andaluces a finales de la Edad Media”. *Studia Historica. Historia Medieval* 31 (2014), pp. 23-45, pp. 30.

¹⁷ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “Los contratos de servicios agrarios y el mercado de trabajo en el campo sevillano bajomedieval”. *Historia. Instituciones. Documentos* 14 (1988), pp. 181-225.

¹⁸ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “El Memorial de bienes y deudas de Diego de Lepe (1517): a propósito del sistema crediticio en Jerez de la Frontera”. *Historia. Instituciones. Documentos* 44 (2017), pp. 179-209, pp. 193-195.

como, por ejemplo, en Andalucía Occidental y Valencia¹⁹.

A modo de propuesta, planteo que esta lectura también debe estar integrada en el análisis del aprovechamiento de los recursos naturales desde una perspectiva ambiental. Un buen ejemplo pudiera ser la recolección de almajos en la marisma del Guadalquivir a finales del siglo XV. Una vez quemadas las plantas, sus cenizas eran utilizadas para la fabricación de jabón. Los campesinos de Lebrija recogían almajos durante el verano –tras la recolección del trigo y antes de iniciarse los trabajos en el olivar– y los enviaban a Sevilla. En la ciudad el producto era comercializado por la familia genovesa de los Ripparolio entrando de esta forma en los circuitos comerciales europeos²⁰.

En 1505 los campesinos jerezanos más empobrecidos buscaron la adquisición de tierras y la plantación de viñas en Mesa de Bolaños y Lomo Pardo en el término de Jerez. No consiguieron sus propósitos ya que prevalecieron los argumentos de la oligarquía urbana defensora de sus intereses ganaderos. Las declaraciones de los testigos, llamados a testificar sobre este asunto en 1505, aportan una información valiosa para el medievalista. Junto a los que carecían de tierras y las reclamaban para roturarlas, estaban los que completaban su economía familiar con la recolección de frutos en los espacios comunales. Frente a un problema acuciante –la necesidad de repartir tierras para alimentar a un sector de la población– que exigía transformar los ecosistemas mediante roturaciones, hubo una negativa de los regidores jerezanos asentada en planteamientos políticos, sociales y económicos²¹.

En Cazalla de la Sierra la presión demográfica de las primeras décadas del siglo XVI empujó a los campesinos más desfavorecidos a ocupar las tierras comunales. La respuesta de Sevilla no se hizo esperar actuando contra aquéllos que habían procedido de esta manera²².

Lo que acabo de relatar no fueron, desde luego, casos aislados; al contrario, las peticiones de los sectores más empobrecidos del campesinado y las respuestas de los poderes locales pueden rastrearse con relativa facilidad en la documentación de muchas localidades. Como decía con anterioridad, esta problemática, de la que sólo me he limitado a esbozar sus perfiles, entronca con una línea de investigación

¹⁹ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “Andalucía ante las crisis agrarias...”, pp. 231-250; FURIÓ, Antoni - “El mercado de la tierra en la Valencia de los siglos XIII al XV. Crédito, endeudamiento y compraventa de parcelas”. in *Atti delle Settimane di Studi. Istituto Internazionale di Storia economica F. Datini. Prato. Il mercato della terra. Secc. XIII-XVIII*. Prato: Le Monnier, 2004, pp. 797-812.

²⁰ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “Lebrija en la Baja Edad Media. Población y economía”. in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) - *I Jornadas de Historia de Lebrija. Edad Media. Lebrija, 28-30 de octubre de 2004*, Lebrija: Ayuntamiento, 2005, pp. 81-100.

²¹ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Jerez de la Frontera a la luz de la Información o Probanza de 1505: interacción sociedad-medio ambiente”. *Norba. Revista de Historia* 25/26 (2012/2013), pp. 227-246.

²² PÉREZ-EMBED, Javier - “Deforestación y reforestación en Sierra Morena Occidental (siglos XIII-XVI)”. in CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) - *El medio natural en la España Medieval. Actas del I Congreso sobre Ecohistoria e Historia Medieval*. Cáceres: Universidad, 2001, pp. 451-473, pp. 463-464.

atenta al medio ambiente. En las Ordenanzas andaluzas de los siglos XIV y XV había “una especial atención al control del uso de los espacios incultos, comunales o no”. Una constatación que no hace sino evidenciar el interés de los poderes locales por controlar las prácticas llevadas a cabo por los campesinos en aquellos ecosistemas²³. Este planteamiento ha sido desarrollado en otras regiones mediterráneas. En Italia, durante los siglos XV y XVI los bienes comunales dejaban de ser espacios incultos destinados a la subsistencia de las familias más necesitadas para transformarse en bienes susceptibles de ser fiscalizados y gestionados “in rapporto con le esigenze delle finanze delle comunità che ne erano titolari”²⁴.

2. Interacción sociedad-medio ambiente

En la región andaluza del Golfo de Cádiz encuentro una amplia variedad de paisajes. Esta afirmación –aparentemente simple– esconde una realidad compleja. Desde un punto de vista metodológico, los trabajos que vengo realizando parten de la aplicación del concepto *Riparia*, que procede de la ecología, a los estudios históricos. Según la propuesta de Ella Hermon el concepto *Riparia* integra interpretaciones ambientales y culturales en una lectura holística de la gestión del agua. Una compleja estructura espacial que integra tres ámbitos diversos: el paisaje conocido con sus elementos naturales; el paisaje construido gracias a la intervención antrópica y en función de los recursos naturales del medio; el paisaje percibido por una sociedad en una época determinada²⁵. Entroncando este planteamiento con la línea de investigación que vengo desarrollando, he analizado los ecosistemas marismes del Golfo de Cádiz como sistemas socio-ecológicos, donde el sistema natural y el sistema social están en constante interacción²⁶.

Como decía con anterioridad, ahora no puedo abordar en profundidad esta problemática. Por este motivo, en este artículo he decidido limitar mis reflexiones a dos ecosistemas planteando su interacción con la sociedad del siglo XV: me refiero a

²³ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “Jornaleros y braceros. La pobreza en la sociedad rural bajomedieval”. in *Ricos y Pobres: opulencia y desarraigo en el Occidente Medieval. Actas de la XXXVI Semana de Estudios Medievales. Estella, 20 a 24 de julio de 2009*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2010, 323-365, pp. 336.

²⁴ RAO, Riccardo - “Ripensando la trasformazione dei *commons* nei secoli XV-XVI: gestione indiretta, servizio pubblico, usurpazioni e pratiche locali nella pianura vercellese” (En prensa).

²⁵ HERMON, Ella (dir.) - “Riparia dans l’Empire Romain pour la définition du concept”. in *Actes des Journées d’étude de Québec, 29-31 Octobre 2009*. Oxford: J. and E. Hedges Ltd., 2010, pp. 4-5.

²⁶ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Sistemas socio-ecológicos. El aprovechamiento de las marismas en la región del Golfo de Cádiz durante el siglo XV”. in MALPICA CUELLO, Antonio; ARIAS GARCÍA, Jonatan; GARCÍA-CONTRERAS RUIZ, Guillermo (coords.) - *Los humedales como sistemas socio-ecológicos. Aproximaciones multidisciplinares*. Granada: Alhulia, 2019, pp. 61-119. VARGAS MOLINA, Jesús - “Consecuencias del megaproyecto de dragado de profundización en el sistema socio-ecológico del estuario del Guadalquivir, España”. *Agua y Territorio* 4 (2014), pp. 23-34, pp. 24-26.

la margen izquierda del estuario del Guadalquivir y a la Sierra Norte de Sevilla. Pero antes de entrar en el análisis propiamente dicho, quisiera apuntar dos consideraciones previas.

La primera se centra en la ciudad cuyo papel como articuladora del territorio es incuestionable. Entendida como un paisaje y una sociedad organizados, también fue un centro que interactuaba con el campo²⁷. Este planteamiento permite contemplar los paisajes urbanos y rurales “desde dentro y desde fuera” según la acertada expresión de Andrea Wulf, autora de una magnífica biografía sobre Alexander von Humboldt²⁸. Lo que quiero decir es que es necesario analizar el paisaje urbano y rural como un conjunto orgánico, poniendo el acento en la imbricación entre ambos ámbitos e incidiendo en la complementariedad entre los espacios cultivados y los incultos²⁹.

La segunda consideración atiende a que ambos ecosistemas, y esto es un aspecto que quisiera subrayar, estaban interconectados. Desde la Sierra de Segura y a través del río Guadalquivir circularon los denominados *rebaños de pinos*” Una madera demandada por las atarazanas sevillanas y solicitada por las ciudades y villas situadas en la cuenca³⁰. En Aracena y Constantina, pueblos ubicados en la Sierra Norte de Sevilla, se acotaron los montes más aptos para el crecimiento del roble con el objeto de dotar a unos astilleros que también se nutrían de la madera de las Marismas del Guadalquivir³¹.

²⁷ BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis; BOONE, Marc - “La ciudad medieval”. in PINOL, Jean-Luc (dir.) - *Historia de la Europa Urbana*. Valencia: Universidad, 2010, pp. 14-15.

²⁸ WULF, Andrea - *La invención de la Naturaleza. El nuevo mundo de Alexander von Humboldt*. Barcelona: Taurus, 2016, pp. 281.

²⁹ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Entre la costa y la sierra gaditanas. De los paisajes rurales a la interacción sociedad-medio ambiente en el siglo XV”. *Arqueología y Territorio Medieval* 25 (2018), pp. 227-259, pp. 247.

³⁰ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - “El Guadalquivir Medieval”. in RUBIALES TORREJÓN, Juan (ed.) - *El río Guadalquivir*. Sevilla: Junta de Andalucía, 2008, pp. 213-221, pp. 220.

³¹ PÉREZ-EMBID, Javier - “Deforestación y reforestación...”, pp. 456-457.

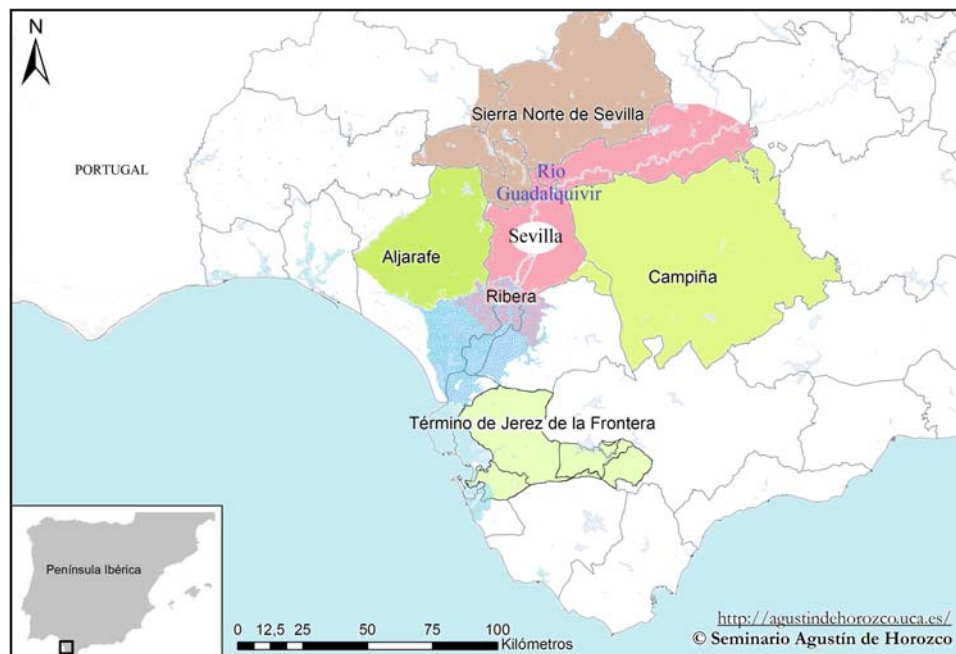


Fig. 3 - Ecosistemas del estuario del Guadalquivir y la Sierra Norte de Sevilla

2.1. La margen izquierda del estuario del Guadalquivir

Las desembocaduras de los ríos tienen una amplia tradición de estudios. En sus inmediaciones se han ubicado ciudades que han facilitado la circulación de personas, mercancías e ideas, que han controlado las fluctuaciones anuales de los ríos o que han construido complejos portuarios. En efecto, en opinión de Catherine Virlouvét las desembocaduras de ríos y deltas presentan características ambientales, económicas y sociales susceptibles de ser analizadas desde parámetros interdisciplinarios³². Cada una de estas actuaciones –aplicando la lectura de un sistema socio-ecológico– es un caso de estudio particular de la interacción de la sociedad con el medio ambiente. En el caso concreto que me ocupa, no conviene olvidar que el Parque Natural de Doñana –creado en 1969 y que cuenta con una extensión 53.709 hectáreas– se localiza en la margen derecha de la desembocadura del Guadalquivir.

A finales del siglo XV había cristalizado una red de relaciones socioeconómicas en el estuario en las que el mercado y el Guadalquivir desempeñaron un papel primordial. Sevilla, ubicada en el interior, ejercía una influencia notable no sólo por

³² VIRLOUVET, Catherine – “Préface”. in VERTECCHI, Giulia; VIRLOUVET, Catherine (eds.) - *City, River, Littoral. The Extension of Transportation Infrastructure in Delta Areas. Riparia Suplemento 1* (2018), 1-2. [Disponible en <https://revistas.uca.es/index.php/sig/article/view/4342>]

ser la ciudad más poblada, sino también por convertirse en un centro comercial y financiero de sesgo internacional. Sanlúcar de Barrameda, junto a la desembocadura del Guadalquivir, se fue convirtiendo en el núcleo rector de la Casa de Medina Sidonia, contando también con mercaderes extranjeros.

Las investigaciones geoarqueológicas en Sevilla están aportando datos muy interesantes sobre su evolución paleogeográfica. Estos estudios vienen subrayando la interacción del Océano Atlántico y del Guadalquivir, un argumento imprescindible para la comprensión de la evolución del paisaje, del tipo de aprovechamiento de los recursos naturales y, también, de la propia consolidación del poblamiento de este núcleo urbano³³. Loïc Ménanteau estudió la evolución de los puertos de Sevilla y Sanlúcar de Barrameda evidenciando la combinación de factores naturales y antrópicos entre los siglos XII y XVI. Si los primeros fueron los causantes de la fuerte dinámica hidro-sedimentaria, los cambios en las técnicas culturales y el aprovechamiento del suelo tras la conquista feudal acentuaron y aceleraron los procesos de sedimentación³⁴.

Durante el siglo XV hubo actuaciones antrópicas sobre el río con objetivos modestos. Desde Lebrija –una localidad en torno a los 4.065 habitantes en 1533-1534 –se emprendieron obras de canalización en el estuario del río. En 1451 el alcalde de esta localidad informaba que los regidores de la ciudad de Sevilla habían ordenado la construcción de un canal en el caño de Tarfia para facilitar la entrada y salida de los barcos³⁵. En 1526 el concejo de Sanlúcar de Barrameda –alrededor de 5.080 habitantes en 1533-1534– constataba la proliferación de bancos de arena en la desembocadura del Guadalquivir. Para evitar los peligros en la navegación, los marineros sanluqueños debían sondear diariamente la barra³⁶. Sin embargo, las grandes transformaciones efectuadas sobre el tramo final del río –las denominadas *cortas* de los meandros– no se llevaron a cabo hasta los años centrales del siglo XVIII. Esta situación contrasta con los cambios, de los que tenemos noticias documentales y

³³ BORJA BARRERA, Francisco - “Geoarqueología urbana en Sevilla”. in BELTRÁN FORTES, José; RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva (coords.) - *Sevilla arqueológica. La ciudad en época protohistórica, antigua y andalusí*. Sevilla: Ayuntamiento, 2014, pp. 276-315, pp. 278-279.

³⁴ MÉNANTEAU, Loïc - “L’influence des facteurs naturels et anthropiques sur l’évolution des ports de Basse-Andalousie (XIII^e-XVI^e siècles): études de cas (Palos de la Frontera, Séville et Sanlúcar de Barrameda)”. in BOCHACA, Michel; SARRAZIN, Jean-Luc - *Ports et littoraux de l’Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIV^e-XVI^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires, 2015, pp. 167-187, p. 185.

³⁵ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Paisajes palustres entre la desembocadura del Guadalquivir y el Guadalete durante los siglos XIII al XV”. in MALPICA CUELLO, Antonio (ed.) - *Zonas húmedas en Andalucía Medieval. Inicio de un debate*. Granada: Alhulia, 2017, pp. 11-49, p. 39.

³⁶ MORENO OLLERO, Antonio - *Sanlúcar de Barrameda a fines de la Edad Media*. Cádiz: Diputación, 1983, pp. 40-41.

Arqueológicas, llevados a cabo en otros espacios ribereños peninsulares y europeos³⁷.

A finales del siglo XV la señorialización del litoral del Golfo de Cádiz era evidente. Entre la desembocadura del Guadalquivir y la Bahía de Cádiz había cinco jurisdicciones: la ciudad de Sevilla y su Tierra, la ciudad de Jerez y su término, el señorío jurisdiccional de Medina Sidonia, el señorío jurisdiccional de la Casa de Arcos y el señorío jurisdiccional de los Medinaceli. Aunque en este artículo no me ocuparé de cada uno de estos poderes, sí quisiera señalar que hacia el año 1500 el señorío de los duques de Medina Sidonia se extendía sobre una superficie de 6.000 Kms²: 2.500 Kms² con 8 poblaciones en la actual provincia de Cádiz y 3.500 Kms² con 23 poblaciones en la de Huelva. Estas tierras contaban en aquel año con 4.000 vecinos en la zona gaditana y 4.500 vecinos en la onubense, alrededor de 40.000 habitantes³⁸.

El impacto de la colonización castellana dejó su impronta en los paisajes agrarios de la margen izquierda del estuario del Guadalquivir. Las explotaciones de cereal en el término de Sanlúcar de Barrameda –que incluían los donadíos de Almonesterejo y Alventos, Albaida y Santiago de Fe, Évora y Monteagudo– proporcionaban a los duques de Medina Sidonia rentas que oscilaban entre 4.500 y 6.400 fanegas³⁹.

Los paisajes de olivar se extendían desde el norte de Jerez y Arcos hasta Sanlúcar, El Puerto y Chiclana. En el entorno del estuario, sobresalían las explotaciones de Monteagudo, en el término de Sanlúcar, y las de Trebujena. En esta última localidad había una hacienda con un molino de aceite y una *Casa de Cogederas* propiedad de los jerezanos Francisco de Gallegos e Inés de Mirabal mujer del jurado Bartolomé Dávila. El sistema de explotación era mediante arrendamiento. Por ejemplo, desde el 22 de noviembre de 1484 el arrendatario fue Fernando Velázquez de Cuéllar, vecino

³⁷ A modo de ejemplo, cito los siguientes casos de estudio: SILVA, Teresa Rebelo da - “Drenagem do Paul de Lagos (finais do século XV)”. in *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, Metodologia, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*. Lisboa, 2006, pp. 207-212; CAZZOLA, Franco - “Il Po”. in MATHEUS, Michael et alii (ed.) - *Le calamità ambientali nel Tardo Medioevo Europeo: realtà, percezioni, reazioni. Atti del XII convegno del Centro di Studi sulla civiltà del tardo Medioevo. S. Miniato, 31 maggio-2 giugno 2008*. Firenze: University, 2010, pp. 197-230; ABBÉ, Jean-Loup - “Técnicas de drenaje y sociedad feudal: las lagunas del Languedoc”. in TORRÓ, Josep; GUINOT, Enric (eds.) - *Hidráulica agraria y sociedad feudal. Prácticas, técnicas, espacios*. València: Universitat, 2012, pp. 187-206. TORRÓ, Josep - “Agricultural drainage technology in medieval Mediterranean Iberia (13th-16th centuries)”. *Ruralia* 10 (2013), pp. 309-323; KIRCHNER, Helena; VIRGILI, Antoni - “Espacios agrarios en el Bajo Ebro en época andalusí y después de la conquista catalana (Siglos XI-XIII)”. in TORRÓ, Josep; GUINOT, Enric (eds.) - *Trigo y ovejas. El impacto de las conquistas en los paisajes andalusíes (siglos XI-XVI)*. Valencia: Universitat, 2018, pp. 15-49; GUINOT, Enric - “La construcción de nuevos espacios agrarios en el siglo XIII. Repartimientos y parcelarios de fundación en el Reino de Valencia: Puçol y Vilafamés”. in TORRÓ, Josep, GUINOT, Enric (eds.) - *Trigo y ovejas. El impacto de las conquistas en los paisajes andalusíes (siglos XI-XVI)...*, pp. 119-160.

³⁸ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - *Andalucía a fines de la Edad Media. Estructuras. Valores. Sucesos*. Cádiz: Universidad, 1999, pp. 113.

³⁹ LADERO QUESADA, Miguel Ángel - “Sanlúcar Medieval”. in RUBIALES TORREJÓN, Javier (ed.) - *El río Guadalquivir. Del mar a la marisma. Sanlúcar de Barrameda*. Sevilla: Junta de Andalucía, 2011, 119-129, pp. 124.

de Trebujena. Durante el año de arrendamiento debía pagar 10 quintales de aceite de oliva y tenía permiso para coger “la aseytuna prieta e verde para su casa, la que quisiere comer, e sean quinse fanegas de aceitunas”⁴⁰.

El impulso repoblador de las Casas de Arcos y de Medina Sidonia se sustentó en el viñedo. En 1477 Rodrigo Ponce de León concedía una Carta Puebla a Chipiona en el término de Rota, dentro, por tanto, de su jurisdicción señorial. El 88,8% de los nuevos vecinos del pueblo tuvieron casas y viñas. Los campesinos debían plantar viñas –dos aranzadas durante los tres primeros años y otras dos en los sucesivos– y trabajar en los donadíos del Marqués de Cádiz –Montepetri, Casarejos, Casbuena, Montivo y Brea, ubicados en los términos de Rota y Chipiona– o en los del monasterio de Nuestra Señora de Regla⁴¹.

El impacto de la colonización sobre el aprovechamiento de los recursos marismeros también debe ser evaluado. En este sentido, los corrales de pesca –cuyos ecosistemas integran formas de vida vegetal y animal adaptadas al entorno– constituyen un ejemplo magnífico de la interacción de la sociedad con el medio formando parte del paisaje costero⁴². Recientemente he analizado su puesta en explotación en el estuario del Guadalquivir y en la Bahía de Cádiz: en la **Tabla 2** me limito a incluir los datos relativos al ámbito analizado en este artículo⁴³.

⁴⁰ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Entre el mar y la tierra. La desembocadura del Guadalquivir entre el siglo XV y la transición hacia el XVI”. in *Medio Orbe. Sanlúcar de Barrameda y la I vuelta al mundo. Actas del I Congreso Internacional sobre la I vuelta al mundo, celebrado en Sanlúcar de Barrameda (Cádiz) los días 26 y 27 de septiembre de 2016*. Sevilla: Ayuntamiento y Junta de Andalucía, 2016, pp. 75-91, pp. 83.

⁴¹ FRANCO SILVA, Alfonso - “Población y reparto de la propiedad en Chipiona durante el primer cuarto del siglo XVI”. in ARIZAGA BOLUMBURU *et alii* - *Mundos medievales. Espacios, sociedades y poder. Homenaje al profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre*. Vol. II. Santander: Universidad, 2012, pp. 1319-1338.

⁴² FLORIDO DEL CORRAL, David - “Corrales, una técnica de pesca tradicional en Andalucía”. in BERNAL CASASOLA, Darío (ed.) - *Pescar con arte. Fenicios y romanos en el origen de los aparejos andaluces. Catálogo de la exposición Baelo Claudia, diciembre 2011-julio 2012*. Cádiz, 2011, pp. 65-91, p. 78.

⁴³ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Los paisajes costeros interpretados desde la Riparia. Reflexiones sobre el Golfo de Cádiz a finales de la Edad Media”. *Revista Riparia. Suplemento 2* (2019), pp. 47-79.

Tabla 2 - Corrales de pesca en el estuario del Guadalquivir			
Sanlúcar de Barrameda			
Nombre	Propietario	Adquisición	Año
Gallego	Duque de Medina Sidonia	-	1450
Corvina	Convento S ^a M ^a de Barrameda	Donación Juan Ponce de León	1455
Montijos	Convento S ^a M ^a de Barrameda	Donación Juan Ponce de León	1466
Chipiona			
-	Convento N ^a S ^a de Regla	Donación Pedro Ponce de León	1399
-	Convento N ^a S ^a de Regla	Donación Pedro Ponce de León	1399
Alamín	Pedro Camacho de Villavicencio, el Rico. Jerez	-	1507
¿Sulaver?	Pedro Camacho de Villavicencio, el Rico. Jerez Ana López, viuda de Alonso Núñez de Villavicencio. Jerez Juan Bernal del Espino. Jerez Diego Clemente	-	1507
Pelaio	Convento N ^a S ^a de Regla	Donación Francisco Pavón. Chipiona	1560

Los propietarios fueron las instituciones religiosas, los señores laicos y los grandes propietarios urbanos jerezanos. El sistema de explotación era mediante arrendamiento. Por ejemplo, el 30 de diciembre de 1507 el propietario jerezano Pedro

Camacho de Villavicencio *el Rico* arrendaba la tercera parte del corral del Alamín en Chipiona a Alonso Fernando el Lobo vecino de esta localidad durante tres años a razón de 3.700 maravedíes y dos lisas anuales. Ese mismo día la iglesia jerezana de San Salvador arrendaba a Pedro de Cazalla, vecino de Chipiona, las dos terceras parte de dicho corral. Este arrendamiento quedaba formalizado por tiempo de tres años a razón de 3.800 maravedíes y 4 lisas anuales⁴⁴.

Los duques de Medina Sidonia dejaron su impronta en los paisajes marismeníos, alentando las roturaciones y creando salinas como complemento imprescindible de la explotación almadrabera a las que ya he aludido en la introducción de este artículo. Durante el siglo XV gestionaron las explotaciones salineras de la margen izquierda del Guadalquivir, entre Alventos y El Puntal, y durante las primeras décadas del XVI fueron ampliando sus intereses hacia la Punta de los Cepillos⁴⁵. Un estado de la cuestión reciente sobre estas salinas, en particular, y sobre las costeras atlánticas, en general, puede seguirse en el libro coordinado por Loïc Ménanteau, planteado desde una perspectiva interdisciplinar y diacrónica⁴⁶.

En definitiva, durante el último cuarto del siglo XV y las primeras décadas del XVI hubo una intensificación del poblamiento costero. En el litoral los núcleos no sobrepasaron los 10.000 habitantes, con una horquilla que oscilaba entre 2.000 y 7.000 habitantes (**Fig. 1**). Esta carrera hacia el litoral se sostuvo, por un lado, gracias a la migración hacia los núcleos ya existentes y, por otro, a través de la fundación de pueblos. Como ya he señalado, para hacer más atractiva la llegada de pobladores, las autoridades entregaron solares para construir casas y lotes de tierras para roturarlas. Si el binomio cereal y viñedo tuvo un peso notable en esta *agrarización* tardía –con la fundación de Chipiona en 1477, Trebujena en 1494 o Villafranca de las Marismas en 1501⁴⁷– no hay que pasar por alto el aprovechamiento de los recursos naturales del litoral mediante las explotaciones salineras y las almadrabas que también tuvieron una incidencia directa en el poblamiento y en la colonización del territorio⁴⁸.

⁴⁴ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Los paisajes costeros...”, pp. 60-64.

⁴⁵ DAHLMANN, Liliane María - “Las salinas y la Casa de Medina Sidonia en los siglos XIV-XV”. in RUBIALES TORREJÓN, Javier (ed.) - *El río Guadalquivir. Del mar a la marisma. Sanlúcar de Barrameda*. Sevilla, 2011, pp. 169-175, pp. 173-174; CLEMENTE RAMOS, Julián; MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “I paesaggi d’acqua e le loro utilizzazioni nella Spagna sudoccidentale tra il tredicesimo e il sedicesimo secolo”. in *Gestione dell’acqua in Europa (XII-XVIII Secc.)*. *Atti delle Settimane di Studi*. Fondazione Istituto Internazionale di Storia Economica F. Datini. Prato, Firenze: University Press, 2018, 41-61, pp. 59.

⁴⁶ MÉNANTEAU, Loïc (dir.) - *Sels et Salines de l’Europe atlantique*. Rennes: Université, 2018.

⁴⁷ COLLANTES DE TERÁN, Antonio - “Nuevas poblaciones del siglo XV en el Reino de Sevilla”. *Cuadernos de Historia* 7 (1977), pp. 283-336; FRANCO SILVA, Alfonso - “Población y reparto de la propiedad en Chipiona...”, pp. 1319-1338; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *La Carta Puebla de Trebujena (1494)*. Trebujena: Ayuntamiento, 1994; COLLANTES DE TERÁN, Antonio; CARRIAZO RUBIO, Juan Luis; VILLALONGA SERRANO, José Luis (eds.) - *Carta Puebla de Villafranca de las Marismas*. Sevilla: Diputación, 2003.

⁴⁸ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Sistemas socio-ecológicos...”, pp. 90-101.

2.2. La Sierra Norte de Sevilla

Tras la conquista castellana, la comarca de la Sierra Norte de Sevilla se caracterizó por una economía silvo-pastoril. En aquel momento los cultivos, destinados al autoabastecimiento de la población, no apuntaban a que se tratase de una sociedad en expansión. Esta situación cambió durante el siglo XV debido al aumento demográfico y a “la presión de la demanda del mercado sevillano”⁴⁹. La conjugación de ambos factores tuvo un impacto en los bosques de la comarca. La extensión del cereal vino precedida por metódicas campañas de desmonte y rozas. Al mismo tiempo, el crecimiento de la cabaña ganadera, junto con otras actividades como el carboneo, se llevaron a cabo en detrimento del bosque⁵⁰.

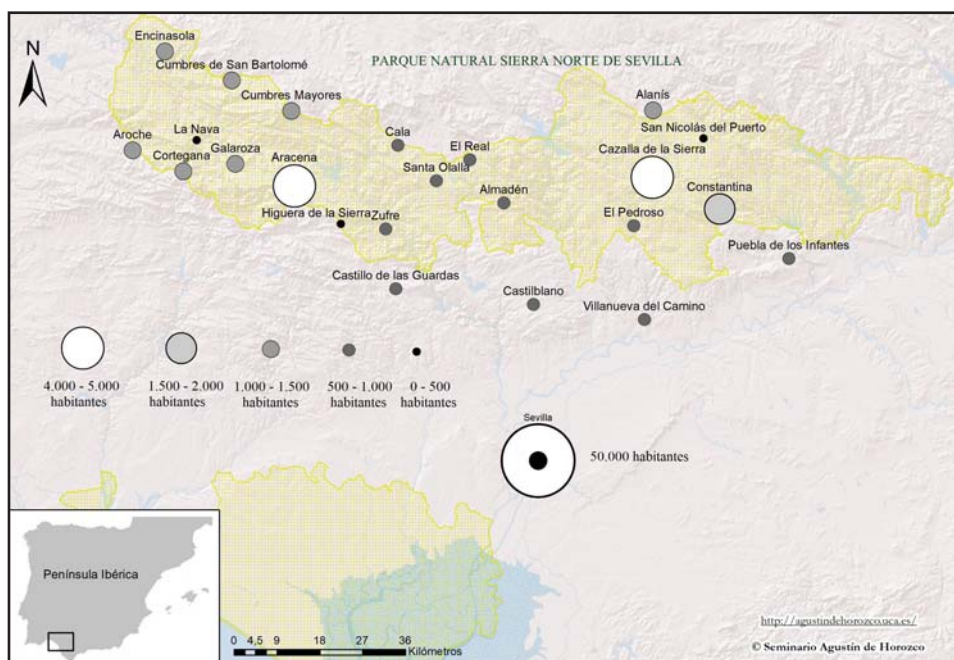


Fig. 4 - Núcleos de población y habitantes en la Sierra Norte de Sevilla

Las investigaciones de Mercedes Borrero han revelado datos muy interesantes en relación con la extensión del viñedo. Mientras que en El Aljarafe, los campesinos propietarios de parcelas de viñas representaban entre el 70% y el 80% de la población,

⁴⁹ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “La acción del hombre sobre el medio natural: paisaje agrario y ordenanzas rurales en el Reino de Sevilla de 1350 a 1500”. in BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - *Mundo rural y vida campesina en la Andalucía Medieval*. Granada: Universidad, 2003, pp. 413-448, pp. 435-436.

⁵⁰ PÉREZ-EMBED, Javier - “Deforestación y reforestación...”, pp. 461.

en La Campiña el porcentaje se reducía al 40% y en La Sierra alcanzaba el 80% del número total de vecinos. Ahora bien, estos campesinos propietarios o usufructuarios de la comarca de La Sierra tenían pequeñas parcelas –con superficies que no superaban una hectárea– conformando un paisaje vitivinícola extraordinariamente fragmentado⁵¹.

La apuesta por el viñedo en las localidades de la Sierra Norte de Sevilla posibilitó el paso de una producción de autoabastecimiento a otra de comercialización donde, como vengo señalando, el mercado de Sevilla fue un agente destacable. Desde luego, los ecosistemas de montaña no fueron espacios marginales, sino que formaron parte de los patrones de producción y comunicación del momento; es decir –como sostienen Peregrine Horden y Nicholas Purcell– las montañas mediterráneas estaban integradas en redes ecológicas más grandes, generando una interdependencia que era más intensa en los lugares donde la fragmentación era más acusada⁵². La complementariedad entre los recursos agrarios y silvopastoriles es fundamental para la comprensión del sistema productivo. Sin ella no se entendería el funcionamiento de las dehesas o las propiedades de cereal, por limitarme a dos ejemplos conocidos.

Como ya he comentado, desde finales del siglo XV proliferaron las medidas proteccionistas que defendieron los patrimonios silvopastoriles comunitarios y el aprovechamiento de los recursos. Como ha sido suficientemente subrayado por la investigación, las Ordenanzas Municipales aportan una información pormenorizada sobre este asunto⁵³. Con estas medidas los poderes locales –es decir, las élites locales de los pueblos y/o los representantes del señor en los señoríos jurisdiccionales– buscaron controlar el flujo de trabajo de los campesinos obteniendo beneficios económicos⁵⁴.

Esta lectura, con la que estoy absolutamente conforme, no tendría porqué oponerse con un planteamiento ambientalista. Creo que ambas líneas podrían complementarse a la hora de analizar la problemática del campesinado y de su actividad en relación con el aprovechamiento de los recursos naturales de los ecosistemas. Y aunque la palabra *Ecología* fue acuñada por el biólogo alemán Ernst Haeckel en 1866, el impacto antrópico sobre el medio estaba interiorizado como una preocupación en las sociedades del pasado⁵⁵. La búsqueda de un equilibrio –

⁵¹ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “La acción del hombre sobre el medio natural...”, pp. 428.

⁵² HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas - *The corrupting sea. A study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000, pp. 80-81.

⁵³ CARMONA RUIZ, María Antonia - “Notas sobre la ganadería de la Sierra de Huelva en el siglo XV”. *Historia. Instituciones. Documentos* 21 (1994), pp. 63-81; CARMONA RUIZ, María Antonia - “La organización de la actividad ganadera en los concejos del Reino de Sevilla a través de las Ordenanzas Municipales”. *Historia. Instituciones. Documentos* 25 (1998), pp. 113-133.

⁵⁴ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “Jornaleros y braceros...”, pp. 336.

⁵⁵ MOUTHON, Fabrice - *Le sourire de Prométhée. L'homme et la nature au Moyen Âge*. Paris: La Découverte, 2017, pp. 5-6.

aunque se destinasen tierras para el cultivo, el sistema necesitaba tierras de pastos y zonas incultas donde obtener madera, cazar, pescar, recoger frutos, etc.⁵⁶– propició que el aprovechamiento de los recursos naturales fuese controlado, minimizando, dentro de unos márgenes razonables, los riesgos. En este sentido, el articulado de las Ordenanzas Municipales de finales del XV y principios del XVI responde, en cierta manera, a esta lógica: defensa de determinados cultivos y aprovechamiento de los recursos naturales de los bosques. A modo de ejemplo cito el título XII de las Ordenanzas de Cortegana fechadas en 1532:

“Otro sí, por cuanto en la dehesa de la madera de la dicha villa [de Cortegana] que se dice Alcarabocino muchas personas, así vecinos de la dicha villa como de otras partes, entran en ella e cortan muchos árboles para madera sin lo haber menester, e aun para leña, por manera que de ello se recibe mucho daño en los dichos árboles. Por ende, ordenamos e mandamos que ninguna persona sea osada de cortar madera ni leña verde, para sí ni para otro, sin licencia del concejo de la dicha villa, jurando primeramente que aquella madera ha menester para su casa o hacienda, e quede asentada por ante el escribano del concejo la memoria de la madera que ha menester. E si cortare la dicha madera sin licencia que pague la pena el que cortare el árbol por el pie, que pague por cada uno doscientos maravedíes y el que cortare rama que pague por cada rama cien maravedíes. E si cortare más madera de la que quedare asentada, que pague la dicha pena e por la segunda vez sea la pena doblada”⁵⁷.

Consideraciones finales

Desde una prospectiva ambiental he introducido dos casos de estudios en el debate: los ecosistemas de la margen izquierda del estuario del Guadalquivir y de la Sierra Norte de Sevilla. Soy consciente, debido a la amplitud temática del objeto de estudio abordado en este trabajo, que he dejado muchas líneas sin analizar y otras están someramente esbozadas. Hasta la fecha no disponemos de una visión de conjunto sobre el impacto ambiental motivado por el incremento de habitantes en las ciudades o por la fundación de pueblos en la región del Golfo de Cádiz. Esta constatación no deja de ser un acicate para profundizar en esta línea de investigación.

⁵⁶ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “La acción del hombre sobre el medio natural...”, p. 438.

⁵⁷ PÉREZ-EMBID, Javier - “Deforestación y reforestación...”, pp. 466.

Un planteamiento basado en la interacción sociedad-medio ambiente favorece la introducción en la narrativa de conceptos como *Ecosistema*, *Recurso Natural*, *Vulnerabilidad* o *Resiliencia* que, al igual que *Riparia* –proceden de la ecología. Se trata de un vocabulario cada vez más habitual en los libros y artículos de los medievalistas que analizan esta problemática desde una prospectiva ambientalista⁵⁸.

El estudio de los paisajes rurales es otra vía de análisis para el conocimiento de la sociedad medieval como creadora de los mismos (sistemas socio-ecológicos). A finales del siglo XV y en los dos ecosistemas interconectados del Golfo de Cádiz que he analizado, había una jerarquía del poblamiento. El crecimiento de las ciudades y de los pueblos se asentaba en la explotación de los recursos agropecuarios y en el aprovechamiento de los recursos silvopastoriles. El mercado marcaba la pauta de buena parte de las actividades urbanas y agrarias. Tanto el crecimiento global como el enriquecimiento individual convivieron con situaciones personales cercanas a la marginación, la pobreza o el subempleo. En mi propuesta, esta lectura también debe ser tenida en cuenta en el análisis del aprovechamiento de los recursos naturales.

⁵⁸ BERNARDI, Philippe; BOISSEUIL, Didier - “Des prouffitz champestres à la gestion des ressources naturelles”. *Médiévales* 53 (2007), pp. 5-10 ; HOFFMANN, Richard C. - *An Environmental History of Medieval Europe*. Cambridge: University Press, 2015; RAO, Riccardo - “Gestire gli ambiente fluviali tra risorsa e rischio: resilienza e abbandono dei borghi nuovi sul Po”. in PANERO, Franco; PINTO, Giuliano; PIRILLO, Paolo (a cura di) - *Fondare abitati in età medievale. Successi e fallimenti. Omaggio a Rinaldo Comba. Atti delle Giornate internazionali di studio di San Giovanni Valdarno (Arezzo), Museo delle Terre Nove. 15-16 gennaio 2016*. Firenze: EDIFIR, 2017, pp. 63-80 ; MOUTHON, Fabrice - *Le sourire de Prométhée...* pp. 92-96.

Rural settlement and Environment. Landscape changes in the kingdom of Cordoba in the Late Middle Ages

*Javier López Rider*¹

Abstract

The conquest, in the 13th century, of the southern territories of the Crown of Castile, including the Kingdom of Córdoba, led to significant changes in the rural landscape; the substitution of Christian for Andalusí society was to have profound effects on the rural environment. The Late Middle Ages witnessed the creation of settlements of all sizes (towns, hamlets, farmhouses, cabins, etc.), all of which were related to strategies for the exploitation of the rural environment. As a result, this rural environment underwent a deep transformation (economic exploitation of resources, creation of roads and other infrastructure, etc.). The aim of the present article is to present an overview of the impact of small rural settlements upon local ecosystems in the Kingdom of Córdoba in the 13th-15th centuries, and thus examine the interaction between humans and nature in this historical context.

Keywords

Rural landscape. Environment. Middle Ages. Cordoba. Kingdom of Castile.

¹ University of Cordoba.

Poblamiento rural y medio ambiente. Modificaciones del paisaje en el reino de Córdoba a fines de la Edad Media

Resumen

Tras la conquista en el siglo XIII de los territorios meridionales de la Corona de Castilla, se origina un significativo cambio en el paisaje rural, se produce la sustitución de una sociedad andalusí por otra cristiana que tiene una marcada influencia sobre el medio físico. Centrando la atención hacia el reino de Córdoba, se puede apreciar el impacto que la nueva sociedad cordobesa tuvo sobre todo el entorno que le rodeaba. Durante la Baja Edad Media y especialmente en la zona meridional, ha experimentado cambios debido a la instalación de un poblamiento rural repartido por el alfoz cordobés (aldeas, villas, aldehuelas, chozas, cabañas, etc.) que buscó mejorar sus condiciones de vida adecuando la naturaleza a sus necesidades. Esto generó una transformación de este ámbito geográfico a través de diversas acciones (aprovechamiento económico del territorio, creación de vías de comunicación, de una variada infraestructura, etc.). En síntesis, el objetivo de esta propuesta consiste en proporcionar una visión general de la influencia que tuvieron los pequeños núcleos de población rural del reino de Córdoba durante los siglos XIII-XV sobre su ecosistema meridional. Con esta idea será posible conocer la interacción que existió entre dicho poblamiento y su entorno paisajístico.

Palabras clave

Paisaje rural. Medio Ambiente. Baja Edad Media. Córdoba. Corona de Castilla.

Introduction

Currently there is considerable concern about the impact and negative reflection of human action on the environment; the effects of pollution as a consequence of aggressive human action are global in scope (climate change, greenhouse effect, melting of the poles, etc.) and have a direct bearing on our lifestyle. The latest UN report on the environment is very pessimistic², despite all the measures being

² It can be consulted at:

https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/27689/AR2018_EN.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

applied by governments to try to mitigate the consequences of these changes. This concern for the environment has also reached the field of history, as some medieval history meetings held in recent years amply demonstrate³. It is increasingly clear that the Middle Ages witnessed similar dynamics, especially between the 13th and 15th centuries, when population grew, posing an increasing pressure on natural resources. I shall not examine whether it is possible to attest some degree of *ecological* thinking in the Middle Ages; this topic would merit more space than we can give it here: local ordinances, for example, express some concern for the protection and preservation of the natural environment⁴. I shall focus instead on the impact of generally unrestrained human action upon its immediate environment.

This is the anthropisation of the landscape to which Lucien Febvre referred in the 1920s, the transformation of the environment caused by human action⁵. This phenomenon clearly reflects the intimate connection, the dynamic interaction between people and environment. According to Michael Aston, “it might be assumed that any background material on the physical appearance of the landscape would be constant (...). As with man’s use of the landscape, however, these factors are changing all the time”⁶. As a result of this close relationship, the landscape will ultimately be shaped by the character of the human groups that inhabit it. Every society approaches the natural environment differently and uses different strategies to extract from it what it needs for survival⁷. It is clear that each human group decides how to organise, exploit and control the landscape, according to its own needs and

³ CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) - *El medio natural en la España Medieval. Actas del I Congreso sobre Ecohistoria e Historia Medieval*. Cáceres: Universidad, 2001; PÉREZ-EMBID, Javier (ed.) - *La Andalucía Medieval. Actas de las I Jornadas de Historia Rural y Medio Ambiente (Almonte, 23-25 de mayo del 2000)*. Huelva: Universidad, 2003; ROLDÁN CASTROS, Fátima (ed.) - *Paisaje y naturaleza en al-Andalus*. Granada: Fundación El legado andalusí, 2004; SABATÉ I CURRUL, Flocel (ed.) - *Natura i desenvolupament. El medi ambient a l’Edat Mitjana*. Lleida: Pagès Editors, 2007 and MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio (ed.) - *El paisaje rural en Andalucía Occidental durante los siglos bajomedievales. Actas de las I Jornadas Internacionales sobre paisajes rurales en época medieval (Cádiz, 1 y 2 de abril de 2009)*. Cádiz: Universidad, 2011.

⁴ SEGURA GRAÍÑO, Cristina - “¿Historia ecológica en la Edad Media? Fuentes y bases teóricas”. *Imago Temporis. Medium Aevum* 3 (2009), pp. 369-389; BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “La acción del hombre sobre el medio natural: paisaje agrario y ordenanzas rurales en el reino de Sevilla de 1350 a 1500”. in BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes (ed.) - *Mundo rural y vida campesina en la Andalucía Medieval*. Granada: Universidad, 2003, pp. 413-448 and SEGURA GRAÍÑO, Cristina - “Las ordenanzas de Morón de la Frontera ¿preocupación ecológica en la Edad Media?”. in CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo; DEL PINO GARCÍA, José Luis; CABRERA SÁNCHEZ, Margarita (eds.) - *Estudios en homenaje al profesor Emilio Cabrera*. Córdoba and Cáceres: Universidad de Córdoba and Universidad de Extremadura, 2015, pp. 585-592.

⁵ FEBVRE, Lucien - *La terre et l’évolution humaine. Introduction géographie à l’histoire* [Online]. Canada: Université du Québec à Chicoutimi, 2006, pp. 8-13. [Accessed 18 July 2019]. Available at http://classiques.uqac.ca/classiques/febvre_lucien/terre_evol_hum_geo_histoire/febvre_la_terre.pdf.

⁶ ASTON, Michael - *Interpreting the landscape: landscape archaeology in local studies*. London and US: Routledge, 2002, pp. 13-19.

⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel - “Sociedad rural y entorno físico: las modificaciones del paisaje en la Castilla medieval”. in SABATÉ I CURRUL, Flocel (ed.) - *Natura i desenvolupament. El medi ambient a l’Edat Mitjana*. Lleida: Pagès Editors, 2007, pp. 251-274, p. 253. MALPICA CUELLO, Antonio - “Una propuesta de análisis de la arqueología del paisaje. Reflexiones teóricas y un caso concreto de aplicación”. *Tudmir: Revista del Museo de Santa Clara* 1 (2009), pp. 9-28, p. 16.

limitations.

In the south of the Crown of Castile, the so-called *Reconquista* and the subsequent process of colonisation, including the arrival of large numbers of new settlers, was to have profound effects on the landscape of the modern provinces of Cádiz, Seville, Córdoba and Jaén. According to Mercedes Borrero, while population decreased substantially in the 14th century, the 15th century witnessed significant demographic growth, and economic activity intensified accordingly, leading to deep changes on the landscape⁸. Within this framework, the aim of the present article is to analyse landscape changes in the southern sector of the Kingdom of Córdoba between the 13th and 15th centuries. In order to achieve this, the available bibliography and a range of archival sources were consulted. Changes in settlement patterns from the 13th century onwards, and the effect that this settlement had upon the existing landscape were examined, with the ultimate aim of investigating the interaction between society and environment.

1. The southern sector of the Kingdom of Córdoba: 13th-15th

Settlement patterns in the Kingdom of Córdoba during the Late Middle Ages have been paid little scholarly attention to date, especially concerning the kingdom's southern sector, the area of farmlands generally known as *Campiña* (see **Fig. 1**)⁹. A number of publications, however, have addressed the impact of the creation of the *alfoz* or municipality of Córdoba once the Christian conquest displaced the previous Muslim population¹⁰. The arrival of new settler groups is a key factor in

⁸ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - "Cambios políticos y paisaje agrario en la Edad Media. El ejemplo del campo andaluz (siglos XIII-XV)". *Cuadernos del Cemyr* 7 (1999), pp. 69-94, p. 70.

⁹ LÓPEZ RIDER, Javier - "Estudios sobre paisaje y poblamiento rurales en el Medievo andaluz: balance historiográfico". *Medievalismo. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales* 28 (2018), pp. 75-112.

¹⁰ See, among other works: CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Tierras realengas y tierras de señorío en Córdoba a fines de la Edad Media. Distribución geográfica y niveles de población". in *Actas del I Congreso de Historia de Andalucía*. Vol. I. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros, 1978, pp. 295-308; CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Evolución de las estructuras agrarias en Andalucía a raíz de su conquista y repoblación". in CABRERA MUÑOZ, Emilio (ed.) - *Andalucía entre Oriente y Occidente (1236-1492)*. *Actas del V Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía*. Córdoba: Diputación Provincial, 1988, pp. 171-189; CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Reconquista, organización territorial y restauración eclesiástico en el reino de Córdoba". in *Fernando III y su época. Actas de las IV Jornadas Nacionales de Historia Militar*. Sevilla: Cátedra General Castaños and Diputación Provincial, 1995, pp. 313-334; CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Notas sobre la conquista y la organización territorial del reino de Córdoba en el siglo XIII". in *Medievo Hispano. Estudios in memoriam del prof. D. Lomax*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1995, pp. 83-100; CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Reflexiones sobre los repartimientos y la repoblación de Andalucía". in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) - *Sevilla 1248: Congreso Internacional conmemorativo del 750 aniversario de la conquista de la ciudad de Sevilla por Fernando III, rey de Castilla*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 2000, pp. 303-318; CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Algunos datos e ideas sobre el Repartimiento de Córdoba". in MUTGE VIVES, Josefina; SALICRÚ I LLUCH, Roser; VELA I AULESA, Carles (eds.) - *La Corona catalanoaragonesa, l'Islam i el món mediterrani: estudis d'història medieval en homenatge a la Doctora Maria Teresa Ferrer i Mallol*. Barcelona: CSIC, Institut Milà i Fontanals, Departament de Ciències Històriques-Estudis Medievales, 2013, pp. 141-148; CABRERA MUÑOZ, Emilio - Repoblación y señoríos en Andalucía (siglos XIII-XIV)". in ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz

the transformation undergone by the region. The greater part of the Kingdom of Córdoba was annexed by the Crown of Castile between 1225 and 1241. After Jaén fell, Christian troops were posed for the conquest of Córdoba, which fell on 29 June 1236¹¹. From that moment onward, the Castilians could begin to consolidate their position in the territory of Córdoba.

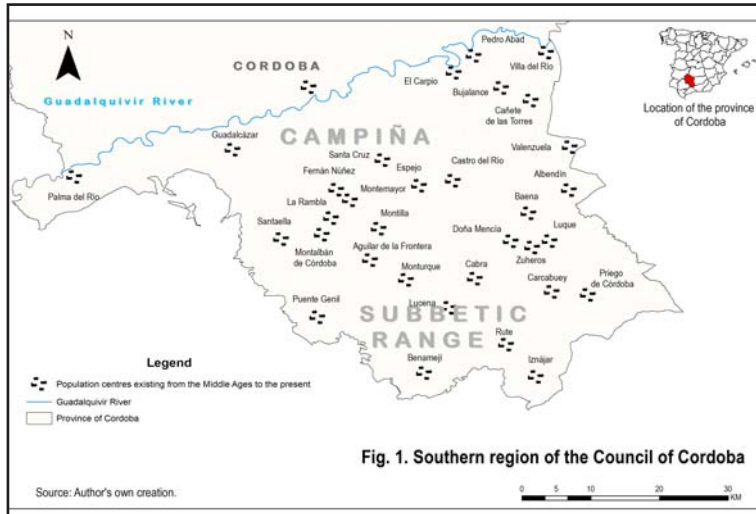


Fig. 1 - Southern region of the Council of Córdoba

et alii (eds.) - *Mundos medievales: espacios, sociedades y poder: homenaje al profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre*. Vol. II. Cantabria: Universidad, 2014, pp. 1109-1124; DEL PINO GARCÍA, José Luis - "Monturque en la Edad Media". in LACORT NAVARRO, Pedro; DEL PINO GARCÍA, José Luis; LÓPEZ PALOMO, Luis Alberto (eds.) - *Historia de Monturque de los orígenes al final de la Edad Media*. Monturque (Córdoba): Ayuntamiento, 1993, pp. 175-344; DEL PINO GARCÍA, José Luis - "De Castillo Anzur a Puente don Gonzalo: la ordenación social de un territorio campiñés en la Edad Media". in SORIA MESA, Enrique (ed.) - *Puente Genil, pasado y presente*. Córdoba: Universidad, 2002, pp. 243-260; DEL PINO GARCÍA, José Luis - "Poblamiento y organización social en la campiña de Córdoba durante la Edad Media". *Estudios de historia de España* 6 (2004), pp. 41-80; DEL PINO GARCÍA, José Luis - "Luque en la Baja Edad Media". *En la España medieval* 33 (2010), pp. 203-232; EDWARDS, John - *Christian Córdoba: the city and its region in the late Middle Ages*. Cambridge: Universidad, 1982; ESCOBAR CAMACHO, José Manuel - "La campiña de Córdoba en la Baja Edad Media: Delimitación y organización espacial". *Ifigea* 9 (1993), pp. 57-75; ESCOBAR CAMACHO, José Manuel - "Benamejí durante los siglos bajomedievales". in *Actas de las primeras jornadas de la Real Academia de Córdoba en Benamejí*. Córdoba: Real Academia de Córdoba, 1998, pp. 41-54; ESCOBAR CAMACHO, José Manuel - "La Córdoba bajomedieval (siglos XIII-XV): el origen de la ciudad cristiana". in ESCOBAR CAMACHO, José Manuel; LÓPEZ ONTIVEROS, Antonio; RODRÍGUEZ NEILA, Juan Francisco (coords.) - *La ciudad de Córdoba: origen, consolidación e imagen*. Córdoba: Universidad, 2009, pp. 83-132; NIETO CUMPLIDO, Manuel - *La historia de la Iglesia en Córdoba. Reconquista y restauración (1146-1326)*. Vol. II. Córdoba: Monte de Piedra y Caja de Ahorros, 1991, pp. 32-69; CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo - "El hábitat de Teba (Santa Cruz, Córdoba) en época medieval". *Arte, arqueología e historia* 12 (2005), pp. 102-110; CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo - "Valenzuela y su territorio en la Edad Media". in *Historia de Valenzuela: Actas de Jornadas*. Córdoba: Diputación Provincial, 2015, pp. 173-201; CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo - "El castillo de Castro el Viejo". in *Torreparedones. Investigaciones arqueológicas (2006-2012)*. Baena (Córdoba): Ayuntamiento, 2014, pp. 131-139; CARPIO DUEÑAS, Juan Bautista - *La tierra de Córdoba. El dominio jurisdiccional de la ciudad durante la Baja Edad Media*. Córdoba: Universidad and Obra Social y Cultural de Cajasur, 2000; GUICHARD, Pierre - "Córdoba, de la conquista musulmana a la conquista cristiana". *Awraq: estudios sobre el mundo árabe e islámico contemporáneo* 7 (2013), pp. 5-24 and LÓPEZ RIDER, Javier - "Organización y configuración territorial del reino de Córdoba en tiempos de Alfonso X (1252-1284)". *Norba. Revista de historia* 31 (2018), pp. 97-118.

¹¹ CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Reconquista, organización territorial...., pp. 316-317.

In 1225, Ferdinand III the Saint conquered Priego de Córdoba while sacking the Cordoban *Campiña*, and in 1227 troops under the command of Tello Alfonso launched a campaign around Baena, Lucena and Castro del Río (see **Fig. 1**). However, it was from April 1231, with the deterioration of internal political conditions in al-Andalus, that Castilian troops could enter from Andújar towards Córdoba, and by 1233 they already posed a very real threat to the unprotected eastern frontier¹². Between February 1240 and March 1241, the Christians gained control of the *Sierra*, and made the *Campiña* subservient through a series of pacts with the local inhabitants¹³. At this time, the Christians were handed several castles and towns in the southern sector, such as Luque, Lucena, Baena, Poley (Aguilar de la Frontera), Benamejí, Santaella, La Rambla, Palma del Río and Castro del Río, among others (see **Fig. 1**). Not all sources, however, agree on these strong points being surrendered peacefully, and some claim that they were taken by force¹⁴. Whatever the case might be, the fact is that in 1243 the city of Córdoba was granted a series of territories both to the north (*Sierra*) and to the south (*Campiña*). In this way, most of the kingdom, formerly in Almohad hands, fell under the control of the Castilians. The proximity of the frontier with the Nasrid Kingdom of Granada to the south was to mark the evolution of this region until this kingdom's final conquest in the 15th century; it was not until then that Córdoba may be considered to have had full control over its territory¹⁵.

After the conquest, the new territories had to be organised and colonised. The colonists were entrusted with exploiting the region's economic resources and defending the frontier¹⁶. The region of the so-called *Campiña* was to change its physiognomy fairly rapidly, although the administrative division of the Almohads was to a large extent maintained by the new Christian rulers until the end of the 13th century. Some studies argue that the jurisdictional borders of the Kingdom of Cordoba were the same as they had been during the Andalusi period, but the fact is that they were subject to constant shifts as a result of clashes between Christians and Muslims. Jurisdictional limits became blurred, and some districts which had originally belonged to Córdoba were incorporated to the Kingdoms of Seville and

¹² ESCOBAR CAMACHO, José Manuel - "La campiña de Córdoba en la Baja Edad Media...", pp. 59-60.

¹³ CARPIO DUEÑAS, Juan Bautista - *La tierra de Córdoba...*, pp. 24-25; NIETO CUMPLIDO, Manuel - *La historia de la Iglesia en Córdoba...*, pp. 67-69 and CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Reconquista, organización territorial...", p. 317.

¹⁴ CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Reconquista, organización territorial...", p. 318.

¹⁵ DEL PINO GARCÍA, José Luis - "Pleitos y usurpaciones de tierras realengas en Córdoba a fines del siglo XV: la villa de las Posadas". *Estudios de Historia de España* 12 (2010), pp. 117-160, pp. 118-119.

¹⁶ CABRERA MUÑOZ, Emilio - "Tópicos y realidades sobre la organización de Andalucía tras la reconquista". in MALPICA CUELLO, Antonio; PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo; FÁBREGAS GARCÍA, Adela (eds.) - *Historia de Andalucía. VII coloquio. ¿Qué es Andalucía? Una revisión histórica desde el Medievo*. Granada: Universidad, 2010, pp. 179-202, p. 181.

Jaén, for instance *Écija*, Peñaflor, Estepa and Porcuna¹⁷. With the arrival of Christian colonists, new settlements emerged, such as Fernán Núñez (founded by Fernán Núñez de Témez in the 13th century), Espejo (repopulated in the 14th century by Pay Arias de Castro), and Montemayor (created by Martín Alfonso de Córdoba in the 14th century), among others.

In addition, the Christians maintained important existing settlements in the area. When the Muslims arrived to the Iberian Peninsula, they found a settlement pattern and administration chiefly based on Roman models, which the Visigoths had modified in no significant way; Visigothic Christian districts were turned into Muslim *coras*. Córdoba became the capital of al-Andalus in 716, and its jurisdiction extended over virtually the whole *Campiña*, which was known as *Qanbaniyya*. This district reached as far as the *cora* of *Uliya* (Montemayor, see **Fig. 1**). It is likely that Córdoba's *cora* included *Shant-Yala* (Santaella, see **Fig. 1**) and *Rammla* (La Rambla, see **Fig. 1**). These *coras* were subdivided into smaller districts (*iqlim/aqalim*) peppered by multiple settlements. The population in the 10th century must have been very large, because according to Al-Udri the *cora* of Córdoba encompassed 3,000 settlements. This may reflect Córdoba's 15 *aqalim*, each of which contained castles (*husun*), hamlets (*qaryat*) and towers (*buruy*). Other evidence also suggests that the southwest of the *Campiña* was densely inhabited: Almodóvar del Río (*Al-Mudawwar*) ruled over 90 hamlets, *Uliyya* over 6 castles, 20 towers and 86 hamlets, and La Rambla over 26 castles, 35 towers and 102 hamlets. The *iqlim* of La Rambla, near Córdoba, known as *Uliyat al-Sahla* or *Rammla*, was the most important in terms of population and size, and it also possessed the most fertile lands. Toponyms that betray the Muslim presence abound, including Almazán (*al-Masan*), Guadalmazán, Guadalcazar, Arrecife (*Al-rasif*), Algarbes (*Al-garb*), Torre Albaén, Almequín or Moclín, Aben Cález or Aben Cáliz (*Ibn Qadis*), Abentojil, La Rambla (*Rammla*), Santaella (*Shant-Yala*), Almoraita or Almocaita (*Al-mora*), Haz Maymón, Algorfillas or Algarán, Abentuxen and Abenhance; their territory is also peppered by water cisterns significantly known as *alcubillas*¹⁸. In addition to the Arabic nomenclature, Andalusí pottery fragments suggest the existence of many otherwise unknown rural hamlets (*alquerías*), for example in Torre Albaén, where this pottery was found in association with a now ruinous rammed earth tower dated to the Almohad period¹⁹. The Christian record also mentions numerous similar toponyms in the Andalusu

¹⁷ See maps 1 and 2, LÓPEZ RIDER, Javier - "Organización y configuración territorial...", pp. 101 y 107.

¹⁸ SÁNCHEZ VILLAESPESA, Francisco - "Las torres de la Campiña de Córdoba en el siglo XIII. Un sistema de defensa de las comunidades rurales en época almohade". *Qurtuba. Estudios andalusies* 1 (1996), pp. 157-170, p. 161 y LÓPEZ RIDER, Javier - "Paisajes hídricos y poblamiento en la Campiña cordobesa a fines de la Edad Media". *Riparia* 4 (2018), pp. 111-145.

¹⁹ MARTÍNEZ CASTRO, Antonio; TRISTELL MUÑOZ, Francisco Javier - "Localizados los restos de la Torre de Albaén, importante bastión almohade del noroeste de la campiña cordobesa (término municipal de Córdoba)". *Qurtuba. Estudios andalusies* 3 (1998), pp. 256-258.

district of Estepa, bordering with those of Santaella and Puente Genil, including the *Wadi Šanil* (the Genil River), *al-Ranisul* (Castle of Anzur), *al-Junus* (Alhonor) and *Istabba* (Estepa)²⁰.

Most of the *Campiña* was handed over to the royal council of Córdoba, which was to manage its towns and castles, except for those which had been granted to the nobility and the Church. At first, in those areas surrendered by pact, a large Muslim population remained, and the Castilians were a minority. There were even mixed Muslim-Christian councils, for instance in Santaella and Aguilar in Córdoba and Osuna and *Écija* in Seville²¹. Later, the granting of major and minor *donadíos* by the monarch incentivised the repopulation of the rich farmlands which had remained void since the expulsion of the *Mudejares* following the 1264 revolt²². After the end of the 14th century, and its rich compliment of wars, epidemics and bad harvests, which caused a decrease in population, the 15th century witnessed substantial demographic growth and the increasingly intensive exploitation of the *Campiña*, a densely populated area throughout most of history, owing to its natural wealth.

Located in the Baetic Depression, which is framed by Sierra Morena to the north and the Baetic Range to the south, the *Campiña* has well-defined limits. The Guadalquivir River, as it runs through Córdoba may be interpreted as its northern border, while its southern limits have been discretionally set at an elevation of 500 m. a. s. l.²³. To the east and west it borders with the kingdoms of Jaén and Seville, respectively. The south-western districts present a succession of low rolling hills, caused by the predominance of Miocene geological formations (see **Fig. 2**). From a geological perspective, the soils are Tertiary and include clayey and marly-clayey sediments, soft and easily eroded. The climate is typically Mediterranean with mild winters and warm summers²⁴. Soils are highly fertile and water sources plentiful, facilitating permanent settlement²⁵. Some uncultivated areas are rich in scrub, and hunting was common in the Middle Ages, as suggested by the Alfonso XI's famous

²⁰ MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio - "En los confines de *Rayya*. Algunas consideraciones en torno a Estepa y su alfoz en época andalusí". *Anuario de Estudios Medievales* 43-2 (2013), pp. 751-776, pp. 762-753.

²¹ LÓPEZ RIDER, Javier - *Paisajes medievales de la Campiña Sur...*, p. 139; LÓPEZ RIDER, Javier - "Organización y configuración territorial ...", pp. 97-118 and GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *En torno a los orígenes de Andalucía. La repoblación del siglo XIII*. Sevilla: Universidad, 1980, pp. 61-62.

²² NIETO CUMPLIDO, Manuel - "El libro de los donadíos de la Catedral de Córdoba". *Cuadernos de Estudios medievales y ciencias y técnicas historiográficas* 4/5 (1979), pp. 125-162.

²³ ESCOBAR CAMACHO, José Manuel - "La campiña de Córdoba en la Baja Edad Media...", pp. 59-60.

²⁴ DOMÍNGUEZ BASCÓN, Pedro - *Agricultura y desarrollo económico desigual en zonas rurales. Puente Genil y Santaella. Siglos XVIII-XX*. Córdoba: Universidad, 1990, pp. 26-29 and FLORIDO TRUJILLO, Gema - "El patrimonio territorial en la Campiña y Subbético de Córdoba y Jaén: caracterización y dificultades para una gestión unitaria". in NARANJO RAMÍREZ, José - *Dinámicas funcionales y ordenación de los espacios del Sistema del Patrimonio Territorial Andaluz. Análisis en Andalucía Occidental*. Córdoba: Universidad, 2015, pp. 15-66, pp. 21-22.

²⁵ For example, in the Middle Ages, see LÓPEZ RIDER, Javier - "Paisajes hídricos y poblamiento...", pp. 111-145.

*Libro de la Montería*²⁶. Conditions, therefore, are prone to stable settlement. In the Roman period, the area was known as *Campania*, which is the root of the Andalusí *Qanbaniyya* and the Christian *Campiña*.²⁷ The area has been intensively exploited over time, and its physical characteristics have evolved to adapt to human settlement. As we shall see presently, the 13th and 15th centuries were especially significant in this regard, as a result of two factors: population growth and intensification of economic activities.



Fig. 2 - The *Campiña* modern landscape (LÓPEZ RIDER, Javier – *Santaella y el suroeste de la Campiña cordobesa a fines de la Edad Media*, 2 vols. Córdoba: University, 2017, PhD Thesis, vol. II, p. 474.)

²⁶ LÓPEZ ONTIVEROS, Antonio; VALLE BUENESTADO, Bartolomé; GARCÍA VERDUGO, Francisco - "Caza y paisaje geográfico en las Sierras Béticas según el Libro de la Montería". in CABRERA MUÑOZ, Emilio (ed.) - *Andalucía entre Oriente y Occidente (1236-1492). Actas del V Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía*. Córdoba: Diputación Provincial, 1988, pp. 281-308.

²⁷ DEL PINO GARCÍA, José Luis - "Poblamiento y organización social en la Campiña de Córdoba durante la Edad Media". *Estudios de historia de España* 6 (2004), pp. 41-80, pp. 48-49.

2. From natural environment to rural landscape

Continued human occupation of the *Campiña* has left abundant traces in the archaeological record. Late Medieval records also mention the reuse of old structures, references to Roman and Andalusí features being particularly abundant. These references, some of which are found in witness forensic statements, are of enormous interest. A lawsuit brought before a judicial court in 1566, concerning the exploitation of the spring of La Alcoba and the use of a nearby road, featured a witness called Antón del Postigo who, referring to events that took place in the 1490s, said that “el agua de la dicha Alcoba acude y viene a ella por un edefiçio hecho por obra de mano antiquísimo e tan antiguo que le pareçe a este confesante que fue fecho en tienpo de gentilidad porque el dicho edefiçio es muy bueno (...)”²⁸. The *gentiles* referred to must be the Romans. In another example, a lawsuit concerning land boundaries between Torre Don Lucas and the hamlets of Membrilla and Torreblanca, mention is made to the waterwheel of Gregorio. The lawsuit is dated to 1495 and 1496, but the witnesses mention events that took place much earlier, around the 1420s. The statement of up to twenty witnesses²⁹ agree that a number of farmers at the service of their lord Lope de los Ríos took possession of a series of royal lands, “hallaron allí una anoria y la alimpiaron y aprovecharon della”³⁰. Other witnesses say that the “una añora que estaba allí antiguamente o que estava antigua”, and add that they had used this waterwheel for various purposes³¹. This is likely to have been part of Villar de Gregorio, a farmhouse which, owing to the presence of the waterwheel, can be safely dated to the Andalusí period.

More generic references to the remains of old buildings also abound. Two witnesses from the town and castle of Montalbán (see **Fig. 1**) declared in 1545 that old remains could be seen in the hill of Haz Maymón. One of these witnesses, whose name is lost because the document is incomplete, declares that “(...) se han fallado e fallan muchos pedaços de edificios antiguos de ladrillos y mármoles en diversas partes del dicho çerro e ansy lo an hallado muchos labradores arando e se fallan oy día”³². Similarly, mentions are made to the *eagle’s holm oak*, a tree that grew next to an eagle and a cross made of stone; Alfonso López Nieto, from La Rambla, claims to

²⁸ “The water of said Alcoba is brought by a very ancient building, so well made that it seems to me that must have been built in the time of the gentiles”. 1566.06.26, Granada, Archivo de la Real Audiencia y Chancillería (hereinafter AchGr), leg. 2468, num. 7, no folio.

²⁹ 1496.04.13. AchGr, leg. 1615, num. 8, no folio.

³⁰ “Where they found a waterwheel, which they cleaned and began using”. 1496.04.13. AchGr, leg. 1615, num. 8, no folio.

³¹ “*Añora* was there from olden times”. 1496.04.13. AchGr, leg. 1615, num. 8, no folio and 1491.12.07, AchGr, leg. 535, num. 3, from the fol. 12r. forward.

³² “Many pieces of old buildings, bricks and marbles, can be found in the hill, and ploughmen found them all the time, and still do”. 1545 (no month neither day), Córdoba, Archivo Histórico Municipal (hereinafter AMCO), C-1020, doc. 57, no folio.

know “la ençina el Águila”, since at least 1433, “que estava en el camino de La Rambla a Montilla, que tenía una cruz”³³. More detailed still were the statements of Alfonso Sánchez and Miguel Ruiz de Valenzuela, from La Rambla; the former declared that in 1463 he saw “la encina el Águila que tenía una águila de piedra e al pie una cruz y aquel era visto por mojón”; the latter claimed to have seen the “fueron a la encina el Águila, la cual tenía una cruz hecha (...)” in 1444³⁴. Frequent mention was made to abandoned rammed earth buildings, for instance in Las Pinedas, where a “paredón de argamasón questá cerca de las casas del cortijo”, according to a witness statement dated to 1431; according to this statement this wall was used as a boundary marker between the farmhouse’s land and the neighbouring royal estate³⁵. Similarly, a tall building, similar to a tower made of rammed earth stood in the Muslim hamlet of Aben Cález³⁶, and another “edifício de argamasa que diçen el argamasón, asomante al río Monturque” was found in Santaella, near *cortijo* Cabeza del Obispo, owned by Gome Suárez de Figueroa, *alcaide* of Antequera and Count of Feria³⁷. In the boundary between the terms of Aguilar and La Rambla (see **Fig. 1**) there was “un edifício de calera antiguo donde estava un hoyo grande o el puntal de la Tejonera”³⁸. Toponyms are full of references to the Andalusí past, such as Haza del Moro or Haza de la Morería, situated among the town houses in La Rambla. The inhabitants of the town had been reusing these structures from as early as 1480³⁹. Needless to say, archaeology has confirmed these reports, and walls and pottery are a common find (see **Fig. 3**), alongside roof tiles and other structures.

This evidence demonstrates that the south of the Kingdom of Córdoba has been, with its ups and downs, populated continuously from Prehistory to today. In the Late Middle Ages, increasing population density led to the development of a basic administrative structure to support the economic activities that progressively shaped the landscape.

³³ “The eagle’s holm oak”. “This tree being located in the road that goes from La Rambla to Montilla”. 1493.12.08, Sevilla, Archivo General de Andalucía (hereinafter AGA), Sección Priego, leg. 1110, fols. 236r-301v.

³⁴ “The eagle’s holm oak, which grew next to a stone eagle, with a cross at the bottom, now used as a milestone”. “Eagle, which had a cross made on it”. 1493.12.08, AGA, Sección Priego, leg. 1110, fols. 236r-301v.

³⁵ “Big wall of rammed earth stood near the *cortijo*”. 1491.05.27, AMCO, C-1027, doc. 31-2, no folio.

³⁶ 1361.01.19, Madrid, Archivo Histórico Nacional (hereinafter AHN), Sección Nobleza, Fernán Núñez, C-505, doc. 1, fols. 1-6r.

³⁷ “The rammed earth building oversees the Monturque river”. 1467.05.22, Córdoba, Archivo Histórico de Viana (hereinafter AHV), C-0024, E0002-2, Pergaminos, fol. 1r.

³⁸ “An old lime building, near a big hole that was known as La Tejonera”. 1531.02.06, AMCO, C-1021, doc. 67, no folio and 1547.10.20, AMCO, C-256, doc. 3, no folio.

³⁹ 1502 (no month neither day), Córdoba, Archivo Histórico Provincial (hereinafter AHPCO), Protocolos Notariales de Córdoba (hereinafter PNCO), 14141P, Cuad. 9, fol. 11v. and 1519.03.15, AMCO, C-257, doc. 1, no folio.

2.1. Breaking up wild lands

One of the most aggressive human actions to be undertaken in the area under study was the breaking up of new land. Multiple Castilian sources refer to the breaking up of marginal lands for cultivation, a direct result of demographic growth, which sometimes took over whole areas⁴⁰, and the Kingdom of Córdoba is no exception in this regard. For instance, several landowners in the *Campiña* were reported in the 15th century for “*algunas personas, injusta y no debidamente, contra su voluntad y sin su licencia, han entrado y talado y entran y rompen los montes y la leña de ellos de su heredamiento*”⁴¹. A similar case is found in the town and *cortijo* of Barrionuevo, where Juan Ruiz (AKA *Blondie*) claimed that Alfon Ruiz de las Infantas owned the land, and on his death the property passed to his son Luis de las Infantas. The latter, “*puede haber cerca de treynta años que lo arrendó para pan y lo rompieron y araron y desde entonces acá le pusieron y le llaman Barrionuevo*”. Based on this resident’s reckoning, the *cortijo* was built in 1464. Rodrigo Téllez, another local resident, gives the same date, and claims that “*y después en vida de Luis de las Infantas, su hijo, el cual puede haber cerca de treinta años que lo hizo romper para pan y desde entonces acá se llama Barrionuevo*”⁴². Near Siete Torres, in the vicinity of Santaella, an uncultivated royal estate was broken up and occupied by various colonists. In the Andalusi period, the area of Barrionuevo, La Membrilla and the environments of Siete Torres was dominated by woodland, which was to give way to farmland with population growth. This was a common occurrence in other areas also; for instance, in Antequera, whose council asked the Crown permission to break up these wild lands. This is clear evidence of rapid economic growth and the increasing demand for land⁴³.

⁴⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel - “Sociedad rural y entorno físico...”, pp. 257-268.

⁴¹ “Unlawfully, against the king’s wishes and without his license, entering the royal estate, breaking up its land and felling the trees”. LÓPEZ RIDER, Javier - *Santaella y el suroeste de la Campiña...* Vol. II. pp. 812-814.

⁴² “30 odd years ago leased it to sow grain, and they broke it up, and since it has been known as Barrionuevo”. “his son Luis de las Infantas broke it up for grain around 30 years ago, and since it has been called Barrionuevo”. 1499.10.02, AMCO, C-256, doc. 2, no folio.

⁴³ ALIJO HIDALGO, Francisco - *Antequera y su tierra, 1410-1450: Libro de Repartimientos*. Málaga: Arguval D.L., 1983, p. 97.



Fig. 3 - Medieval pottery sherds found in the vicinity of La Membrilla and Barrionuevo (LÓPEZ RIDER, Javier - *Santaella y el suroeste de la Campiña...* vol. II, p. 490.)

2.2. Rural settlement and parishes

The area under study was peppered by a large number of rural settlements, towns, hamlets, farmsteads, and cabins, which could vary widely in terms of population, number of houses and location. As noted, some of these settlements already existed during the Andalusí period, including several castles and sizable towns, such as Santaella, La Rambla, Palma del Río, Aguilar and Rute, and smaller hamlets such as Almocaita or Almoraita, Almazán, Algorfillas and Torre Albaén, among others. Many were, however, founded by the new Christian settlers, for instance the settlements of La Membrilla, Fuencubierta, Villafranca, Fuentes, Charcos de La Parrilla, Villar de Pedro Bocas, Los Pinedas, Torreblanca, Soto de Santaella and San Amador; as well as larger villages such as Fernán Núñez and Montemayor.

One of the first tasks of new settlers was to clear an area in order to build houses, pens and other buildings⁴⁴. The references to these buildings can be very

⁴⁴ BARTLETT, Robert - *La formación de Europa. Conquista, civilización y cambio cultural, 950-1350*. Valencia and Granada: Universidad, 2003, pp. 190-197.

revealing with regard to the settlers' economic strategys. The so-called *casas pajizas* ("thatched houses") are characteristic of a highly ruralised and disperse settlement pattern. It was common for councils in the Iberian Peninsula, for instance in Alba de Tormes, to compel house owners to build town houses with tiled roofs and rural houses with thatched roofs⁴⁵. The charter of Cuenca also required town dwellers to have tiled roofs in order to prevent urban fires. According to Julio González, houses with thatched roofs were usual outside cities, especially immediately after the arrival of colonists⁴⁶. Antonio Sánchez del Barrio argues that thatched roofs, which were the most abundant, were made not only with straw, but also other vegetal fibres, such as reeds and broom, etc. in addition to unbaked clay, wood, lime and iron⁴⁷.

In Córdoba, permanent settlers had to build their houses with a tiled roof, as established by the city's council and also some lesser corporations, for instance Benamejí (see **Fig. 1**), whose charter orders that "que todos los que tomasen vecindad y solares en el dicho término, sean obligados a edificar a labrar casas tejadas, con sus cimientos de piedra, de diez y seis tejas a lo menos y tapias mezcladas con cal suficientemente, en sitio o lugar que se le señale, dentro de tres años (...)"⁴⁸. Those wishing to settle in the town or castle of Montalbán (see **Fig. 1**), it was determined in 1454, must "fazer una casa de teja de cinco tiseras e de cercar vn corral de dos tapias en alto (...)"⁴⁹. Similar evidence exists for the *cortijo* Vega de Sahagún, bordering with La Membrilla⁵⁰, near the stream of Cañaverál and the Monturque River, in the term of Santaella, where mention is made of two ruinous houses, and the construction of a new tile-roofed house with a pen⁵¹. These examples attest to the changes undergone by the region, especially concerning the construction of new domestic spaces in settlements that were destined to become important towns.

The arrival of new colonists in the 13th century was closely followed by the foundation of parishes, whose tithes were collected by the parishioners themselves.⁵²

⁴⁵ MONSALVO ANTÓN, José María - *El sistema político concejil. El ejemplo del señorío medieval de Alba de Tormes y su concejo de Villa y Tierra*. Salamanca: Universidad, 1988, p. 87.

⁴⁶ GONZÁLEZ, Julio - *Repoblación de Castilla la Nueva*. Vol. II. Madrid: Universidad Complutense, 1975, pp. 223, 265 and 267.

⁴⁷ SÁNCHEZ DEL BARRIO, Antonio - "Las construcciones populares medievales: un ejemplo castellano de comienzos del XIV". *Studia Histórica. Edad Media* 7 (1989), pp. 127-153, pp. 148-149 and pp. 150-153.

⁴⁸ Anyone taking residence in the term must build, within three years of settling and on their allotted spot, tile-roofed houses with stone foundations, between six and ten tiles at least, and lime-rich walls". VALVERDE MADRID, José - "El fuero de Benamejí". in CRIADO COSTA, Joaquín; GARCÍA HURTADO, Manuel; PORRO HERRERA, María José (eds.) - *Actas de las Primeras Jornadas de la Real Academia de Córdoba en Benamejí*. Córdoba and Benamejí: Diputación Provincial and Ayuntamiento, 1996, pp. 155-169, p. 159.

⁴⁹ "Make a house with five tiles, and built a pen nearby, with two walls". LÓPEZ RIDER, Javier - *Paisajes medievales de la Campiña Sur...*, p. 171.

⁵⁰ 1516.10.01, AMCO, C-241, doc. 47, no folio.

⁵¹ 1517.03.12, AMCO, C-242, doc. 71, fols. 1-5r. and 1517.03.13, AMCO, C-242, doc. 64, fols. 1-3r.

⁵² SANZ SANCHO, Iluminado - *La Iglesia y el obispado de Córdoba en la Baja Edad Media (1236-1426)*. 2 vols. Madrid: Universidad Complutense, 1989 and SANZ SANCHO, Iluminado - *Geografía del Obispado de Córdoba en la Baja Edad Media*. Madrid: Polifemo, 1995.

As noted, much land was cleared for the construction of new houses, and churches were built on this land as well. For instance, in the late 13th century a project existed for the construction of a church in La Parrilla del Villar de San Pedro, which was to provide religious services to a wide area. The church of Fernán Núñez was built in 1385, and a representative of the diocese of Córdoba was sent to see to it that “(...) veades e asignedes un lugar honesto e conveniente do se pueda facer una iglesia a servicio de dios e a honra del dicho pueblo de Fernán Núñez (...) e que sea la dicha iglesia avocación a Santa Marina (...)”⁵³. These constructions were locally funded and, as noted above, they involved the clearing of the allotted plot of land.

2.3. Creation of a defence and communications network

As population increased, other auxiliary infrastructure emerged as well. Concerning defence, 15th-century evidence indicates the construction of new fortifications with clearly Christian names, for instance the tower of Pascual de Oreja or Montesina, the tower of the Alcaide or Domingo Illán, the tower of Don Lucas, the tower of La Membrilla, the tower of Maestre or Ruy Fernández and the tower of Puerto. The building of the latter by the residents of nearby settlements began in 1464, as declared by crossbowman Pedro Ruiz, from the village of Montilla (see **Fig. 1**). He states that the tower was “la fizo el arca y dineros de la cibdad de Córdoba, por mandato de un tesorero de Córdoba (...) la madre deste testigo vivía cerca del dicho tesorero y vido que la dicha su madre amasó pan para que le llevaran a los maestros y peones que fazían la dicha torre del Puerto”⁵⁴. According to the record, one of the towers in the village of Fernán Núñez was still incomplete in 1441, when it was argued that it was urgent to have it finished “porque sea en defensa de la fe católica e de los christianos que en el dicho lugar morasen”⁵⁵. These works not only involved existing towers and watchtowers, but also the construction of new castles in the south of the Kingdom of Córdoba, as suggested by a royal decree issued by Henry IV to Pedro de Solier, archdeacon of Castro and Bishop of Córdoba. It was established that “para el aseguramiento e defendimiento de mis baldíos e naturales e de la tercia e confina e comarca con el heredamiento e labranzas que dizen de Prados Rubios, que es entre

⁵³ “[the church] is built on a honest and convenient place for the greater glory of God and the honour of said town of Fernán Núñez (...) and that said church is dedicated to Saint Marina”. LÓPEZ RIDER, Javier - *Santaella y el suroeste de la Campiña...* Vol. I, p. 304.

⁵⁴ “Funded by the city of Córdoba, on orders of one of the city’s treasurers (...) the mother of this witness lived near said treasurer, and he saw his mother kneading bread for the foremen and workers that were building said Torre del Puerto”. LÓPEZ RIDER, Javier - “Los paisajes de Frontera en el espacio sur del reino de Córdoba (siglos XIII-XV)”. in *Actas del XI Congreso Internacional Estudios de Frontera. La realidad bifronte de la Frontera. Homenaje a Carmen Argente del Castillo Ocaña*. Jaén: Diputación Provincial, 2020, pp. 203-220.

⁵⁵ “For the defence of the Catholic faith and the Christians which inhabit his place”. 1441.06.21, AHN, Sección Nobleza, Fernán Núñez, C-488, doc. 4, fols. 1-12r.

los términos de la Rambla y Santaella, en el obispado de Córdoba por la dicha tierra, que es cerca de la frontera de los moros, enemigos de nuestra santa fe cathólica, e por fazer bien e merced a vos (...) por la presente vos do licencia e facultad para que podades edificar, faser, constituyr e acabar una casa fuerte, castillo e fortaleza en el lugar que vos entendierdes en el dicho vuestro heredamiento más convenible e dispuesto sea para ello (...)⁵⁶.

Roads were essential to articulate and organise the territory, in addition to providing connections between settlements, and new ones were built during the period under consideration. Old Roman structures, recorded by Al-Idrisi, were also reoccupied around the via Augusta in the southwest of the *Campiña*, an area known by the Muslims as *arrecife* (*al-Rasif*)⁵⁷. The new roads and bridges, many of which are still in use, substantially altered the morphology of the rural landscape. Miguel Sánchez de Constanza Ruiz, resident of La Rambla, declares that when Henry IV ordered the construction of a new road “fue el primero en solarlo el carril nuevo, por donde asentaba el camino, porque este testigo lo hizo solar y soló, por servicio al señor rey don Enrique por do echar las carreras (...) porque hace 60 años aquí estaba hecho de heredad (...)⁵⁸. These roads not only traversed flat areas, but also hilly ones. In the mid-15th century, Juan Gómez Limón, from La Rambla, declares that he and others went to gather timber “(...) en el monte que estaban a mano izquierda del dicho camino, en aquellos cerrillos altos que allí estaban, que había allí buen chaparral gordo y a mano derecha del carril que después fisieron, que es ahora el camino, así que era entre los dichos dos caminos nuevo y viejo (...)⁵⁹. New bridges, inns, wells and other infrastructure also proliferated. In the second half of the 15th century, the council of Córdoba granted the necessary permits for the construction of two inns for travellers, one in Cañada del Buey Prieto, on the road that links Malaga and Córdoba as it runs through the term of Santaella, and another one in Caños de Moclín, near the village of La Rambla⁶⁰. In addition to this, the repair of the road to the village of Santacruz was ordered in 1493, and in 1496 the construction of a new bridge in Peñaflor also began. Sometimes, these were costly and long-term projects,

⁵⁶ “For the defence and security of my land and people in the area which they know as Prados Rubios, between the terms of Rambla and Santaella, in the bishopric of Córdoba, which is near the frontier with the Moors, enemies of our Holy Catholic Faith, and for your own profit (...) by the present I give you license to construct a strong house, castle or fortress, wherever in your land you think most convenient (...)”. 1469.04.15, AHN, Sección Nobleza, Luque, C-584, doc. 45, fols. 1r-v.

⁵⁷ AL-IDRISI - *Los caminos de Al-Andalus en el siglo XII*. Madrid: CSIC, 1989.

⁵⁸ “I was the first to pave a new road that followed the course of an existing path, on orders of King Henry (...) for 60 years ago this area was uncultivated (...)”. LÓPEZ RIDER, Javier - *Santaella y el suroeste de la Campiña...* Vol. II, p. 571.

⁵⁹ “(...) in the hill to the left of said road, in the high knolls that were there, where there was a fat shrub oak, and to the right of the road that they made later, so it was between the two roads, the old one and the new one (...)”. LÓPEZ RIDER, Javier - *Santaella y el suroeste de la Campiña...* Vol. II, p. 572.

⁶⁰ 1495.02.27, AMCO, Libro de Acta Capitular (hereinafter LAC) 3, no folio and 1496.01.13, AMCO, LAC 4, no folio.

for instance the bridge of Bembézar, the construction of which went on for over ten years⁶¹.

2.4. Economic activities

The data provided so far suggest the intense economic exploitation of the region under study. The examination of this aspect is essential for the full characterisation of the landscape. The social organisation of the territory goes hand-in-hand with its economic structuration, which resulted in the creation of highly valuable productive spaces. As pointed out by Miquel Barceló, the process involved the una “articulación entre el asentamiento humano y el conjunto de zonas en donde tienen lugar los procesos de trabajo necesarios para la producción social”⁶². The economic activity encompassed a wide range of productive practices. Between the second half of the 13th century and the 15th century, the demand for raw materials continuously increased, as a result of demographic growth, leading to the diversification of extractive and productive activities. Similar phenomena occurred elsewhere in the Crown of Castile; according to Emilio Martín, “el hombre es el que organiza el territorio, adaptándolo a sus necesidades, recreando o recomponiendo sus paisajes, intentando controlar la naturaleza y extrayendo de ella lo que necesita”⁶³.

First, the above noted breaking up of marginal land resulted in the disappearance of many areas of Mediterranean scrubland⁶⁴. Most of the inhabitants of the region were agriculturalists and stock-breeders, largely focused on dry land agriculture, especially cereal, vines and olive trees, a common trend in Andalusia in the Late Middle Ages⁶⁵. The tracts of land situated in the vicinity of cities were generally planted with vines and olive trees, which often appear together in a mixed cultivation regime; as they were located near urban centres, they were readily accessible for the population. A second circle was sowed with cereal, cultivated

⁶¹ DEL PINO GARCÍA, José Luis; ROJAS, Eva - “Infraestructura viaria y pontonera medieval en torno al Bembézar”. *Estudios de historia y de arqueología medievales* 11 (1996), pp. 365-415.

⁶² “Articulation between human settlement and the areas where the tasks required for social production took place”. BACERLÓ, Miquel - “La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural”. in BARCELÓ, Miquel and KIRCHNER, Helena - *Arqueología medieval. En las afueras del “medievalismo”*. Barcelona: Crítica D. L., 1988, pp. 195-274, p. 196.

⁶³ “Man organised the territory, adapting it to its needs, crafting the landscape, taking from nature what it needed”. MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Reflexiones en torno a los paisajes rurales en Jerez de la Frontera durante el último cuarto del siglo XIII”. in BAREA RODRÍGUEZ, Manuel Antonio *et alii* (coords.) - *750 Aniversario de la incorporación de Jerez a la Corona de Castilla 1264-2014*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, 2014, pp. 175-193, p. 189.

⁶⁴ LÓPEZ RIDER, Javier - “The vegetal landscape of the farmlands to the southwest of Cordoba: a sample of the natural environment of Andalusia in the Late Middle Ages”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 10/3 (2018), pp. 364-384.

⁶⁵ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “La acción del hombre sobre el medio natural...”, pp. 433-436.

extensively and organised around an important economic unit such as the *cortijo* (a sort of large farmstead) (see Fig. 4). Interspersed with these, there were some irrigated areas, vegetable gardens and fruit trees, which provided a necessary complement to the daily diet. Irrigation agriculture was a typical feature of Islamic Spain, and tended to be located in alluvial terraces, near water courses and in the outskirts of populated nuclei⁶⁶. Stock breeding was also practiced in the *Campiña*, but it was much less important for the overall economic activity than in the northern sectors of the Kingdom of Córdoba. Its role was clearly to supplement agriculture, but it nevertheless had a profound impact upon the landscape. Stock-breeders were often accused of burning uncultivated terrains in order to turn them into grazing areas, and they were a key factor in the emergence of *dehesas*, a type of Mediterranean open forest⁶⁷. In order to arrest the massive (and illegal) formation of *dehesas*, the council of the city of Córdoba began issuing regulations to that effect from the 14th century onwards, regulations that were to have a transformative effect over the whole landscape⁶⁸.



Fig. 4 - Recent view of *cortijo* La Membrilla and the surrounding land. The bales of straw indicate that the wheat has been recently harvested (LÓPEZ RIDER, Javier - *Santaella y el suroeste de la Campiña...* vol. II, p. 480.)

⁶⁶ CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo - "Las huertas de Córdoba entre la Edad Media y los Tiempos Modernos (siglos XV-XVI). Contribución al estudio de los regadíos históricos en la cuenca del Guadalquivir". *Ariadna. Revista de investigación* 20 (2009), pp. 141-195.

⁶⁷ LÓPEZ RIDER, Javier - "La producción de carbón en el reino de Córdoba a fines de la Edad Media: Un ejemplo de aprovechamiento del monte mediterráneo". *Anuario de Estudios Medievales* 46/2 (2016), pp. 819-858.

⁶⁸ CABRERA MUÑOZ, Emilio - "El problema de la tierra en Córdoba a mediados del siglo XIV".

Forests were also an important economic asset in the Late Middle Ages in the southern Iberian Peninsula, and the area under study is no exception. According to the sources, forestry practices yielded such resources as firewood and timber, but also charcoal, ash, cork, resin and colorants (e.g. cochineal). The gathering of wild fruits was also common, for instance asparagus, artichokes, capers, thistle and mushrooms, as well as other practices such as bee keeping, hunting and fishing⁶⁹.

Finally, it is important to emphasise the increasing role played by industrial activities (lime burning, waterwheels, potters, ironsmiths, tanners, etc.). As pointed out by Ricardo Córdoba, industrial activities in rural medieval Castile have been paid little attention to date⁷⁰. It is however, possible to attest the increasing presence of industrial activities, which were to have a clear impact on the landscape. On the one hand, the extensive cultivation of cereal goes hand-in-hand with the activity of the water mills in which the local population turned their grain into flour; many of these may be attested from the 14th century onwards, as the region became a veritable regional powerhouse in terms of milling. However, it was pottery making that was to leave a deeper trace upon the landscape, especially around the village of La Rambla from the 14th century onwards. In general, in the Crown of Castile the production of construction materials and pottery is related to the presence of *Mudejar* population groups. Other important economic activities were tanning, the processing of textiles (wool, flax, etc.), dyeing, and even cobbling. This rural industrial activity, which required large quantities of raw materials, was to have a profound effect upon the landscape; for one, the spaces where these practices took place were generally well defined (lime kilns, olive presses, fulling mills, etc.) involving the residents of the agricultural towns, who often combined these craft activities with the practice of agriculture. As such, a clear division of agricultural, uncultivated and industrial areas is attested, stressing even further the impact that these activities had upon the configuration of the landscape.

Cuadernos de Estudios Medievales IV-V (1976-77), pp. 41-71.

⁶⁹ LÓPEZ RIDER, Javier - *Santaella y el suroeste de la Campiña....* Vol. II, pp. 810-832.

⁷⁰ CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo - "Industria y artesanía rural en la Corona de Castilla a fines de la Edad Media". in NAVARRO ESPINACH, Germán and VILLANUEVA MORTE, Concepción (coords.) - *Industrias y mercados rurales en los reinos hispánicos (siglos XIII-XV)*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2017, pp. 37-62 and CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo - *La industria medieval de Córdoba*. Córdoba: Obra Cultural de la Caja Provincial de Ahorros de Córdoba, 1990.

Conclusions

As noted in the introduction, the primary aim of this article was to characterise the relationship between rural settlement and the geographical setting in the south of the Kingdom of Córdoba in the Late Middle Ages. The evidence presented reflects the consolidation of a given settlement pattern from the second half of the 13th century onwards; over time, Christian populations replaced the former Andalusí inhabitants, especially once the repopulation process sponsored by the Crown set in. The outcome was a thoroughly changed, and much more anthropised landscape. The effects of population growth, and the increasing pressure over natural resources, were clearly felt upon the landscape and the natural areas. The breaking up of marginal areas pursued a twofold objective: to open up new lands for cultivation and to clear space for the construction of houses, churches and essential infrastructures. The *Campaña* of Córdoba, on the other hand, was always under the threat of the nearby frontier, leading to the construction of numerous defensive structures, such as castles and watchtowers, the construction of which posed their own demand on local resources. Economic activities also had a deep transformative power; agriculture, stock-breeding, forestry, and industrial practices, and the markets that they served, were another factor of change.

The change, and sometimes destruction, of the natural habitat clearly followed the arrival of new settlers. In any case, it must be borne in mind that this interpretation is heavily coloured by the records available, most of which date to the Christian period, while those from the Andalusí period are much more scarce. However, the archaeological record and the written sources, few as they are, go a long way to help us to analyse the changes undergone by the territory after the Christian conquest. These dynamics of change provide interesting insights into the interaction between medieval man and nature. In 13th-15th century Córdoba, the impact of the new settlers on the pre-existing landscape is clear. In this regard, medieval men and women were not so different to us: we continue extracting natural resources as we need them, and polluting the environment, sometimes even unconsciously. Most of the population nuclei that emerged in the Late Middle Ages are still in place, as illustrated in Figure 1, and their economic foundations remain largely unchanged: the practice of agriculture and some industrial production. It seems to be beyond doubt that the changes undergone by the landscape during the Late Middle Ages was the result of the arrival of new colonists, and the landscape has suffered few significant changes since. It is worth noting that, like in the 21st century, Late Medieval men were not entirely insensitive to environmental damage, and tried, within their capabilities, to cause as little impact as possible. A clear example of this are the regulations issued by numerous local councils in Castile, including that of

Córdoba, to prevent overexploitation of natural areas, and to ensure that grazing and agricultural activities were evenly distributed. That is, there was some concern to ensure the sustainability of economic practices.

In conclusion, the development of Late Medieval Cordoban society, like elsewhere in medieval Europe, developed to the detriment of the natural environment. The result was the thorough modification of the territory, and the creation of a human-tailored landscape. The outline of the human-nature interaction in the region under study has changed little since. The main difference is, perhaps, that we are better positioned to avoid the negative consequences of our extractive economic model.

Appropriating Nature: British spa towns, seaside resorts and the natural environment c. 1660-1914¹

*Peter Borsay*²

Abstract

Urbanization in Britain brought with it, paradoxically, a greater cultural engagement with Nature. Tree-lined walks, parks and pleasure gardens were pioneered in 17th century London. However, in many respects the most influential type of settlement in promoting change was a new breed of towns; spas and seaside resorts. *Watering places*, as contemporaries called them, were built around the therapeutic use of water, but it is clear that *taking the waters* was as much a matter of pleasure as of health. This leisure function was in part underpinned by a new aestheticisation of the natural environment, associated with cultural trends such as the picturesque and sublime. Nature became something to consume. Many spas were situated in rural and upland locations, where formal walks and gardens were constructed to take advantage of the rustic views. As time went on, informal walks were also established which took visitors deep into the countryside. Seaside resorts, many of which were small ports and fishing settlements, permitted direct contact with Nature in the form of the sea, using harbour structures, beaches and later formal promenades and recreational piers. To these must be added an ever-expanding network of informal walks along rocky and often wind-swept cliff tops.

¹ Some of the material and arguments in this paper have also been used and developed in other studies of mine. See especially “Walks and promenades in London and provincial England in the long eighteenth century”. in LOIR, Christophe; TURCOT; Lauren (ed.) - *La Promenade au Tournant des XVIIIe et XIXe Siècles*. Brussels: Editions de L’Université de Bruxelles, 2011, pp. 79-95; “Promenade en bord de ville; espace périphérique et activité récréative dans la ville anglaise et galloises, de 1700 à 1900” [translated by Pierre Dubois]. in DUBOIS, Pierre; TADIÉ, A. (ed.) - *Esthétiques de la Ville Britannique (XVIIIe – XIXe siècles): Hommage à Jacques Carré*. Paris: PUPS, 2012, pp. 83-104; “Town or country? British spas and the urban-rural interface”. *Journal of Tourism History* 4/2 (2012), pp. 155-69; “Pleasure gardens and urban culture in the long eighteenth century”. in CONLIN, Jonathan (ed.) - *The Pleasure Garden, from Vauxhall to Coney Island*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012, pp. 49-77.

² Aberystwyth University.

Keywords

Nature. Spas. Seaside resorts. Urbanisation.

Apropriando-se da natureza: cidades termais britânicas, estâncias balneares e o ambiente natural c. 1660-1914

Resumo

A urbanização na Grã-Bretanha trouxe consigo, paradoxalmente, um maior envolvimento cultural com a Natureza. Passeios arborizados, parques e jardins de lazer foram pioneiros na Londres do século XVII. No entanto, em muitos aspetos, o tipo de povoamento com mais influência na promoção da mudança foi uma nova geração de cidades; estâncias termais e estâncias balneares. Os *watering places*, como os contemporâneos os chamavam, foram construídos em torno do uso terapêutico da água, mas é claro que ‘tomar as águas’ era tanto uma questão de prazer quanto de saúde. Esta função de lazer foi em parte sustentada por uma nova estetização do ambiente natural, associada a tendências culturais como o pitoresco e o sublime. A natureza tornou-se algo para consumir. Muitas estâncias termais estavam situadas em locais rurais e de terras altas, onde passeios públicos e jardins foram construídos para aproveitar as vistas rústicas. Com o passar do tempo, caminhadas informais também foram estabelecidas, levando os visitantes para o campo. Estâncias balneares, muitas das quais eram pequenos portos e aldeias de pescadores, permitiam o contacto direto com a natureza na forma do mar, usando estruturas portuárias, praias e, posteriormente, passeios e cais de recreio. A estes deve ser adicionada uma rede cada vez maior de caminhadas informais ao longo de penhascos rochosos e frequentemente varridos pelo vento.

Palavras-chave

Natureza. Estâncias termais. Estâncias balneares. Urbanização.

Introduction

From the 17th century in Britain there was a growing interest in Nature and the natural world. This was accompanied and to a degree facilitated by a shift in the definition of 'nature', away from one located predominantly in the human body and mind (their characteristics and urges), and in a concept of natural order defined by God; to one that while retaining the human elements increasingly looked to the natural non-human environment and life forms for its meaning³. Driving this change was a series of linked economic, social and intellectual *revolutions* – the Scientific Revolution and the rise of Natural Philosophy, the Industrial Revolution, and accelerating urbanisation. It is the last of these that will be focused on here.

1. Urbanisation and the Consumption of Nature

Demographic urbanisation – the increase in the proportion of the population living in towns – was a long-term process. Ever since the beginning of the sixteenth century there was a clearly discernible trend in England and Wales in this direction. From the late 17th century the pace shifted up a gear, and in the 19th century there was a rapid acceleration, so that not only was a growing proportion of the population living in towns, but in large towns and cities. Whereas at the beginning of the 18th century 13% of the inhabitants of England and Wales occupied towns of over 10,000 people, by 1800 the figure was 20%, and by 1890 over 60 per cent; for cities of over 100,000 inhabitants the rise across the same period was from 10% to 40%⁴. The outcome was that England and Britain became arguably not only the *first industrial nation* but also the first truly urbanised one.

Urbanisation on this scale, ensuring the complete reversal in the distribution of the population – from the very clear majority living in the countryside to the very clear majority living in towns – had a profound cultural impact. Paradoxically, the more the nation urbanized the more its cultural ideal shifted from the urban to the rural. In the 17th and for much of the 18th century the civilising qualities of the city and boorishness of the country were themes regularly rehearsed, for example in fashionable periodicals like *The Spectator* (1711-12). But a parallel discourse also emerged which highlighted urban pollution and the city's degeneracy and extolled

³ For the historic meanings and development of the term 'nature', and compounds of it, see the Oxford English Dictionary, <https://www.oed.com/view/Entry/125353?rskey=LHS8s6&result=1#eid>. For a discussion of the idea of Nature see CASTREE, Noel - *Making Sense of Nature: Representations, Politics and Democracy*. Abingdon: Routledge, 2014.

⁴ DE VRIES, Jan - *European Urbanisation 1500-1800*. London: Methuen, 1984, pp. 39, 45-7.

the healthy and honest virtues of the country⁵. This was reinforced by a movement, focused on the estates of country gentleman, which saw a shift to a new informal type of landscape gardening that sought to draw its inspiration from Nature. During the early modern period much of the city/country dialogue centred upon London because of its size, but with urban growth in Georgian and particularly Victorian England, and the development of large industrial cities and conurbations, then the debate widened into a broader critique of urban life and with it a growing celebration and idealisation of Nature and the natural environment. One way in which the town responded to the growing interest in the rural, and countered some of the anti-urban discourse, was by developing its own green agenda, with the emergence from the 17th century of public walks, pleasure gardens and parks, initially in London, and later in many provincial towns⁶. During the 19th century, as the pressure on recreational space intensified with the rapid growth in urban population, and as associated concerns about issues of pollution, health, moral well being and public order mounted, a movement for public parks – which drew upon the elite tradition of natural landscape gardening – developed, initiated by the report to Parliament presented by the House of Commons Select Committee on Public Walks in 1833. The resultant spaces and facilities (parks might include, for example, a botanic garden or arboretum) attracted visitors, but in many of the cities where public parks were established, they were also directed at the needs of the inhabitants, operating as the *lungs* of the city⁷.

2. The Rise of the Watering Place

The new Nature agenda was impacting across the urban hierarchy – the metropolis, provincial capitals, county towns, industrial towns, etc. – but in many respects its most striking manifestation was in the creation of a new type of town, what contemporaries called the *watering place*. Two forms of settlement were encompassed by this term: the spa and the seaside resort.

The late 16th and early 17th centuries witnessed the first signs of the development of the English spas – such as Bath, Buxton and Tunbridge Wells – as fashionable health resorts. The Civil Wars in England temporarily stayed this process,

⁵ WILLIAMS, Raymond - *The Country and the City*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

⁶ BORSAY, Peter - "The rise of the promenade: the social and cultural use of space in the English provincial town c.1660-1800". *British Journal for Eighteenth-Century Studies* 60/2 (1986), pp. 125-40; WILLIAMS, Laura - "To recreate and refresh their dulled spirits in the sweet and wholesome ayre: green spaces and the growth of the city". in MERRITT, Julia (ed.) - *Imagining Early Modern London: Perceptions and Portrayals of the City from Stow to Strype 1598-1720*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 185-213.

⁷ CONWAY, Helen - *People's Parks: the Design and Development of Victorian Parks in Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

but from the later 17th century there was a proliferation of new spas. Phyllis Hembry has identified 135 provincial and 17 metropolitan spas in England between 1560 and 1815⁸. The most remarkable was Bath, which emerged during the 18th century as the first modern resort town, its population growing from about 3,000 people in 1700, to about 30,000 by 1800⁹. Early 18th century Britain also saw the appearance of the first seaside resorts (such as Brighton, Margate, Weymouth and Hastings), initially developed primarily on the south coast of England to service the huge market of London (already by 1700 the largest city in Western Europe with 500,000 inhabitants and expanding to one million by 1800). In the later 18th and early 19th centuries the resort phenomenon fanned out around the entire British coast, reflecting strong regional economic and urban development in the wake of the Industrial Revolution¹⁰. During the 19th century the seaside resort became a key feature of the British leisure scene¹¹. The 1900-1 edition of *Seaside Watering Places: A Description of the Coasts of England and Wales, Channel Islands, and the Isle of Man, Including the Gayest and the Quietist Places*, has 249 entries. Many of these were very small. John Walton suggests that in 1911 there were just over 100 substantial resorts in the two countries with resident populations at the April census of over 2000¹².

The new phenomenon of the watering place was constructed to deliver for its visitors and residents a culturally defined and commercially processed product, which mixed elements of health and leisure, and which was closely associated with Nature. It was also an *urban* package that purposefully combined all the benefits of town life – comfortable accommodation, good food, efficient transport and news services, entertainment, shops, fashionable architecture, and polite civilized living – with access to a form of Nature that was increasingly defined as non-human and non-urban in character.

3. The Waters

At the heart of the spa and seaside resort, and of the product that they sold, were the waters; the springs or the sea, or both since many seaside resorts has small spas

⁸ HEMBRY, Phyllis - *The English Spa, 1560-1815: a Social History*. London: Athlone Press, 1990.

⁹ MCINTYRE, Sylvia - "Bath: the rise of a resort town, 1660-1800". in CLARK, Peter (ed.) - *Country Towns in Pre-Industrial England*. Leicester: Leicester University Press, 1981, pp. 198-244; NEALE, Ron S. - *Bath: a Social History 1660-1850, or a Valley of Pleasure, Yet a Sink of Iniquity*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981; DAVIS, Graham; BONSALL, Penny - *Bath; a New History*. Keele: Keele University Press, 1996.

¹⁰ BORSAY, Peter - "Health and leisure resorts c.1700-c.1840". in CLARK, Peter (ed.) - *The Cambridge Urban History of Britain: Volume Two*. Cambridge: Cambridge University Press: 2000, pp. 775-803.

¹¹ WALTON, John - *The English Seaside Resort: a Social History 1750-1914*. Leicester: Leicester University Press, 1983.

¹² WALTON, John - *The British Seaside: Holidays and Resorts in the Twentieth Century*. Manchester: Manchester University Press, 2000, p. 28.

attached. During the 17th and 18th centuries water therapy in Britain and Europe became increasingly patronized by the elite and fashionable, in forms that involved bathing, drinking and pumping. Growing volumes of print were expended in demonstrating the *scientific* virtues of the waters in a way that reflected the natural philosophy that underpinned the Scientific Revolution¹³. At the same time the long-established links between water and health – in a version of Nature that combined magic and religion, as demonstrated in sacred springs and holy wells – remained, despite the Protestant Reformation, a significant force¹⁴. Baths, bath houses, and pump rooms can all be seen as a way of bringing Nature into the spa town or releasing and making manifest a subterranean presence that was already there.

The emergence from the early 18th century of the seaside resort took this process to a new level. Springs and baths provided clear focal points for Nature in the spa town. The bath house – located on the shore edge and filled with sea water as the tide swept in – might provide a similar focus in the resort. But to talk of a focal point is misleading, since the key characteristic of the coastal resort is the extent to which the whole town is bordered by water. This meant little aesthetically as long as the sea was perceived as unpleasant and dangerous, as had traditionally been the case, something to be avoided, except as a medium of transport or as a food resource. But once, under the impact of Romanticism, the sea was redefined in positive terms, as a source of therapy, aesthetic pleasure and recreation, then the perspective changed¹⁵. The coastal town now sought to embrace rather than reject the sea, and to exploit it as a cultural asset.

4. Landscape and Setting

At the coastal resort the waters were both a therapeutic and recreational resource; something to take externally and internally to improve health, but also to consume visually to gain aesthetic satisfaction, and to play in and on. It was difficult to make the same argument about the waters at the spa. The function of the waters there was essentially a health one, to drink or bathe in. However, that does not mean that Nature had no aesthetic presence in spas. Most were situated in villages and small towns with easy sight of and access to the surrounding countryside; and

¹³ HAMLIN, Christopher - "Chemistry, medicine, and the legitimization of English spas, 1740-1840". in PORTER, Roy (ed.) - *The Medical History of Waters and Spas, Medical History*. Supplement No. 10, London: Wellcome Institute for the History of Medicine, 1990, pp. 67-81.

¹⁴ WALSHAM, Alexandra - *The Reformation of the Landscape: Religion, Identity, and Memory in Early Modern Britain and Ireland*. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 397-470.

¹⁵ CORBIN, Alain - *The Lure of the Sea: the Discovery of the Seaside in the Western World 1750-1840* [translated by Jocelyn Phelps]. Cambridge: Polity Press, 1994.

many – probably the majority – were located in relatively isolated areas, often in close proximity to striking natural features like hills and mountains. Such was the case with Cheltenham, Malvern, Matlock, Bristol Hot Wells, Church Stretton, and the mid Wales spas of Llanwrtyd, Llangammarch, Builth and Llandrindod. Buxton, already attracting royal and aristocratic visitors in the late 16th century, was situated in the Peak District of Derbyshire. Celia Fiennes account of her visit in 1697 gives a graphic illustration of the spa's remoteness and problems of access:

“Its very difficult to find the wayes here for you see only tops of hills and so many roads by reason of the best wayes up and down that its impossible for Coach or Waggon to pass some of them ... the Country hereabout is so full of moore or quagmires and such precipices that one that is a stranger cannot travell without a Guide, and some of them are put to a loss sometimes”¹⁶.

Traditionally such tortuous terrain was considered inhospitable and barren, to be avoided unless necessary, but in the changing cultural climate wild and mountainous landscapes were acquiring aesthetic kudos as a manifestation of Nature, something – as we shall see – to be visited and savoured rather than bypassed¹⁷.

Most spas and all seaside resorts, by virtue of being adjacent to the sea, were embedded in a rich natural environment. This in itself would have made them attractive to tourists in search of the new fashion for Nature. However, spa and seaside were not simply passive in responding to this demand; they actively modelled their landscapes and facilities to make the consumption of Nature possible and to enhance the experience of visitors. One aspect of this was protecting and cultivating existing green space. In the 1720s Daniel Defoe described how the landscape around the Surrey spa of Epsom was re-wilded:

“It is to be observ'd ... that for shady walks, and innumerable trees planted before the houses, Epsome differs much from it self, that is to say, as it was twenty or thirty years ago; for then those trees that were planted, were generally young, and not grown; and now not only the trees then young, are grown large and fair, but thousands are planted since: so that the town, at a distance, looks like a great wood full of houses, scatter'd every

¹⁶ FIENNES, Celia - *The Journeys of Celia Fiennes*. Ed. Christopher Morris. London: Cresset Press, 1947, pp. 103, 106-7; HEAPE, R. Grundy - *Buxton Under the Dukes of Devonshire*. London: Robert Hale, 1948.

¹⁷ ANDREWS, Malcolm - *The Search for the Picturesque: Landscape, Aesthetics and Tourism in Britain, 1760-1800*. Aldershot: Scolar Press, 1990; MACFARLANE, Robert - *Mountains of the Mind: a History of a Fascination*. London: Granta, 2003.

where, all over it”¹⁸.

Further out of London, at Tunbridge Wells in Kent, on Queen Anne’s accession in 1702, “the inhabitants ... planted the ‘Queen’s-grove’ on the common, for a growing monument of gratitude to their royal and generous benefactress” (Anne had previously donated money for paving the walks). In the following year the Earl of Buckingham presented to the public a grove on Mount Sion of four acres of oaks and beeches¹⁹. This would have contributed to Thomas Benge Burr’s description of the spa in 1766;

“At a little distance, it bears the appearance of a town in the midst of woods, and conveys to the imagination the soothing idea of a rural romantic settlement, while it actually affords all the conveniences of a city life”²⁰.

In Tunbridge and Bath large areas of common land – Bishop’s Down in the case of Tunbridge, Barton Fields and the Lower, Middle and High Commons in the case of Bath - were protected in perpetuity from building²¹. These were not peripheral sites, but penetrated the core of both settlements, playing a key part in their structural development. The prohibition on building, despite the pressure on space in rapidly expanding resorts and a highly commercialised market for property development, reflected how significant such green spaces were to the tourist and residential appeal of both spas. The Act of Enclosure of 1770, that laid the foundations for the development of the Yorkshire spa of Harrogate, made provision to “leave open 200 acres adjoining or near Harrogate Spaws”, creating a green corridor or belt (the Stray) to the south of the town, that was to remain free of building, and was to link the various wells. The original award allowed for the use of the area for grazing, but it was later landscaped to include an extensive network of public walks²². In Brighton critical to the early development of the resort was the Steine, a large open space originally on the eastern edge of the town, where a flat-bottomed valley of common land met the seashore. On its periphery up-market buildings were erected, but the space itself was enclosed and laid out as a green promenade, with fishermen’s

¹⁸ DEFOE, Daniel - *A Tour Through the Whole Island of Great Britain*. Ed. G.D.H. Cole and D.C. Browning. Vol. I. London: Everyman, 1962, p. 162.

¹⁹ BURR, Thomas Benge - *The History of Tunbridge Wells*. London, 1766, p. 59; BARTON, Margaret - *Tunbridge Wells*. London: Faber and Faber, 1937, p. 117.

²⁰ BURR, Thomas Benge - *The History of Tunbridge Wells ...*, p. 103.

²¹ CHALKLIN, Christopher - *Royal Tunbridge Wells*. Chichester: Phillimore, 2008, p. 44; WHALLEY, R. - “The Royal Victoria Park”. *Bath History* 5 (1994), pp. 147-69.

²² NEESUM, Malcolm G. - *Harrogate Great Chronicle, 1332-1841*. Lancaster: Carnegie Publishing, 2005, pp. 128-9, 142-5; Map of Harrogate. Bartholomew, 1895.

nets and popular sports banished. In 1826 *Whittemore's Guide* described it in the following felicitous terms:

“This a delightful and spacious lawn, deservedly admired for its promenade, and to which thousands of our fashionable visitors resort, when the heat of the meridian sun has been succeeded by the gentle refreshing breezes of a summer evening.

The assemblage of beauty and fashion, that promenade the eastern side of the Steyne, at this period of the day, united with the charming view of the sea, on which floats many a buoyant skiff, and the gentle strains of music, sweeping along the undulating breeze, present a degree of fascination, difficult to be described. Formerly this was an irregular piece of common land, and used by the inhabitants for boat-building, making and drying nets, stowage of coals, waggons, timber, vehicles, carts, and lumber, of every description; but in the year 1793 it was improved at the joint expence of the Prince of Wales and the Duke of Marlborough; its nuisances began gradually to disappear, shortly afterwards it was levelled and inclosed in two plots, the foot way, from Castle Square to St. James Street, dividing it; since which time it has been further improved, and recently additional plots have been enclosed: the pavement has been considerably widened, these are now covered with nature's robes, and are often crowded with the gay throng”.

As the resort grew to the east, the Steine became part of a “sequence of landscaped green spaces” forming a “natural” spine (today called Valley Gardens) running through the middle of the town²³.

As the cases of the Stray in Harrogate and the Steine in Brighton demonstrate, it was not simply a matter of protecting strategically important green spaces, but also of developing them in a way that facilitated their use, and brought out the experience of Nature; in the words of Whittemore, “covered them [them] with nature's robes”. The provision of formal walks, often lined with trees, was a must at the spas. Among the earliest investments in recreational infrastructure at Tunbridge, constructed in 1638, was “a green bank ... raised and levelled, and a double row of trees ... planted

²³ WHITTEMORE, J. - *Whittemore's Historical and Topographical Picture of Brighton and Its Environs and Visitors Guide*. Brighton: J. Whittemore, 1826, pp. 39-40; BERRY, Sue - *Georgian Brighton*. Chichester: Phillimore, 2005, pp. 20-2, 32; ANTRAM, Nicolas; MORRICE, Richard - *Pevsner Architectural Guides: Brighton and Hove*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, pp. 82-84.

on its borders to defend the company from the violence of the meridian sun”, that ran directly from the wells. By 1697, when Celia Fiennes visited, the walk, or Pantiles as it became known, had souvenir shops, two coffee houses and two gambling rooms, but also – to add a touch of rustic charm – a market to which:

“the Country people come with all their back yard and barne door affords, to supply them [the visitors] with, and their gardens and orchards which makes the markets well stored and provisions cheape, which the Gentry take as a diversion while drinking the waters to go and buy their dinners it being every day’s market and runs the whole length of the Walke, which is between high trees on the market side for shade”²⁴.

The spring at Cheltenham was located in an open field outside the town. When Henry Skillicorne took over the site in the late 1730s his initial investment included not only improving the basic facilities around the spring but also laying out a walk lined with elm trees, which wound its way – as shown in Thomas Robins the elder’s drawing of 1748 – through the fields to connect spa and town²⁵. Born in Charlton Kings near the spa in 1716, Robins later worked in Bath, perhaps on a seasonal basis, and in about 1750 produced an idealised watercolour view of the spa from the east, illustrating the key public walks. These included the Orange Grove at the east end of the Abbey, originally laid out as the Gravel Walks (already planted by 1694) and then re-landscaped in the early 1730s; and the tree-lined walk along the River Avon that formed part of the gardens to the rear of Thomas Harrison’s assembly rooms (opened in 1708). In the 1730s the Arcadian scene accompanying the latter walk was described by the poet Mary Chandler;

“Round the green walk the river glides away/
Where ‘midst espaliers balmy zephyrs play,
And fan the leaves, and cool the scorching ray:
View the brown shadows of yon pathless wood;
And craggy hills irregular and rude!
Where nature sports romantick”²⁶.

²⁴ BURR, Thomas Benge - *The History of Tunbridge Wells ...*, p. 32; FIENNES, Celia - *The Journeys of Celia Fiennes ...*, p. 133.

²⁵ HART, Gwen - *A History of Cheltenham*. Leicester: Leicester University Press, 1965, pp. 124-6; ROBINS, Thomas - *The West Prospect of the Spa and Town of Cheltenham...*

²⁶ ‘Recording the Rococo: Thomas Robins’. The Gardens Trust, posted 05/05/2018, <https://thegardenstrust.blog/2018/05/05/recording-the-rococo-thomas-robins/>; Thomas Robins the Elder, View of Bath from the East (c.1750), British Museum 1875, 0710.60; BORSAY, Peter - *The English Urban Renaissance: Culture and Society in the Provincial Town, 1660-1770*. Oxford: Oxford University Press, 1989, pp. 165-6, 350; CHANDLER, Mary - *The Description of Bath*. London: 1734, p. 16.

The principal interface with Nature at the seaside was the seashore. However, this notion took some time to embed itself. For early visitors the sea was primarily there to bathe in with the purpose of restoring health; and the beach was a space from which to launch a bathing machine, to access the healing water and protect the modesty of the bather. It was only as the sea was absorbed into the concepts of the picturesque and sublime, from about the 1790s, that the idea of perambulating along its margins became fashionable. Eventually the seashore promenade, or ‘Prom’ as it became known, emerged as a core feature of resorts. At Brighton, where the Steine had been the principal space for fashionable promenading, by the 1830s there had been built “the new sea-road and Esplanade”, that ran to the west along the seashore for a mile and a quarter. To the east of the Steine, stretching for about a quarter of a mile, was built another esplanade, “a narrow carriage road and a foot pavement, raised a few feet above the beach and railed in, with a flanking wall above, protecting the Marine Parade”, which extended “about a mile and a half along the cliff to Kemp Town”²⁷. Aberystwyth is among Wales’s earliest resorts with evidence of sea-bathing in the 1760s. In 1791-4 Sir Uvedale Price, a key theorist in the picturesque movement, had Castle House built. Located on a rocky outcrop that jutted into the water from the shoreline, and designed to capture spectacular views of the craggy mass of Constitution Hill, it reflected the new appreciation of sea and cliffs as manifestations of Nature. It was with this in mind that formal promenades began to be constructed. Early illustrations show the presence of bathing machines, but no promenade, on the seashore. The emergence of this zone as a formal area of public parade, lined by high status residential accommodation, dates from the laying out of Marine Terrace in the early 19th century, and the construction (funded by subscription) of a promenade from 1822. By this date building had already reached to about the present day Belle Vue Hotel (formed by combining several houses, soon after 1824), and by 1834 it had almost reached the Bath House towards the far end of the current Prom. In the 1860s Aberystwyth saw a major new phase of development, with the arrival of the railway, and the building of the Pier, the Queen’s Hotel and the spectacular gothic Castle Hotel (which absorbed Castle House) on the sea front²⁸. All this led to the further extension of the Prom, so that by 1874 the whole crescent of the bay was complete apart from Alexandra Hall (opened 1896). In this year it was claimed that:

“The chief beauty of Aberystwyth ... is undoubtedly its splendid sea-front, the *Parade* or *Marine Terrace*, which takes the natural

²⁷ PARRY, J. D. - *An Historical and Descriptive Account of the Coast of Sussex*. First published 1833, reprinted, London: E & W Books, 1970, pp. 137-44.

²⁸ The Castle Hotel proved a project too far, as it never served its original function, but was converted into a home for the newly founded University College of Wales, opened in 1872.

curvature of the bay, and forms a beautiful crescent nearly a mile long from the Promenade Pier to the foot of Constitution Hill”²⁹.

The pleasure pier, opened in 1865, became a must-have facility for any commercially ambitious seaside resort, despite the high construction and maintenance costs. Projecting into the sea it was the ultimate example of a promenade enveloped in Nature. The prototype was the Chain Pier in Brighton, opened in 1823, and described in *Whittemore’s Guide* as:

“This stupendous and curious specimen of modern ingenuity and scientific art, has considerably added to the beauty and importance of the town. It affords one of the most healthy delightful walks, that can possibly be imagined. ... That this extensive bridge should be able to stand against the fury of the elements is truly astonishing”³⁰.

These seaside promenades were highly sociable spaces, for parading and performing, as in the case of the formal walks in the inland towns. But the proximity of the sea meant that walkers would have close contact with Nature, even while ogling each other and exchanging social pleasantries.

5. The View

Walks, promenades and piers, as well as incorporating elements of Nature (trees, hedges etc) were invariably also platforms from which to view (and therefore visually consume) Nature, whether the surrounding countryside or the sea. Tenby in Pembrokeshire was an emerging resort in the late 18th century, located on a rocky promontory that surrounded its visitors by sea and delivered spectacular views of the adjacent coastlines. William Golding’s oil painting of 1799 shows a small group of strollers standing on top of the precipitous North Cliff, looking out towards the church, town and Castle Hill with Caldey Island in the distance. Castle Hill lay at the furthestmost point of the promontory, connected to the town by a narrow neck of rock; at some point, perhaps in the early nineteenth century, it was laid out with

²⁹ HENLEY, Peter - *Aber Prom: a Pictorial History of Events and Entertainment on Aberystwyth Promenade*. Talybont, Ceredigion: Y Lolfa Cyf, 2007; LLOYD, Thomas; ORBACH, Julian; SCOURFIELD, Robert - *The Buildings of Wales: Carmarthenshire and Ceredigion*. New Haven and London: Yale University Press, 2006, pp. 412-15, 427-8; LEWIS, W. J. - *Born on a Perilous Rock: Aberystwyth Past and Present*. 3rd ed. Aberystwyth: Cambrian Press, 1980, pp. 208-12; *Black’s Guide to South Wales*. 9th ed. London: Adam and Charles Black, 1896, p. 144.

³⁰ WHITTEMORE, J. - *Whittemore’s Historical and Topographical Picture of Brighton ...*, p. 42.

public walks, allowing perambulators to enjoy a 360 degree panorama and immerse themselves, metaphorically speaking, in the sea³¹.

This need to construct a view of Nature had a considerable impact on the architecture of watering places. Bath led the way. Its innovatory quality lay not so much its deployment of classical terraces and squares – where London had long led the way – but in its construction of the outward-looking terrace, and above all, the crescent, built to provide the occupier with a view of the surrounding countryside. The first and hugely influential model was The Royal Crescent (1767-75), its vast curved palatial front, incorporating multiple dwellings, was constructed on Lansdown Hill to provide sweeping views across the green space directly in front of it (laid out as a meadow) into the encircling hills across the Avon Valley. The terrace and crescent with a view was replicated across Bath and other spas. It perhaps had an even greater impact at the seaside. Prior to its development the typical dwellings and streets at ports and fishing villages had turned their back on the sea. Streets were often narrow and ran at right angles to the shoreline, protecting them from the impact of wind and sea, and the facades of cottages and houses looked inwards towards the street, shunning a view of the sea. Because the seaside resort was all about incorporating the sea, then design went into reverse, and the outward-looking terrace and crescent, hugging the contours of the shoreline, and providing spectacular marine views, became the fashionable and ubiquitous mode of architecture³².

6. The Environs

Viewing Nature from the comfort of the spa town and seaside resort was not the only option open to tourists. There was a growing trend to visiting the surrounding natural environment and immersing oneself in it. Buxton – rapidly modernising its health, leisure and accommodation facilities in the late eighteenth century – was ideally located as a base to explore the romantic landscape of the Peak District. The *Seven Wonders of the Peak* – six of which, such as the Poole's Hole (or Poole's Cavern), were spectacular natural phenomena and one man-made, Chatsworth, the stately home of the Dukes of Devonshire – were already on the tourist route by the late 17th century. Celia Fiennes had visited them during her stay in Buxton in 1697. Her reaction to the natural wonders was one of detached curiosity, unlike Thomas

³¹ The Golding painting is in the Tenby Museum and Art Gallery; BORSAY, Peter - "From port to resort: Tenby and narratives of transition, 1760-1914". in BORSAY, Peter; WALTON, John (ed.) - *Resorts and Ports: European Seaside Towns since 1700*. Bristol: Channel View Publications, 2011, pp. 86-112.

³² GIROUARD, Mark - *The English Town*. New Haven and London: Yale University Press, 1990, pp. 155-70; GRAY, Fred - *Designing the Seaside: Architecture, Nature and Society*. London: Reaktion Books, 2006; BRODIE, Alan; WINTER, Gary - *England's Seaside Resorts*. Swindon: English Heritage, 2007.

Hobbes (*De Mirabilibus Pecci*, 1636) and Charles Cotton (*The Wonders of the Peak*, 1681) who satirised the ‘horrors’ of the features. Fiennes gives much more attention to a detailed and favourable account of Chatsworth, which was undergoing extensive remodelling at the time. Defoe in his *Tour* (1724-6) takes a similarly positive view of the great house, contrasting the first sight of it with the “waste and howling wilderness” he had just left behind:

“Nothing can be more surprising ... than for a stranger coming from the north ... almost discouraged and beaten out with the fatigue of it ... on a sudden the guide brings him to this precipice, where he looks down from a frightful height, and a comfortless, barren, and, as he thought, endless moor, into the most delightful valley, with the most pleasant garden, and most beautiful palace in the world”³³.

By the end of the 18th century attitudes had reversed when the young cleric James Plumtree and a companion undertook a walking tour of Derbyshire in 1793. He gives a relatively brief account of Chatsworth, which significantly he calls “formerly one of the wonders of Derbyshire”, and focuses far more on the natural *wonders*. Based at Buxton for two nights, the first day was spent in the spa itself, exploring the town and tasting the waters. After dining at the *ordinary* in the evening, at which talk among the guests was about the local natural phenomena, they visited Poole’s Hole and discovered a “scene [that] would make a very fine subject for a candlelight painting”. On returning they “went to the Assembly rooms to see the rooms & company”. Next day their journey took them to the Peak Cave, where they joined a “large party from Buxton”, and later visited a lead mine. The day’s experiences had a big impact on them, filling their minds “with the mixed emotions of terror and admiration”³⁴. This was the very definition of the sublime, the aesthetic cultural experience induced by Nature that was engulfing fashionable society by the end of the 18th century.

In the 19th century the spa and seaside resort guidebooks cater increasingly for excursions into what contemporaries called *the environs*. In some respects resorts were becoming as much an urban base from which to explore the non-urban natural world, as tourist sites in their own right. The *Original Bath Guide* for 1840 advises that the spa:

³³ FIENNES, Celia - *The Journeys of Celia Fiennes...*, pp. 97-109; DEFOE, Daniel - *A Tour Through the Whole Island* Vol. II, pp. 176-9.

³⁴ PLUMPTRE, James - *James Plumtree’s Britain: The Journals of a Tourist in the 1790s*. Ed. Ian Ousby. London: Hutchinson, 1992, pp. 58-74.

“is nearly surrounded by hills of towering height; but so sudden are the breaks, and so diversified the prospect they command, that on every side new and picturesque beauties present themselves. The access to these hills is now rendered as safe and easy for carriages, as for the equestrian; and when the summits are attained, the purity of the air, and the extensive views which are presented to the sight, are at once exhilarating and enchanting”.

Initially the Bath guides seem directed largely at those who intend to access the environs by horse and carriage, but by the 1870s walks are being included, and by the early 20th century the focus is on pedestrian excursions and - widening the geographical scope - those by rail, electric trams, motor bus and cycle³⁵. Straddling the border between Worcestershire and Herefordshire lay the Malvern Hills. Though only 1400 feet at their highest, they formed a dramatic geological feature, particularly as seen from the Worcestershire side, as they rose above the flood plane of the River Severn. Strung out at their foot were a series of springs, which during the 19th century saw Great Malvern, nestling on the lower reaches of the hills, emerge as an important spa town. If the provision of water-based therapies was the basis of Great Malvern's original growth (during the course of the 19th century it expanded from a population of under 1000 to over 16,000 people) by the later part of the century it is arguable that access to its environs - whether the hills themselves, for which it proved a sort of *base camp*, or the rich countryside beyond - was proving as, if not more important to its success. This was reflected in the volume of attention in the guidebooks given to visiting the surrounding areas. In Charles Grindrod's *Malvern: What to See and Where to Go* (1904) only about five per cent of the text is devoted to *Modern Malvern*, with the vast majority taken up with an account of the hills, short and long excursions, and the natural history of the district³⁶. The importance of the environs is also reflected in the decision, through an Act of Parliament of 1884, to place the long-term care of the hills in the hands of a specially appointed body called the Malvern Hills Conservators. This was a highly innovative course of action, in some respects foreshadowing the establishment of national parks in Britain in the 1950s. The Act, revised on several occasions subsequently, and the minute books of the Conservators and their rangers, show that a central and increasing concern was to protect and develop the hills as a site of public recreation. Significantly, one of the principal groups pressing for legislation were the tradesmen and businessmen of

³⁵ *The Original Bath Guide*. Bath: Meyler & Son, 1840, pp.135-6; *The Original Bath Guide, Historical and Descriptive*. Bath: William Lewis, 1876, pp. 125-43; *Pictorial and Descriptive Guide to Bath*. London: Ward Lock, 1909-10.

³⁶ GRINDROD, Charles F. - *Malvern: What to See and Where to Go*. Malvern: John Thompson, 1904.

Great Malvern itself, a sign of how important the hills were to the holiday package offered by the spa³⁷.

For those seeking visceral contact with Nature it was difficult to beat a seaside resort and the dramatic environs that often lay adjacent to it. Boat trips and fishing expeditions provided direct access to the sea, but the seashore and cliffs were probably the principal attraction. The elevation, contorted rock formations, caverns and coves, bracing winds and spectacular views created a natural theatre that excited the amateur geologist and fossil hunter, and among those seeking the picturesque and sublime could induce a mixture of exhilaration and fear. The rocky Welsh coast, and its resorts, offered plenty of material. For those venturing beyond the Prom at Aberystwyth there was the formidable bulk of Constitution Hill, described in a guide of the 1890s as:

“a fine hill, terminating in a noble cliff ... a steep path leads from the end of the Parade to the summit ... As we proceed along a narrow path near the edge of the cliff, there stretches out a wide view of ocean and mountain; then we descend to the sands at the mouth of the Clarach, a little stream ... the cliff walk may be pursued for about a mile beyond the Clarach to *Wallog* (private residence), in front of which stretches far out to sea the singular reef called *Sarn Cynfelin* or Cynvélin’s Causeway”.

Those undertaking excursions about the resort were “recommended to buy the penny map published by the Aberystwyth Footpaths Improvement Society”, a sign of the investment now taking place to service the needs of walkers³⁸. North of Aberystwyth, on the Mawddach estuary, surrounded by spectacular mountain scenery, lay the small port of Barmouth, whose success as a picturesque middle class resort was boosted with the arrival of the railway in the 1860s. When John Freeman, a mercantile clerk in London, and his two brothers visited in 1875 as part of a tour of North Wales, they stayed for the weekend. On the Sunday, apart from attending several places of worship, they climbed to the celebrated Panorama Walks high above the town;

“the splendid expanse of water in Cardigan Bay and the winding Mawddach enclosed by lofty mountains, chief among which towers the majestic Cader Idris, forms a sight said to equal the famous Drachenfels on the Rhine”.

³⁷ BORSAY, Peter - “Town or country? ...”, pp. 165-7.

³⁸ *Black’s Guide to South Wales*, p. 147.

Next day they continued their journey along the estuary to Dolgellau, taking in.

“the wilder scenery: the Mawddach rushing noisily over its extremely rocky bed and lofty hills rearing themselves on either hand, sometimes covered with trees so close together that it was quite dark beneath and they looked like a forest of sticks, other assumed a rugged aspect or covered with short furze. ... two waterfalls here – called Pistyll y Mawddach and Pistyll y Cain – are situated in a glen, and though both are well worth seeing, the latter is by far the finest having an unbroken fall of water about 130 feet in depth”³⁹.

Tenby, with its location on a rocky promontory, and its “peculiar attractions for the artist, in the picturesque and romantic character of the limestone rocks along the irregular line of the limestone coast”, offered considerable potential for the nature-seeking tourist. In a nearby village to the south of the town were Lydstep Caverns, which,

“with the surrounding scenery of Skrinkle Haven, are quite perfect of their kind: pages might be filled with a description of their beauties. The large cavern to the left (known as *Smuggler’s Cave*) can always be entered by a path leading from the ravine; but for the others, which can be entered from the sands only, an exceptionally low tide is required”⁴⁰.

En route to the caverns was Giltar Point, described by Lucy Lawford, who left a diary of her stay in the resort from August 1873 to January 1874, in dramatic terms; one day:

“Jane & I went to the top of the cliffs at Giltar-point ... one of the peculiar features of the cliffs here, is that in the sides, (or tops of some) there are large rents or yawning gulfs, they open at the bottom into caves. When the tide comes in the sound is awful, the first I heard frightened me & I fled. This one [a drawing accompanies the text] in the Giltar cliffs is not safe for any one to look into”⁴¹.

³⁹ FREEMAN, John George - *Three Men and a Bradshaw: an Original Victorian Travel Journal*. Ed. Ronnie Scott. London: Random House Books, 2015, pp. 181, 185-6; HIRST, John - *Resort Development on the Cambrian Coast 1840-1914*. Aberystwyth University, 2018. PhD thesis.

⁴⁰ *Black’s Guide to South Wales*, pp. 97, 105.

⁴¹ LAWFORDE, Lucy Amelia - *Dear Emma, Her account of her stay in Tenby and the Mumbles between 1873 and 1875*. Ed. Alan Douglas, 1998, no printed pagination.

Facing Tenby, some 40 or so miles as the crow flies, across the Bristol Channel were the small resorts of Lynton and Lynmouth, situated on the even more rugged coast of North Devon. More-or-less inaccessible until the early 19th century, the resorts began to develop not only because the Continent was off limits for British tourists during the Napoleonic Wars, but also because the landscape looked like a miniature Alps, feeding the fad for mountain-inspired Romanticism that had developed during the Grand Tour. A bathing machine was available, attended by assistants, but the principal reason for visiting the resorts was to immerse oneself in the surrounding landscape and its views. The most dramatic excursion was along the precipitous North Walk, cut into the sea cliff as early as 1817 by a Mr Sandford. A guidebook of the 1850s declared that “Of all the walks and rides, perhaps the first sought will be the NORTH-WALK, which for beauty and grandeur of scenery may challenge England.” The path out of Lynton:

“leads to one of the finest terrace walks imaginable; Lynmouth and the sea lie [*sic*] 450 feet below, into it a stone may be thrown so precipitous is the hill. On a clear day, the Welsh coast ... is distinctly seen;... Proceeding about a mile and a half on this walk we come to the CASTLE ROCK, in the far-famed Valley of the Rocks. ... The industry of a poor old man named Norman, has rendered easy the ascent to the very top of the centre rock, overhanging the sea, called the Castle rock, from some supposed resemblance to a castle. Here he provides for the visitor, if so disposed, with the necessaries, hot water, &c., for social pic nic [*sic*]⁴².

Twenty years later when the young author Henry James visited he found Lynton:

“perched on the side of one of the great mountain cliffs with which the whole coast is adorned, and on edge of a lovely gorge through which a broad hill-torrent foams and tumbles from the great moors whose heather-crested waves rise purple along the inland sky. ... Lynton is of course a capital centre for excursions ... None is more beautiful than a simple walk along the running

⁴² COOPER, Thomas Henry - *A Guide Containing a Short Historical Sketch of Lynton and Places Adjacent in North Devon*. London: John Russell Smith, [1853], pp. 14, 21-3; TRAVIS, John - *An Illustrated History of Lynton and Lynmouth, 1770-1914*. Derby: Breedon Books, 1995; KEENE, P.; PEARCE, B. - *Valley of the Rocks Lynton*. Oxford: Thematic Trails, Oxford Brookes University, 1993.

face of the cliffs to a singular rocky eminence whose curious abutments and pinnacles of stone have caused it to be named a Castle. It has a fantastic resemblance to some hoary feudal ruin, with crumbling towers and gaping chambers tenanted by wild sea-birds⁴³.

With its views of turbulent seascapes and contorted rock formations, the North Walk and Castle Rock invoked a notion of a natural world beyond human control that was reflected in the aesthetic trend towards the sublime, and the dramatic paintings of coastal scenes being produced from the early 19th century⁴⁴.

Conclusion

Under the impact of rapid urbanization there emerged in 18th and 19th century Britain a counter-culture that celebrated the non-urban natural environment⁴⁵. Towns responded by ‘appropriating’ Nature, incorporating natural elements, such as tree-lined walks, pleasure gardens, parks and water features into their landscapes. Most significantly from the perspective of this paper, a new type of town was created, the spa and seaside resort (or as contemporaries knew then collectively, watering places) focused on delivering Nature to the visitors. Where this took the form of health, specialist drinking and bathing facilities were provided to access the waters. Where it took the form of leisure it involved identifying and protecting from development core elements of green space, especially at the spas. But it also required the positive modelling of space to invoke, and some cases mimic (where pleasure gardens were laid out)⁴⁶ the experience of Nature. Constructing walks and promenades was a key feature of this. In the spas trees were deployed to demarcate the corridor for walking in, but also to furnish an interface with Nature. In the seaside resorts that interface was provided by the shoreline. In both, the walk and promenade often also acted as a platform from which to view the extra-urban world of Nature, whether in the form of the countryside or the sea. A similar function was served by the widespread adoption of the outward-facing classical residential terrace and crescent, in the case of resorts

⁴³ JAMES, Henry - *English Hours*, first pub. 1905. London: Tauris Parke Paperbacks, 2011, p. 58.

⁴⁴ PAYNE, Christiana - *Where the Sea Meets the Land: Artists on the Coast in Nineteenth-Century Britain*. Bristol: Sansom & Company, 2007.

⁴⁵ BORSAY, Peter - “Nature, the past and the English town; a counter-cultural history”. *Urban History* 44/1 (2017), pp. 27-43.

⁴⁶ BERRY, Sue - “Pleasure gardens in Georgian and Regency seaside resorts: Brighton, 1750-1840”. *Garden History* 28/2 (2000), pp. 222-30; SYDENHAM, S. - *Bath Pleasure Gardens of the 18th Century Issuing Metal Admission Tickets*. Bath: Kingsmead Reprints, 1969.

reversing the traditional inward orientation of marine architecture. What made the viewing experience at spa and resort so affecting was that both invariably bordered on a rich natural environment. This also led to the development of a network of walks and rides that took visitors into the environs, so that spa and resort became for many a base from which to explore Nature *in situ*. By the First World War watering places were a substantial and expanding new element in the British and European urban system, servicing the town dwellers growing thirst for contact with Nature, and presaging an urban-based tourist industry of global proportions by the 21st century.

*2.2. A observação de sistemas socio-ecológicos
através dos testemunhos materiais*

Paisajes superpuestos.

El impacto de la conquista islámica en Madīnat- Sālim, una pequeña ciudad de la Marca Media

*Marisa Bueno*¹

Resumen

Se aborda el proceso de transformación del paisaje derivado de la conquista islámica en el norte de la Marca Media tomado como caso de análisis *Madīnat Sālim* (Medinaceli, Soria, Castilla–León) y su entorno próximo. Si bien la fundación es de época emiral, como un *ḥiṣn*, fortaleza, sobre un núcleo previo de época prerromana, muy pronto los nuevos conquistadores se extendieron al cerro vecino donde se encontraba el centro de ocupación romana hasta el siglo III. El emplazamiento cambió sus funciones jurídico administrativas y se transforma en *madīna* con las funciones clásicas de la misma: centro político-económico administrativo y funciones jurídico religiosas. Tanto la primigenia fortaleza como la posterior ciudad articularon el poblamiento rural en la cuenca alta del Jalón, sobreviviendo muchos de los emplazamientos desde la tardo antigüedad transformando su estructura con nuevas funciones militares. Medinaceli se convirtió en capital de la Marca Media en el 946 siendo el origen de múltiples algaras y expediciones militares al norte cristiano. El análisis se realiza a partir de fuentes escritas y datos arqueológicos, perspectiva que permite rellenar el vacío entre la tardo-antigüedad y la conquista cristiana en el siglo XII.

Palabras clave

Madīna. Conquista islámica. Paisaje. Herencia del mundo tardo antiguo.

¹ Universidad Complutense de Madrid. Proyecto *Espacios Virtuales de la Alteridad*, 2017 HUM T1-5650.

Overlapping Landscapes. The Impact of the Islamic Conquest in Madīnat-Sālim, a small town in the Middle Frontier.

Abstract

This paper deals with cultural landscape transformation derived from the Islamic conquest in the north of the Middle march paying special attention to *Madīnat Sālim* (Medinaceli, Soria, Castila León) and its area as case study. Although its foundation dates from the emiral period on a previous pre-roman site like a *hiṣn*, fortress, very soon the new conquerors extended to the neighboring hill where the Roman population was located until third century. The site change its juridical role and became an important *madīna* in tenth century with different functions: political, administrative and economic center, but also religious and juridical functions. Both, first the fortress and later the small town articulated rural places in the upper Jalon river basin, some of them survived from late antiquity and transformed with new military functions. Medinaceli became the capital of the Middle frontier from 946 and the origin of multiple raids and military expeditions to the Christian north. The analysis includes written sources and archaeological data. This research perspective bridges the gap between the late antiquity and the Christian conquest in twelfth century.

Keywords

Madīna. Islamic conquest. Landscape. Late antiquity heritage.

Introducción

Al pensar en la morfología de las ciudades andalusíes aún existen en el imaginario colectivo ideas estereotipadas, fijadas por los trabajos de Levy Provençal (1950) y Torres Balbás (1970) ciudades de trazado sinuoso, calles estrechas y abigarradas llenas de adarves sin salida que protegían la vida doméstica, basándose en criterios de intimidad y reserva estipulados por los preceptos coránicos². Sin embargo, las investigaciones que comenzó, en su momento, Pavón Maldonado (1992) relativas

² LEVY PROVENÇAL, Evariste - *Las ciudades y las instituciones urbanas del Occidente musulmán en la Edad Media*. Tetuán: Editora Marroquí, 1950; TORRES BALBAS, Leopoldo - *Ciudades hispanomusulmanas*. Vol. I. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1970; MAZZOLI GUINTARD, Christine - *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la época musulmana (siglos VIII-XV)*. Granada: Universidad, 2000.

a las ciudades *hispano-musulmanas*, y sobre todo los análisis de Navarro Palazón y Jiménez Castillo (2007) contribuyeron a crear una imagen diacrónica del urbanismo andalusí a partir del análisis de las diversas intervenciones arqueológicas realizadas en los centros urbanos. En este sentido, el proceso gradual de saturación de las *madinas* andalusíes puede ser analizado a través del cambio de funciones del emplazamiento, bien en su categoría, de *hişn* a *madīna*, lo que exige remodelaciones o el normal crecimiento urbano de las ciudades en expansión, lo que exige tanto el engrandecimiento de recintos, como la amortización de espacios pre-existes³. En este sentido el proceso es especialmente visible en ciudades como Córdoba, Sevilla, Murcia o Granada, llegando esta última al máximo de su expresión dada la continuidad de la ocupación islámica hasta 1502⁴.

El dinamismo urbano no solo se ha acreditado desde el punto de vista arqueológico sino también desde el punto de vista jurídico textual, como sugiere Mazzoli-Guintard (2000). Su estudio sugiere un modelo dinámico del urbanismo andalusí, donde la ciudad es el resultado de un proceso de múltiples transformaciones, presididas por dos fuerzas: las élites políticas y los habitantes de la ciudad, relacionado la misma con los núcleos de ella dependientes y el poblamiento asociado. Existen múltiples estudios dedicados a las grandes ciudades andalusíes, Toledo, Córdoba, Zaragoza⁵, pero no tantos dedicados a las pequeñas ciudades de al-Andalus cuya importancia es nuclear ya que ofrecen una secuencia detallada de la instalación de al-Andalus y en el caso concreto que se analiza su importancia en las dinámicas de frontera y el papel de las periferias en la construcción de al-Andalus. El objetivo de este trabajo es mostrar un análisis evolutivo de una pequeña ciudad de la Marca Media, Medinaceli, analizando las pautas de ruptura y continuidad en la estructura de poblamiento, mostrando como se reaprovechan espacios previos y se transforman los emplazamientos en función de las necesidades sociopolíticas.

Existen múltiples estudios dedicados a ciudades de este espacio periférico de al-Andalus, Madrid⁶, clasificada como *pequeña ciudad*, o Toledo, quedando el

³ NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro - "Evolución del paisaje urbano andalusí. De la medina dispersa a la saturada". in *Paisaje y naturaleza en Al-Andalus*. Granada: Fundación El Legado Andalusí, 2004, pp. 232-267; NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro - *Las ciudades de al-Andalus. Nuevas perspectivas*. Zaragoza: Instituto de Estudios islámicos y del Próximo Oriente, 2007.

⁴ CAMACHO CRUZ, Cristina - "Evolución del parcelario doméstico y su interacción con la trama urbana: el caso de los arrabales califales de Córdoba". *Arqueología y Territorio Medieval* 25 (2018), pp. 29-65, 195-208; NAVARRO PALAZÓN, Julio; JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro - "La partición de fincas como síntoma de saturación en la ciudad andalusí: los ejemplo de Siyâsa y Murcia". in GOMES, Rosa Varela; GOMES, Varela; TENTE, Catarina (ed.) - *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2011, pp.79-94; MALPICA CUELLO, Antonio - "Granada: centro histórico y periferia urbana". *Arqueología y Territorio Medieval* 1 (1994), pp. 195-208.

⁵ DELGADO VALERO, Clara - *Toledo islámico, ciudad arte e historia*. Toledo: Caja de Ahorros, 1987; CALVO CAPILLA, Susana - *Urbanismo en la Córdoba islámica*. Madrid: Edilupa, 2002; CORRAL LAFUENTE, José Luis - *Zaragoza musulmana (714-1118)*. Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza, 1998.

⁶ MAZZOLI GUINARD, Christine - *Madrid petite ville de l'Islam medieval, IX^e - XXI^e siècles*.

espacio norte de la Marca Media con un territorio que poco a poco sale del olvido historiográfico⁷. En este sentido se aborda el estudio de la transformación del espacio urbano en el mundo andalusí no como consecuencia del pensamiento religioso islámico, sino desde una óptica político-económica del funcionamiento de la Marca Media. Así mismo, las transformaciones en ellas producidas son consecuencia de la integración de las élites sociales asociadas a los Omeyyas, los Banū Sālim como reorganizadores de este espacio en época emiral y dependiente directamente de Córdoba en época califal, poniendo de manifiesto las relaciones del centro con la periferia. Así mismo se ilumina una época con carencia de fuentes escritas para el periodo a través del registro arqueológico ilustrando a secuencia entre la tardo-antigüedad y la ocupación islámica, observando que la ruptura política que supone al-Andalus no lleva asociada un cambio brusco en las formas de ocupación del territorio en el medio rural. En este sentido se plantean las dinámicas de ocupación campo-ciudad incluyéndose no solo la información derivada de las intervenciones arqueológicas realizadas en el casco urbano sino también la procedente de actividades de arqueología de superficie en el entorno circundante, un modelo utilizado por Francovich y comúnmente aceptado en el campo de la arqueología medieval⁸.

La denominada Tierra de Medinaceli se engloba en el entronque del Sistema Central con el Ibérico, concretamente en la subunidad oriental. Es un área de notable altitud (no baja de los mil metros), donde destaca la Sierra Ministra articulada en torno al cauce del río Jalón y sus afluentes, generando un paraje de colinas amesetadas con fuertes pendientes. El relieve de la zona es diferenciado, por un lado, mesetas terciarias holladas por arroyos subsidiarios y por otro lado áreas de vega en las partes bajas aptas para el asentamiento de villas de explotación agrícola, con la presencia del Jalón como catalizador geográfico⁹. Tanto Medinaceli como el cerro vecino de la Villavieja se asientan en una zona de parameras sobre cerros elevados compuestos por materiales producto de la deposición marina sobre una cobertura mesozoica que marca la depresión terciaria Duero-Jalón. En la elección del emplazamiento ha primado su posición estratégica en un enclave de control de territorio dominando el valle de Arbujuelo, el Jalón y el acceso al Duero. El abastecimiento de agua se consiguió a partir de un manantial que surge a media ladera, zona de recursos

Rennes: Presss Universitaires de Rennes, 2009.

⁷ BUENO SÁNCHEZ, Marisa - "Power and Rural Communities in the banū Sālim Area (8th to 12th centuries)". in FABREGAS GARCÍA, Adela; SABATÉ CURULL, Flocel (eds.) - *Power and rural communities in Al-Andalus. Ideological and material representations*. Turnhout: Brepols, 2015, pp. 17-51; GARCÍA CONTRERAS, Guillermo - "Where is power in a marginal and border area? Northern Guadalajara in the times of al-Andalus (eighth-eleventh centuries). in FABREGAS GARCÍA, Adela; SABATÉ CURULL, Flocel (eds.) - *Power and rural communities* ..., pp. 53-84.

⁸ FRANKOVICH, Ricardo - "Archeología urbana". in CARA BARRIONUEVO, Lorenzo (ed.) - *Ciudad y territorio en al-Andalus*. Granada: Athos-Pérgamos, 2000, p.13.

⁹ CALAVIA REDONDO, Manuel - "El espacio soriano". in CABO, Ángel; MANERO, Fernando (ed.) - *Geografía de Castilla y León*. Valladolid, 1990, pp. 158-169.

agrícolas, ganaderos y de sal. Cartográficamente el área objeto de análisis se localiza en las hojas 435 (Arcos de Jalón) y 462 (Maranchón) del plano del I.G.C. escala 1:50.000.

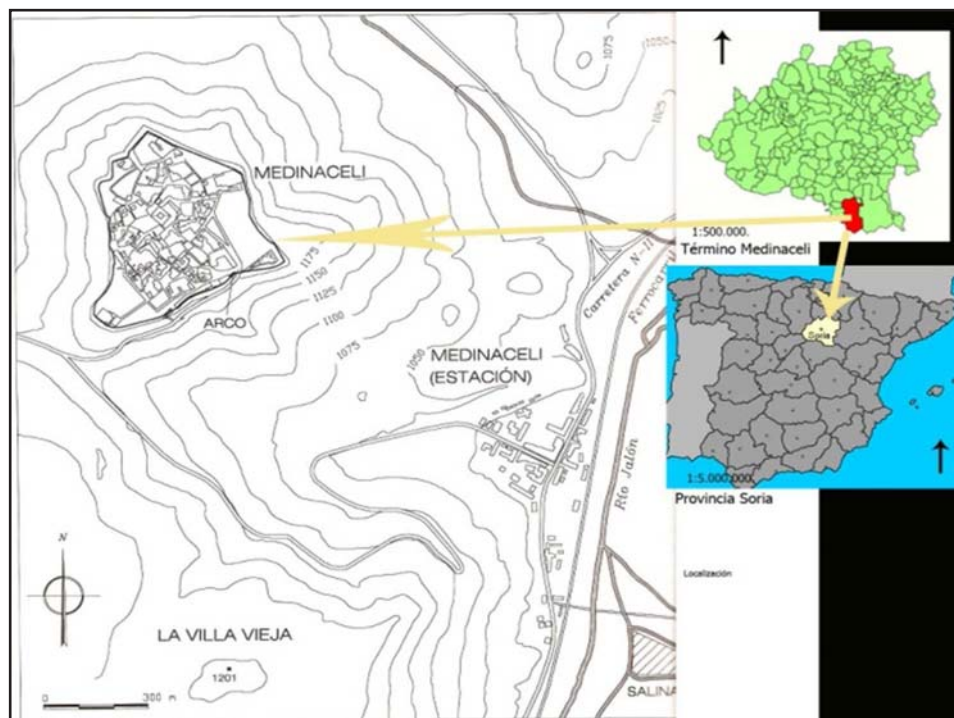


Fig. 1 - Mapa de situación de Medinaceli

Históricamente el espacio objeto de análisis cobra especial relevancia en época altomedieval, en el contexto de fortificación de la Marca Media 946 cuando Madīnat Salim se convierte en *capital de la frontera* tras los intentos de ocupación cristiana de las plazas del Duero a partir del 912, pero debemos volver la vista atrás si pretendemos comprender los presupuestos de ocupación y explotación de un espacio *preocupado* en épocas precedentes. Una de las claves para comprender la evolución de la ciudad es analizar la secuencia de continuidad o discontinuidad de ocupación en el entorno de la villa, interpretando los diferentes hiatos arqueológicos y tratando de responder a algunas preguntas: ¿Existen restos de época tardoantigua en el entorno de Medinaceli? ¿Se trata de una fundación *ex novo* o por el contrario se trata de un proceso de reocupación de un asentamiento previo en varias etapas en su doble topografía¹⁰? ¿Cómo se produce la evolución de este emplazamiento y que funciones

¹⁰ CABALLERO ZOREDA, Luis - "Arqueología tardo romana y visigoda en la provincia de Soria". in DE LA CASA MARTÍNEZ, Carlos (coord.) - *Primer Symposium de Arqueología Soriana*. Soria, 1984, p. 440

tuvo este enclave en el periodo? ¿Cómo obtiene la categoría de *madīna* en el periodo islámico y cuáles fueron sus funciones? ¿Qué efectos tuvo la conquista islámica sobre el medio ambiente en la zona, produce la ocupación grandes alteraciones en el medio natural?

1. Medinaceli en las fuentes árabes: desde su fundación a capital de la Marca Media

El concepto de ciudad, *madīna*, en el mundo islámico de carácter jurídico, y depende de la función política asignada a un núcleo concreto en un momento determinado, se configura como espacio protegido y centro donde se expresa el poder político¹¹.

Para Torres Balbás Medinaceli es una ciudad de nueva fundación¹², ¿pero cuando se produce esa fundación? Chalmeta aboga por una primera instalación de tropas desde la expedición de Tāriq en el 711, pero no encontramos noticias de la misma en las fuentes árabes. Según Yaqūt, Tāriq en el momento de la conquista la encuentra en ruinas. La primera noticia sobre Medinaceli nos la proporciona Ibn Hayyān alrededor del 839, cuando la ciudad es objeto de una incursión cristiana atribuida al cristiano Ludrīq, siendo defendida por Mūsa ibn Mūsa de los los Banū Qasī, lo que implicaría una fundación en época anterior. El Islam en la zona supone el asentamiento de los Banū Salīm, tribu de origen bereber emparentados con los señores de Guadalajara, ya que Faraŷ b. Masarra b. Sālim, gobernador de Jaén (826) era miembro de los Banū Salīm b. Warʿamal linaje bereber de la tribu Masmūda clientes de la tribu árabe Mahzūm, cuyo antepasado epónimo Salīm fue el constructor de Medinaceli¹³. Se documenta desde finales del IX principios del X, la Marca de los Banū Salīm -leales al poder omeya en un momento en el que las sublevaciones en la rebelde Toledo y en los núcleos de la Marca Superior hacen difícil mantener el control Omeya- se concibe como un espacio de control desde donde poder combatir las rebeliones en los *tūgur*, constituyéndose en un espacio con entidad propia, del que la *madīna* Guadalajara sería el centro administrativo y de control del territorio adyacente, orbita en la que se encuentra Medinaceli, que en principio operaría como un *ḥiṣn* de cierta importancia en el control del valle del Jalón. Los cambios de poder y de las familias que controlan espacios son frecuentes en al-Andalus, dejando de

¹¹ MAZZOLI GUINTARD, Christine - *Ciudades de al Andalus ...*, pp.30-49.

¹² TORRES BALBÁS, Leopoldo - "Ciudades hispanomusulmanas de nueva fundación". in *Études d'Orientalisme dédiées a la mémoire de Lévy Provençal*. Vol. II. Paris: G.-P. Maisonneuve et Larose, 1962, pp. 794-795.

¹³ IBN HAYYĀN - *Muqtabis II-I, Crónica de los emires Alḥakan I y 'Abderrahāman II*, §177r, § 180 r. p. 293. Sobre los Banū Sālim, BUENO SÁNCHEZ, Marisa - "La importancia de los linajes bereberes en la construcción social de la Marca Media. Los Banū Sālim como ejemplo". *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos* 39 (2011), pp. 167-190.

gozar los Banū Salīm del favor de los califas el 920 año en el que son destituidos del control de Guadalajara y de las ciudades del entorno ya que la población tenía quejas contra ellos¹⁴. Los Banū Salīm son destituidos del poder en Guadalajara, pero es en ese momento cuando toma protagonismo Medinaceli por su importancia estratégica; de hecho, en el itinerario de la campaña de Muez del 920 utiliza la villa como punto de partida para un ataque a los enclaves del Duero, Osma, San Esteban de Gormaz y Clunia. Así mismo en el 933 ‘Abd-el -Rḥramān III envía al visir ‘Abd al Hamīd ibn Basīl desde Medinaceli para enfrentarse a la rebelión de los Tuyibíes¹⁵.

Se reconstruye la ciudad en el 946 trasladando allí la capital de la Marca Media, adquiriendo el rango de *madina* y capital de distrito, ahora militarizado por una época de conflictos con los reinos del norte y el consiguiente cambio de funciones del *taḡr*. El proyecto de *reconstrucción* y *repoblación* de la frontera es encargado por ‘Abd-el -Rḥramān III a alguien que procedía de la frontera: su liberto Gālib. Llegaron albañiles de toda la frontera para rehacer el encintado de la ciudad que se encontraba *desierta*. Las operaciones se realizaron en un par de meses de agosto/ septiembre del 946¹⁶, de modo que la operación debió consistir en una pequeña rehabilitación de murallas y alcazaba, no siendo una reedificación, sino unas simples reparaciones que simbolizaban el paso al control administrativo califal¹⁷. Geógrafos y cronistas a partir del siglo X la mencionan como cabeza de una demarcación administrativa: Al-Maqadassi (946-988) e Ibn Galīb lo citan como una *kūra* administrativa¹⁸. Al-Ūdri también en el siglo X nos habla de la “Marca de los Banū Sālīm” y Al Razī dice que es cabeza de un vasto distrito sin mencionar los castillos de su entorno¹⁹.

Desde Medinaceli el general Omeya Gālib cubre la misión de asegurar la frontera con Castilla, apoyándose en la fortaleza de Gormaz, eclipsando a Atienza como punto de partida de las campañas hacia el Norte²⁰. En el 980 este general será el único en mantener las prerrogativas del califa Hišam II oponiéndose a su yerno Almanzor, comenzando entre ambos una guerra civil siendo apoyado Gālib por los cristianos²¹. Medinaceli se convertirá en objetivo de Almanzor, hasta que es ocupada y convertida en cabeza de operaciones. En el 995 Almanzor ataca el área de San

¹⁴ IBN ḤAYYĀN - *Muqtabis V, Crónica del Califa Abderraḥmān II an Nasir (912-942)*. Ed. M^a Jesús Viguera Molins; Federico Corriente. Madrid- Zaragoza, 1981, p. 105; IBN ‘IDĀRĪ - *Al Bāyan Al Muḡrib fi Ajbār Al-Andalus, Histoire de l’Afrique et de l’Espagne intitulée al-Bayano al-Moḡrib*. Ed. Edmond Fagnan. Vol. II. Argel, 1901-1904, p. 292.

¹⁵ AL-UDRĪ - “La Marca Superior en la obra de al-Udrī”. Ed. Fernando De La Granja - *Estudios de la Edad Media Corona de Aragón* 8 (1967), p. 447, párrafo 98; IBN ḤAYYĀN - *Muqtabis V...*, pp. 243-244, §218-219.

¹⁶ IBN ‘IDĀRĪ - *Al Bayan* Ed. Fagnan. Vol. II, p. 397.

¹⁷ GÓMEZ MARTINEZ, Susana - “La cerámica islámica de Medinaceli”. *Boletín de Arqueología Medieval* 10 (1996), p. 126.

¹⁸ VALLVÉ, Joaquín - *La división territorial de la España musulmana*. Madrid: CSIC, 1986, pp. 227-228.

¹⁹ AL-RĀZĪ - “La description de l’Espagne” d’Aḥmād al-Rāzī. Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française”. Ed. Evariste Levi Provençal - *Al Andalus* 18 (1953), p. 80.

²⁰ VALLVÉ, Joaquín - *La división territorial* ..., p. 308.

²¹ IBN ‘IDĀRĪ - *Al Bayan* ... Ed. Fagnan. Vol. II, pp. 463-465, §298.

Esteban de Gormaz y Clunia, y Garcí Fernandez le responde con incursiones en el área de Medinaceli, recuperando también Clunia y San Esteban²². En el año 1000 parten de allí la campaña contra Cervera y en el 1002 la de la Rioja en la que fallece el propio Almanzor²³.

De la época amirí tenemos noticias varias de la importancia del emplazamiento por allí pasará de ‘Abd al Malik b. Abī ‘Āmir, conocido como Abū Marwān al-Muzarraf, hijo de Almanzor como *hāyib* (chambelán) de Hišam II (9 de agosto de 1002), realiza su primera incursión hacia el país de los francos²⁴. El objetivo de esta expedición según Ibn Īdarī era el *Hišn Madaniš*, el castillo de Meyá a fin de sorprender a sus gentes, para después tomar *Hišn Mumaqšar*²⁵.

Los generales al mando en Medinaceli en ese periodo fueron Qand un mawalī de los omeyas de la órbita de Gālib²⁶, y a partir de 1009 Wāḍiḥ²⁷. Tras la muerte del hijo de Almazor en el 1008 es nombrado como nuevo *hāyib*, su hermano ‘Abd al Raḥmām b. Abī ‘Āmir apodado como Šanʿul, que más tarde sería nombrado heredero al trono por Hišam, año 399/1008-1009, provocando con ello la *fitna*. De carácter blando y dado a los placeres, abandona Córdoba en enero de 1009 con condiciones adversas en una campaña contra los gallegos. Los hechos políticos de la *fitna* en Córdoba salpican directamente en Medinaceli, participando su regidor en las intrigas y maniobras de poder de ambos bandos. Aprovechando esa ausencia se produce la sublevación de Muḥammad b. Hišam b. ‘Abd al-Ŷabbār b. Ābd al-Raḥmān an Nāsir, conocido como *Al-Maḥdī*, pero el vulgo lo llamaba *El Mangas*, a consecuencia de su blandura, inconstancia y ligereza²⁸. En el año 1009, llegó a Córdoba una carta de Wāḍiḥ, regidor de Medinaceli y de toda la frontera media, con su obediencia y sumisión a favor del nuevo Califa, expresando su alegría por la muerte de ‘Abd al Raḥmām b. Abī ‘Āmir, Sanchuelo que había sido asesinado en Córdoba junto a su partidario Ibn Gómez²⁹. Recibió Muḥammād a su enviado y lo reenvió a Wāḍiḥ con las gracias al tiempo que le enviaba por medio del mismo enviado, dinero tapices, ropajes y rarezas de precio confirándole el mando de toda la frontera³⁰. A pesar de la obediencia de Wāḍiḥ la situación es complicada en Córdoba. Al Madhī es depuesto por Sulaymām b. Ḥakam en Noviembre de 1009 con un grupo

²² *Anales Toledanos I*. Ed. Enrique Florez. *España Sagrada*, XXIII, 1767, p. 387

²³ *Dirk bilād al-Andalus - Una descripción anónima de al-Andalus*. Ed. Luis Molina. Madrid: CSIC, 1983, p. 204.

²⁴ IBN ‘IDĀRĪ - *La caída de Califato de Córdoba y los reyes de taifas*. Ed. Felipe Maillo Salgado. Salamanca: Universidad, 1993, p. 13.

²⁵ HERNÁNDEZ JÍMENEZ, Francisco - “Estudios de geografía histórica española, *Mumaqšary Madaniš*, Montmagastre y Meyá”. *Al Andalus* 6 (1941), pp. 339-355.

²⁶ IBN ḤAYYĀN - *Muqtabis V ...*, p.179.

²⁷ IBN ‘IDĀRĪ - *La caída de Califato de Córdoba*, p. 73.

²⁸ IBN ‘IDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, pp. 47 y 56.

²⁹ IBN ‘IDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, p. 73

³⁰ IBN ‘IDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, p. 76.

de esclavos amiríes y los bereberes, produciéndose una revuelta beréber que tendría como objetivo la propia Medinaceli, esperando que Wāḍiḥ hiciese las funciones de intermediario entre ellos y *el califa usurpador*, a lo que se niega produciéndose un enfrentamiento. La posición de Sancho García es clave en este momento, entrando en el delicado juego de las alianzas que puede proporcionarle una expansión de su área de influencia. Sancho García apoya a los bereberes obteniendo en caso de triunfo las ciudades que quisiera de la frontera, suministrándoles víveres y todos los pertrechos necesarios. Luego el cristiano se puso en marcha con los bereberes hacia Medinaceli y enviaron decir a Wāḍiḥ, que deseaban hacer la paz con él por la aversión a combatir y con los que él estaban, pero este se negó a la paz pactada y entrega de castillos. Se produce un enfrentamiento entre 25 de agosto y 25 de septiembre de 1009 en las cercanías de Alcalá de Henares, apoderándose los bereberes de todo lo que había en el ejército de Wāḍiḥ, dinero y armas siendo ocupada Medinaceli por los bereberes³¹. Poco después los bereberes son expulsados de Córdoba y Sancho García los seguirá apoyando acompañándolos a Córdoba participando en la deposición de Al Madhī y reclamando los *ḥuṣun* que aún estaban en poder del gobernador de Medinaceli. Wāḍiḥ, intrigará con ambas partes jugando un papel clave. En principio fiel al Madhī, llama a un ejército de francos que entraron en Medinaceli tomando posesión de ella³², y más tarde Wāḍiḥ, traicionaría a Al-Ŷabbār, conspirando con una facción de esclavos amiríes, entrando en el alcázar de Córdoba el 23 de Julio de 1010, y apoyando a Hišam II Al-Ḥakam, los esclavos amiríes le cortaron la cabeza y tiraron su cuerpo al arrecife, volviendo el Califato a Hišam II Al-Ḥakam. Nombró para el cargo y oficio de *ḥāyib* a Wāḍiḥ, y éste mandó la cabeza de ‘Abd Al-Ŷabbār, a Sulaymām escribiendo a los bereberes exhortándolos a la paz³³. Tanto los *Anales Castellanos* como Ibn ʿIdārī hacen eco de las exigencias del navarro Sancho Garcés que conseguiría algunas de las plazas del Duero³⁴.

Rota la unidad de al-Andalus con la disgregación taifa el distrito que encabeza Medinaceli se mantendrá adscrito a la taifa de Zaragoza³⁵ pero basculando entre ésta y Toledo por los enfrentamientos entre los Banū dil-Nūm de Toledo y los Banū Hūd de Zaragoza³⁶.

³¹ IBN ʿIDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, pp. 82-83

³² IBN ʿIDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, p. 88.

³³ IBN ʿIDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, p. 93

³⁴ *Anales Castellanos II*. Ed. Manuel Gómez Moreno. Madrid: RAH, 1917, p. 26; IBN ʿIDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, p. 93

³⁵ *Dirk bilād al-Andalus - Una descripción anónima de al-Andalus*. Ed. Luis Molina ..., p.77

³⁶ VIGUERA, M^a Jesús Molins - *Aragón musulmán*. Madrid: Mira Editores, 1988, p. 187.

2. Impacto de la ocupación islámica: Mutaciones desde la tardoantigüedad

El río Jalón y sus pequeños afluentes constituyen un área de aprovechamiento agrícola que condiciona la presencia de asentamientos humanos y que articuló a la población residual después de la desestructuración del sistema romano. En Medinaceli se abandona el espacio de la *urbs*, pero algunos asentamientos rurales perviven, o se reocupan tras un breve hiato de abandono con otras funciones. La datación de estos emplazamientos proviene de informes de prospección realizados con motivo de la ampliación de la autopista Madrid-Barcelona, prospección de la construcción del AVE y la instalación de algunos parques eólicos, siendo poco frecuentes las intervenciones en yacimientos rurales. Cuando analizamos un paisaje existen dos conceptos que se manejan el de superposición, implica la reocupación de estructuras, que sólo es visible en el emplazamiento urbano, pero el criterio no es válido para analizar el impacto de la ocupación islámica en todo el área, si bien como se verá se produce la reocupación de algunas estructuras de poblamiento, en muchos casos se produce la yuxtaposición, creándose nuevos emplazamientos para el control del valle en función de las nuevas necesidades políticas.

El entorno de la villa de Medinaceli fue ampliamente ocupado en la época alto y bajo imperial desestructurándose esa forma de ocupación territorial en la tardo antigüedad. Algunos de los emplazamientos rurales sobreviven, pero cambian de funciones sobreviviendo hasta la alta edad media. En el momento de ocupación islámica en las zonas próximas a Medinaceli, había un poblamiento rural disperso del que no existen noticias escritas pero que se desprende de la información arqueológica y de noticias bibliográficas que informan de yacimientos desaparecidos, estos emplazamientos como en otros lugares de la península son prácticamente invisibles y fueron a la vez espacios productivos y de residencia³⁷. Entre ellos se encuentra el enclave de la Revilla, un lugar de explotación agrícola, dada su estratégica situación en la zona de vega, detectado a partir la cerámica de superficie fundamentalmente materiales de pastas grises muy toscas que se puede adscribir al periodo altomedieval³⁸. Otro emplazamiento asociado al mundo tardo romano es el conocido como *El Desmonte* ya en el área cercana a Torralba del Moral, (1070 mts.) situado a pie de monte sobre la margen del arroyo de La Mentirrosa. Situado en el fondo de valle donde el Jalón se encajona creando una suave vega en U. El yacimiento se ubica en plataformas sucesivas de perfil amesetado, cortadas por una trinchera de la época del ferrocarril, y que hoy se usa como camino. Sobre una de las terrazas se observa abundante material calizo que podría pertenecer a las

³⁷ QUIRÓS CASTILLO, José Antonio - "Las aldeas de los historiadores y de los arqueólogos en la Alta Edad Media del Norte Peninsular". *Territorio, Sociedad y Poder* 2 (2007), pp. 65-86.

³⁸ Soria, Museo Numantino. 98/77/1-5.

construcciones de las que no queda rastro visible. Los materiales que aparecen son poco diagnósticos, restos de terra sigilata hispánica muy rodada y cerámica común de cocina. Plantea problemas de adscripción crono cultural, con una secuencia entre el mundo tardo romano y el altomedieval, profundamente afectado por el trazado de la trinchera del ferrocarril. Los materiales cerámicos del periodo romano, terra sigilata, cerámica común a torno y material constructivo y teja se encuentran agrupados en un sector del emplazamiento; mientras que la cerámica a mano de cocción reductora, presentando algunas piezas superficies bruñidas³⁹.

De clara adscripción tardo-antigua es el yacimiento de la Revilla situado en la confluencia de los arroyos del Salobar y de la Mentirosa con ocupación en época tardo antigua y altomedieval en función de la dispersión de los materiales, de pastas grises con abundantes degradantes minerales, cocciones reductoras; así como terra sigilata con decoración circular⁴⁰.

Al sur este de Fuencaliente de Medinaceli, en el borde de la paramera en el margen derecho del río Jalón se tienen noticias de una necrópolis a una altitud de 1080 m que ya recogía Taracena en la Carta Arqueológica de Soria y que consideraba como *visigodo*⁴¹ y que actualmente se asocia al poblamiento rural altomedieval sin adscripción étnica, conocida como *La Mantilla II*, próxima a un yacimiento en el cerro en el que se encuentra la estructura rehundida de una torre, material constructivo disperso materiales cerámicos de pastas grises y pardas, bien tamizadas, con grasas minerales, de diferentes cocciones oxidantes y reductoras. Destacan los bordes vueltos y los fondos moldurados de ollas y jarras. Los elementos decorativos no son muy abundantes, destacando algún fragmento con incisiones paralelas y horizontales que pueden ser asociadas con cerámicas tardo antiguas del área del Duero⁴².

En las proximidades del arroyo de la Mentirosa el yacimiento de *El Tormo* (Fuencaliente de Medinaceli) con una secuencia de reocupación desde la Edad de Hierro a la Edad Moderna con hiatos temporales. Las intervenciones se realizaron en 1987 y 1992 con el objetivo de documentar y consolidar las estructuras de una excavación clandestina realizada con la intención de encontrar la tumba de Almanzor. Como consecuencia de estas intervenciones se pone en evidencia la existencia de

³⁹ Inventario arqueológico de Soria, Expediente, 42-113-001-06.

⁴⁰ Inventario Arqueológico de Soria, Expediente, 42-113-0007-21.

⁴¹ TARACENA, Blas - *Carta arqueológica de España*. Soria. Madrid, 1941, p. 65; GAYA NUÑO, Benito - "Soria visigoda, ensayo de una síntesis". *Celtiberia* 7 (1951), p. 63; CABALLERO ZOREDA, Luis - "Arqueología tardo-romana...", p. 446; ORTEGO Y FRÍAS, Teógenes - "Edad antigua". in *Historia de Soria*. Vol. I. Madrid, 1985, p. 200; GÓMEZ SANTACRUZ, Julio - "Aproximación al poblamiento rural hispanoromano en la provincia de Soria". in *Actas II Symposium de arqueología Soriana*. Vol II. Soria, 1992, pp.937-956.

⁴² Soria, Museo Numantino. 98/75/1-6; LARRÉN IZQUERDO, Hortensia - "Ensayo de sistematización de cerámica tardoantigua en la cuenca del Duero". in CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS, Pedro; RETUERCE, Manuel (eds.) - *Cerámica tardoromana y altomedieval en la península Ibérica. Anejos de AEspA* 28 (2003), pp. 273-306.

una torre, aunque sus restos son escasos limitándose a rebajes en la roca de la cima, muros de construcciones domésticas, estructuras de almacenaje (silos, aljibes), y los restos de la ermita de Santa Ana en funcionamiento en época pleno y bajo medieval⁴³. Todo ello apunta a un núcleo que sufre múltiples reutilizaciones y que en el periodo de la conquista existía un núcleo habitacional dedicado a la explotación agrícola del Jalón, por los materiales queda atestiguado el uso del emplazamiento en época altomedieval e islámico.

En las proximidades de la propia Villa hay noticias de dos necrópolis de la que se tienen noticias orales y bibliográficas. La mencionada necrópolis de La Mantilla, asociada con el yacimiento del mismo nombre, y la necrópolis de *El Tinte*. Esta necrópolis de la que sólo contamos con las observaciones de Rabal de finales del siglo XIX⁴⁴, fue considerada como tardo-romana. Este emplazamiento se sitúa en el pie oriental del cerro de la Villavieja, actualmente sobre la antigua Nacional II y al pie de la cual se conserva una fuente con ese nombre sin que se pueda determinar ningún rastro de la misma y no se pueda determinar su cronología científicamente.

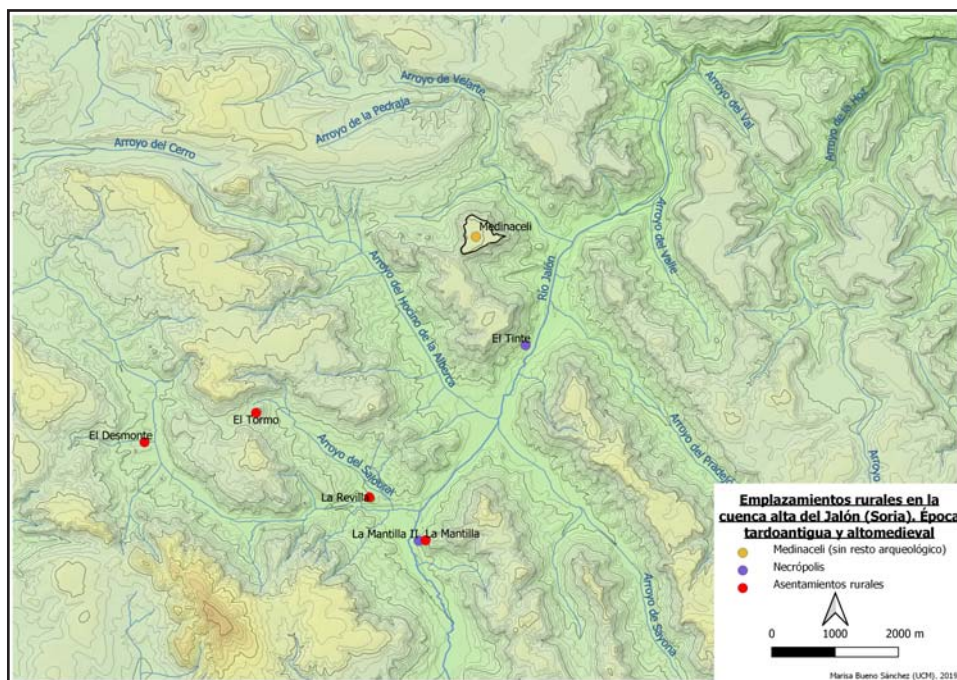


Fig. 2 - Emplazamientos rurales en la cuenca alta del Jalón. Tardoantigüedad y altomedievo.

Controlando tanto la cabecera del Jalón como los afluentes, el doble emplazamiento de Medinaceli: la Villavieja y Medinaceli villa. Todo apunta que en el momento de la ocupación islámica, la villa de Medinaceli estaba en ruinas tal y

como describe al-Razī, “fue encontrado en ruinas por Tāriq, hijo de Nuṣṣayr, los musulmanes después lo repoblaron”⁴⁵. Ahora bien, ¿qué espacio es el que se encuentra en ruinas? En la Villavieja se encuentran las ruinas de un emplazamiento de la edad del Hierro; y en la villa los restos de la ciudad romana con el arco romano visible y ya deteriorado en el momento de la conquista⁴⁶. Considerando los datos arqueológicos en época islámica se produce una distribución de la ocupación en los dos cerros testigos, existiendo en ambos casos indicios de ocupación tanto en época emiral como califal, siendo muchos más frecuentes los materiales califales. Para Schulten y Taracena, la Villavieja corresponde a la ciudad de Ocilis teoría cuestionada por Arlegui⁴⁷, pero con reocupación en época islámica. Los restos cerámicos procedentes de la Villavieja provienen de campañas muy antiguas, en concreto la campaña de Mérida de 1924, así como de algunas prospecciones más recientes realizadas en los años 90 del siglo XX. En este emplazamiento se detectaron formas constructivas características del mundo andalusí, como la cimentación con mortero de cal y la existencia de muro sin forro con cal y canto, ajenos al mundo celtibérico, así como material cerámico estudiado por Susana Gómez. El estudio proporciona las bases de partida para el estudio cerámico de los materiales de la villa. Fundamentalmente pastas anaranjadas con intrusiones de mica, caliza y cuarzo, modeladas a torno rápido realizándose a mano algunos elementos concretos de las piezas como asas; la cocción de las pastas de su muestra es mayoritariamente oxidante (73,7%) siendo frecuente el estriado y las incisiones. En cuanto al acabado encontramos un elevado número de ejemplares de cerámica vidriadas, casi siempre formas abiertas, aunque también lo encontramos en redomas y jarritas. Es frecuente el vedrío monocromo plumbífero al interior y al exterior melado semitransparente con matices que van desde el anaranjado al verde. En cuanto al vidriado bicromo solo se encuentra en la muestra un ejemplar de melado y morado manganeso bajo el vedrío. Aparecen también cerámicas pintadas en líneas negras verticales, con importante vinculación a los motivos decorativos de la Marca Media en la Meseta⁴⁸. Algunos ejemplares de cerámica de lujo de los siglos X y XI ponen de manifiesto la importancia política administrativa del enclave, destacando las piezas con decoración epigráfica del Museo Arqueológico Nacional⁴⁹. Sin embargo, no aparece en la muestra cerámica a

⁴⁵ AL RĀZĪ - “La Description de l’Espagne”. Ed. Evariste Levy Provençal. *Al Andalus* 18 (1953), p. 80.

⁴⁶ ABAD CASAL, Lorenzo - “El arco de Medinaceli. Un monumento singular en la Hispania romana”. in ABASCAL, Juan Manuel; ALFÖLDY, Géza (ed.) - *El arco romano de Medinaceli (Soria, Hispania Citerior)*. Madrid: RAH, 2002, pp. 119-139.

⁴⁷ ARLEGUI SÁNCHEZ, Mariam - “Introducción al estudio de los grupos celtibéricos del Alto Jalón”. in ARGENTE OLIVER, José Luis; SANCHO, María Carmen (eds.) - *El Jalón, vía de comunicación*. Soria: Junta de Castilla y León, 1990, pp. 42-44.

⁴⁸ GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana - “Cerámica islámica de Medinaceli”. *Boletín de Arqueología Medieval* 10 (1996), p.142; RETUERCE VELASCO, Manuel - *La cerámica andalusí de la Meseta*. 2 vols. Madrid, 1998.

⁴⁹ Museo Arqueológico Nacional, 1978/72/1; MAN 63092.

cuerda seca parcial o total, elementos que si aparecen en las excavaciones de urgencia realizadas en el cerro gemelo, en la actual ubicación del núcleo urbano.

En cuanto a la ocupación islámica de la villa de Medinaceli las estructuras se yuxtaponen y en ocasiones superponen a los restos de época romana, los más visibles en el emplazamiento actual, sin que en el cerro se hayan documentado elementos del periodo pre-islámico posteriores al siglo II. Sobre una meseta escarpada, por todos sus lados excepto por el lado suroccidental, cota máxima de 1206 m., se encuentran los restos de una ciudad romana protegida por una muralla. El perímetro tiene una forma trapezoidal de 600 m de longitud y entre 100 y 450 m de anchura, ocupando una superficie aproximada de 36 hectáreas. El emplazamiento se declara bien de interés cultural en el año 1963, y a partir de las excavaciones de urgencia y de rehabilitación del Arco Romano ha ido emergiendo gran parte de la primitiva ciudad romana⁵⁰.

Entre 1990 y 2008 se incrementa el número de intervenciones urbanas en Medinaceli como consecuencia del auge de la villa y del gran número de obras privadas y públicas realizadas en ese periodo: obras de mejora del tejido hidráulico y eléctrico, para la mejora y restauración de inmuebles particulares. Estas intervenciones han puesto en evidencia una secuencia de superposición de la villa islámica sobre las estructuras romanas, y la posterior amortización de todo el espacio tras la conquista cristiana. A partir del 2011 la crisis hizo disminuir el número de intervenciones, pero tanto las memorias de excavación como el estudio de materiales depositados en el Museo Numantino de las actuaciones previas han permitido realizar una aproximación. Si bien no se han identificado las trazas de los edificios más importantes, como la mezquita de la que solo tenemos noticia escrita a través de una sus destrucciones mencionada por Ibn ʿIdārī a principios del siglo XI⁵¹, al menos aparecen estructuras en negativo con material islámico procedente de la amortización de estos espacios tras la ocupación y reordenación castellana de la villa, y restos de muro amortizando casas romanas.

Por un lado, la presencia de aljibes es clave en la villa puesto que el nivel freático se encuentra a un nivel inferior, cercano a la fuente de la Canal. Por ese motivo la presencia de aljibes tanto en época romana como en época islámica es fundamental para el abastecimiento de la ciudad. Según Pavón Maldonado los aljibes de época romana serían de mayor tamaño produciéndose en época islámica una

⁵⁰ La villa alto-imperial se encuentra ampliamente documentada en múltiples trabajos: ABAD CASAL, Lorenzo - "El arco de Medinaceli. Un monumento singular en la Hispania romana ...", pp. 119-139; GARCÍA BELLIDO, Antonio - "Arcos honoríficos romanos en Hispania". *Colloquio italo-spagnolo sul tema: Hispania romana (Roma, 15-16 maggio 1972)*. Roma, 1974, pp. 7-27; ORTEGO Y FRÍAS, Teógenes - *Historia de Soria*. Soria, 1985, pp. 165-168, ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan - "El proceso de islamización en la provincia de Soria". in DE LA CASA MARTÍNEZ, Carlos (ed.) - *I Symposium de Arqueología Soriana*, Soria, 1984, pp. 481-496.

⁵¹ IBN ʿIDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, p.88.

fragmentación⁵². Se aumenta la presencia de aljibes en la villa, tanto de uso público como en el existente en las cabellerizas del castillo, en relación con el recinto castrense en el que se ubica y adscrito al periodo islámico⁵³; así como los de uso privado, como el que aparece en las obras de la calle Barranco⁵⁴.

Así mismo, resulta significativo la presencia de silos, estructuras negativas rellenas de material cerámico fragmentado de diferentes periodos, fundamentalmente de época islámica y colmatados de tierra y un alto contenido de tierra carbones y cenizas. Los silos aparecen reutilizados como basureros y no siempre asociados a estructuras de habitación. Entre las intervenciones destacadas en el recinto urbano, se encuentran los silos del área de San Julián tanto los de la calleja de San Julián 27 (intervención en el año 2007)⁵⁵, como los encontrados en la Plaza de San Julián o en la cercana calle Herrerías. Se han encontrado estructuras similares en múltiples excavaciones en la villa; excavaciones en el Arco romano del año 1991 y en 2002⁵⁶; en la calle Barraco en 1990 y 2007⁵⁷; en 1998 en las excavaciones de la Plaza Mayor y en la Plaza de Santiuste⁵⁸; en 1996 en la Plaza del Hospital⁵⁹; en la Plaza de san Pedro en 2001⁶⁰; en la Calle san Nicolás 13 en el 2002⁶¹; y en la calle Hospital 1 en el 2003⁶². Las estructuras negativas son las más frecuentes para documentar las secuencias urbanas en la Marca Media, con el problema de la ausencia de estratigrafía precisa de los materiales contenidos en los silos, donde se recoge de forma indiscriminada tanto material romano como islámico, lo que indica la amortización de esos silos en el periodo de la conquista cristiana. A pesar de la ausencia de estratigrafía se puede establecer una periodización del material teniendo en cuenta tanto el conocimiento

⁵² PAVÓN MALDONADO, Basilio - *Tratado de arquitectura hispanomusulmana*. El agua. Vol. 1. Madrid: CSIC, 1990, p. 90.

⁵³ DE LA CASA MARTÍNEZ, Carlos *et alli* (eds) - *Castillos de Soria. Aproximación a la arquitectura militar medieval*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1990, p.98.

⁵⁴ RUIZ DE MARCO, Antonio *et allí* - *Seguimiento y excavación arqueológica de las obras de mejora de abastecimiento de aguas de Medinaceli, Informe depositado en el Servicio Territorial de Cultura de Soria*. Soria, 1993.

⁵⁵ ARELLANO, Oscar *et allí* - *Intervención arqueológica de la calle san Julián 27*. Informe inédito depositado en el Servicio Territorial de Cultura de Soria, 2007.

⁵⁶ MARINÉ, Marina - "Informe de las excavaciones arqueológicas realizadas en el Arco romano de Medinaceli. Campaña de 1991". in ABASCAL, Juan Manuel; ALFÖLDY, Géza (ed.) - *El arco romano de Medina ...*, pp. 23-44.

⁵⁷ HERAS, Elena *et allí* - *Informe de la intervención arqueológica en la zanja de abastecimiento de agua en Medinaceli*, 1990.

⁵⁸ BOROPIO, María Jesús *et allí* - *Informe de la campaña de excavación en Medinaceli*. Soria, Informe depositado en el STCS, 1988.

⁵⁹ ARELLANO, Oscar *et allí* - *Seguimiento arqueológico de la Plaza del Hospital de Santa Catalina y calles adyacentes. Medinaceli (Soria)*. Informe depositado en el STCS, 1996.

⁶⁰ ARELLANO, Oscar *et allí* - *Excavación arqueológica de la Plaza de san Pedro. Fase II. Medinaceli (Soria)*, Informe depositado en el STCS, Soria, 2001.

⁶¹ ARELLANO, Oscar *et allí* - *Seguimiento arqueológico de la Calle san Nicolás 13, Medinaceli (Soria)*, Informe depositado en el STCS, 2002.

⁶² SANZ ARAGONESES Alberto *et allí* - *Informe de los trabajos de excavación arqueológica en el canal documentado en la calle del Hospital 1, Medinaceli, Soria*. Informe depositado en el STCS, 2003.

del referente cerámico de la Marca Media como otras excavaciones realizadas en los entornos próximos. La ausencia de estratigrafías provocó la necesidad de contrastar los materiales con otros procedentes de contextos estratigráficos mejor datados como los materiales del Tunel de Aguas Vivas de Guadalajara lo que ha permitido datar algunos materiales en la fase emiral como ollas globulares de continuidad del mundo tardo romano con posterioridad en la fase posterior⁶³

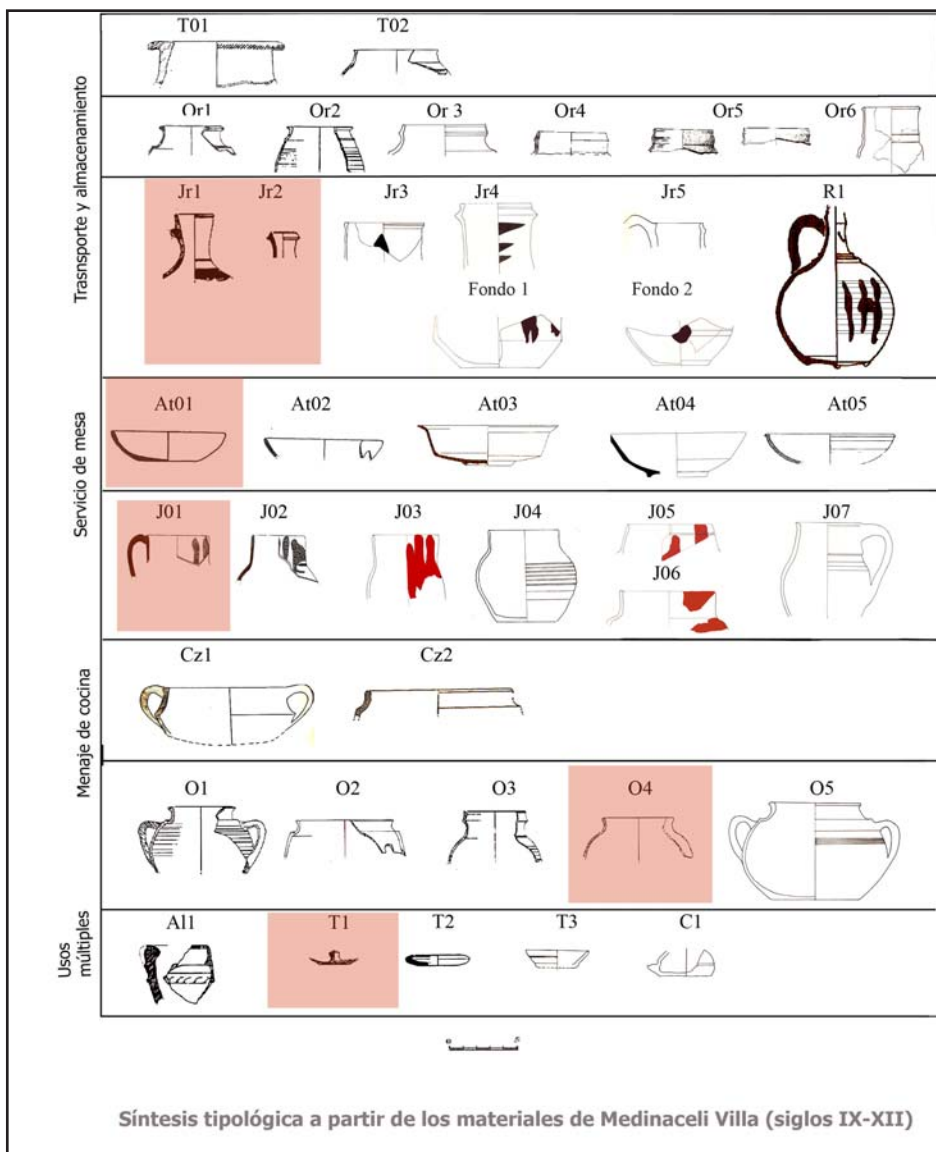


Fig. 3 - Tipología de cerámica islámica a partir de los materiales de Medinaceli villa (siglos IX. XII)

El material tipológicamente corresponde a la cerámica andalusí frecuente en otros centros de la Marca Media, principalmente Guadalajara. Algunos autores han asimilado algunas características formales tipológicas con tipos cerámicos de influencia beréber, como las “ollas con escotadura en hombro” o jarritas de cuello cilíndrico y cuello globular⁶⁴, pero realmente no conocemos los rasgos definitorios de los bereberes y la cerámica del contexto territorial del área de Guadalajara y Medinaceli se adscribe a las características formales de la cerámica andalusí. En el análisis cerámico resulta evidente una fase califal en la que predominan las decoraciones en melado y verde manganeso produciéndose la sustitución de formas nuevas de modo definitivo, ollas y jarras con escotadura en hombro, atafiores de pie convexo, y el repertorio formal de formas clásicas califales. Por último, entre los materiales se detecta una fase final de época taifa en la que se mantienen las formas y se introducen nuevas formas decorativas como la cuerda seca parcial y total, con decoraciones variadas, destacando los motivos geométricos, los dientes de sierra, eslabones, trenzas y zoomorfos. Este tipo de decoraciones se asocia a la influencia de la Marca Superior, aunque su presencia podría atribuirse a intercambios comerciales con la Marca Superior⁶⁵.

A nivel urbanístico no podemos documentar el proceso de saturación de la *madīna*, solo sabemos que algunas de las casas se construyeron directamente sobre las antiguas casas romanas, reutilizando sus suelos, en caso se observa la amortización de la casa romana en la nueva construcción islámica, como se observa en la excavación de la Plaza de San Pedro, fase II, en la que se amortizan esos espacios y aparecen yeserías en los derrumbes, lo que implica que posiblemente corresponda a las moradas de las élites. La ocupación cristiana alteró la morfología urbana, reaprovechándose algunos espacios y estructurándose el urbanismo en torno a las parroquias⁶⁶.

Al margen de la ocupación tanto de la Villavieja como de la villa, las primeras épocas de control andalusí supusieron el control del valle del Jalón, a esta funcionalidad debieron obedecer las improntas de torre que se encuentran derruidas en varios de los emplazamientos citados. Así en el mencionado yacimiento de la Mantilla I se observa la cimentación de una torre. De la misma apenas quedan restos en altura, observándose una hondonada de unos dos metros de profundidad que marcaría la impronta de una torre de unos seis metros de lado de planta cuadrangular.

⁶⁴ BERMEJO, José Luis; LÓPEZ ASTILLEROS, Kenia - “La producción cerámica en el entorno del Henares durante los siglos IX y X”. in *Actas del V Encuentro de Historiadores del Valle del Henares*. Guadalajara, 1996, pp. 79-85.

⁶⁵ DELERY, Claire - “Using *Cuerda Seca* Ceramics as a Historical Source to Evaluate Trade and Cultural Relations between Christian Ruled Lands and Al-Andalus, from the Tenth to Thirteenth Centuries”. *Al-Masaq, Journal of the medieval Mediterranean* 21 (2009), pp. 31-58.

⁶⁶ BUENO SÁNCHEZ, Marisa - *De la madina a la villa. Transformaciones del espacio urbano en un área de frontera*. in RÍOS SALOMA, Martín (ed.) - *El mundo de los conquistadores*. Madrid: Silex, 2015, pp. 159-196.

En el flanco norte se observa parte del relleno del muro trabado de argamasa y cal, desapareciendo los sillares del forro de reutilizándose en construcciones de época posterior posiblemente en una construcción reciente cercana: una taina o paridera de la falda oriental que en uno de su muro oeste presenta sillares de arenisca y caliza bien escuadrados, en seis hiladas de 6 metros de lado por dos de ancho. El emplazamiento pudo ser ocupado por contingentes islámicos y cristianos en épocas sucesivas, sólo la excavación del emplazamiento podría aportarnos más datos.

Aunque tradicionalmente asociamos las atalayas de control a estructuras circulares, lo cierto es que encontramos también restos de torres cuadradas, como en Mezquetillas, Alto de la Mina (Morales-Aguilera). En el área próxima existen otros emplazamientos con indicios de desarrollo de torres cuadradas con muro en espiga en Monteagudillo (Benamira),⁶⁷ y el también mencionado yacimiento del Tormo⁶⁸. El grado de conservación de las mismas no es homogéneo, siendo algunas de ellas reaprovechadas en edificios posteriores y transformadas en iglesias como el caso de Mezquetillas⁶⁹. Estructuras de carácter circular encontramos en la zona como la torre ubicada en la Sierra de la Pela, de la que no queda más que la base de la estructura de un metro⁷⁰, o la atalaya muy desmantelada del cerro de la Villanueva, en este caso de estructura circular, considerada como atalaya vigía en la vía de Medinaceli a Berlanga en la conexión con la Villavieja y la atalaya cercana de Miño de Medinaceli, de la que no se conserva más que la cimentación y la primera hilada⁷¹. Estructuras similares son frecuentes en la zona como la impronta de atalaya circular del cerro del Castillo (Torralba de Ambrona⁷²), o una atalaya de control en las proximidades del arroyo del Salobar. Todos estos ejemplos están muy arrasados y no se ha realizado excavaciones en el entorno. En función de su material constructivo se asocian con torres de control de territorio rural, posiblemente de la primera fase de ocupación, antes de la refortificación califal. Solo una excavación arqueológica en estos enclaves podrá determinar su adscripción crono-cultural precisa.

Determinar las fases constructivas de estos enclaves asociándolas al periodo emiral o califal es arriesgado sin realizar las excavaciones pertinentes. Sin embargo

⁶⁷ LORENZO CELORRIO, Ángel - *Compendio de castillos medievales de Soria*. Soria: JCYL, 2003, p. 52.

⁶⁸ FERNÁNDEZ GARCÍA, Juan J. - "Fuencaliente de Medina ...", p. 307.

⁶⁹ ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan - "Fortificaciones tempranas en al-Andalus (VIII-X)". in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Simpósio Internacional sobre Castelos 2000*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 45-58.

⁷⁰ HERRERA CASADO, Antonio - *Guía de campo de los castillos de Guadalajara*. Guadalajara: Aache Ediciones, 1999, pp. 67-88.

⁷¹ HUETE, Mario; LLUL, Pilar; MOLINA, Juan - "Un itinerario musulmán de ataque a la frontera castellana en el siglo X: fortalezas, castillos y Atalayas entre Medinaceli y San Esteban de Gormaz". *Castillos de España* 93 (1983), pp. 3-14.

⁷² Inventario Arqueológico de Soria, Expediente 42-113-0011-02.

la refortificación de la zona a partir del 946 implicó el fortalecimiento de itinerarios precisos para llegar al Duero, siendo las torres de esas áreas las que sufrieron las reformas observándose el uso de sillares a soga y tizón con módulos establecidos lo que implica un proceso de construcción dirigida y con una clara funcionalidad política en el caso de las torres cuadradas *burý*, como en el caso de Alcubilla de las Peñas⁷³, y una tipología de sillares mejor trabajados en las atalayas circulares. En este sentido los estudios de Juan Zozaya en los que establece una tipología inicial entre atalayas o torres circulares, *burý*, y los *hişn*, castillos⁷⁴, y los de Retuerce que relaciona los emplazamientos con los itinerarios y calzadas⁷⁵ abrieron una vía de investigación que actualmente se completa con los estudios de arqueología de la arquitectura.

En las proximidades de Medinaceli varios castillos controlaron el entorno del Jalón y el paso hacia Calatayud y la Marca Superior. Por un lado, el castillo de Esteras de Medinaceli, del que no queda más que el perímetro de su estructura y alguno de los muros en la cabecera de Jalón, y controlado la salida del desfiladero el castillo de Belimbre (cerca de Santa María de Huerta) y el castillo de Montuenga⁷⁶

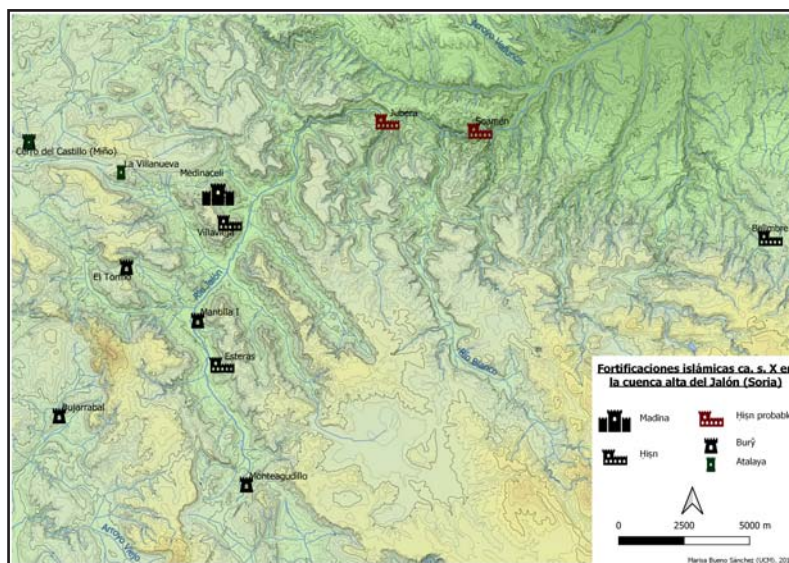


Fig. 4 - Fortificaciones islámicas en el siglo X en la cuenca alta del Jalón

⁷³ Servicio Territorial de Arqueología, Soria, Expediente 42-008-0001-05; ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan - "Recientes estudios sobre arqueología andalusí: la Frontera Media". *Aragón en la Edad Media* 9 (1991), p. 371.

⁷⁴ ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan - "¿Fortificaciones andalusíes? ¿Poblados? ¿Ciudades? ¿Campamentos? ¿Recintos castrales? En la Marca Media: hacia una tipología". in IZQUIERDO BENITO, Ricardo (ed.) - *Al-Andalus, país de ciudades*. Toledo: JCLM, 2008, pp. 23-64.

⁷⁵ RETUERCE VELASCO, Manuel; COBOS, Fernando - "Fortificaciones islámicas en el alto Duero versus fortificaciones cristianas en el alto Duero". in DE LA CASA MARTÍNEZ, Carlos (coord.) - *Cuando las horas primeras. En el milenario de la batalla de Calatañazor*. Soria: Universidad Internacional Alfonso VIII, 2004, pp. 229-258.

⁷⁶ LORENZO CELORRIO, Ángel - *Compendio de castillos medievales de Soria ...*, pp. 145-148.

3. Impacto medioambiental de la ocupación islámica

Parece un paradigma asumido la asociación del Islam con la creación de áreas de irrigación, norias y sistemas de explotación de huerta, paradigmas que han sido contrastados en diferentes áreas de la península Ibérica, como la zona de Valencia, o en el valle del Ebro⁷⁷. A la hora de valorar el impacto medio ambiental en el espacio objeto de análisis debemos tener en cuenta dos variables: por un lado, el sistema de explotaciones agrícolas y económicas documentadas en el área desde el punto de vista arqueológico, y por otro lado la representación de esas realidades que rodean a la ciudad y en los textos.

La ciudad se instala en un alto páramo de más de 1000 metros de altura, que en su momento debió ser un área de bosque. La situación del paisaje en Castilla León alrededor del siglo II d.C según las fuentes documentales nos remite a un contexto boscoso, en montañas periféricas y valles. Frente a las teorías que afirman que el impacto romano supuso una primera alteración del paisaje con la roturación de tierras y tala de árboles, el sistema agrario de las villas no debió infligir un daño esencial al bosque⁷⁸. Cuando se produce una alteración de los paisajes más efectiva sería en el proceso de reorganización política post *reconquista*, con la introducción de la roturación de cultivos y el establecimiento de la Mesta, lo que determina la importancia de la ganadería y de los pastos en esta zona⁷⁹.

La idea de paisaje existe en el Islam, bajo el término de *mandhar* y *macchad*, para definir tanto el objeto como su representación⁸⁰. Musulmanes y cristianos aportaron descripciones de sus bosques, silvas, espacios no domesticados, así como de espacios sometidos al dominio del hombre⁸¹. Si tenemos en cuenta las noticias que recogen los geógrafos árabes nos describen una Medinaceli con árboles y vegas fértiles, sin que se precise nada sobre la naturaleza de los cultivos ni las especies arbóreas. En la descripción de la *Geografía* de Al-Razī no aporta datos sobre la vegetación o espacios naturales, considera Medinaceli como cabeza de distrito, pero no menciona los núcleos de ella dependiente, “el distrito de Medinaceli es

⁷⁷ GLICK, Thomas - *Paisajes de conquista. Cambio cultural y geográfico en la España medieval*. Valencia: Universidad, 2007, pp. 105-131; BAZZANA, André; GUICHARD, Pierre - “Irrigation et société dans l’Espagne orientale au moyen âge”. in *L’homme et l’eau en Méditerranée et au Proche-Orient. I. Séminaire de recherche 1979-1980*. Lyon: Maison de l’Orient et de la Méditerranée Jean Pouilloux, 1981. pp. 115-140.

⁷⁸ HOPFNER, Hellmuth - “La evolución de los bosques de Castilla la Vieja en tiempos históricos”. *Estudios Geográficos* 15 (1954), p. 417.

⁷⁹ CLEMENT, Vincent - *De la marche-frontière au pays-des-bois: forêts, sociétés paysannes et territoires en Ville Castille (X^e-XIII^e siècle)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2002, pp. 60-65.

⁸⁰ LATIRI, Lamia - “La géographie arabe et le concept de paysage”. *Strates* [En ligne] 11 | 2004, mis en ligne le 14 janvier 2005, consulté le 30 septembre 2019. URL: <http://journals.openedition.org/strates/400>

⁸¹ RUCQUOI, Adeline - “La percepción de la naturaleza en la Alta Edad Media”. in SABATÉ, Flocel; FARRÉ, Joan (dir.) - *Natura i desenvolupament. El medi ambient a l’Edad Mitjana*. Lleida: Pagès editors, S.L., 2007, pp. 73-98.

cercano a Barūsā, alrededor de “una villa fuerte, buena y bella donde se encuentran edificios y vestigios antiguos construidos sólidamente. Su territorio es excelente, un emplazamiento muy sano. Fue encontrado en ruinas por Tāriq, hijo de Nuṣṣayr, los musulmanes después lo repoblaron”⁸². Otro geógrafo, Ibn Hāwqal en su viaje del 948 la sitúa Medinaceli a una etapa de Ša‘ra al-Qawārīr, donde hay una aguada cerca de la cual acampan las caravanas y a dos de Guadalajara, insistiendo en la riqueza del territorio y su importancia militar: “De allí es originario Gālib ibn ‘Abd Al-Raḥmām, general en jefe de la armada; tiene una enorme muralla; un vasto distrito rural y una provincia; es una región muy rica en ganado; es próspera bajo todos los aspectos, con una gran abundancia de recursos. Es de toda España la región que ve más combates y expediciones militares”⁸³. Al Idrissi en el siglo XII nos da su visión de la misma: “Esta última villa es bonita situada en una hondonada extensa y posee un gran número de edificios, jardines y huertas”⁸⁴. Yaqūt, en el siglo XIII la presenta como “una de las más importantes ciudades (mudun) en Al-Andalus. Posee muchos árboles y abundante agua. Cuando Ṭāriq (Ṭāriq b. Ziyād) conquistó Al-Andalus estaba arruinada, pero floreció mucho con el Islam. Actualmente está en poder de los cristianos (ifraný)”⁸⁵.

Los cristianos ocuparon un espacio productivo rico en cereales, prados y zonas de huerto, introduciendo posteriormente la vid. En el *Fuero de Medinaceli* otorgado a la villa por Alfonso I de Aragón en 1124 observamos entre sus disposiciones alusiones a las formas de explotación agrícola y de los diferentes tipos de cultivo, adaptadas al espacio productivo reordenado tras la conquista cristiana, pero que pone en evidencia la existencia de cultivo de trigo, huertas y explotación ganadera. El Fuero permitió el cerramiento de prados por un espacio de tres años si el cerramiento era bajo dos palmos en alto y otros dos en ancho si el cerramiento era con valla era por espacio de un año⁸⁶, el cerramiento de mieses se permitía hasta que fuese segado, al igual que las viñas. Los cultivos básicos en el término debieron ser además del cereal, la viña, así como la explotación de zonas de huerto en las zonas más húmedas, estando especialmente penada la agresión nocturna de los cultivos⁸⁷. La ganadería ocupa un papel muy importante: cabras, ovejas, puercos que provocan daños en los cultivos siendo éstos especialmente protegidos de las entradas de animales en cuyo caso debía el dueño de pagar el daño correspondiente: “Cuyo

⁸² Al Rāzī - “La Description de l’Espagne ..., p. 80.

⁸³ IBN HĀWQAL - *Kitāb ṣūrat al-ard, Configuration de la terre*. Ed. Johannes Kramers; Gaston Wiet. Paris, 1964, p.1 16.

⁸⁴ AL IDRISSEI - *Geografía de España*. Ed. Antonio Ubieto Arteta. Valencia: Anúbar, 1974, p. 146.

⁸⁵ YAQŪT - *La España musulmana en la obra de Yaqut (S. XII-XIII): repertorio enciclopédico de ciudades, castillos y lugares de Al-Andalus, extraído del Mu‘yam al-buldan (diccionario de los países)*. Ed. Gamil Abd Karim. Granada: Universidad, 1974, p. 179

⁸⁶ *Fuero de Medinaceli*. Ed. Tomás Muñoz y Romero - *Colección de fueros municipales y cartas pueblas de los reinos de Castilla, León, Aragón y Navarra*. Madrid, 1847, p. 439.

⁸⁷ *Fuero de Medinaceli ...*, p. 439.

ganado mayor daño fiçiere de dia en miese, por cada cabeza peche un at, et del daño apreciado: e ganado meneudo a X cabezas un at o el daño apreciado, qual mas quisiere el dueño de la miese”⁸⁸. Las grandes alteraciones se producen en la Plena Edad Media con los procesos de *re población* y estructuración del terrazgo y con la introducción de la Mesta en el siglo XIII; y en los procesos de puesta en explotación de nuevas áreas en el siglo XVIII y sobre todo en el XX y XXI.

4. El impacto socioeconómico y cultural en una pequeña ciudad de la Marca Media

Desde el punto de vista económico, la instalación de los Banū Sālim en la villa reactiva la importancia estratégica de la ciudad en el Valle del Jalón y en las labores de comunicación entre la Marca Media, la Marca Superior y las fortalezas del Duero. En un principio fue una pequeña ciudad de la Marca en el área de control de Guadalajara. Solo a partir de la destitución de los Banū Sālim y la entrada bajo el control directo del dominio cordobés como capital de la Marca adquiere una mayor importancia política administrativa. Después del 946, al-Muqadāsī describe Medinaceli como una demarcación administrativa, *kūra* y Al-Razī la menciona como cabeza de distrito sin mencionar, las villas, *ḥuṣun* y emplazamientos rurales dependientes⁸⁹. A pesar de la rehabilitación de Medinaceli, Guadalajara siguió funcionando como centro cultural contrastado por la existencia de 24 ulemas desde la deposición de los Banū Sālim (8920) hasta la *fitna* (1009)⁹⁰.

En época amirí, en el año 1006 llegó a ser la sede transitoria de la corte amirí y donde el califa ‘Abd al Malik (1002-1008) recibe la embajada bizantina, narrada por Ibn Hayyān, donde le entregan un mensaje del emperador Basilio II en el que comunicaba que traía a la Península un cierto número de marinos andalusíes que habían sido hechos prisioneros en las costas de Cerdeña y Córcega⁹¹.

Si seguimos el modelo de la *paradoja urbana*, en el que la ciudad funciona como un centro productivo importando productos de sus espacios circundantes, podríamos determinar las relaciones entre la ciudad y los principales emplazamientos de su distrito, sin embargo ni en los geógrafos árabes se menciona Medinaceli como un importante centro productivo, ni se hace mención en los mismos a las posibles redes de intercambio. Sin embargo, aparece mencionado en las crónicas y en los geógrafos

⁸⁸ *Fuero de Medinaceli...*, p. 440.

⁸⁹ AL- RAZĪ - “La Description de l’Espagne ...”, p. 79.

⁹⁰ MARIN, Manuela - “Ulemas en la Marca Media”. *Estudios onomástico-biográficos de al-Andalus* VII. Madrid: CSIC, 1995, p. 203.

⁹¹ LEVI PROVENÇAL, Evariste - *La España califal desde 961-1008. Historia de España. Ramón Menéndez Pidal*. Tomo IV. Madrid: Espasa-Calpe, 1957, p. 447.

árabes como un importante centro político militar. En las crónicas tanto árabes como cristianas aparece ligada a la actividad militar y al proceso de refortificación de la Marca para frenar la expansión castellana sobre el Duero. Solo en un texto de Ibn al Jatīb se destaca Medinaceli por su importancia en la manufactura del cuero⁹².

Ahora bien, si las fuentes escritas no aportan noticia de su impacto económico, la arqueología pone de manifiesto la importancia de Medinaceli como centro de explotación de la sal. En el entorno de Medinaceli encontramos diversas zonas de salinas y emplazamientos rurales asociados a la explotación de la sal, concretamente en el Valle del Salado⁹³ y en las proximidades el arroyo de Arbujuelo la presencia de las Salinas de Landet que han sido explotadas desde época islámica y que fueron cedidas al monasterio de Huerta en el siglo XII⁹⁴. En 1218 Fernando III concedió a los calatravos el derecho a sacar dos cahices de sal en las salinas de Medinaceli para aplicarlas a la enfermería del Collado⁹⁵. Aunque los geógrafos árabes no mencionen la importancia de Medinaceli como centro productivo debió sin duda ser uno de los principales mercados de la frontera, con áreas productivas de distribución cerámica, siendo presentes las mismas formas en los poblados rurales y en los diferentes emplazamientos de control del territorio del valle del Jalón. Todas las aceifas andalusíes entre el 920 y el 1003 tenían como eje central el Jalón y Medinaceli como centro, la sal era muy apreciada como forma de conservar alimentos y aprovisionamiento de tropas y la presencia de las salinas al sur de Medinaceli debió incrementar su importancia económica. Parte de los cautivos hechos en las campañas militares posiblemente nunca llegasen a Córdoba y se quedasen en el área explotando los recursos salineros de la zona⁹⁶.

La presencia de sabios en una ciudad es determinante para valorar su importancia como centro cultural y centro difusor del conocimiento y de la ciencia. En el caso de Medinaceli encontramos ocho referencias a sabios a partir del 946 que en ocasiones nacen en la misma ciudad, otras emigran a Zaragoza, y en otras son enviados desde Córdoba para crear una tendencia de pensamiento. El periodo 960-1048 coincide con el indicado por Bulliet como etapa de la primera gran conversión. En este periodo tenemos constancia de la existencia de una mezquita en la madīna, destruida en el 1009 como consecuencia de la llegada de las tropas de los condados catalanes como auxiliares de Wadīh, gobernador de Medinaceli ante las revueltas

⁹² INMAMUDIN, Samuel M. - *The economic history of Spain under the Umayyad (711-1011)*. Dacia, 1963, p. 195.

⁹³ MALPICA, Antonio; GARCÍA-CONTRERAS, Guillermo - "Asentamientos y explotación de la sal en el valle del Salado y la zona de Sigüenza en época medieval". *En la España Medieval* 33 (2010), pp. 295-324.

⁹⁴ *Cartulario del Monasterio de Santa María de Huerta*. Ed. Juan Antonio García Luján, Huerta, 1981, p. 71.

⁹⁵ GONZÁLEZ, Julio (ed.) - *Reinado y diplomas de Fernando III*. Vol. III. Córdoba, 1983, p. 80.

⁹⁶ ECHEVARRÍA ARSUGA, Ana - "Explotación y mano de obra en las salinas y minas de al-Andalus". *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Medieval* 23 (2010), pp. 55-74.

de la *fitna*⁹⁷. Ejercieron su magisterio en Medinaceli o impartieron justicia los siguientes sabios y cadíes: Halaf b. Yāmīm, cadí nacido en Medinaceli y que ejerció en la madīna, murió a finales de Ramadan del 369/980 a manos de Gālib por haber perdido Medinaceli, salvó a Almanzor de morir a manos de Gālib⁹⁸. No todos los que ejercieron allí eran nativos algunos provenían de Córdoba, como Husayn b. Hayy, (336/947-401/1011). A lo largo de su vida ostentó varios cargos, muftī, miembro de la surā de Ibn Zarb, fue cadí en algunas provincias como Beja, Ocsonoba, Medinaceli y Jaén. Fue encargado de los documentos oficiales de al-Muzzafar, fue más tarde visir y Sabih al-Mazālim de al-Madhī⁹⁹. Fue también cadí de Medinaceli Sa‘id b. Muḥsin al-Gāsīl, Abū ‘Uṭmān, originario de Córdoba muere en el año 1001. Es trasmisor de Ibn Zarb. Como profesión alternativa lavaba cadáveres para prepararlos al ritual funerario. Fue muṣawar de Córdoba, cadí de Medinaceli y de otros lugares¹⁰⁰.

En otras ocasiones algunos sabios nacidos en Medinaceli ejercieron su magisterio en la Frontera Superior, tal es el caso de Ḥakan b. Muḥammad b. Ismā‘īl b. Dāwūd al-Qaysī al-Sālimī, Abū l-‘Āṣī, su fecha de muerte es 1008-1009 (399) que fue cadí en Zaragoza y estudió en al-Andalus, visitó Oriente de donde transmitió a Abū Muḥammad al-Ḥasam b. Raṣīq al-‘Adl. De índole ascética de él transmitieron los dos compañeros y Waḍḍah b. Muḥammad al-Saraqustī. Regentó la *salā* de la aljama de Guadalajara¹⁰¹. Después de la *fitna*, Medinaceli siguió siendo foco cultural, Alī b. Ibrāhīm b. Faṭḥ Ibn al-Imām, Abū l-Ḥasan, nacido en Medinaceli de la familia de Tudela Banū l-Imām, clientes omeyas¹⁰². Muere en 1086 a los 76 años de edad. Así mismo pese a la destrucción de la mezquita en 1009 esta debió seguir en funcionamiento, ya que encontramos un almocrí o lector coránico en Medinaceli, Jalaf b. Muḥammad b. Jalaf (muere en 1083)¹⁰³ que realizaba sus funciones en la mezquita. Encontramos por las mismas fechas otro cordobés ejerciendo como cadí de Medinaceli, Muḥammad b. Ibrāhīm b. sa‘īd al Qaysī conocido como Ibn Abī l-Qarāmid, había nacido en Córdoba el 365/965-966; y muere a los 77 años en el 432/1040. Transmitió de su padre las tradiciones del cadí Abū ‘Abd Allāh Ibn Mufarriy. Fue unos años cadí de Medinaceli y después regresó a Córdoba donde

⁹⁷ IBN ‘IDĀRĪ - *La caída del Califato de Córdoba*, p. 88.

⁹⁸ IBN AL- ABBĀR - *Al-Takmila li-Kitāb al-Šila. Complementum Libri Assilah: (dictionarium biographicum)*. Ed. Francisco Codera. Madrid: Michael Romero, 1887-1889 (Bibliotheca arabico-hispana; t. 5; 6) n° 142, p. 44; AVILA NAVARRO, M^a Luisa - *La sociedad hispanomusulmana al final del Califato*. Madrid: CSIC, 1985, p. 580.

⁹⁹ IBN AL- ABBĀR - *Šila*, BAH, n° 319.

¹⁰⁰ IBN AL- ABBĀR - *Šila*, BAH, n° 468.

¹⁰¹ IBN AL- ABBĀR - *Šila*, BAH, n°331, p. 149.

¹⁰² IBN AL-ABBĀR - *Šila*, BAH, n° 205, AVILA NAVARRO M^a L. - *La sociedad hispanomusulmana ...*, pp. 341-342.

¹⁰³ MARIN, Manuela - "La actividad intelectual". in Viguera Molins, M^a Jose (coord.) - "Los reinos de Taifas: al-Andalus en el siglo XI". Historia de España Menéndez Pidal. VIII/1. Madrid, 1994, pp. 505-506; IBN AL- ABBĀR - *Šila*, n°160, p. 48.

regentó la šurta y el sūq¹⁰⁴. Así mismo ‘Alī Yūsuf (b. Mūsà) al-Qaysī al-Sālimī al-Muqrī‘ también ejerció en Medinaceli, muriendo alrededor de 1106¹⁰⁵.

5. Superposiciones y yuxtaposiciones en la creación de los paisajes de frontera

El impacto de la conquista islámica en la zona provocó una reactivación del poblamiento y un protagonismo de la zona de estudio como consecuencia de las campañas militares convirtiéndose Medinaceli en foco cultural, con ulemas y cadíes bien formados, muchos de ellos procedentes del entorno cordobés que buscaban al norte quizá un entorno de una mayor seguridad. Puente cultural así mismo con la frontera superior, la ciudad gozó de su época de esplendor entre el 946 y el 1090, poniendo en evidencia que no fue solo una ciudad de frontera con importancia crucial en las campañas militares, sino un centro que articula una pequeña red económica en torno a la sal y la producción cerámica, y que sirvió como refugio a algunos cordobeses durante la fitna. Así mismo el estudio arqueológico de la zona, aún con las limitaciones establecidas derivadas de la ausencia de excavaciones sistemáticas en entorno rural, pone de manifiesto la existencia de un paisaje rural que sobrevive durante la ocupación islámica y sobre el que se yuxtaponen los elementos de control Omeya que configuran un paisaje de frontera.

¹⁰⁴ IBN AL-ABBĀR - *Šila*, BAH, VIII, apéndice. n° 1716, pp. 101-102.

¹⁰⁵ IBN AL-ABBĀR - *Šila*, BAH, n° 1842.

Num buraco no chão vivia... uma história. **Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras**

*Fabián Cuesta-Gómez*¹

*Sara Prata*²

*João Magusto*³

Resumo

Escavações arqueológicas realizadas nas últimas três décadas no centro histórico de Castelo de Vide trouxeram à luz silos de armazenamento em cerca de 20 locais, produzindo um grande volume de dados que carece de um estudo detalhado. A análise deste tipo de estrutura subterrânea revela interessantes processos de transformação, desde o seu uso original como espaços de preservação de alimentos até à sua frequente reutilização para o descarte de resíduos, sendo uma fonte especialmente útil para estudar a cultura material descartada e reconstruir padrões de consumo. Este trabalho constitui uma primeira abordagem a esta realidade complexa, focando-se especialmente nos processos de desativação e de reutilização dos silos como uma fonte para analisar as transformações urbanas e os processos de gestão de resíduos durante a Idade Moderna.

Palavras-chave

Silos. Armazenamento. Arqueologia urbana. Castelo de Vide (Portugal).

¹ Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH.

² Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH.

³ Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide.

In a hole in the ground, there lived... a story. archaeology of Castelo de Vide's silos in medieval and modern times: from storage to refuse pits.

Abstract

Archaeological excavations carried out over the past three decades in the historic center of Castelo de Vide have brought storage silos to light in about 20 locations, producing a large volume of data in need of a detailed study. The analysis of this type of underground storage structure reveals interesting transformation processes, from its original use for foodstuff preservation to its frequent reuse for waste disposal, being an especially useful source for studying the discarded material culture and reconstructing consumption patterns. This paper is a first approach to this complex reality, particularly focused on the silo reuse process as a source to analyze urban transformations and waste management during the Modern Era.

Keywords

Silos. Storage. Urban Archaeology. Castelo de Vide (Portugal).

Introdução

Enquanto ciência que estuda as sociedades humanas a partir dos vestígios materiais, a Arqueologia lida frequentemente com níveis de descarte intencionais. A análise dos processos de formação e a composição destes estratos, oferece-nos informação valiosa sobre os modos de vida do passado: padrões de consumo de alimentos; características da cultura material, a sua continuidade e as suas mudanças; capacidade tecnológica e produtiva; sequências de uso e cronologia dos contextos⁴. Mas se a relação entre arqueologia e o lixo se pode considerar autoexplicativa, a análise da gestão desses mesmos lixos no passado (e no presente⁵) desde uma perspetiva ambiental é uma via de estudo ainda pouco desenvolvida.

Desde princípios dos anos 1980 que o município de Castelo de Vide assegurou a existência de um grupo de trabalho dedicado ao património arqueológico. Desde

⁴ RATHJE, William; MURPHY, Cullen - *Rubbish! The Archaeology of Garbage*. Tucson: University of Arizona Press, 2001; SOSNA, Daniel; BRUNCLÍKOVÁ, Lenka (eds.) - *Archaeologies of Waste: Encounters with the Unwanted*. Oxford: Oxbow Books. Brunclíková, 2017.

⁵ CAMP, Stacey Lynn - "Teaching with trash: archaeological insights on university waste management". *World Archaeology* 42/3 (2010), pp. 430-442.

esse momento que o *Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide*, posteriormente integrado na estrutura municipal como *Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide* (SACMCV), atestou o acompanhamento continuado dos trabalhos de reabilitação urbana levados a cabo no centro histórico, de forma autónoma (obras promovidas pela Câmara municipal ou a pedido de promotores particulares) ou em colaboração com diferentes arqueólogos responsáveis por estas intervenções. A existência de um conjunto de funcionários municipais afetos especificamente ao património concelhio proporcionou a escavação integral de contextos urbanos identificados aquando de trabalhos de reabilitação, especialmente durante o intervalo entre finais dos 80 e a primeira década de 2000 e quase sempre partindo desde iniciativa municipal/pública⁶, permitindo salvaguardar um conjunto importante de informação arqueológica. A maioria dos dados respeitantes a estas intervenções - cadernos de campo, fotografias e desenhos arqueológicos - mantêm-se inéditos, mas disponíveis para consulta no arquivo da SACMCV. O espólio recuperado nestas intervenções urbanas encontra-se no depósito arqueológico do município: um relevante conjunto de materiais de época medieval e, fundamentalmente, moderna, que aporta dados diversificados sobre a evolução da vila.

Face aos dados disponíveis, para efeitos do presente trabalho coube-nos determinar qual destes contextos seria mais eloquente para uma análise da gestão de resíduos urbanos, desde uma perspetiva ambiental. Neste sentido, devemos começar por referir que até ao momento não foi identificada arqueologicamente nenhuma área de lixeira propriamente dita na área urbana de Castelo de Vide. À semelhança do que sucede na maioria das vilas amuralhadas⁷, a prática de verter detritos para o exterior do perímetro fortificado foi mantida até muito recentemente⁸, persistindo a expressão *ir à muralha* para fazer referência a essa operação. Em pontos concretos do exterior da vila, nomeadamente nas áreas extramuros ao norte e nordeste - as menos urbanizadas -, reconhecem-se alterações na topografia original do terreno que certamente refletem os efeitos desta operação ao longo dos séculos. Noutros pontos do centro histórico foram documentados depósitos de grande potência estratigráfica que evidenciam a sistemática reocupação de certos espaços ou a necessidade de realizar importantes processos de nivelção para maximizar o terreno disponível. O

⁶ CANÁRIO, Joaquim - "Casas de ontem e de hoje. Recuperação de um imóvel na Rua da Judiaria com escavação de silos medievais". in *Atas do III Encontro nacional de municípios com centro histórico*. Viana do Castelo: Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico/Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996, pp. 173-180.

⁷ BAZÁN DÍAZ, Iñaki - "Sanidad y urbanismo de las villas vascas durante la Baja Edad Media". *Vasconia: Cuadernos de historia - geografía* 21 (1993), pp. 69-80.

⁸ Por exemplo, numa carta enviada pelo Presidente da Comissão Municipal de Turismo, Dr. Adolfo Lahemeyer Bugalho, ao Director-Geral dos Monumentos Nacionais, com data de 21 de fevereiro de 1959, manifesta como o estado de ruína do pano de muralha na zona da Praça Alta provocou que se transformara em "local de despejos (...), montureira desagradável e verdadeiro foco de criação de moscas" (Documento: SIPA TXT.00593872).

exemplo mais evidente será o interior da Praça de Armas do castelo, em particular o edifício conhecido por *cavaleriças*, onde após a escavação dos depósitos de época contemporânea, moderna e medieval, foram ainda identificados vestígios que reportam para a ocupação desta atalaia natural também em época proto-histórica⁹.

Além dos materiais de obra descartados nos processos de remodelação, cabe-nos assinalar que a gestão dos lixos domésticos nos períodos medieval e moderno apresenta muitas variações, dependendo dos contextos, períodos e localidades¹⁰. Mas, acima de tudo, é preciso ter em conta que os ciclos de uso da cultura material e/ou dos próprios alimentos e derivados eram muito mais prolongados que na nossa vivência urbana atual. Na maioria dos casos, o aproveitamento de recipientes, ferramentas, tecidos, etc. implicava um uso primário extenso¹¹, com remendos e reparações frequentes para prolongar a vida útil dos objetos, mas também uma reciclagem (reutilização) noutras facetas domésticas ou artesanais, que dotavam o objeto de um novo significado funcional, por vezes sem vínculo com o seu propósito ou desenho original. Situação similar encontramos nos produtos orgânicos, muito longe do habitual desperdício experimentado nas últimas décadas no mundo ocidental. A disponibilidade local e estacional dos produtos, a sua escassez, o trabalho investido na sua obtenção - para a sua produção ou compra -, implicava outra perspetiva no seu consumo e aproveitamento. Além do consumo à mesa e a sua conservação em seco, processados, ou mediante salgações, vinagres, etc., é notável o reaproveitamento dos alimentos e os seus restos na alimentação de animais ou para fertilizar os campos de cultivo¹². Neste sentido, devemos ter presente que o volume de lixo não reutilizável produzido diariamente por cada unidade familiar seria bastante limitado, ainda que com uma enorme variabilidade dependendo não só do próprio grupo familiar, mas também do contexto grupal/comunitário, do período cronológico, da localização geográfica, ou do status social em análise e que existiam diferentes mecanismos para gerir estes descartes que deixam uma marca pouco perceptível no registo material¹³,

⁹ MAGUSTO, João - "Vila de Castelo de Vide: um habitat proto-histórico". *Al-Madan online* 15 (2007), pp. 37-43.

¹⁰ CÓRDOBA de la LLAVE, Ricardo - "Eliminación y reciclaje de residuos urbanos en la Castilla bajomedieval". *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 19 (1998), pp. 145-170.

¹¹ Exemplos destes processos são a presença de orifícios, ou *gatos*, nas peças fragmentadas que se realizavam para a aplicação de pequenos grampos metálicos e assim manter as fraturas das peças fechadas; ou os gumes das facas enormemente gastos pelas sucessivas sessões de afiado, com visível diferença entre o fio conservado junto ao cabo e a lâmina de corte.

¹² ALBARELLA, Umberto - "Pig husbandry and pork consumption in medieval England". in WOOLGAR, Christopher Michael; WALDRON, Tony; SERJEANTSON, Dale (eds.) - *Food in Medieval England: Diet and Nutrition*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 72-87; JONES, Richard - "Manure and the medieval social order". in ALLEN, Michael J.; SHARPLES, Niall; O'CONNOR, Terry (eds.) - *Land and People: Papers in Memory of John G. Evans*. Oxford: Oxbow Books, 2009, pp. 217-225; JONES, Richard - "Elemental theory in everyday practice: food disposal in the later medieval English countryside". in KLÁPŠTE, JAN; SOMMER, Petr (eds.) - *Food in the Medieval Rural Environment: Processing, Storage, Distribution of Food*. Ruralia VIII. Turnhout: Brepols Publishers, 2011, pp. 145-154.

¹³ DAVIDSON Donald; DERCON, Gerd; STEWART, Mairi; WATSON, Fiona - "The legacy of past urban waste disposal on local soils". *Journal of Archaeological Science* 33/6 (2006), pp. 778-783.

por exemplo mediante queimadas ou lixeiras nas imediações das populações, espaços hoje absorvidos pelo crescimento urbano.

Não obstante, existe um tipo de estrutura de época medieval e moderna que frequentemente se identifica nos núcleos urbanos e cujo ciclo de abandono e reutilização fornece dados expressivos sobre a gestão de resíduos: os silos. Em Castelo de Vide estas estruturas de armazenamento subterrâneo foram escavadas, fundamentalmente, no interior dos espaços domésticos e refletem a necessidade e capacidade das unidades familiares de acumular e conservar excedentes de produção, essencialmente cereais e grãos. Embora estas estruturas fossem construídas para armazenar bens alimentares, aquando da sua identificação arqueológica encontram-se quase sempre desativadas da sua função original e reutilizadas como vertedouros. No seu interior identificam-se materiais de uso quotidiano, elementos construtivos, lixos domésticos... artefactos e ecofactos que, devido às próprias características físicas do silo que assegura a estanquidade dos depósitos no seu interior, frequentemente apresentam um bom estado de conservação, constituindo verdadeiras cápsulas de informação histórica.

A análise da sequência de uso dos silos, desde a sua construção inicial ao seu abandono e posterior reutilização, permite acompanhar a evolução dos espaços domésticos e as transformações das áreas urbanas nas quais se implantam¹⁴. Foi desde esta perspectiva, encarando os silos como contextos arqueológicos eloquentes, que optámos por nortear a presente análise.

Começaremos por apresentar o funcionamento dos silos enquanto estruturas de armazenamento e a sua representatividade no registo arqueológico. Partindo para o caso particular de Castelo de Vide, apresentaremos a evolução urbana desta vila alentejana e analisaremos a distribuição dos silos documentados até ao momento no seu centro histórico. Faremos uma análise global destas estruturas de armazenamento, considerando aspetos morfológicos, características construtivas e a sua relação com as unidades domésticas. Face ao elevado número de silos conhecidos em Castelo de Vide, o volume de dados disponíveis ultrapassa o alcance da presente análise. Não sendo possível detalhar todos os contextos documentados, optámos por nos focar nos silos de um edifício concreto, tratando-o como caso de estudo que utilizaremos para elencar as problemáticas inerentes a esta realidade arqueológica. Finalmente, os silos serão analisados enquanto vestígio patrimonial no presente, considerando os desafios inerentes à sua identificação e preservação no âmbito de projetos de reabilitação urbana, bem como alternativas para a sua divulgação.

¹⁴ CAESSA, Ana; MOTA, Nuno - “Redescobrimo a história de Carnide: a intervenção arqueológica no largo do coreto e envolvente”. in ARNAUD, José M. *et alii* (eds.) - *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 1025-1032.

1. O silo enquanto estrutura de armazenamento

Desde que o ser humano começou a produzir os seus próprios alimentos que um dos seus grandes desafios foi a conservação dos produtos perecíveis¹⁵. A criação de estruturas negativas escavadas nos solos ou no próprio substrato geológico, aportando valores térmicos mais baixos e níveis de humidade que se podiam regular mediante o revestimento da estrutura ou mediante o uso de recipientes, revelou-se como uma das soluções mais simples e funcionais para este efeito. É por isso que estas estruturas, as fossas e os silos, com uma ampla variedade morfológica, se utilizam para armazenar e conservar alimentos desde o neolítico até aos nossos dias¹⁶. Devido às suas características físicas os silos são um tipo de estrutura de armazenamento muito visível arqueologicamente, mas que conviveu com outros sistemas. De facto, os silos encontram-se entre as soluções tradicionais para a conservação de cereais, a par com os celeiros e os contentores de cerâmica, madeira e entramado vegetal. Cada um destes contentores responde a uma necessidade específica dentro do ciclo de produção agrária. Em linhas gerais, os celeiros, arcas, sacas e os contentores cerâmicos/vegetais destinavam-se ao armazenamento temporário de cereais (ou farinhas) para consumo imediato¹⁷, enquanto os silos correspondiam a um armazenamento de excedentes para preservação a médio e longo prazo, principalmente de cereais - daí que também sejam conhecidos pelo expressivo nome de *covas de pão* ou *pão encovado* -, mas também de grãos (leguminosas) ou frutos (como bolotas, castanhas ou nozes). Os silos garantiam a proteção dos alimentos face a diferentes ameaças, como os agentes climáticos, pragas de roedores e insetos, aparição de leveduras e outros fungos, e também aos roubos. Após o fecho estanque de um silo os grãos de cereal (junto com insetos e fungos misturados com o cereal) continuarão a consumir o oxigénio existente e libertando dióxido de carbono, provocando assim um ambiente anaeróbico e de atmosfera estável. Passadas poucas semanas, os valores de O₂ serão próximos a 2 %, e os de CO₂ perto de 15 %¹⁸, situação favorável à latência do cereal (conservando as suas capacidades alimentícias) e limitando o desenvolvimento de

¹⁵ SIGAUT, François - *Les réserves de grains a long terme: techniques de conservation et fonctions sociales dans l'histoire*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme / Université de Lille, 1978.

¹⁶ MIRET i MESTRE, Josep - "Les sitges per emmagatzemar cereals. Algunes reflexions". *Revista d'Arqueologia de Ponent* 15 (2005), pp. 319-332; MIRET i MESTRE, Josep - "Sitja, fossa, conservació de cereals, agricultura, etnografia, tècnica d'excavació". *Cypsela* 16 (2006), pp. 213-225; PEÑA CHOCARRO, Leonor *et alii* - "Técnicas de almacenamiento de alimentos en el mundo rural tradicional: experiencias desde la etnografía". in VIGIL-ESCALERA, Alfonso; BIANCHI, Giovanna; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (eds.) - *Horrea, barns and silos. Storage and incomes in Early Medieval Europe. Documentos de Arqueología Medieval* 5. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2013, pp. 209-208.

¹⁷ MONTORO i MALTAS, Joan - "El almacenaje doméstico de grano en la Catalunya de la primera mitad del siglo XIV". in ARCHETTI, Gabriele (ed.) - *La civiltà del pane. Storia, tecniche e simboli dal Mediterraneo all'Atlantico*. Milán: Fondazione Centro italiano di studi sull'alto medioevo, 2015, pp. 131-145, p. 138.

¹⁸ MIRET i MESTRE, Josep - "Les sitges per emmagatzemar cereals...", p. 323.

fungos, insetos e outras ameaças biológicas para a colheita. Esta situação é reforçada mediante o controlo ideal da humidade¹⁹ no grão e das temperaturas no silo por debaixo de 14 % e 15° C, respetivamente²⁰.

O mais habitual é que, após uma boa colheita, seja armazenado nos silos aquele cereal (produto não processado) que não vai ser consumido no prazo de um ano, com o objetivo de o preservar ou de o vender. A forte dependência dos cereais como base da alimentação, e a elevada irregularidade da produção agrícola por causa do clima, das pragas ou do comportamento humano, tornou (e torna) prioritária a conservação dos excedentes, tendo em mente a possibilidade de escassez e carestia. O armazenamento do cereal permitiria assim a sua disponibilidade adiada, para consumo humano ou animal, mediante a abertura periódica do silo à medida que era necessário ou numa única abertura - mais habitual pela melhor garantia de conservação do produto - para a sua distribuição, processamento ou venda. Ainda que fosse possível utilizar esse grão para a sementeira, são várias as fontes agronómicas de diferentes momentos históricos que o desaconselham²¹. O principal problema é a redução da (teórica) taxa de germinação do cereal se a temperatura e, sobretudo, a humidade do grão não foram estáveis, por debaixo de 15° C e < 16 %²², ainda que as circunstâncias e os modelos de conservação em estudos experimentais ofereçam uma ampla variabilidade²³. São conhecidos vários casos de conservação prolongada do cereal neste tipo de estruturas²⁴, não obstante, o habitual era que esta não se prolongasse por mais de dois a quatro anos, em parte pelas próprias condições

¹⁹ Em determinados ambientes mais húmidos, será sempre necessária a secagem prévia do cereal para conseguir baixar os níveis de humidade uma vez depositado nos silos.

²⁰ MIRET i MESTRE, Josep - *Sistemes tradicionals de conservació dels aliments en fosses y sitges. Un enfocament multidisciplinar*. [Em linha / Online] 2009 [Consultado a 20 de novembro 2020] (8) (PDF) *Fosses, sitges i altres coses. Catàleg d'estructures prehistòriques d'Europa (2ª edició revisada) / Pits, silos and other aspects. A catalogue of prehistoric features in Europe | Josep Miret - Academia.edu*, pp. 132-135; BOURROUILH, Antoine; SAOUT, Camille - *Grain storage in underground pit under oceanic climate or oceanic climate with continental influences. Questioning the practice through experimentation. Reassessing a common problematic of West-European archaeology*. [Em linha / Online] 2016 [Consultado a 20 de novembro 2020] (PDF) *Grain storage in underground pit under oceanic climate or oceanic climate with continental influences. Questioning the practice through experimentation. Reassessing a common problematic of West-European archaeology | Antoine Bourrouilh - Academia.edu*.

²¹ MIRET i MESTRE, Josep - “Les sitges per emmagatzemar cereals...”, p. 322.

²² REYNOLDS Peter John - “A general report of underground grain storage experiments at the Butser Ancient Farm Research Project”, in GAST, Marceau; SIGAUT, François (eds.) - *Les techniques de conservation des grains à long terme. Leur rôle dans la dynamique des systèmes de cultures et des sociétés*. Vol. 1. Paris: Editions du Centre national de la recherche scientifique, 1978, pp. 70-88; MIRET i MESTRE, Josep - *Sistemes tradicionals de conservació...* p.135.

²³ OLLICH, Imma *et alii* - “Experimental Archaeology at L’Esquerda. Crops, Storage, Metalcraft and Earthworks in Mediaeval and Ancient Times”. in OLLICH, Imma (ed.) - *Archaeology, New Approaches in Theory and Techniques*. Rijeka (Croatia): IntechOpen, 2012, pp. 205-228, pp. 214-216; BOURROUILH, Antoine; SAOUT, Camille - *Grain storage in underground pit under...*

²⁴ MIRET i MESTRE, Josep - “Les sitges per emmagatzemar cereals...”, p. 234; DANDRIA, David - “Il-Fosos – Underground Grain Storage in the Maltese islands”. *Treasures of Malta* 48 (2010), pp. 47-54, p. 50.

de conservação, em parte pelos habituais ciclos de boas / más colheitas²⁵.

Do ponto de vista histórico devemos considerar a interpretação social deste tipo de estruturas de acordo com o contexto no qual foram construídas e utilizadas: a sua cronologia, a sua localização numa área rural ou urbana, a sua organização espacial (número de silos num conjunto) e a eventual relação com outras estruturas, nomeadamente as produtivas (*v. gr.* moinhos, fornos, lagares, eiras, celeiros) ou domésticas. Para os períodos medieval e moderno devemos considerar duas distinções principais no que diz respeito à distribuição espacial e à consequente análise destas estruturas. Por um lado, os grupos concentrados ou os chamados *campos de silos*, manifestação de uma centralização e acumulação de excedentes de produção²⁶, por vezes vinculados a edifícios de poder, sejam religiosos ou político-militares, o que pode implicar pagamento e acumulação de rendas²⁷; e, por outra parte, os silos identificados no interior de espaços habitacionais, que refletem uma acumulação de excedentes ao nível das unidades domésticas. Centrar-nos-emos aqui no segundo caso, pois os exemplares identificados na área urbana de Castelo de Vide correspondem quase todos a este fenómeno.

2. Os silos no registo arqueológico

As motivações para escavar um silo dentro de casa estariam vinculadas com as vantagens inerentes a este sistema de armazenamento. Por uma parte, a presença de silos no interior de espaços habitacionais reflete a agência dos seus proprietários, por um lado, na medida em que têm possibilidade de escavar estas estruturas, mas também de adquirir/acumular excedentes. Estas acumulações poderiam corresponder a uma aquisição de grandes quantidades de produto num momento em que este se encontrava a um preço mais favorável, precavendo-se face a futuras possíveis inflações nos preços, e oferecendo ao mesmo tempo uma proteção em possíveis

²⁵ Um recente estudo sobre as colheitas de diversas granjas na Extremadura espanhola ao longo do século XVIII reflete uma média de crises (definidas pelos autores aquando uma descida > 25 % da produção de um ano em uma granja dada em relação à média do intervalo 1700-1774) cada 3 ou 4 anos, especialmente intensas e mais frequentes na primeira metade do século, com períodos verdadeiramente graves entre 1706-1715 e 1733-1740 (LLOPIS, Enrique *et alii* - “The severity of wheat yield crises on eight Spanish farms, 1700-1774”. *Historia Agraria* 82 (2020), pp. 33-66).

²⁶ MARTINS, Andrea *et alii* - “Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes”. *Revista portuguesa de arqueologia* 13 (2010), pp. 145-165; CAESSA, Ana; MOTA, Nuno - “Redescobrimo a história de Carnide...”

²⁷ ROIG BUXÓ, Jordi - “Silos, poblados e iglesias: almacenaje y rentas en época visigoda y altomedieval en Cataluña (siglos VI al XI)”. in VIGIL-ESCALERA, Alfonso; BIANCHI, Giovanna; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio - *Horrea, barns and silos. Storage ...*, 2013, pp. 145-170, pp. 161-167; ALFARO SUESCUN, Egoitz *et alii* - “Iglesias, rentas y sistemas de almacenamiento en el País Vasco durante los siglos X y XI d. C.: el testimonio arqueológico de San Martín de Dulantzi (Alegría-Dulantzi, Álava)”. *Archivo Español de Arqueología* 90 (2017), pp. 247-270.

momentos de escassez²⁸. Estas motivações fazem especial sentido nos meios urbanos, por vezes afastados das áreas produtivas, considerando o irregular abastecimento de vilas e cidades²⁹. Seria importante compreender se estas armazenagens especulativas respondem só a grupos de comerciantes, banqueiros ou, inclusive, poderes locais, ou se os próprios produtores ou as famílias possuem essa capacidade³⁰. Por outra parte, ao serem subterrâneos, os silos oferecem uma área de armazenamento ampla sem praticamente ocupar espaço útil ao nível do piso de circulação. Ao criar estes lugares de armazenamento no interior dos espaços habitacionais, garantia-se também um controlo direto dos mantimentos, que ficavam desta forma mais facilmente protegidos de roubos, mas também de incêndios e pragas, conforme referimos anteriormente.

Se as razões para a utilização de silos em contexto doméstico são fáceis de elencar, os motivos por detrás do posterior abandono destas estruturas nem sempre são tão claros. Uma possível explicação seria a ocorrência de falhas ao nível estrutural do silo, como cedência nas paredes ou a presença de infiltrações, que fizessem com que este deixasse de reunir as condições necessárias à conservação de alimentos. Esta pode ser uma explicação possível para a existência de unidades domésticas nas quais se documentam vários silos e também para a identificação de sequências construtivas entre estas estruturas, que sugerem que estas não seriam escavadas simultaneamente, mas sim de forma sequencial. Outra possibilidade para o abandono dos silos refletiria uma alteração na capacidade económica da unidade doméstica, que deixa de poder levar a cabo esta acumulação de excedentes e/ou de realizar o investimento que implica a escavação e manutenção dos silos, tornando-se assim em estruturas obsoletas. A própria evolução histórica do espaço de fronteira - no qual Castelo de Vide se insere - ao longo dos séculos, com uma maior estabilidade nos mercados, o aumento na produção cerealífera, a presença de silos ou celeiros públicos e a maior garantia de distribuição nos espaços urbanos, tornará desnecessárias estas acumulações de produto a nível particular.

²⁸ MONTORO i MALTAS, Joan - “El almacenaje doméstico de grano...”, pp. 131, 136-137.

²⁹ ROSA, Sérgio - *Os Silos Medievais de Almada. Morfologia e dinâmicas de utilização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019. Dissertação de Mestrado.

³⁰ SIGAUT, François - *Les réserves de grains a long terme...*, pp. 34 e ss.

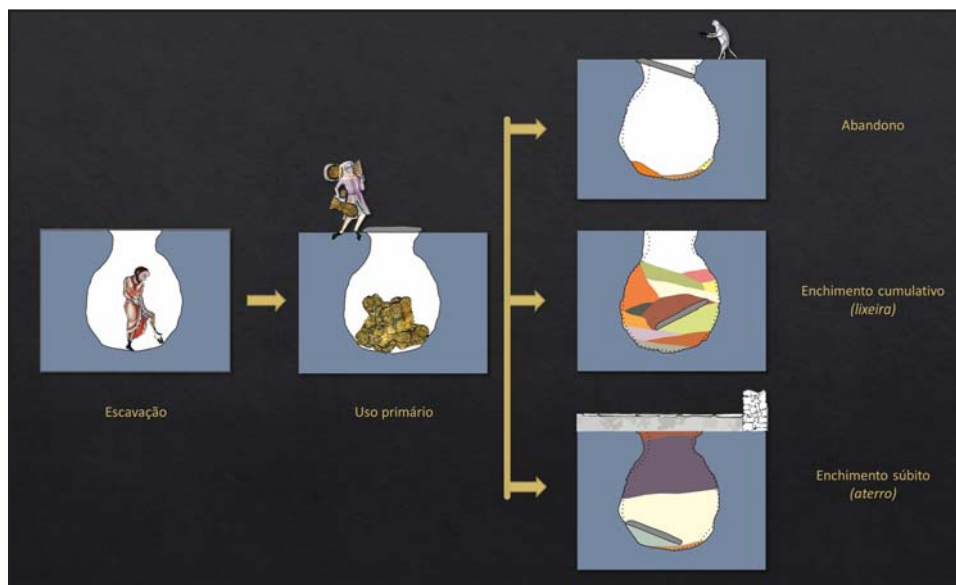


Fig. 1 - Esquema da *vida* de um silo

Qual seria então o destino dos silos quando deixavam de ser utilizados como estruturas de armazenamento? O uso secundário que mais frequentemente se documenta no registo arqueológico é a sua reutilização como depósito de descarte, uma colmatação que podia ser feita de forma sequencial (enchimento lento), abrupta (enchimento rápido) ou uma combinação de ambas, com diferentes fases de uso como lixeira/aterro e abandono. Quando um silo é identificado e escavado arqueologicamente o que normalmente se documenta é este momento de contexto secundário, os depósitos de colmatação, uma vez que a estrutura foi já abandonada da sua função original. Por este motivo, as datações que se possam obter dos níveis sobrepostos aos silos ou do espólio contido no seu interior irá datar apenas a reutilização da estrutura (numa fase única ou em várias) e não o silo em si. Os materiais identificados no fundo dos silos serão aqueles depositados em primeiro lugar, sendo possível reconstruir a sequência de enchimento a partir da ordem inversa de escavação dos estratos. A identificação de elementos datantes no estrato inferior permitirá - de forma geral - estabelecer um limite *ante quem* para a desativação da estrutura de armazenamento. Ainda assim, devemos considerar que o silo poderá ter estado vazio ou abandonado por tempo indeterminado até ser entulhado; de facto, ainda que pouco frequentes, documentam-se também silos completamente vazios (em Castelo de Vide, por exemplo, os dois silos conhecidos no edifício nº 4 da Rua Miguel Bombarda). E temos sempre que ter em conta que a antiguidade dos elementos materiais identificados pode não definir a sua posição estratigráfica:

em casos de utilização dos silos como lixeira acumulativa é de esperar que sim, mas em processos de enchimento rápido podem ser despejadas terras, depósitos e materiais de procedências diversas não vinculados cronologicamente com a vida dos silos ou que revelem uma estratigrafia invertida³¹. Nestes casos poderá dar-se até a eventualidade de serem depositados elementos de cultura material cronologicamente anteriores à desativação do silo.

Mediante o exposto, ao analisar estas estruturas arqueologicamente, os elementos datantes identificados nos níveis de colmatção devem ser ponderados cautelosamente e a datação das estruturas de armazenamento deverá associar-se primeiramente à sequência construtiva dos edificadas dentro da própria evolução do traçado urbano.

3. Castelo de Vide na Idade Média e na Época Moderna: evolução urbana

Não são claras as origens do povoamento no local onde, na Idade Média, acabou por desenvolver-se Castelo de Vide. A primeira menção a esta área encontramos na conhecida como *Doação de Guidimtesta*, efetuada pelo rei D. Sancho I a favor da Ordem do Hospital em 1194 com o intuito de organizar o controlo efetivo do território ao sul do Tejo. Neste documento menciona-se *Vitem* (Vide) como um dos marcadores geográficos do território doado, circunstância que se repete em 1214 com a *Doação (da Herdade) da Cardoso* por parte de D. Afonso II³². Não é evidente se já existe uma povoação no alto, ou se estas delimitações referem só espaços físicos reconhecíveis como são os cursos de água (ribeira de Vide?) ou acidentes naturais como o *rostrum* da Merlizza (zona da Melriça? ao pé da Serra de São Paulo ou da Serra de Castelo de Vide). A primeira referência documental à vila aparece indiretamente no foral da vila de Tonhe (?) de 1233 (localidade hoje ainda não identificada), cujo preâmbulo menciona a carta de foro de *castello de Vide*, situação que, a confirmar-se a originalidade deste foral, implicaria que já existia uma população com entidade suficiente para ter necessidade de foral (numa data similar à do primeiro documento delimitador do termo de Marvão de 1226) e que contava com um enclave fortificado³³.

³¹ Tomando como exemplo o caso de enchimento de um silo com terras de um quintal existente na unidade familiar, os primeiros níveis no fundo do silo serão os níveis mais à superfície no quintal, enchendo-se a medida que se escava o quintal, com o resultado de que os materiais mais antigos na estratigrafia original do quintal aparecerão mais acima nos depósitos do silo.

³² CID, Pedro - *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*. Lisboa: IPPAR, 2005, pp. 20-23; COSTA, Paula Pinto; BARROCA, Mário Jorge - "A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194". in FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) - *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / GEsOs, 2000, pp. 679-714.

³³ CID, Pedro - *As Fortificações Medievais...*, p. 26.

Posteriormente, já em 1273, no reinado de D. Afonso III, a vila foi confiada a seu filho, o infante D. Afonso, igualmente senhor de Portalegre, Arronches e de Marvão. As décadas finais do século XIII foram de certa tensão, uma vez que D. Dinis tentou, por várias vezes, retirar o controlo destas vilas a seu irmão. Em 1279, D. Afonso contestou o direito de D. Dinis em ocupar o trono e reforçou as defesas da localidade, mostrando a importância estratégica de Vide. No ano de 1281, D. Dinis cercou a vila - provavelmente ainda circunscrita ao castelo e burgo medieval - e, um ano depois, o infante comprometia-se a derrubar todas as fortificações que havia empreendido³⁴. Antes de findar o século, D. Dinis conseguiu apoderar-se da vila e reintegrá-la no património régio. Terá sido a partir da segunda década do século XIV que se procedeu à segunda fase de obras no castelo e na muralha, atestada por uma inscrição anexa ao portal oriental da Rua Direita, que comemora a conclusão dos trabalhos em 1327, reinando já D. Afonso IV. Ao longo deste século e até princípios do século XVI, a povoação vai crescendo, construindo-se novos edifícios articulados em ruas estreitas que se desenvolvem a este e sul do castelo, em ambas vertentes do promontório onde se localiza a vila. É também nesta fase de crescimento que surgem as primeiras igrejas extramuros: Santa Maria, Santo Amaro, São João, Santiago e São Roque.

O seguinte grande momento de desenvolvimento da vila terá lugar durante as Guerras da Restauração, na segunda metade do século XVII, quando começa a construção da fortificação abaluartada que a rodeia, com base nos projetos a cargo dos engenheiros militares Nicolau de Langres e João Pascácio Cosmander³⁵. Estes trabalhos serão retomados pelo governador militar Azevedo Fortes após o cerco à vila pelas tropas espanholas de Filipe V (1704), dotando a localidade do aspeto murado que apresentará sem grandes mudanças até à segunda metade do século XIX, quando são feitas as obras de demolição das portas e das cortinas dos baluartes a este e sul, para facilitar a construção das estradas para Marvão e Portalegre. Cabe lembrar que, pelo Alvará de 27 de setembro de 1805, Castelo de Vide deixou de ser considerada Praça de Guerra, primeiro passo para a transferência em 1823 do Regimento de Infantaria nº 8 para Estremoz e, finalmente, Elvas.

³⁴ BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2000, p. 1522.

³⁵ BUCHO, Domingos - *Fortificações de Castelo de Vide. História. Arquitectura e Restauro*. Setúbal: Região de Turismo de São Mamede, 2005, pp. 38-40.

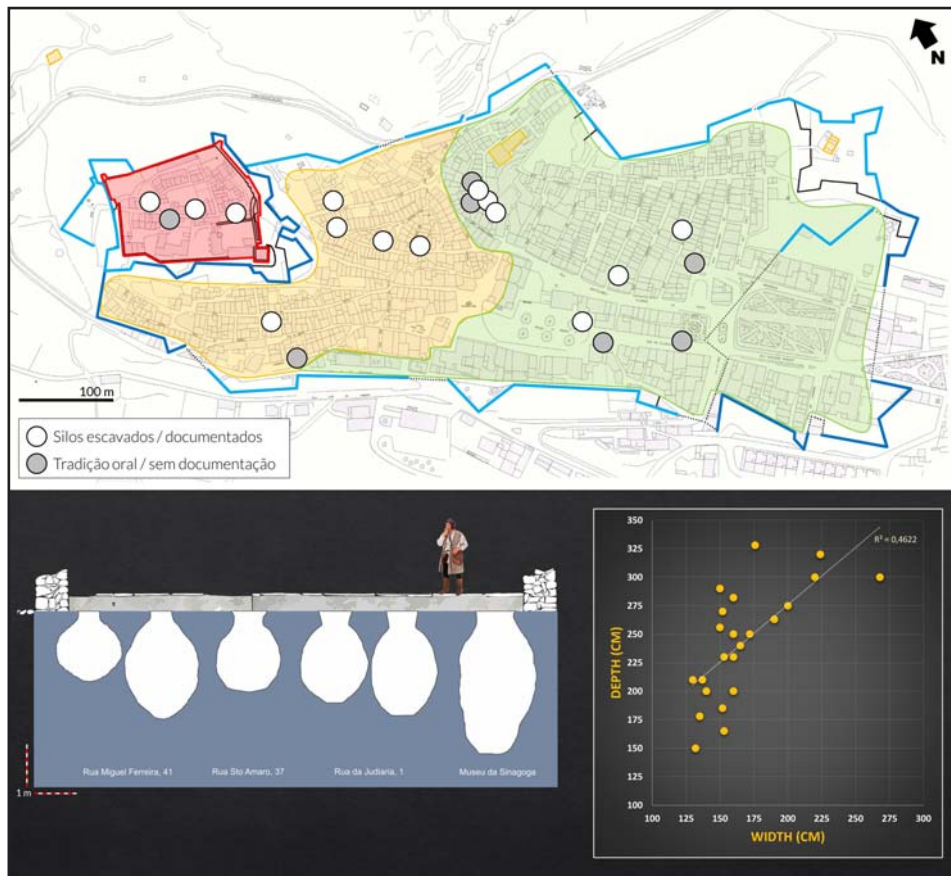


Fig. 2 - (acima) Planta atual de Castelo de Vide, com delimitação simplificada do desenvolvimento urbano e locais com existência de silos (círculo branco: registados / escavados; círculo cinzento: informação oral). Fases: vermelho > núcleo original do Castelo e o burgo intramuros (sécs. XIII-XIV); amarelo > vila baixo-medieval; verde: expansão sécs. XVI-XVIII. Linhas azuis: muros conservados dos baluartes de época moderna. (abaixo esquerda) Esquema da forma e tamanho de alguns dos silos escavados em Castelo de Vide. (abaixo direita) Gráfico de dispersão da largura e profundidade máximas dos silos com informação completa de Castelo de Vide

Portanto, e de maneira sucinta, podemos assinalar três grandes fases no desenvolvimento urbano de Castelo de Vide³⁶. Independentemente de se a estruturação da vila acontece em finais do séc. XII / inícios do séc. XIII ou já bem

³⁶ Para uma análise mais aprofundada podem consultar-se os trabalhos de TRINDADE, Diamantino Sanches - *Castelo de Vide. Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*. Lisboa: Assembleia Distrital de Portalegre, 1979; JORGE, Ana Rita Santos - *The old 'Burgo' of Castelo de Vide – Portugal Safeguard and Conservation*. Leuven: University, 1992. Thesis of 2nd year, Course of conservation of Historic Towns and Buildings; BICHO, Susana - *A Judiaria de Castelo de Vide. Contributos para o seu Estudo na óptica da Conservação do Património Urbano*. Évora: Universidade de Évora, 1999. Tese de Mestrado; CID, Pedro - *As Fortificações Medievais...*

entrado este, a primeira etapa abrange o espaço ocupado pelo castelo e o chamado burgo medieval, no morro ocidental da serra. O crescimento articulado em torno aos eixos viários longitudinais (O-E) nas encostas norte e sul, limitação imposta pela topografia, durante a Baixa Idade Média e até às primeiras décadas do século XVI, supõe a segunda fase. O rápido crescimento populacional determinou a ocupação de novos espaços, o deslocamento do centro de poder civil e religioso desde o cimo do castelo até ao espaço dos atuais Paços do Concelho e Igreja Matriz³⁷, em torno ao Rossio (atual Praça D. Pedro V), a malha de ruas transversais (N-S), o estabelecimento de algumas grandes casas e paços urbanos e a definição dos limites urbanos conferida pelos baluartes modernos constituem a terceira etapa, vigente até finais do século XIX. Uma última fase, já fora do intervalo cronológico deste artigo, abarcaria as demolições nos panos da fortaleza, a construção dos novos bairros extramuros na encosta sul, a emersão de numerosas quintas e vivendas na área a NE da vila e a criação de espaços abertos (jardins, parques e recintos desportivos), operações urbanísticas levadas a cabo fundamentalmente no século XX. Este processo de crescimento em novas áreas extramuros, mais abertas e com mais espaço útil e outras condições de habitabilidade, evitaram em grande medida a desfiguração dos quarteirões que definem o traçado urbano estabelecido nas etapas prévias na vila.

4. Os silos de Castelo de Vide

Durante as últimas quatro décadas de serviço ativo da SACMCV e de outros trabalhos de arqueólogos e empresas de arqueologia, foi possível documentar em Castelo de Vide a existência de silos numa vintena de lugares, somando, pelo menos 56 exemplares. Destes, 41 foram alvo de escavação arqueológica ou, pelo menos, de registo gráfico. Para os restantes 15 sabemos da sua existência graças a informações orais, mas na sua maioria não foram atestados *in situ*.

A maioria das vezes aparecem em grupos de 2 ou 3 casos, ainda que também existam exceções destacadas como a casa do Museu-Sinagoga onde se documentaram e escavaram até 10 silos. O registo e intervenções arqueológicas destas estruturas foi motivado, fundamentalmente, pelos projetos de recuperação de edifícios e espaços públicos levados a cabo pela Câmara Municipal e, em menor medida, pelo interesse e preocupação de alguns empreiteiros e trabalhadores em obras de reforma particulares ou de vizinhos que recordavam e informavam da existência de elementos similares

³⁷ A atual Igreja Matriz de Santa Maria da Devesa foi construída na primeira metade do século XIX, após a demolição - por causa do seu avançado estado de deterioro - da primitiva igreja de Santa Maria, cuja origem se pode situar provavelmente em finais do século XIII, e que estaria localizada aproximadamente no mesmo espaço que ocupa a atual (CARVALHO, Rosário Salema de - *Igreja Matriz de Castelo de Vide de Santa Maria da Devesa*. Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide / AINA, 2006, pp. 14-16).

nas suas casas ou noutros espaços anexos. Tendo em conta a dispersão generalizada de locais com silos por todo o espaço intramuros, assim como o seu elevado número, cabe pensar na conservação mediante estruturas subterrâneas como uma prática generalizada no passado castelo-vidense, com especial significância na baixa Idade Média e, sobretudo, nos primeiros séculos da Idade Moderna. Não obstante, é assinalável que, apesar das numerosas intervenções de recuperação e transformação de espaços no centro histórico levadas a cabo na última década, especialmente acentuadas a partir de 2015 após a recuperação da última grande crise financeira, o número conhecido de locais com silos permaneça inalterado.

A quase totalidade dos silos conhecidos em Castelo de Vide foi documentada no subsolo de casas edificadas ou nos quintais a elas associados, espaços que no passado puderam também funcionar como pátio ou ter adquirido essa função depois de ser demolido um edifício pré-existente. Existe a notável exceção dos silos identificados na atual Praça D. Pedro V, num espaço aberto, público, que, independentemente das modificações urbanas ao longo dos séculos, parece que funcionou sempre como rossio desde que se produziu a deslocação do centro de poder pleno-medieval desde o alto da colina do castelo para o eixo vertebral da Igreja Matriz e dos Paços do Concelho, no início da Idade Moderna. Face ao provável uso privado, particular, dos silos documentados em edifícios do centro histórico, cabe considerar se estes silos, tão próximos de dois símbolos como a principal igreja da vila e o novo edifício da Câmara e com uma distribuição espacial organizada, estariam vinculados a algum destes. Existem algumas outras referências a silos no exterior de edificadas, como são os da Rua Olivença (dois casos separados) ou na Rua Direita do Castelo (junto ao convento, informação oral, número indeterminado), mas são algumas exceções à norma. O caso dos 7 silos da Rua do Postigo escavados pela SACMCV em 1993, ainda que nesse momento correspondessem a um espaço exterior no edificado, supõe-se, dada a sua posição topográfica na esquina de um quarteirão no traçado urbano do burgo medieval e a sua própria agrupação espacial, que originalmente também estariam no interior de uma área construída.

Este vínculo entre as estruturas de armazenamento e os edifícios particulares nas diferentes fases da expansão urbana denotam, à falta de uma revisão exaustiva dos materiais que permitam uma maior precisão nas datações de uso e amortização, um uso continuado no tempo dos silos como espaços de conservação alimentar face às necessidades privadas.

Tal como avançámos previamente, ainda que a sua presença em espaços urbanos ocupados na época medieval e a existência de alguns materiais nos primeiros níveis de reutilização como lixeira - especialmente numismas e cerâmicas - permitam supor uma origem, pelo menos para uma parte deles, na baixa Idade Média, os dados analisados até ao momento levam-nos a considerar o seu uso (primário e secundário)

fundamentalmente a partir do século XVI. A sua inquestionável presença em espaços edificados, *grosso modo*, no século XVII ou mesmo no XVIII, permite supor uma utilização relativamente tardia de alguns destes sistemas de armazenamento. Essa cronologia estaria em consonância com o quadro de forte instabilidade que esta zona fronteiriça teve até à segunda década do século XIX, com numerosos confrontos bélicos que a afetaram de maneira direta ou indireta durante diferentes momentos das guerras de Restauração (1640-1668), Sucessão espanhola (1701-1714), dos Sete Anos (1756-1763), das Laranjas (1801) ou a Guerra Peninsular (1807-1813), entre outros. A estes cenários de guerra frequente entre meados do século XVII e princípios do XIX, ou as cíclicas epidemias e instabilidades climáticas (secas, geadas, chuvadas) que provocavam más colheitas, cabe acrescentar a - em geral - baixa qualidade do uso do solo para o cultivo de cereais. Ainda que existam algumas áreas do território concelhio que serviram para o cultivo extensivo de cereal com bom aproveitamento em diferentes etapas históricas, o certo é que uma grande parte do território oferece baixa aptidão agrícola, com extensos barrocais e escassa potência de solo, que promovem um aproveitamento ocasional para o cultivo de centeio ou milho, assim como o mais habitual uso para pasto. São vários os documentos que mencionam a necessidade de comprar trigo (e em menor medida, cevada) nas localidades vizinhas, ou mesmo em Espanha quando os períodos de paz assim o permitiam, face à sua notável escassez para o abastecimento tanto da população local como das tropas aquarteladas³⁸.

Todas estas circunstâncias poderão ter influenciado em maior ou menor medida a adoção dos silos como estruturas de armazenamento de grande capacidade, uma forte preocupação pela acumulação de cereais que revela a cautela de uma povoação habituada à escassez e à insegurança no abastecimento.

³⁸ VICENTE, António Pedro - *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*. Vol. II. 1803-1806. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1972, p. 66.



Fig. 3 - (1) Silos amortizados e superpostos na Rua do Postigo (burgo medieval, 2001); (2) silos organizados, no interior de uma vivenda (Rua Miguel Ferreira, 1988) [Fotografias: SACMCV]; (3) silos organizados, espaço público (Praça D. Pedro V, 2001) [Fotografia: João Magusto]

Para a análise morfotipológica dos silos de Castelo de Vide, é importante referir duas questões prévias: parte deles não foi escavada arqueologicamente na sua totalidade (devido ao seu mau estado de conservação ou por questões de segurança) e de alguns apenas se registou a sua localização (por não serem afetados pelas obras de remodelação dos imóveis). Do mesmo modo, os silos documentados costumam apresentar a parte superior destruída ou alterada, por vezes apenas na boca, em alguns casos chegando mesmo ao meio da estrutura. Esta circunstância é habitual na evolução urbana pelos processos de adaptação, esvaziamento e nivelção do terreno (tanto interior como exterior), e/ou pela substituição dos pavimentos.

O grau de dificuldade associado à abertura de um silo via-se primeiramente condicionada pelas características geológicas da crista onde se situa Castelo de Vide, caracterizada pelo contacto entre o xisto e o granito. Documentam-se silos escavados nestes dois tipos de rochas, mas também no arenito e em argilas, o que revela a importância dada a este tipo de estruturas em contexto doméstico independentemente da melhor ou pior aptidão do substrato para a sua escavação e conservação.

Por via de regra, os silos documentados apresentam uma morfologia do tipo *fundo de saco*, com bocas circulares, pescoço estreito, alargando-se significativamente

a meia altura e com fundos planos ou hemisféricos.

Para proceder ao fecho da boca eram utilizadas lajes pétreas de forma subcircular. Nos poucos casos em que o tramo superior dos silos não foi afetado por reformas posteriores, foram identificados vestígios de rebordos sobrelevados, elaborados com pequenos blocos de pedra, que facilitaria a abertura e fecho do silo, minimizando o seu desgaste e protegendo de eventuais infiltrações desde o pavimento.

Merece menção a existência de 8 silos em diferentes pontos da vila que preservam (normalmente no seu fundo) vestígios de um revestimento feito com lâminas de cortiça e os negativos dos pregos ou tachas, talvez fabricados em ferro ou madeira, utilizados na sua fixação (claramente visíveis nas paredes do silo e normalmente com secção triangular) (**Fig. 4.3 e 4.4**). Este revestimento teria como objetivo o isolamento contra a humidade e a estabilização da temperatura no interior da estrutura de armazenamento. Nos casos onde este revestimento não se documentou, pode supor-se a utilização de diferentes camadas de palha para proteger o cereal das infiltrações parietais, medida habitual nos casos documentados etnograficamente³⁹.

Dos silos documentados na área urbana de Castelo de Vide, 23 exemplares apresentavam um bom estado de conservação no momento da sua identificação, tendo permitido a realização de registos gráficos rigorosos e o cálculo das suas dimensões. Analisando estes dados (**Fig. 2**), é possível determinar que apresentam uma largura máxima média de 166 cm e uma profundidade média de 242 cm. Nos casos em que se conservavam em bom estado, as bocas dos silos apresentam diâmetros entre os 50 e os 60 cm. Para o cálculo do volume seleccionámos um silo de dimensões médias, o silo 2 do edifício nº 1 da Rua da Judiaria, que apresenta 160 cm de largura máxima e 230 cm de profundidade. O volume foi calculado mediante a elaboração de um modelo tridimensional - utilizando o software de modelagem Blender (v. 2.79) - a partir do desenho técnico do corte do silo, tendo-se estimado que a sua capacidade máxima seria de 3140 litros, cifra que pode servir de referência aproximada para o volume médio dos silos da vila.

A análise preliminar dos materiais recuperados do seu interior e dos dados de escavação incluídos nos documentos de campo e relatórios técnicos sugere que a maior parte destes silos foi alvo de processos de enchimento súbito que serão coerentes com novos momentos de utilização e reforma dos espaços habitacionais. Nesse sentido, a decisão de entulhar estas estruturas de armazenamento desativadas teria como objetivo fundamental evitar instabilidades estruturais que pudessem resultar do desabamento destes espaços vazios no piso térreo das habitações. O facto

³⁹ MIRET i MESTRE, Josep - "Les sitges per emmagatzemar cereals...", pp. 325-326.

de serem frequentemente documentadas no seu interior camadas de materiais de construção - como cerâmicas de cobertura, tijolos e tijoleiras, pedras, argamassas, estuques, etc. - indica que estes processos de colmatação podiam realizar-se durante reformas (parciais ou totais) das estruturas habitacionais, aproveitando-se os espaços vazios dos antigos silos como local para verter estes restos de obra.

Por sua vez, a presença de materiais de uso quotidiano, como louça doméstica, peças de metal, vidro ou osso, parece refletir a utilização de terras de despejo nestes processos de colmatação, que poderiam resultar de depósitos de resíduos próximos (como quintais ou edifícios devolutos) ou ser trazidas das áreas de despejo extramuros da vila⁴⁰.

Há alguns casos concretos em que a presença de sucessivas camadas de terras de composição e coloração variada, cinzas, ossos de animais, madeiras, vasilhas fragmentadas, mas também peças praticamente completas, permitem vislumbrar processos cumulativos de despejos domésticos. Mas o certo é que boa parte das vezes os níveis de enchimento dos silos sugerem processos de enchimento bruscos, seja pelas reformas do entorno, seja pela incorporação de terras externas para a sua colmatação. A habitual presença de fragmentos de uma mesma peça cerâmica repartidos por diferentes silos aponta nesta direção: num momento determinado, estando o silo (ou núcleo de silos) desativado, decide-se preenchê-lo para evitar o seu colapso recorrendo para isso a um importante volume de terras e outros materiais. Para este efeito, o mais simples, menos custoso e mais facilmente disponível, seria o conjunto de terras e despejos acumulados nas ladeiras e imediações da vila, sem descartar, claro está, o possível aproveitamento de terras de parcelas próximas, bem como os entulhos resultantes de melhoramentos nos edifícios anexos ou reformas de divisões e/ou quintais do próprio edifício. Estas circunstâncias traduzem-se na composição desses níveis de enchimento, especialmente nessas peças repartidas por vários silos, mas também numa certa coerência na cronologia dos materiais depositados. Ainda que haja algumas exceções que poderiam indicar um enchimento paulatino do silo (agora convertido em lixeira), ou o seu uso pontual para o descarte de alguns objetos, o certo é que no geral se observa a presença de materiais enquadráveis num mesmo intervalo histórico que, além disso, se acentua pela mistura de qualidades nos materiais, com a presença de peças de cerâmica fosca ou de uso comum a par com faianças e porcelanas importadas, mas também moedas, pederneiras de mosquete, contas e fragmentos de rosário, peças de azeviche e medalhas de cobre, botões de fardas militares, anéis... uma mistura que não caberia encontrar nos despejos comuns de uma única vivenda familiar. Outra questão que convém considerar é se esse provável depósito *primário* do qual se extraem os materiais de

⁴⁰ CÓRDOBA de la LLAVE, Ricardo - "Eliminación y reciclaje de residuos...", pp. 159-160.

enchimento corresponde a uma acumulação progressiva ou a um momento único. Resulta difícil defini-lo, e uma escavação de uma dessas zonas extramuros talvez ajudasse a caracterizar estes fenómenos, mas há casos em que o elevado número de peças completas (ou, pelo menos, não descartadas originalmente pela rotura) parece indicar um processo de limpeza geral. Se este foi o processo habitual, cabe a possibilidade de que a fragmentação e reparto de uma mesma peça por vários silos se produzisse durante a recolha e transporte destes escombros e níveis de enchimento. A casuística pode ser muito variada, como é lógico, mas por via de regra tudo parece indicar que os processos de descarte e reaproveitamento de materiais e terras são rápidos, não cumulativos.

Assim, a datação do momento de abandono do uso dos silos é difícil de determinar, devido à possibilidade da sua manutenção vazios, talvez esquecidos debaixo de um pavimento novo, à espera de uma reforma estrutural mais profunda no edifício. Mas para datar a sua colmatação, apesar das dificuldades que descrevemos anteriormente e embora existam em alguns casos materiais mais antigos, importa assinalar que em quase todos os silos escavados foi possível identificar vestígios de peças cerâmicas e/ou elementos metálicos, principalmente moedas e faianças, que ajudam situar - *post quem*- a sua desativação no decorrer do século XVIII.



Fig. 4 - (1) Escavação de um dos vários silos do Museu-Sinagoga (Sala 4, 1987); (2) aspeto da boca de uma das estruturas de armazenagem localizadas no mesmo edifício (Sala 6, 2006); (3) e (4) pormenor das paredes com revestimento de cortiça e negativos de perfuração com pregos ou tachas (silos da Rua Miguel Bombarda). [Fotografias: SACMCV]

Em resumo, podemos indicar que a datação dos diferentes momentos de uso, reuso e abandono destas estruturas resulta, de momento, complexa, ainda que possamos identificar diferentes etapas que oferecem um marco explicativo geral para a sua utilização em Castelo de Vide. A combinação da análise arqueológica dos materiais recuperados e da própria evolução urbana da população, leva-nos a considerar que o uso dos silos como estruturas de armazenamento de excedentes agrícolas se deve iniciar provavelmente no século XV, passando por diferentes momentos de uso (com reparações, abertura de novas estruturas e colmatação ou amortização de outras) pelo menos até bem avançado o século XVII, abandonando-se progressivamente o seu uso ao longo do século XVIII ou até princípios do XIX, etapa em que se procede à colmatação definitiva de muitos deles à medida que se foram reformando os edifícios nos quais se encontram.

5. Rua da Judiaria n.º 1: um caso de estudo

Centremo-nos agora no caso concreto dos silos identificados no edifício da Rua da Judiaria n.º 1, um imóvel situado no gaveto entre a Rua da Judiaria e a Rua do Mercado, uma das primeiras linhas de casas a ultrapassar as muralhas do burgo medieval, espaço provavelmente urbanizado durante a segunda metade do século XIV⁴¹.

Os trabalhos arqueológicos de escavação, efetuados pela SACMCV sob a direção científica de J. Oliveira, foram levados a cabo em abril de 1991 aquando da compra e restauro do edifício, parcialmente em ruína, por parte da Câmara Municipal e tiveram a duração de 10 dias⁴². O edifício foi demolido praticamente na sua totalidade, construindo-se o novo edificado com materiais modernos sobre a planta do edificado prévio, mantendo tanto a superfície como a altura do pré-existente. Os membros da SACMCV já tinham conhecimento da existência de um dos silos (n.º 1), circunstância que motivou a intervenção arqueológica, descobrindo-se as restantes estruturas durante os trabalhos de recuperação do edifício: três das estruturas (n.ºs 2 a 4) localizaram-se no espaço triangular que forma o cruzamento das duas ruas mencionadas; os outros dois silos (n.ºs 5 e 6) foram identificados numa segunda fase, aquando da abertura de diferentes alicerces. O silo n.º 5 foi escavado apenas parcialmente pelas circunstâncias dos trabalhos de construção em curso, e conforme o diário de campo, apresentava “uma forma estranha”, questões que apresentaram dúvidas à equipa para a sua classificação como silo. Na nossa opinião,

⁴¹ JORGE, Ana Rita Santos - *The old 'Burgo' of Castelo de Vide...*, p. 34.

⁴² Os resultados desta intervenção foram apresentados e posteriormente publicados no *III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico* (CANÁRIO, Joaquim - “Casas de ontem e de hoje...”).

e pela descrição, contexto e os materiais recuperados, consideramos que pode ser também interpretado como silo. Dois destes silos (nº 2 e 5) encontravam-se na área debaixo do corpo das escadas que permitiam o aceso ao primeiro andar do edifício. Após a escavação destas estruturas de armazenamento, foram preenchidas com terra ficando *in situ* mas cobertas pelo novo pavimento.

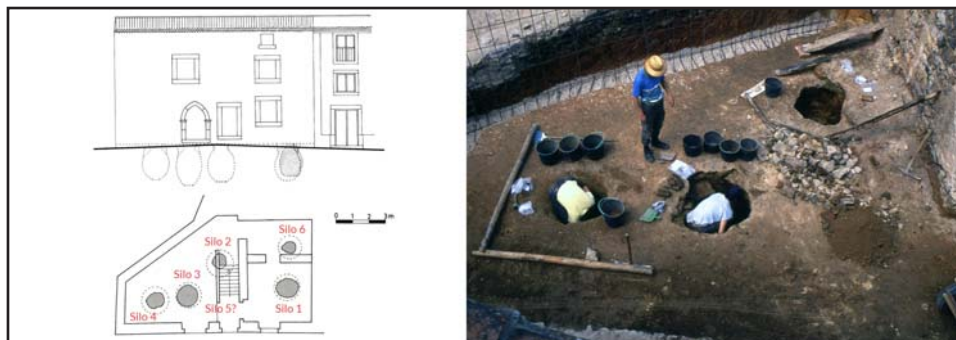


Fig. 5 - (esquerda) Alçado e planta, com indicação da localização e tamanho dos silos escavados no transcurso das obras de reabilitação do edifício da Rua da Judiaria nº 1; (direita) fotografia dos trabalhos de escavação, com alguns dos silos à vista. [Desenho: João Magusto (SACMCV); Fotografia: Augusto Rainho (CMCV)].

O espaço onde se localizava o silo nº 1, aquele que apresenta informação mais pormenorizada, apresentava seis camadas diferenciadas sobre a boca do silo. Destas, a primeira (tijoleira disposta em espinha de peixe) - a mais recente - e a quinta (calçada de pedra miúda) são diferentes pavimentos dos respetivos momentos de uso do espaço⁴³, sendo o resto (terras, entulhos, barro) prováveis estratos de nivelção dos pisos prévios à colocação dos pavimentos. Neste primeiro silo, à medida que avançou a escavação, sucederam-se estratos diferenciados pela cor das terras, pela maior ou menor presença de carvões ou cinzas, pela densidade de fragmentos cerâmicos que os compõem ou pelo derrube parcial das próprias paredes da estrutura. Identificaram-se também três lajes em pedra que foram interpretadas como tampas de silo, documentando-se mais uma no silo nº 2 (com entre 50 e 70 cm de diâmetro). Além das cerâmicas, normalmente fragmentos variados de diferentes formas - mas também foram recuperados alguns recipientes praticamente completos, como uma bilha com sementes conservadas ainda no seu interior -, identificaram-se objetos diversos em metal (botões, moedas, alfinetes, fivelas, dedais, etc.), fragmentos de copos de vidro, assim como abundantes restos faunísticos, entulhos variados e numerosas pedras de

⁴³ Numa das fotografias documentais da escavação desta área parece existir ainda um segundo pavimento de tijoleira, pelo menos em parte do espaço, situado entre o superior e a calçada. Não está clara a relação estratigráfica entre esta e o silo, mais sim parece claro que aquando a construção do primeiro pavimento em tijoleira o silo já estaria desativado e preenchido.

pequeno e médio tamanho que podiam formar parte dos processos de limpeza dos entulhos ou de incorporações externas para o preenchimento rápido dos silos. A presença de diferentes fragmentos de cortiça de até 1 cm de espessura em alguns dos estratos e, sobretudo, a sua identificação no fundo do silo permitiram determinar a utilização deste revestimento para ajudar no isolamento do interior durante o uso primário da estrutura⁴⁴. A composição dos enchimentos dos demais silos é bastante similar à documentada no silo nº 1, com alguns matizes pontuais, como a maior presença de escória de ferro e um grande nível de carvões no silo 4, o potente estrato de entulhos de obra (reboco, telhas) nos primeiros níveis do nº 2 ou os numerosos fragmentos de cachimbos do silo nº 3.

No inventário final de objetos identificáveis provenientes da escavação destes silos realizado pela SACMCV identificaram-se: 43 moedas (mais duas no pavimento do edifício; muitas delas ilegíveis pela corrosão, mas com uma ampla cronologia desde ceitis medievais - alguns perfurados - até reais modernos), 10 botões, 9 fivelas, 90 alfinetes, 5 agulhas, 12 dedais, 5 anéis e mais de 600 fragmentos indeterminados de objetos em ferro, muito deteriorados pela elevada humidade acumulada no interior do silo. Entre os elementos mais curiosos que também refletem o quotidiano encontra-se um selo alfandegário, algumas facas, um terço e uma medalha, um fuso em marfim, uma candeia em ferro, uma chave, uma bala de mosquete e vários fragmentos de sílex, seguramente pederneiras das chaves de faísca dos mosquetes, testemunho da forte presença militar na vila em época moderna. A partir dos numerosos fragmentos cerâmicos foi possível identificar praticamente todas as formas habituais nos serviços de mesa e cozinha do Portugal de época moderna (potes e panelas - formas globulares básicas na confeção de alimentos -, tachos, taças, pratos, jarros, tigelas, tampas, etc.), documentando-se recipientes de cerâmica comum, sem acabamentos ou com vidrados, assim como formas em faiança, com decoração pintada de padrões perimetrais, espirais, fitomorfos e elementos figurativos, destacando como é habitual a gama dos azuis e os contornos em manganês⁴⁵. Em menor medida existem também alguns fragmentos de alguidar (apoio às atividades de cozinha ou nos processos de higiene) e de grandes recipientes contentores de líquidos (bilhas e talhas). Todas elas remetem para peças fabricadas e usadas ao longo do intervalo entre os séculos XVI e XVIII. Destacam-se ainda os fragmentos de um jarro (ou garrafa) bellarmino, cerâmica de fabricação renana na segunda metade do século XVI ou início do XVII, curioso lugar para uma peça destacada de importação entre um vasto conjunto de cerâmica utilitária, talvez trazida por algum dos exércitos holandeses ou ingleses acantonados na vila durante a Guerra da Sucessão espanhola (1704).

⁴⁴ Foram também identificadas porções de lâmina de cortiça nos silos nº 3 e 6.

⁴⁵ CASIMIRO, Tânia; BOAVIDA, Carlos; DETRY, Cleia - "Cozinhar e comer: cerâmicas e alimentação em Carnide (1550-1650)". in SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos *et alii* (eds.) - *Diz-me o que comes... Alimentação Antes e Depois da Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/ Direcção Municipal de Cultura/ Departamento de Património Cultural/ Centro de Arqueologia de Lisboa, 2017, pp. 110-121.



Fig. 5 - (em cima) Parte dos recipientes (potes, panelas, taças, testos) de cerâmica comum recuperados nos diferentes silos do edifício nº 1 da Rua da Judiaria; (centro) elementos metálicos do mesmo edifício (moedas, botões, fivelas, dedais, selo alfandegário, alfinetes, prego), mas de tipologias e cronologias semelhantes aos conhecidos noutros silos de Castelo de Vide; (em abaixo) alguns dos pratos (e taça) de faiança azul e branca recuperados na escavação destes silos. [Fotografias: Fabián Cuesta-Gómez]

As características dos níveis de enchimento documentados, a par com a presença de peças cerâmicas praticamente inteiras, ou completas, mas fragmentadas (com os fragmentos repartidos entre vários silos), levam-nos a pensar em processos de limpeza generalizados e grandes reformas de vivendas, mais do que num uso secundário e persistente dos silos como lixeiras. Parece que nos encontramos perante a necessidade de evitar a fragilidade estrutural que provocam os silos escavados no subsolo e, antes das reformas do edifício, são entulhados até a boca com o espólio doméstico e/ou com materiais de aterros periurbanos. O facto de existir pelo menos um pavimento por cima dos silos mais interiores, além de dois muros de compartimentação do edifício pré-existente sobrepostos parcialmente à área que ocupam os silos n^{os} 1 e 6, exigem necessariamente uma base sólida onde implantar-se. A variedade do espólio presente reflete a quotidianidade de um espaço doméstico (ou de vários), com uma ampla mistura de elementos, coerentes entre si cronologicamente, que seria difícil interpretar como “lixo” (medalhas, terço, moedas variadas, recipientes cerâmicos inteiros e ainda úteis) junto com outros que, efetivamente, parecem acompanhar terras detriticas ou bolsas de cinzas e carvões procedentes de aterros. Sem descartar completamente que parte dos enchimentos dos silos respondam a seu uso como lixeira ocasional, a nossa impressão é que provavelmente num momento avançado do século XVIII ou já mesmo no início do século XIX, este prédio sofre uma agressiva reforma, desativando definitivamente os silos do piso térreo, modificando-se a compartimentação interna e possivelmente também se alterando os vãos (portas de aceso e janelas) úteis. É possível que esse edifício estivesse abandonado, o que poderia explicar o desapego à hora de usar o espólio cerâmico como enchimento, além de parte dos entulhos de obra e de outros aterros. É importante indicar o declínio económico que sofreu Castelo de Vide desde finais do século XVIII, especialmente como consequência do estabelecimento da Real Fábrica de Lanifícios em Portalegre (1771-1772) que acabou com a industria de panos de Castelo de Vide, baseada em pequenas oficinas familiares, e, já no século XIX, após a saída do Regimento de Infantaria, a perda do estatuto de Praça Militar e os processos migratórios para os centros comerciais e fabris dos grandes núcleos urbanos do país, em detrimento de um interior fundamentalmente agropecuário. A estagnação da vila neste período aprecia-se também pela conservação do traçado urbano, praticamente similar ao existente desde o século XVII, sem exceder o limite marcado pelos baluartes. Será necessário esperar até a chegada da linha do comboio entre Madrid e Lisboa, a abertura de novas estradas, o impulso que suporá o turismo das águas na década de 40 do século XX e a construção de grandes quintas de repouso estival no entorno da serra para apreciar novos ritmos no desenvolvimento local.

O caso do edifício n.º 1 da Rua da Judiaria é representativo dos contextos de estruturas de armazenamento conhecidas no centro histórico de Castelo de

Vide. Pelos motivos que analisámos anteriormente resulta claro que a cronologia do espólio identificado no interior dos silos não pode ser utilizada diretamente para datar o momento de desativação dos silos da sua função original. Não obstante, conforme referimos, estes dados são coerentes tanto com a cronologia relativamente tardia destes espólios, fundamentalmente de época Moderna e até Contemporânea, como pela identificação de silos escavados no interior de edifícios que se inserem na última grande fase de desenvolvimento urbanístico da vila de Castelo de Vide nos séculos XVII e XVIII.

Como vimos, a existência de silos no interior dos espaços domésticos urbanos demonstra a necessidade, mas também a capacidade, de acumular excedentes de produção por cada unidade familiar. O carácter fundamentalmente urbano de Castelo de Vide e o importante peso das atividades artesanais e comerciais, face a terrenos envolventes de escassa capacidade agrícola e à necessidade de obter cereais, principalmente trigo, de territórios vizinhos, também está expressa documentalmente.

Por sua vez, a desativação, aparentemente generalizada, destas estruturas nos finais do século XVIII ou primeiras décadas do XIX reflete o momento em que esta estabilidade no abastecimento cerealífero terá sido conseguida, em parte pela estabilidade que trouxe a paz, mas também pela redução de bocas a alimentar que implicou a retirada das tropas. Sobre este aspeto, interessa referir a existência de um momento intermédio na desativação de alguns dos silos, nos quais estes são parcialmente desativados e substituídos por talhas, recipientes cerâmicos de menor capacidade, colocadas no seu interior e talvez orientadas principalmente ao armazenamento de líquidos (vinho e azeite) em vez de cereais. Vestígios destas talhas de grande dimensão foram identificados no interior destas estruturas de armazenamento, em alguns casos encastradas no extremo superior do silo⁴⁶.

No que à dimensão ambiental diz respeito, como vimos, são os materiais presentes nos níveis de enchimento dos silos que mais informação oferecem. No caso dos silos de Castelo de Vide, o facto de serem frequentemente identificados vestígios de materiais de construção, nomeadamente, restos de elementos pétreos com vestígios de argamassas, estuques, telhas e tijolos, indicia a realização de reformas estruturais nos imóveis. Neste mesmo momento em que os edifícios são reformulados, portas entaipadas, paredes demolidas ou realizadas novas compartimentações, os silos perderam a sua função enquanto estruturas de armazenamento. Estes espaços vazios no interior dos pisos térreos são simultaneamente aproveitados para amortizar os entulhados resultantes destas reformas, de modo a suprimir os problemas estruturais

⁴⁶ Dois destes recipientes foram identificados na situação descrita aquando das escavações do edifício do Museu-Sinagoga. Por sua vez, exemplos destas peças, restauradas pela SACMCV, encontram-se expostas no Centro Municipal de Cultura e no Cine-Teatro Mouzinho da Silveira.

que podem resultar da existência de espaços vazios de tal dimensão nos pisos de circulação. Os níveis arqueológicos documentados demonstram colmatações rápidas, evidenciando a disponibilidade destes entulhos que poderiam resultar de remodelações levadas a cabo no próprio imóvel ou nas imediações. A presença de objetos de uso quotidiano nestes níveis de enchimento, principalmente cerâmicas, fala-nos também de níveis de abandono de algumas destas estruturas, que enquanto edifícios devolutos podiam ser utilizados para despejar lixos vários, ou da utilização dos próprios silos como lixeiras. A presença de níveis de cinza no interior dos silos resultaria de despejos de lareiras dos lares circundantes, ou do costume de queimar lixos uma vez despejados, práticas que se realizariam em simultâneo com outras áreas de lixeira ao ar livre.

6. A gestão do património subterrâneo

Antes de concluirmos gostaríamos de aproveitar para levar a cabo uma breve reflexão acerca do papel das estruturas negativas de armazenamento enquanto vestígios patrimoniais nos centros históricos.

Face aos dados que expusemos ao longo destas páginas resulta claro que os silos consistem em realidades multifacetadas com um imenso potencial para fornecer informação acerca do passado. Em primeiro lugar, trata-se de estruturas de armazenamento cuja leitura se deve integrar como parte de um contexto social complexo, e que uma vez desativados funcionam como contentores das materialidades quotidianas e testemunhos dos processos de transformação das paisagens urbanas. Em suma: são um vestígio do passado eloquente no presente.

No entanto, conforme sucede com a maioria dos vestígios enterrados, a informação patrimonial está constantemente em risco de ser perdida. Importa reforçar a necessidade de elaborar legislação que proteja este património (ou apelar ao cumprimento da já existente), principalmente no que respeita à elaboração dos Planos Diretores Municipais das zonas urbanas, mediante a definição de condicionantes para os centros históricos onde a presença de níveis patrimonialmente relevantes no subsolo seja uma realidade. Naturalmente que estas medidas se devem fazer acompanhar de ações de fiscalização que assegurem o cumprimento das mesmas, especialmente no que respeita à aprovação dos projetos, à exigência do cumprimento das fases prévias de diagnóstico e ao acompanhamento arqueológico das empreitadas. Resulta sintomático que este apelo, praticamente com as mesmas palavras, tenha sido já realizado já há 25 anos no trabalho prévio sobre os silos da Rua da Judiaria⁴⁷,

⁴⁷ CANÁRIO, Joaquim - “Casas de ontem e de hoje...”, p. 180.

apresentado num dos primeiros encontros da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico.

Principalmente nos territórios de interior, nas vilas históricas, onde o turismo cultural tem crescido exponencialmente nos últimos anos, a salvaguarda da informação arqueológica deve ser prioritária. De facto, qualquer informação que se consiga obter acresce ao que já sabemos sobre a história local e deve ser incorporada na produção de conhecimento e na promoção cultural dos valores patrimoniais.

A par com a salvaguarda dos valores enterrados, os projetos de reforma urbanística em centros históricos deviam incluir levantamentos parietais e estudos de arqueologia da arquitetura, já que as próprias paredes dos imóveis detêm informação preciosa sobre as distintas ocupações, sucessivas reformas e transformações dos espaços urbanos.

Lamentavelmente, os trabalhos arqueológicos no âmbito de projetos de execução permanecem irremediavelmente associados a atrasos e custos acrescidos, uma ideia errónea que subsiste na opinião pública e que tantas vezes se promove por diferentes meios. Na nossa experiência, é sempre possível compatibilizar as medidas de salvaguarda patrimonial com o desenvolvimento das empreitadas, como sucedeu, por exemplo, em todos os trabalhos levados a cabo pela SACMCV na intervenção de silos a que neste artigo fizemos menção.

Por outra parte, devemos recordar que se a cota de afetação dos projetos não ultrapassar os pisos de circulação atuais, não existe necessidade de proceder à escavação arqueológica dos silos. A salvaguarda da sua localização, para acrescentar ao quadro de ocorrências análogas e para referência em projetos e trabalhos arqueológicos futuros, poderá ser suficiente. Nos casos em que efetivamente exista interesse em rebaixar os atuais pisos de circulação podem-se tomar medidas de conservação pelo registo que não invalidam o projeto.

Do ponto de vista da divulgação patrimonial estes vestígios subterrâneos raramente são difundidos. Os motivos são fáceis de compreender. Mesmo nos casos em que são identificados silos e existe vontade de manter estas estruturas acessíveis ou visíveis nos imóveis, tal nem sempre é possível. Por uma parte, como já falamos, supõem sempre pontos de instabilidade no imóvel, e são passíveis de sofrer infiltrações e de desabar. Por outra, são de difícil leitura na sua vista superior e quando para esse efeito são utilizados chãos de vidro, por exemplo, estas estruturas são propícias à condensação e à biodeterioração. A manutenção é difícil, e a leitura das estruturas normalmente escassa.

É neste contexto que devem ser promovidas novas formas de comunicar a informação arqueológica recuperada nos centros históricos e naturalmente que neste contexto as novas tecnologias permitem muitas utilizações práticas. As hipóteses são numerosas e variadas, mas podemos começar por sugerir a utilização

de aplicações para *smartphones*, associando códigos *querty* ou *beacons* aos edifícios que foram intervencionados e onde se identificaram vestígios arqueológicos no subsolo. Essa informação pode ser disponibilizada online, nomeadamente, desenhos e/ou fotografias dos valores patrimoniais identificados, exemplos do espólio mais significativo, modelos 3D das estruturas... numerosas formas de disponibilizar informação e de fomentar o conhecimento patrimonial que não envolvem a promoção do vestígio em si. Outras opções de divulgação passariam por fazer versões impressas e adaptadas destes recursos, disponibilizadas a partir dos postos de Turismo e por outros agentes. Naturalmente que algumas destas ferramentas já se encontram disponíveis, principalmente nas grandes cidades históricas, destinos turísticos mais consolidados; não obstante, parece-nos que podem ser também aplicadas aos pequenos centros históricos do interior, principalmente em casos como Castelo de Vide, onde existe informação de base disponível para este efeito, como são os mapas do centro histórico que atualmente se distribuem como informação turística, utilizando essa base podiam ser marcados os imóveis e espaços onde foram identificados valores no subsolo, ajudando dessa forma a completar o quadro de informação a partir da qual se (re)constrói o passado, preservar a memória dos edifícios e promover os imóveis e os centros históricos como palimpsestos. Trata-se de elementos vivos, que aparecem, crescem e modificam-se a par com as pessoas que os habitam, sendo importante preservar a sua evolução porque é também a evolução das comunidades que as ocuparam, refletindo a sua mentalidade e as suas vivências.

Considerações finais

Ao longo destas páginas procurámos dar a conhecer os contextos arqueológicos relacionados com os silos documentados no centro histórico de Castelo de Vide. Desde uma perspetiva ambiental, como vimos, é o último momento de uso destas estruturas, uma vez desativadas da sua função original como estruturas de armazenamento, que mais dados nos pode oferecer acerca da gestão de lixo nas áreas urbanas de época medieval e moderna. Não obstante, para obter uma visão global destes processos de gestão de despejos urbanos, a informação obtida a partir dos níveis de desativação dos silos deverá ser cruzada com os dados obtidos noutras zonas de vertedouro, considerando-se ainda, sempre que disponível, informação proveniente de fontes documentais⁴⁸.

‘Talvez o aspeto que resulta mais eloquente na análise deste tipo de estruturas

⁴⁸ Sobre esta questão importa mencionar que os silos surgem na documentação sobre nomenclaturas muito variadas: covas de pão, matamorras, tulhas, celeiros subterrâneos, entre outros (ROSA, Sérgio - *Os Silos Medievais de Almada...*).

seja encarar o silo como uma cápsula de tempo, um recipiente estanque de onde se recuperam vestígios de cultura material que permitem reconstruir quotidianos, bem como processos de gestão de lixos em ambientes domésticos urbanos. Não obstante, como vimos também, desde a perspectiva da análise diacrónica dos centros históricos, os níveis de aterro dos silos, e por extensão a remodelação das unidades domésticas, permite reconstruir as grandes mudanças construtivas, datar o momento da sua desativação, acompanhar a evolução dos imóveis e dos bairros. No caso de Castelo de Vide, o principal aspeto a reter será a cronologia tardia da abertura e desativação de muitos destes silos.

A presença de silos nas vilas medievais e modernas é um fenómeno muito generalizado nos territórios mediterrâneos. Pelo seu carácter subterrâneo, naturalmente que a maior parte da informação acerca destas estruturas é obtida na sequência de trabalhos de acompanhamento arqueológico, e por este motivo importa que os centros históricos estejam protegidos por legislação adequada, de modo a salvaguardar estas e outras informações. Os resultados que se vão dando a conhecer destes trabalhos arqueológicos, à semelhança do presente texto, costumam focar-se nas especificidades dos contextos analisados e, especialmente, no espólio arqueológico recolhido. Ainda assim, poderão ser obtidos resultados muito interessantes mediante estudos comparativos entre diferentes vilas e territórios, principalmente no que respeita às sequências de uso, abandono e enchimento destas estruturas negativas, bem como à sua capacidade de armazenamento e densidade construtiva, permitindo compreender e comparar as evoluções dos espaços urbanos ao longo dos séculos.

A Torre Velha da Guarda: de torre românica a vazadouro de detritos

Tiago Ramos¹

Alcina Cameijo²

Vitor Pereira³

Resumo

Anterior ao foral atribuído por D. Sancho I à Guarda em 1199, a Torre Velha da Guarda constituía-se como a torre de menagem do castelo românico desta cidade, cercada por um pano de muralha de planta ovóide. Nos reinados posteriores temos notícias da construção de novos panos de muralhas e da nova torre de menagem no extremo sul, seguindo já uma arquitectura militar gótica. Consequentemente a torre românica perde o seu estatuto primordial sendo, como referido no Tombo da Comarca da Beira de 1395, reaproveitada como torre exterior aquando da construção do muro novo. Ao longo dos séculos esta área transforma-se numa zona periurbana e renegada para zona de vazadouro como evidenciam as referências documentais. Complementarmente, as recentes intervenções arqueológicas permitem vislumbrar este processo de descentralização e transformação de uma zona central numa área periurbana e de despejo de detritos, datável entre a Idade Média e o final do século XX.

Palavras-chave

História Urbana. Arqueologia Urbana. Centro. Periferia. Mutações Urbanas.

¹ Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH. Bolseiro Doutoramento FCT (SFRH/BD/129777/2017).

² Associação Hereditas, Arqueóloga.

³ Câmara Municipal da Guarda, Arqueólogo.

The Torre Velha of Guarda: from romanesque tower to debris dump

Abstract

Prior to the charter assigned by D. Sancho I to Guarda in 1199, the Torre Velha of Guarda was the keep of the Romanesque castle of this city, surrounded by an ovoid wall. In the following reigns we have news of the construction of new walls and the new Keep in the far south, already following a gothic military architecture. As a result, the Romanesque tower loses its primordial status and, as mentioned in the 1395 Beira Tumble, was reused as an outer tower when the new wall was built. Over the centuries this area has been transformed into a periurban area and renegade to a leaky area as evidenced by documentary references. In addition, recent archaeological interventions provide insight into this process of decentralization and transformation of a central zone into a periurban area and waste disposal between the Middle Age and the end of the Twentieth century.

Keywords

Urban History. Urban Archaeology. Center. Periphery. Urban mutations.

Introdução

Localizada no centro de Portugal, nas imediações da fronteira com Espanha, a cidade da Guarda implanta-se num dos últimos esporões do sistema montanhoso da Serra da Estrela, a mais de 1000m de altitude, permitindo-lhe um vasto controlo visual tanto do planalto beirão como também das regiões fronteiriças espanholas (**Fig. 1**). Será nesta plataforma que, pelo menos desde a segunda metade do século XII, se formará e expandirá o núcleo urbano. Primeiro a partir da zona conhecida como Torreão, onde se localiza o sistema defensivo românico. Posteriormente expandindo-se até ao topo Sul da plataforma com um novo sistema amuralhado, e subsequente constituição de arrabaldes nas imediações das portas da muralha. A evolução da morfologia urbana, até aos finais do século XIX, diminuta mas não estática, encontrou-se condicionada à planimetria medieval pré-existente. Com a implantação das Leis de Saúde Pública no século XIX, o crescimento da população urbana e periurbana e dos sectores produtivos, ocorreriam mutações no entramado citadino e nas relações centro-periferia.

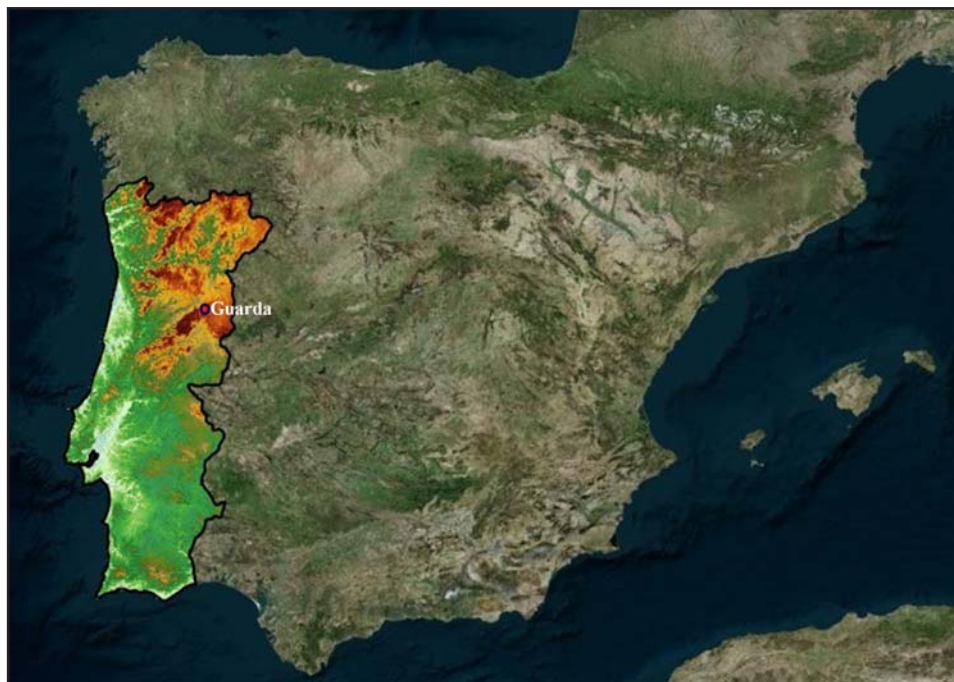


Fig. 1 - Localização da cidade da Guarda

1. O Núcleo primitivo (Século XII a XIII)

A 27 de Novembro de 1199, o rei D. Sancho I outorgava a primeira Carta de Foral à *ciuitate Aguarda*⁴. Embora se trate da primeira fonte documental conhecida para a Guarda, não estamos perante uma fundação *ex novo*. Esta premissa é-nos indiciada no próprio documento foraleiro “meis uobis populatoribus de ciuitate Aguarda tam presentibus quam futuris”⁵ e corroborada pelos contextos arqueológicos registados na zona urbana conhecida por Torreão⁶. Ou seja, D. Sancho I plasma aqui a sua política de organização territorial de um espaço periférico e fronteiriço sob a égide do reino de Portugal, criando na Guarda um ponto inicial de hierarquização do território, elevando-a ao estatuto de cidade, para o qual contribuiu a transladação da sede episcopal egitaniense para esta urbe poucos anos decorridos⁷.

Deste primitivo núcleo urbano medieval, localizado no extremo norte da

⁴ COELHO, Maria Helena C.; MORUJÃO, M. Rosário Barbosa - *Forais e Foros da Guarda*. Guarda: Câmara Municipal, 1999, p. 55.

⁵ COELHO, Maria Helena C.; MORUJÃO, M. Rosário Barbosa - *Forais e Foros...*, p. 55.

⁶ PEREIRA, Vítor - “A Torre Velha do primitivo Castelo da Guarda”. *Praça Velha* 22 (2007), pp. 13-29.

⁷ VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário*. Tomo II. Lisboa: Offi. de Simão Thaddeo Ferreira e Typ Regia Silviana, 1749 p. 13

plataforma orográfica, são actualmente perceptíveis parcos vestígios do seu sistema defensivo. Concretamente, a muito derruída Torre de Menagem e um troço de muralha de planta ovóide, que formariam parte do complexo defensivo-militar românico⁸ (Fig. 2).

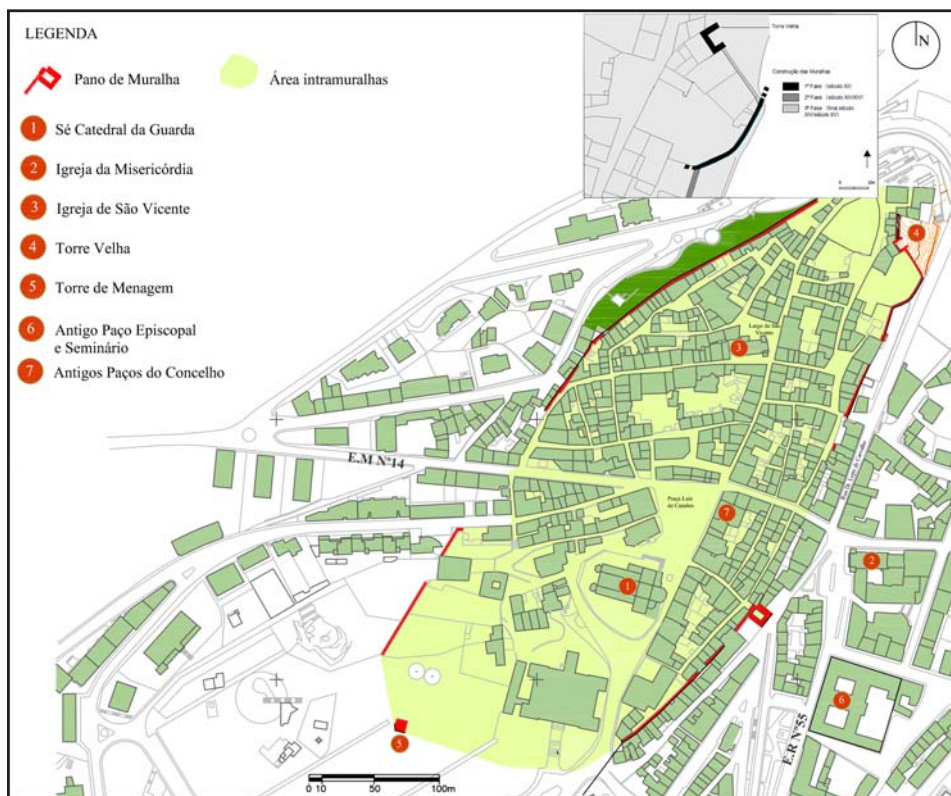


Fig. 2 - Planta da Guarda e locais referidos ao longo do texto

A Torre (Fig. 3) apresenta planta predominantemente quadrangular, 10,40 m (no pano Sudoeste) por 10,05 m, construída com duplo paramento (2m de espessura), com aparelho pseudo-isódomo, de alvenaria regular, mas com silhares de diferentes comprimentos, e de formato tendencialmente sub-retangular. Actualmente a fachada sul apresenta ainda 6m de altura, sendo neste tramo visíveis silhares salientes que corresponderiam ao assentamento de traves de um segundo

⁸ PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina - "Os sistemas defensivos da Guarda Medieval. Contributos para o seu conhecimento". in FERNANDES, Cristina Isabel (coord.) - *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*. Volume I. Lisboa: Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, 2013.

piso⁹. Tomando como modelo os exemplares localizados na região beirão¹⁰ poderemos considerar que esta torre possuiria entre 3 a 4 pisos, num total de 9 a 12 m de altura.



Fig. 3 - Aspecto actual da Torre Velha

Seguindo a arquitectura militar românica, esta torre encontrar-se-ia no centro de um pátio/terreiro circunscrito por uma cintura amuralhada mas da qual se encontrava individualizada. Desta muralha subsiste apenas parcialmente o tramo sudeste, com 35m de comprimento e 4m de altura. Construída com duplo paramento, com uma espessura de 3m, apresenta fiadas de alvenaria regulares, de média e grande dimensão¹¹. As intervenções arqueológicas nos espaços circundantes não permitiram, por agora, registar vestígios do restante recinto amuralhado. Como veremos, este perímetro amuralhado foi ao longo dos séculos alvo de várias mutilações.

Similarmente não se conhecem vestígios de estruturas habitacionais ou produtivas que constituiriam parte desta inicial urbe guardense. Todavia, os materiais exumados em intervenções arqueológicas na zona do Torreão¹² e no interior da Torre Velha atestam as componentes habitacionais desta zona, para além da já referida valência militar. Na Sondagem 1, realizada no interior da Torre Velha, foi registada a [U.E.12] composta por terra de coloração muito escura, quase preta,

⁹ PEREIRA, Vitor - "A Torre Velha do primitivo Castelo da Guarda ...", p. 22.

¹⁰ BARROCA, Mário - Castelos Românicos Portugueses (Séc. XII e XIII). in *Românico en Galicia y Portugal*. S.l: Fundación Pedro Barrié de la Maza / Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 108

¹¹ PEREIRA, Vitor - "A Torre Velha do primitivo Castelo da Guarda ...", pp. 13-29.

¹² PEREIRA, Vitor - "A Torre Velha do primitivo Castelo da Guarda ...", pp. 16-20; PEREIRA, Vitor; CAMEIJO, Alcina; MARQUES, António - "Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da intervenção no Torreão". in *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Câmara Municipal, 2011, pp. 265-292.

muito fina e pouco compacta (**Fig. 4**). Esta apresentava na sua composição pouco carvão, algumas pedras de pequenas dimensões e alguma cerâmica¹³. O reduzido conjunto cerâmico recolhido nesta unidade exhibe características tecno-tipológicas (pastas grosseiras, de tonalidades escuras, predominando as produções a torno lento e/ou manual) que se enquadram cronologicamente, pelo menos, em meados do século XII (**Fig. 5 1a-1c**). Todavia, não se trata de um contexto arqueológico selado, tendo sofrido perturbações em época moderna/contemporânea, como se constata pela sobreposição desta camada a uma outra, [U.E.14], na qual foram recolhidos materiais cerâmicos de pastas laranjas, superfícies vidradas, e faianças, de cronologia moderna. Ou seja, embora sejam os materiais mais antigos registados no interior da Torre Velha¹⁴, encontram-se num contexto deposicional secundário, ou no mínimo bastante afectado por processos pós-deposicionais de origem antrópica, nomeadamente o desmonte da antiga Torre de Menagem.

A *Torre Velha* era o signo do poder político, administrativo e militar, isto é o símbolo do castelo *cabeça-de-terra*¹⁵. Nela residia o terratenente, normalmente um membro da nobreza local¹⁶ escolhido pelo rei no seio dos ricos-homens¹⁷. Estamos assim perante o primeiro espaço central (e centralizador) da Guarda, um verdadeiro “point chaud”¹⁸, formado em torno da torre românica, compreendendo tanto espaço intra-muralhas como extra-muros, que perduraria entre meados do século XII e o final do século XIII. De notar que será também nesta zona que se terá instalado a primeira catedral da Guarda¹⁹, e o Paço do Rei²⁰, edifícios dos quais desconhecemos a sua localização ou vestígios arqueológicos.

¹³ CAMEIJO, Alcina - *Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos “Requalificação e Musealização do Primitivo Castelo Medieval da Guarda* [s.d], Policopiado.

¹⁴ Cidade entendida como núcleo urbano medieval/moderno, não englobando assim os materiais provenientes das intervenções nos Castelos Velhos e Póvoa do Mileu, atualmente inseridos em área urbana. Sobre as escavações arqueológicas nestes dois locais, confira-se OSÓRIO, Marcos - “Novos Contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)”. *Praça Velha* 15 (2004), pp. 5-14; PEREIRA, Vitor; CAMEIJO, Alcina; MARQUES António Carlos - “Contextos e materiais arqueológicos do sítio romano da Póvoa do Mileu (Guarda)”. in QUARESMA, José Carlos; MARQUES, João António (coords.) - *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2015, p. 69-84 (Monografias AAP), respetivamente.

¹⁵ BARROCA, Mário - “Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar da Beira Interior”. in FERREIRA, Maria do Céu *et alii.* (eds.) - *Actas das I.as Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda: Câmara Municipal, 2000, pp. 215-238.

¹⁶ BARROCA, Mário - *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.

¹⁷ BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ªed. Vol. II. Lisboa, 1954, pp. 44-45.

¹⁸ LE GOFF, Jacques - “La ville médiévale, des carolingiens à la Renaissance”. in DUBY, George (ed) - *Histoire de la France Urbaine*. Tome II. Paris: Ed. du Seuil, 1980 p. 224.

¹⁹ CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e Distrito da Guarda*. Porto: Typ. Universal (a Vapor), 1902, pp. 302 e 303.

²⁰ GOMES, Rita Costa - *A Guarda Medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. 1ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 79.

2. Deslocação da centralidade e a formação de um espaço periférico: (séculos XIII a XIX)

A importância geoestratégica da Guarda no século XIII como ponto de controlo e defesa do território face ao vizinho reino leonês e ao sul islâmico levaria a uma preocupação com o sistema defensivo da urbe. A esta premissa aliaram-se os novos desígnios poliorcéticos, ou seja, o aparecimento do castelo gótico e a mudança do conceito de defesa subjacente à concepção das estruturas fortificadas²¹. A urbe cresce e com ela um novo sistema defensivo (**Fig. 2**). Tarefa em execução já em 1221²² e que culminaria com a construção da nova torre de menagem e cidadela, de estilo gótico, no ponto mais alto a 1056 m, em finais do século XIII/inícios do século XIV²³. Ao pano de muralha românico é adossado um pano novo, que exhibe um aparelho construtivo com características mais tardias²⁴. O troço de muralha românica virado a Sul e a Poente foi quase totalmente desmontado até ao afloramento rochoso, e os silhares, reaproveitados na nova estrutura, tendo a cerca do antigo castelo sido ocupada por habitações e arruamentos contíguos, detectando-se no sítio inúmeros fragmentos de cerâmica doméstica comum, datáveis do século XIII/XIV²⁵.

É assim evidente a perda do papel político-administrativo da Torre Velha em detrimento da nova torre de menagem gótica, símbolo de uma nova arquitectura militar e de um novo conceito político régio centralizador que, com D. Dinis, levaria ao declínio do sistema de *Terras*²⁶. A este desígnio aliou-se a também deslocação do poder eclesiástico, para a zona extra-muros, com a edificação da nova catedral no arrabalde constituído nas imediações da Torre dos Ferreiros²⁷, em terrenos onde se implementaria séculos mais tarde a Misericórdia (**Fig. 2**).

Será no final do século XIV, no reinado de D. João I, que voltamos a ter notícias da, já então apelidada, Torre Velha: “Jtem hũa tore que ellRey há dicta vila hũa tore q chamã A tore velha q esta na metade do muro nouo per onde ora he a vylla departida”²⁸. Este novo pano de muralha é actualmente visível, partindo a leste da muralha românica em direcção à actual Torre de Menagem, posteriormente infletindo para norte até encontrar o tramo de muralha vindo da Porta D’El Rei. Esta

²¹ BARROCA, Mário - “Aspectos da Evolução da Arquitectura...”, p. 233.

²² VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário*, Tomo I ..., p. 36.

²³ FERNANDES, Lídia - *Novos elementos sobre a cidade da Guarda – séculos XIII ao XVII. Separata da Praça Velha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, 1999.

²⁴ PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina - “Os sistemas defensivos...”, p. 439.

²⁵ PEREIRA, Vítor; CAMEIJO, Alcina; MARQUES, António - “Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da intervenção no Torreão”. in *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Câmara Municipal, p. 271.

²⁶ BARROCA, Mário - *Do Castelo da Reconquista...*, p. 118.

²⁷ CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e Distrito ...*, p. 310.

²⁸ *Tombo da Comarca da Beira (1395)*. Ed. Anselmo Braamcamp Freire. *Archivo Histórico Portuguez* 10 (1916). p. 324.

mutação encontra-se relacionada com o período de guerra com Castela que marcou o final da 1ª Dinastia. Em 1374 são referidas obras na muralha²⁹, mas infelizmente não é especificada a sua localização. Igualmente as intervenções arqueológicas não permitiram aferir se a construção deste novo paramento se encontra relacionado com um evento bélico ou se a muralha românica se encontrava em ruína, como é referido nas fontes escritas. Somente é possível constatar que a torre de menagem românica passa a ser uma mera torre defensiva externa, protegendo uma das entradas do recinto amuralhado.

É similarmente no findar desta centúria que a construção da actual catedral, localizada no interior do recinto amuralhado, se inicia³⁰. A sua edificação assinalou nova revolução urbana na cidade, pois a sua vasta área de implantação impôs um óbvio e enorme rasgamento urbano no coração da malha medieval (**Fig. 2**). Na sua sombra formar-se-ia a praça da Sé na qual, em data anterior a 1527³¹, viria a albergar a Casa da Câmara. Estamos assim perante o novo centro da cidade, englobando poder eclesiástico e poder civil, que perdeu aqui até século XX.

Sobre a Torre Velha temos pouca informação deste período. As Memórias Paroquiais de 1758 referem-na, junto à qual identificam uma porta pequena, assim como a existência de panos de muralha caídos e outros em ruínas³².

Por fim, de referir que na segunda metade do século XIX, também a Guarda foi palco do clima de modernização que se fazia sentir em todo o país. As políticas do fontismo iniciaram-se na Guarda com a abertura de uma nova artéria, que rasgando a cidade transversalmente de Oeste-Sudeste, conectava a Estrada Municipal nº 14 com a Estrada Real nº 55³³. Esta nova ligação viria por si a pôr em segundo plano a estrutura viária de origem medieval que a(s) Rua(s) Direita(s) - Da zona do torreão, à Porta da Covilhã; da Porta d'El Rei à Porta da Erva - exerceram durante séculos. E, mais uma vez, aumentar a centralidade da Praça da Sé, um verdadeiro *hotspot*³⁴.

Em suma, ao longo de cinco séculos denota-se claramente o deslocar do

²⁹ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, livro I, fólio 154 vº.

³⁰ CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e Distrito...*, p. 323.

³¹ CAETANO, Carlos - *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011. Tese de Doutoramento, p. 325.

³² CHORÃO, Maria José - *Memórias Paroquiais*. Guarda: Câmara Municipal, 2002, p. 30; CAPELA José Viriato; MATOS, Henrique - *As freguesias do Distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, 2013, pp. 347-348. Em geral todo o sistema fortificado da cidade encontrava-se em mau estado ou derruído, todavia sobre a Torre Velha este panorama aparenta não se constatar.

³³ NETO, Maria José - *A Toponímia da Cidade da Guarda e a Construção da Memória Pública no século XX*. Lisboa: Universidade Lusíada. Dissertação de Mestrado, 2011, p.35.

³⁴ Utilizamos este termo seguindo o conceito e definição utilizado por CRAWFORD, Katherine Ann - *In the Footsteps of the Gods: The use of computational methods to explore the role of mobility in the religious landscape of 2nd century AD Ostia*. Vol. I. Southampton: 2018 p.126 "The two highest betweenness centrality measures are interpreted as 'hotspots' of movement, denoting areas more likely to be passed, regardless of one's origin or intended destination".

espaço central da cidade medieval para novas áreas, criando assim condições favoráveis à periferização deste espaço.

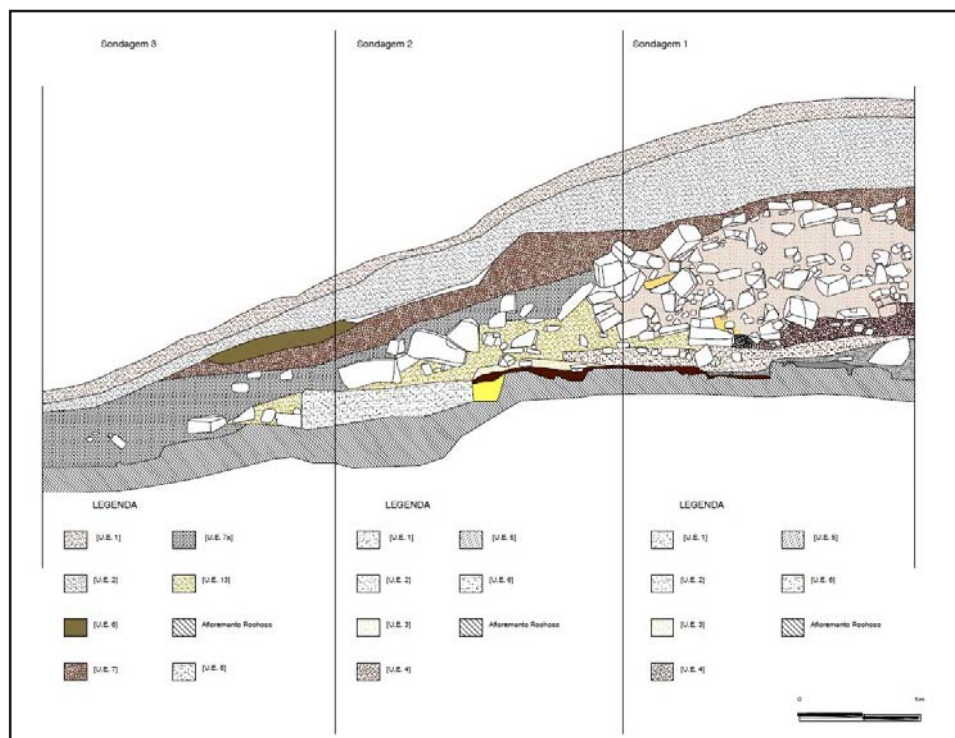


Fig. 4 - Perfil Estratigráfico Este da Torre Velha

3. A instituição de uma periferia (século XX)

A cidade da Guarda no início do século XX não se enquadrava nos padrões de beleza da época, sendo mesmo apelidada por Miguel de Unamuno, em 1905, como “feia e denegrada”³⁵. Se o panorama geral da cidade não era abonatório, o espaço onde se localizava a Torre Velha contribuía em muito para este cenário.

Ao calcorrear a Rua do Torreão estava-se a chegar a uma zona limite, para a qual a Câmara enviava o que pretendia distanciar do centro. Era a localização do depósito de entulhos, matadouro municipal e estacionamento de carros desde os finais do século XIX situados em terrenos municipais³⁶. Como se constata no primeiro mapa topográfico da Guarda, de 1907, o espaço do torreão é escassamente urbanizado, sendo que em 1930 ainda se arrematavam lotes de giestas cortadas no

³⁵ UNAMUNO, Miguel de - *Por terras de Portugal e Espanha*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1989, p. 56.

³⁶ DIAS, Cecília - “O “aformoseamento” – gentes, normas e obras de 1900 a 1939”. in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX*. 2ª edição. Guarda: Câmara Municipal, 2004, p.54.

Torreão³⁷.

Estes terrenos eram muitas vezes arrendados ou mesmo alienados, como ocorre em 1904. Francisco Pereira Miguel, negociante, arrenda à Câmara um terreno municipal, a Este da Montureira, para a construção de um barracão de madeira para depositar os coiros salgados das reses que abatia no matadouro³⁸. Similarmente, outras actividades com uma pegada bastante poluente se estabeleceram nesta zona durante a primeira metade do século XX. Em 1930 armazéns de madeiras e lenhas, em 1935 uma pedreira de extracção de pedra³⁹, em 1946 uma fábrica de tapeçarias, em data anterior a 1947 uma oficina de reparação no quintal do Canhóto e em 1947 uma serração e armazém de matérias de construção⁴⁰. O espaço deixado vago pelo Matadouro em 1940 viria a albergar o canil municipal em 1951⁴¹.

E qual era o estado da Torre Velha no meio deste entramado? O século XIX fora profícuo em episódios de demolições do perímetro amuralhado⁴². Segundo alguns autores⁴³ a Torre Velha teria sido destruída em 1847. Embora não nos seja possível autenticar esta proposta⁴⁴, constatamos que o derrube/desmante da torre ocorreu em data anterior a 1943⁴⁵.

Igualmente a intervenção arqueológica realizada entre 2010 e 2011⁴⁶ permite-nos constatar esta realidade e ao mesmo tempo esboçar uma proposta de evolução (Fig. 4). Desde logo, foi possível registar uma sucessão de camadas e entulhos que se adaptaram ao declive do terreno. A formação destes contextos ocorreu após o desmante/derrube da fachada norte da torre. De denotar, como referido, a existência de um pedido em 1935 para explorar e arrancar pedra do Torreão, ao fundo das últimas casas da Rua do Carvalho, que deverá estar relacionado com este desmante da

³⁷ NETO, Maria José - *A Toponímia da Cidade...*, p. 46.

³⁸ DIAS, Cecília - "O "aformoseamento ...", p. 54.

³⁹ DIAS, Cecília - "O "aformoseamento" ...", p. 54.

⁴⁰ FERREIRA, Jaime - "Do perpianho ao betão – deambulações entre 1940 e 1059". in FERREIRA, Jaime (coord.) - *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX*. 2ª edição. Guarda: Câmara Municipal, 2004, pp. 159 e 169.

⁴¹ FERREIRA, Jaime - "Do perpianho ao betão...", pp.160 e 168.

⁴² Em 1801 para a construção de um forte abaluartado em Porcas VICENTE, António - *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*. Vol II, Paris: Centro Cultural Português-Fundação Calouste Gulbenkian. 1972, p. 260; em 1835 para a construção do cemitério público, RODRIGUES, Adriano - *Monografia Artística da Guarda*, Guarda: Câmara Municipal, 1984, p. 44; ou em 1887 para a construção do Asilo Distrital, BIEL, Emilio - *A Arte e a Natureza em Portugal*. Vol. VIII. Fasc. 95. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1902-1908, p. 2 nota 2.

⁴³ RODRIGUES, Adriano V. - *Monografia da Guarda*. Guarda: Santa Casa da Misericórdia, 2000, p.78; e na mesma linha historiográfica, mas sem apresentar qualquer fundamento histórico ou documental FERREIRA, Jaime - "Do perpianho ao betão...", p.158.

⁴⁴ No decorrer desta investigação não encontramos qualquer documentação que comprove a data proposta.

⁴⁵ Tendo em conta o registo fotográfico da zona do torreão à época colhido em ALMEIDA, João de - *Roteiro dos Monumentos de arquitectura militar do Concelho da Guarda*. Lisboa: Editorial Império, 1943, p. 45, a torre já se encontrava derruída sendo visível o enchimento com detritos.

⁴⁶ CAMEIJO, Alcina - *Relatório Final de Trabalhos...*

torre. Um segundo momento de derrube/desmonte da torre ocorre em fase posterior ao desaparecimento da fachada norte, como se constata na [U.E.8] da Sondagem 1, [U.E.5] da Sondagem 2 e [U.E.6] da Sondagem 3. Trata-se de uma camada constituída por silhares aparelhados de média e grande dimensões, assim como pedras fragmentadas e uma argamassa de cor clara (que constituíam enchimento da muralha). É de salientar uma vez mais que o derrube se adaptou ao terreno existente e que apresenta um acentuado declive.

Os materiais arqueológicos registados nestas camadas, e nas que as sobrepõem, são maioritariamente detritos (fragmentos de telhas, restos de tecidos) de época contemporânea. Estes devem ser resultantes do despejo de entulhos das remodelações das habitações contíguas e dos desperdícios da oficina de carros aí existente desde a década de 40 do século XX. Foram também registados materiais arqueológicos de período medieval e moderno em diferentes estratos. Todavia não se encontram em contextos selados e/ou primários, mas sim de um contexto de palimpsesto resultante quer da acção antrópica de desmonte/destruição da torre quer do despejo de materiais (**Fig. 5 2a-2c**). Exemplo disso é a sobreposição de materiais do século XII sobre materiais do século XVI/XVII, ou o registo de um fragmento de azulejo hispano-árabe (século XVI) na mesma camada onde se assinalam materiais contemporâneos (**Fig. 5 3a-3b**).

Similarmente na área envolvente, as intervenções arqueológicas constataram o que a documentação citada referia como zona de entulhos. Em 2018, sondagens de diagnóstico assinalaram níveis contemporâneos de escombros, composto por sucessivas camadas de terra com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão, fragmentos de telhas e presença de plásticos⁴⁷. Sobre estes seriam construídos, pelo município, ao longo da segunda metade do século XX diversos (e diversificados) edifícios, que albergaram diferentes valências de índole social, dos quais em 2017 apenas albergavam o Aquilo Teatro, o Clube de Montanhismo e a Associação de Jogos Tradicionais da Guarda.

⁴⁷ PEREIRA, Vitor *et alii* - *Intervenção Arqueológica no âmbito da implementação do projeto Reabilitação dos Edifícios Municipais da zona do Torreão – Interação Social (Guarda)*. Relatório preliminar. Guarda: Câmara Municipal, 2019. Relatório policopiado.



Fig. 5 - Materiais arqueológicos medievais (1a, 1b, 1c) modernos (2a, 2b, 2c) e modernos e contemporâneos (3a, 3c)

4. Um novo olhar para a periferia, algumas considerações finais

Ao longo das anteriores linhas constata-se a evidência da periferialização de um espaço inicialmente central. A sua génese, nos finais do século XIII ou inícios da centúria seguinte, relaciona-se com o próprio crescimento urbano da cidade, e sobretudo a deslocação do centro administrativo e militar. Este processo prolongou-se ao longo de sete séculos, como se rastreia tanto nas fontes documentais como no registo arqueológico.

Não obstante, será principalmente nos finais do século XIX e durante todo o século XX que esta metamorfose se agudizou. A salubridade deste espaço degradou-se preempitoriamente. Consequentemente tornar-se-ia também um espaço socialmente degradado, onde a pobreza, a prostituição e a toxicodependência se entrecruzavam com os degradados espaços domésticos. Imperava assim, no final do século XX à luz de uma nova ideia de urbanidade das cidades, um projecto de requalificação.

As intervenções arqueológicas, que anteriormente referimos, foram resultantes de dois projectos arquitecturais, de iniciativa municipal, concebidos para a reabilitação desta zona periférica da cidade⁴⁸. A sua génese encontra-se no Programa Polis que visava “...melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos”⁴⁹ e actualmente repercutido no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Guarda. No caso da Torre Velha e Largo do Torreão trata-se sobretudo de dignificar e requalificar um espaço que foi central na história da Guarda e o qual foi - ao longo de séculos - relegado para um plano mais que secundário.

Todavia deve ser apreendida uma diferente noção de Centro. Já não uma centralidade jurídico-administrativa, mas antes um pólo social, cultural e desportivo que possa atrair gentes e ideias, revertendo o processo de periferialização, e mormente a conotação negativa que o espaço ainda detêm no colectivo social dos habitantes da cidade da Guarda. As opções estratégicas que foram tomadas têm como base o Património e o Associativismo, através da criação de estruturas básicas para a sua fruição e desenvolvimento. Não basta, no entanto, criar somente infra-estruturas. A estas será *a posteriori* necessário a ligação da sociedade civil, a qual é o elemento fundamental para a reconversão deste espaço.

Por último, espera-se que este novo olhar sobre a Torre Velha e o Largo do Torreão não pretenda omitir, *branquear* ou apenas valorizar determinados períodos

⁴⁸ O Projecto *Requalificação e Musealização do Primitivo Castelo Medieval da Guarda*, implementado em 2010, previa a requalificação do espaço amuralhado e a criação de um núcleo museológico (Centro de Interpretação das Fortificações de Fronteira). CAMEIJO, Alcina - *Relatório Final de Trabalhos...*

⁴⁹ Ponto 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2000 – DRE I SÉRIE-B N.º 112 — 15 de Maio de 2000.

históricos. O estudo do passado humano deve ser realizado desde as suas origens até à própria actualidade, sem excepções temporais, tendo como base a relação do ser humano com a materialidade.

Horta – dinâmicas urbanas de uma pequena cidade insular a partir dos dados arqueológicos

*João Gonçalves Araújo*¹

Resumo

A cidade da Horta localiza-se na ilha do Faial, arquipélago dos Açores, Portugal. A fundação de um primitivo, e pequeno, núcleo urbano remontará ao terceiro quartel do século XV, localizado algures entre a baía da Horta e a baía de Porto Pim, na zona sul da atual cidade. Contudo, logo na segunda década do século XVI, o centro do povoado instala-se na zona norte da atual cidade, junto à foz da Ribeira da Conceição, desenvolvendo-se, ali, a vila da Horta. O povoado terá tido um desenvolvimento significativo, na medida em que logo na segunda metade do século XVI atinge a área central da baía da Horta. Contudo, terá sido ao longo dos séculos XVIII e XIX que a vila passa a englobar a área inicial de povoamento, verificando-se a união entre os dois núcleos populacionais. Durante o século XIX, assiste-se a um significativo crescimento urbano da vila da Horta, em muito devido a um dinamismo comercial do seu porto, sendo elevada a cidade em 1833.

Palavras-chave

Horta. Ilha do Faial. História Urbana. Arqueologia Urbana. Arqueologia Moderna e Contemporânea.

¹ CHAM - Centro de Humanidades da NOVA FCSH; UAç. HistóriaSábias.

Horta – urban dynamics of a small insular town from the archaeological data

Abstract

The city of Horta is located on Faial island, archipelago of the Azores, Portugal. According to historical record, the occupation of the area dates back to the third quarter of the 15th century. A primitive settlement was founded somewhere between Horta Bay and Porto Pim Bay, in the southern zone of the city. However, as early as the second decade of the 16th century, the center of the village is already located in the northern part of the Horta Bay, near the mouth of the Ribeira da Conceição, where the village of has developed. The village had a significant development, as it reaches the central area of Horta Bay in the second half of the 16th century. However, it is only in the the 18th and 19th centuries that the village reaches the initial settlement area, occurring the union between the two-population nucleus.

During the 19th century, the village of Horta will undergo a significant urban increase, largely due to a commercial dynamism of its port, being elevated to the category of city in 1833.

Keywords

Horta. Faial island. Urban History. Urban Archaeology. Archaeology of modern and contemporary eras.

Introdução

O presente texto tem origem nos mais recentes trabalhos arqueológicos realizados na cidade da Horta, desenvolvidos entre os anos de 2017 e 2019, no âmbito do projeto *Horta - Projeto de Requalificação da Frente de Mar da Cidade da Horta*, enquanto medida de proteção e salvaguarda do património arqueológico. Os trabalhos dividiram-se em duas fases: a primeira, decorrida entre março e julho de 2017, consistiu na realização de um conjunto de sondagens arqueológicas de diagnóstico na área do adro da Igreja de Nossa Senhora das Angústias²; a segunda, decorrida entre outubro de 2018 e maio de 2019, consistiu no acompanhamento arqueológico das

² ARAÚJO, João Gonçalves; SILVA, Marla; OLIVEIRA, N'Zinga - *O adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias. Horta: Relatório Final da Intervenção Arqueológica*. Texto policopiado. Ponta Delgada, 2018.

obras de requalificação do adro da mesma igreja e da Praça Infante Dom Henrique³.

No que respeita a atividade arqueológica na cidade da Horta, até à realização dos trabalhos a que nos referimos no texto, tinham sido realizadas, maioritariamente, intervenções arqueológicas subaquáticas, registando-se uma única em contexto terrestre⁴. Destacam-se, porém, as intervenções arqueológicas subaquáticas, intervenções por terem dado origem a várias publicações respeitantes a realidades identificadas em Porto Pim^{5,6} e Baía da Horta^{7,8,9,10}.

Localização e enquadramento geográfico

A ilha do Faial localiza-se no extremo ocidental do grupo central do arquipélago dos Açores. A configuração da ilha é a de um pentágono irregular, com cerca de 172 km² de área, localizada, grosso modo, no cruzamento do paralelo 38 norte com o semimeridiano 28 oeste. O clima, tal como no restante arquipélago, é Temperado Oceânico, de feição subtropical, com uma distribuição anual relativamente regular da precipitação, embora mais escassa nos meses de verão¹¹.

A cidade da Horta localiza-se na costa sudeste da ilha, numa área definida por duas baías: uma maior, a norte, a baía da Horta, onde o povoado se desenvolveu num anfiteatro natural; e uma menor, a sul, a baía de Porto Pim, protegida por dois montes, o Monte da Guia e o Monte Queimado. A escolha desta área da ilha está

³ ARAÚJO, João Gonçalves; LEAL, Vera; OLIVEIRA, N'Zinga - *Horta. Projeto de Requalificação da Frente de Mar da Cidade da Horta: Relatório Final do Acompanhamento Arqueológico de Obra (2018/2019)*. Texto policopiado. Ponta Delgada, 2020.

⁴ GARCIA, Catarina - *Estalagem de Santa Cruz. Obras de ampliação/beneficiação - trabalhos de escavação*. Informação n.º 1446/2003 da Direção Regional da Cultura. Angra do Heroísmo, 2003.

⁵ BETTENCOURT, José António - "O porto da Horta na História do Atlântico (sécs. XVI a XX) a partir do registo arqueológico: alguns exemplos". in *Jornadas do Mar. O reencontro com o mar no séc. XXI*. Almada: Escola Naval, Base Naval do Alfeite, 2012, pp. 330-336.

⁶ BETTENCOURT, José António - "Os vestígios da Nau Nossa Senhora da Luz: resultados dos trabalhos arqueológicos". *Arquipélago. História*. 2ª série. 9 (2005), p. 231-273.

⁷ BETTENCOURT, José António - "Coastal construction projects and rescue archaeology: a first approach to the case of Horta Bay (Faial island, Azores, Portugal)". in *Actas del V Congreso Internacional de Arqueología Subacuática (IKUWA V)*. Cartagena: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2014, pp. 120-130.

⁸ BETTENCOURT, José António - "O registo arqueológico de um porto atlântico: a Horta do século XIX". in *Actas do Colóquio The Wonderful Battle of the Brig Gen. Armstrong at Faial, 1814: no bicentenário do combate naval ocorrido na Baía da Horta a 27 de Setembro de 1814*. Horta: Observatório do Mar dos Açores, 2014, pp. 77- 90.

⁹ BETTENCOURT, José António - "O porto da Horta na História do Atlântico..."

¹⁰ BETTENCOURT, José António; CARVALHO, Patrícia - A história submersa da baía da Horta: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos no "naufrágio do marfim" (primeiro quartel do século XIII). in *Actas do V Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2010, pp. 139-152.

¹¹ TROTA, António Neves; PEREIRA, Maria João - *História Natural dos Açores*. 2ª ed.. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2013.

diretamente relacionada com a existência das duas baías, que permitiam o fácil acesso ao mar. Além disso, a baía da Horta, por ser a maior, se situa na costa oriental da ilha, abrigada dos ventos ocidentais, e por ter a ilha do Pico imediatamente em frente, a apenas cerca de 8 km de distância, assume-se como uma das melhores áreas portuárias de todo o arquipélago (**Fig. 1**).



Fig. 1 - Localização da cidade da Horta na ilha do Faial. Google Maps [Consult. 03 dez. 2019]. Disponível em WWW: URL:<http://www.google.pt/maps>

1. A igreja de Nossa Senhora das Angústias

1.1. Um enquadramento histórico

O povoamento da ilha do Faial e o espaço onde hoje se localiza a cidade da Horta estão intrinsecamente ligados. O início do povoamento consistente da ilha do Faial assume-se como algo relativamente consensual e remonta à década de 60 do século XV, tendo sido concedida a capitania da ilha a Joss Van Hurtere. Segundo Agostinho Monte Alverne, os primeiros colonos, desembarcados na atual freguesia da Praia

do Almojarife, ter-se-ão fixado no vale dos Flamengos. Contudo, devido à ação destrutiva da ribeira, abandonaram aquele vale, fixando-se, desta feita, numa área próxima a Porto Pim, tendo ali sido construída uma ermida¹². A origem do orago, a Santa Cruz, explicar-se-á como uma provável *herança flamenga*, personificada no primeiro capitão donatário¹³.

No testamento de Brites de Macedo, feito em 1527 e renovado em 1531, a esposa do primeiro capitão donatário garante a continuidade dos trabalhos para a conclusão das obras na ermida de Santa Cruz e a construção de uma casa para o capelão, reservando, ainda, as rendas de algumas propriedades à dita ermida¹⁴. Além da ermida e da casa do capelão, Marcelino Lima sugere que a primeira casa de habitação permanente do primeiro capitão do donatário terá sido construída próxima do referido conjunto edificado. No seu testamento, Brites de Macedo expressa, ainda, o desejo de ser sepultada na mesma ermida, junto ao seu filho Francisco Dutra¹⁵. Constata-se, assim, uma forte ligação entre a ermida de Santa Cruz e a família do primeiro capitão donatário durante as primeiras décadas de povoamento da ilha, ao ponto de estar subjacente a intenção de Brites de Macedo de que a ermida voltasse a adquirir o estatuto de igreja paroquial¹⁶, estatuto que possivelmente terá possuído entre a sua fundação, por volta de 1468, e a segunda década do século XVI (1514)¹⁷, aquando da construção da Igreja Matriz de São Luís, localizada numa pequena elevação relativamente próxima à foz da Ribeira da Conceição.

Para o período entre o testamento de Brites de Macedo e meados do século XVII, pouco se conhece sobre a ermida de Santa Cruz. Frei Diogo das Chagas refere o avançado estado de degradação da ermida¹⁸. Apontamentos de Jerónimo Brum da Silveira dão-nos conta de que em 1658 a ermida já não tinha como orago a Santa Cruz, mas sim Nossa Senhora das Angústias, alteração que culmina a 31 de dezembro de 1664, quando terá sido criada oficialmente a paróquia de Nossa Senhora das Angústias, na sequência da visita do Doutor António da Cunha e Silveira, Protonotário, Visitador Eclesiástico¹⁹.

¹² MONTE ALVERNE, Agostinho - *Crónica da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*. Vol. III. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 1962, p. 153.

¹³ ROSA, Júlio - "Nossa Senhora das Angústias, na Ermidinha de Santa Cruz Paróquia na Ilha: Freguesia na Vila e Cidade da Horta 1468 - 1684 - 1984". *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 1/1 (1984), pp. 189-200.

¹⁴ LIMA, Marcelino - *Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial)*. Edição fac-similada. Horta: Câmara Municipal, 2005, p. 54.

¹⁵ CHAGAS, Diogo das - *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Ed. Artur Teodoro de Matos; Avelino de Freitas de Meneses; Vitor Gaspar. 2ª ed. fac-similada. S.l.: Presidência do Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura/Universidade dos Açores/Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 2007, pp. 473-474.

¹⁶ ROSA, Júlio - "Nossa Senhora das Angústias...", p. 43.

¹⁷ ROSA, Júlio - "Nossa Senhora das Angústias...", pp. 253-254.

¹⁸ CHAGAS, Diogo das - *Espelho Cristalino...*, pp. 475-476.

¹⁹ ROSA, Júlio - "Nossa Senhora das Angústias...", pp. 211-212.

Para a segunda metade do século XVII, conhece-se um interessante conjunto de referências ao templo. Em 1672, ocorreu uma grave crise sísmica provocada pela actividade vulcânica na freguesia do Capelo, crise essa descrita por Diogo Soares Serrão, na sua obra *Memórias da freguesia do Capelo*, em data posterior a 1672. Nela, referem-se autos de 1672 e 1673, em que é descrito o dia de Páscoa de 1672, no qual, devido à crise sísmica provocada pela erupção, a procissão terá voltado a sair à rua, de tarde, para ir ao encontro da imagem de Nossa Senhora das Angústias²⁰. A quase coincidência temporal entre esse momento de devoção à imagem de Nossa Senhora das Angústias e o início da construção de uma nova igreja paroquial, não será apenas um acaso, como sugere o Padre Júlio Rosa²¹.

Para o ano de 1674, há registos de obras volumosas que estarão, provavelmente, relacionadas com o início da elevação da ermida ao estatuto de igreja paroquial²². Estas obras deverão corresponder ao início da construção da primeira igreja de Nossa Senhora das Angústias, dez anos após a criação oficial da paróquia. A primeira igreja paroquial terá existido durante mais de um século, entre 28 de novembro de 1684²³ e o início do século XIX, quando se iniciam as obras de construção da atual igreja. Contudo, devemos colocar a hipótese da primeira igreja paroquial se ter mantido, no todo ou em parte, durante início do século XIX, enquanto a nova igreja não apresentasse condições de utilização. Para o final do século XVIII, a documentação refere a visita do licenciado Manuel Cardoso Serpa, cónego prebendado da Sé de Angra, e no seu seguimento, terá sido promovida a construção da capela-mor e sacristia da igreja de Nossa Senhora das Angústias²⁴. Sete anos volvidos, em 1799, a documentação dá-nos conta de uma nova visita à ilha, desta feita Francisco Inácio Xavier Wython, por comissão do Cabido da Sé Vacante, da qual saiu a conclusão de que seria necessária a construção de uma nova igreja²⁵. A construção da atual igreja foi morosa, tendo decorrido entre o início do século XIX e, pelo menos, a década de 60 do século XIX. Silveira Macedo dá-nos a noção da morosidade do processo de construção da igreja, datando de 1861 o último impulso construtivo²⁶ e em 1867, José Vieira Santa Rita, Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, refere que

²⁰ VIANA, Mário (coord.) - *História da Ilha do Faial (das origens à época de elevação da Horta a cidade)*. Vol. I. *Património histórico e literário*. Horta: Câmara Municipal, 2008, pp. 88-94.

²¹ ROSA, Júlio - "Nossa Senhora das Angústias...", p. 221.

²² MACEDO, António Lourenço da Silveira - *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*. Vol. I. Reimpressão Fac-similada da Edição de 1871. Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1981, p. 186.

²³ ROSA, Júlio - "Nossa Senhora das Angústias...", p. 274.

²⁴ MACEDO, António Lourenço da Silveira - *História das Quatro Ilhas...*, p. 272.

²⁵ MACEDO, António Lourenço da Silveira - *História das Quatro Ilhas...*, p. 282.

²⁶ MACEDO, António Lourenço da Silveira - *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*. Vol. III. ..., p. 41.

faltava concluir a construção da torre norte e outras pequenas obras²⁷. Atualmente a igreja de Nossa Senhora nas Angústias apresenta-se pouco alterada em relação ao século XIX, apesar do sismo de 1998 lhe ter provocado danos consideráveis.

1.2. Os Dados Arqueológicos

A área intervencionada corresponde ao adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias. Este espaço encontrava-se delimitado a oeste e sul por um murete, com duas entradas, uma em cada secção. A igreja, por sua vez, apresenta uma só nave com torres sineiras a ladear a fachada. Possui dois pisos, cada um deles com três vãos em arco de volta perfeita, e é rematada por um grande frontão recortado com arranques espiralados, apresentando duas grandes cornijas na separação dos pisos, envolvendo a fachada e as torres. Ao centro do frontão encontra-se um elemento decorativo em relevo representando o coração de Jesus, envolvido por uma moldura circular. As torres sineiras possuem três pisos, cada um com um vão, igualmente em arco de volta perfeita, sendo os vãos do último piso onde se encontram os sinos. As torres são rematadas por cornijas e encimadas por coruchéus piramidais de base octogonal. A capela-mor, retangular, abre para a nave através de um arco triunfal de volta inteira. A meio da nave, do lado da epístola, abre-se uma grande capela quase tão profunda como a capela-mor. O imóvel é construído em alvenaria de pedra rebocada e pintada de branco, exceto o soco, os cunhais, as molduras e os ornamentos que são em cantaria à vista²⁸.

A metodologia utilizada na intervenção arqueológica seguiu, no geral, a metodologia de escavação comumente conhecida por Método de *Barker/Harris*^{29;30}, adaptada ao sítio em questão e com a particularidade de se tratar não de uma escavação em área aberta, mas sim a realização de um diagnóstico arqueológico recorrendo à escavação de sondagens, numa primeira fase, e da realização de um acompanhamento de obra, numa fase posterior.

²⁷ SANTA RITA, José - *Relatório do Governador Civil do Districto Administrativo da Horta*. S. L.: S. Edt., 1867, p. 7.

²⁸ BRUNO, Jorge - *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Faial*. Horta: Direção Regional da Cultura/ Instituto Açoriano de Cultura/ Câmara Municipal, 2003, p. 302.

²⁹ HARRIS, Edward - *Principles of archaeological stratigraphy*. 2ª ed.. Londres: Academic Press, p. 1989.

³⁰ BARKER, Philippe - *Techniques of Archaeological Excavation*. 3ª ed. Routledge, 1993.

1.2.1. As sondagens arqueológicas

No total foram realizadas cinco sondagens dispersas de forma equitativa por toda a área do adro. Foram implantadas em quadrículas de 2m por 2m, sempre que necessário expandidas.

A sondagem 01, localizada na área nordeste do adro, não revelou a preservação de qualquer vestígio arqueológico. Trata-se de uma área muito afetada por intervenções recentes relacionadas com a construção de estruturas de saneamento associadas a um hotel que confronta a norte e este com o adro. Em contrapartida, a sondagem 02, implantada na área norte do adro, revelou-nos realidades arqueológicas significativamente mais bem preservadas. Embora os níveis superficiais tenham sido igualmente revolvidos por intervenções recentes, destacam-se alguns níveis cujos contextos arqueológicos se revelaram conservados. Uma delas corresponde a um nível que, muito provavelmente, se relaciona com um episódio de remodelação construtiva, datado do final do século XVIII ou inícios do século XIX. É provável que estejamos perante um nível relacionado com a construção da atual igreja, e conseqüente demolição da anterior. Os materiais arqueológicos recolhidos nos níveis anteriores apontam para cronologias em torno da segunda metade do século XVII e do século XVIII, sobretudo pela identificação de fragmentos de faiança portuguesa, cerâmica comum de produção local/regional e cerâmica comum importada do reino. Foi também identificado um fragmento de conta de pasta vítrea do tipo *Chevron Bead*, atribuível aos séculos XVII/XVIII.

Na sondagem 05, implantada na área sul do adro, apesar da contaminação dos níveis superiores foi possível a identificação de alguns elementos estruturais datáveis do século XIX, destacando-se os alicerces do antigo edifício da filarmónica que existiu nesta área da cidade³¹. Sob estes níveis, identificou-se uma estrutura, e níveis arqueológicos a ela associados, que indicavam a possibilidade de se tratar de uma secção da antiga igreja paroquial, construída no século XVII, com prolongamento visível no corte, para sul, sob o muro delimitador do adro e sob a rua Filipe de Carvalho. Esta hipótese veio a confirmar-se no decorrer da execução do acompanhamento arqueológico da obra.

A sondagem 04, implantada na área sudeste do adro, tal como as restantes, revelou níveis superficiais contaminados, destacando-se uma vala que cortou níveis do século XIX, que se sobrepunham, por sua vez, a outros dos séculos XVII e XVIII, em grande medida preservados. Estes níveis, mais antigos, foram cortados por pelo menos duas valas que serviram para a inumação de indivíduos. Nelas foram identificados 15 indivíduos, numa cronologia que poderá ser balizada, a partir da

³¹ LIMA, Marcelino - *Anais do Município da Horta...*, p. 516.

associação a materiais arqueológicos, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

A sondagem 03, localizada na área noroeste do adro, assumiu-se como a mais complexa do sítio. Por essa mesma razão, a sondagem foi alvo de sucessivas expansões durante a fase de escavação, por forma a permitir um correto diagnóstico das estruturas e contextos arqueológicos. Destacamos a identificação de um apreciável conjunto de estruturas associadas à antiga igreja paroquial do século XVII (**Fig. 2**). Ao contrário do que inicialmente se supunha, a antiga igreja não se encontra totalmente sob a atual, tendo sido apenas parcialmente destruída pelo templo contemporâneo, o que nos faz supor a manutenção da antiga igreja durante os primeiros anos do século XIX. Por sua vez, o antigo templo parece ter-se sobreposto a uma estrutura anterior. A probabilidade de se tratar do conjunto construtivo da primeira metade do século XVI, patrocinado por Brites de Macedo, referido em seu testamento, constituído pela antiga ermida de Santa Cruz e respetiva casa do capelão, é elevada. A continuidade da utilização do espaço para fins religiosos, na fase fundacional do templo, bem como durante a ocupação da primeira igreja paroquial, encontra-se atestada pela continuidade de enterramentos identificados. Curiosa é também a área nordeste da sondagem, que parece ter sido alvo de uma interrupção na sua ocupação, no decurso do século XVII, na medida em que os níveis utilizados, também para fins funerários, foram selados por um nível compactado de pedra-pomes e, posteriormente, parcialmente afetados com a construção da primeira igreja paroquial, o que indica ser um contexto anterior à mesma. Todo o espaço terá sido arrasado na primeira metade do século XIX, realidade atestada por um estrato com avultados vestígios de material de construção que sela os níveis anteriores.



Fig. 2 - Estrutura em alvenaria, de dimensões consideráveis, correspondente à primeira Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Angústias (último quartel do século XVII).

1.2.2. O acompanhamento arqueológico da obra

O acompanhamento arqueológico da intervenção de reabilitação urbana do adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias teve em conta todos os dados recolhidos aquando da realização das sondagens arqueológicas suprarreferidas. O acompanhamento arqueológico incidiu sobre as ações de remoção do antigo pavimento do adro e de escavação de valas para instalação de infraestruturas de subsolo, bem como na escavação de uma vala de grandes dimensões para a construção de uma estrutura de recolha de águas residuais urbanas. Na sequência do acompanhamento arqueológico, além de terem sido recolhidos materiais arqueológicos, na maioria dos casos descontextualizados, foram identificados prolongamentos de realidades arqueológicas previamente identificadas e registadas aquando da realização das sondagens. Em três desses casos, sentiu-se a necessidade de se criar novas sondagens arqueológicas por forma a garantir o adequado registo e interpretação dos novos dados.

A sondagem 07 foi implantada na sequência da identificação de uma

inumação humana, aquando da abertura de uma vala no lado norte do adro, com desenvolvimento oeste-este. A inumação foi identificada, grosso modo, entre a sondagem 01 e a sondagem 02 e, pela sucessão de estratos, orientação do enterramento e materiais arqueológicos associados, parece datar da transição entre o século XVIII e XIX, à semelhança do que se identificou na sondagem 04.

A sondagem 08 foi implantada numa área ligeiramente a oeste da sondagem 03. Na sequência do acompanhamento da abertura de uma vala para instalação de uma conduta elétrica. Identificou-se parte da estrutura da primeira igreja paroquial, no seguimento da já identificada na sondagem 03, sendo notória a continuidade espacial da estrutura em direção a oeste até à área correspondente a esta sondagem. A abertura de uma vala perimetral em toda a área do adro a ser remodelada, permitiu constatar que esta estrutura seiscentista não tem prolongamento para oeste.

A sondagem 09 foi implantada em toda a secção sul e sudoeste do adro, na sequência da identificação de uma porção de estrutura, em tudo semelhante à identificada na sondagem 05, aquando da abertura da vala perimetral. O projeto previa a escavação de toda esta área para a instalação de fundações de suporte a uns degraus que permitem o acesso ao adro a partir da Rua Filipe Carvalho. O acompanhamento da escavação permitiu identificar toda a secção tardoz da antiga igreja paroquial, relacionando o conjunto estrutural entretanto exposto com a estrutura identificada na sondagem 05, confirmando a suspeita de ser uma estrutura associada à primeira igreja paroquial. Nesse novo troço exposto, é possível constatar-se a largura total do antigo templo a tardoz, bem como a configuração da respetiva capela-mor, com continuidade para a Rua Filipe de Carvalho. No canto sudoeste da sondagem, sob a auracária lá existente, e parcialmente associada aos alicerces da antiga igreja, foram recolhidos alguns fragmentos osteológicos humanos, associados a alfinetes em liga de cobre e materiais cerâmicos datáveis do século XVII.

1.2.3. O espólio arqueológico

A intervenção arqueológica no adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias permitiu a recolha de um conjunto de material arqueológico bastante diversificado, essencial para a caracterização da ocupação do espaço desde o início do povoamento da ilha. Os materiais arqueológicos atestam a ocupação desde os séculos XV/XVI até aos nossos dias, sendo particularmente expressivos os contextos correspondentes aos séculos XVII, XVIII e XIX.

Os conjuntos cerâmicos identificados foram essenciais para a atribuição cronológica de alguns estratos arqueológicos. A sondagem 04 forneceu o maior conjunto cerâmico, destacando-se os materiais cerâmicos, nomeadamente a cerâmica comum, local/regional e importada, a cerâmica vidrada e um interessante conjunto de faiança portuguesa, tudo atribuível o século XVIII. Por sua vez, num nível anterior, identificou-se de alguma cerâmica importada europeia, nomeadamente cerâmica de armazenamento e transporte com a origem no sul de Espanha e alguns fragmentos de loiça de mesa esmaltada de origem norte europeia, provavelmente holandesa e/ou inglesa. No nível mais antigo da sondagem recolheu-se um fragmento de porcelana chinesa, datado século XVII. Os materiais associados às duas valas funerárias permitiram a datação das mesmas, na medida em que, além da presença de materiais mais antigos resultantes de revolvimentos dos níveis anteriores, destacam-se alguns fragmentos de faianças industriais, sobretudo de origem inglesa, do final do século XVIII e primeira metade do século XIX.

A cerâmica identificada na sondagem 03 foi talqualmente importante para a caracterização do espaço. Destacou-se o material cerâmico identificado num nível cortado pelos alicerces da igreja paroquial do último quartel do século XVII, constituído por escassos fragmentos de cerâmica comum de produção local/regional, sobretudo quando comparada com a cerâmica comum importada do reino, manifestamente mais expressiva. Os fragmentos de faiança portuguesa recolhidos correspondem a faiança branca e alguma com decoração a azul-cobalto sobre esmalte branco das primeiras fases da faiança portuguesa³². Destacamos, ainda, a cerâmica de armazenamento e transporte com origem no sul de Espanha. Trata-se de um conjunto de material muito característico da primeira metade do século XVII em sítios arqueológicos açorianos³³. A cerâmica foi, nesta sondagem, imprescindível para a confirmação da cronologia da primeira igreja paroquial, na medida em que, associados aos elementos estruturais identificados, recolheu-se faiança com decoração a azul e vinoso, sobre esmalte branco, que nos remete para uma cronologia já da segunda metade do século XVII. A corroborar esta datação, identificou-se um fragmento de forninho de cachimbo de caulino, de origem holandesa, associado aos alicerces da antiga igreja paroquial, cujo tipo foi produzido a partir de 1630, tornando-se mais comum entre 1675 e 1690³⁴.

³² CASIMIRO, Tânia - "Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16 (2013), pp. 354-357.

³³ RODRIGUES, Carla Devesa; ARAÚJO, João Gonçalves; OLIVEIRA, N'Zinga - *Relatório final da intervenção arqueológica no antigo Hospital do Espírito Santo, Praia da Vitória, ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Texto Policopiado, 2017, p. 13.

³⁴ CALADO, Marco *et alii* - "Os cachimbos cerâmicos do Palácio Marialva". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16 (2013), pp. 383-392.

1.2.4. Os contextos funerários

Foram identificados 23 enterramentos no adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias, sete identificados na sondagem 03, quinze na sondagem 04 e um na sondagem 07. A análise à distribuição espacial dos enterramentos identificados na necrópole revelou a existência de dois núcleos distintos: um, mais antigo, centrado na sondagem 03, mas estendendo-se até à área sudoeste do adro; e outro, mais recente, correspondente à sondagem 04, prolongando-se até à área nordeste, sondagem 07.

No núcleo identificado na sondagem 04 as relações estratigráficas entre os níveis arqueológicos, assim como os materiais arqueológicos associados aos enterramentos, direta ou indiretamente, apontam para uma utilização mais tardia, em parte já associada à atual igreja. A identificação de uma nova inumação a norte da sondagem 04 revela-nos a utilização de uma área superior do adro para tal fim, durante esse período, correspondendo, provavelmente, a toda a área envolvente da capela-mor. Não é, contudo, de se excluir a possibilidade dos enterramentos se terem iniciado um pouco antes, provavelmente no decorrer da segunda metade do século XVIII. Além de ser um núcleo mais recente, no geral, os enterramentos parecem apontar para indivíduos de condição social modesta, na medida em que não apresentaram espólio associado de valor expressivo. À exceção do enterramento 12, um enterramento em caixão de um indivíduo não-adulto, todos os outros catorze enterramentos foram efetuados, aparentemente, com recurso a mortalha, sendo visível em alguns deles, alfinetes em liga de cobre, que terão servido para prender o tecido. Além deste tipo de artefactos metálicos, foram identificados, ainda, uma moeda portuguesa datável do final do século XVIII.

O núcleo mais antigo corresponde ao identificado na sondagem 03 e, portanto, encontra-se associado à primeira igreja paroquial de Nossa Senhora das Angústias e, possivelmente, à antiga ermida de Santa Cruz. A recolha de material osteológico humano na área sudoeste do adro, sob a auracária, evidencia a utilização de toda a área da primeira igreja paroquial para a inumação. Não sendo possível distinguir cronologicamente os enterramentos, assumimos enquadrarem-se, de um modo geral, entre os séculos XV/XVI e XVIII, sendo mais evidente a associação ao século XVII. No respeitante à orientação, todos os enterramentos situados a sul da parede da primeira igreja paroquial encontram-se orientados a norte. Os níveis associados a esses enterramentos apresentam espólio que poderá ser indicador de algum estatuto social. Destacamos a identificação de duas contas de pasta vítrea e uma moeda em cobre, provavelmente um ceutil, que, apesar do mau estado de conservação, parece indicar uma cunhagem cronologicamente atribuível ao período

mediado pelos reinados de D. João II e D. João III³⁵. Com estas variáveis, tudo indica que os enterramentos, a sul, correspondem ao interior da antiga igreja paroquial, enquanto os enterramentos a norte da estrutura, cortados pela construção da primeira igreja paroquial, deverão estar associados à antiga ermida de Santa Cruz. Nesta lógica, a sua orientação afigura-se concordante na orientação tradicional dos enterramentos cristãos (oeste/sudoeste).

2. A Praça Infante Dom Henrique

2.1. Enquadramento histórico

A área onde atualmente se situa a Praça Infante Dom Henrique correspondeu, durante largas décadas, a um modesto portinho de fundo arenoso, bem interior na baía da Horta, denominado Portinho do Beliago. Esse pequeno porto terá desaparecido por volta de 1675, quando o capitão-mor Jorge Goulart Pimental ordenou o prolongamento da muralha marítima da então vila, desde a Pedra dos Frades até ao Forte de Santa Cruz³⁶. O espaço criado foi aterrado, tendo-se transformado, desde então, num largo³⁷.

Imediatamente a sul desse portinho situa-se o Forte de Santa Cruz. Construído entre 1572, ano da Provisão Régia de D. Sebastião, para ereção dos fortes nas ilhas de São Jorge e Faial, e 1583, ano em que se encontra registado o desembarque de um contingente militar castelhano, no seguimento da conquista da ilha Terceira. Em 1589, dá-se um episódio mediático na história da ilha do Faial: o ataque à ilha por George of Cumberland, ataque que resultou num saque generalizado da vila. Nove anos volvidos, em 1598, verifica-se um novo ataque à vila, ainda não refeita do ataque anterior, desta feita comandado por Walter Raleigh. A partir de 1650, o forte passa a servir de aquartelamento a um regimento de tropa de linha. Durante a guerra civil portuguesa, 1832 a 1834, o forte foi tomado pelas tropas liberais comandadas pelo rei D. Pedro IV. Em 1927 o forte perde a sua função de edifício militar, aquando da sua entrega à Câmara Municipal da Horta, inicialmente para ser demolido para a construção da avenida marginal da cidade. Contudo, essa intenção não é concretizada. Na década de 1960 o espaço interior da fortaleza é transformado numa estalagem pertencente ao grupo Pousadas de Portugal³⁸.

³⁵ ARAÚJO, João Gonçalves; SILVA, Marla; OLIVEIRA, N'Zinga - *O adro da igreja de Nossa Senhora das Angústias...*, p. 42.

³⁶ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial (Açores)*. Horta: Câmara Municipal, 2009, p. 47.

³⁷ LIMA, Marcelino - *Anais do Município da Horta...*, p. 148.

³⁸ MEIRELES, Brígida; PARREIRA, Pedro - *Carta Arqueológica. Forte de Santa Cruz*. [Em linha]. [Consult. 05 set. 2019]. Disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/paa/ca/Default.aspx>.

Do ponto de vista arquitetónico, o forte insere-se no conceito padrão de baluarte. Apresenta uma planta pentagonal, ocupando uma área de cerca de 365 m², originalmente dividida entre a casa de comando, quartel, calabouços, paiol, armazéns, cozinha e uma ermida, dedicada a Santo António. As muralhas apresentam um aparelho construtivo constituído por blocos cantaria regular, em basalto e tufo vulcânico. Possui ameias e guaritas, bem como banquetas de fuzilamento e, do lado do mar, um alambor. Tinha uma capacidade total para albergar 21 peças de artilharia³⁹.

O Forte de Santa Cruz foi alvo de um acompanhamento arqueológico de emergência em 2003⁴⁰, na sequência de uma denúncia feita à DRaC durante as obras de melhoramento realizadas na estalagem. A construção da unidade hoteleira na década de 1960 terá destruído grande parte das estruturas antigas da fortificação, mantendo-se apenas a couraça exterior, algo que ficou patente durante a intervenção arqueológica. Identificaram-se apenas algumas argamassas e peças de alvenaria recente, tendo sido feito o registo de um núcleo de canhões de ferro, em elevado estado de degradação.

Não se conhecem importantes referências ao espaço urbano onde hoje se situa a Praça Infante Dom Henrique até à segunda metade do século XIX, quando começa a surgir referenciado em documentação camarária, concretamente na tentativa de atribuição de um nome ao mesmo. Em 1863 pensou-se em denominá-lo de Largo do Conselheiro Santa Rita, tendo o próprio recusado tal atribuição. Em 1867, o terreiro passa, então, a chamar-se de Largo de Neptuno, voltando a mudar de nome em 1894, para Largo Infante Dom Henrique, no âmbito das comemorações do V centenário do seu nascimento. Em 1910, na sequência da implantação da República, pensou-se chamar o espaço de Largo 5 de Outubro, embora a atribuição de um nome definitivo, o atual, só se tenha dado em 1960, aquando das comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, passando então a chamar-se de Praça do Infante Dom Henrique⁴¹.

A 20 de Janeiro de 1898, um forte temporal destruiu parcialmente a muralha da cidade, bem como o então Largo Infante Dom Henrique (**Fig. 3**), situação que terá ocorrido pelo menos duas vezes antes. A reconstrução, quer da muralha marítima, quer do largo, terá sido empreendida em época imediatamente posterior. Com efeito, por volta de 1900, há notícias em jornais locais a darem conta do processo de arborização do espaço em questão, árvores essas que foram praticamente destruídas por uma nova tempestade em 1903⁴².

³⁹ MEIRELES, Brígida; PARREIRA, Pedro - *Carta Arqueológica. Forte de Santa Cruz...*

⁴⁰ GARCIA, Catarina - *Estalagem de Santa Cruz...*

⁴¹ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, p. 47.

⁴² ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, p. 47-48.

Em 1926, nova catástrofe natural volta a atingir a cidade da Horta, desta feita um sismo, que afetou seriamente vários edifícios. O espaço hoje ocupado pela Praça Infante Dom Henrique volta a ser transformado, desta feita em estaleiro de obras durante o processo de reconstrução de alguns edifícios naquela área da cidade. Contudo, poucos anos volvidos, o Largo volta a ser alvo de uma intervenção urbanística. Em 1931, foi demolido um conjunto de prédios de habitação adossados ao Forte de Santa Cruz, na área sudoeste do largo (segmento noroeste da fortaleza), e em 1935 há uma intervenção na muralha marítima da cidade, entretanto utilizada como muro de contenção. Ainda na mesma década, entre 1937 e 1938, tem início o redesenho do largo, recuperando-o como área verde no centro da cidade, com a plantação de novas espécies arbóreas. Os esforços no reordenamento do largo prosseguem no início da década de 1940, com a colocação de uma estátua do Infante Dom Henrique, cedida pelo Município de Lisboa. No mesmo ano, terá tido início a construção da base, em alvenaria, de um coreto na área central do largo⁴³. Contudo, tudo indica que o coreto nunca tenha sido concluído.



Fig. 3 - Antigo Largo do Neptuno (atual Praça Infante Dom Henrique) após um forte temporal no inverno de 1898 (foto cedida pela Câmara Municipal da Horta).

⁴³ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, p. 48.

Em 1960, a estátua do Infante Dom Henrique é substituída por um busto no topo sul do largo. Verifica-se uma nova remodelação do espaço, com um novo desenho de canteiros e introdução de piso com calçada portuguesa. Ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI⁴⁴, até à data da presente intervenção urbanística, o Largo foi sendo remodelado pontualmente, com a adição e subtração de certos detalhes paisagísticos, bem como de mobiliário urbano.

2.2. Os dados arqueológicos

A praça situa-se no centro da cidade da Horta, apresentando uma planta entre o retangular e o trapezoidal, de topografia quase plana, ocupando uma área de aproximadamente 3883 m². Apresenta como limite sul o Forte de Santa Cruz, como limite este a antiga muralha marítima da cidade, servindo de limite entre a Praça e a Marina da Horta, como limite oeste a Rua Vasco da Gama e como limite norte o início da Avenida 25 de Abril.

A metodologia utilizada na intervenção arqueológica seguiu, no geral, a metodologia de escavação comumente conhecida por Método de *Barker/Harris*, adaptada ao sítio em questão e com a particularidade de se tratar não de uma escavação, mas sim de um acompanhamento arqueológico de obra, sujeito a escavação mecânica de valas e decapagem superficial do terreno, algo que dificulta não só a leitura estratigráfica, quer numa perspetiva diacrónica, quer numa perspetiva sincrónica, mas também a recolha e registo de elementos artefactuais e estruturais que possam vir a surgir.

2.2.1. O acompanhamento arqueológico da obra

De modo a uma melhor interpretação dos dados arqueológicos durante o processo de acompanhamento arqueológico dos trabalhos, sobretudo nas fases de recolhas de superfície e decapagem superficial dos terrenos, seccionou-se toda a área do Largo em seis sectores: setor 01, correspondente à área sudoeste da praça; o sector 02, correspondente à área noroeste da praça; o setor 03, correspondente à área sudeste da praça; o setor 04, correspondente à área nordeste na praça; e o setor 05, correspondente à área em frente ao Forte de Santa Cruz.

Após essas fases iniciais, optou-se pela identificação das valas que foram abertas no interior do largo, a partir das quais se tentou fazer uma leitura estratigráfica da área, com recolha exaustiva dos materiais arqueológicos que surgiram, num

⁴⁴ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, p. 48-49.

total de 22 valas que passamos a descrever agrupadas de acordo com as realidades estratigráficas identificadas.

As valas 02, 03 e 05 foram implantadas na área central da Praça, permitindo a identificação de estratos arqueológicos associados aos sucessivos aterros realizados nesta área da cidade entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX⁴⁵, realidades corroboradas com a recolha de materiais arqueológicos de cronologia consentânea⁴⁶. As valas 01 e 04 foram abertas na área central da praça, entre os setores 01 e 02. Corresponderam a valas de grandes dimensões, sub-retangulares, com cerca de 5m de profundidade, aberta para a construção de estruturas subterrâneas recetoras de águas residuais. Nesta área, os níveis superficiais correspondem aos níveis de aterros sucessivos, igualmente comprovado pelos materiais arqueológicos lá recolhidos. Além disso, foram identificados vestígios estruturais da base do coreto, construído no início da década de 1940⁴⁷, vestígios esses que foram parcialmente demolidos. Os níveis inferiores da vala correspondiam a níveis de areia vulcânica, que deverão estar associados ao portinho do Beliago, que existiu nesta área da cidade durante os séculos XVI e XVII⁴⁸ (Fig. 4). Foram recolhidos alguns elementos pétreos afeiçãoados que poderão ter correspondido às estruturas do cais aí existente, bem como fragmentos de rochas exógenas, geralmente associadas aos lastros das embarcações. Foram também recolhidos alguns fragmentos cerâmicos datáveis do século XVII⁴⁹.

As valas 06, 07 e 09 foram abertas no setor 05, ou seja, na área em frente ao Forte de Santa Cruz. Não foi identificado qualquer tipo de estruturas ou contextos significativos, apenas níveis contemporâneos ou com revolvimentos recentes. Por sua vez, a vala 08 foi implantada imediatamente a norte do forte de santa cruz, ao longo dos setores 01 e 03, e permitiu a identificação de algumas estruturas que poderão ser associadas às habitações que outrora terão existido a norte e nordeste do forte de santa cruz, demolidas em 1931⁵⁰, preservando-se apenas alguns torços dos alicerces das estruturas.

As valas 10, 12, 13, 14 e 15 foram abertas na área central da praça, a sul, mais concretamente nos setores 01 e 03. Nestas valas foram igualmente identificados níveis de aterro associáveis às intervenções estruturais realizadas na praça ao longo da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, tendo sido identificado, uma vez mais, uma porção da base do coreto construída em 1941. As valas 11, 16, 17, 18, 20, 21 e 22 foram abertas ao longo do limite este da praça,

⁴⁵ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, pp. 47-49.

⁴⁶ ARAÚJO, João Gonçalves *et alii* - *Horta. Projeto de Requalificação...*, p. 25.

⁴⁷ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, p. 48.

⁴⁸ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, p. 47.

⁴⁹ ARAÚJO, João Gonçalves *et alii* - *Horta. Projeto de Requalificação...*, p. 25.

⁵⁰ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, p. 48.

correspondente ao muro de contenção da praça em relação ao mar. Esse troço correspondeu, após a inutilização do portinho do Beliago, à antiga muralha marítima da vila, construído no último quartel do século XVII e alvo de sucessivas intervenções para reforço e/ou remodelação, como consequência dos efeitos destrutivos da ação marítima, registados, sobretudo, a partir do século XIX⁵¹.



Fig. 4 - Aspeto da escavação da Vala 01, com a identificação de um nível de areia na base, possivelmente correspondente à área ocupada pelo portinho do Beliago.

2.2.2. O espólio arqueológico

A intervenção arqueológica na Praça Infante Dom Henrique permitiu a recolha de um conjunto de material arqueológico interessante, no que concerne à diversidade e qualidade dos materiais, embora apresente graves problemas de datação, relativa e contextual, na medida em que provêm de acompanhamento arqueológico de obra, realizado mecanicamente, o que inviabiliza, em grande medida, a correspondência direta entre artefactos e contextos arqueológicos. Além disso, a própria história do

⁵¹ ARRUDA, Luís - *Jardins na Ilha do Faial...*, p. 47-49.

espaço, com sucessivos episódios de destruição e remodelação, criou uma sequência estratigráfica que nos impede de obter uma leitura clara da sua sucessão. Os materiais arqueológicos atestam uma ocupação contínua do espaço desde os séculos XVI/XVII até aos nossos dias, sendo particularmente expressivos os contextos correspondentes ao final do século XIX e início do século XX.

Os conjuntos cerâmicos identificados são os que se destacam, quer pela quantidade, quer pela qualidade de algumas peças e permitiram corroborar a cronologia dos estratos superficiais da área intervencionada. Podemos dividir o conjunto cerâmico em dois grandes grupos cronológicos. O mais significativo é o constituído por materiais de cronologia contemporânea, correspondentes, maioritariamente, à segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, mas destacando-se, sobretudo, os materiais da transição. Neste conjunto, englobamos cerâmicas de produção local regional, essencialmente cerâmica comum e cerâmica esmaltada de produção micaelense e terceirense (faianças regionais). Destacamos também fragmentos de faiança esmaltada (pó-de-pedra) de origem nacional, concretamente alguns exemplares de loiça de Sacavém que, pela marca no fundo da peça, correspondem a peças produzidas entre 1863 e 1902⁵². Foram também identificados vários elementos importados do mundo anglo-saxónico, destacando-se, para o efeito, as produções inglesas. Durante o século XIX e XX, a ilha do Faial manteve uma forte relação comercial com vários portos europeus e norte-americanos, pelo que a presença de materiais importados, alguns atribuíveis a setores de consumo de médio e alto nível, não se afigura uma surpresa. Destacamos, dentro desse grupo, algumas peças associadas ao consumo de chá, datáveis de períodos que vão do final do século XVIII ao início do século XX, como uma tacinha de porcelana chinesa, e uma chávena e um pires com pintura policroma de origem inglesa ou norte americana; bem como alguns pratos de origem inglesa, datáveis de meados e da segunda metade do século XIX, correspondentes a produções amplamente difundidas, como Shell-edge e Flow Blue Late Victorian period⁵³.

Um outro grupo de materiais cerâmicos, substancialmente menor, corresponde essencialmente a um pequeno conjunto de fragmentos de faiança portuguesas, de reduzida dimensão, correspondentes a faiança branca, com pintura a azul-cobalto e a azul e manganês. Cronologicamente deverão corresponder ao final do século XVI e, sobretudo ao século XVII⁵⁴, podendo ser associados à fase em que nesta área da cidade existia o portinho do Beliago.

Ainda no campo da cerâmica, recolheram-se alguns exemplares de material de construção, maioritariamente telhas de produção local/regional, mas também

⁵² ARAÚJO, João Gonçalves *et alii* - *Horta. Projeto de Requalificação...*, p. 27.

⁵³ ARAÚJO, João Gonçalves *et alii* - *Horta. Projeto de Requalificação...*, p. 28.

⁵⁴ ARAÚJO, João Gonçalves *et alii* - *Horta. Projeto de Requalificação...*, p. 26.

alguns fragmentos de azulejos, destacando-se alguns exemplares de azulejos interiores datáveis de finais do século XVIII e XIX, provavelmente produzidos em Lisboa ou Porto. Foram também recolhidos exemplares de vidros, maioritariamente fragmentos de garrafas em vidros escuros, mas também fragmentos de outros objetos, tais como candeeiros, frasquinhos e vidros de janela. Não foram recolhidos elementos metálicos de monta, destacando-se apenas uma moeda de 5 escudos datada de 1991. Por fim, destacamos a recolha de vários fragmentos de faunas: mamalógico, ornitológico, malacológico e ictiológico. No que concerne às espécies correspondentes à fauna mamalógica, identificamos, facilmente, exemplares de bovídeos (*Bos taurus*) e suínos (*Sus scrofa*). A identificação de exemplares de ossos de avifauna também foi possível e corresponderão, muito provavelmente, a espécies como a galinha doméstica (*Gallus gallus*), embora não afastamos a provável existência de outras espécies, domésticas ou selvagens. Os vestígios de peixes são escassos, porém existentes. Contudo, de entre a fauna marinha, destacamos a identificação de conchas, especificamente lapas (*Patella vulgata*). Neste último caso, a sua ocorrência em contextos arqueológicos poderá estar associada, além de ao seu consumo, à presença de areias marinhas nos níveis inferiores (antigo portinho) ou à utilização desse mesmo tipo de areias nos vários aterros realizados.

3. Conclusões

Os dados arqueológicos obtidos com as intervenções arqueológicas realizadas assumem-se como um contributo significativo não só para o conhecimento da ocupação histórica destes espaços em concreto, como também para a história da cidade como um todo e, inclusive, da própria ilha.

Começando pelo Adro da Igreja de Nossa Senhora das Angústias, a forte ligação entre a família do primeiro capitão donatário da ilha do Faial, Jos Dutra, a este templo, reveste este espaço de uma certa mística fundacional no contexto do povoamento da ilha. Os elementos estruturais dos antigos templos parecem indicar que a ermida inicial terá existido nesta área, tendo sido identificados alguns vestígios que poderão estar relacionados com ela, poucos metros a noroeste da atual igreja. Pouco podemos saber sobre este templo a partir das sondagens realizadas, mas provavelmente teria a sua fachada ocidental voltada a ocidente, algo dedutível pela sua cronologia e reforçado pela identificação de dois enterramentos que a ela poderão estar associados, e que apresentam uma orientação tradicional/canónica. A existência de um templo de pequena dimensão, que se manteve ao longo de todo o século XVI e grande parte do XVII, não deixa de ser concordante com a condição de arrabalde que a área das Angústias possuía durante aquele período, enquanto o núcleo principal

da vila se desenvolvia no lado norte da baía, que reunia melhores condições para o estabelecimento de um núcleo urbano mais consistente, essencialmente por ser mais abrigada dos ventos e pela existência de um curso de água doce⁵⁵.

Quanto à primeira igreja paroquial, existiu certamente na secção ocidental do atual adro, sendo apenas parcialmente sobreposta pela atual, no seu segmento oriental. Os dados arqueológicos demonstraram que se desenvolvia, possivelmente, num eixo perpendicular à atual (norte-sul), pelas estruturas identificadas nas sondagens 03, 05 e 09. Foi ainda possível avançar com a provável orientação da mesma, na medida em que os enterramentos a ela associados encontram-se todos orientados a norte, além da identificação de parte do tardo da antiga igreja, a sul do adro, factos esses que são indicativos de que a fachada principal da igreja estaria virada a norte, ou seja, de frente para a antiga vila da Horta (**Fig. 5**). Apesar de se verificar um significativo enobrecimento da vila ao longo dos séculos XVII e XVIII⁵⁶, processo ao qual não será ilógico associar a construção da primeira Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Angústias, a malha urbana parece ter sofrido poucas alterações ao longo desse período, embora seja provável que a vila tenha crescido progressiva e lentamente ao longo do seu eixo principal ligando a vila, a norte, ao seu arrabalde sul, posteriormente conhecido por Angústias. A construção de uma nova igreja paroquial no início do século XIX, é revelador da crescente importância desta área urbana, já perfeitamente conectada e integrada no espaço urbano, não obstante se mantivesse como uma área urbana deprimida, do ponto de vista económico e social, correspondendo a um bairro piscatório pobre.

Do ponto de vista funerário, fica comprovada a existência de uma necrópole em torno da igreja de Nossa Senhora das Angústias. Essa necrópole terá estado em utilização desde o final do século XV até à década de 30 do século XIX, atestando cerca de três séculos e meio de inumações humanas. Ao núcleo inicial, dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, associado numa primeira fase à ermida de Santa Cruz e numa segunda à primeira igreja paroquial de Nossa Senhora das Angústias, terá sido criado um novo, desta feita a sudeste do primeiro, na transição do século XVIII para o XIX, já associado à atual igreja de Nossa Senhora das Angústias.

A área onde atualmente se localiza a Praça Infante Dom Henrique, terá sido, durante as primeiras décadas de desenvolvimento da cidade, uma área periférica da mesma, a sul, escassamente ocupada, a meio caminho entre a vila, a norte, e o seu arrabalde sul, de onde o único elemento que se destacaria seria o portinho do Belião. Porém, a partir do último terço do século XVI, esta área começa a ser alvo de uma outra atenção, com a construção do Forte de Santa Cruz e, sobretudo, a partir

⁵⁵ LEITE, Antonieta Reis - *Açores, Cidade e Território. Quatro Vilas Estruturantes*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2012. Tese de Doutoramento, p. 280.

⁵⁶ LEITE, Antonieta Reis - *Açores, Cidade e Território...*, p. 265.

da década de 1670, com o prolongamento da muralha marítima da vila para sul, e a sua consolidação a norte, que terá permitido uma ocupação mais efetiva de toda a orla costeira da vila⁵⁷. Já na segunda metade do século XIX, com o surgimento de uma nova perceção do espaço urbano, a área foi enobrecida com a criação de um jardim, alvo de sucessivas requalificações, ora por necessidade ora por alteração no gosto, facto esse que é, por si só, revelador da importância deste espaço urbano como uma das novas centralidades da cidade oitocentista e, posteriormente, novecentista. A recorrente necessidade de intervenção nesse Largo parece-nos um forte indicador da importância deste espaço no seio do aglomerado urbano. As tempestades de 1898 e 1903 e o sismo de 1926, assumem-se como episódios que servem de elemento de constatação da substancial vulnerabilidade da cidade face ao enquadramento geográfico e ambiental em que se insere.

Os próprios materiais arqueológicos atestam, em certa medida, a evolução urbana da vila desde o século XV/XVI, até se transformar em cidade, em 1833. Do século XV/XVI, associável aos primeiros anos do núcleo urbano, foi recolhido um ceitel, cuja datação não se afigura clara dado mau estado de conservação do mesmo. O espólio cerâmico destaca-se pela sua quantidade e variedade: às produções locais/regionais associam-se importações, sobretudo de origem reinol, mas também oriundas de outros pontos da Europa, parecendo assumir algum destaque as produções espanholas, inglesas e holandesas. Contudo, é a partir do século XVII que se afigura clara a existência de conjuntos cerâmicos de significativa dimensão, sobretudo a partir da segunda metade do mesmo, panorama que vai ao encontro da própria história económica e social da ilha, na medida em que é, sobretudo, a partir de finais do século XVII e inícios do XVIII que se assiste a uma cada vez maior expressão do registo material faialense, inclusive no respeitante à arqueologia subaquática, na medida em que o porto da Horta assume uma particular importância como escala marítima essencial, algo que encontra reflexo no espólio arqueológico recolhido, sendo particularmente expressivo a partir do final do século XVIII, materializando-se nas faianças industriais inglesas.

A cidade da Horta, através do seu porto, chegou a desempenhar a função de *escala providencial* no tráfego transoceânico, ora na baía da Horta, ora na de Porto Pim. Esse papel começa a emergir ainda no século XVI, mas sobretudo a partir do século XVII, com o desenvolvimento do comércio com o Brasil ou das rotas comerciais do Império Britânico, entre a Europa e as suas colónias no continente americano⁵⁸. A sua importância como escala comercial mantém-se ao longo dos séculos seguintes, somando-se outros tipos de atividade como a baleação americana,

⁵⁷ LEITE, Antonieta Reis - *Açores, Cidade e Território...*, p. 316.

⁵⁸ COSTA, Ricardo Madruga da - "A propósito da Horta dos cabos submarinos. A relevância da ilha do Faial na construção da "civilização atlântica". in *O Porto da Horta na História do Atlântico. O tempo dos cabos submarinos*. Horta: Museu e Associação dos Antigos Alunos do Liceu, 2011, p.74.

a partir de meados do século XVIII, a ancoragem dos primeiros cabos submarinos no final do século XIX, e atividades militares durante as duas grandes guerras do século XX.

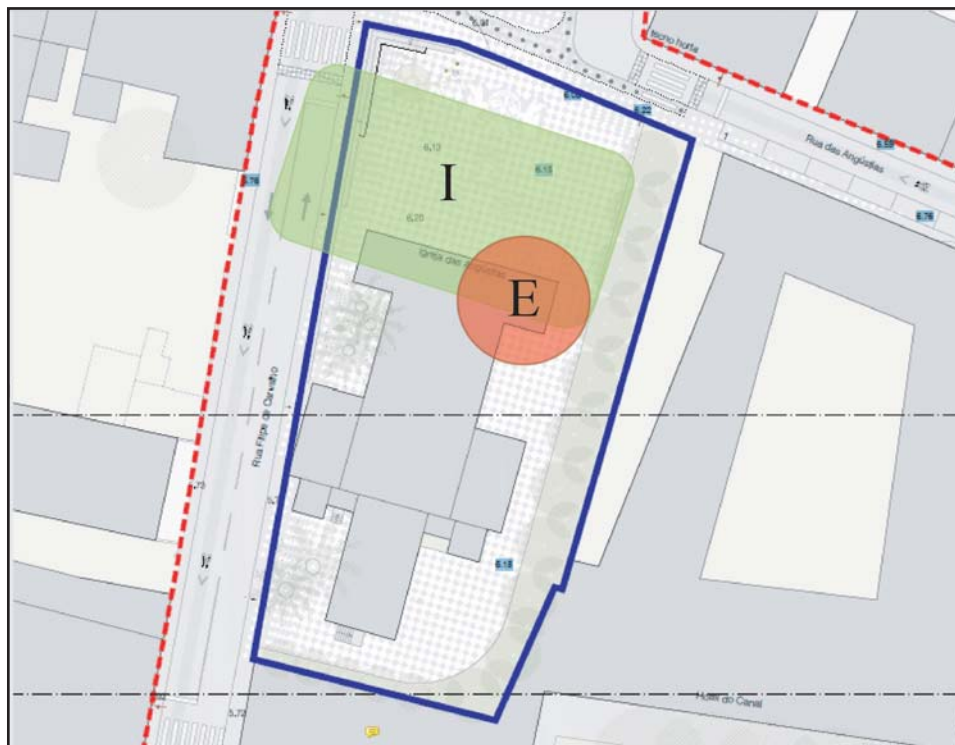


Fig. 5 - Localização hipotética da antiga Ermida de Santa Cruz (E) e da primeira Igreja paroquial de Nossa Senhora das Angústias (I), sobre pormenor da peça desenhada correspondente ao Plano Geral - Troço Sul.

2.3. A análise pormenorizada de fenómenos de antropização

Uma vila no campo: Loulé e o seu ambiente nos finais da Idade Média

*Stéphane Boissellier*¹

*Cristóvão de Almeida*²

Resumo

A vila algarvia de Loulé legou-nos os seus livros de vereação dos sécs. XIV-XV, uma fonte preciosa para estudar as relações da comunidade local com o seu ambiente. A área envolvente do centro urbano correspondia a uma zona de exploração agrícola, sendo objeto de uma mais profunda transformação, ao passo que o termo era palco de relações mais equilibradas entre o homem e a natureza. O tipo de documentação utilizada oculta referências à atividade agrícola, dado que esta se integrava mais na esfera privada, na qual a autoridade concelhia pouco intervinha; pelo contrário, ações desenvolvidas no termo, como pastoreio, caça, pesca, gestão dos recursos florestais, bem como a manutenção de estruturas materiais (caminhos) precisavam de um enquadramento coletivo local, bem presente na documentação concelhia.

Palavras-chave

Ambiente. Pecuária. Coutada. Rossio. Lenha.

¹ Université de Poitiers. Centre d'Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale.

² CIDEHUS. Universidade de Évora.

A town in the fields: Loulé and its environment in the Late Middle Ages

Abstract

The small Algarvian town of Loulé has left us a valuable source, its municipal records, to study the relationship of the local community with its environment. The immediate periphery was the zone of the agricultural hold, that is, of a deeper transformation; the more distant *termo* was the place where the relations between man and nature were more balanced. The very nature of the text under study obscures agriculture, because it was the subject of private relations, in which the municipal authority intervention was relatively small; on the other hand, the more selective activities in the *termo* (pasture, hunting, fishing, management of wood resources) and the lighter structures (paths) required a local collective framework, largely represented in the municipal documentation.

Keywords

Environment. Cattle breeding. Enclosure. Village green. Wood.

Desde a descoberta e, especialmente, a valorização, na década de 1980, das riquezas arquivísticas de Loulé (traduzida na publicação de fontes³ e na organização de colóquios com o concurso da Câmara⁴), o passado desta atual cidade do Algarve foi alvo de numerosas investigações, coroadas pela tese doutoral de F. Botão⁵. No domínio que nos interessa, sublinhemos o artigo, pioneiro na historiografia medieval portuguesa, acerca do ambiente, de M.A. Beirante (que explora as atas de vereação que usamos mais uma vez)⁶, bem como a dissertação de mestrado de C. Almeida⁷ e

³ *Actas de Vereação de Loulé, Séculos XIV-XV* (supl. *Al-Ulyã. Revista do Arquivo histórico municipal de Loulé* 7). Ed. Luís Miguel Duarte. Loulé: Arquivo histórico municipal, 1999-2000; *Actas de Vereação de Loulé. Século XV* (supl. *Al-Ulyã. Revista do Arquivo histórico municipal de Loulé* 10). Ed. Luís Miguel Duarte. Loulé: Arquivo histórico municipal, 2004; *Actas de Vereação de Loulé, Século XVI (1522-1527)* (supl. *Al-Ulyã. Revista do Arquivo histórico municipal de Loulé* 14). Ed. Luís Miguel Duarte. Loulé: Arquivo histórico municipal, 2014.

⁴ Nomeadamente, a realização do colóquio *Loulé, 630 anos de poder local* (2014), e o *Encontro de História de Loulé*, que conta já com três edições (2017, 2018, 2019).

⁵ BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.

⁶ "Relações entre o Homem e a Natureza nas mais antigas posturas da Câmara de Loulé: séculos XIV-XV". in *Actas das 1.ºas Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: Câmara Municipal, 1987, pp. 231-242.

⁷ ALMEIDA, Cristóvão de - *Da vila ao termo. O território de Loulé na Baixa Idade Média*. Loulé: Arquivo Histórico da Câmara Municipal (*Cadernos do Arquivo* 13), 2017.

um importante artigo de G. M. Silva⁸.

Os registos municipais levantam vários obstáculos ao estudo do tema que pretendemos desenvolver. Saliente-se, antes de mais, a sua descontinuidade motivada por inevitabilidades ou escolhas, no processo de conservação. Com efeito, uma vez que defendemos uma história social do ambiente, e não uma geo-história, a recolha de dados ambientais implica uma coerência da informação.

Esta “história social do ambiente”, por nós proposta há dez anos na conclusão de uma obra coletiva⁹, foi popularizada, sob o nome de ecologia social, em particular por Richard C. Hoffmann¹⁰; consiste na aplicação dos métodos e abordagens da ecologia à análise das sociedades humanas, em particular integrando dados demográficos (que constituem um fator importante na história do ambiente, o qual foi demasiado tempo entendido apenas sob o ponto de vista sociológico, quando o seu impacto é global). Mas, como também alerta Jean-Pierre Devroey em obra recente¹¹, não se trata de cair no determinismo ecológico - um avatar do antigo determinismo geográfico que levou à apresentação dos produtores medievais esmagados por uma natureza hostil - que prospera na corrente colapsológica atual.

Mesmo que seja cada vez mais praticada no medievalismo português¹², esta abordagem continua a ser difícil, porque é raro - mais do que na arqueologia - conseguir fazer coincidir exatamente as informações escritas com os dados do terreno, em particular por razões de escala. Neste estudo, esse problema de conciliação de dados praticamente não se coloca: com efeito, dispomos do quadro espacial coerente de uma comunidade humana estável com o seu território associado, numa cronologia restrita, mas essa entidade espaço-temporal é mais bem apreendida pela documentação escrita do que pelas pesquisas paleoambientais (dados paleoclimáticos, paleobotânicos), com exceção dos dados geológicos. Trata-se, assim, sobretudo de interpretar os textos à luz dos mecanismos ambientais que as ciências duras identificam para cronologias e regiões que podem estar distantes da nossa.

Por razões da procura de coerência acima indicada, foi escolhido para análise o período 1384-1408, significativamente bem *coberto* pela documentação.

⁸ SILVA, Gonçalo Melo da - “Alimentar la red urbana: las villas y ciudades portuarias del Algarve y el abastecimiento cerealista a finales de la Edad Media”. *RIPARIA*. Supl. 2: *Paisajes y Redes Portuarias en el Golfo de Cádiz. siglos XII-XVI* (2019), pp. 211-247.

⁹ BOISELLIER, Stéphane - “Histoire et nature: quand les historiens recherchent le paléoenvironnement à travers des traces culturelles. Conclusion ouverte”. in CLEMENT, François (dir.) - *Histoire et nature. Pour une histoire écologique des sociétés méditerranéennes (Antiquité et Moyen Âge)*. Rennes: PUR, 2011, pp. 303-310.

¹⁰ *An Environmental History of Medieval Europe*. Cambridge: University Press, 2014.

¹¹ *La nature et le roi. Environnement, pouvoir et société à l'âge de Charlemagne, 740-820*, Paris: Albin Michel, 2019.

¹² Cf. um estado da arte, ainda que datado: BOISELLIER, Stéphane - “Ambiente e sociedade medieval portuguesas, historiografia e pistas de reflexão”. in GREGÓRIO, Rute Dias (org.) - *Abordagens à história rural continental e insular portuguesa, séculos XIII-XVIII*. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar, 2013, pp 25-43. Mais recentemente, foram dados à estampa trabalhos de Joana Freitas, Inês Amorim e Ana Roque.

Uma segunda dificuldade colocada pela fonte a este estudo decorre da sua própria natureza: os livros de vereação assinalam o quotidiano da administração do governo da vila e constituem-se em repertórios de posturas. Sendo o ambiente geralmente mencionado de um modo ocasional, não podemos esperar alcançar a sua dimensão sistémica¹³; quando muito, as menções avulsas permitem-nos reconstituir uma *paisagem*, embora muito lacunar¹⁴. Aplicar este método pontilhista às zonas cultivadas, um espaço cuja coerência não pode ser ignorada e cuja alteração depende de ritmos das heranças familiares e de outras tendências socioeconómicas, é arriscado. Mas o recurso ao mesmo método já será aceitável quando aplicado a zonas menos afetadas pela ação humana. Com efeito, o relevo, o clima ou a distribuição dos seres vivos, vegetais ou animais sofrem uma menor evolução à escala de alguns decénios. Obviamente, não temos localizações precisas, e a reconstrução não é cadastral, permanecendo genérica e impressionista.

A menção na fonte a salinas nas proximidades da vila, bem como a existência de posturas acerca da revenda do peixe¹⁵ incluem Loulé na categoria de núcleos urbanos portugueses da zona até 50 kms de uma costa acessível, com acesso a um ambiente diversificado, ao mesmo tempo marítimo e rural. O aproveitamento de recursos haliêuticos deve ter sido importante, dado que uma parte da população parece ter-se dedicado à pesca¹⁶. Mas o ambiente marítimo está pouco presente nas vereações, certamente porque permaneceria marginal para uma população sobretudo rural.

Lembremos a singularidade da *geodemografia* louletana à época, em relação ao contexto algarvio, para evitar generalizações. Esta vila era o maior centro urbano da região sem ligação direta ao mar, e a única unidade territorial algarvia, ao tempo, sem povoados de relevo na costa¹⁷ (entre Faro, Silves, Tavira, Albufeira e Loulé). Além disso, os dados demográficos, embora tardios, indicam que a zona mais povoada (excetuando a vila) seria a área ainda mais afastada da costa, no sopé da serra, num

¹³ Ao contrário de fontes deliberadamente narrativas, como os anais monásticos, cuja informação é, sem dúvida, escassa, mas regista os acontecimentos ambientais mais notáveis.

¹⁴ Pode-se notar a ausência de qualquer referência a espécies vegetais que parecem características da região, como a alfarrobeira ou o pinheiro, ou ainda, entre as espécies cultivadas, a amendoeira. Entre as práticas antrópicas com maior impacto ambiental, o problema das queimadas - que são certamente muito praticadas -, só é abordado uma vez e apenas na legislação sistemática elaborada pelo concelho em abril de 1408 (*Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV ...*, pp. 189-190 [doravante designado por *Actas*]).

¹⁵ A 9 de janeiro de 1385 determina-se que “faça logo vir todo sal que sta nas sainhas acerca da dicta vila” (*Actas*, p. 28) e a 22 de abril de 1385 regista-se que “muitas molheres da dicta vila soom saiaas em vender os pescados” (*Actas*, p. 45).

¹⁶ Os pescadores são suficientemente numerosos para que se proíba a revenda, em proveito da venda direta pelos pescadores: “se as pesoas que matarem os pescados forem taais... que entam venham aos vereadores e cada hum delles e lhi darom vendedeira” (*Actas*, p. 45) e escreve-se a 22 de dezembro de 1402 “como alguas pesoas ... bam e tragem sardinhas e outros pescados e bendem em suas cassas” (*Actas*, p. 149). Posteriormente são várias vezes mencionadas regateiras que se abastecem em Faro: respetivamente, a 2 de fevereiro de 1404 e a 4 de fevereiro de 1408 (*Actas*, pp. 154 e 162).

¹⁷ A pequena e desaparecida aldeia piscatória de Farrovilhas, na atual Quinta do Lago, no limite com o termo de Faro, era uma exceção.

eixo entre Alte-Salir-Alportel (hoje São Brás de Alportel)¹⁸.

No caso do termo de Loulé, em grande parte no Barrocal, o ambiente terrestre é particularmente diversificado, indo do mar para a montanha¹⁹. A serra estava, à época, bastante presente, de acordo com dados recolhidos, quer implícitos²⁰, quer explícitos; neste último caso, referimo-nos à relevância que lhe foi atribuída como origem de recursos alimentares que se deviam concentrar na vila, no âmbito de uma série de medidas para apoiar as hostes do mestre de Avis, em janeiro de 1385²¹.

Mas essa paisagem seria instável. Mesmo as zonas cultivadas podem ser devolvidas à natureza, de um modo temporário ou duradouro, como o indica, em abril de 1408, uma das numerosas posturas sobre a pastagem dos gados nas culturas²².

De uma forma geral, não podemos opor, de forma inequívoca, um ambiente totalmente natural a paisagens totalmente artificiais, mercê das atividades humanas: várias espécies cultivadas, como a oliveira e a figueira, existem na região em estado endêmico, enquanto certas variedades *selvagens* (que não foram introduzidas ou melhoradas pelo homem), como o sabugueiro, são objeto de um verdadeiro cultivo²³.

Além das anteriores observações impressionistas, acrescenta-se que as medidas do governo municipal, no sentido de proteger as produções agrícolas e a vegetação, davam origem a ingressos para as contas concelhias, designados por “renda do verde”. Em abril de 1408, um conjunto de posturas revela-nos uma avaliação um pouco mais *sistemática* das relações entre a vila e o ambiente²⁴. Observamos que os estragos provocados nos cultivos pelo gado grosso, de carga e de tiro, constituíam a maior preocupação²⁵. Depois integram-se artigos que misturam as infrações humanas - sejam estragos (quebra de valado) ou usurpações (roubos, encobrimentos, respiga indevida) cometidos nos cultivos - com os danos provocados

¹⁸ Sobre os dados demográficos, leia-se BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé ...*, pp. 171-184; ALMEIDA, Cristóvão de - *Da vila ao termo. O território de Loulé na Baixa Idade Média ...*, pp. 55-57. Isto já por si deixa uma questão pertinente: como se justifica a ausência de povoados na zona mais próxima do mar?

¹⁹ Topografia tipicamente “mediterrânica”, que achamos também na Catalunha ou na Provença.

²⁰ A menção de uma corveia de recolha de lenha ou de colheita do esparto seria das zonas altas, de onde provém a maior parte desses recursos; cf. *Actas*, p. 134 (fornecimento de baraço pelos habitantes de Alte).

²¹ “*asii da serra come de todolos logares e termos*” (*Actas*, p. 28).

²² “posto que algua figueira ou olyveira stever *em montaria* breve ou de gram tempo o asno e bestas nom paguem coyma” (*Actas*, p. 179).

²³ A raridade das menções de sabugueiro (só uma, *Actas*, p. 184) mostra que o seu valor é inferior ao das árvores que necessitam mais trabalho, no entanto é citado na mesma ordem que estes: “quallquer... quer cortar olyveira ou figueira ou o chabugeiro ou outra herdade que der fruto”; provavelmente não ocupa parcelas específicas, mas pode estar presente e valorizado em qualquer terreno adequado.

²⁴ *Actas*, pp. 177-188. Claro que a perspetiva fiscal, e assim o foco no gado, conduzem a encarar nessa “legislação ambiental” atividades que em nada se relacionam com predação ambiental (como o transporte de bens para os quais é definido o tamanho de cestas, ou o encobrimento de frutas de origem incerta).

²⁵ *Actas*, pp. 177-182. Trata-se de um princípio de policiamento geral, além da mera preservação dos bens; em abril de 1408, estipula-se uma multa castigando a presença, em qualquer lugar, de gado cujo chocalho foi tapado, “posto que nom faça dano” (*Actas*, p. 180).

pelo gado miúdo²⁶. Estes animais seriam muito mais numerosos do que os bois e os cavalos, porque as multas que penalizavam os seus estragos se dividem em duas categorias (para menos de 50 cabeças e para uma manada). Entre este gado pequeno, as espécies avícolas mencionam-se, brevemente²⁷, com a proibição da sua entrada nas terras cultivadas a limitar-se ao período de maturação das produções. As espécies animais, os momentos do ano, os lugares abrangidos e os produtos combinam-se numa casuística pormenorizada²⁸; certas posturas, contudo, como a proibição de enviar as éguas dos vizinhos para o reguengo de Quarteira²⁹, dizem respeito a espaços cuja afetação não é especificada: culturas ou reservas naturais? Parece, em qualquer caso, que a noção de ambiente *natural* é muito limitada para populações rurais, que consideravam qualquer produto como um real ou potencial recurso para assenhorear: até a lenha procedente da poda de fruteiras, e a erva que cresce entre elas ou dentro dos cereais, são alvo de fortes limitações no seu aproveitamento³⁰.

O que se visualiza melhor nas fontes produzidas pelo governo local é a exploração dos recursos naturais, isto é, o modo como o homem usa e modifica o seu ambiente até aculturá-lo (fenómeno de antropização). As vereações oferecem-nos, assim, uma conceção *prometeana*³¹ da natureza. Com cadeias técnicas mais simples do que as atuais, a relação de cada homem com as matérias-primas era muito direta. A caça, a colheita de produtos vegetais (inclusive a madeira), o pastoreio do gado grosso, e talvez até a extração de pedra e areia necessárias para a construção, eram comumente realizadas, mesmo por indivíduos que não eram agricultores nem criadores de gado, no quadro de um vínculo de proximidade com os espaços exteriores à vila.

A anterior constatação coloca o problema da sociologia profissional dos habitantes do centro *urbano*. A imbricação urbano/rural refletia-se na íntima relação entre os homens e o ambiente que os rodeava. Senão vejamos. Na sessão de vereação de 10 de agosto de 1394³², diversos oficiais municipais lembravam ao juiz o costume de terem férias “pera apanharem suas novidades”. Só por si, esta informação parece pouco relevante. Contudo, se olharmos aos conhecidos documentos da repartição e pagamento da fruta, de meados do século XV, encontramos, entre os nomes dos produtores, habitantes dos núcleos urbanos: escrivães, porteiros, sapateiros,

²⁶ Refira-se que este gado é menos evocado no conjunto dos registos. Sabe-se, por exemplo, que este gado é encaminhado por zonas bem definidas: as cabras “da cidade e da mouraria” têm de seguir caminhos reservados (que não parecem ser canadas) para ir pastar numa “campina” municipal (*Actas*, pp. 182-184).

²⁷ Um artigo (*Actas*, p. 186).

²⁸ Incluindo até a colheita das rosas (*Actas*, p. 188).

²⁹ *Actas*, p. 181.

³⁰ “quallquer pesoa que trouxer lenha de cepas ou de figueiras ou doutras arvores que dem fruto... qualquer pessoa que segar herva antre paaes alheos posto que nom segue salvo a herva porque he azo pera fazer pague...” (*Actas*, pp. 185-186).

³¹ De Prometeu, que roubou o fogo aos deuses, portanto símbolo do voluntarismo e da *hubris* humanos.

³² *Actas*, pp 58-60.

mercadores, um procurador, um ferreiro, um oleiro, um estalajadeiro, um carpinteiro, um cavaleiro, almocreves, e até um capelão mouro³³. Este dado reforça a ideia de os membros da sociedade louletana (desde os oficiais até ao sapateiro, por exemplo) poderem ter conjugado a vida urbana com o usufruto direto do seu amplo espaço rural circundante; realça-se, neste caso, o aproveitamento do meio para a produção frutícola.

Pelo contrário, outros recursos seriam explorados por artífices especializados, sem que tenhamos informações sobre as técnicas (captura do peixe no mar ou a extração de barro, uma vez que a atividade dos oleiros é frequentemente mencionada); no caso de recursos mais raros, como o ferro trabalhado pelos ferreiros³⁴, a extração da matéria-prima não seria feita necessariamente por quem a trabalha.

Como é sabido, mesmo nos núcleos urbanos de pequena dimensão, o autoconsumo doméstico e o abastecimento direto em matérias-primas de uso profissional não era feito indistintamente por todos os membros da comunidade. Por outro lado, a concentração populacional num espaço restrito transformava esses centros em polos de consumo de recursos naturais, portanto de transformação do meio à escala supralocal (*centralidade ecológica*): em julho de 1403, o concelho constringia os moradores de Alte a fornecer baraços para a feira de Loulé (além das produzidas pelos fabricantes locais), o que mostra que as pequenas aldeias periféricas se dedicavam mais do que a vila à exploração direta do ambiente natural, mas que o faziam parcialmente por conta do núcleo urbano³⁵; a influência de Loulé no ambiente, portanto, era também indireta, passando por uma organização do abastecimento à escala de todo o termo.

O impacto ambiental de uma pequena vila passava principalmente pela exploração agrícola da sua área circundante, o que transformava profundamente o ambiente natural; terá esse impacto sido um pouco menor do que o sistema voluntarista de dominação da natureza que o antigo cadastro constitui? Podemos colocar a mesma pergunta acerca da rede viária, que não seria menos densa (pelo contrário), mas seguramente menos monumental do que as estradas romanas. A nossa fonte é quase muda a propósito dos caminhos³⁶, mas outra documentação

³³ *Descobrimientos portugueses*. Vol. II. *O Algarve e os descobrimientos*. Tomo 2. Ed. Alberto Iria. Lisboa: INIC, 1988, pp 437-476.

³⁴ Recrutamento de um ferreiro, em julho 1403 (*Actas*, p. 137).

³⁵ “porque na dicta villa avia feira que he grande onrra do logar... mandarom que os moradores d’Alte façom trazer a feira... seis duzias de baraços e hua duzia de sob[...] e hua duzia de maneiras e mandavam aos juizes d’Alte que costringese os sobredictos que tragam os baraços” (*Actas*, p. 1349).

³⁶ Fora da nossa cronologia, temos duas referências a possíveis intervenções na rede viária do concelho, ambas de 1492. Fazem parte de um regimento trazido a Loulé pelo corregedor do Algarve. A 28 nov. 1492, este oficial ordenava que os donos das vinhas e herdades cuidassem das suas testeiras, ou testadas, devendo ficar “bem factas e largas em maneira que possam ir e viir duas bestas” (*Actas de Vereação de Loulé. Século XV ...*, 2004, pp. 71). A 7 dez. 1492, é prevista uma restauração ou construção de pontes, e é referido que “os caminhos dereitos d’estradas seram factos sempre per o maio e no mes de Dezembro” (*Actas de Vereação de Loulé. Século XV ...*, 2004, p. 75), sugerindo a manutenção da rede viária, ou parte dela, duas vezes por ano.

(relativa a outros núcleos urbanos) permite analisar o processo pelo qual um centro domina, material e simbolicamente, o ambiente ao atravessá-lo – referimo-nos a rede de vias “em estrela” a partir de um foco³⁷.

Se a agricultura correspondia ao teatro da transformação mais profunda da natureza pelo homem, também era onde o homem mais padecia dos *constrangimentos* impostos pelo ambiente; de acordo com o estado das técnicas, temos de sublinhar a submissão das atividades ao poder da natureza. A mera cronologia dos problemas tratados pelo concelho indica que o ritmo de vida de uma comunidade sobretudo agrícola é ditado fortemente pelas estações do ano. Evocaremos noutra parte as secas, que são mencionadas por causarem défices hídricos, mas o clima impunha-se a todas as atividades, até as não agrícolas: na sessão camarária 23 de junho de 1403, é decidido alterar a hora do abate dos animais pelos carniceros, da manhã para a tarde de sábado, “porque o tempo era mui quente”³⁸. Durante os invernos de 1401 e 1402, uma área de cultivo situado na costa, em Bilhas, apresentava-se imprópria para qualquer cultura, o que parece sugerir inundações³⁹. Mas, na lógica voluntarista do discurso de qualquer poder organizado, os constrangimentos naturais não são invocados por si mesmos; apenas os podemos deduzir das ações do homem. O determinismo não tem lugar no estudo da relação entre o homem e o ambiente.

Ao contrário desta intervenção da natureza nos ritmos e nas tarefas produtivas, um núcleo urbano, mesmo pequeno, corresponde a um *meio artificial* que elimina a maioria da vegetação (e fauna, claro) espontânea. Certamente, conforme foi observado em toda a Europa, o tecido urbano construído deixaria muito espaço para as zonas de cultura. Isso mesmo demonstra uma postura de junho de 1403, que indica a presença de “muitas ortas e quintaes e terra pera ortas”⁴⁰ que produziam não só para as necessidades domésticas, mas também para o mercado (dado que são mencionados hortelãos); mas a artificialização do meio urbano é suficiente para obrigar o homem a desenvolver infraestruturas específicas, ou uma disciplina coletiva particularmente restritiva, a fim de estabelecer de forma harmoniosa a ligação entre as necessidades humanas e as possibilidades naturais.

O abastecimento de água é uma preocupação recorrente – que, por outro lado, nos informa sobre as condições climáticas. Assim, em janeiro de 1385, por “prol e onra” da vila e no âmbito das medidas tomadas a “serviço” do Mestre de Avis, a câmara decide construir uma represa⁴¹ e, em janeiro de 1396, menciona-se uma seca,

³⁷ COSTA, Miguel Cipriano Esteves - *Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas. Um estudo de arqueogeografia*. Coimbra: Faculdade de Letras. 2010. Dissertação de Mestrado.

³⁸ *Actas*, p. 133.

³⁹ “pellas grandes necesidades dos envernos e augas e tempos desvairados... per aazo dos grandes invernos que se seguirom... per aazo das *grandes aguas*” (*Actas*, p. 142).

⁴⁰ *Actas*, p. 133.

⁴¹ “moor presa que se fazer poder” (*Actas*, p. 27).

nociva aos vinhedos da vila e do termo⁴². A maioria das referências ao abastecimento de água dizem, contudo, respeito às zonas agrícolas exteriores à área urbana.

O problema do lixo é mencionado mais brevemente, numa postura em julho de 1402, que proibia o depósito de esterco na vila, nos lugares desocupados⁴³, o que sugere um sistema de despejo nas imediações do núcleo urbano ou uma reciclagem como fertilizante; a responsabilidade da gestão da recolha de lixo caberia, de acordo com a tradição árabo-muçulmana, ao almotacé⁴⁴.

Por fim, a passagem dos animais, ainda que se refira sobretudo aos terrenos agrícolas, podia afetar também a vila. Em abril de 1408, prevê-se lançar uma coima contra os burros que se encontrassem no adro do convento franciscano durante a pregação⁴⁵.

A *interpenetração* entre zonas agricultadas e incultas era uma fonte de conflitos, principalmente porque, nas últimas, se encontravam animais, domesticados ou não, que podiam *transbordar* para os cultivos⁴⁶. Pelo contrário, a preocupação em proteger espécies animais e vegetação espontânea conduzia à proibição do acesso do gado a certas áreas do termo, cuja dimensão permite supor não se tratar de terras de cultivo; era o caso de uma vasta zona entre o caminho de Loulé para Albufeira e o mar, fechada, em abril de 1408, a todos os ovinos, porcinos e caprinos⁴⁷. Mas isso não implica que esta reserva só estivesse dedicada a atividades puramente predatórias, porque este tipo de espaços *selvagens* frequentemente estaria aberto ao alimento dos gados, especialmente dos cavalos.

Vejam os problemas da organização (portanto especialização) dos espaços. *A priori*, a pecuária seria a atividade com mais impacto no ambiente, pela área que ocupa. Mas temos de valorizar a amplitude e importância da produção frutícola no concelho, já visível na elevada quantidade de medidas de proteção da fruta, expressas nas atas, mas também confirmada pela leitura de outra documentação. Os citados dois documentos de meados do século XV relativos a transação de uvas e figos (ambos secos), mostram uma quantidade impressionante de produtores locais (95 e 239 nomes!) e, por consequência, da produção e da área utilizada para a

⁴² *Actas*, p. 71.

⁴³ “em sterqueiras ou chãos ou pardeeiros posto que syam seus” (*Actas*, p. 95).

⁴⁴ Em abril 1408, ambos os almotacés do mês prévio informam da sua boa administração “afora a sterqueira que disserom que nom tirarom pellos invernos” (*Actas*, p. 175).

⁴⁵ Mas, neste contexto, os objetivos a atingir não corresponderiam propriamente à proteção do espaço. “toda besta asnar que foor achada no adro de Sam Francisco enquanto steverem a pregaçom” (*Actas*, p. 179).

⁴⁶ Em agosto 1392, é necessário legislar contra os danos provocados pelos cães dos caçadores em vinhedos e figueirais quando saem das zonas de caça (“pellas montaryas antre as vinhas”); outro problema são os cães “soltos”, tanto na cidade como nas zonas cultivadas, indiciando que existia reprodução incontrolada (*Actas*, p. 54).

⁴⁷ “que todas ovelhas e carneiros e cordeiros e porcos e bacosos e porcas e cabras e cabroes que forem achados des o camynho que vay de Loule pera Albofeira a fundo contra o mar ou lhe veer provado paguem da manada – V^o libras” (*Actas*, p. 186).

mesma⁴⁸. Por outro lado, dois documentos mais antigos (de 1312 e 1401), revelam a importância e antiguidade da fruta produzida localmente, como produto de comércio externo⁴⁹. São dados que sugerem a ideia da produção frutícola como uma das principais condicionantes e condicionadora da organização, possível transformação e aproveitamento do ambiente circundante, a par da pecuária.

No centro dessa relação entre zonas agricultadas e incultas, encontrava-se a pecuária que, na ausência de pastos especificamente destinados para o efeito, permanecia uma atividade de semi-predação à custa da vegetação espontânea. As galinhas, que colocam poucos problemas comunitários, só uma vez são mencionadas⁵⁰, tal como as abelhas⁵¹, mas as principais espécies domesticadas estão muito presentes nas posturas: cães, porcos, carneiros, cabras, bovinos, mulas, cavalos; contudo, essas espécies não tinham as mesmas necessidades nem funções, e isso implicaria operações complexas para fazê-las coabitar no *saltus*, enquanto se protegiam os cultivos. Em maio de 1403⁵², era mesmo necessária a proibição de mulas a pastar livremente no meio dos cavalos, uma vez que os garanhões se confrontavam e, por conseguinte, se magoavam para cobri-las. Curiosamente, a anterior disposição diz respeito apenas a uma parte do território, a campina do Paço de Elrey. Em fevereiro de 1404, a campina da vila era reservada para o gado de carga (à custa dos outros animais: porcos, ovelhas e cabras, excepto nas canadas que atravessam a zona para ir beber), para evitar que essas “bestas” pastassem nos trigos⁵³.

É especialmente em relação aos cultivos (permanentes e intensivos) que a pastagem dos gados criava dificuldades na organização territorial, devido ao costume generalizado de deixar os animais de carga e de tiro sem guarda. É certo que, em setembro de 1395, quando o pastor do rebanho comunitário adoeceu, não se invocaram danos às culturas, antes a impossibilidade de os proprietários encontrarem os seus bois para trabalhar⁵⁴; mas este rebanho municipal dos animais de tiro (incluindo apenas ao gado de Loulé e de Albufeira⁵⁵) estava, de qualquer

⁴⁸ *Descobrimientos portugueses ...*, pp. 437-476. Sobre os documentos, leia-se FERREIRA, Maria Valentina Garcia - “A fruta de Loulé na época medieval: análise de manuscritos do século XV”. *Al-Ulyá* 9 (2002), pp. 215-239. Será necessário ter em conta que não estarão representados todos os produtores do concelho, mas apenas os participantes nestes negócios. A 6 de outubro de 1403, é referido o facto de existirem mais vendedores de figos “pasos” (secos) na vila do que compradores, podendo sugerir um número elevado de produtores (*Actas*, p. 143).

⁴⁹ *Descobrimientos portugueses ...*, pp. 415-417 e 432-437. Factos suportados pela reunião de vereação de 5 de outubro de 1394, acerca de fruta louletana exportada para a Flandres (*Actas*, pp. 61-63).

⁵⁰ *Actas*, p. 186.

⁵¹ *Actas*, p. 187.

⁵² *Actas*, p. 127.

⁵³ “pera andarem arredadas dos paaes” (*Actas*, p. 156). Tratar-se-á de uma campina diferente da que foi aberta às cabras, mencionada em abril de 1408?

⁵⁴ “os bois andavom derramos e fazendo danos a muitas pessoas que bois tragiam na dicta adua quando mandavam por os dictos bois nom os podiam achar per mingua de adueiro e gardador” (*Actas*, p. 64). Mesmo problema de abuso, mas por parte dos nobres, assinalado em março de 1403, que levam à caça e à cavalgada (“hiam a corer monte e andar a caça”) os cavalos encontrados nos prados de Bilhas e Quarteira, à custa de seus proprietários que já não os encontram para fazê-los trabalhar (*Actas*, p. 115).

⁵⁵ Cf. também *Actas*, p. 181.

modo, limitado a uma pequena dimensão (10 vacas no máximo⁵⁶), talvez porque a maioria dos proprietários não pudesse ou não quisesse pagar o salário do pastor (“adoveiro”). De facto, a tarefa mais importante dos adueiros parece ter sido a de recolher o gado sem dono – nunca designado, aqui, pela expressão “gado do vento” –, quer pertencesse a vizinhos ou a forasteiros⁵⁷, o que estaria relacionado com os estragos que pudesse provocar.

Esta preocupação com os danos surge claramente nas deliberações e posturas da câmara. Assim, em menos de um decénio (e recordando as descontinuidades enormes da fonte):

- em janeiro de 1396⁵⁸, era necessário limitar o pastoreio habitual dos animais de carga e de tiro nas vinhas, ferragiais e figueirais entre a Santa Iria (20 de outubro) e o mês de março, devido aos danos cometidos.

- em julho de 1402⁵⁹, entre uma série de normas (ordenadas pelo corregedor), encontra-se o lançamento de uma multa a qualquer gado encontrado nas culturas (vinhas, sementeiras e figueirais) durante a frutificação (“no tempo dos novos”, isto é, da festa de São Tiago = 3 de maio se for Santiago Menor ou 25 de julho se Santiago Maior até à Sta Iria = 20 de outubro).

- em novembro de 1402⁶⁰, mencionam-se os danos causados nos ferragiais pela passagem dos porcos, cujos proprietários recusavam colocar no rebanho municipal.

- em maio de 1403⁶¹ a legislação que protegia as culturas (“herdades e paes e vinhas e figueiraes e olyvaes”) era endurecida, contra a presença de burros (e para estes, a livre pastagem parecia mesmo proibida em toda a parte) e de bovinos (no entanto, com multas reduzidas à metade no Inverno, entre a Santa Iria e março)⁶².

- em dezembro do mesmo ano⁶³, os bois sem guarda (“avendo muitas pessoas que nom trariam boieiros”) deviam ser afastados de qualquer pasto nas vinhas, figueiras, sementeiras e olivais durante todo o ano, com uma proibição provavelmente temporária nas “cercas” e pomares.

- em abril de 1408⁶⁴, no conjunto de posturas já referido, era a presença de ovinos e caprinos proibida em qualquer cultura arborícola.

⁵⁶ *Actas*, p. 172 (março de 1408) e p. 174.

⁵⁷ “que como chegar algua res ou resses que posto que cheguem sem o gardador que logo seya teudos de a gardar... e se chegarem hi gados alegos que outrosy retenhom e gardem” (*Actas*, p. 175).

⁵⁸ *Actas*, p. 71.

⁵⁹ *Actas*, p. 93.

⁶⁰ *Actas*, p. 106 (passagem pouco clara); ver também abril de 1408, a proibição durante todo o ano dos suínos em rebanhos “em torno da cidade” nos prados, olivais e figos (*Actas*, p. 182).

⁶¹ *Actas*, p. 129.

⁶² Na verdade, as multas anteriores não são dissuasivas, “porque as coymas som moy pequenas”, e podem ser cobradas mais enquanto taxa do que como uma pena.

⁶³ *Actas*, p. 148.

⁶⁴ *Actas*, p. 184.

- as abelhas só são mencionadas uma vez, em abril de 1408⁶⁵, na codificação já citada, sendo proibidas na vila e nos subúrbios, mas toleradas no raio de uma légua em torno da aglomeração (exceto à beira das vinhas), podendo ser implantadas livremente para além de uma légua – o que talvez revele um desconhecimento do mecanismo da polinização?⁶⁶.

Mudemos a abordagem, ultrapassando a enumeração das proibições estabelecidas pela câmara e passando a indicar, brevemente, as soluções encontradas para os problemas.

Em primeiro lugar, cercar o próprio gado: em maio de 1403⁶⁷, lembram-se as necessárias reparações no curral municipal, não explicitando o uso exato desta estrutura; de qualquer forma, ela não passaria de um abrigo temporário, parecendo mais destinada a proteger o gado do que a evitar os danos que provocava. A possibilidade de manter o gado no estábulo ou, pelo menos, de reduzir o pasto no restolho seria provavelmente um objetivo na concessão, em junho de 1403⁶⁸, de um direito de preferência aos vizinhos, em detrimento dos forasteiros, para a compra da palha produzida localmente. Outro meio evidente era o cultivo de campos de pastagem, mas raramente mencionado na documentação, para além das várias referências a ferragiais.

Numa região onde o cultivo de cereais parece ter sido menos importante do que a arboricultura e horticultura, o envio dos animais para os campos depois da ceifa, no restolho, só pode ter sido uma prática restrita, sendo ainda acompanhada também de limitações⁶⁹.

No sul de Portugal, o meio mais conhecido para articular animais (os porcos) e culturas (sobreiros e azinheiras) no mesmo espaço é o montado; parece reservado ao Alentejo, mas, na falta de documentação explícita, a sua origem e a sua repartição são difíceis de estabelecer para os tempos medievais⁷⁰. Assim, as suas

⁶⁵ *Actas*, p. 187.

⁶⁶ Mesmo que se invoque o costume, estas limitações são decididas para datas muito variáveis: numa deliberação de janeiro de 1404, decide-se proibir o acesso às vinhas aos animais de carga a partir de 1º de janeiro. Além disso, raramente se esclarece se as proibições de entrada dos animais em determinada zona são totais ou apenas se aplicam às parcelas fechadas: “se nom scouse posto que os dictos porcos seyam achados em faregeas em testeira de rezyou que nom stam tapados mandarom que posto que este por tapar que se nom entenda nos porcos” (*Actas*, p. 166).

⁶⁷ “que os gaados que poserem no dicto currall que jazam seguros” (*Actas*, p. 125).

⁶⁸ “olhando como em esta villa avia muitas bestas cavallares e muares e asnares pera as quaes aviam mester a dicta palha” (*Actas*, p. 132).

⁶⁹ Em abril 1408, qualquer gado bovino ou equídeo “que for achado em rastolho enquanto as paveas ou feixes goverem no dicto rastolho posto que nom coymam nas paveas nem nos feixes paguem...” (*Actas*, p. 182).

⁷⁰ Nos nossos anteriores estudos sobre o sistema agro-pastoral meridional até o século XIV, não conseguimos encontrar indícios claros de montado (BOISSELLIER, Stéphane - *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana (Portugal) de l'Islam à la Reconquête (Xe - XIVe siècles)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998 e “Les recherches sur les déplacements de bétail au Portugal au Moyen Âge, bilan des travaux et éléments de réflexion”. in LAFFONT, Pierre-Yves (ed.) - *Transhumance et estivage en Occident des origines aux enjeux actuels. Actes des XXVIe journées internationales d'histoire de l'abbaye de Flaran, 9, 10, 11 septembre 2004*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2006, pp. 163-182).

modalidades materiais, tal como são estabelecidas pelos estudos ecológicos⁷¹, não proíbem a sua existência nas terras pobres do interior do Algarve – mesmo que as tradições culturais andaluzas⁷² não sejam propícias a um desenvolvimento maciço da criação do porco, principal beneficiário deste sistema. Algumas disposições pouco claras poderiam assim explicar-se pelo facto de os animais utilizarem as zonas de cultura extensiva segundo modalidades mais flexíveis do que a exclusão espacial ou a estrita sucessão temporal. Um estudo mais atento do que o nosso deveria ser realizado para avaliar essa hipótese.

A solução mais simples e, provavelmente, mais utilizada, é reservar espaços específicos no território concelhio para o gado de carga e de tiro: é o que está determinado no conjunto de posturas de abril de 1408, quando a já referida proibição das éguas dos vizinhos no reguengo de Quarteira é acompanhada pela abertura de uma zona específica para o pasto; tal zona seria provavelmente uma novidade, pelo facto de não estar identificada por uma palavra precisa, mas antes descrita pelos seus limites, que, aliás, parecem bastante vagos⁷³. Por último, numa agricultura virada para a produção arborícola, portanto em pequenas parcelas especializadas, cercar os cultivos continuava a ser a técnica mais segura; esta prática é referida raras vezes, provavelmente por ser um facto óbvio: encontram-se ainda duas posturas, integradas no conjunto estabelecido em abril de 1408, que indicam, de forma explícita, que as hortas, vinhedos e figueirais eram protegidos por sebes de arbustos⁷⁴.

São claros, portanto, os esforços das autoridades para, no mínimo, tentar *arrumar* as duas atividades económicas predominantes, no ambiente existente. Até ao início do século XV, ainda se vê na documentação a adua e a pastagem de gado variado na zona litoral (Quarteira, Bilhas). Mas documentação posterior, algo dispersa, sugere a transumância dos animais mais no Barrocal e na serra, ao longo do mesmo século, e no início do seguinte. Existem documentos que situam a adua, porcos e cabras no Barrocal e na serra (1446, 1468, 1526, 1524) – o que contradiz a hipótese da integração dos porcos nos cultivos através do sistema do montado. A sugestão resultante é de as autoridades locais, ao longo do século XV, terem impedido a criação de gado para o interior, talvez privilegiando a área litoral, mais fértil, para a produção agrícola e, sobretudo, frutícola, a principal riqueza do concelho⁷⁵.

Para além dos meios e ações dos homens, que temos referido até agora, os

⁷¹ FONSECA, Ana - *O montado no Alentejo (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Colibri, 2004.

⁷² Referimo-nos à proibição do consumo do porco no Islão. Saliente-se que, na historiografia medievalista francesa, o termo *andaluz* refere-se sempre a al-Andalus (portanto à cultura árabo-muçulmana) e nunca à posterior região da Andaluzia.

⁷³ “em Vall Telheiro allem do ribeiro que vay de lalgo pello carrego afundo pera Nabaes” (*Actas*, p. 182).

⁷⁴ “toda pessoa que desbardar orta ou vinha ou figueirall ou colher ou tirar ou tomar quallquer lenha, que estiver colheita ou vydes, d’erdade alhea... e se desbardar as dictas herdades torne e seya teudo de novo de tornar a bardar e tapar e coreger esse valado” (*Actas*, p. 183).

⁷⁵ Lembremos que o reguengo de Quarteira passa para particulares em 1413, gerando posteriormente conflitos quanto à sua utilização por parte dos vizinhos louletanos.

produtos *providos diretamente da natureza* (água, vegetação, caça, recursos minerais) eram considerados como recursos preciosos. Apesar da intensidade das atividades humanas (cultivos e pecuária), a mera predação em espaços fracamente antropizados permanecia importante:

- a regular recolha de lenha (atividade óbvia, testemunhada por inúmeras fontes normativas) é sugerida, em janeiro de 1385, apesar de ser indicada no âmbito de uma decisão extraordinária, o abastecimento de madeira para as tropas do Mestre de Avis⁷⁶;

- mencionemos, ainda, o esparto, cuja apanha originava o pagamento de uma dízima elevada⁷⁷, referida em fevereiro de 1402, encontrando-se a planta numa coutada concelhia⁷⁸. Veremos que essa predação não era tão simples como seria de esperar, e que os espaços bravios seriam mais reservas do que zonas abandonadas.

Dentro destes *produtos* naturais, encontra-se a água. Numa economia amplamente virada para o crescimento de seres vivos, animais e vegetais, a água era, como é óbvio, vital, e o seu abastecimento interessava especialmente à periferia agrícola. Em março de 1385, era necessário realizar obras nos canais (canos) e respetivos chafarizes que serviam para o gado beber, por causa da seca⁷⁹ – neste caso, percebemos que havia reservas de água na cidade e na periferia próxima. Em março de 1408, abordava-se em reunião camarária o problema da irrigação das culturas, cuja importância imaginamos numa região de tradição agrícola andaluz. Se a arboricultura era evocada com mais frequência (sobretudo pelas posturas contra os gados), menciona-se aqui uma zona hortícola “nova”, completada por prados; significativamente, a horta era cultivada por um hortelão mouro, regada por uma tomada de água semanal, aos domingos, no rio Cagani (hoje Carcavai) – sistema que parece bastante sofisticado porque era associado a uma nora⁸⁰. A mesma ribeira servia igualmente para mover moinhos, a jusante da horta⁸¹.

A legislação que protege a vegetação espontânea é mais pontual do que a

⁷⁶ “porque faz mester lenha na vila manda que todos aquellos que ouverem de seu mil libras que traga a sua casa vinte carregos de lenha...” (*Actas*, p. 27).

⁷⁷ Sessão alargada “contra D. Martinho bispo de Silve que posam responder a hua citaçom que o dicto bispo fez ao concelho per razom da diizima do esparto que demanda a este concelho...” (*Actas*, p. 73).

⁷⁸ “em esta villa ha hua coutada do sparto de que o concelho ha proveyto e boa renda a qual se dana e straga per razom do resyu per que moitos dizem que trazem o esparto... porende ordenarom e poserom por pustura que daqui em deante se faça em sta guissa que nem do resyu nem da coutada nenhua pessoa nom colha sparto ata primeiro dya de mayu” (*Actas*, pp. 74-75). Em 1407 – mas é mencionado em fevereiro 1408 – a colheita do esparto é proibida na coutada municipal até o 1º de abril sob pena de uma coima que é a mais alta para este tipo de ofensa: 500€ e confisco do animal de carga. Os infratores argumentam que atravessam a coutada para ir caçar (*Actas*, p. 165).

⁸⁰ *Actas*, p. 173.

⁸¹ Através de diversos documentos provenientes das chancelarias régias, referentes a doações e aforamentos, sabemos da existência de vários moinhos no reguengo de Quarteira (1266, 1293, 1316), em Loulé (provavelmente na ribeira do Cadouço, 1438), dois em Salir (1401) e um na serra, entre os termos de Loulé e Faro (1447).

relativa às culturas, o que marca uma hierarquia, mas também se explica pelo facto dos problemas, menos conjunturais, não precisarem ser referidos tão frequentemente. Tal proteção relaciona-se tanto com a força do direito de propriedade privada quanto com a preocupação para defender esta cobertura vegetal. Numa série breve de três posturas (caso raro de legislação preventiva e sistemática, não conjuntural, para além da codificação de abril de 1408), em maio de 1402⁸², duas eram dedicadas à proibição de cortar certas árvores (azinheira, freixo, sobreiro, carvalho) ou até os seus ramos (exceto para uso doméstico), tal como o seu descortiçamento.

Havia zonas interditas às atividades antrópicas mais agressivas para o ambiente natural. Em julho de 1402⁸³, no conjunto de normas decididas pelo corregedor, já mencionadas, notamos a restabelecimento de uma vasta coutada de caça (coelhos, patos e adens), situada na costa, em Bilhas, consistindo num almargem, matos e lagoas⁸⁴; a proibição era ainda alargada ao corte de madeira (matos, freixos e sobreiros), e depois, em outra postura⁸⁵ à pesca nas lagoas⁸⁶.

Portanto, é possível que fossem coutados certos terrenos menos lucrativos do litoral, para aproveitamento de espécies botânicas específicas e, assim, de espécies animais associadas, para a caça. É provável que tal constituísse uma regressão face a uma exploração mais intensa da costa na Antiguidade (garum e salga de peixe), bem como na época andaluz até o século XI, o que é atestado pelas escavações no Cerro da Vila⁸⁷. Porém, à escala de todo o território do concelho, não podemos considerar a recolha de vegetação espontânea como uma mera predação para prover as necessidades primárias; com efeito, observa-se a importância atribuída aos objetos feitos com as fibras de esparto e de “tabua”, verdadeiras matérias-primas de cestaria. Aliás, a coutada municipal de esparto era objeto de arrendamentos parciais⁸⁸, escapando, obviamente, os respetivos foreiros à proibição de colheita antes do 1º de abril; e são esses réditos que permitiram ao concelho criar condições para a vila ser mais bem fornecida de carne⁸⁹. Para além disso, a zona de Bilhas beneficiava de uma exploração mais complexa e sofisticada do que possa parecer; com efeito, verifica-se, numa longa deliberação de setembro de 1403⁹⁰, que o prado incluído na

⁸² *Actas*, p. 83.

⁸³ *Actas*, p. 94.

⁸⁴ Notemos que, em Quarteira, na zona de Bilhas (hoje totalmente transformada), sempre existe o nome “praia do almargem” perto de uma grande lagoa. Cf. “pellas almargens de Villas ou de Quarteira” (*Actas*, p. 115).

⁸⁵ *Actas*, p. 95.

⁸⁶ Porque ambas são “coussa onrrada” (*Actas*, p. 95).

⁸⁷ Cf. MATOS, José Luis de - “Cerro da Vila”. in *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana. Actas del encuentro internacional de arqueologia del Suroeste*. Huelva: Universidad de Huelva, 1994, pp. 521-525.

⁸⁸ “a coutada do dicto concelho e a outras lucadas que *della* tinham do rendeiro rendadas” (*Actas*, p. 165). Dada a construção da frase, não parece que sejam outras parcelas fora da coutada que estejam reservadas para esta produção.

⁸⁹ Em março 1408, “que façam outro talho e que pera sto arrendem logo a entrada do sparto” (*Actas*, p. 169).

⁹⁰ *Actas*, pp. 141-143.

coutada tinha sido arrendado desde 1401 para ser semeado, permanecendo acessível a cavalos⁹¹.

Na ecologia política⁹² prevalece a ideia de ter existido uma espécie de sabedoria nas comunidades rurais tradicionais, moderando as intervenções humanas para *respeitar o equilíbrio* natural. Esta conceção corresponderá a uma instrumentalização do passado ao serviço de causas de hoje, e que é contradita pela filosofia cristã de um mundo criado para o homem e dado a ele para dominá-lo e desenvolvê-lo⁹³.

Antes de mais, o equilíbrio entre os vários usos, mais ou menos transformadores do ambiente, dependia em parte das *relações sociais*; é bem sabido que eram os vizinhos mais humildes das comunidades que mais defendiam os direitos de uso e os bens coletivos: tal permitia-lhes alcançar as riquezas oferecidas pela natureza através do pasto do restolho, da colheita e da caça. Assim, quando o governo da vila modelou um conjunto de normas muito apertadas para a venda do esparto, foi especificado que esta produção era um recurso importante para os mais pobres⁹⁴.

Também em julho de 1402⁹⁵, ocorreu uma controvérsia no seio do governo concelhio, tendo os juízes recorrido ao rei no sentido de manter em devesa, para o alimento de cavalos, a coutada de Bilhas, que os vereadores acabavam de arrendar para cultivo (o que impelia os donos dos cavalos a utilizar o reguengo de Quarteira para pastagens, com os constrangimentos subsequentes). Apesar de uma resposta prudente do monarca, apontando a defesa do seu reguengo, o corregedor recolheu as opiniões de homens bons, sendo a maioria favorável ao arrendamento, do almargem de Bilhas uma vez que muitos outros pastos estariam disponíveis. O corregedor proíbe ao gado bovino o acesso ao almargem, qualificando a zona de “hua das melhores coussas que na dicta villa he pera mantimento dos cavallos”⁹⁶

Outro tipo de disputa podia resultar da partilha da água, não sem incidência social, porque o hortelão da já citada horta nova, que era um “pobre mourro”, tinha que obter a garantia do concelho para tomar o seu turno de água “com temor dos donos dos moynhos que som poderosos”⁹⁷.

Quando tinham os meios técnicos para isso, os homens não hesitavam em *quebrar a ordem natural*. Um testemunho dessa prática é a política de erradicação

⁹¹ Dado que “se perdera quanto em ell semearam os lavradores... que o dicto concelho tomasse e tome ste ano o dicto almargem pera os cavalos da dicta villa”. Por isso, parece haver sucessão de cultivo e pasto, mas depois o texto diz que “o dicto almargem he moyto necesario aos cavallos da dicta villa e per esto ainda se scausa moitos danos nos paaes quando os cavallos andam no almargem”, o que implica mais uma simultaneidade de ambos usos.

⁹² Referimo-nos ao discurso *mainstream* dos partidos políticos dirigido ao grande público.

⁹³ *Génesis*, I, 26 e 28-29.

⁹⁴ “na dicta vila aviam muito prol do esparto especialmente os pobres” (*Actas*, p. 125)

⁹⁵ *Actas*, pp. 99-104.

⁹⁶ *Actas*, p. 103.

⁹⁷ *Actas*, p. 173.

dos lobos, referida em abril de 1403⁹⁸, quando se reavaliava a gratificação monetária a quem os matasse: a prioridade dada à eliminação das fêmeas mostra que se tratava de um programa sistemático, certamente para o benefício da atividade de criação de animais úteis ao homem.

Outro desequilíbrio, mais ou menos voluntário e controlado, era a queima de vegetação. O problema do fogo só aparece referido uma vez e sem grande detalhe, em abril de 1408⁹⁹, em associação com o corte de madeira, numa reunião camarária onde são publicadas algumas posturas que parecem completar o conjunto promulgado alguns dias antes. As duas atividades – queima e corte de madeira – careciam de autorizações individuais (alvarás) concedidas pelas autoridades. As posturas previam, de qualquer forma, um caso, o dos fogos feitos à beira das propriedades isoladas dentro do *saltus*, curiosamente associado com os cortes de madeira nos mesmos lugares (enquanto seria lógico encorajar as roças para proteger contra o fogo)¹⁰⁰; igualmente se nota que a multa (de 200 libras) não fazia parte das mais pesadas.

É hora de concluir. Se quisermos avaliar o *impacto global* da vila de Loulé no ambiente, é necessário recorrer a dados externos. Com uns 2000 habitantes, que se dedicavam a atividades agropecuárias, na sua maioria, trata-se de uma comunidade que necessitava de intervir na sua periferia até bastante longe. Este efeito era aumentado por uma concentração dos homens na vila e um povoamento relativamente disseminado no termo¹⁰¹, mas em provável regressão após meados do século XIV. Esta concentração era favorável a uma ocupação do espaço pelos rebanhos. Ora, pelas superfícies que afeta (mais do que ocupa), a pecuária era a atividade com mais impacto sobre o ambiente, sobretudo pela modificação do coberto vegetal em largas partes do termo.

Portanto, encontramos a mutação cultural que dominou a história do Sul português na segunda metade da Idade Média, isto é, a passagem de um sistema espacial e económico árabe-muçulmano para um sistema latino-cristão, um fenómeno cujos princípios, no domínio agronómico, foram expostos por Lucie Bolens¹⁰². Sabemos que, no Sul de Portugal, certos cultivos, em particular arborícolas, continuaram a ser praticados, acima de tudo, pela minoria mudéjar, por razões de

⁹⁸ “que dem a qualquer pesoa que matar lobo dez reaaais e da femea quinze reaaais” (*Actas*, p. 121).

⁹⁹ *Actas*, pp. 189-190.

¹⁰⁰ “qualquer que for achado em fogo ou queimada que arça ou queimada que ste a beira d’algua quintaa ou monte que ste probrado, façom certo quem o poos e de dello autoria ou pague... Outrosi que qualquer talho d’azineira ou sovereira ou freyxheiro ou carvalho ou stever stacado a beira de quinta ou monte pobrado pague...” (*Actas*, p 190).

¹⁰¹ Um indício desta possível evolução é o tamanho considerável que mantém o concelho em 1826, sem aldeias capazes de competir com o centro administrativo para obter a sua autonomia territorial, particularmente ao redor da própria cidade, cuja paróquia também permanece de tamanho considerável (SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da - *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997, mapas 8, 9, 10).

¹⁰² BOLENS, Lucie - *Agronomes andalous du Moyen Âge*. Genève: Droz, 1985.

superioridade técnica. Assim, em Loulé, os mouros mantiveram-se associados à cultura e à secagem dos figos¹⁰³.

Com uma fonte direcionada para as atividades humanas, é difícil avaliar se houve o que hoje designaríamos como uma real consciência ecológica e uma sabedoria capazes de preservar um equilíbrio entre os grandes mecanismos naturais e a antropização do ambiente; referimo-nos, em particular, à limitação da tendência plurissecular da sobrecarga pastoril e a extensão dos cereais, particularmente prejudiciais à vegetação e aos solos mediterrânicos. Por outras palavras, o que espelha a obsessão pelas posturas de proteção que encontramos nas atas camarárias? A resposta mais fácil recai sobre o lado institucional: uma autoridade local extremamente cuidadosa com o seu ambiente... Contudo, pode-se ver o lado do indivíduo: seria necessária a repetição constante de posturas proibitivas/protetivas se elas fossem, de facto, cumpridas? Tais posturas não espelhariam as ações do homem? Existia a necessidade de lembrar constantemente que havia regras a cumprir. Haveria gado a vaguear um pouco por todo o lado, inclusive nos terrenos agricultados? Seriam feitas muitas queimadas sem a devida autorização das autoridades locais? A certeza que fica é apenas de uma autoridade com boas intenções.

¹⁰³ A 6 de outubro de 1403, deliberação que regulamenta as condições e os preços da venda dos figos secos (“seendo os dictos bemdedores de desvairadas condiições especialmente mouros”), na qual parece que os vendedores são os próprios produtores (*Actas*, p. 143). Cf também o hortelão mouro citado (*Actas*, p. 173).

Entre a Serra e o Mar: o acesso aos recursos naturais e o seu impacto nas relações entre Faro e Loulé na Baixa Idade Média

Paulo Morgado e Cunha¹

Resumo

Herdeiras de uma longa tradição romana e muçulmana, as comunidades urbanas algarvias procuraram, na Idade Média, garantir que o seu termo assegurava o acesso não só à Serra, espaço de grande importância na criação de gado e de outros produtos, como também ao Mar, principal via de acesso ao comércio e fornecedora de pescado. Só através da articulação destes dois espaços poderia um concelho prosperar. À margem desta realidade surgem nos Faro e Loulé. A primeira possuía um dos melhores portos da região, mas dominava pouco espaço serrano. A segunda, embora fosse um concelho com um vasto termo, exercia influência sobre uma estreita faixa costeira. Por isto, desde cedo se estabeleceu uma relação complementar entre as duas vilas com vista a suprir o acesso a espaços e recursos naturais considerados indispensáveis para a vida urbana. No entanto, o relacionamento entre os dois espaços nem sempre foi pacífico, chegando-nos notícia de vários momentos de tensão e conflito. É precisamente acerca desta relação entre Faro e Loulé que este texto se debruçará, dando um quadro geral do seu desenvolvimento ao longo da Idade Média, salientando-se alguns momentos mais relevantes. Procurar-se-á também refletir acerca do impacto desta relação no desenvolvimento futuro dos dois concelhos.

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Palavras-chave

Gestão de recursos naturais. Algarve Medieval. Relações interurbanas. Impactos ambientais.

Between the Mountains and the Sea: the access to natural resources and its impact on the relations between Faro and Loulé in the later middle ages.

Abstract

Heirs to a long Roman and Muslim tradition, the urban communities of Algarve attempted to secure that their area of control granted access to both the Mountain, a space of importance for cattle, and the Sea, the main source of trade and fish. Only with the articulation of these spaces could a municipality prosper. The cases of Faro and Loulé are exceptions to this rule. The first controlled one of the major ports in the area, but little to no Mountain. The second, had a big area of influence, but without a good access to the Sea. Therefore, since early times these two towns developed a complementary relationship, one giving what the other lacked. Nonetheless, their relation was not always peaceful, with several clashes registered in the medieval documentation. The present work will focus its attention on the influence of the environment in the relation between these two towns, and their future development.

Keywords

Natural resource management. Medieval Algarve. Long distance relations. Environmental impacts.

Seguindo o mote deste colóquio, a relação entre as pequenas cidades e o ambiente, proponho-me neste texto a empreender um estudo de caso, focando na relação entre as vilas de Faro e Loulé ao longo da Idade Média. A metodologia passará por uma breve análise à situação geográfica de cada um dos concelhos, seguindo-se o estudo de alguns episódios que penso serem importantes para o entendimento da dinâmica entre esses dois espaços e entre eles e o meio envolvente.

Como escreveu Stephen Mosley “Throughout human history, people have

played an active role in modifying their environments in order to survive”². O acesso das comunidades aos recursos naturais é um dos elementos-chave para entender não só a relação entre humanos, como entre o ser humano e ambiente que o rodeia. Conflitos por bens minerais, pastos, terras férteis, água ou até mesmo sobre reservas petrolíferas, são alguns exemplos da forma como o esforço humano de delimitar e regular o acesso à natureza impacta e condiciona as relações entre os diferentes grupos étnicos e políticos³. Assim, o estudo que aqui apresento corresponde a um pequeno contributo para a melhor compreensão destes fenómenos, focando a atenção num caso particular⁴.

Na Idade Média, estas tensões eram frequentes, sendo crucial para cada cidade ou vila possuir o seu termo, o seu Império, como lhe chama Luís Miguel Duarte, aludindo a uma expressão de Fernand Braudel⁵. Este seria o eixo fundamental para o domínio do espaço circundante e, subsequente, para o acesso a certos bens e recursos naturais (pastos, terras férteis, florestas, etc.), que garantiriam a sobrevivência da comunidade urbana⁶.

A situação das vilas algarvias não era exceção. Herdeiras de uma longa tradição romana e muçulmana, estas procuraram, na Idade Média, garantir que o seu termo permitisse o acesso aos três espaços, cuja rápida transição marcava e ainda marca a geografia do Algarve⁷: à Serra, na cota mais alta, espaço de grande importância na criação de gado e outros produtos, bem como garante do acesso à planície alentejana; ao Barrocal, zona de transição, fértil e principal fornecedora dos figos que, depois de secos, seguiam para o Norte da Europa e representavam um dos produtos comercialmente mais importantes da região; e, por último, ao Mar, via de

² MOSLEY, Stephen - *The Environment in World History*. Nova Iorque: Routledge, 2010, p.1.

³ Grosso modo, o presente texto insere-se na história ambiental ao analisar a interação entre ambos os concelhos e o meio ambiente circundante, o seu termo, delimitando-o, controlando-o e, naturalmente, disputando-o. Além desta visão, também será importante manter em perspetiva a influência de fenómenos naturais para além do controlo humano, como a alteração do perfil da costa portuguesa que, como irei demonstrar, também foram cruciais para o desenvolvimento das relações entre Faro e Loulé. Para uma boa e sintética descrição das linhas de análise de história ambiental em que este trabalho se insere, veja-se: LOPES, Ana - “*Governar a Natureza*”: o assoreamento da foz do rio Cávado, em Fão – causas, impactos e respostas sociais (1750-1870). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. Dissertação de Mestrado, pp.16-18.

⁴ Penso que este tipo de estudo de caso, de escala muito reduzida, seja crucial para a futura construção de análises de maior alcance, quer temporal e espacial.

⁵ DUARTE, Luís Miguel - “Portugal visto de Loulé: 1492-1497”. in *Atas de Vereação de Loulé: século XV*. Coord. Manuel Pedro Serra. Transc. Luís Miguel Duarte. *Al’-Ulyā* 10 (2014), pp. 28-30.

⁶ A questão da relação entre o termo e a sede é bastante complexa e ainda alvo de acesso debate. Veja-se, por todos: DUARTE, Luís Miguel - “Portugal visto de Loulé...pp. 28-30 e bibliografia aí citada.

⁷ Sobre o enquadramento geográfico do Algarve, veja-se: BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana no Algarve Medieval*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, pp. 31-47; RIBEIRO, Orlando - “Portugal e o ‘Algarve’. Singularidade do nome de uma província”. *Boletim de Filologia* 14-3/4 (1954), pp. 330-339. Para um bom e sintético enquadramento, relativo apenas a Loulé, veja-se: RAMOS-PEREIRA, Ana - “Territórios de Loulé”. in *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades: catálogo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Nacional de Arqueologia/Museu Municipal de Loulé, 2017, pp. 50-58.

comunicação com o exterior, fornecedora de pescado e sal, mas sobretudo principal via de comércio⁸. Só através da articulação destes espaços poderia um concelho prosperar.

À margem desta realidade, surgem-nos Faro e Loulé. Embora seja muito difícil conhecer com precisão os limites dos seus termos no período medieval⁹, os dados mais recentes apontam para uma interessante dicotomia¹⁰: o termo de Faro seria mais pequeno, controlando uma boa porção de costa, mas quase nenhum espaço de serra. Já o termo de Loulé era maior, com importantes porções de serra e barrocal, mas carecia de um bom porto com acesso fácil ao mar¹¹.

De opinião idêntica é Frei João de S. José que, na sua *Corografia do Reino do Algarve de 1577*, escreve:

“Tem Fárão bom porto e seguro (...) e tem duas bocas: por esta, que é a maior, entram navios de 150 e 200 toneladas e pola outra, menos principal, caravelas e outros baixéis desta sorte. (...) Fárão tem muito e bom peixe, mas de pão alguãs vezes é falta, por ter pequeno termo; porém, como é porto de mar, sempre lhe acode de fora quando se sinte falta”¹².

Já Loulé “(...) Tem grande e bom termo e por isso é abastada de pão, vinho, azeite, carne, figos e de peixe que lhe vem cada dia de Faro (...) quasi todos são lavradores e criadores de muitos gados, porque é terra muito aparelhada pera esta grangeria, pela serra que tem por vizinha”¹³.

⁸ Sobre a importância das estruturas portuárias para a região, veja-se: SILVA, Gonçalo Melo da - “A Coroa, as vilas e o mar: a rede urbana portuária do Algarve (1266-1325)”. in COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) - *O papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 547-575; OLIVEIRA, Luís Filipe - “Caminhos da terra e do mar no Algarve Medieval”. in *ACTAS das I Jornadas – As Vias do Algarve*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal/CCDR Algarve, 2006, pp. 32-38.

⁹ Sobre a questão dos limites dos territórios no Algarve Medieval, veja-se: BOTÃO, Maria de Fátima - “A definição e a dinâmica dos limites no Algarve Medieval”. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 15/1 (1998), pp. 743-751.

¹⁰ Veja-se o mapa de Romero de Magalhães: MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *O Algarve Económico: 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, mapa I. Embora este reflita a situação ao longo do século XVII-XVIII, sabemos que o termo de Loulé seria ainda maior durante a Idade Média. Sobre este, veja-se: ALMEIDA, Cristóvão de - “Da vila ao termo: O território de Loulé na Baixa Idade Média”. *Cadernos do Arquivo* [Loulé: Arquivo Municipal de Loulé] 13 (2017). Em particular o mapa IV, da página 106.

¹¹ Já Luís Miguel Duarte alude a esta situação ao traçar um quadro da situação geopolítica de Loulé, na introdução já referida (DUARTE, Luís Miguel - “Portugal visto de Loulé...”).

¹² “Duas descrições do Algarve no século XVI”. *Cadernos da Revista de História Económica e Social* 3 (1983), p. 46.

¹³ “Duas descrições do Algarve no século XVI...p. 47.

Este era o quadro perceptível nos finais do século XVI, e parece-me importante tê-lo presente quando recuar na cronologia. Antes de analisar os vários momentos-chave do relacionamento entre os dois concelhos e o seu meio, ao longo dos séculos XIV e XV, parece-me importante fazer uma pequena reflexão acerca das fontes de que dispomos para este estudo e as substanciais diferenças entre os dois espaços em análise. O primeiro núcleo de documentação é a conservada em arquivos centrais, nomeadamente as Chancelarias Régias e os registos das Cortes, formando um importante filão do presente texto¹⁴. Além destes temos os fundos conservados em arquivos concelhios, onde Faro se encontra numa situação muito mais pobre que o a sua congénere louletana. Para o concelho de Faro apenas se preservaram algumas cópias da época moderna de documentação medieval¹⁵. Não obstante todos os problemas levantados pelo próprio processo de cópia (erros de transcrição, erros de datação, supressão de texto, etc.), estas são, na maioria dos casos, os únicos testemunhos remanescentes¹⁶. Já para Loulé dispomos de documentação ímpar a nível nacional, salientando-se a sua impressionante coleção de atas de Vereação¹⁷. Estas permitiriam várias análises ao nível da gestão de recursos e da relação entre o Homem e a Natureza¹⁸, mas opto, neste trabalho, por me focar nos aspetos relacionados à relação entre Loulé e Faro.

O primeiro momento que me parece interessante ver nesta perspetiva é uma disputa no início do século XIV, acerca do porto da Pereira, em Ludo¹⁹. Este ficaria situado na fronteira entre os dois concelhos²⁰, sendo, portanto, reclamado por ambos. Em causa estava não só o acesso a um porto²¹ como também a um pequeno rossio para as vacas e bois. Faro acusa Loulé de ter, indevidamente, movido os marcos, prejudicando o seu acesso aos espaços acima referidos. Depois de um dia a escutar as partes sob uma alfarrobeira, Pero Domingues, corregedor, decidiu, a 13 de setembro de 1332, reerguer alguns marcos que tinham sido destruídos e assegurar o acesso de ambos concelhos ao porto, de forma a evitar mais conflitos.

Alguns anos mais tarde, em 1340²², Loulé queixa-se de que os de Faro haviam feito uma postura que os lesava, obrigando aqueles que quisessem levar os seus bens até ao porto de Faro para vender a apresentarem um alvará e pagar uma taxa. Faro aproveitava assim o facto de muitos em Loulé preferirem utilizar o seu porto, de maiores dimensões, para aumentar os seus rendimentos. No entanto, o Corregedor defende os interesses de Loulé, mandando retirar a postura em causa e declarando que, daí em diante, os concelhos deveriam comunicar um ao outro quando fizessem novas posturas que pudessem afetar a vila vizinha.

Contudo, volvidos poucos anos, vemos novamente o concelho de Faro a legislar e pressionar os seus vizinhos louletanos. Segundo carta de 1368²³, era

²² IRIA, Alberto - "O Algarve e os Descobrimentos...", doc. 2-3.

²³ IRIA, Alberto - "O Algarve e os Descobrimentos...", doc. 4.

costume que pescadores de Faro, ao regressarem da faina, aportassem no termo de Loulé, sobretudo no porto de Farroilhas²⁴, e lá vendessem parte do pescado. Os homens bons de Faro queixam-se desta prática, argumentando que Faro tinha escassez de cereais e necessitava do peixe para usar como moeda de troca. Chamam ainda atenção para o facto de o monarca também ser lesado por esta prática, pois se o pescado fosse ser vendido em Faro, seria alvo de duas dízimas²⁵, em vez de apenas uma, como acontecia em Farroilhas. A decisão do monarca segue a linha da queixa dos homens bons de Faro, decidindo-se que os pescadores farenses trouxessem o seu pescado a essa cidade, pagando as duas dízimas e abastecendo a vila.

Parece-me particularmente interessante este último documento, uma vez que revela outro motivo para Faro exercer um controlo apertado do acesso ao mar – a necessidade de peixe, moeda de troca essencial para os almocreves que, por via terrestre, traziam cereais, indispensáveis a vida quotidiana²⁶. É também curioso notar a postura conciliadora do poder régio face aos conflitos entre Faro e Loulé. Parece existir nas decisões tomadas uma genuína preocupação na salvaguarda dos interesses das duas localidades e da manutenção de relações cordiais entre elas.

Esta fricção terá um novo pico já entrado o século XV. Em 1401²⁷, existe nova contenda, partindo de uma acusação de Loulé, onde estes diziam ser costume e tradição que, não podendo os louletanos vender localmente os seus produtos, nomeadamente vinho, figos e passas, os levavam para o porto mais “convinhável”²⁸. Ora, esse era, segundo os procuradores de Loulé, o de Faro, sendo utilizado pelos de Loulé em pé de igualdade com os de Faro, num espírito de, no dizer dos próprios, “amizade e irmandade”²⁹. No entanto, e sem razão aparente, os farenses haviam feito posturas impedindo esta utilização, causando grande prejuízo aos de Loulé.

Os de Faro contra-argumentam, invocando o acordo de 1332 acima mencionado, segundo o qual, na sua interpretação, parte do seu termo havia sido entregue a Loulé³⁰. Em particular, ter-lhes-ia sido doado o porto de Pereira, com a condição de que os louletanos apenas usariam este porto para transportar

²⁴ Sobre a localização deste porto, veja-se: OLIVEIRA, Leal de - “Subsídios para a localização de Farroilhas, antigo porto do termo de Loulé...”

²⁵ Segundo os de Faro, nesse porto, por “costume antigo” se pagavam duas dízimas: uma na portagem régia e outra na “Caza da Mouraria” (IRIA, Alberto - “O Algarve e os Descobrimentos...”, doc.4).

²⁶ O Algarve foi já referido por vários historiadores como uma região frequentemente deficitária a nível cerealífero. Sobre isto e sobre a relação entre o pescado e o cereal, vejam-se: DUARTE, Luís Miguel - “Figos da Terra e Trigo do Mar”. in *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades: catálogo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Nacional de Arqueologia/Museu Municipal de Loulé, 2017, pp. 598-606; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Algarve Económico durante o século XVI*. Olhão: Sul Sol Sal, 2018, pp. 55-85. Veja-se ainda, as alegações da necessidade do pescado para o trocar por cereal, invocado pelos habitantes de Faro em: IRIA, Alberto - “O Algarve e os Descobrimentos...”, doc. 4.

²⁷ IRIA, Alberto - “O Algarve e os Descobrimentos...”, doc. 11.

²⁸ IRIA, Alberto - “O Algarve e os Descobrimentos...”, doc. 11.

²⁹ IRIA, Alberto - “O Algarve e os Descobrimentos...”, doc. 11.

³⁰ IRIA, Alberto - “O Algarve e os Descobrimentos...”, doc. 1.

mercadorias até ao porto de Faro, indo diretamente para os navios, sem passar por terra. Se quisessem vender figos e passas, não deveriam usar o porto, mas sim trazê-los à vila, sem os guardar em casas ou lojas, indo diretamente à ribeira. Isto era feito em prol desse antigo compromisso e para evitar a usurpação de direitos. Contudo, segundo os procuradores de Faro, por vezes os de Loulé não respeitavam esta disposição, colocando os seus bens em casas de amigos, fazendo-os passar por bens desses mesmos amigos, sonogando assim direitos ao concelho de Faro e ao Rei. Seria esta violação que teria motivado as novas posturas de Faro, que tinham sido alvo de queixa por Loulé.

À semelhança da postura de 1340, o Corregedor defende que Faro não deveria impor, sem consultar Loulé, posturas que lesassem o seu vizinho e sentença em favor de Loulé, que poderia continuar a fazer uso do porto de Faro como os seus procuradores haviam descrito³¹.

Para a primeira metade do século XV, encontramos ainda ecos desta relação privilegiada de Loulé com Faro no que toca ao acesso ao mar numa leitura da abundante documentação louletana. De entre as várias referências à vinda de pescado de Faro para Loulé, parece-me importante salientar a determinação de 18 de março de 1408, em que o concelho de Loulé decide que deverá ter um homem em Faro todo o ano, com dinheiro para comprar pescado que vinha em abundância a essa vila e o entregar aos regatões de Loulé³². Já uns anos antes, em 1403, a vereação de Loulé tinha determinado enviar um procurador a Faro para tentar adquirir metade do cereal transportado por uma nau que havia aportado em Faro³³. Esta necessidade de um contacto permanente terá justificado a existência de um armazém de Loulé em Faro, destinado à recolha de cereais, já em 1423³⁴.

Mas se até agora tenho refletido acerca da dependência de Loulé face a Faro, em virtude de possuir um melhor acesso ao mar, parece-me importante ver o reverso da medalha. Como anteriormente referi, Loulé controlava uma maior extensão de terreno, sobretudo no interior. Este seria bastante produtivo, quer em termos agrícolas quer pecuários, como relata Frei João de S. José na sua já citada *Corografia*³⁵. Parece ser do interesse de Faro ter o apoio da abundante produção agrícola louletana, sobretudo quando os mercadores vindos do Norte da Europa motivavam grandes encomendas de frutos secos³⁶. Esta produtividade jogaria a favor dos louletanos, fornecendo-lhe alguns meios para negociar com os de Faro. Mas onde Loulé possuiria a total vantagem seria no acesso a terrenos de pasto. Como demonstrarei, o concelho guardaria este zelosamente, controlando o seu acesso.

³⁶ Já Luís Miguel Duarte chamou a atenção para esta situação, citando a ata de 9 de setembro de 1492, em que se conserva uma carta de Faro para Loulé para concertar a venda de fruta (DUARTE, Luís Miguel - "Portugal visto de Loulé...", pp.29-30).

Em 1403³⁷, quando é nomeado um novo adueiro, responsável pela adua, a manada comum do concelho³⁸, as autoridades louletanas proibiram especificamente a participação de gados vindos de Faro, sob uma multa de 500 libras mais 50 por cada cabeça de gado. Uns anos mais tarde, em 1408³⁹, vemos novamente repetida a multa de 50 libras por cabeça de gado alheio⁴⁰. É claro o interesse dos de Loulé de afastarem os gados de Faro dos seus terrenos e da sua adua.

No entanto, a situação sofreria uma enorme alteração, e não por pressão de Faro.

A joia da coroa dos pastos no termo de Loulé era o terreno da almargem de Bilhas, situado próximo ao reguengo da Quarteira, outro local importante para os gados concelhios⁴¹. Em 1416, este foi entregue a Gonçalo Nunes Barreto, cavaleiro, membro de uma das famílias mais destacadas de Loulé⁴². Alguns anos volvidos, abrir-se-ia uma acesa disputa entre os concelhos de Faro e Loulé e o senhor do reguengo da Quarteira. Isto porque, por volta de 1446, por sentença régia, tinha sido proibido o acesso do concelho de Loulé ao dito reguengo, como era costume⁴³. Para além disto, o Senhor do reguengo da Quarteira era acusado de permitir que os seus gados extravasassem os limites do reguengo. Estes entrariam em terrenos do concelho de Loulé, consumindo valioso pasto e causando prejuízos. Em particular, os seus porcos foçavam a água, tornando-a imprópria para consumo, levando à morte de vários bois.

Para solucionar este problema os homens-bons de Loulé criaram um espaço coutado, de grandes dimensões, separando com cuidado os pastos de gado bovino do suíno. Coutaram ainda um amplo espaço da Serra. Este acordo foi feito com a presença de procuradores de Faro⁴⁴, que se sentiam também lesados, pois fariam uso de pastos que haviam sido afetados⁴⁵. A estes era permitido, sob certas condições, usufruir do couto da serra, criado por Loulé, mas achando-o muito pequeno, decidiram também coutar um terreno seu junto aos limites do termo de Loulé.

³⁷ *Atas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV...*, pp.117-118.

³⁸ A prática do pasto comum de gado por parte do concelho de Loulé seria particularmente útil para um mais eficiente controlo da entrada de animais alheios dentro da área controlada pelo concelho.

³⁹ *Atas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV...*, pp. 174-175.

⁴⁰ Neste ano a exclusão dos gados de Faro parece mais explícita, uma vez que se excluem os gados de Albufeira dos que pagariam multa.

⁴¹ Sobre estes, veja-se: BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, pp. 226-228.

⁴² BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, pp. 117-118, n. 314.

⁴³ Faro, Arquivo Municipal de Faro, Câmara Municipal de Faro, *Registo de Leis, alvarás, provisões, cartas e outros diplomas. (1645-1710)*, f.43v-45. Agradeço ao doutor Tiago Barão pelo envio da reprodução deste documento.

⁴⁴ Como referi, é no arquivo deste concelho que se conserva testemunho deste processo.

⁴⁵ Através da leitura do documento é difícil de perceber se os gados de Faro pastariam em comum com os de Loulé, representando uma mudança de atitude do concelho de Loulé face à entrada de gados de Faro, ou se simplesmente pastariam em terrenos também danificados pelo gado de Gonçalo Nunes Barreto.

Parece ter sido esse o couto alvo de uma confirmação posterior, a pedido de Faro nas cortes de 1459⁴⁶.

Vemos aqui que a ação dos gados de Gonçalo Nunes Barreto levou a uma perda de um importante recurso de Loulé, eliminando alguma da vantagem competitiva face a Faro, que, para evitar a poluição do almargem de Bilhas que o tornara menos propício para a pecuária, optou por complementar o couto da serra, criado pelos louletanos, com um couto próprio, reduzindo a sua dependência em terras de pasto face a Loulé. Este desfecho seria duramente sentido pelos da vila de Loulé, que iriam manter uma contenda com a família Barreto durante longas décadas.

Entrada a segunda metade do século XV assiste-se da parte de Loulé a uma tentativa de diminuir a sua dependência face ao porto de Faro, investindo no povoamento do seu porto de Farrovilhas, situado numa zona atualmente assoreada⁴⁷. Em 1468, vemos que este seria ainda de reduzida importância comercial, mas com algum relevo para a pesca⁴⁸. No entanto, muitos pescadores que beneficiavam dos esforços do concelho levariam o pescado para fora, o que motivou a vereação a determinar que o pescado devia ser seco e vendido no local sob pena de multa⁴⁹. Paralelamente, ainda nesse mesmo ano assistimos a uma parceria entre Loulé e Faro, para comprar parte do cereal vindo a Lisboa por uma nau de bretões⁵⁰, acordando ainda enviar procuradores à Bretanha para negociarem futuras importações de cereal. Esta parceria seria recorrente, já que uns anos antes, Loulé teria juntado esforços com Faro para adquirir uma maior quantidade de cereal, quando em 1450, quatro barcos biscainhos haviam aportado em Faro⁵¹. À semelhança da ata de 1492, já mencionada, vemos interesse da parte de Faro na produção agrícola louletana, nomeadamente figos, para estimular o comércio do seu porto⁵².

Em 1471, a doação da vila de Loulé⁵³ a D. Henrique de Meneses afeta todos os aspetos da vida concelhia, mas é-nos difícil perceber como, por falta de documentação. Ainda assim não terá contribuído para a diminuição da dependência de Loulé face ao porto de Faro, visto que, nas cortes de 1481-82, temos um importante

⁴⁶ Publicado em “Apêndice” [Em linha]. ed. Paulo Morgado e Cunha in *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2017*, Porto: Biblioteca Digital da Faculdade da Letras da Universidade do Porto, 2018, pp. 522-52 [consultado a 30/09/2020]. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1566&sum=sim>.

⁴⁷ Sobre a localização deste, veja-se: BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, pp. 44-45 e OLIVEIRA, Leal de - “Subsídios para a localização de Farrovilhas...”, pp.231-273.

⁴⁸ *Atas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV...*, pp. 199-200.

⁴⁹ *Atas de Vereação de Loulé: séculos XIV-XV...*, pp. 199-200.

⁵⁰ BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, p. 258.

⁵¹ BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, p. 258.

⁵² BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, p. 258.

⁵³ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 21, f. 85v. (citado por BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, p. 208).

conjunto de pedidos de Loulé⁵⁴. Para além de requerer voltar a ser realenga, pede também novos privilégios para Farrovilhas. Dizem os de Loulé que haviam andado em demanda com o concelho de Faro para puderem fazer tal povoação até terem tido uma sentença favorável do rei D. Afonso V, cujo teor é por mim desconhecido. Mesmo com a oposição de Faro, o concelho de Loulé teria já construído em Farrovilhas três casas para pescadores, uma loja/armazém para mercadores, uma torre para defesa e uma igreja. Segundo os livros de despesa do concelho, teria sido ainda construído um poço⁵⁵. Este investimento de Loulé era também, segundo os próprios, benéfico para o Rei, que via os seus rendimentos crescer, devido a cobrança de impostos no local⁵⁶. Dessa forma seria do interesse de ambas as partes, concelho e monarca, prosseguirem com o povoamento, e por isso Loulé pede privilégio para vinte vizinhos no porto, ajudando a fixar mais população. Em estreita ligação com este pedido está um outro nas mesmas Cortes, em que os de Loulé pedem para não serem construídas azenhas no esteiro que chamam de “Salamam”, pois afetariam o acesso ao porto de Farrovilhas, que seria feito por esse curso de água, importando portanto, zelar pela sua manutenção⁵⁷.

No entanto, este esforço de Loulé parece ter sido infrutífero, nunca atingindo Farrovilhas a dimensão desejada. Escassos seis anos depois, em 1488, a situação na pequena aldeia portuária seria de tal ordem que a sua igreja não tinha capelão, estando os seus bens, nomeadamente alfaias litúrgicas, em parte incerta⁵⁸. Viriam a ser encontrados na posse de um pescador, que seria então nomeado mordomo, após ser feito um rol das parcas posses da igreja. Todos estes traços parecem indicar não uma comunidade vibrante, mas um povoado pequeno e pobre. O sonho de um porto em Farrovilhas nunca seria alcançado, o acesso ia ficando mais difícil para barcos de maior tonelagem devido às mudanças na ria, permitindo o acesso apenas os barcos de pesca⁵⁹. Faro torna-se no verdadeiro porto de Loulé. O golpe de misericórdia seria dado em 1596, quando os ingleses, comandados pelo Conde de Essex saqueiam Faro e incendeiam Farrovilhas⁶⁰. Este último arrastar-se-ia como um local de armação de navios de pesca de atum, mudando de local ao sabor das cabanas dos pescadores, até

⁵⁴ “Apêndice” ...pp. 534-538.

⁵⁵ BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, p. 43, n.110.

⁵⁶ “Apêndice” [Em linha]. ed. Paulo Morgado e Cunha in *Omni Tempore...*, pp. 534-538.

⁵⁷ “Apêndice” [Em linha]. ed. Paulo Morgado e Cunha in *Omni Tempore ...*, pp. 534-538.

⁵⁸ Situação estudada por Luís Miguel Duarte em: DUARTE, Luís Miguel - “Quando uma igreja morre: histórias do Cristianismo em Loulé no final do século XV”. in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. III. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 85-90 Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/8970>

⁵⁹ BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, pp. 45- 46. A situação já seria complexa antes, sendo necessário, como vimos, proibir a construção de azenhas no canal de água que dava acesso ao porto.

⁶⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero de - “O assalto dos Ingleses a Faro em 1596”. in MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *O Algarve na Época Moderna. Miunças: 2*. Coimbra: Universidade, 2002, pp.110-111.

finalmente o mar deixar de o atingir⁶¹.

A sorte de Loulé seria semelhante. Sem porto próprio, mas dotada de um enorme potencial produtivo, tornou-se progressivamente num fornecedor de matérias-primas a Faro, que foi crescendo em tamanho e importância. Um não conseguiria viver sem o outro, mas existia claramente uma primazia em Faro. De uma vila com estatuto, tamanho e importância semelhante a Loulé, Faro viria a tornar-se em 1577 na sede do Bispado do Algarve e cabeça do Reino do Algarve, tomando uma posição central na região, que nunca viria a perder⁶².

⁶¹ É ainda atestado o topónimo e o seu acesso ao mar até pelo menos ao século XVIII (BOTÃO, Maria de Fátima - *A construção de uma identidade urbana...*, pp. 45-46). Para um exemplo de um fenómeno semelhante de assoreamento, mas ocorrido no centro de Portugal, veja-se: BRITO, Cristina, *et alii* - "Coastal Geomorphological and Environmental Changes as drivers of Historical Shifts in Maritime Activities". in ROQUE, Ana Cristina *et alii* (coord.) - *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*. Porto: CITCEM, 2018, pp. 209-225. A bibliografia citada neste estudo é também elucidativa para a compreensão do impacto das alterações costeiras e de fenómenos de assoreamento em Portugal, incluindo o Algarve.

⁶² Vejam-se as obras de Romero de Magalhães sobre a região: MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *O Algarve Económico durante o século XVI ...*; MAGALHÃES, Joaquim Romero de - *O Algarve Económico: 1600-1773...*

O rio sem nome e a vila que o dá: Alenquer e o seu rio

*Inês Olaia*¹

Resumo

A vila de Alenquer, na região Oeste, protagoniza um caso pouco frequente: o rio que a atravessa não tem outro nome que o de ser o *rio de Alenquer*. O trabalho que aqui se apresenta pretende explorar a relação da vila com esse rio através da história, focando particularmente a Idade Média. O lugar onde a vila se implantou não é uma surpresa: a defensabilidade e o acesso a recursos essenciais, como a água, fornecida em abundância pelo rio e as nascentes próximas, são visíveis. Mas a relação da vila com este curso de água não se limita ao abastecimento: o rio fornece-lhe um meio de comunicação que a pode afetar positiva ou negativamente, dá-lhe alimento e um fator de identidade expresso na sua heráldica. O curso de água implica, igualmente, riscos como as cheias, muitas vezes violentas e cujas consequências são usadas como argumento para não se pagarem impostos. Com o curso do tempo, sobretudo já no século XIX, o papel do rio modificou-se, intensificando-se. E com ele vieram problemas novos – catástrofes ambientais, assoreamentos vários e mudanças no seu leito, cheias mais destrutivas... – todos eles potenciados pela comunidade, que os tentou domar.

¹ Centro de História da Universidade de Lisboa.

Palavras-chave

Alenquer. História Ambiental. Hagiografia. Rio de Alenquer. Povoamento. Cantigas de Santa Maria.

The nameless river and the town that gives it: Alenquer and its river

Abstract

The town of Alenquer, near Lisbon, is the protagonist of a singular case: the river that crosses the town is known only as *the river of Alenquer*. The work presented here aims at exploring the relationship of the town with its river across history, with a focus on the Middle Ages. The town's settlement location is no surprise: it is easy to defend and has access to essential resources, such as water, sourced through the river and the springs nearby. But the relationship between the town and its river is not limited to that instance. The river affects this town both positively and negatively, gives it food and an identity factor seen in its heraldry. The river is also a liability mainly due to the frequent floods, which were violent and used as an excuse by the town not to pay taxes. As time went by, the role of the river changed and was intensified, especially in the 19th century. With that came new issues: environmental catastrophes, silting and shifts in the riverbed, destructive floods... all of them caused by the community that also tried to control them.

Keywords

Alenquer. Environmental history. Hagiography. Alenquer's river. Settlement. *Cantigas de Santa Maria*.

Introdução

Os rios são por natureza elementos dinâmicos. Apresentam desafios particulares a todos os que quiserem traçar-lhes uma história, colocando os historiadores a ponderar o papel que a natureza desempenha em geral no devir das sociedades

humanas. Como disse Martin Schmid², ao contar a história de um rio e das pessoas que vivem com ele, terá necessariamente de pesar-se o impacto dos processos naturais nas mudanças ocorridas na história, processos esses que muitas vezes ocorrem a escalas muito mais vastas e incontroláveis pelo ser humano. Durante milénios, as populações interagiram com os ambientes ribeirinhos e alteraram-nos de acordo com as suas necessidades, fazendo dos rios paisagens híbridas onde os fenómenos socioculturais estão inextricavelmente ligados aos naturais.

São vários os exemplos de abordagens académicas a esses fenómenos. Um dos trabalhos fundamentais neste âmbito foi o de Richard White³, explorando o caso do rio Columbia. Este autor ligou com sucesso a história natural do rio à história cultural das populações que o rodeiam através de um conceito fundamental: a energia. A energia das águas que moldam a paisagem e que é explorada pelas turbinas elétricas, por exemplo. Mesmo domados, os rios europeus não perderam a ligação a esse conceito fundamental, por um lado; por outro lado, eventos como cheias catastróficas mostram que o controlo sobre uma força natural deste tipo nunca será total⁴. Embora apenas regulados ou *sistematicamente treinados* desde o século XIX, isso não quer dizer que não houvesse cuidados desse género antes desse século.

Além da perceção ambiental e ecológica do curso de água, foram feitos estudos em torno de todos os aspetos imagináveis de um rio: conflitos, transportes, cheias, como sítio de despejo, sobre a perceção mítica e alegórica do curso de água. Quem diz estudos no âmbito da Idade Média, dirá igualmente no âmbito do período moderno para muitos destes temas e consequências. O período moderno mostra em muito como diferentes usos do rio se foram equilibrando. É, como tantas vezes, uma história de vencidos e vencedores, entre homens e entre estes e a natureza. Não obstante, para Martin Schmid, esta não é só uma história de diminuição de diversidade ecológica e aumento do controlo mecânico dos fluxos de água. As sociedades modernas debateram e pensaram dentro das suas próprias lógicas estes problemas. Observá-los hoje é uma oportunidade de pensar o presente e o futuro⁵. E quem diz as sociedades modernas diz as contemporâneas: é, enfim, no período cronológico em que terminaremos o nosso estudo, entre o final do século XVIII e início do século XX, que os rios começam a ser sistematicamente alvo de planeamento das autoridades locais ou, até, dos estados centrais, muitas vezes para

² SCHMID, Martin - "Environmental History of rivers in the Early Modern Period". in KNOLL, Martin; REITH, Reinhold (eds.) - *An Environmental History of the Early Modern Period: Experiments and perspectives*. Munster: Lit Verlag, 2014, p. 20.

³ WHITE, Richard - *The Organic Machine - The Remaking of the Columbia River*. New York: Jill and Wang, 1995, sintetizado por SCHMID, Martin - "Environmental History of rivers in the Early Modern Period", p. 20.

⁴ SCHMID, Martin - "Environmental History of rivers in the Early Modern Period", pp. 22-24.

⁵ SCHMID, Martin - "Environmental History of rivers in the Early Modern Period", pp. 24-25.

ultrapassar problemas de navegabilidade⁶.

A presença de um rio nas imediações de uma povoação de assentamento medieval ou anterior não é uma surpresa: a necessidade de abastecimento de água é um fator óbvio para a escolha do lugar onde se fixa um povoado desde sempre. As cidades hispano-muçulmanas são, efetivamente, caracterizadas por essa proximidade à água⁷ e construídas maioritariamente em terreno acidentado. Esse constrangimento geográfico permite-lhes alcançar maior proteção e vigilância sobre a paisagem e protege-as dos ventos menos benéficos. Estendem-se, depois, para os vales⁸. O caso de Alenquer não é exceção. O núcleo mais antigo da vila está ainda hoje alcandorado no topo de uma elevação, protegido pelo que resta da antiga muralha. Acima dele elevava-se um castelo, de que quase nada resta hoje. Aos pés do núcleo amuralhado corria um curso de água de dimensão considerável, que hoje estará reduzido. Defesa e acesso a recursos naturais, portanto. O caso estranha-se de alguma forma apenas quando se constata que o rio que banha o antigo arrabalde mais baixo da vila não tem nome próprio. Não é caso único no concelho medievo ou na região⁹. O artigo que agora se apresenta pretende ser, não uma narrativa da história da vila trazendo grandes novidades sobre esta, mas sim um conjunto de reflexões sobre a relação de Alenquer com o seu rio, entrecruzando a história do aproveitamento e ciclo de vida do curso de água com a da povoação. Fonte natural de recursos alimentares, meio de transporte, força motriz de engenhos de produção, e avassaladora força destrutiva quando a tal a natureza o força, o rio de Alenquer teceu a sua história na mesma malha em que foi tecida a história da vila que lhe dá nome.

1. O nome e o percurso

O rio de Alenquer é chamado, desde que há registo, apenas *rio* ou *rio de Alenquer*. Não tem outro nome que o da vila principal por onde passa. Não é o único no concelho, como dissemos: as ribeiras da Carnota e de Ota são outros dois cursos de água que atravessam ou estão na proximidade de povoações do mesmo nome. Não sabemos dizer quem deu o nome a quem. No caso de Alenquer, parece mais óbvio:

⁶ FROUX, Stéphane - "Environmental History of Water Resources". in AGNOLETTI, Mauro; SERNERI, Simone Neri (eds.) - *The Basic Environmental History*. Cham: Springer, 2014, p. 129.

⁷ FERRO, João Pedro - *Alenquer Medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia, 1996, citando MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa*, sep. *Bracara Augusta* 79 (1981).

⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução ...* p. 13. As vilas castelhanas tendem a beneficiar igualmente da proximidade aos rios para efeitos defensivos já no século XV: DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel - "Ríos y Vida Urbana en la Castilla del siglo XV". *Biblioteca: Estudio e Investigación* 24 (2009), p. 56.

⁹ O rio Ota, por exemplo, tem o mesmo que uma povoação próxima.

dentro da vila e regularmente até depois dela, é apenas o rio¹⁰; fora da povoação é, logo em 1173, o rio de Alenquer¹¹. Isso pode constituir tanto maior surpresa quanto, não muito longe, o caso do Sizandro, em Torres Vedras, é diferente. Ainda no século XVIII os ribeiros mudavam de nome consoante a povoação por onde passavam. O rio que se espria aos pés da fortaleza torriana mantém, porém, o nome ao longo de todo o curso. Sizandro querará significar, na sua origem, rio sinuoso¹². Em Alenquer a vila dá nome, portanto, a um rio que não o tem nem parece ser distinguido por qualquer característica peculiar.

Dizemos hoje que esse rio nasce numa das elevações próximas da serra de Montejunto, no extremo noroeste do atual concelho de Alenquer. A ele aflui uma constelação de pequenos cursos de água, fazendo deste rio a principal bacia hidrográfica do concelho. O rio torce e inflete aos pés da *Vila Alta*, bem encaixado nos calcários jurássicos daquela área, possibilitando, nas palavras de Aldo Paviani, a existência de uma “estreita faixa de terra plana, muito bem aproveitada pela vila”¹³.

No entanto, esse pode não ter sido o entendimento das populações que lhe cunharam o nome. Ainda no século XVIII, os priores das colegiadas de Alenquer discutem onde nasce efetivamente o rio que banha a vila¹⁴. Um deles explica-nos porquê: as nascentes da serra de Montejunto secam no verão. Se queremos considerar que o sítio onde nasce um rio é o sítio onde as águas são perenes, então é já na entrada da própria vila setecentista que os abundantes olhos de água que dão corpo ao rio se encontram¹⁵. Daí para diante, ninguém duvida onde desagua: corre até ao Tejo, precipitando-se por fim nas suas águas depois de Vila Nova da Rainha, a par com o rio de Ota.

¹⁰ Como em Lisboa, Torre do Tombo (doravante designado TT), *Mosteiro de Chelas*, maço 55, n.º 1097. O reguengo de Celas, onde se situa a propriedade, devia ficar praticamente dentro da vila.

¹¹ *Inventário de compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora: cartulário do séc. XIII*. Transcrição Maria Teresa Barbosa Acabado. *Arquivo da Bibliografia Portuguesa* 14 (1968), pp. 36-108 (n. 4).

¹² SILVA, Carlos Guardado da - “O rio Sizandro na centúria de Setecentos”. in SILVA, Carlos Guardado da (coord.) - *Caminhos do Rio. Rios das Grandes Civilizações – XXI Encontro Turres Veteras*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras/ Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras/ Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano/Centro de Estudos Clássicos, 2019, p. 216.

¹³ PAVIANI, Aldo - “Alenquer, aspectos geográficos de uma vila portuguesa”. *Fimisterra* 3/5 (1968), p. 34.

¹⁴ Os textos de todas as memórias paroquiais respetivas à vila de Alenquer estão publicados em *Memórias Paroquiais (1758-1759)*. Ed. João Cosme; José Varandas. Vol. II [Alcaria-Alijó]. Lisboa: Caleidoscópio, 2010, pp. 219-272. É particularmente interessante neste contexto a referência da p. 240, onde o prior oferece medidas diferentes para o comprimento do rio, consoante o lugar de nascimento.

¹⁵ SILVEIRA, João Martinz da - “Várzea”, *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, p. 270. Este é, de resto, o relato mais pormenorizado quanto ao rio.

2. O rio como marca na paisagem e na cultura local

Como qualquer curso de água significativo, o rio de Alenquer é um obstáculo natural pela sua dimensão física, para quem o tenta afrontar, mas não é intransponível. Como limite natural, serve de confrontação a uma multiplicidade de pequenas propriedades¹⁶ e, crê-se, serviu para dar nome a um dos bairros do arrabalde medieval: Triana. Criam os autores do século XIX que o termo significava, em Alenquer como em Sevilha, “do outro lado do rio”¹⁷. O ser “do outro lado do rio” é mesmo o motor da lenda medieva que envolve a construção da igreja de Santa Maria de Triana. A origem da história remonta, pelo menos, às *Cantigas de Santa Maria*.

Como é sabido, estas *Cantigas* são uma compilação de histórias milagrosas atribuídas à Virgem, escritas em verso para serem cantadas, por Alfonso X, rei de Castela. Muitas dessas histórias circulavam há muito tempo na Europa e estão atestadas em livros diversos, outras devem ser produto de tradições orais variadas e não se sabe qual a sua origem, até terem sido fixadas pela pena do rei Sábio¹⁸. Os templos e os milagres portugueses figuram num pequeno número de cantigas (cerca de três dezenas de composições, todas concentradas na segunda metade do volume total de composições). Espanta, de alguma forma, a escassez de referências a milagres e santuários portugueses, uma vez que se calcula que em 1320 cerca de ¼ das paróquias portuguesas era de invocação mariana. Além disso, nem todos os templos referidos são Santuários em sentido estrito. Stephen Parkinson identificou referências a lugares específicos de culto em Évora, Alenquer, Terena e Odemira, mas apenas os três primeiros devem ser tidos como santuários por se tratar efetivamente de lugares de romaria. Santa Maria de Terena domina as referências. Alenquer está representada por duas, sendo que, delas, uma nos ocupará algum tempo de reflexão¹⁹.

Conta a Cantiga 316²⁰ que um clérigo de Alenquer, prior de uma igreja da vila situada numa das margens do rio, chamado Martim Álvitez, privado de um rei Sancho, gostava de fazer cantigas de amor. Um dia, *além do rio* da vila, descobriu-se

¹⁶ A título de exemplo: TT, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca*, 2. Incorporação, maço 86, Arrendamentos, s/n. (doc. Inseto em traslado datado de 05.07.1440). Ou em TT, *Ordem de Cister. Mosteiro de Odivelas*, liv. 30, fl. 34.

¹⁷ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer e seu Concelho*. Fac-símile da Edição de 1873. Arruda dos Vinhos: Arruda Editora, 2005, p. 198.

¹⁸ Uma breve resenha do assunto em PEREIRA, Teresa Lopes - “O Culto de Nossa Senhora dos Mártires em Alcácer do Sal, a Senhora da Cinta e as Cantigas de Santa Maria”. *Medievalista Online* 6 (2009). [consultado a 5 fevereiro 2020]. Disponível em [MEDIEVALISTA \(unl.pt\)](http://MEDIEVALISTA.unl.pt).

¹⁹ Todas estas informações foram colhidas em PARKINSON, Stephen - “Santuários portugueses em las Cantigas de Santa María”. *Alcanate: Revista de estudios Alfonsois* 1 (1998-1999), pp. 43-58. O Santuário de Terena nas Cantigas de Santa Maria foi já tema de uma dissertação: LIMA, Mariana Ramos de - *Santa Maria de Terena nas Cantigas de Santa Maria: aspetos históricos, políticos e musicais*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2018. Dissertação de Mestrado.

²⁰ Utilizamos a edição de Mettmann: AFONSO X - *Cantigas de Santa Maria*. Ed. Walter Mettmann. Vol. III. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1964, pp. 163-164.

uma imagem de Maria. Fez-se logo um altar e o templo era concorrido de romaria das gentes. O clérigo ficou zangado porque assim lhe fugiam os fiéis e as ofertas para esse outro templo. Por esse motivo, mandou pôr fogo à capela. Foi por isso prontamente castigado por Cristo, perdendo a visão. No fim da história, arrependido, manda reerguer a capela em pedra e vai ao local celebrar uma missa. Fica curado na ocasião e promete cantar a partir daí apenas cantigas dedicadas à Virgem.

De acordo com a edição de Mettmann das *Cantigas*, no códice Florentino a ermida em causa foi identificada como Santa Maria de Triana²¹. Embora todos os manuscritos utilizados para a edição sejam do século XIII, e, portanto, a identificação da ermida com Santa Maria de Triana seja coeva da escrita primeva das cantigas, a geografia da vila de Alenquer permite outra interpretação, que de resto é deixada em aberto em pelo menos um manuscrito das *Cantigas*: o manuscrito do Escorial, conhecido como Códice dos Músicos²².

No sopé da colina em que se ergue hoje a vila alta, na vertente oposta àquela em que se desenvolveu a vila, encontrava-se no século XIII uma pequena ermida, dedicada a Santa Maria. Provavelmente, o formato da mesma granjeou-lhe o nome de Santa Maria Rotunda. No lugar habitava um conjunto de mulheres enceladas, devotas. Foi ainda na primeira metade do século XIII que essas mulheres foram transferidas para Coimbra, para o Mosteiro de Santa Maria de Celas, nos arredores da cidade²³.

A ermida, contudo, continuou a ser concorrida pela devoção popular pelo menos até ao século XVIII²⁴, tendo a imagem sido transferida dali para o convento de São Francisco já no final do século XIX²⁵. Quem conhece a geografia atual da vila de Alenquer saberá que o que resta da ermida de Santa Maria Rotunda (mais tarde, Nossa Senhora da Redonda) se encontra na mesma margem do rio que a igreja que podia ter-se-lhe oposto, por ser a mais próxima: chamava-se então São Tiago de Marrocos, e ficava junto à porta da vila para quem subia o caminho junto a Santa

²¹ AFONSO X - *Cantigas de Santa Maria...*, p. 163, nota de rodapé: “Fomo santa maria de triana hua igreja dalâquer deu lum a um ome bõo que cegara por que quemara aquela as eigreia”.

²² Sobreviveram quatro manuscritos das cantigas de Santa Maria: Madrid, Biblioteca Nacional MS 10.069, conhecido como *Toledo* (To); São Lourenço (Escorial), Biblioteca del Real Monasterio b.I.2, conhecido como *Códice dos músicos* (E); São Lourenço (Escorial), Biblioteca del Real Monasterio T.I.1 conhecido como *Códice rico* (T) e Florença, Biblioteca Nazionale Centrale Banco Rari 20 ou *Florenzia* (F). Nem todos contêm todas as cantigas. A edição de Mettmann regista esta cantiga nos códices E e F.

²³ O cenóbio em si e a sua história foram estudados em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2001.

²⁴ Como relata o prior de Santiago de Alenquer na respetiva memória: VEIGA, Paulo Carneiro da - *Santiago*. in *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, p. 221) e se verá pela existência deste sermão: PEREIRA, José Rodrigues - *Sermão de preces por arochial igreja de Santo Estevão da vila de Alanquer ao recolher de uma Procissam, levandose nella a milagrosissima Imagem da Mãe de Deos da Redonda*. Lisboa Occidental: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1787.

²⁵ Por causa do assoreamento que referimos a seguir. HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer ...*, p. 197.

Maria Rotunda vindo de Torres Vedras. Mas parece que nem sempre foi assim. Como tivemos já oportunidade de explorar noutro lugar²⁶, o intenso assoreamento que sofreu o rio de Alenquer levou a que Santa Maria Rotunda fosse atolada no lamaçal trazido pelas águas do rio. Curiosamente, parece até que a posição atual do curso de água não corresponde àquela que existia pelo menos antes de 1861. Uma gravura da época mostra que o rio passava então mais junto ao sopé do monte, entre este e Santa Maria Rotunda, ao contrário do que acontece hoje²⁷. Os problemas de assoreamento, cheia e transferência de locais de culto não são exclusivos de Alenquer, tendo Torres Vedras padecido do mesmo tipo de circunstância²⁸.

É uma mera hipótese de trabalho, mas não deixa de ser útil colocá-la: seriam a capela milagrosa Santa Maria Rotunda e a Igreja do prior Martim Álvitez a de São Tiago de Marrocos? Não é fácil saber a que paróquia pertencia o tal clérigo, dada a escassez documental a que está sujeita a vila de Alenquer. O melhor que se nos afigura dizer, é que entre os poucos priores de Alenquer que se conseguem recensear, os de estatuto mais elevado socialmente parecem ser priores de São Tiago, o que se coadunaria com a ideia de que esse pároco era próximo de um rei Sancho²⁹. Curiosamente, um desses poucos priores é mesmo procurador da rainha D. Beatriz Afonso, filha de Alfonso X³⁰. Estamos a especular, mas seria através dela (independentemente das igrejas envolvidas), senhora de Alenquer, que a história chegou à pena do rei sábio? A hipótese é para lá de frágil, mas parece útil levantá-la.

A história da igreja e da Virgem descoberta milagrosamente do outro lado do rio repete-se em eco pelos séculos associada a Santa Maria de Triana, variando ligeiramente. Já no século XVIII se conta que a igreja de Triana fora construída por ordem da Rainha Santa Isabel, quando aí fora descoberta, através de revelação divina

²⁶ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; OLAIÁ, Inês Sofia Lourenço - "O Mosteiro de Celas, Alenquer e Santa Maria Rotunda". in CARREIRAS, José Albuquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui (coords.) - *Cister. História*. Tomo II. Alcobaca: Hora de Ler, 2019, pp. 227-243.

²⁷ Publicada no *Boletim da Junta de Província da Estremadura*. 2ª série (maio/agosto 1945).

²⁸ Ao longo dos séculos foram modificadas ou desaparecerem a ermida de S. Francisco e mesmo uma das suas paroquiais, a igreja de S. Miguel em 1859 (CATARINO, Manuela - "Águas de todos os dias... (Sizandro, um rio estremenho, nos sécs. XIV e XV)". in GONÇALVES, Iria - *Paisagens Rurais e Urbanas - Fontes, Metodologias, Problemáticas - Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 169.) A igreja de S. Tiago da mesma vila, na zona baixa, resiste, mas sabe-se que as cheias a afetavam seriamente, chegando as águas ao cruzeiro (RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *Torres Vedras - A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica, 1997, p. 176). Já o antigo convento de Santo Agostinho, situado nos séculos medievos junto à muralha da vila no sentido da Várzea (irrigada pelo Sizandro e pelo Alpalhão), em frente à igreja de S. Tiago, acabou mesmo por ser transferido no século XVI para zona mais alta, ocupando a gafaria da vila (RODRIGUES, Ana Maria S. A. - "Uma vila medieval encontra o seu padroeiro. Frei Gonçalo de Lagos no tempo em que foi Prior do Mosteiro de Santo Agostinho de Torres Vedras". *Cadernos do Noroeste - Série História* (1) 15/1-2 (2001), p. 299.

²⁹ Nos casos que recenseámos para a nossa dissertação de mestrado, contam-se um procurador da rainha D. Beatriz Afonso e o capelão da infanta D. Isabel de Urgell, já no século XV. Ver Tabela III em Apêndice de: OLAIÁ, Inês - *Território e Poder entre duas vilas da Estremadura: Aldeia Galega e Alenquer na Idade Média*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019. Dissertação de Mestrado. Mas os dados são muito escassos, e recensearam-se muito poucos clérigos.

³⁰ TT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca*, 2.ª incorporação, maço n.º 4, n.º 116A.

à rainha, uma imagem milagrosa da Virgem. Para passar o rio e ir ver das obras, havia no rio umas pedras, chamadas então passadeiras da Rainha Santa, por onde Isabel se deslocava³¹. O próprio prior de Triana, ao relatar esta história nas memórias paroquiais, reconhece, contudo, a impossibilidade do feito, dado a existência da festa que se fazia à Virgem ser anterior a Isabel de Aragão de acordo com as suas indagações³². Não é, contudo, o único elemento que liga as águas de Alenquer à rainha: dizia-se ainda no século XIX que havia uma fonte em Triana obra da Rainha Santa³³.

Nas margens do mesmo rio, a rainha D. Isabel teria fundado a igreja do Espírito Santo de Alenquer, e por lá se teria dado um dos milagres relacionados com rosas e protagonizados por ela³⁴. Ao lado, em local que se ignora, estaria outra fonte ligada a Santa Isabel, mas desta feita medicinal, por nela se ter banhado a Santa Rainha; igualmente por nas águas do rio ter a soberana lavado os panos usados pelos doentes da albergaria do Espírito Santo se dizia que aquelas possuíam propriedades curativas³⁵. Desligada dessa memória religiosa, no século XVIII havia lembrança de uma ermida no alto do monte, sob a jurisdição do prior de Triana, dedicada a São Brás, com um hospital anexo, cujos doentes se banhavam nas águas do rio³⁶. A própria água do rio podia ter função terapêutica: cria-se que tinha características medicinais adequadas para as inflamações³⁷. Não eram, no entanto, estas águas de que falávamos as únicas águas santas. Nas proximidades do rio, uma outra fonte, junto à ermida de Santa Catarina, granjeava o nome de Fonte Santa por nela terem bebido os Mártires de Marrocos³⁸.

Temos, portanto, águas que dividem e águas que curam. Mas o que divide tem de ser ultrapassado: por isso se construíram, ao longo do rio e dos séculos, uma multitude de pontes. A documentação medieval não nos legou referência concreta a nenhuma dentro da vila, mas havia-as, tanto mais que ambas as margens possuíam bairros medievos bem desenvolvidos. Na vizinha vila de Torres Vedras, por exemplo, embora o núcleo principal da vila não fosse atravessado pelo rio Sizandro, alguns dos mais significativos caminhos que a ligavam a outras partes do termo serviam-se de

³¹ VEIGA, Paulo Carneiro da - “Santiago”. in *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, pp. 230-231.

³² BRANDAO, Luiz Caetano - “Triana”. in *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, p. 243.

³³ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer ...* pp. 200-201.

³⁴ VEIGA, Paulo Carneiro da - “Santiago”. in *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, p. 231 e HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer e seu Concelho ...*, p. 202.

³⁵ Todas estas tradições são relatadas no século XIX por HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer e seu Concelho ...*, p. 8 e p. 76.

³⁶ BRANDAO, Luiz Caetano - “Triana”. in *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, p. 246.

³⁷ Silveira, João Martinz da - “Várzea”. in *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, p. 231 e HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer e seu Concelho ...*, p. 202.

³⁸ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer ...*, p. 8 e p. 208.

pontes sobre o curso de água³⁹.

Em Alenquer, fora da vila, havia pelo menos uma: a Ponte da Marinha⁴⁰, quase na chegada à vila para quem viesse do Tejo. Uma outra tem interpretação dúbia: a Ponte da Couraça. É mais provável, e os autores antigos assim creem, que se trate da ponte localizada junto à fortificação medieval nunca acabada, a Couraça, no sopé da colina onde se localiza a vila Alta⁴¹. Não obstante, uma Ponte da Couraça sobreviveu na toponímia na zona do Carregado. Há notícia ainda de uma ponte nova em 1221⁴², que dizia quem escreveu no século XIX corresponder à Ponte de Santa Catarina⁴³, bem dentro da vila de Alenquer. Existiam, quando o erudito local escrevia, uma mão cheia de travessias: a Ponte de Pancas, a Ponte da Couraça, a Ponte do Arraial, a Ponte do Espírito Santo (esta mandada erguer por D. Sebastião) e a Ponte de Santa Catarina⁴⁴. Mas o rio não era intransponível sem pontes, e talvez por isso pouco se diga sobre elas na Idade Média. As tais pedras colocadas para fornecer a passagem para Triana a Isabel de Aragão existiam no século XVIII⁴⁵, e não é difícil imaginar que no estio o menor caudal do rio permitisse que tivessem essa mesma função. As próprias pontes podiam servir de marco divisório: assim se identificavam os limites de Santa Maria de Triana no século XVIII⁴⁶.

Enquanto elemento identitário, o rio de Alenquer teve honras de aparecer na heráldica da vila muito cedo. Embora seja difícil de discernir o sentido do primeiro selo conhecido da vila, a segunda matriz é bem mais clara e segue um modelo comum a muitas outras vilas, diferenciando-se entre si pela representação de outro

³⁹ A ponte de S. Miguel, junto à igreja do mesmo nome, é disso exemplo. São várias as pontes sobre o rio ao longo do seu troço final, em que é acompanhado por uma das vias de comunicação fundamentais no termo de Torres Vedras. O caudal do curso de água era incerto, o que não promovia a navegação de forma coerente, por um lado, por outro as pontes acabam por ser elementos importantes no desenho dos caminhos que ligam a vila a todo o termo. RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *Torres Vedras – A vila e o termo nos finais da Idade Média* ..., pp. 330-335.

⁴⁰ Não é totalmente seguro: o registo aparece numa inquirição do tempo de Afonso III, copiada para um livro de D. Dinis e não é totalmente segura a leitura. Relacionamos o topónimo latino legível com a localização física que o documento deixa entrever. TT, *Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis*, Liv. 10, fl 22v.

⁴¹ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer* ..., p. 134-135.

⁴² MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)* ... doc. 15.

⁴³ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer* ..., p. 194.

⁴⁴ Enumeram-se todas no decurso da descrição da vila de Alenquer: HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer* ..., pp. 141-214.

⁴⁵ Ver nota n.º 30 para a referência documental.

⁴⁶ BRANDAO, Luiz Caetano - "Triana ...", p. 242.

símbolo em conjunto com o castelo. Alenquer optou pelo rio⁴⁷. Não há melhor forma de registar a importância do curso de água como elemento identificador de uma comunidade do que essa: está na sua heráldica e devia, portanto, ser um elo diferenciador em relação às outras povoações, por um lado; por outro, deveria ser reconhecível por todos como seu. A heráldica municipal é, no fim de contas, a apropriação de uma linguagem simbólica própria da nobreza e do clero pelas forças vilãs⁴⁸. Numa sociedade maioritariamente analfabeta, supomos que a força da imagem e do símbolo é reforçada.

3. O rio como fonte de riqueza

3.1. Navegabilidade e taxas

O controlo do acesso ao rio e às suas riquezas (sejam elas extraídas diretamente das suas águas ou apenas facilitadas pelo mesmo) é um fator fundamental em qualquer sociedade medieva que se situe nas suas margens. Como vimos na introdução, esse é, efetivamente, um dos fatores que leva à eclosão de um povoado nas margens de um rio. Se Toledo existe por causa do Tejo e da geografia do seu curso superior, que permite que seja atravessado apenas em certos lugares⁴⁹, casos como o das vilas de Motrico e Deva, que disputam a jurisdição sobre um curso de água na região Cantábrica, falam-nos gritantemente de como o controlo dos recursos económicos é fundamental⁵⁰.

⁴⁷ As informações apresentadas foram recolhidas por Marta Santos no âmbito dos seus trabalhos de doutoramento e apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no I Congresso Internacional de Heráldica e Sigilografia na Península Ibérica (11-12.10.2018) numa comunicação sob o título ““Sigillum concilii”: um estudo interdisciplinar da iconografia concelhia no Portugal medievo”. Agradecemos à investigadora a autorização para referir estes dados e as indicações quanto à localização e descrição dos selos: os exemplares mais antigos, de uma primeira matriz, apresentam formas geométricas de difícil interpretação (1242-1261, de que serve de exemplo: TT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Celas de Guimarães*, maço 9, n.º 31); o exemplar sobrevivente mais recente (1270) apresenta um castelo de duas torres e um escudo, ambos assentes sob duas faixas ondatadas (TT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª incorporação de Documentos Particulares, maço 13, n. 14). Este modelo, de acordo com a investigadora referida, é recorrente entre os concelhos medievais portugueses.

⁴⁸ Aguardamos o desenvolvimento da tese de doutoramento de Marta Santos, tendo colhido esta ideia numa breve apresentação da mesma: SANTOS, Marta - “Municipal Heraldry in the Portuguese Medieval Society (13th-15th centuries)”, *Heraldica Nova*, blog colaborativo de Dilthey-Project ‘Die Performanz der Wappen’ (University of Münster), 23 de março de 2015. [Consultado 27 de setembro 2020], [disponível em [Project: Municipal Heraldry in the Portuguese Medieval Society \(13th-15th centuries\) – Heraldica Nova \(hypotheses.org\)](http://Project: Municipal Heraldry in the Portuguese Medieval Society (13th-15th centuries) – Heraldica Nova (hypotheses.org))].

⁴⁹ GARCÍA GÓMEZ, Enrique; LARA IRIBAS, Beatriz - “El Tajo y la ciudad de Toledo – O Tejo e a cidade de Toledo”. in SILVA, Carlos Guardado da (coord.) - *Caminhos do Rio. Rios das Grandes Civilizações* ..., 2019, pp. 169-170.

⁵⁰ ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz - “Rías y brazos de mar como generadoras de riqueza”. in DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel; BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio - *Agua y sociedad en la Edad Media Hispana*. Granada: Editorial Universidad de Granada, pp. 387-412.

O foral de Alenquer, concedido em 1212⁵¹ pela infanta D. Sancha⁵², filha de Sancho I e Dulce de Barcelona e Aragão, e neta de Afonso Henriques, senhora da vila, segue o modelo do foral de Lisboa de 1179⁵³. Os textos são efetivamente muito semelhantes⁵⁴. Neles se regulamenta, entre muitas outras coisas, a taxação sobre o peixe e outros produtos que entrassem na vila por barco. A portagem, para os pescadores, ou a carga de peixe levada da vila por homens de fora, apresentam valores iguais nos dois textos, tal como a cobrança sobre a madeira que entre por barco no concelho. O transporte da madeira por via fluvial é, de resto, um tema ibérico comum⁵⁵. A diferença mais substancial entre as taxas impostas pelos forais de Alenquer e de Lisboa encontra-se na alcaidaria a cobrar sobre o peixe que entrar em Alenquer ou Lisboa por terra (carregado por animais) ou por barco: nos dois lugares se cobram dois dinheiros por cada animal que carregue peixe, mas de barco em Alenquer, o peixe miúdo é taxado em 11 dinheiros, enquanto em Lisboa apenas em 2. Estes dados ajudam pouco a perceber a razão da discrepância entre o custo de fazer entrar por barco peixe em Alenquer ou em besta. Olhando para a geografia da região, apenas um dado parece óbvio: o peixe que chegasse a Alenquer teria necessariamente de fazer uma grande distância por terra.

No mesmo foral, um dos tópicos sobre o qual o texto se debruça é o dos navios. A alínea a que corresponde é igual em Alenquer e Lisboa, o que nos permite questionar a existência de uma pequena frota local ou de atividade fluvial suficiente que justifique a existência hipotética de um alcaide e de estatuto diferenciado para o conjunto de pessoas que trabalhem nessas embarcações. Não colhemos referências documentais aos mesmos, mas não é impossível que tenham simplesmente escapado. A infanta D. Sancha parece mesmo acabar por incentivar a sua presença elevando-os ao estatuto de cavaleiros. Séculos mais tarde, aquando do foral novo, em 1510,

⁵¹ O documento original está em muito mau estado por ter sido recuperado da capa de um volume (Lisboa, Biblioteca Nacional, PGS 64V). O texto conserva-se pela cópia dada por D. Dinis aos Montes de Alenquer e transcrita em HERCULANO, Alexandre (org.) - *Portugaliae Monumenta Historica - Leges et consuetudines*. Vol I. Fasc. 4. Lisboa: Academia das Ciências, 1864, pp. 561-562. Usamos para este trabalho a tradução publicada em: HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer ...*, pp. 51-56.

⁵² Sobre a infanta e a sua relação com Alenquer haverá diversos tópicos de interesse em OLAIA, Inês - *Território e Poder...*, nomeadamente os capítulos “Dulce, Sancha, Teresa, Constança: um problema de propriedade(s)” e “Sancha e Teresa: o senhorio”, além de outras referências dispersas.

⁵³ A carta é concedida no contexto do conflito que opõe as infantas Sancha e Teresa ao seu irmão, Afonso II, e em simultâneo com o de Montemor. REIS, António Matos - *História dos Municípios*. [s.l.]: Livros Horizonte, 2007, p. 378, coloca o foral de Alenquer na órbita de expansão do foral de Coimbra por causa da localização registada no momento da sua concessão - Montemor-o-Velho. O foral de Lisboa, como se sabe, faz parte de um conjunto tríplice outorgado no mesmo ano a três grandes núcleos urbanos do reino (Lisboa, Santarém e Coimbra). Tratamos o foral de Alenquer como descendente de Lisboa, apenas porque retoma a carta daquela cidade no seu texto: que se vá ao apelido como em Lisboa.

⁵⁴ Usamos para a comparação o texto traduzido do foral de Lisboa apresentado por CAETANO, Marcelo - *A Administração Municipal de Lisboa na 1.ª Dinastia (1179-1383)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1981, pp. 113-123.

⁵⁵ DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel - “Ríos y Vida Urbana en la Castilla del siglo XV ...”, p. 58.

parecem existir três portos fluviais em Alenquer, o que atesta da navegabilidade do rio: um na vila, um na Marinha, e outro em Vila Nova da Rainha⁵⁶. O segundo destes portos tinha sido usado aquando da crise de 1383-1385 como local de desembarque das forças do Mestre de Avis, enviadas com o intuito de pôr fogo às portas da fortaleza certa noite. Vêm de barco, e desembarcam, para não serem vistos, a cerca de uma légua de Alenquer, na Marinha⁵⁷.

No século XVIII, a situação mudou. O rio não é mais navegável até à vila porque os muitos açudes – 11, de Vila Nova a Alenquer – dificultam a passagem⁵⁸. O único porto que então parece ser usado ficava junto ao Tejo⁵⁹.

3.2. A força motriz

Se pode haver dúvidas quanto à existência medieva de uma pequena frota, não as há quanto à importância do aproveitamento da força motriz do rio. Pululam na documentação, desde cedo, as azenhas e os moinhos, por inteiro, divididos até ao oitavo, doados, herdados e recebidos. Estragados, provocam queixas e condenações. Nada no foral diz que são de exclusiva jurisdição do senhor. Porém, o aproveitamento dos recursos fluviais a este nível era-o normalmente. E, de facto, há algum tipo de foro envolvido no uso de moinhos em Alenquer na Idade Média, parecendo inclusive um hábito instalado que o rei cobrasse metade da produção em todos os engenhos daquela ribeira⁶⁰. Falar do aproveitamento da força das águas do rio de Alenquer implica pegar um fio narrativo que nos vai conduzir da Idade Média à Contemporaneidade, e lançar questões sobre problemas diferentes.

O primeiro deles é o da construção e transmissão patrimonial de engenhos como as azenhas e os moinhos. As primeiras referências que recolhemos a estruturas deste género surgem com a infanta D. Sancha, que compra vários, porção a porção, para os doar a Santa Maria de Celas de Guimarães, em Coimbra. Este mosteiro, embora assente em Coimbra durante quase toda a Idade Média, tem raízes em Alenquer, precisamente em Santa Maria Rotunda, a ermida construída nas margens

⁵⁶ Como é que estes se articulavam com as pontes - particularmente no caso da Marinha -, é uma pergunta em aberto. Mas existiam efetivamente portos até à vila, o que não nos permite concordar com a asserção de PAVIANI Aldo - "Alenquer, aspectos geográficos de uma vila portuguesa". *Finisterra* 3-5 (1968), p. 37. De resto, não podemos igualmente concordar com o comentário que faz a propósito dos Montes de Alenquer na p. 47, confundindo a povoação de Aldeia Galega com Vila Nova da Rainha.

⁵⁷ LOPES, Fernão - *Cronica de Dom João I. Primeira Parte*. Edição crítica e notas de Teresa Amado, com a colaboração de Ariadne Nunes, Carlota Pimenta e Mário Costa. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda / Centro de Estudos Comparatistas, 2017, p. 199.

⁵⁸ VEIGA, Paulo Carneiro da - "Santiago". in *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, p. 239.

⁵⁹ VEIGA, Paulo Carneiro da - "Santiago ...", p. 237.

⁶⁰ D. Dinis liberta Domingos da Gaia desse tributo por dois anos, querendo este com a sua esposa fazer moinhos na ribeira de Alenquer. TT, *Chancelarias, Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 4, fl. 31r

do rio de que falámos inicialmente. Por isso, um núcleo do seu património estará sempre ancorado na nossa vila e num conjunto de doações feitas pela infanta D. Sancha, protetora desse mesmo cenóbio. A infanta comprou uma variedade de pequenas parcelas dos moinhos de Gonçalo David, além possuir partes na azenha de Pedro Soares e as azenhas de Lauter⁶¹.

As parcelas dos moinhos de Gonçalo David dão-nos uma imagem complexa da forma de transmissão deste tipo de património. Quando elenca as parcelas adquiridas para doar a Celas, a infanta regista não só a quem as comprou, mas de quem essas pessoas tinham recebido a parcela em causa. No total, contam-se diversos homens e mulheres proprietários, que receberam de igual maneira as partes do moinho do seu pai ou da sua mãe e transmitem essa porção em conjunto com o seu cônjuge⁶². Passar um instrumento de produção como este já construído para o mosteiro significava, do ponto de vista da infanta, dotá-lo de um rendimento fixo apetecível, que provavelmente exigia, se tudo corresse bem, um mínimo de esforço de manutenção.

D. Sancha não foi a única a dispor de moinhos e azenhas para agradecer instituições ou pessoas particulares. Terra de rainhas e infantas em sucessão desde a esposa de Sancho I com escassas interrupções, foram várias as que fizeram uso desse tipo de meios: há doações de moinhos na ribeira de Alenquer feitas por Leonor Teles⁶³, aforamentos que se confirmam de Filipa de Lencastre para a infanta Isabel⁶⁴ e um legado em testamento de Leonor de Aragão. Este último interessa-nos particularmente porque os moinhos foram mandados fazer pela própria rainha, que assim os podia alienar, já que eram propriedade sua e não da coroa. Doados ao Mosteiro de S. Jerónimo do Mato (Alenquer) pela consorte, esta destinou uma parte

⁶¹ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense feminino...*, doc. 10, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 30, 32, 34, 36, 66. Os moinhos do Gonçalo David foram transformados em vida da infanta, no espaço de um ano, em azenhas (doc. 38). As pazes de 1223 já não mencionam moinhos, apenas azenhas (doc. 80a, p. 243). Em 1258 continua a aparecer a azenha de Pedro Soares e a moenda (=molendina, moinho?) de Gonçalo David, junto à portela, tal como o de "Sancto Lauter". (doc. 116, p. 283 e doc. 117 p. 286). No ano seguinte, a bula de proteção papal sobre os bens do mosteiro refere apenas a "molendina" de Sancto Lauter e de Pedro Soares (doc. 118, p. 289). Já no século XVIII, o prior de Triana diz que estes são os únicos moinhos que não pagam aguagem, por terem sido dados diretamente pela donatária ao mosteiro. Chamavam-se então Catarrasco, Azinhaga e Portela e estavam incluídos no prazo dos Condes dos Arcos. VEIGA, Paulo Carneiro da - "Santiago ...", pp. 239-240.

⁶² MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense feminino...*, doc. 16. Este documento, que é a doação final a Celas, permite uma visão de conjunto mais acessível que as compras dispersas pelo fundo do mosteiro.

⁶³ CAMPOS, Isabel de Pina Baleiras - *Leonor Teles - Uma mulher de poder?*. vol. II (Apêndice): Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008 [Dissertação de Mestrado], p. 46.

⁶⁴ ANTUNES, Ana Paula Jerónimo - *De Infanta de Portugal a Duquesa da Borgonha: Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2012 [Dissertação de Mestrado], pp. 68, 74. Transcrito na mesma dissertação n. p. 181. Os moinhos chamavam-se *da fonte d'el-Rei*.

do respetivo rendimento aos dominicanos de Santa Maria da Piedade de Azeitão⁶⁵.

Entre os moinhos e azenhas particulares que a documentação deixa entrever, e os engenhos que as rainhas e infantas começaram por dominar e depois foram doando, há momentos em que se geram conflitos. Por duas vezes se registam problemas entre Santa Maria de Celas e outros proprietários de moinhos em Alenquer: em 1303, o mosteiro obtém do rei ordem para que se verifiquem os danos que a construção de moinhos no Freixial, por Domingos da Gaia e a esposa, estavam a provocar nos moinhos da Portela, que pertenciam ao mosteiro. Estes últimos ficariam na vila, seguramente, mas não os primeiros. Os moinhos do mosteiro eram três, e os *do fundo* estavam parados por falta de água, causada pelo açude erguido pelo tal Domingos da Gaia⁶⁶. Pouco mais tarde, em 1305, o mesmo mosteiro volta a queixar-se: Lourenço Martins estava a construir moinhos na zona de Santa Catarina, e o procurador do mosteiro acreditava que o açude necessário para essa construção ia prejudicar os moinhos da Portela e a azenha de Pedro Soares, que pertenciam ao mosteiro⁶⁷.

Os numerosos moinhos existentes no século XVIII pagavam todos um tributo em trigo à Casa das Rainhas. Os priores da vila chamam-lhe *aguagem* e não sabem precisar quando surgiu. O mais que os clérigos conseguem adiantar é contar uma história sem tempo. Certa vez, rebentando uma nova nascente muito abundante numas hortas do rei (da rainha, quando o rei concede a vila à consorte), as mesmas hortas se perderam irremediavelmente... mas como o caudal de lá saído era imenso, em compensação os proprietários dos moinhos passaram a pagar esse tributo. Esse sítio era, no momento em que os priores de Alenquer escrevem, conhecido como os *tanques d'el rei*⁶⁸. Saber a origem do tributo ou a veracidade da história não parece possível. Mas como referimos, havia já na Idade Média um tributo real cobrado sobre a produção destes moinhos, não seria estranho que dele derivasse o tributo setecentista. Se estas nascentes existiam é lógico que fossem as que se encontram na zona do atual Jardim das Águas e que começaram a ser bombeadas para Lisboa em meados do século XX para suprir problemas de abastecimento da cidade⁶⁹.

⁶⁵ RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *As tristes rainhas. Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, pp. 134-135. O rei intervirá no caso anos mais tarde: TT, *Leitura Nova*, Liv. 21 (Livro 5 da Estremadura), fls. 13v, 17r.

⁶⁶ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense feminino...*, doc. 155. Este moinho de Domingos da Gaia pode estar relacionado com o que D. Dinis liberta de foro por dois anos a Domingos da Gaia, mercador de Lisboa, a 3 de fevereiro de 1305. (TT., *Chancelarias, Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 4, fl. 31r.)

⁶⁷ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Um Mosteiro Cisterciense feminino...*, doc. 157. Lourenço Martins é, ninguém mais que o escanção de D. Dinis. Sabe-se que tinha um paço na vila de Alenquer (TT, *Leitura Nova*, Liv. 27 (Livro 11 da Estremadura), fl. 267r-fl 268v) e o lugar de Santa Catarina está-lhe intimamente ligado: ainda no século XVIII os priores de Alenquer relatam a existência de uma capela dedicada a Santa Catarina instituída por ele, apoiando-se em documentação da época. (Ver: BRANDAO, Luiz Caetano - "Triana ..., pp. 242-248).

⁶⁸ SILVEIRA, João Martinz da - "Várzea ..., p. 271.

⁶⁹ PAVIANI, Aldo - "Alenquer, aspectos geográficos ..., p. 40.

3.3. Alimentação

Das águas do rio pode ainda extrair-se alimento, tal como a irrigação que providencia ajuda aos muitos cultivos das suas margens e ao crescimento das árvores de sombra. No que concerne à exploração dos recursos alimentares providenciados por um rio, é pouco provável que a que foi feita na Europa antes da Idade Média, ponto de partida deste breve estudo, tivesse deixado efeitos duradouros e detetáveis na estrutura e funções dos ecossistemas aquáticos⁷⁰. Durante o período medieval, em geral, foram essencialmente três os fatores que caracterizaram a utilização destes recursos: questões do foro cultural e nutricional, para o caso específico do consumo de organismos aquáticos; a formação e desenvolvimento de sociedades económica e politicamente mais complexas e o desenvolvimento económico generalizado e especializado das atividades piscatórias. Do ponto de vista cultural e nutricional, o peixe era considerado um alimento de menor prestígio que a carne. Por isso mesmo, a cristandade ocidental substituiu a carne pelo peixe nos dias considerados penitenciais. Os dados variam, mas na plena Idade Média seriam cerca de 140 os dias por ano em que isso sucederia para a população em geral⁷¹, e até metade do ano no caso dos monges de algumas ordens monásticas⁷². Penitenciais como o referido por Iria Gonçalves mostram bem como a alimentação era regulada nesse âmbito, quando se pergunta ao penitente se comeu algo que não fosse adequado à Quaresma⁷³. Por vezes o peixe era igualmente recomendado por questões de saúde. Em contrapartida, à mesa de um rico podia ser exposto um peixe particularmente caro, fresco e grande. Em Portugal, chega a legislar-se sobre o acesso aos chamados peixes *de posta*: eram os maiores e mais ricos e estavam por vezes reservados às elites⁷⁴.

Por volta do século XII as evidências documentais e arqueológicas mostram, genericamente, que as populações dependiam de espécies disponíveis localmente, o que nos aponta para grandes consumos de peixes de água doce, consumidos frescos ou preservados por curtos períodos. No século seguinte parecem aumentar os períodos de conserva para peixes transportados em distâncias mais longas⁷⁵.

⁷⁰ HOFFMAN, Richard C. - "A brief history of aquatic resource use in medieval Europe". *Helgoland Marine Research* 59 (2005), pp. 23-24.

⁷¹ CLAVEL, Benoit - "L'animal dans l'alimentation médiévale et moderne en France du Nord (XIIIe - XVIIe siècles)". *Revue archéologique de Picardie* 19 (2001), p. 130. Seriam 150 dias para HOFFMAN, Richard C. - "Economic Development and Aquatic Ecosystems in Medieval Europe". *The American Historical Review* 101-3 (junho 1996), p. 646. O importante é reter que, seja qual for o valor exato, corresponde a cerca de metade a um terço dos dias de um ano civil.

⁷² GONÇALVES, Iria - *À mesa nas terras de Alcobaça nos finais da Idade Média*. Alcobaça: Direção Geral do Património Cultural/Mosteiro de Alcobaça, 2017, p. 277.

⁷³ GONÇALVES, Iria - *À mesa nas terras de Alcobaça ...*, pp. 246-247.

⁷⁴ GONÇALVES, Iria - "A Alimentação". In MATTOSO, José (dir.) - *História da vida privada em Portugal. A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 237.

⁷⁵ HOFFMAN, Richard C. - "A brief history of aquatic resource use in medieval Europe ...", pp. 23-24.

Efetivamente, a distância do mar e as condições climatéricas fazem diminuir o número de espécies piscívoras consumidas pela população⁷⁶. Não podemos ainda esquecer que, no caso português, contrasta com a atualidade o consumo de cetáceos pescados junto à costa⁷⁷.

Pouco ou nada se sabe a esse nível sobre o rio de Alenquer na Idade Média. O século XVIII reconhece três espécies de peixe, em geral: barbos (de má qualidade e em maior quantidade), bogas e enguias, mais alguns bordalos⁷⁸. Sobre estes peixes impendia pelo menos uma preocupação de cariz ecológico: a câmara municipal proibia as pescas no período de criação, ou seja, na primavera, a época de reprodução. Além disso, numa determinada área da vila não se podia pescar: da Ponte de Pancas à de Santa Catarina⁷⁹. De resto, as preocupações de cariz ecológico com a preservação das espécies (dizemos nós hoje), não são uma coisa assim tão recente: está documentada para a segunda metade do século XV-primeira do XVI a procura de preservar as espécies consumidas. Os efetivos das populações piscícolas baixavam e, portanto, era preciso ter cuidado com as épocas de desova e os espécimes juvenis. Por outro lado, certos tipos de pesca tornavam as condições nos rios menos favoráveis, obrigando os pescadores a deslocarem-se para alto mar⁸⁰.

4. Consequências da exploração: poluição e assoreamento

A exploração dos recursos tem, claro, consequências ambientais e ecológicas que aqui podemos apenas vislumbrar ou supor, mas que estão documentadas e estudadas para outras regiões. A qualidade da água, o habitat das espécies aquícolas e a biodiversidade sofreram impactos logo na Idade Média: por toda a Europa, há registos variados que comprovam a destabilização de alguns regimes hidráulicos com a limpeza de clareiras para produção agrícola ou demonstram a fragmentação e mutação dos habitats provocada pela construção de diques e moinhos de água. Nesse último caso, foram mesmo os contemporâneos dos eventos medievos que notaram mudanças nos ciclos e percursos migratórios de algumas espécies. Outra das consequências foi a erosão acelerada dos solos e leitos ou o seu assoreamento

⁷⁶ GONÇALVES, Iria - *À mesa nas terras de Alcobaça ...*, p. 263.

⁷⁷ GONÇALVES, Iria - *À mesa nas terras de Alcobaça ...*, pp. 264-266.

⁷⁸ SILVEIRA, João Martinz da - "Várzea ...", p. 270. O Prior de Santiago refere os mesmos, mas omite os bordalos. Salienta, contudo, a dimensão dos barbos. VEIGA, Paulo Carneiro da - "Santiago ...", p. 238.

⁷⁹ Ambas as informações colhidas em: VEIGA, Paulo Carneiro da - "Santiago ...", p. 239.

⁸⁰ TAVARES, Maria José Ferro - "As pescas: uma riqueza em extinção?". in BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) - *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 649. Não sabemos desde quando as preocupações referidas existiam em Alenquer, mas são uma realidade que extravasa o âmbito português e entra no mundo ibérico: registam-se, por exemplo, em Cuéllar em 1499: DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel - "Ríos e Vida Urbana em la Castilla del siglo XV ...", p. 58.

rápido, visíveis hoje na alteração das camadas de deposição sedimentares no leito dos cursos de água. Há notícia de tentativas de mitigar a corrupção das águas do Sena ou da culpabilização da deposição de produtos – que hoje sabemos ser tóxicos – nas águas pelas matanças de peixes nos Países Baixos. A diminuição das reservas piscícolas é igualmente notória e visível nos registos através da escalada de preços e do maior esforço piscatório exercido, por vezes regulamentado pelas autoridades na tentativa de preservar esse mesmo recurso⁸¹.

É a força do rio de Alenquer que fará com que, paulatinamente, a vila tome caminho de industrialização e nos dá um vislumbre de algumas das preocupações que referíamos acima. Remonta a 1565 a primeira referência a um moinho de papel em Alenquer: D. Sebastião emite um alvará em que indica ao juiz, vereador e oficiais de Alenquer que deviam fornecer a Manuel Teixeira, seu arauto, todos os meios necessários para a construção de um moinho de papel na vila. A historiografia teve, de acordo com José Henrique Tomé Leitão Lourenço, dúvidas sobre o efetivo funcionamento destas moendas de papel. Data do ano seguinte uma carta, escrita pela vereação municipal à rainha D. Catarina, expondo os problemas que a construção de um tanque para esse efeito provocara: vendo as águas do rio turvas e os peixes mortos, o povo amotinou-se e a Câmara deu ordem de suspensão à obra. O dono desta não respeitou a ordem e o povo continuou exaltado. Pedia a Câmara, assim, à rainha, o aconselhamento necessário para resolver o problema. Essa carta, como o autor indicado ressalva, é exemplificativa da noção que tinha a população de Alenquer da sua proximidade e dependência do rio. O redator indica mesmo que os moinhos se podiam ter feito em qualquer outro lugar “onde não fariam tanto prejuízo Como a esta vila pode fazer, pois não se sustenta nem está povoada senão por causa desta ribeira”⁸². Curiosamente, a vila não se oporia à obra, se aquela tivesse por finalidade a construção de um moinho de pão ou azeite. José Henrique Tomé Leitão considera que o moinho acabaria efetivamente por laborar, uma vez que a memória do mesmo perdurou até ao século XIX⁸³.

Em finais do século XVIII começava a industrialização séria da baixa da vila. Uma primeira fábrica de chitas terá começado a funcionar ainda antes de 1785, favorecida provavelmente pela existência de abundantes fontes nas margens do rio. A produção de chitas, embora possivelmente não fosse muito dispendiosa ao nível da maquinaria a instalar, necessitava de águas abundantes para a lavagem dos tecidos e de terrenos onde se pudesse fazer o branqueamento dos mesmos. Ambas as condições estariam asseguradas em Alenquer. Terá inclusive sido esta fábrica a

⁸¹ HOFFMAN, Richard C. - “A brief history of aquatic resource ...”, pp. 23-24.

⁸² Carta da vereação de Alenquer à rainha D. Catarina, citada em LEITÃO, José Henrique Tomé - *A indústria na vila de Alenquer*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado, p. 61.

⁸³ LEITÃO, José Henrique Tomé - *A indústria ...*, pp. 61-62.

pioneira na utilização de alguns mecanismos de estampagem e no emprego de mão de obra feminina. A sua laboração deverá ter cessado antes das invasões francesas, mas depois de 1804⁸⁴.

O maior dos empreendimentos industriais em Alenquer nessa fase é criado por decreto régio: a Real Fábrica de Papel é fundada em 1802, sustentando o parecer que promovia a construção que a força perene das águas era suficiente justificativo para a escolha do lugar. Para a construção da mesma foram entregues diversas construções que se situavam na beira do rio, entre elas quatro moinhos. Dos quatro, um deve ter sido o antigo moinho de papel, referido atrás. A área em que se decidiu construir a fábrica deve ter correspondido a parte do antigo cemitério judeu, que então pertencia à Igreja de São Tiago. O projeto ficou a cargo de José Terésio Michelotti e as obras começaram no ano seguinte ao do decreto de fundação. A manufatura começou a laborar em 1805. Esta fábrica levou à construção de um gigantesco açude, situado então no que hoje se chama Lugar das Águas⁸⁵. O açude, por sua vez, levou a um imenso assoreamento a montante, a que os autores novecentistas atribuem a perda da ermida de Santa Maria Rotunda, atolada no lamaçal⁸⁶.

Seguiu-se, à construção da Real Fábrica de Papel, a edificação de várias outras, na área dos lanifícios. Quando Guilherme João Carlos Henriques escreve, em 1873, laboravam três instalações em simultâneo, somando papel e lanifícios⁸⁷. A ermida não foi a única a sofrer: o erudito novecentista que tanto escreveu sobre Alenquer conta-nos que a Ponte da Couraça, que se situava entre a Redonda e a fábrica de papel, também estava a ponto de se ver enterrada. De resto, o assoreamento deve ter sido brutal, somando efeitos de açudes de todas as construções ao longo do século. Se estes testemunhos não nos chegassem, sabemos ademais que na década de 1870 era ainda possível, de acordo com a memória oral, passar um barco à vela sob os arcos de uma das pontes mais distantes do coração da vila, a de Santa Catarina. Quando o proprietário da Carnota está a escrever, no final do século, tal já não é possível. Consta ainda que os arcos da Ponte do Arraial estavam mais baixos que a altura do próprio açude⁸⁸. É bom não esquecermos, contudo, que o processo de assoreamento do rio não deve ter começado neste século. É claro que foi particularmente rápido e gravoso, mas dada a proliferação de engenhos movidos pela força do rio (moinhos, azenhas) que precisavam de utilizar açudes para reter a água, é fácil crer que, em Alenquer como no resto da Europa, o assoreamento se vinha acumulando desde a Idade Média⁸⁹.

⁸⁴ LEITÃO, José Henrique Tomé - *A indústria ...*, pp. 48-57.

⁸⁵ Sobre a real fábrica de papel, ver o mesmo trabalho, pp. 71-84.

⁸⁶ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer ...*, p. 197.

⁸⁷ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer ...*, p. 8

⁸⁸ Ver nota anterior.

⁸⁹ HOFFMAN, Richard C. - "Economic Development and Aquatic Ecosystems ...", pp. 641-643.

O problema dos açudes preocupou gerações de eruditos. Em 1851, Albino d'Abranches Ferreira Figueiredo escreve uma memória, destinada a identificar melhoramentos que se podiam fazer na vila e concelho de Alenquer. Dedicando uma secção do trabalho ao rio, o autor propõe a demolição total dos açudes para que se recuperasse a navegabilidade desse curso de água⁹⁰, melhorando, supomos nós, as comunicações e transportes da vila de Alenquer. Vinte anos depois, em 1871, houve inclusive ordem do governo central para que se procedesse à limpeza do rio, mas parece que nada foi resolvido⁹¹.

5. Força destrutiva: o rio contra os homens

Momentos há em que o rio se mostra tormentoso e destrutivo. O primeiro registo escrito de cheias que conhecemos aparece em meados do século XIII. O documento que regista trata-se de um rol de bens da coroa pedido por Afonso III e, nele, o almoxarife e o escrivão de Alenquer explicam que o concelho se escusou de pagar um tributo à rainha por causa dos danos que as cheias haviam provocado. Tinham sido muitas as despesas com homens e cavalos, portanto o concelho ficara impossibilitado de pagar⁹². A referência a homens e cavalos talvez remeta, por si, à forma como essas limpezas se efetuaram: não é difícil imaginar que tenha sido preciso remover o lamaçal e os destroços deixados pelas águas, recorrendo a instrumentos puxados pelos cavalos e manobrados pelos assalariados; ou então fazer recolher o entulho e lodo pelas pessoas, carregando-os depois nos animais. É uma referência fugaz, mas que nos oferece um olhar sobre a gestão deste tipo de problemas. Não obstante, é de crer que, nas zonas agrícolas inundadas, o depósito aluvial não tenha sido recolhido, sendo ainda hoje considerado fertilizante dos terrenos. É, pois, igualmente possível que as despesas ducentistas se referissem apenas à limpeza das ruas da vila, particularmente nas áreas onde se situam o arrabalde de Triana e o atual bairro do Areal, descendo da igreja da Várzea, e em toda a zona da igreja do Espírito Santo, que parecem já estar ocupadas naquela data.

Não é possível verificar, para o caso de Alenquer, se esta cheia foi ou não particularmente calamitosa, porque não temos outras referências com que a comparar. No entanto, foi já registado para a restante Europa que, por uma conjugação de fatores variados, as cheias podem ter sido progressivamente mais ruinosas no final

⁹⁰ GOMES, Emanuel Rego - *A vila de Alenquer pelas vidas do seu rio. A Escola Conde de Ferreira*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017. Dissertação de Mestrado, p. 163, onde transcreve um excerto da obra em causa; HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer ...*, p. 9, acrescenta que o mesmo autor propunha juntar os cursos dos rios de Alenquer e Ota.

⁹¹ HENRIQUES (da Carnota) - Guilherme João Carlos, *Alenquer ...*, p. 9.

⁹² TT, *Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis*, Liv. 10, fl. 22v.

do século XIII, por comparação com décadas anteriores. Entre os fatores que podem ter levado a esse aumento da agressividade dos rios estão a desflorestação provocada pela necessidade de aumentar os terrenos aráveis, já que a população aumentara. O tipo de agricultura praticada e os cultivos mais comuns (em concreto os cereais) contribuíam para um acelerado processo de erosão dos solos, provocando cheias mais violentas⁹³. Não é difícil imaginar um processo semelhante a esse em Alenquer, vila tomada por Afonso Henriques cerca de um século antes deste registo e numa região onde sabemos haver população a instalar-se⁹⁴. As cheias e os danos que as águas que extravasam, na Idade Média, dos cursos de água provocam não são um exclusivo da vila de Alenquer, quando observadas de uma perspetiva regional, como não podia deixar de ser. A vizinha Torres Vedras queixa-se em Cortes dos estragos provocados pelo rio e pede ao monarca privilégios para os valadores do concelho⁹⁵.

É às rotineiras cheias de inverno que se atribui até a transferência da imagem de Santa Catarina, de uma capela à beira do rio na vila, para um outro lugar, na Carnota, uma povoação algo distante⁹⁶. A localização atual da capela desta invocação leva-nos a fazer duas considerações: que igualmente na zona da capela alenquerense o assoreamento possa ter sido considerável, pela distância a que hoje se situa da água, e como o caudal do mesmo rio pode estar reduzido, pela quantidade de águas que seria necessária para alcançar com regularidade e força a localização da capela. Não é distante da margem, mas não fica tão perto como muitas outras construções atuais e antigas.

As cheias são um problema rotineiro desde sempre, portanto. Os priores do século XVIII referem como corriqueiros os estragos provocados pela força das águas⁹⁷. Das referências nas memórias paroquiais alenquerenses a essa situação, salta à vista a referência à capela de São Martinho. Tendo a Igreja de Santa Maria de Triana caído por completo com o terramoto de 1755, a comunidade paroquial viu-se forçada a praticar o seu culto numa outra capela algo distante da vila. Perdemos-lhe o rasto hoje, mas situar-se-ia nas margens do rio, dadas as referências que se seguem. As cheias inverniais inundavam-na frequentemente até ao altar do Santíssimo, o que, diz o prior, desde o terramoto acontecia mais de duas vezes por ano. Se isso é um dado novo, então a pergunta fica no ar: houve alterações no leito do rio que levaram

⁹³ HOFFMAN, Richard. C. - "Economic ...pp. 637-638.

⁹⁴ É o caso da população provavelmente de origem galega que lá se deve ter instalado nos alvares do reino português. Exploramos o assunto em "Os notables dayam e cabido da santa Iglesia do apostollo santiago da galiza": o património da Catedral de Santiago de Compostela em Alenquer na Idade Média.", *Annuario Sancti Iacobi* 7 (2018), pp. 229-259.

⁹⁵ CATARINO, Manuela - "Águas de todos os dias... (Sizandro, um rio estremenho, nos sécs. XIV e XV) ...", p. 169.

⁹⁶ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer ...*, p. 209.

⁹⁷ Como escrevemos, a globalidade das memórias paroquiais relativas às paróquias da vila de Alenquer está disponível em *Memórias Paroquiais (1758-1759) ...*, pp. 219-272.

a que isso acontecesse? Talvez uma subida do próprio leito provocada pelos detritos deixados e arrastados pelo sismo⁹⁸? A existência de cheias sérias nos anos seguintes ao terramoto não é um exclusivo de Alenquer⁹⁹, o que espanta é a regularidade descrita. A capela que em Alenquer substitui a igreja paroquial de Triana, de acordo com Henriques da Carnota, já não existia no momento em que escreve e estava transformada na cavaliariça de uma casa particular. Ficava numa das saídas da vila, e tinha sido a antiga leprosaria/hospital de incuráveis, administrada pela Misericórdia¹⁰⁰. De cheias frequentes sofria ainda no século XIX a Igreja do Espírito Santo¹⁰¹, o que é lógico pela sua proximidade ao curso de água. Embora pouco mais acima no curso do rio, a fábrica de papel estaria delas protegida pelo projeto que a construiu¹⁰².

Por outro lado, as características da construção feita à beira do rio nessa fase e visíveis em fotografias da época permite ter a perceção de algum desordenamento. Em 1946 fizeram-se obras de regularização do leito do rio tentando enfim domar as recorrentes submersões a que a baixa da vila era sujeita. Foram pela mesma altura feitos alguns aterros que alteraram parcialmente o seu curso na zona de Triana e na margem oposta, criando novas formas de circulação e quarteirões¹⁰³. Como dissemos na introdução, os rios tendem a ser domados e *treinados* de formas mais abruptas nos séculos recentes, e os trabalhos de regularização dos seus cursos fazem parte desse movimento. Um bom exemplo, algo extremo, mas paralelo ao de Alenquer quanto à necessidade de regularizar e manobrar o curso de água é o do rio Danúbio. Este rio tendeu circular a partir do século XVI num outro braço que não o principal na região da cidade de Viena. O afastamento que isso provocou da cidade levou a que fosse reaproximado por engenharia hidráulica, o que provocou ao longo dos séculos massivas alterações na própria geografia do curso de água¹⁰⁴. Exemplo mais próximo, o rio Tejo sofreu igualmente uma massiva obra tendo em vista a salvaguarda das lezírias logo no reinado de D. João III¹⁰⁵.

⁹⁸ BRANDAO, Luiz Caetano - "Triana" ..., p. 246.

⁹⁹ SILVA, Carlos Guardado da - "O rio Sizandro na centúria de Setecentos, ..., p. 218.

¹⁰⁰ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer* ..., pp. 206-207. A informação deve ter sido recolhida na memória do Prior de Triana, que relata exatamente o mesmo. Podemos acrescentar que diz que a capela tinha uma pequena cerca, onde havia casas, e que os leprosos se sustentavam das rendas daquele hospital. Existia, segundo vira em documentos autênticos, já em 1209. Guilherme Henriques não os cita, podendo nós imaginar que, quando escreve, já se lhes havia perdido o rasto.

¹⁰¹ HENRIQUES (da Carnota), Guilherme João Carlos - *Alenquer* ..., p. 203. Chegavam no séc. XIX por vezes à capela-mor. A ideia de que isso é uma novidade não é estranha, embora o autor não o diga claramente: se o leito do rio subiu, as cheias teriam efeitos mais nefastos na vila.

¹⁰² LEITÃO, José Henrique Tomé - *A indústria* ..., p. 74.

¹⁰³ PAVIANI, Aldo - "Alenquer, aspectos geográficos ..., p. 34.

¹⁰⁴ HOHENSINNER, Severin - "GIS reconstruction of the Viennese Danube river landscape 1529-2010". in SILVA, Carlos Guardado da (coord.) - *Caminhos do Rio. Rios das Grandes Civilizações* ..., pp. 115-131.

¹⁰⁵ DIAS, João José Alves - "Uma grande obra de engenharia em meados do século XVI: a mudança do curso do rio Tejo". *Nova História* 1 (1984), pp. 66-82.

Apesar desses trabalhos de regularização na vila de Alenquer, na noite de 25 de novembro de 1967, uma cheia avassaladora e repentina inundou a baixa da vila, levando tudo pela frente. Choveu nessa noite o equivalente à precipitação de um quinto de todo o ano, o que deve ter elevado o nível dos cursos de água na região 3 a 4 metros¹⁰⁶. Não foi caso único na região de Lisboa, mas foi, cremos, dos mais dramáticos. O então presidente da Câmara Municipal, o pintor João Mário, relatava à Rádio Renascença, a propósito do cinquentenário do evento, que “a fábrica de papel rebentou e saíram toneladas de papel, máquinas, entulho. A enxurrada destruiu quatro pontes e a água subiu tão rapidamente que os bombeiros nem tiveram tempo de tirar as viaturas”¹⁰⁷. Embora, por razões políticas, a contagem nunca tenha sido oficial depois das 426 mortes, crê-se que morreram em toda a região de Lisboa mais de 500 pessoas¹⁰⁸.

Os impactos que a baixa da vila sofreu nessa noite foram dramáticos. Além das inúmeras vidas perdidas, e das histórias de heroísmo e boa vizinhança, a antiga Real Fábrica de Papel foi arrasada. A força do rio destruiu o açude das águas e irrompeu por baixo do edifício, abrindo o chão e levando as imensas máquinas, algumas pesando meia tonelada, além de boa parte do edifício, leito abaixo. Os destroços acumularam-se no rio, acabando mesmo por desfazer por completo 3 das 4 pontes existentes na vila. O comércio e os serviços, situados principalmente na baixa da vila,

¹⁰⁶ COSTA, Francisco da Silva; CARDINA, Miguel; VIEIRA, António Avelino Batista - “Inundações na Região de Lisboa (1967). Um olhar sobre o impacto político e social”. in *Riesgos, Vulnerabilidades y Resiliencia Socioambiental Para Enfrentar Los Cambios Globales*, Santiago (Chile), 3 a 5 de dezembro de 2014, p. 1264. [Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/34268>] [consultada a 9 de maio 2020] e COSTA, Francisco da Silva; CARDINA, Miguel; VIEIRA, António Avelino Batista - “As inundações de 1967 na região de Lisboa: uma catástrofe com diferentes leituras”. *Investig. Geogr. Chile* 51 (2016), p. 106.

¹⁰⁷ Nos cinquenta anos do evento, vários órgãos de comunicação social assinalaram a tragédia com reportagens, acompanhadas de informação visual e audiovisual, de onde recolhemos as informações aqui apresentadas: Rádio Renascença - [Reportagem. Cheias de 1967. A tragédia que Salazar quis esconder \(sapo.pt\)](#); Observador - [Cheias de 1967. Veja os vídeos da pior tragédia depois do Terramoto de 1755 – Observador com fotogaleria em Cheias de 1967. 21 fotos do rasto de morte que Salazar quis ocultar – Observador](#); Público - [A noite do fim do mundo | Grandes Cheias de 1967 | PÚBLICO \(publico.pt\)](#); o Sol [As cheias de 1967. A pior tragédia depois do terramoto de 1755 \(sapo.pt\)](#). Para o exemplo de um jornal de cariz mais local que se debruçou especificamente sobre Alenquer (e Azambuja, Santana da Carnota e Quintas), ver reportagem de AGOSTINHO, Sílvia, RODRIGUES, Miguel António, FILIPE, Nuno - “50 anos das cheias. As memórias de uma tragédia nunca apagada”. *Valor Local* (25 novembro 2017) [50 Anos das Cheias: As Memórias de uma Tragédia nunca Apagadas - Valor Local \(jornalvalorlocal.com\)](#), onde se diz que a água havia já subido três metros por volta da meia-noite e se relata o quebrar das pontes da vila, além de identificar o presépio que adiante referimos. [Sites consultados a 3 maio 2020]

¹⁰⁸ Os números divergem e há quem aponte 700 mortos. Ficamos com o número prudente de COSTA, Francisco da Silva; CARDINA, Miguel; VIEIRA, António Avelino Batista - “Inundações na Região de Lisboa (1967). ...”, p. 1265 e COSTA, Francisco da Silva; CARDINA, Miguel; VIEIRA, António Avelino Batista - “As inundações de 1967 na região de Lisboa...”, p. 106

ficaram inutilizados. A água subiu a três metros de altura acima do leito do rio¹⁰⁹.

Uma das imagens características da vila de Alenquer, hoje, é o seu presépio, erguido todos os anos na encosta que separa as duas partes da vila. Foi criado por dois artistas locais, ao gosto do presépio tradicional português. E tem uma mensagem escondida: foi levantado em 1968, para não deixar esquecer a memória da entreada precisa para reerguer as vidas dos que sobreviveram às cheias de 1967 em período tão próximo do Natal.

Conclusão

Procurámos abordar o rio de Alenquer de um ângulo apenas, embora com múltiplas perspetivas de ramificação: o da relação do curso de água com a vila que lhe dá nome. Estas são as histórias que colhemos sobre o rio. São histórias que nos chamam a atenção para as várias facetas da relação estabelecida em qualquer lugar de assentamento humano entre os elementos naturais e os homens: porque o rio mata a sede e a fome, é meio de transformação e de comunicação, separa e une as populações que dele se servem. Mas pode ser força destrutiva, se a isso for forçado. Uma cheia não é só produto da força natural, como também do descuido humano. No caso da cheia de 1967, foi a intervenção humana sobre o rio que o tornou incrivelmente mais violento: as transformações no seu leito eram profundas e centenárias¹¹⁰. Como em qualquer relação do homem com a natureza, os efeitos são recíprocos e é preciso medi-los e pesá-los cuidadosamente: a história é disso testemunha e alerta. Apesar desta nota, é importante não esquecer que, tal como para a Castela quatrocentista, embora ambivalentes, os cursos de água são no seu conjunto mais benéficos que prejudiciais. Por isso mesmo é nas suas margens que se desenvolvem importantes povoações e as suas populações trabalham por aproveitar aquilo que os cursos de água lhes oferecem, contornando os obstáculos¹¹¹.

¹⁰⁹ Estas histórias estão recolhidas em diversos locais. Entre eles, os sites noticiosos que indicámos acima, ou em páginas dedicadas à própria região como: SANTOS, Alberto - "Alenquer, 25 de novembro de 1967". *Sala da Inquietação* (13 janeiro 2016) [consultado 3 de maio 2020] [Disponível <https://saladainquietacao.wordpress.com/2016/01/13/alenquer-25-de-novembro-de-1967/>]. Uma obra editada pelos 50 anos da cheia dedica-se a recolher a memória do evento: RAPOSO, Raquel Caçote; LOURENÇO, José H. Leitão; SANTOS, Alberto - *A noite mais longa – História e memória da trágica cheia de 25-26 Novembro de 1967*. Arruda dos Vinhos: Arruda Editora, 2017.

¹¹⁰ Hipótese de resto apontada por COSTA, Francisco da Silva; CARDINA, Miguel; VIEIRA, António Avelino Batista - "As inundações de 1967 na região de Lisboa ...", p. 107.

¹¹¹ DEL VAL VALDIVIESO, María Isabel - "Ríos e Vida Urbana em la Castilla del siglo XV ...", p. 62.

Orizicultura e ostreicultura: a transformação dos salgados do Seixal na segunda metade do século XIX – impactos e tensões

Ana Cláudia Silveira¹

Resumo

No estuário do Tejo, o núcleo urbano do Seixal conheceu um período de desenvolvimento económico e demográfico durante o século XIX, coincidindo com importantes modificações estruturais de amplitude nacional, nomeadamente as transformações jurídicas da propriedade iniciadas com a venda em hasta pública dos bens das ordens monásticas. Este processo teve um impacto significativo nos salgados existentes no Seixal, até então pertencentes na sua maioria a mosteiros lisboetas, originando a sua exploração através da introdução de novas actividades económicas por uma elite local em ascensão. A orizicultura, a ostreicultura e a piscicultura constituíram investimentos das elites seixalenses neste período, procurando tirar partido, quer das condições existentes e dos recursos naturais disponíveis nesse território ribeirinho, quer do novo enquadramento administrativo e legal resultante da consolidação do Liberalismo. O processo de transformação dos salgados do Seixal no século XIX constitui, assim, um fenómeno representativo das interações entre ambiente e processos sociais e económicos vivenciados num núcleo urbano de pequena dimensão.

¹ Técnica Superior da Câmara Municipal do Seixal / Ecomuseu Municipal. Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH.

Palavras-chave

Moinhos de maré. Orizicultura. Ostreicultura. Salgados. Seixal.

Sea urchin and oyster cultures: the transformation of Seixal salting industry in the second half of the 19th century - impacts and tensions**Abstract**

Focusing in the urban settlement of Seixal, located in the Tagus estuary, during the 19th century, is possible to verify its economic and demographic evolution, which has correspondence with important structural transformations that occurred at national level, namely the public auctions of the property of the religious monastic orders. This process had a huge impact in the wetlands of Seixal municipality, which until then belonged in their majority to Lisbon monasteries, making possible the introduction of new forms of exploitation of this resource by the local rising elite. Rice farming, oyster farming and fish breeding were important investments by Seixal leading members during this period, benefiting both from the natural resources available and the new legal framework introduced by liberal governments. Therefore, the transformation process of the Seixal wetlands during the 19th century sheds a light on the interaction between the environment and the social and economic evolution that took place in a small urban settlement.

Keywords

Orizicultura. Oyster farming. Tide mills. Seixal. Wetlands.

1. Os salgados do Seixal: contextualização

Situado na margem sul do estuário do Tejo, o núcleo urbano do Seixal implantou-se num espaço abrigado, uma baía interior protegida pela restinga do Alfeite, favorável à exploração dos diversos recursos existentes na sua envolvente.

Integrando o termo de Almada até 1836, só neste ano se autonomizou e se organizou em concelho o território do Seixal², processo que foi coincidente com uma fase de múltiplas transformações políticas, económicas, sociais e administrativas que tiveram lugar em Portugal e se refletiram de forma profunda à escala local.

O amplo programa reformista posto em prática pelo governo liberal visava pôr fim às estruturas tradicionais e aos privilégios de que gozavam algumas instituições e grupos sociais, impondo uma nova ordem política e económica. Entre as medidas adoptadas pelo regime liberal, conta-se a incorporação na Fazenda Pública, enquanto bens nacionais, das propriedades até então na posse da Coroa, da Casa das Rainhas e da Casa do Infantado, bem como das que pertenciam a instituições religiosas e à Universidade de Coimbra, as quais viriam a ser vendidas em hasta pública. Por outro lado, aboliram-se os forais, as dízimas, os morgados e as capelas, aos quais se encontravam vinculados extensos patrimónios, e extinguiram-se diversos tributos que remontavam à Idade Média. Estimulou-se ainda a livre circulação de produtos através da publicação de um Código Comercial e promoveu-se a reforma da administração pública, designadamente a administração judicial e fiscal, bem como a reorganização administrativa do território.

As reformas então encetadas visavam pôr fim aos particularismos e privilégios existentes e pretendiam racionalizar o território em circunscrições lógicas, gerindo recursos e promovendo o seu controlo pela administração central. Desta forma, a legislação produzida entre 1832 e 1836, impulsionou uma profunda reorganização do território português, que está na origem da actual divisão administrativa do País. De facto, por lei de 25 de Abril de 1835, regulamentada a 18 de Julho do mesmo ano, ficou consagrada a divisão administrativa que se mantém na actualidade e que pressupõe a organização e hierarquização do território nacional em distritos, concelhos e freguesias.

Em 1836, o referido decreto nº 283 de 6 de Novembro viria a introduzir importantes alterações no domínio da administração do território, produzindo uma significativa transformação no mapa concelhio existente até então. De facto, no início do século XIX, existiam em Portugal continental e nas ilhas adjacentes cerca de 869 concelhos, muitos dos quais de dimensões exíguas e de poucos recursos, por vezes encravados no território de outros municípios. A partir dessa data, contudo,

² Decreto nº 283 (6 Nov. 1836), assinado pela rainha D. Maria II.

o número de municípios ficaria fixado em 351 devido à extinção de centenas de concelhos e ao emparcelamento de vários, verificando-se igualmente a redefinição de fronteiras entre territórios vizinhos e a constituição de 21 novos municípios, entre os quais se conta o Seixal³.

O crescimento demográfico verificado nas diversas localidades que integravam este território fora já determinante na criação de novas paróquias no decurso do século XVIII, tendo justificado a instituição da paróquia do Seixal em 1734 e a de Nossa Senhora da Anunciação da Aldeia de Paio Pires em 1797, ambas desanexadas da paróquia de Nossa Senhora da Consolação da Arrentela⁴. No início do século XIX, esse aumento populacional poderá ter sido também um factor importante de afirmação e de promoção política da comunidade.

Na sequência da aquisição de um novo estatuto político, foi instalada a municipalidade a 22 de Fevereiro de 1837, registando-se a nomeação de Ângelo Joaquim Bravo como primeiro administrador do concelho. Foi ainda constituído o executivo municipal, presidido por Macário dos Santos Ferreira, que integrava entre os seus membros João Evangelista Folião, António Baptista Fins, Diogo José Reimão, o qual viria a assumir a presidência em 1839, José Pedro Domingues e Manuel da Silva Costa⁵.

Este processo decorreu em paralelo com outra importante reforma que viria a ter um relevante impacto a nível local. Com efeito, encontrava-se em curso o processo de venda dos bens das ordens religiosas masculinas na sequência da respectiva extinção, decretada em 1834 pelo novo poder liberal, cujo impacto económico e efeitos sobre a estrutura de propriedade à escala nacional se encontra por dimensionar⁶. Em termos locais, contribuiu, contudo, para a definição de novas jurisdições relativamente aos salgados existentes no Seixal, os quais constituíam uma vasta área de sapais em torno da Baía do Seixal sujeitos à influência das marés, cujo aproveitamento era condicionado pelas características particulares de salinidade desses terrenos. Desde o século XV, todo o salgado que se estendia desde a restinga do Alfeite até ao núcleo urbano do Seixal se encontrava vinculado ao Convento do Carmo de Lisboa na sequência da doação feita pelo Condestável Nuno Álvares Pereira a esse instituto⁷, conforme confirmado através de sentenças judiciais no decurso do

³ Sobre este processo, consultar SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da - *Território e Poder. Nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia Historica, 1997.

⁴ MENDES, Rui - "Património religioso de Almada e Seixal". *Anais de Almada* 11/12 (2010), p. 119.

⁵ PALAIO, António Augusto Rodrigues - *Os Presidentes da Câmara Municipal do Seixal (1838/1974)*. S.l.: ed. Autor, 2003, p. 9.

⁶ SILVA, António Martins da - *Nacionalizações e Privatizações em Portugal. A desamortização oitocentista*. Coimbra: Minerva, 1997, p. 464.

⁷ *Chancelarias Portuguesas. D. João I. Vol. II. Tomo III (1391-1407)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 266-271; SANTA ANNA, Frei Joseph Pereira de - *Chronica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observância nestes Reinos de Portugal, Algarves e seus Domínios*. Vol. I. Lisboa: Oficina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745, pp. 357-359 e 805-809.

século XVIII⁸. Assim, a venda em hasta pública, num primeiro momento, de grande parte dessas terras e dos imóveis aí implantados, que ocorreu imediatamente após a extinção do Convento do Carmo de Lisboa⁹, e a posterior concessão ao município do Seixal, em 1862, dos salgados que haviam pertencido aos Carmelitas e cuja venda em hasta pública não se chegou a concretizar¹⁰, viria a condicionar a posterior evolução desse espaço. Desse modo, por via da intervenção de novos protagonistas, viria a verificar-se uma alteração da organização económica vigente, que se refletiu na gestão dos salgados.

Até esta época, em torno dos esteiros do Seixal, diversas quintas organizaram o território, investindo em particular na produção vinícola¹¹, que, no decurso do século XIX, viria a ser afetada pela filoxera e o oídio¹², assim como na plantação e exploração de matas e pinhais¹³, que forneciam a matéria-prima indispensável, quer ao abastecimento de combustível à cidade de Lisboa, quer em especial à dinâmica actividade dos estaleiros navais, cuja organização se distribuía entre a Ribeira das Naus, em Lisboa e a Azinheira, no rio Coina¹⁴.

A integração de algumas das quintas existentes no território seixalense no património de casas senhoriais como as dos Condes de Vila Nova de Portimão, de Portalegre, de Cantanhede, da Vidigueira, de Linhares, de Vila Franca do Campo e Ribeira Grande, das Alcáçovas, de Valadares, dos marqueses de Ericeira-Lourçal,

⁸ SILVEIRA, Ana Cláudia - “A presença dos Carmelitas no Seixal: património, organização territorial e gestão económica”. in LARCHER, Fernando; LARCHER, Madalena (ed.) - *Atas do Congresso Internacional Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico. História, Arte e Património*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa (no prelo).

⁹ A documentação conserva o registo da venda em hasta pública de diversos brejos, assim como dos moinhos de maré integrados no património deste instituto monástico: cf. Lisboa, Torre do Tombo (doravante designado TT), *Ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Cartas de arrematação de bens nacionais*, Livro 483, fls. 22-22v. Também os moinhos de maré pertencentes ao Mosteiro de Santa Maria de Belém e ao Mosteiro do Santíssimo Sacramento de S. Paulo Primeiro Eremita sofreram um processo idêntico: vd. respetivamente TT, *Ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Cartas de arrematação de bens nacionais*, Livro 484, fl. 3 e fl. 22.

¹⁰ Conforme se estipula no *Diário de Lisboa*. nº 154 (12 Jul. 1862). A delimitação dos referidos terrenos viria a ser publicada, embora de forma algo imprecisa, no *Diário do Governo*. 2ª série (28 Dez. 1943).

¹¹ OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de - *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013, pp. 231-240.

¹² MARTINS, Conceição Andrade - “A filoxera na viticultura nacional”. *Análise Social* 26/112-113 (1991), pp. 653-688.

¹³ TT, *Ordem dos Jerónimos, Santa Maria de Belém*, maço 3, doc. 10; NEVES, C. M. L. Baeta (ed.) - *História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de Documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais*. Vol. II (1439-1481). Lisboa: Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, Direcção-Geral das Florestas, 1982, pp. 137-138; NEVES, C. M. L. Baeta (ed.) - *História Florestal, Aquícola e Cinegética...* Vol. IV (1495-1521), 1983, pp. 184-187 e 243-244; NEVES, C. M. L. Baeta (ed.) - *História Florestal, Aquícola e Cinegética...* Vol. V (1521-1527), 1988, p. 88; OLIVEIRA, Frei Nicolau de - *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991, pp. 557-567. A este respeito, ver ainda OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de - *Na Península de Setúbal...*, pp. 309-319.

¹⁴ GOMES, Raquel Patrício; SANCHES, Teresa Laginha - *Azinheira: espaço e tempo*. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2007, p. 118.

dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, entre outros, dá uma ideia do interesse suscitado pelo investimento neste espaço, que conheceu ainda a presença de importantes mosteiros de Lisboa, além do Convento do Carmo, designadamente o Mosteiro da Santíssima Trindade de Lisboa¹⁵ e o Mosteiro dos Jerónimos de Belém, cujos interesses na zona remontam a 1507¹⁶.

Em paralelo às potencialidades agrícolas e florestais, a Baía do Seixal e o rio Coina desde cedo suscitaram um outro interesse: a exploração da energia das marés e a sua aplicação à moagem de cereais. De facto, entre os séculos XIII e XVIII, implantaram-se, no estuário do Tejo, pelo menos 45 edifícios moageiros maremotrizes, 13 dos quais localizados no actual território do Seixal, tendo sido fundamentais para o abastecimento da cidade portuária de Lisboa num período de forte crescimento demográfico e económico, garantindo ainda a produção de biscoito de embarque nos Fornos da Porta da Cruz, em Lisboa, e nos Fornos de Vale de Zebro, junto ao Barreiro. Sendo maioritariamente edificadas entre 1450 e 1550, estes moinhos representam um momento de claro investimento no aproveitamento da energia das marés, que beneficiou do apoio da Coroa e foi essencial ao desenvolvimento do processo expansionista iniciado com a conquista de Ceuta, em 1415¹⁷.

Considerando que sete dos edifícios moageiros maremotrizes localizados no Seixal se encontravam, em 1834, integrados no património de institutos monásticos¹⁸, o processo de alteração de propriedade subsequente à extinção das ordens religiosas masculinas, numa primeira fase, e a posterior emergência das moagens a vapor em torno da cidade de Lisboa no decurso do século XIX, contribuíram para que se verificasse um processo de reestruturação da infraestrutura moageira implantada no território, a qual, não obstante, continuou a desempenhar um papel central na dinâmica económica local. Com efeito, verificou-se uma adaptação da actividade dos moinhos de maré existentes a essa nova conjuntura através de um processo de reconversão a outras actividades. Entre as novas funções assumidas por estes

¹⁵ Sobre os interesses do Mosteiro da Santíssima Trindade de Lisboa neste território, consultar ALBERTO, Edite - *A Quinta da Trindade. História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1999, assim como SILVEIRA, Ana Cláudia - "A Quinta da Trindade no Seixal no contexto dos legados dos Almirantes de Portugal ao mosteiro da Santíssima Trindade de Lisboa". in ALBERTO, Edite; LARCHER, Fernando; LARCHER, Madalena (ed.) - *Atas do Congresso Internacional Os Trinitários e os Mercedários no Mundo Luso-Hispânico. História, Arte e Património*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa (no prelo).

¹⁶ TT, *Ordem dos Jerónimos, Santa Maria de Belém*, maço 3, doc. 14.

¹⁷ Cf. SILVEIRA, Ana Cláudia - "Novos contributos para o estudo dos moinhos de maré no Estuário do Tejo: empreendimentos e protagonistas (séculos XIII-XVI)". in ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís (ed.) - *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 598-609; SILVEIRA, Ana Cláudia - "Les moulins à marée du Portugal (XIII^e-XVIII^e siècles): une ressource énergétique pour les expéditions maritimes". in MATHIS, Charles-François; MASSARD-GUILBAUD, Geneviève (ed.) - *Sous le Soleil. Systèmes et transitions énergétiques du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Éditions de la Sorbonne, pp. 69-75.

¹⁸ Seis estavam vinculados ao Mosteiro de Santa Maria do Carmo de Lisboa, sendo o Mosteiro de Santa Maria de Belém proprietário de um outro.

equipamentos identificamos o descasque de arroz¹⁹, a moagem de ossos para a indústria de produção de adubos e a produção de farinha de peixe para o fabrico de guanos²⁰, assistindo-se ainda à instalação de fábricas de massas alimentares pelo menos desde a década de 1890²¹, assim como à exploração de viveiros de ostras nas caldeiras dos moinhos²² ou à transformação de algumas das estruturas em espaços de apoio a secas de bacalhau, como se viria a verificar a partir do início do século XX²³.



Fig. 1 - Vista aérea do Seixal, observando-se à esquerda os moinhos de maré da Torre, Passagem e Capitão, sendo visível a antiga seca de bacalhau da Atlântica.
Câmara Municipal do Seixal, António Silva, 2005

Deste modo, os salgados do Seixal, outrora marcados pela presença de diversos edifícios moageiros maremotrizes, pela produção de sal²⁴ e pela actividade dos estaleiros navais, irão adaptar-se, no século XIX, a uma nova conjuntura marcada por uma progressiva industrialização em torno de Lisboa, beneficiando da proximidade relativamente à capital, das facilidades das ligações fluviais e da presença de uma elite emergente que investiu na aquisição de propriedades e promoveu a

²⁴ A presença de salinas encontra-se confirmada junto à Quinta da Palmeira, na margem do Coina (vd. TT, *Ordem dos Jerónimos, Santa Maria de Belém*, maço 2, doc. 140 e maço 3, doc. 13), assim como junto à povoação da Torre da Marinha, na Arrentela: cf. OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de - *Na Península de Setúbal...*, pp. 328-329.

introdução de novas actividades económicas e a diversificação de investimentos²⁵.

Este processo decorreu em paralelo com uma crescente regulamentação, quer do espaço costeiro, quer de actividades com potencial impacto na salubridade pública, obrigando, por isso, à submissão a regimes de licenciamento que traduziam preocupações de índole sanitária²⁶ e de gestão de recursos²⁷. De resto, ao longo do século XIX, as questões relacionadas com a definição de direitos de propriedade, a gestão de domínios públicos hídricos, a regulação estatal dos recursos marinhos e fluviais e também o saneamento constituem matéria central no âmbito da actuação das autoridades públicas, e não apenas em Portugal²⁸. Nesse sentido, os governos regeneradores, na sequência da constituição, em Setembro de 1852, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, implementaram um novo modelo de gestão de recursos hidráulicos, desenvolvendo instrumentos jurídicos que conduziram a uma progressiva regulamentação do sector²⁹.

Assim, no âmbito do processo de reorganização económica que teve lugar no Seixal a partir do segundo quartel do século XIX, e que resultou da interacção entre as potencialidades de um território vocacionado para o aproveitamento e exploração de recursos estuarinos e a mobilização de processos tecnológicos, recursos económicos e dinâmicas sociais, actividades como o cultivo e descasque de arroz, a piscicultura e a ostreicultura assumiram protagonismo. A dialéctica que se estabeleceu entre o quadro administrativo adoptado, os novos protagonistas da intervenção no território, as comunidades locais e o ambiente constitui um exemplo significativo, que se pretende explorar através do estudo de um caso concreto. Apresenta-se, assim, um contributo para o estudo de um campo historiográfico emergente, a história ambiental³⁰, cuja relevância se assume como vital face ao actual debate sobre os impactos dos modelos de exploração económica e de gestão das zonas costeiras face aos desafios colocados, quer pela gestão equilibrada dos seus recursos, quer pelas alterações climáticas.

²⁵ SILVEIRA, Ana Cláudia - "Um património histórico e técnico ancestral: os moinhos de maré do Seixal". *Revista Fundação 4* (2017), pp. 37-38.

²⁶ GUIMARÃES, Paulo Eduardo - "«Através da Natureza Campestre e Mansa»: agrarismo e lutas pela justiça ambiental em Portugal (séculos XIX e XX)". in ROQUE, Ana Cristina et alii (coord.) - *Alterações Ambientais em Perspectiva Histórica*. Porto: CITCEM, 2018, pp. 17-18.

²⁷ AMORIM, Inês - "A organização dos Serviços de Pescas e da Aquacultura e as iniciativas de instrução científico-técnica - século XII a inícios do século XX". *Mare Liberum 21/22* (2001), pp. 143-153.

²⁸ DELIGNE, Chloé - *Bruxelles et sa rivièrre. Genèse d'un territoire urbain (12^e-18^e siècle)*. Turnhout: Brepols, 2003, [Studies in European Urban History, 1] pp. 218; MELO, Cristina Joanaz de - *Contra Cheias e Tempestades: consciência do território, debate parlamentar e políticas de águas e de florestas em Portugal, 1852-1886*. Florença: European University Institute, 2010. Tese de Doutoramento.

²⁹ AMORIM, Inês - "A pesca "pacificada" ou os primórdios da *questão das pescarias* no quadro de uma reflexão sobre os recursos naturais". *GeoInova 11* (2005), p. 110.

³⁰ SCHOTT, Dieter - "Urban environmental history: what lessons are there to be learnt?". *Boreal Environment Research 9* (2004), pp. 519-521; GUIMARÃES, Paulo E.; AMORIM, Inês - "A História Ambiental em Portugal: a emergência de um novo campo historiográfico". *AREAS - Revista Internacional de Ciências Sociais 35* (2016), pp. 47-58.

2. O incremento da cultura do arroz em Portugal

Embora o consumo de arroz se encontre esporadicamente documentado em Portugal em épocas anteriores, o seu cultivo foi incrementado apenas no século XIX, assumindo expressão em diversos espaços do território nacional³¹, entre os quais as bacias do Vouga e do Mondego e os estuários do Sado e do Tejo e alguns dos seus afluentes, como o rio Coina³². Beneficiando do agravamento fiscal imposto a partir de 1837 ao arroz importado, o qual viria a contribuir para limitar a entrada no país de arroz de proveniência colonial e estrangeira³³, a expansão dos arrozais teve um impacto significativo na paisagem e na economia, exigindo mão-de-obra e, simultaneamente, assegurando a subsistência a uma população crescente que se fixava em torno dos núcleos urbanos mais populosos, como sucedia em Lisboa. Mais tarde, viria a possibilitar ainda a reconversão de diversos moinhos de maré para o descasque de arroz, o que lhes permitiu sobreviver face à concorrência feita pela moderna indústria moageira, instalada junto da capital.

No entanto, o cultivo de arroz rapidamente viria a ser alvo de contestação por ser associado às sucessivas crises endémicas de paludismo verificadas nos núcleos populacionais envolventes, originando tensões e intensos debates a nível local³⁴, que viriam a ter impacto parlamentar e legislativo, obrigando a uma restrição da actividade junto a áreas populosas. O crescente interesse que as questões inerentes à salubridade pública suscitavam na época contribuiu para a mobilização, quer das populações afectadas, quer das autoridades públicas, que se encontravam em fase de progressiva organização e institucionalização. Constitui exemplo desse processo a constituição da Repartição de Agricultura, em 1852, no quadro da criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria pelo governo da Regeneração. As instituições administrativas então emergentes desenvolveram práticas inspectivas, empenhando-se na produção de relatórios técnicos e médicos, na execução de

³¹Para uma contextualização sobre este assunto, consultar CASTRO, Armando de - "Orizicultura". in SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV, Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 479-481; VAQUINHAS, Irene Maria - "Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego, 1856-88". *Análise Social* 26/112-113 (1991), pp. 693-697; AMORIM, Inês - "Arrozeiro". in MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.) - *A Agricultura*. Vol. III de MADUREIRA, Nuno Luís (coord.) - *História do Trabalho e das Ocupações*. Oeiras: Celta Editora, 2002, pp. 24-26.

³² JUSTINO, David - *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal, 1810-1913*, Vol. I. Lisboa: Vega, 1988, pp. 359-400. No rio Coina, o cultivo de arroz remonta pelo menos a 1820, sendo depois interrompido e retomado em 1839: cf. *Relatório sobre a Cultura do Arroz em Portugal e sua influencia na Saude Publica apresentado a sua Excelencia o Sr. Ministro dos Negocios do Reino pela Comissão creada por Portaria de 16 de Maio de 1859*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, p. 141.

³³ CASTRO, Armando de - "Orizicultura...", p. 480.

³⁴ Estes conflitos encontram-se bem documentados no caso do Mondego: cf. VAQUINHAS, Irene - "Nem sempre o arroz é doce... a polémica sobre os arrozais nos campos do Mondego na 2ª metade do século XIX". in *Canteiros de Arroz: a orizicultura entre o passado e o futuro*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal, 2005, p. 8.

inqueritos e na elaboração de estatísticas, enquanto a nível local se promoveu a elaboração de posturas municipais regulamentando no sentido de erradicar e prevenir quaisquer focos de potencial insalubridade, fazendo incidir atenções, em particular, em zonas paludosas e em áreas em que pudessem acumular-se águas estagnadas³⁵. Também em diversas regiões espanholas ocorreram crises endémicas de paludismo, sendo as soluções encontradas idênticas às identificadas em Portugal, chegando por vezes a defender-se ou a promover-se o enxugamento dos pântanos por via da realização de obras de drenagem dos terrenos, como sucedeu na zona de Múrcia³⁶, ou implementando políticas de reflorestação, em especial de eucaliptos de forma a secar as lagoas, conforme se documenta na província de Huelva³⁷.

Nesse contexto, a 15 de Fevereiro e a 1 de Março de 1854, o Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria enviou circulares aos Governadores Civis dos distritos produtores de arroz determinando a constituição de comissões que integravam não só produtores e negociantes de arroz, mas igualmente os médicos e cirurgiões ao serviço de cada municipalidade e o delegado do Conselho de Saúde Pública do Reino; as comissões reuniam sob a presidência dos Governadores Civis, com a incumbência de analisar um conjunto de quesitos sobre a cultura de arroz em cada concelho, incluindo aspectos relativos ao seu impacto na salubridade pública. A partir dos diversos relatórios concelhios apresentados, viria a ser produzida uma *Memória* relativa ao distrito de Lisboa, que integrava então o território actualmente vinculado ao distrito de Setúbal, na qual se constatava a relevância da produção orizícola em diversos concelhos da margem sul do estuário do Tejo³⁸.

A crescente contestação popular, que atribuía ao cultivo de arroz responsabilidade pelas febres intermitentes registadas em diversas regiões produtoras, tinha por base a teoria miasmática, que apontava como causa da doença os gases venenosos gerados pela putrefacção da matéria orgânica em áreas pantanosas e de sapal, as quais eram consideradas espaços incultos e repulsivos, desprovidos de qualquer utilidade e que constituíam um perigo para a salubridade. São conhecidas pelo menos desde o século XVI, em diversas regiões europeias, e sobretudo em épocas de crescimento demográfico, operações de secagem e drenagem de sapais, por vezes da responsabilidade do poder central, no sentido de converter esses espaços em

³⁵ VAQUINHAS, Irene Maria - “Um espaço em transformação ...”, pp. 697-698; VAQUINHAS, Irene - “Nem sempre o arroz é doce...”, pp. 9-10.

³⁶ CASTEJÓN PORCEL, Gregorio Castejón - “El Paludismo en Fuente Álamo de Murcia en los siglos XVIII y XIX”. *Investigaciones Geográficas* 64 (julio-diciembre 2015), pp. 97-99.

³⁷ SOUSA, Arturo *et alii* - “Historical importance of wetlands in malaria transmission in southwest of Spain”. *Limnetica* 28/2 (2009), pp. 292-293.

³⁸ SILVA, Caetano Maria Ferreira da - *Memoria Academica. Algumas considerações acerca das restricções, a que é necessario sugeitar a cultura do arroz em Portugal para conciliar o maximo proveito desta industria agricola com o menor risco possível da saude dos povos*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1857, pp. 4-8, onde não existem já referências ao cultivo de arroz no Seixal.

terras aráveis ou pastagens, o que foi causa frequente de conflitos e tensões com as comunidades locais³⁹.

Na segunda metade do século XVIII, a negatividade dos discursos relativos às zonas húmidas intensifica-se e incentiva a realização de operações de secagem, drenagem e valorização agrícola desses espaços, em diversas regiões europeias⁴⁰. Deste modo, também os terrenos alagados para a orizicultura, cuja nocividade vinha sendo apontada em tratados médicos desde o século XVIII⁴¹, foram incluídos entre as áreas consideradas insalubres. O intenso debate que então se desenvolveu em torno desta questão motivou a promulgação, quer da Lei para os Melhoramentos dos Campos do Mondego, de 12 de Agosto de 1856, cujas disposições foram renovadas por Lei de 26 de Dezembro de 1867, integrando aspectos como a obrigatoriedade de sanear pântanos e arrozais⁴², quer da Portaria de 16 de Maio de 1859, determinando a constituição de uma comissão para o estudo dos arrozais, presidida por João de Andrade Corvo⁴³. Tendo sido encarregue de elaborar um relatório a submeter ao Governo, iniciou o seu estudo pelo distrito de Leiria, o qual viria a ser alargado aos distritos de Lisboa e de Aveiro por determinação de novas portarias entretanto promulgadas. O seu trabalho foi desenvolvido a partir da informação recolhida através das visitas efectuadas aos arrozais e também da informação fornecida pelas administrações concelhias e pelos médicos locais.

No que respeita ao Seixal, o relatório então produzido inclui o interessante testemunho, datado de Novembro de 1859, do médico Manuel Teixeira de Sousa, referindo:

“Em 1844 ou 1845 deu-se um facto muito notavel. Um lavrador quis ensaiar a cultura do arroz pelos processos communs em uma ribeira ao oeste e a pequena distancia das freguezias d’este concelho. O ensaio foi n’uma pequena área, nem houve sensivel augmento em numero e intensidade das febres. Assim mesmo as lavandeiras, que lavam a muito pequena distancia, queixavam-

³⁹ MORERA, Raphaël - “Opérations de drainage, pouvoir central et pouvoir local dans la France du premier XVII^e siècle”. in FOURNIER, Patrick; LAVAUD, Sandrine (ed.) - *Eaux et conflits dans l’Europe médiévale et moderne. Actes des XXXII^e Journées Internationales d’Histoire de l’Abbaye de Flaran - 8 et 9 octobre 2010*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2012, pp. 175-188.

⁴⁰ MAUGHAN, Nicholas - “Dynamiques spatio-temporelles et évolution des modes de gestion des milieux humides de l’est de l’étang de Berre (sud-est de la France, XVIII^e-XXI^e siècle)”. in *Méditerranée. Revue Géographique des Pays Méditerranéens* 125 (2015), pp. 120-121.

⁴¹ SAAVEDRA, Mónica - “Uma Questão Nacional”: *Enredos da Malária em Portugal, séculos XIX e XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010. Tese de Doutoramento. pp. 95-100.

⁴² MELO, Cristina Joanaz de - *Contra Cheias e Tempestades...*, p. 137.

⁴³ Sobre esta figura, vd. ALEXANDRE, Valentim - “Corvo, João de Andrade (1824-1890)”. in MÓNICA, Maria Filomena (dir.) - *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*. Vol. I. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004, pp. 841-843.

*se do pessimo cheiro das aguas dos tanques, e que quando os vasavam lhes faziam bolhas nas pernas. Em 1846 centuplicou a cultura; e outros nas visinhanças, pelo bom resultado do primeiro, começaram-na. O certo é que o numero das febres augmentou de numero e intensidade, mormente na povoção mais proxima, aonde todos os habitantes, sem distincção de idade e de sexo, foram assaltados. O povo murmurou, amotinou-se mesmo, as auctoridades locaes intervieram, houve uma vistoria pelo conselho de saude, e determinou-se prohibir completamente a cultura do arroz naquellas localidades. A cultura foi substituida por diferentes, e o numero das febres foi reduzido ao que era d'antes. (...)*⁴⁴.

No contexto dos intensos debates parlamentares então travados a propósito da orizicultura, a 10 de Abril de 1863, a comissão de agricultura, em que se integravam José Maria do Casal Ribeiro, enquanto seu presidente, o Visconde de Pindela, António Mazziotti, Joaquim António de Calça e Pina, D. José Manuel de Menezes Alarcão, Francisco Martins Pulido e Júlio Rodrigues da Cunha Aragão Mascarenhas, examinou a Proposta de Lei nº 11-C apresentada em Janeiro de 1862, pelo governo, representado pelo Marquês de Loulé, por António José d'Avila e por Tiago Augusto Veloso de Horta. Esta visava a proibição da cultura do arroz em todos os distritos do continente e ilhas decorridos 3 anos da aprovação da lei, devendo a mesma ser igualmente proibida de imediato aos agricultores que não dispusessem das licenças exigidas pelos regulamentos em vigor ou os infringissem, defendendo a proibição do cultivo de arroz em terrenos que não fossem naturalmente pantanosos e em locais cuja distância das povoações fosse inferior a 1 Km, no caso de povoações inferiores a 150 fogos, a 2 Km em povoações inferiores a 800 fogos, e a 5 km se a povoação fosse superior a 800 fogos⁴⁵. Assim, por Portaria de 26 de Fevereiro de 1863, foi ordenada a destruição de todas as culturas de arroz que não dispusessem de licença, passando os arrozais autorizados a ser inspecionados a partir de Abril de 1865.

Dos resultados do inquérito realizado sob coordenação de Andrade Corvo viria a resultar, no entanto, a promulgação de legislação mais radical, sendo ordenada pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867 a destruição dos pântanos e dos arrozais⁴⁶, diploma que foi antecedido de um parecer de 22 de Junho de 1867 da comissão de obras públicas e de administração pública, depois de ouvida a comissão de

⁴⁴ *Relatorio sobre a Cultura do Arroz em Portugal ...*, pp. 270-271.

⁴⁵ Lisboa, Arquivo Histórico Parlamentar (doravante designado AHP), *Secção I/II*, cx. 552, maço 475, doc. 115.

⁴⁶ VAQUINHAS, Irene Maria - "Um espaço em transformação...", p. 701.

agricultura, sobre a proposta do governo nº 55-A, que tinha por fim:

“destruir causas permanentes de insalubridade publica, que evidentemente prejudicam o natural desenvolvimento da população e da agricultura”. Aí se explicita que *“Os relatorios do conselho de saude, os relatorios dos intendentes de pecuaria, e o notavel relatorio sobre a cultura do arroz em Portugal, não deixam duvidas a similhante respeito.*

(...) Com a extinção dos pantanos desapparecem tambem as origens de exhalações mefíticas, o que melhora as condições hygienicas locaes e a salubridade publica. Debaixo d’estes dois pontos de vista, os terrenos pantanosos são uma propriedade em condições especiaes, que deve estar sujeita a regras tambem especiaes, porque o direito de propriedade particular, por mais sagrado que seja, está todavia subordinado ás justas exigencias do interesse geral. (...).”

No referido documento, foi proposta a constituição de uma junta de três membros, denominada Junta Central de Administração dos Trabalhos de Melhoramento Sanitário, para dirigir a administração das obras, composta de um conselheiro de estado (José Augusto Braamcamp), de um engenheiro (Bento Fortunato de Moura Coutinho d’Almeida d’Eça) e de um primeiro oficial do ministério da fazenda (Ernesto de Faria)⁴⁷, a qual produziu um relatório publicado em 1869⁴⁸.

A Carta de Lei de 1 de Julho de 1867 viria a impor a intervenção do Estado, em casos em que estivesse em causa a salubridade pública, designadamente para promover:

“o esgotamento dos pantanos”, “o enxugamento dos terrenos que a excessiva humidade esterilisa”, a “limpeza, desobstrução e melhoramento dos rios não navegáveis, e dos regatos que pelas cheias ou pelas infiltrações prejudiquem os terrenos marginaes”, assim como para realizar os *“trabalhos necessarios para adaptar a culturas não insalubres os terrenos actualmente occupados pelos arrozaes”.*

⁴⁷ APH, Secção I/II, cx. 521, doc. 28.

⁴⁸ Relatório apresentado ao Governo pela Junta Central de Administração dos Trabalhos de Melhoramento Sanitário com o resultado do inquérito sobre Pântanos e Arrozaes a que procedeu em virtude da Lei de 1 de Julho de 1867. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1869.

As referidas intervenções ficariam a cargo de uma junta central de administração dos trabalhos de melhoramento sanitário, a qual dependia hierarquicamente do Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Paralelamente, eram criadas em cada distrito comissões que reuniam sob presidência do respectivo Governador Civil e que integravam um engenheiro, um delegado de saúde e quatro proprietários escolhidos pelo Governador Civil, as quais deveriam proceder a um inquérito a fim de identificar os terrenos que deveriam ser alvo de *melhoramentos*, competindo a decisão final à junta central, de acordo com a tramitação processual definida no diploma. As referidas comissões distritais encontravam-se ainda obrigadas a proceder a um inquérito específico sobre os arrozais, de acordo com os parâmetros indicados no diploma, incidindo em aspectos como a extensão dessa cultura, a existência de licenças para o seu cultivo ou o tipo de terreno em que se encontravam implantados. Em sequência desse processo, seriam mandados destruir todos os arrozais que não dispusessem de licença ou de processo de emissão de licença pendente, sendo os restantes divididos em duas categorias de acordo com o respectivo grau de insalubridade, faseando em dois anos a determinação de cessar o seu cultivo com arroz e fixando um prazo para melhorar os terrenos em que se encontravam implantados anteriormente arrozais, fixando até compensações monetárias a atribuir aos agricultores que investissem noutras culturas em substituição dos arrozais.

No entanto, o elevado rendimento proporcionado pela cultura do arroz, superior ao de outros cereais e leguminosas, beneficiando de uma alta de preços entre 1856 e 1886⁴⁹, motivou fortes resistências ao seu abandono, como se constata por um eloquente testemunho da época, que dava conta da expansão que a cultura deste cereal registava no distrito de Santarém:

“O desenvolvimento, a que tem recentemente chegado entre nós a cultura do arrôz, - o seu especial incremento no Destricto de Santarem, - a producção verdadeiramente prodigiosa deste cereal em alguns annos, e localidades, - o methodo já bastante aperfeiçoado da sua preparação, - a boa qualidade do grão, - a sua prompta venda, - a superioridade do seu preço muitas vezes duplicado do do trigo, - o seu amanho proporcionalmente barato, - são condições tam interessantes, e tam dignas d’attenção nesta cultura, que seria um erro, uma loucura, um attentado supprimir, - ou mesmo coarctar, - sem razões muito ponderosas e determinadas, um tam vasto, quam productivo ramo da agricultura Portuguesa, - uma fonte, que tam copiosa pode ser, da riqueza publica”⁵⁰.

⁴⁹ VAQUINHAS, Irene - “Nem sempre o arroz é doce...”, pp. 37-41.

⁵⁰ PALHOTO, António Candido - *Da Influencia das Searas d’Arrôz na Agricultura e na Salubridade Publica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852, p. 5.

Também no distrito de Coimbra se registou o aumento em 80% da área ocupada por essa cultura entre 1872 e 1881, apesar de a mesma se encontrar formalmente proibida⁵¹. O próprio relatório da Junta Central de Administração dos Trabalhos de Melhoramento Sanitário datado de 1869 reconhecia que as propriedades que dispunham de licença ou de processos de licenciamento pendentes para cultivo de arroz a nível nacional eram 2 366, enquanto as que não possuíam licença nem o correspondente processo aberto eram de 6 230⁵². Nos anos seguintes, confirma-se esta tendência, uma vez que, entre 1855 e 1915, a área de cultivo de arroz aumentou para mais do dobro e a sua produção foi também crescente, constituindo mesmo uma exceção na contracção generalizada da produção agrícola verificada em Portugal entre 1900 e 1910⁵³.

Assim se compreende a publicação de um novo diploma, a Portaria de 12 de Maio de 1884, publicada no Diário do Governo nº 108, de 13 de Maio de 1884, nomeando uma comissão para averiguar o motivo pelo qual nalguns pontos do país continuava a proceder-se ao cultivo de arroz contra o disposto na Lei de 1 de Julho de 1867⁵⁴.

De facto, ainda em 1897, os habitantes de Coima e Palhais, no concelho do Barreiro, receosos de que o cultivo de arroz regressasse, aludiam aos malefícios que havia provocado nessas povoações antes de ser proibida pela lei de 1 de Julho de 1867, dizendo-se inclusivamente que, em Coima, “*os obitos excedem os nascimentos n’uma proporção medonha*”, assim justificando o envio ao Governador Civil de Lisboa de uma petição solicitando que:

*“definitivamente seja proibida a cultura do arroz em Valle de Zebro e em toda a ribeira de Coima”, defendendo a “Plantação de eucalyptus em todo o recinto de Valle de Zebro e em Coima, depurando assim a atmospheria dos miasmas mais nocivos e embelezando estes locaes que são já dos mais apazíveis” e que se promovesse o “Aproveitamento dos terrenos por conta do Estado, que se possam conquistar ao Tejo, o que será um grande beneficio para a saúde publica e um engrandecimento para a agricultura que contará mais alguns kilometros de terrenos de primeira ordem”*⁵⁵.

⁵¹ MADAIL, João Duarte Bravo - *A cultura do arroz em Portugal*. Lisboa: Papelaria e Tipografia da América, 1915, p. 28; VAQUINHAS, Irene Maria - “Um espaço em transformação ...”, pp. 701-702.

⁵² *Relatório apresentado ao Governo ...*, p. 41.

⁵³ LAINS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e - “Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914”. *Análise Social* 33/149 (1998), pp. 948-962.

⁵⁴ TT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direção Geral de Agricultura, 1ª Repartição*, MOP, maço 954, nº 55, 1.

⁵⁵ *A cultura do arroz em Coima e Valle de Zebro. Memorial*. Lisboa: Typogragia Minerva Central, 1897, pp. 8-10.

Apesar de todos os esforços legislativos, efectivamente o cultivo de arroz nunca cessou por completo. Paralelamente, os resultados alcançados a partir do final do século XIX no âmbito dos estudos sobre a malária e da sua terapêutica, identificando o mosquito *Anopheles* como o principal transmissor do parasita *Plasmodium*, causador da doença, e a administração de quinino como o tratamento e profilaxia eficaz para a mesma, associado à melhoria das condições de vida e laborais dos trabalhadores rurais por ela afectados, reabriram o debate, introduzindo não só uma dimensão social e política na abordagem da questão⁵⁶, mas também uma perspectiva económica. De facto, em 1904, uma nova proposta de lei sobre a cultura do arroz defendia a necessidade de incentivar o cultivo de arroz uma vez que a:

“produção de 150:000 hectolitros, quantidade insignificante para as necessidades do consumo” obrigava o país a “comprar no estrangeiro arroz na importância de 1:276 contos de réis, calculando a importação pela que teve lugar em 1902. É uma avultada somma, a qual não só desfalca a fortuna publica, mas agrava a situação cambial”.

Estabelecia o contraste sobre o cultivo de arroz em Portugal e o que sucedia no estrangeiro, referindo:

“Os inqueritos forneceram respostas carregadas, tetricas, e o arrozal ia passando de geração em geração, como sendo sempre acompanhado de um doloroso cortejo da cachexias palustres e de um funebre registo de mortes. (...) Enquanto que nós eramos dominados pela ideia arrozophoba, paizes onde a sciencia e a administração se evidenciam, cultivavam o arroz para as necessidades do seu consumo e para a exportação. Em 1902 importámos 19. 443:531 kilogrammas d’este cereal”.

vindo da Alemanha 11 016:538 Kg; da Holanda 4 052: 612 Kg e da Inglaterra 3 196: 661 Kg e em menor quantidade da Áustria, da Bélgica, do Brasil, da França e de Itália. Por fim, traçava um retrato positivo da evolução registada em Portugal na abordagem das questões sanitárias:

“Recentemente a Inspeção Geral dos Serviços Sanitarios, confiada a um professor de raro talento, o Sr. Ricardo Jorge, também

⁵⁶ SAAVEDRA, Mónica - *“Uma Questão Nacional...”, pp. 120-124.*

procedeu a um inquérito por intermédio dos sub-delegados de saúde, para saber em que paravam os arrozaes e como eram elles considerados em relação á saúde publica. Foram encontrados em maior extensão, embora tenham desaparecido de alguns logares onde a principio se mostraram. Ainda houve quem os considerasse nocivos, mas as opiniões mais numerosas foram as d'aquelles que entendem que o arrozal em pântano natural não modifica a salubridade publica, e que, promovendo-se a renovação da agua, longe de um prejuízo para a hygiene é um seu auxiliar poderoso”.

Assim, a fim de incentivar a orizicultura, a nova proposta de lei apresentada preconizava que os terrenos em que fosse cultivado arroz ficassem isentos do pagamento de contribuição predial e que o arroz produzido no reino ficasse sujeito ao imposto de produção de 25 réis por Kg a cobrar pela Administração Geral das Alfândegas, devendo ser considerado um rendimento aduaneiro para todos os efeitos⁵⁷.

Este novo contexto permitiu a alteração da regulamentação de enquadramento à produção de arroz a partir de 1909, uma vez que esta já podia ser assegurada com condições sanitárias adequadas⁵⁸. Deste modo, os Decretos nº 1970 e 2223, publicados respectivamente, no Diário do Governo nº 211 de 18 de Outubro de 1915 e no Diário do Governo nº 29 de 17 de Fevereiro de 1916, numa conjuntura marcada pelos efeitos da I Guerra Mundial, viriam a autorizar e regulamentar a cultura do arroz em Portugal continental mediante a emissão de licenças a conceder pelo Ministério do Fomento nos termos de um regulamento elaborado pela Direcção Geral de Agricultura, consultadas a Direcção Geral de Saúde e os Serviços de Hidráulica Agrícola. Determinava-se ainda a constituição, a nível distrital, de uma Comissão de Orizicultura, a qual integrava o delegado de saúde, delegados agrícolas e agricultores, com funções de consultoria no âmbito dos licenciamentos a conceder, tendo ainda funções de fiscalização e de informação⁵⁹. Em resultado destas medidas, verificou-se em 1916 um aumento da produção de arroz a nível nacional, que terá atingido 20 394 676 Kg, destacando-se os distritos de Santarém, onde se terão produzido 8 988 993 Kg, e de Lisboa, onde atingiu 7 012 630 Kg, sendo menor a produção dos demais distritos⁶⁰.

⁵⁷ AHP, *Secção I/II*, cx. 629, maço 555, doc. 30.

⁵⁸ CASTRO, Armando de - “Orizicultura...”, p. 480.

⁵⁹ *Terras d'Água. O ciclo do arroz*. Benavente: Câmara Municipal/Museu Municipal, 2000, pp. 14-22; SAAVEDRA, Mónica - “Uma Questão Nacional...”, p. 128.

⁶⁰ “Produção de milho, arroz, feijão, batata de regadio e mosto, em 1916. Existência dos mesmos produtos em 30 de Novembro de 1916” sep. de *Diário do Governo*, nº 91, 2ª série, de 1917. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917, p. 5.

Este enquadramento viria posteriormente a ser alterado com a criação da Direcção dos Serviços Anti-Sezonáticos, pelo decreto lei nº 28 493, de 19 de fevereiro de 1938, que atribuía competências aos Serviços Anti-Sezonáticos na concessão de licenças para instalação de campos de arroz, sendo esses institutos parcialmente financiados pela Comissão Reguladora do Comércio do Arroz. Deste modo, a associação entre a orizicultura e a malária persistiu até época recente⁶¹.

3. O cultivo e descasque de arroz no Seixal

Os casos de febres, reportadas na documentação local pelo menos desde 1813⁶², parecem ser frequentes e intensificar-se em torno de Almada, em cujo termo o Seixal se integrou até 1836, vindo posteriormente a ser associadas aos efeitos nocivos das águas estagnadas e ao cultivo de arroz.

De facto, a existência de águas estagnadas é um assunto que merecia a preocupação das autoridades locais, registando-se a aplicação de diversas coimas, entre 1816 e 1818, aos proprietários de terrenos que, em desrespeito pelo estipulado nas posturas locais, não procediam à regular limpeza dos boeiros e valados de suas propriedades e que eram confinantes com a área ribeirinha, permitindo que os mesmos entupissem, impedindo assim o escoamento das águas⁶³. A situação seria recorrente, o que justifica a inclusão, no primeiro código de posturas municipais do concelho do Seixal, datado de 1837, de uma norma que obrigava os proprietários a manter desimpedidos de vegetação as valas e boeiros que atravessassem as respectivas propriedades⁶⁴, a qual se manteve no código de posturas de 1853, onde se proibia igualmente a existência de pântanos e a cultura do arroz⁶⁵. Contudo, a existência de águas estagnadas continuava a ser reportada em 1852, sendo então associada às febres intermitentes que afectavam as diversas povoações do concelho devido à proximidade das ribeiras, preconizando que se adoptasse “*hum genero de cultura que faça com que as terras não contenhão as agoas; pelo contrario lhe deem prompta sahida pellas valas nos diferentes sentidos dos terrenos*”⁶⁶.

No Seixal, o cultivo de arroz encontra-se documentado desde 1843, sendo

⁶¹ SAAVEDRA, Mónica - “Malária, mosquitos e ruralidade no Portugal do século XX”. *Etnográfica* 17/1 (2013), p. 58.

⁶² Almada, Arquivo Histórico Municipal de Almada (doravante designado AHMA), *Observações médicas e meteorológicas*, Livro nº 3029.

⁶³ AHMA, *Almotaçaria: livros de registo de coimas*, Livro nº 3042, fls. 21v-22, 30v, 38v-41, 65, 74v-75, 147-148, 175v.

⁶⁴ AMS, *Câmara Municipal do Seixal, Posturas e Regulamentos*, doc. 2, fls. 3-3v.

⁶⁵ AMS, *Câmara Municipal do Seixal, Posturas e Regulamentos*, doc. 6, fls. 5-6.

⁶⁶ AMS, *Administração do Concelho do Seixal, Correspondência recebida*, caixa 2, documento s/n datado de 28 de outubro de 1852.

alvo dos mais antigos protestos que se encontram registados a nível nacional⁶⁷. Em Julho desse ano, foram efectuadas diligências por parte do Governador Civil de Lisboa junto do Conselho de Saúde Pública do Reino para visitar uma plantação de arroz localizada no concelho do Seixal, a qual seria possivelmente já alvo de reclamações⁶⁸. A associação estabelecida entre a presença de arrozais e a persistência de febres sazonáticas viria ainda a justificar a sua proibição neste concelho em Agosto de 1848, deixando de constar nos mapas remetidos pelo Governador Civil do Distrito de Lisboa com os quantitativos da produção agrícola registada nos vários concelhos do distrito⁶⁹.

De acordo com os registos oficiais, nem sempre fidedignos⁷⁰, o cultivo existente até então não constituiria uma produção muito elevada, registando-se um valor de 3 moios de arroz colhido em 1844⁷¹, parecendo concentrar-se nos terrenos em torno da Companhia de Lanifícios da Arrentela, local onde a água estagnada motivava frequentes queixas e inspeções. Na sequência de uma das diligências, em Agosto de 1846, o Procurador-geral da Coroa emitiu um parecer em que referia:

“vi os papeis sobre a plantação do Arroz no Seixal e, como da vistoria dos médicos consta, que a causa das febres que grassão naquele sítio provém das águas estagnadas (...) sobretudo das que se demoram nas presas tanto da cultura do arroz, como do serviço da fábrica (...). O uso das aguas publicas é comum a todos, mas está subordinado aos interesses geraes da saude pública (...).”⁷²

A mesma visão negativa estava presente no já referido testemunho do médico Manuel Teixeira de Sousa, reportando os casos de patologias e febres registados em meados da década de 1840⁷³, e ainda no segundo semestre de 1852, o médico que prestava serviço no concelho do Seixal declarava ter registado um total

⁶⁷ RADICH, Maria Carlos - *Agronomia no Portugal Oitocentista. Uma discreta desordem*. Oeiras: Celta Editora, 1996, p. 51.

⁶⁸ TT, *Ministério do Reino*, 1ª Direção, 2ª Repartição, Conselho de Saúde Pública, 3ª Divisão, Negócios Diversos sobre Arrozais, maço 4539.

⁶⁹ Lisboa, Biblioteca e Arquivo Histórico da Economia (doravante designado BAHE), *Ministério do Reino, Correspondência recebida dos Governadores Civis sobre a Cultura do Arroz (1844-1850)*, MR2D – 2R10; BAHE, *Direcção Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas, Mapas de produções agrícolas*, Repartição de Agricultura, 3ª secção, DGCAM – RA-3S.

⁷⁰ A respeito das limitações dos dados estatísticos existentes para o século XIX e a propósito da evolução das metodologias de recolha da informação estatística e respetivo tratamento, consultar LAINS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e - “Estatística e produção agrícola...”, pp. 935-939, assim como VAQUINHAS, Irene Maria - “Um espaço em transformação...”, pp. 696-697.

⁷¹ BAHE, *Ministério do Reino, Correspondência recebida dos Governadores Civis...*, fl. 38.

⁷² TT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção Geral de Agricultura*, 1ª Repartição, MOP, maço 954, nº 60.

⁷³ *Relatorio sobre a Cultura do Arroz...*, pp. 270-271.

de 154 doentes de febres intermitentes, registando-se um aumento significativo face ao total apurado no ano anterior em que se registaram 78 casos, facto que atribuiu “à antecipada vinda das chuvas, que inundara os campos e ribeiras, onde ha huma immensidade de tanques para a cultura d arroz...”⁷⁴. Assim se compreende a inclusão, no código de posturas municipais de 1853, de normas proibindo a existência no concelho de pântanos, assim como da cultura do arroz⁷⁵.

Aparentemente, verificaram-se progressos nas décadas seguintes, a acreditar no exposto num documento de Julho de 1905, em que se enaltecia a intervenção da Direcção dos Serviços Fluviaes e Marítimos nas vizinhas localidades de Coina, Corroios e Fernão Ferro, onde outrora as águas estagnadas eram causa de febres sazonáticas e, conseqüentemente de despovoamento, sendo as populações do concelho do Seixal afetadas pela proximidade a que se encontravam desses locais. Atribuía-se as melhorias significativas verificadas à proibição dos arrozais em Coina, assim como à drenagem dos terrenos e limpeza das valas promovida por aquele instituto⁷⁶.

No entanto, não excluimos a possibilidade de se terem verificado no Seixal casos de cultivos clandestinos, como poderia ser a situação registada em 1884, ano em que Jorge e José Almeida Lima, proprietários da Quinta da Palmeira, localizada na Aldeia de Paio Pires, junto ao rio Coina, apresentam à Exposição Agrícola de Lisboa a sua produção de arroz em casca, com 30 Kg registados⁷⁷. Os mesmos produtores viriam ainda a apresentar na Exposição Industrial Portuguesa de 1888 a produção de 25 000 litros relativa ao ano anterior e ainda a produção de 2 000 litros de arroz da variedade Ostiglioni⁷⁸.

À semelhança do que se registou noutras regiões, como em Amposta, no Delta do Ebro, em Espanha, onde, a partir de 1863, diversos moinhos foram adaptados para assegurar o processo de descasque e branqueamento de arroz revestindo com cortiça as mós⁷⁹, também em Portugal, em diversos moinhos, coexistiu a moagem de cereais com o descasque de arroz, vindo posteriormente a instalar-se fábricas com o mesmo propósito. Constituem disso exemplo a região do Mondego⁸⁰, a zona de Ul

⁷⁴ AMS, *Administração do Concelho do Seixal, Correspondência recebida*, caixa 2, documento de 30 de Novembro de 1852.

⁷⁵ AMS, *Câmara Municipal do Seixal, Posturas e Regulamentos*, doc. 6, fls. 5-6.

⁷⁶ AMS, *Administração do Concelho do Seixal, Copiadores de correspondência expedida*, Livro 19, fls. 111-113.

⁷⁷ *Catálogo da Exposição Agrícola de Lisboa em 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884, p. 269.

⁷⁸ *Exposição Industrial Portuguesa: Catálogo da secção agrícola, 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888, pp. 426-427.

⁷⁹ VILLALBÍ, Maria Mar - “Los molinos arroceros del delta del Ebro”. *Molimum* 1/8 (2000), pp. 13-14.

⁸⁰ MENDES, José Amado - “Descasque de arroz e património industrial no Baixo Mondego”. in *Região e Património: Actas do 1º Congresso do Baixo Mondego, 26 de Maio-29 de Julho 1990*. Coimbra: s.e., 1992, pp. 187-197.

em Oliveira de Azeméis⁸¹ e também o território do Seixal, onde o descasque de arroz viria a realizar-se, a partir de 1862, numa fábrica de moagem a vapor e descasque de arroz localizada na Amora⁸² e, em momento posterior, em diversos moinhos de maré em laboração no concelho.



Fig. 2 - Moinho de maré de Corroios, onde a atividade de descasque de arroz se encontra documentada. Câmara Municipal do Seixal, João Almeida, 2009

De facto, a actividade de descasque de arroz encontra-se documentada a partir de 1908 no moinho de maré de Corroios, por iniciativa da firma Manuel Joaquim de Oliveira & Irmãos⁸³, decorrendo pelo menos até Maio de 1922⁸⁴, vindo posteriormente a desenvolver-se igualmente noutros moinhos de maré que se encontravam em exploração pelo mesmo indivíduo, designadamente os moinhos do Galvão, da Passagem e da Torre⁸⁵.

⁸¹ MARTINS, Luís Sousa - "O descasque de arroz - 'candonga', cumplicidades e industrialização". in BRITO, Joaquim Pais de (coord.) - *Memória das Águas do Rio. Moinhos, moleiros e padeiras da freguesia de Ul. Oliveira de Azeméis*: Reviver-Editora, 2000, pp. 131-140.

⁸² AMS, *Câmara Municipal do Seixal, Requerimentos*, caixa 1; *Archivo Pittoresco*, Vol. V. Lisboa: 1862, p. 166; NABAIS, António - *História do Concelho do Seixal - Cronologia*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1982, p. 68.

⁸³ *Anuário Comercial...*, p. 2133.

⁸⁴ AMS, *Administração do Concelho do Seixal, Documentos relativos à Estatística agrícola, pecuária e comercial*, caixa 2, documentos de 20 de Novembro de 1916 e de 15 e 19 de Julho de 1917.

⁸⁵ AMS, *Administração do Concelho do Seixal, Correspondência Recebida pela Administração*, Caixa 28; TT, *Ministério do Fomento, Direção Geral da Agricultura*, caixa 111, maço 1.



Fig. 3 - Manuel Joaquim de Oliveira. Reprodução de fotografia cedida pela Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense ao Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal

Tratar-se-ia de uma actividade com importante expressão económica, uma vez que a empresa Manuel Joaquim de Oliveira & Irmãos se encontrava, em 1919, entre os três principais contribuintes industriais do concelho do Seixal, acompanhando firmas de relevo como a corticeira L. Mundet & Son e a Companhia

de Laníficios da Arrentela⁸⁶. Em 1914-1915, encontram-se registados no Seixal 24 declarantes neste ramo de actividades, os quais confirmaram a existência de 218 364 Kg de arroz em casca e 13 508 Kg de arroz descascado em unidades de produção desse concelho⁸⁷. Entre 1920 e 1921, também no moinho de maré Novo dos Paulistas se procedeu ao descasque de arroz, por intervenção da empresa Carvalho e Serra⁸⁸, subsistindo registos que confirmam que a firma manteve as actividades de moagem de ramas e descasque de arroz até 1937⁸⁹.

Seixal, 15 de Julho de 1917

MANOEL JOAQUIM DE OLIVEIRA
COM

Moinhos de moagem de cereaes e descasque de arroz

67, Rua Miguel Bombarda, 69

O Tit.^{mo} Sr. _____ Comprova _____

Peso do arroz em casca	12 734
Peso Liguado	12 825

Fig. 4 - Declaração de descasque de arroz da firma Manuel Joaquim de Oliveira & Irmãos relativa a Julho de 1917 (Arquivo Municipal do Seixal, Administração do Concelho do Seixal, Correspondência recebida, caixa 28)

⁸⁶ O Seixal na História. Os anos industriais - documentos de 1850 a 1961: mostra documental. Seixal: Câmara Municipal / Arquivo Histórico Municipal, 1997, doc. 36.

⁸⁷ Estatística Agrícola. Produção do arroz no ano cerealífero de 1914-1915. Existências e disponibilidades para o consumo, do mesmo cereal, em 15 de Novembro de 1915. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.

⁸⁸ AMS, Administração do Concelho do Seixal, Correspondência Recebida pela Administração, Caixa 28.

⁸⁹ AMS, Câmara Municipal do Seixal, Processos de Obras Particulares, 34/0/1976.

Numa fase em que os moinhos tradicionais sofriam uma forte concorrência das moagens a vapor entretanto instaladas, quer na cidade de Lisboa, quer na sua envolvente, o descasque de arroz assumiu-se como uma alternativa lucrativa ao aproveitamento dos engenhos moageiros instalados no território, sendo a actividade adoptada em complemento da moagem de cereais pelos industriais oriundos da elite urbana seixalense no aproveitamento económico dos amplos salgados existentes e potenciando a capacidade energética proporcionada pelas marés.

4. A exploração ostreícola em Portugal e no Seixal

A ostreicultura constituiu uma das actividades incentivadas, a partir da segunda metade do século XIX, em diversas regiões portuguesas, entre as quais o estuário do Tejo. De acordo com a estatística oficial da alfândega de Lisboa, em 1878, a exportação de ostras atingiu o valor de 42 000\$000 réis⁹⁰. Na transição do século XIX para o século XX, o rendimento propiciado pelo sector viria a atingir o valor máximo de 1 946\$800 réis em 1903⁹¹, apresentando um valor médio de 789\$971 réis entre 1896 e 1905⁹².

No contexto da assumpção pelo Estado de um papel activo na preservação de recursos marinhos, foi promulgado a 15 de Novembro de 1868 um decreto assumindo que as ostreiras naturais eram propriedade importante do Estado e estabelecendo que a sua recolha seria proibida no período de reprodução, entre 1 de Abril a 31 de Agosto, sendo a mesma permitida nas ostreiras declaradas em exploração no restante período do ano⁹³. Os locais onde a pesca era livre seriam demarcados pelas administrações concelhias, através da colocação de balizas, sendo

⁹⁰ DIAS, Mário Balseiro - *Economia Marítima de Aldeia Galega do Ribatejo*. Montijo: Edição do Autor, 2001, p. 62.

⁹¹ *Estatística das Pescas Marítimas do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1903 comparada com a de 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901 e 1902 coordenada pela Comissão Central de Pescarias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905, pp. 3-4.

⁹² *Estatística das Pescas Marítimas do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1899 comparada com a de 1896, 1897, 1898, 1899 e 1900 coordenada pela Comissão Central de Pescarias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, pp. 2-3; *Estatística das Pescas Marítimas do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1901 comparada com a de 1896, 1897, 1898, 1899 e 1900 coordenada pela Comissão Central de Pescarias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, pp. 3-4; *Estatística das Pescas Marítimas do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1902 comparada com a de 1896, 1897, 1898, 1899, 1900 e 1901 coordenada pela Comissão Central de Pescarias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904, pp. 3-4; *Estatística das Pescas Marítimas do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1903...*, pp. 3-4; *Estatística das Pescas Marítimas do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1904 comparada com a dos oito anos de 1896 a 1903 coordenada pela Comissão Central de Pescarias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905, pp. 3-4; *Estatística das Pescas Marítimas do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes no Anno de 1905 comparada com a dos nove anos de 1896 a 1904 coordenada pela Comissão Central de Pescarias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, pp. 3-4.

⁹³ O Decreto de 21 de Março de 1872 viria a restringir a proibição de pesca das ostras no período de 1 de Maio a 1 de Setembro: JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Dezembro de 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, pp. 54-55.

esta restrita a um terço das ostreiras existentes em cada circunscrição administrativa e obedecendo às dimensões e regras especificadas no diploma. O estabelecimento de ostreiras artificiais e de depósitos de ostras em terrenos abrangidos pelo domínio público apenas era autorizado a quem detivesse carta de concessão. A fiscalização do cumprimento do regulamento era acometida aos intendentos de marinha e capitães dos portos⁹⁴.

A regulamentação desenvolvida neste âmbito foi acompanhada de uma procura de actualização de informação de cariz científico, conforme se deduz da promulgação de uma Portaria a 3 de Agosto de 1878, encarregando o Dr. José Vicente Barbosa du Bocage, médico zoologista que viria a ser professor da Escola Politécnica e membro da Comissão de Pescarias, de ir a França fazer os estudos e apreciações convenientes acerca das pescas marítimas e da piscicultura, dos quais ficou incumbido de elaborar um relatório circunstanciado⁹⁵. No mesmo sentido, em 1895, uma portaria de 22 de Agosto nomeava o presidente e um vogal da Comissão Central de Pescarias para representarem o país no congresso internacional de ostreicultura, piscicultura e pesca, que reuniu em Bordéus⁹⁶. A relevância dada a este sector encontra-se ainda plasmada na realização de estudos técnicos de que constituem exemplo os diversos relatórios elaborados por uma comissão de técnicos presidida pelo capitão-de-mar-e-guerra Vicente Almeida d'Eça relativos à exploração ostreícola em diversos estuários portugueses, onde se preconizavam as medidas a implementar para o respectivo desenvolvimento⁹⁷, vindo posteriormente a ser criados parques experimentais de criação e engorda de ostras⁹⁸.

O interesse do Estado no incremento desta actividade encontra-se evidenciado através da publicação do Regulamento para a Exploração das Ostreiras, decorrente da promulgação de um Decreto de 1 de Outubro de 1895, no qual se afirma:

“O problema do desenvolvimento da industria ostreícola impõe-se aos poderes públicos como dever indeclinável em face da decadência e quasi completo abandono que entre nós se encontra essa industria a par da importância que ella tem adquirido em quasi todos os paizes cultos da Europa e na America, proporcionando elevados lucros e occupando milhares de braços da população

⁹⁴ JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Dezembro de 1894...*, pp. 44-47.

⁹⁵ JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Dezembro de 1894...*, p. 77.

⁹⁶ JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca: Anno de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, pp. 42-43.

⁹⁷ *Relatórios da Comissão de Ostreicultura ...*

⁹⁸ DIAS, Mário Balseiro - *Economia Marítima...*, p. 63.

*principalmente marítima*⁹⁹.

Encontrando-se a ostra francesa em risco de extinção na costa nacional, o regulamento proibiu durante 3 anos a sua apanha, reiterando a obrigatoriedade de se obter autorização do Governo para a instalação de estabelecimentos ostréícolas nos terrenos públicos, particulares ou comuns e estabelecendo os procedimentos a adoptar para a obtenção das licenças exigidas:

“Art. 20º O individuo que em seu nome ou como representante de sociedade legalmente constituída (...) pretender fundar um estabelecimento ostréícola, deverá dirigir ao chefe do departamento, por intermédio da capitania respectiva, um requerimento pedindo vistoria ao local que tiver escolhido, e indicando precisamente a natureza dos estabelecimentos para que o destina”.

O referido requerimento teria de ser acompanhado de documento comprovativo de como o proponente era de nacionalidade portuguesa ou naturalizado, de um extracto da carta corográfica onde estivesse marcado o local pretendido para a concessão, determinando que a mesma não poderia causar prejuízo à navegação, não estaria já a ser explorada para pesca e não era atravessada pelos esgotos das povoações marginais. No prazo de 15 dias seria feita vistoria ao local pelo chefe do departamento seguida de consulta à comissão local e depois à comissão departamental de pescarias, afixando-se aviso à porta da capitania, sendo o mesmo publicado na folha oficial. As referidas vistorias eram presididas pelo capitão do respectivo porto ou pelo seu delegado e nelas participavam 3 peritos, sendo lavrado auto e elaborado um parecer que seria afixado em edital, seguindo-se a elaboração, no prazo de 60 dias, de um requerimento pelo interessado, o qual era dirigido ao Governo acompanhado da certidão com o auto da vistoria, da planta com a demarcação dos limites da concessão pretendida, da prova de depósito da importância a pagar, da escritura da sociedade caso o requerente não fosse um indivíduo singular, devendo ser tudo dirigido ao Conselho do Almirantado, entidade responsável pela emissão da respectiva licença¹⁰⁰.

A nível nacional, conhece-se, no período em estudo, a atribuição pelo Estado de diversas concessões para a exploração ostréícola, de que constitui exemplo

⁹⁹ JUNIOR, Joaquim de Sant’Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca: Anno de 1895...*, pp. 47-64; *Regulamento para a Exploração das Ostreiras Ostreicultura e depósitos de ostras na parte marítima das aguas publicas aprovado por Decreto de 1 de Outubro de 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d., p. 3.

¹⁰⁰ JUNIOR, Joaquim de Sant’Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca: Anno de 1895...*, pp. 47-64; *Regulamento para a Exploração das Ostreiras...*, pp. 10-12.

a Portaria de 10 de Novembro de 1869, do Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, através da Direcção Geral da Marinha, mandando proceder à demarcação de terrenos na margem norte do rio Tejo pedidos por Carlos Garreler e Bernardo Machado de Faria e Maia, entre a Póvoa e Poucas, nas imediações dos mouchões denominados Sombra do Tejo e Ponta da Erva, para exploração de ostreiras, após informação da extinta intendência da marinha. A referida demarcação foi aprovada por portaria de 26 de Janeiro de 1870, abrangendo duas zonas, uma das quais se estendia desde o rio das Enguias ao mouchão da Cobra no rio da Amora, compreendendo as praias de Poucas da lezíria do Tejo até à Ponta da Erva no rio da Amora e outra área na margem norte desde Vila Franca aos Olivais compreendendo o mouchão de Alhandra e o da Póvoa com excepção das pontes de embarque e desembarque e da abertura do rio de Sacavém¹⁰¹.

A actividade encontra-se igualmente documentada no estuário do rio Vouga, onde, por Portaria de 21 de Março de 1870, se mandou proceder à demarcação dos terrenos requeridos pelo Marquês de Nisa e por Manuel José Mendes Leite para estabelecerem empresas para exploração e aperfeiçoamento da cultura das ostras; junto a Aveiro, desde Mira a Ovar, no caso do Marquês de Nisa, e no espaço da ria, concedido a Manuel Leite, devendo a delimitação ser efectuada de forma a evitar prejuízos à navegação e a outros serviços, vindo a área a ser estabelecida por Portaria de 16 de Julho seguinte¹⁰².

O referido Marquês de Nisa viria igualmente a obter uma concessão com o mesmo propósito no Algarve, desde Lagos à foz do Guadiana, de acordo com uma Portaria de 18 de Maio de 1870, pela qual se mandava proceder à demarcação dos respectivos terrenos de forma a evitar prejuízos à navegação e a outros serviços¹⁰³.

Relativamente ao território do Seixal, o mesmo viria a ser integrado na concessão atribuída, por contrato celebrado entre o Estado e o Dr. José Vicente Barbosa du Bocage, em Agosto de 1867, por 30 anos, da exploração dos bancos de ostras existentes entre o Pontal de Cacilhas e Alcochete¹⁰⁴, a qual viria a ser prorrogada, em 1878, por mais 29 anos. A referida concessão foi demarcada pela Intendência da Marinha de Lisboa, sendo produzida uma planta onde se assinalavam

¹⁰¹ JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Dezembro de 1894...*, pp. 47-49.

¹⁰² JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Dezembro de 1894...*, pp. 49-50 e 52.

¹⁰³ JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Dezembro de 1894...*, p. 51.

¹⁰⁴ JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Dezembro de 1894...*, pp. 40-43. As condições contratuais e os propósitos do concessionário encontram-se ainda plasmados numa obra da autoria do ilustre zoólogo: vd. BOCAGE, José Vicente Barbosa du - *Considerações acerca do melhor aproveitamento das ostreiras da margem esquerda do Tejo e da cultura das nossas ostras*. Lisboa: Typographia da Academia, 1868.

as diversas ostreiras existentes¹⁰⁵.

No entanto, em 1873, o concessionário solicitou autorização ao Estado para transferir a referida concessão para o banqueiro francês Henri Place, conhecendo-se um parecer favorável remetido ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria¹⁰⁶. Todavia, este último, sem autorização do governo português, viria a fundar em Paris a *Société Anonyme des huîtres de Portugal* a fim de negociar a transferência para investidores ingleses da concessão do monopólio da exploração ostreícola do estuário do Tejo, o que deu origem a um pleito judicial¹⁰⁷. A falência de Henri Place viria a determinar a transferência da concessão para Eduardo Amorous, que adquiriu em leilão, em França, a massa falida do referido empresário e, por decreto de 12 de Setembro de 1883, conseguiu a adjudicação dos direitos de exploração das ostreiras do Tejo¹⁰⁸. Esta circunstância deu origem a reclamações e processos judiciais envolvendo Henry Hart, representante da companhia inglesa *The Anglo-Portuguese Oyster Fisheries Company Limited*, empresa que viria a ser reconhecida, por sentença proferida em 1884 por um tribunal inglês, como legítima sucessora da concessão, o que foi confirmado por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça português de 9 de Outubro de 1888¹⁰⁹. De facto, no contexto deste processo judicial, conhece-se uma instrução remetida a 28 de Fevereiro de 1888 pelo Governo Civil de Lisboa aos administradores dos concelhos de Aldeia Galega do Ribatejo, Alcochete, Seixal, Barreiro, Moita e Almada para que se abstivessem de praticar, sem prévia autorização do Governo, qualquer acto de posse ou de outra natureza que lhes seja requerido a respeito das ostreiras existentes nos seus concelhos, por parte de pretensos herdeiros ou sucessores de Eduardo Amorous, antigo concessionário das ostreiras demarcadas ao sul do Tejo, ou por parte de terceiros, pessoas, companhias ou empresas que produzam em seu favor sentença, despacho ou decisão judicial ou de outra origem¹¹⁰.

No concelho do Seixal, a actividade de exploração ostreícola assumiu importância pelo menos desde data anterior a 1891, ano em que se documenta a existência na referida vila de um edifício onde estivera estabelecida a *Companhia Ostreira*¹¹¹, sendo referida, a partir de 1894, a participação da *Anglo-Portuguese*

¹⁰⁵ Lisboa, Arquivo Histórico da Marinha, *Domínio Público Marítimo*, caixa 215.

¹⁰⁶ Lisboa, Arquivo Histórico da Procuradoria-Geral da República, *Registo de Pareceres e Informações Relativos a Ministérios e outras Entidades, Registo de Pareceres e Informações para o Ministério das Obras Públicas, Registo de Pareceres e Informações*, Livro 1º Obras Públicas, nº 26, fls. 76-78.

¹⁰⁷ AZEVEDO, Rosa Bela Gomes de (coord.) - *Montijo e o Rio. Cem anos de uma relação*. Montijo: Câmara Municipal, 2001, p. 11.

¹⁰⁸ JUNIOR, Joaquim de Sant'Anna Fonseca (coord.) - *Collecção de Leis sobre a Pesca desde Junho de 1860 a Dezembro de 1894...*, pp. 118-120.

¹⁰⁹ *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, nº 1360, 10 de Julho de 1897, pp. 127-128.

¹¹⁰ TT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção-Geral de Agricultura, 1ª Repartição*, MOP, maço 867, nº 19.

¹¹¹ AMS, *Câmara Municipal do Seixal, Requerimentos*, caixa 2.

Oyster Company na exploração das ostreiras existentes¹¹². A esta empresa esteve ligado José O'Neill Pedrosa, de quem se conhecem alguns aspectos de um longo percurso político, marcado inicialmente pelo desempenho de funções como Presidente da Câmara Municipal do Seixal entre 1887 e 1889 e entre 1898 e 1900¹¹³. Regista-se ainda entre os proprietários de moinhos de maré do concelho¹¹⁴, tendo sido um dos responsáveis pela instalação, em 1927, da *Sociedade de Ostreicultura Portuguesa*, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, na sua Quinta do Canal, na Aldeia de Paio Pires, concelho do Seixal, empresa de que era o principal accionista e um dos gerentes e que integrava diversos elementos do seu círculo familiar¹¹⁵. Foi igualmente vogal da Comissão nomeada por Portaria do Ministério da Marinha de 3 de Julho de 1912, a qual trabalhou sob presidência de Vicente Maria de Moura Coutinho Almeida d'Eça e se encarregou de preparar relatórios sobre o desenvolvimento da actividade ostreícola em diversos locais da costa portuguesa tendo em vista a elaboração de um diploma que integrasse todas as disposições adequadas a assegurar o respectivo fomento¹¹⁶.

No âmbito dos referidos trabalhos, a Comissão realizou uma visita para estudar detalhadamente os bancos existentes no estuário do Tejo, tendo identificado, no que concerne ao território do concelho do Seixal, um total de 12 bancos de ostras, os quais foram assinalados, e se discriminam:

1. Negras, desde a Ponta dos Corvos até à Ponta do Mato, sendo conhecida sob este último nome a prolongação das Negras até o Alfeite;
2. Trindade;
3. D. Maria, até defronte do depósito da Azinheira;
4. Seixal, desde a ponte dos vapores até próximo da Quinta da Fidalga;
5. Cabo da Marinha, defronte da anterior;
6. Barroca;

¹¹² NABAIS, António - *História do Concelho do Seixal...*, p. 72.

¹¹³ PALAIO, António Augusto Rodrigues - *Os Presidentes da Câmara Municipal do Seixal...*, pp. 13-16. José O'Neill Pedrosa (1846-1939) exerceu funções como Chefe de Repartição de Contabilidade dos Caminhos de Ferro e esteve ligado, durante a Monarquia Constitucional, ao Partido Progressista, tendo aderido a alguns partidos republicanos durante a I República, designadamente o Partido Liberal, tendo sido eleito em 1921 como deputado ao Parlamento pelo círculo de Alcobaça, tendo posteriormente presidido ao Centro Republicano Nacionalista Dr. Jacinto Nunes e vindo a integrar o Partido Republicano Nacionalista: cf. MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) - *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*. Lisboa: Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000, p. 337; BAIÓIA, Manuel - "A organização interna do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16 (2016), p. 385; José O'Neill Pedrosa. *Acção Nacionalista* (15 Fev. 1925), p. 1. Após o golpe de 28 de Maio de 1926, parece ter abandonando a atividade política, presidindo apenas a uma Comissão de Melhoramentos do Concelho do Seixal durante a Ditadura Militar: cf. LOPES, Rúben Manuel Diniz - *O Estado Novo e a Vila do Seixal (1926-1961): um percurso político e socio-económico do concelho durante a Ditadura*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016. Dissertação de Mestrado, pp. 36-43. *A Voz do Seixal*. Ano XIII, nº 243 (1 Jul. 1939), publica a notícia do seu falecimento, aos 93 anos, a 20 de Junho desse ano.

¹¹⁴ *Correio do Seixal*, nº 9 (4 Maio 1913).

¹¹⁵ *A Voz do Seixal*. Ano I, nº 4 (11 Ago. 1927), p. 4.

¹¹⁶ *Diário do Governo*, nº 155 (4 Jul. 1912), p. 451.

7. Talaminho;
8. Parcel de Corroios;
9. Torre;
10. Passagem;
11. Capitão;
12. Galvão.

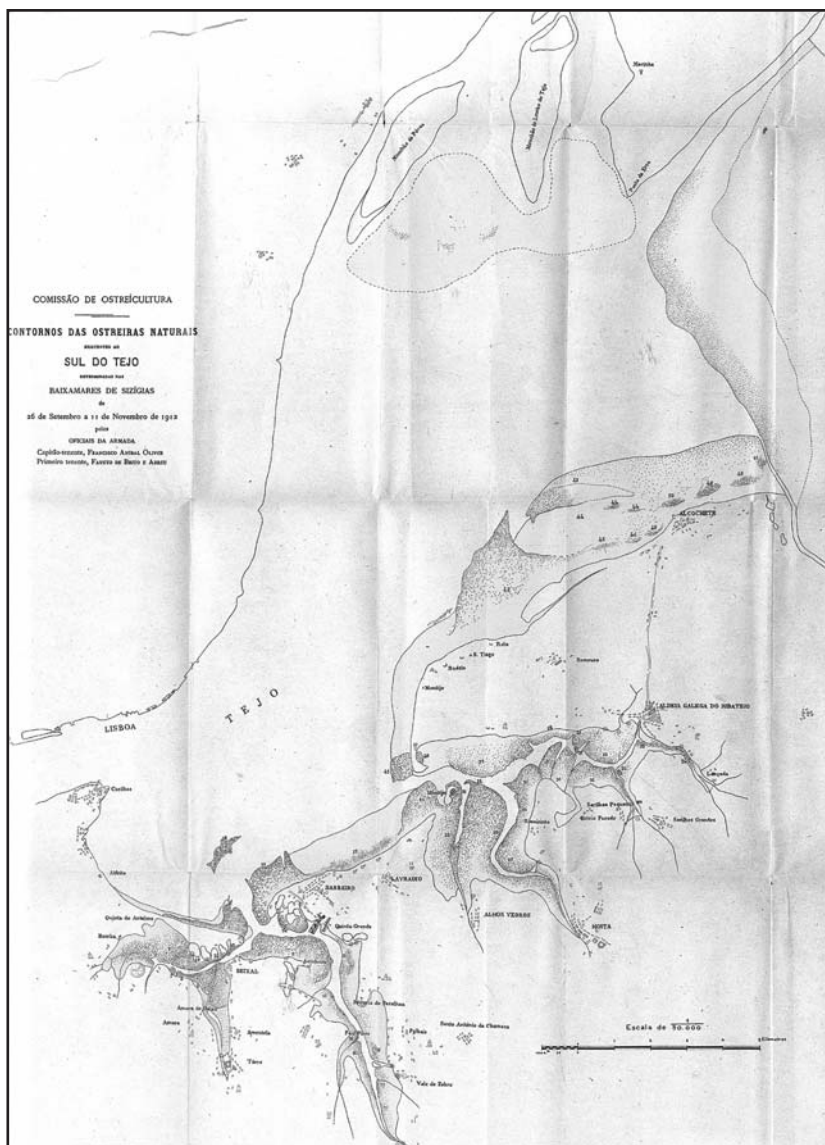


Fig. 5 - Localização das ostreiras no estuário do Tejo. Reprodução de planta publicada em Relatórios da Comissão de Ostréicultura (nomeada por Portaria de 3 de Julho de 1912 e dissolvida por Portaria de 28 de Fevereiro de 1918), Ministério da Marinha, 4ª Direcção Geral - 5ª Repartição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921

A área total das ostreiras existentes no Seixal atingia, nessa época, os 579 hectares, totalizando a área total das ostreiras existentes na margem sul do Tejo, de Cacilhas a Alcochete os 718 hectares, o que é demonstrativo da relevância da produção ostreícola seixalense, encontrando-se alguns dos bancos de ostras existentes nas imediações de moinhos de maré aí localizados.

O relatório refere ainda que as ostras de melhor aparência foram observadas nos bancos Trindade, D. Maria, Seixal, Parcel de Corroios e nos da Azinheira; os habitantes das localidades próximas que se dedicavam à apanha das ostras informaram que as que existiam no fundo das calas eram as mais gordas e de melhor sabor, o que atribuíam à profundidade em que se encontravam, só podendo ser colhidas com ancinhos e enxadas, o que dificultava a exploração intensiva, a qual ocorria todavia nos bancos localizados a menor profundidade. Assim se explicava o seu progressivo esgotamento, como terá sucedido na cala de Arrentela e Amora, a partir da Quinta da Fidalga até a Torre, e da Torre até às povoações da Amora de Cima e de Baixo, onde existiram em tempos importantes ostreiras, que desapareceram por completo em consequência da exploração desordenada feita pelos habitantes daquelas povoações¹¹⁷.

A relevância económica da actividade ostreícola justificou a publicação, em 1923, do Decreto 9 124, de 18 de Setembro, o qual integra o Regulamento da Ostreicultura, assim como do Decreto 19 242, que regulamentou as condições de salinidade nas operações de venda, exportação e importação, passando a exigir aos concessionários de explorações ostreícolas um certificado de salubridade¹¹⁸. Em 1931, pelo decreto nº 19 242 o regulamento de salubridade da indústria ostreícola viria a impor aos chefes dos departamentos marítimos a elaboração de listas dos estabelecimentos ostreícolas considerados salubres e atribuía a fiscalização da actividade à Direção Geral de Saúde, coadjuvada por outras autoridades e pela Estação de Biologia Marítima do Aquário Vasco da Gama¹¹⁹.

O sector continuou a assumir presença no âmbito do tecido económico seixalense nas décadas seguintes, sendo autorizada a exploração no rio Judeu em 1956¹²⁰. Ainda em 1963 o Ministério da Marinha viria a autorizar a instalação, na caldeira do Moinho de Maré Novo dos Paulistas, de um parque de exploração de ostras por parte da *Expor - Sociedade de Exploração de Ostras Portuguesas*¹²¹, empresa fundada em 1961¹²².

¹¹⁷ *Relatórios da Comissão de Ostreicultura ...*, pp. 14-15.

¹¹⁸ PEREIRA, Armando Gonçalves - *Estudos de Geografia Económica. A Economia do Mar*. Lisboa: Livraria Moraes, 1932, pp. 307-308.

¹¹⁹ *Diário do Governo*, I série, nº 12 (15 Jan. 1931).

¹²⁰ AMS, *Câmara Municipal do Seixal, Atas*, Livro 45, ata da reunião ordinária de 26 de Julho de 1956.

¹²¹ Cf. Decreto n.º 86 (11 Abr. 1963).

¹²² NABAIS, António - *História do Concelho do Seixal...*, p. 96.

Conclusão

A contextualização da interação humana com o ecossistema numa perspectiva mais longa permite uma melhor compreensão dos seus efeitos e, conseqüentemente, maior acuidade na interpretação da paisagem actual, que constitui a materialização desse processo relacional.

A ostreicultura e a orizicultura constituem, assim, exemplos, no que se reporta ao território do Seixal no século XIX, do processo de adaptação que marcou a evolução da paisagem local e a conversão dos salgados existentes através da potenciação dos respectivos recursos por uma comunidade urbana em fase de afirmação política e numa conjuntura marcada pelo crescimento demográfico e económico.

O conjunto de condições ambientais existente e as circunstâncias sociais, incluindo a emergência, na sequência da afirmação do regime liberal, de novos enquadramentos e instrumentos legais, promovendo a desamortização e potenciando a afirmação de estratégias económicas diversificadas, viriam a adaptar-se especificamente, em simbiose, de forma que conferiram a este espaço características particulares. Em paralelo, as tensões existentes entre diferentes interesses e o impacto de algumas actividades na comunidade local, que contestou os efeitos nocivos das mesmas ao nível da salubridade pública e do acesso aos recursos, conduziram a uma crescente regulamentação dos usos e a um enquadramento administrativo inerente à gestão do território ribeirinho. Estes factores, aliados à elevada produtividade e à valorização económica dos salgados seixalenses garantiram a sua conservação, minimizando a sua maciça ocupação urbana, portuária, industrial e turística, fenómeno que atingiu outros espaços litorais ao longo dessa centúria, onde as frentes ribeirinhas foram intensamente construídas e ocupadas, o que, nalguns casos, intensificou fenómenos de erosão costeira¹²³. Ao contrário, a paisagem ribeirinha do concelho do Seixal encontra-se hoje relativamente preservada, fruto do baixo impacto que a sua ocupação humana produziu nos ecossistemas, permitindo uma leitura patrimonial, ainda significativa para a sociedade local e, por isso, identitária.

¹²³ A título de exemplo, consultar FREITAS, Joana Gaspar de; DIAS, João Alveirinho - "A Historical View on Coastal Erosion: the case of Furadouro (Portugal)". *Environment and History* 23 (2017), pp. 217-252.

2.4. O estudo da regulação societária de recursos e problemas ambientais

Resource Regulations and the Failure of the Northern Market Towns in 14th Century Norway

*Miriam Tveit*¹

Abstract

This article discusses the regulation of small towns and their resources in a less urbanised society. Late Medieval Northern Scandinavia was characterised by a lack of the type of urbanisation that was experienced in the rest of Northern Europe. Norway developed few towns and even fewer of any prominent size. Three small, coastal towns based their existence on their services to the surrounding regions, both as centres for royal administrative functions and as transfer points for regionally produced goods. They nevertheless ceased to exist as urban centres in the Late Middle Ages. During a process of legal revival starting in the mid-13th century, Norway produced a Code of the Towns. These three small towns, however, appear to have been directly regulated by royal decrees. This article explores how local and state authorities dealt with resources around these market towns and discusses to what extent royal and local attitudes towards resource management impacted their decline.

Keywords

Norway. Resource regulation. Urban law. Urban decline. Urban boundaries.

¹ Nord University.

Regulamentações de recursos e o fracasso das cidades mercantis do norte da Noruega, no século XIV

Este artigo discute a regulamentação das pequenas cidades e dos seus recursos numa sociedade pouco urbanizada. O final da Idade Média na Escandinávia do Norte era caracterizado pela ausência do tipo de urbanização que era experimentado no resto do Norte da Europa. A Noruega desenvolveu poucas cidades e ainda menos cidades de tamanho considerável. Três pequenas cidades costeiras baseavam a sua existência em serviços prestados às regiões circunvizinhas, tanto como centros de funções administrativas reais quanto como pontos de transferência de bens produzidos regionalmente. No entanto, elas deixaram de existir como centros urbanos no final da Idade Média. Durante um processo de revitalização legal que começou em meados do século XIII, a Noruega produziu um Código das Cidades. Essas três pequenas cidades, no entanto, parecem ter sido reguladas diretamente por decretos reais. Este artigo explora como as autoridades locais e régias lidaram com os recursos em torno dessas cidades-mercado e discute até que ponto as atitudes régias e locais em relação à gestão de recursos impactaram no seu declínio.

Palavras-chave

Noruega. Regulação de recursos. Direito urbano. Declínio urbano. Limites urbanos.

Introduction

A town's impact is often measured by its growth, survival, and the extent of its influence. Europe saw several towns disappear in the Late Middle Ages². The aim of this article is to illuminate some of the failures of medieval urban Norway. The three

² Clark, Peter - *European Cities and Towns, 400-2000*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 36-38.

northernmost market towns on the Norwegian coast, Vágar³, Veøy⁴, and Borgund⁵ first prospered and then declined in the 14th century during the union between first Sweden and Norway and then Denmark and Norway⁶. The following approach sees the three towns during these years in the context of royal and local resource management. By examining first the royal regulations of the production and export of resources in these three northern towns and then by examining perceptions of the legal boundaries and regulations of resources, the article discusses to what extent central and local attitudes to resource management impacted the decline of these towns.

In the Middle Ages, northern Scandinavia was a backwater region in terms of urbanisation. In comparison with many parts of Europe, the Norwegian towns were few and small, both in population, size and economy. Of the Scandinavian realms, Denmark had similar urban growth as the Continent did, while the Swedish realm was comprised of a little over forty towns in the High Middle Ages, including Viborg in modern Russia and a number of towns in modern Finland⁷. In 1300, the Norwegian towns of any size were Niðaros (Trondheim), Bergen, Stavanger, Tunsberg, Oslo and Hamar. There were also nine documented smaller towns that existed in the 14th century, three of which are now part of modern-day Sweden⁸.

Regardless of the lack of urban traditions, the Norwegian royal administration issued an urban law code in 1276. Scandinavia saw a legal revival in the 13th century, resulting in the promulgation of a Code of the Realm in Norway in 1274 and one in Sweden in the 1340s that replaced provincial laws. The Norwegian

³ LIND, Keth - "Arkeologisk innsikt i Vågans rolle fra høymiddelalder til seinmiddelalder". *Gunneria* 64 (1991), pp.135-45; BERTELSEN, Reidar - "Vágar, en kortlevd by eller et urbant fiskevær?". in BRENDALSMO, Jan; ELIASSEN, Finn-Einar; GANSUM, Terje (eds.) - *Den Urbane underskog*. Oslo: Novus Forlag, 2009, pp. 199-211.

⁴ SOLLI, Brit - "Kjøpstedet på Veøya i Romsdal". in ANDERSSON, Hans; HANSEN, Gitte; ØYE, Ingvild (eds.) - *De første 200 årene-nytt blick på 27 skandinaviske middelalderbyer*. UBAS Nordisk 5, Bergen: Universitetet i Bergen, 2005, pp. 109-124.

⁵ LARSEN, Arne. J. - "Borgund på Sunnmøre, de eldste konstruksjonene". in ANDERSSON, Hans; HANSEN, Gitte; ØYE, Ingvild (eds.) - *De første 200 årene-nytt blick på 27 skandinaviske middelalderbyer...*, pp. 41-56.

⁶ SOLLI, Britt - "Veøyas arkeologi". in *Veøyboka*. Molde: Romsdalsmuseet, 1999, pp. 8-100, (pp. 98-99); FALKANGER Aage Thor - *Lagmann og Lagting i Hålogaland gjennom 1000 år*. Oslo: Universitetsforlaget, 2007, p. 64.

⁷ ANDRÈN, Anders - *Den urbana scenen: städer och samhälle i det medeltida Danmark*. Acta archaeologica Lundensia. Vol. XIII. Malmö: Liber Forlag, 1985. ANDERSSON, Hans - "Sverige. En forskningsöversikt". in ANDERSSON, Hans; HANSEN, Gitte; ØYE, Ingvild (eds.), *De første 200 årene-nytt blick på 27 skandinaviske middelalderbyer...*, pp. 91-146.

⁸ The smaller towns are (from north to south, and west to east) Vágar, Veøy, Borgund, Kaupanger, Skien, Sarpsborg, Oddevold, Konghelle, and Marstrand. Steinkjer is usually listed among towns from the High Middle Ages. Kaupanger is another one of the market towns north of Bergen that disappeared in this period, see ØYE, Ingvild - "Kaupangen i Sogn i komparativ belysning". *Viking* (1989), pp. 144-165.

Code of the Realm was to be valid nationwide⁹. It stayed valid for 300 years during political unions with Sweden and Denmark. In the legislative process, the two kingdoms also developed codes for their towns, in Norway in 1276 and in Sweden in the 1350s¹⁰. The Norwegian Code of the Towns was originally issued for Bergen, but would soon be in force in other towns of some prominence, such as Niðaros, Tunsberg and Oslo. In the course of the 14th century, the code appears also to have been valid for towns in general¹¹. The endeavour of creating an urban code while also being the most backwards region in terms of urbanisation indicates that the royal administration recognised the importance of towns as tools of governing, as well as the possibilities towns gave for centralising administration, taxation and the law and for regulating trade.

1. Vágar, Veøy and Borgund: Glimpses of Urbanity in the 14th century

The three northernmost market towns, Vágar, Veøy and Borgund, diminished in the early 15th century as they ceased to exist as regional centres with administrative, legal and economic functions¹². They continued as places of dense population throughout the 15th century, but eventually were abandoned¹³. The sites do not reveal today that there were urban structures there. All three market towns have since completely disappeared, and their physical remains are discovered due to archaeology¹⁴. For this reason, these towns have been overlooked as research objects for the study of Scandinavian urban history.

Because of the few and small urban dwellings in medieval Scandinavia, scholarly debates in Scandinavian urban history have circled around the definition

⁹ Magnús lagabætir's Code of the Realm, found in *Norges gamle Love indtil 1387*. Vol. II. Ed. Rudolf Keyser *et alii.*, Kristiania: Grøndahl, 1848, pp. 2–178, and TARANGER, Absalon - *Magnus Lagabøters Landslov*, Oslo: Universitetsforlaget, 1979 [1915]. Hereafter NgL II.

¹⁰ Magnús lagabætir's Town Law, found in NgL II, pp. 181–290.

¹¹ BLOM, Grethe Authén - "Magnus Lagabøters bylov og Trondheim, med en innledning om Bergen bylovs overføring til rikets øvrige kjøpsteder". in *Trondhjemske samlinger*. Vol. IX. no. 2. Trondhjem historiske forening, 1974, pp. 99–145 (pp. 104–106); HELLE, Knut; NEDKVITNE, Arnved - "Norge ..., p. 264. See the versions for unspecified towns in NgL II, pp. 182–83. Little is known about how this process developed, how fast the Town Law was diffused, or to what degree the small towns made use of it. Magnús lagabætir's Town Law IX.19.3, NgL II, p. 284.

¹² LARSEN, Arne - "Borgund på Sunnmøre ..., p. 42; NIELSSEN, Alf Ragnar - "Markedsretting og nasjonal betydning av fiskeriene 1000-1350". in KOLLE, Nils *et alii* - *Norges fiskeri- og kysthistorie. Bind I: Fangstmenn, fiskerbønder og værfolk. Fram til 1720*. Bergen: Fagbokforlaget, 2014, pp. 187-299; RØSKAFT, Merete - "Håløygriket blir en landsdel". in HOLBERG, Eirin; RØSKAFT, Merete - *Håløygriket, Nordlands historie 1, Før 1600*. Bergen: Fagbokforlaget, 2015, pp. 219-436: (pp. 368-73).

¹³ BERTELSEN, Reidar - "Vágar, en kortlevd by eller et urbant fiskevær? ..., pp. 199–211.

¹⁴ HERTEIG, Arne - *Borgundkaupangen på Sunnmøre*. Ålesund: Borgundkaupangens venner, 1974, p. 3; SØRHEIM, Helge - "Borgund- en gammel kaupang, et nytt museum". *Viking* 53 (1990), pp. 117–140 (pp. 118–119). SOLLI, Brit - "Veoyas arkeologi

of what constitutes a town and which urban centres in the Middle Ages could justly be termed ‘towns’. Compared with European urban development, Scandinavian medieval towns had a different experience. Reasons for weak urbanisation in Norway have earlier been attributed to the difficult geography, but this explanation has been rejected in recent years. The traditional definition of the Scandinavian medieval town is a densely populated centre of a large area that had specialised functions for its surroundings and a continuous existence¹⁵. Urban historian Knut Helle has made status distinctions between those agglomerated places that deserve the status of ‘town’ and those found to be too small and short lived, like the three coastal towns¹⁶. Pointing to the functions of Vággar, the northernmost urban centre along the coast, archaeologist Reidar Bertelsen has rejected such a notion¹⁷. The termination of a town’s existence at a later point in history should not rule it out of a discussion of urbanisation. The town held functions as an urban centre during its lifespan, even if it later died. Others, such as Richard Holt, have instead called attention to the impossibility of all-embracing parameters for defining a European medieval town¹⁸. Holt sees the Scandinavian urban scene as individualistic expressions of urban life. It lacked the hierarchical networks and diversification in trade or production that were characteristic of the urban landscape in, for instance, England, and it also lacked a heterogeneously specialised urban population¹⁹. In the small towns of Norway, inhabitants appear to have been versatile and self-sufficient. Findings about Vággar does, however, prove that there was a production of shoes on a scale that suggests a market for trade within the hinterland²⁰.

A sensible approach when studying Norwegian towns is to follow the medieval notion of what was considered urban²¹. In this context, Vággar, Veøy, and Borgund should be discussed in terms of market towns. Although these short-lived urban centres do not fit the criteria of size and boundaries, they meet the definition of a town in terms of their urban, central functions.

¹⁵ HELLE, Knut; NEDKVITNE, Arnved - “Norge. Sentrumsdannelse og byutvikling i norsk middelalder”. in BLOM, Grethe Authen (ed.) - *Urbaniseringsprosessen i Norden 1*, Oslo: Universitetsforlaget, 1977, pp 189-278 (pp. 190-92); HELLE, Knut - “Fra opphavet til omkring 1500”. in HELLE, Knut *et alii* (eds.) - *Norsk byhistorie: urbanisering gjennom 1300 år*, Oslo: Pax, 2006, pp. 23-142.

¹⁶ HELLE, Knut - “Fra opphavet til omkring 1500 ...”, p. 68.

¹⁷ BERTELSEN, Reidar - “Vággar, en kortlevd by eller et urbant fiskevær?..”, pp. 201–209.

¹⁸ HOLT, Richard - “Medieval Norway’s urbanization in a European perspective”. in BRENDALSMO, Jan; ELIASSEN, Finn-Einar; GANSUM, Terje (eds.) - *Den Urbane underskog*. Oslo: Novus Forlag, 2009, p. 231-246 (pp. 231-32). See also ABRAMS, Phillip - “Towns and Economic Growth: Some Theories and Problems”. in ABRAMS, Phillip; Wrigley, E.A., *Towns in Societies*. Cambridge. 1978, pp. 9-33, on generalizing about what is a town.

¹⁹ HOLT, Richard - “What if the Sea were Different? Urbanization in Medieval Norway”. *Past & Present* 195, Issue suppl_2 (2007), pp. 132–147.

²⁰ LIND, Keth - “Arkeologisk innsikt i Vågans rolle ...”, pp. 140-142; BERTELSEN, Reidar - “Vággar, en kortlevd by eller et urbant fiskevær?..”, p. 204.

²¹ HELLE, Knut; NEDKVITNE, Arnved - “Norge ...”, p. 192.

The material that has shed light on royal and local resource management for the three towns is not systematic, but there exists a number of royal amendments from the successive decades after the promulgation of the Code of the Towns. Laws with amendments and variations have been edited in the corpus *Norges gamle Love*²². Likewise, there are no town records from these or other Norwegian towns. Many of the known written letters, decrees and charters relating to Norway in the Middle Ages have been transcribed and published in the continuing collection *Diplomatarium Norvegicum*²³. Although substantially more extant documents date from 1300 onwards, there is still a scarcity of written sources on Norwegian urban life in general, and only a handful of letters survive from Vågar, Veøy and Borgund.

The Scandinavian small towns based their existence on their services to the surrounding regions, both as centres for royal administrative functions and as transfer points for regionally produced goods. For Vågar, Veøy and Borgund, a main point is that all three imported most of their consumer products from abroad via the large trading town of Bergen. They all had small-scale pastoral farming within and near the town, but imported grain, cloth and household wares from England, the Rhine area and the Baltic regions. The currency with which they exchanged these products for was fish products, in the form of stockfish, liver oil and herring²⁴. Fish products were the Norwegian realm's main export product traded from Bergen, and the northern coastal regions were the main sources of these products. An important aspect of the life of these three towns was therefore where they were situated in the environment. All three were positioned safely within a fjord, with easy access to resources and rich fishing grounds, and they were also easily accessed from the shipping lanes along the coast and the overland trade routes inland²⁵. Even so, trade in itself need not have been the reason for their existence. Brit Solli argues that while Vågar seems to have become deeply integrated in an international trade network, in the cases of Veøy and Borgund, strategic and administrative matters counted more than being ports of trade²⁶. All three were also administrative centres for their

²² Hereafter NgL. *Norges gamle Love indtil 1387*. Ed. Rudolf Keyser *et alii*. Vol. I–III. Cristiania: Grøndahl, 1846–49; *Norges gamle Love indtil 1387*. Ed. Gustav Storm. Vol. IV. Cristiania: Grøndahl, 1885; *Norges gamle Love indtil 1387*, Ed. Gustav Storm; Ebbe Hertzberg. Vol. V. Cristiania: Grøndahl, 1895; *Norges gamle love, anden række 1388–1604*. Ed. Absalon Taranger *et alii*. Vol. I–II. Christiania/Oslo: Grøndahl, 1912–1976.

²³ Hereafter DN. The first volume, which was printed in 1847 and now counts 23 volumes: *Diplomatarium Norvegicum, Oldbreve til Kundskab om Norges indre og ydre Forhold, Sprog, Slægter, Sæder, Lovgivning og Rettergang i Middelalderen*, (1847–2011). Vol 1–23, 1847–2011. Christiania/Oslo: varia.

²⁴ NIELSEN, Alf Ragnar - "Markedsretting og nasjonal betydning av fiskeriene 1000-1350 ...", pp. 187-299. SØRHEIM, Helge - "Borgund ...", pp. 121-123.

²⁵ SOLLI, Brit - "Veøya ...", pp. 82-83, 93-94.

²⁶ SOLLI, Brit - *Narratives of Veøy: an investigation into the poetics and scientifics of archaeology*. Oslo: Universitetet i Oslo, 1996, pp. 206, 214-217.

regions, albeit not necessarily exclusively so, and for legal activities and collecting taxes and rent.

Situated between these three market towns was the major town of Niðaros, seat of the Archbishopric, for which they also would have served as centres for collecting tithe and for church meetings²⁷. The northern provinces comprised the economic foundation of the Archbishop of Niðaros. In Vágar, the church held regular meetings, and the archbishop visited on occasion²⁸.

The market town of Veøy had reduced the scale of agrarian production to make possible the growth of an urban centre starting the 12th century. Cultivating the nearby land was still a part of the town's reason for being and vice versa. The agriculture disappeared together with the town in the late 14th century, along with its urban functions²⁹. Veøy established itself as a centre of coal production and as an emporium of the local herring fisheries. The town had two churches in the early 14th century, and it appears to have been dependent on aristocratic funding and benefits³⁰. Charters written for the richest family of the northern Norwegian magnates, also part of the royal administration, reveal that this family willed large sums to the town churches in Veøy as in Borgund, but they also collected their revenue from this centre and kept several properties there³¹. Their involvement suggests that they also would have had interests in any development and resource management activity in Veøy. However, a lack of written sources deprives one of the possibility to assess whether the urban population or the magnates would run the town. The site at Borgund, where extensive excavations started in the 1950s, includes evidence of town infrastructure, such as drainage, waste deposits and water supplies³². Vágar was, according to tradition, established as a fishing station by King Eystein (1103–1123) in the early 12th century, and it became the market for redistributing stockfish bound for Bergen. Every June, a market was set up for this purpose. During the 13th century, it functioned as one of the provincial assemblies coinciding with the time of the market, and from the end of the century, there are records of regular clergy synods and of visits of the archbishop taking place there³³.

²⁷ SOLLI, Brit - *Narratives ...*, p. 208; BJØRGO, Narve - "Vågastemna i mellomalderen". in IMSEN, Steinar; SANDVIK, Gudmund (ed.) - *Hamarspor-Eit festskrift til Lars Hamre 1912–1982*, Oslo: Universitetsforlaget, 1982, pp. 45–60 (p. 49); DN III no. 30 (1291 about 1282)

²⁸ NgL *anden række* I, p. 472 (1321); DN IV no. 357 (1352).

²⁹ SOLLI, Brit - "Veøya ...", pp. 28–29.

³⁰ DN XV no.1, 1308x1309 Biarne Erlingsson's testament; DN I no. 285,

³¹ DN XV no.1, p. 1–5 (1308/09?), DN II nos 279–80 (1347).

³² HERTEIG, Asbjørn E. - *Kaupangen på Borgund*. Ålesund: Borgundkaupangens venner 1973 [1957], p. 5.

³³ DN III no. 30 (1291, mention a meeting in 1281); DN III: 36 (1295); DN IV no. 357 (1352); NgL 2r, no. 255, p. 472 (1430, cite a 1321, and 1430).

In the early 15th century, the legal assembly was moved from Vágur to the rural estate of Engeley across the fjord and was permanently located there.

2. Royal Regulation of the Northern Market Towns

The promulgation of the new Norwegian Code of the Towns in 1276 marked a conscious policy towards the towns. The extant material from the Norwegian small towns suggests, however that it was the Code of the Realm, and not the Code of the Towns, that was consulted at urban assemblies of the small towns³⁴. Much of the contents of the Code of the Towns nevertheless closely followed the Code of the Realm. A few sections were copied from older town laws, but many were taken from the contemporary national code³⁵. Nevertheless, little of the content of the new urban code concerned town planning, access to resources or exploitation of environmental resources. In the decades following the promulgation of the new codes in Norway, the Crown still saw the need to better control the resources coming into and out of the kingdom, and it appears that the towns presented the obvious tool by which to assert such control. For this reason, a line of amendments to the law and royal decrees were added to the urban regulations throughout the 14th century. The amendments also were comprised of measures to secure revenues from the coastal centres specifically.

First and most importantly, the state made sure to close off access to the north and its resources to foreign interests. The fisheries on the northern coastline had become increasingly lucrative in the 13th century. Royal administrators tried to channel all exports through Bergen, and from 1294 forbade foreign merchants from travelling *ultra Bergas uersus partes boreales* (“beyond Bergen to the northern parts”)³⁶. These regulations may have been attempts to control Norwegian exports, which German merchants increasingly dominated³⁷. The prohibition would also affect trade from the archepiscopal Niðaros, but it had permanent consequences for the shipping along the coast. Bergen merchants were now the only ones allowed to travel from the south-west to the north to bring barter goods from the European markets and to collect the fish and other products from these three towns. The

³⁴ TVEIT, Miriam - “Urban Law in Norwegian Market Towns. Legal Culture in a Long Fourteenth Century”. in ARMSTRONG, Jackson; FRANKOT, Edda (ed.) - *Cultures of Law in Urban Northern Europe: Scotland and its Neighbours c.1350-c.1700*, New York: Routledge, 2021, pp. 105–122.

³⁵ The old town laws were called *Bjarkeyarréttir*. Found in *NgL I*, pp. 303-336.

³⁶ DN V, no. 23. HELLE Knut - “Fra opphavet til omkring 1500 ...”, pp. 80-82.

³⁷ HELLE Knut - “Fra opphavet til omkring 1500...”, pp. 80-86; NIELSSEN, Alf Ragnar - “Markedsretting og nasjonal betyding av fiskeriene 1000-1350 ...”, pp. 294-295.

prohibition was reiterated on several occasions through the first half of 14th century³⁸. This could be a sign of continued foreign interest in accessing northern resources but also of the significance of regulating domestic production.

Furthermore, measures were taken to protect the cod fisheries from disturbances during the season, which lasted from approximately February to April depending on the influx. In 1313, King Hákon V (1284–1319) proclaimed that all legal suits in Hálogaland, the region in which Vágur was the only urban centre and also the location of the legal assembly, had to be postponed until after the season, disclosing the interest of the Crown in securing the stockfish industry³⁹.

The late 14th century saw more changes to the distribution networks of the fish trade. In a decree from 1384, the royal administration of King Olaf (1376/80–1387), in the then Danish-Norwegian union, stated that the kingdom's towns and the "small towns" (*smaar kaupstader*), particularly mentioning Vágur, were "damaged and deserted because merchants no longer came with their goods to the traditional markets"⁴⁰. The royal administration had seen the decline that archaeological work has confirmed regarding the northern market towns; apparently, the producers and traders did not find it worth the effort to use the regional towns for their business. The decree was addressed to all men north of Stadt, a peninsula which then as now constituted a dividing point between the North Sea and the Norwegian Sea and an obstacle to round when sailing along the Norwegian coast. The remedy prescribed by the royal administration so that "our towns rather should flourish" was to order the local traders in the north to take their products to the town in their respective region, Vágur (*Vaaga*), Veøy (*Vidøye*) or Borgund (*Borgundar*). With the Crown acknowledging how these three towns failed to keep up their functions as trade centres, it is of interest to ask when this process had caught awareness from the state. Already, in 1299, King Hákon V demanded that traders carry out their business in towns and designated markets⁴¹. There was another royal decree regarding this in 1364 and again in 1372. The former decree mainly restrained young men of limited means from abandoning farmsteads in favour of trade⁴². The need to take these measures speaks of the effects from the plagues then emerging, during which the number of abandoned farms increased. However, the need to secure revenues through the towns was still pressing, and King Hákon Magnusson of Norway (1355–1380) and Sweden (1362–1364) repeated the prohibition of buying and selling

³⁸ In 1302?: Ngl III, no. 15. In 1306: Ngl IV, p. 360; In 1348: Ngl III, no. 83.

³⁹ Ngl III, no. 38. The letter is preserved in the *Archiv der Hansestadt Lübeck*, Urkundenb I. 561–63, Norvagia 022, 022a bis 022c, 07.1–3/21 - Norwegen (Norvagia); Kontor zu Bergen, 07.1–3 Auswärtige Beziehungen (Externa).

⁴⁰ Ngl III, no. 104, p.222: King Olaf's amendment on trade in northern Norway from 1384.

⁴¹ Ngl III, no. 12

⁴² Ngl III, no. 95.

to take place outside locations that “from old” had markets and *takmark*, the Old Norse word for a town’s boundaries⁴³. In the decree from 1372, King Hákon targeted traders within the region surrounding Trondheim (Niðaros), who were to only trade in the towns “from old”, not in the countryside, in fjords or at fishing stations, under the threat of the highest fine under the law if they ignored the order⁴⁴. The decree of 1384 also targeted *fiorda koup* and *verija koup*, transactions taking place in the fjords and at the fishing stations, as illegal⁴⁵. This means that transactions were taking place directly between some traders and producers, both of whom were ignoring taxes. From these repeated efforts to contain trade within these towns, it would appear that the centralisation of resource distribution was more in the interest of the Crown than of the local inhabitants involved in both the production and shipping of the products.

3. Urban Legal Boundaries and Local Perceptions of the Law

If one now turns to the topic of demarcating urban space in the rural landscape, there are two aspects that call for attention: First, there are the boundaries, abstract or physical, that separated town from hinterland. Second, there is the legal identity of the population within the town and within the town’s adhering region.

First concerning the boundaries, there are the regulated boundaries to consider as well as the perceived boundaries between town and countryside. The Town Law of 1276 included a demarcation (the *takmark*) of the town’s area of control, which comprised the town structures plus accompanying land, and there probably was an understanding of these lines among the population⁴⁶. However, the late medieval Norwegian town was not clearly demarcated physically from its surroundings. There were no city walls or moats marking the fiscal or legal boundaries between the town and the countryside, although there may have been other visible markers that are now lost. Likewise, it is too simple to think that the applicability of the Town Law clearly distinguished a town from the countryside⁴⁷. Legal scholars have long been aware that a plurality of legal systems can exist together in a society,

⁴³ BLOM, Grethe Authén - “Takmark”. in *Kulturhistorisk Leksikon for Nordisk Middelalder*. Vol. 18. Rosenkilde og Bagger, 1982, pp. 80-82.

⁴⁴ NgL III, no. 101.

⁴⁵ NgL III, no. 104.

⁴⁶ Magnús lagabætir’s Town Law, bær skipings balkr, NgL II, pp. 240-252.

⁴⁷ HAGLAND, Jan R. - “Town Law versus County Law: On the Kristindómsbálkr (Church Law) of Niðaróss Bjarkeyjarréttir and Frostuþingslög”. in S. BRINK and L. COLLINSON (eds.) - *New Approaches to Early Law in Scandinavia*. *Acta Scandinavica* 3, Turnhout: Brepols, 2014, pp. 57-66.

today and in pre-modern times⁴⁸. Similarly, the boundaries of medieval law are now understood as overlapping and fluid rather than as clear-cut jurisdictions (as a law itself might propose to be)⁴⁹. Legal boundaries within and around Scandinavian towns must likewise be viewed in these terms. As I have discussed elsewhere, the legal practice in Norwegian market towns adapted to the new law codes from the 1270s, but they appear to have relied on the Code of the Realm even if a separate Town Law existed⁵⁰. However, since case law hardly ever cited any law, and because the Code of the Towns comprised much of the contents of the Code of the Realm, it is in most cases not possible to distinguish between the two.

As there are no remaining physical boundaries demarcating the market towns of Vágar, Veøy and Borgund from their hinterland, it is not possible to tell where the towns ended and the surroundings started or vice versa. Archaeology has more readily been able to examine this from the cultural layers. However, what archaeology shows is the same ambiguity: There is an urban space and a non-urban space or indeed rural space, but the transition between these spaces are indistinct. In fact, the overall picture is rather that the boundaries were indistinct and were supposed to be. In other European regions, it can be seen that medieval towns and the countryside functioned in a symbiosis. Rural activity was conducted within the urban space. It is therefore necessary to deconstruct the notion of a clear separation between town and hinterland. Terje Gansum has discussed the small pre-modern towns of Norway as “Rural structures with urban functions”, that is, tax, trade and law⁵¹. This description fits Scandinavian market towns, physically being little more than a “congested countryside”⁵², but fulfilling urban functions for the state within their respective region. Oppositely, the Norwegian towns could just as well be defined as urban structures with rural functions if they served the countryside around them as central junctions beyond royal interests.

The letters stemming from the populations of small towns rarely offer insights into urban people’s lives and deeds. Some, however, provide a glimpse. One rare instance is a letter from 1400 when one Magnus in Borgund wrote to

⁴⁸ MERRY, Sally Engle - “Legal Pluralism”. *Law & Society Review* 22 (1988), pp. 869-896.

⁴⁹ See, for instance, MUSSON, Anthony - “Introduction”. in MUSSON, Anthony (ed.) - *Boundaries of the Law: Geography Gender and Jurisdiction in Medieval and Early Modern Europe*. Aldershot: Ashgate, 2005, pp. 1-6.

⁵⁰ TVEIT, Miriam - “Urban Law in Norwegian Market Towns ...”, pp. 115-117.

⁵¹ GANSUM, Terje - “Rurale strukturer, urbane funksjoner og definisjonsdiskurser”. in BRENDALSMO, Jan; ELIASSEN, Finn-Einar; GANSUM, Terje (eds.) - *Den Urbane underskog*. Oslo: Novus Forlag, 2009, pp.19-40; BRENDALSMO, Jan - “I gråsonen mellom gården og byen. Et kildeproblem eller et definisjonsspørsmål”. in BRENDALSMO, Jan; ELIASSEN, Finn-Einar; GANSUM, Terje (eds.) - *Den Urbane underskog*. Oslo: Novus Forlag, 2009, pp. 147-84. OLOFSSON, Sven - ” Stadsbygge i bondeland - ett forskningsfält med teoretiska och metodiska implikationer”. in BRENDALSMO, Jan; ELIASSEN, Finn-Einar; GANSUM, Terje (eds.) - *Den Urbane underskog*. Oslo: Novus Forlag, 2009, pp. 185-97 (p. 185).

⁵² Clark, Peter - *European Cities and Towns ...*, p. 28.

his companion Jusse living further south to collect some rent and debt for him⁵³. Magnus added in the letter, “and I am asking you to send me some beans and peas for seed”⁵⁴. It is not said if Magnus lived in Borgund or just had his letter written there. If he was a town dweller, he would probably own agricultural land as many Scandinavian townspeople did. Whether the seeds were meant for his urban garden or rural estate is not revealed, but the rare personal addition to the text illustrates the close relationship between the rural and urban sphere.

Turning to the second aspect of boundaries, the legal identity of the inhabitants of the market towns and the hinterlands, there is little to go on. There exist no letters offering any insight into how the urban and rural population understood their own status within the urban landscape and its proximity. There are few extant sources that illuminate what was the legal response of the population in and around the towns to resource management practices or to urban dwellers’ ideas of urban legal boundaries. What can be deduced from the few charters of the market towns is, nevertheless, that the distinction between town and countryside was blurred. The town life that emerges from the sources did not concern collective or individual interests in resource management or reactions to central regulation. Most of the diplomas from Scandinavian towns regard property transactions of some sort, and so also for these three towns. Furthermore, most of the property transactions regarded rural properties far from a town itself, often with rural owners also. Richard Holt has suggested that weak urbanisation in Norway could have been a result of a marginal aristocracy combined with “a relatively strong peasant class” that retarded the development of specialised industries in the towns⁵⁵.

However, boundaries not only pertain to limitations, but also the extent of the circumference in which the town exerted influence. When the Crown demanded that regional producers of goods sailed to one of the three market towns in the abovementioned 1384 decree, it simultaneously clearly defined their circumference in the region⁵⁶. The need to stress this matter to all men in the north suggests that the local inhabitants perceived the towns’ influence as weaker than the state wished for. One could assume that the market towns of the north held little magnetic attraction for trade or resource distribution.

Moreover, the witnesses and validators appearing in the charters of the Norwegian towns, large and small, usually belonged to the landowning elite. A charter from 1321 concerning land rent from the town of Vágar was witnessed by the

⁵³ DN III no. 552, pp. 405-406.

⁵⁴ DN III no. 552, p. 406: *ok bidhr jægh þigh ath þv skipa migh nokorar boner ok erthr til sadhs.*

⁵⁵ HOLT, Richard - “Medieval Norway’s urbanization in a European perspective ...”, p. 245.

⁵⁶ BAGGE, Sverre; SMEDSDAL, Synnøve Holstad; HELLE, Knut (ed.) - *Norske middelalderdokumenter*. Bergen: Universitetsforlaget, 1973, pp. 218 and 364.

high judge of the province together with the priest of the powerful regional church⁵⁷. The property in question was owned by the equally prominent Erling Viðkunsson, a regionally based estate holder who two years later was appointed the high steward of Norway⁵⁸. This charter of land rent written in Vágar thus implicated three of the highest-ranking men in the region. In these cases, the town served as the location where prominent officials did their business, more because of its centrality than its status as a defined sphere of jurisdiction.

The circumference of the parish that the town churches held may also have been important when forming the identity of the inhabitants who identified with the town. The Church of St. Peter in Borgund was the point of reference when the same Erling decades later, in 1344, got hold of a rural property from one Ogmundur⁵⁹ and again, in 1351, when he obtained another rural property from one Kolbein Þoresson.

Erling Viðkunsson acted as a district governor in a case from Veøy⁶⁰. That particular case dealt with illegal possession of property and tax evasion. It touched upon many chapters of the Code of the Towns and the Code of the Realm, and it could as such serve as an example of how the law was implemented into the assemblies of the small towns. The case can further illustrate how the surroundings of market towns gravitated towards urban space in legal matters. In March 1347, at a rural assembly in Giske outside Veøy, one Sigurd Fyrd was charged with having evaded levy tax for two years and with occupying two estates rightfully belonging to a woman named Ragna⁶¹. Sigurd was absent, but he was summoned to appear before a judge in the town of Veøy to answer the accusations. Though the transfer of the case to the region's only urban centre is of interest when studying urban legal responses, it cannot necessarily be argued that it was the urban traits of Veøy that made the district governor forward the case here. Erling was not district governor of the county surrounding Veøy, Romsdal, but rather of the neighbouring county, Sunnmøre, with the market town of Borgund. Of the two estates in question, however, one was in Romsdal and one was in Sunnmøre. The estates were again provincial rather than urban houses. According to the Code of the Realm, witnesses for the inheritance should be sought in the county of the property⁶². The procedure was that one should summon the possessor to the assembly and make sure he had been read the summoning. It also fell under the law's sections on levy taxes and the

⁵⁷ DN I no. 163, p. 142.

⁵⁸ HELLE, Knut - "Erling Vidkunsson". in *Norsk biografisk leksikon*, nbl.snl.no/Erling_vidkunsson (accessed 15 September 2019).

⁵⁹ DN V no. 171, pp. 132-133.

⁶⁰ DN II no. 279, p. 232, and DN II no. 280, pp. 232-233.

⁶¹ DN II no. 279, p. 232.

⁶² Magnús lagabætur's Code of the Realm 5.16

issue of people not paying them⁶³. However, one also sees here the dealings of the top elite. Erling Viðkunsson acted as the district governor in the case, but on closer inspection he was personally involved. When the parties met in Veøy, they did so in the townhouse called *Biarna garde*, probably named after Erling's deceased uncle, the baron Bjarne Erlingsson, who had controlled large estates in the region and in his testament had donated gifts to churches in Veøy⁶⁴. If so, the venue was the house of a baron, now utilised by his heir Erling. Further, the woman Ragna was Erling's kinswoman. Sigurd himself was also high ranking, and he might have been the same Sigurd Fyrd who was threatened with charges of treason by King Magnus Eiriksson of Norway (1319 – 1355/74) and Sweden (1319–1364) two years earlier in 1345⁶⁵. The overall picture is that this was a clash of titans in the market town of Veøy. As such, one can imagine that no ordinary procedures would have applied. Sigurd nevertheless failed to appear in Veøy, as he was apparently not interested in facing up to the accusations⁶⁶. There in the town, within a townhouse, four men witnessed that the magnate Erling Viðkunsson put forward evidence that lost Sigurd the two estates.

The regional resources naturally served as a foundation for the wealth and power of the local elite. A dowry list from a wedding in Vágur in 1335 provides an example of the private wealth based on both regional riches and imported luxury⁶⁷. The bride, Ingebjørg, was the daughter of the high judge of the province, and the groom, Þorlæifr, was the son of an estate holder. The dowry consisted of large quantities of fish products in addition to property, plus household items worth 10 marks in gold, including German and English products. The expensive dowry was recorded in the regional town. Although the small towns could be peripheral in a Norwegian or European sense, the wealth of the political and economic elite that lived in market the towns could be significant.

Private legal transactions without prominent figures on the witness list can also be found. One example is a letter from Borgund dated 1338 proving a sale from a woman named Gyrid to a man named Simun of a property with the value of “two months’ rent in kind” (*tu[æ]ggia manaða mata læigu*), making it a very modest property⁶⁸. There are also similar examples of legal transactions taking place outside the few urban settlements. In a case like this the market town had a central function as the site of the transaction; this was where the legal officials held office. the sale

⁶³ Magnús lagabætir's Code of the Realm 5.17.

⁶⁴ Bjarne Erlingsson's testament is transcribed in DN XV no.1, p. 2.

⁶⁵ DN V no. 175.

⁶⁶ DN II no. 280, p. 232-33.

⁶⁷ DN IV no. 217, pp. 190–91.

⁶⁸ DN I no. 250, p. 200. On the classification of estates, see BRØGGER Anton Wilhelm; STEINNES, Asgaut - *Gammel mål og vekt i Norge*. Oslo: Kildeforlaget, 1982, pp. 75–76.

was recorded within the market town of Borgund in the townhouse called *Marteins garðe*. Gyrid was present at the transaction with her grandmother's husband acting as legal guardian. Simun paid in weight units of malt and flour, ale and 12 "ells of Ghentish cloth", a mix of domestic and foreign consumer goods that were probably sought after.

The Bergen merchants held strong trade privileges in the Norwegian realm, but regulations suggest that, during the 14th century, they were not always eager or welcome to execute these privileges. A decree from King Hákon Magnusson dating 1361 told that "some of our ombudsmen obstructed them in their commercial travels", and the king reminded the ombudsmen that Bergen merchants could freely trade in the south and north of the realm and in the dominions overseas⁶⁹. King Olaf further demanded in the abovementioned decree in 1384 that merchants from Bergen actually did sail north to the market in Vágar, suggesting they at some point had stopped coming. This is commonly explained by the impact of the plague, an explanation that has been downplayed in recent years. Nevertheless, instead of the Bergen merchants sailing north, a new structure developed in which the northerners transported products to Bergen themselves⁷⁰. At some point in the 15th century, a system formed that was based in the rural community, for which transport was organised around a cargo vessel, the *Jekt*, owned by a local magnate which was equipped by the villagers and which sailed south with a local crew. This system may have developed in the final stages of the life of the market towns, and it was probably an effect of their death, if not the cause. However, in the 14th century, the Crown still retained its interest in confining trade to the places where it could obtain revenue, and collective repackaging and redistribution in the market towns was due before departure to Bergen.

Apparently, local producers saw the benefit of locally organising their transport, simultaneously undermining the towns. The attempts to control trade in the 14th century only demonstrates that those exploiting the resources did not need the urban centres. As such, it is sensible to discuss the relationship between the state and region as counterproductive and the attitudes towards urban presence in terms of state voraciousness and local obstruction.⁷¹ Either way, the towns showed little resilience in the process, and while trade flourished and consolidated within European networks, the northern market towns lost their functions.

⁶⁹ NgL III, no. 93, p. 181. «imisir varer vmbodz men hafua hindrat þæim j kaupferdumþæira».

⁷⁰ KIIL, Alf - *Da bøndene seilte: bygdefarsbrukets historie i Nordlandene*. Oslo: Messel, 1993, pp. 18-29; NEDKVITNE, Arnved - *Utenrikshandelen fra det vestafjelske Norge 1100-1600*. Bergen: Universitetet i Bergen, 1983, pp. 292-293.

⁷¹ BLOCKMANS, Wim - "Voracious States and Obstructing Cities: An Aspect of State Formation in Preindustrial Europe". *Theory and Society* 18. Spec. Iss. *Cities and States in Europe, 1000-1800* (1989), pp. 733-755.

Conclusion

In total, the market towns of Vágur, Veøy and Borgund served functions in the realm as judicial and administrative centres for the regional and urban population, but their role as redistributive centres for regional resources appears to have been slipping from royal control. The royal administration of changing political constellations appears to have been eager to maintain the small northern towns through legal regulations of their function as centres of collecting resources from their respective regions. The urban population within these towns are rarely visible in extant documents, but the rural population similarly does not appear to have taken an interest in maintaining the towns. The image drawn from the market towns of the Norwegian coast is based on fragmented material. Although conclusions should not be drawn *e silentio*, the lack of letters from the small towns contribute to the picture of their decreasing significance. The fact that legal letters were at all issued in these towns indicates that the central legal and commercial functions the market towns had were maintained during this process of disintegration. The sparse evidence nevertheless suggests that urban and rural populations in the northern coastal towns did not take measures to keep their regional urban centres as vital hubs for the management of the resources which supported the livelihoods of the coastal population. The poor culture of urbanity in Norway possibly intensified this de-urbanisation process in the provinces. However, the voraciousness of the state in extracting their revenues through urban centres did not manage to save the market towns from failing in their urban function. The Norwegian small towns of Vágur, Veøy and Borgund diminished in prominence during the 15th century, a process that had already started in the previous century, which was a development counter to the royal initiatives that demanded that trade be conducted in these market towns.

La preocupación por el medio ambiente a finales de la Edad Media: la regulación de la pesca fluvial en el reino de Sevilla (XV-XVI)¹

Enrique José Ruiz Pilares²

Resumen

En los últimos siglos de la Edad Media, empezó a ser latente la preocupación de los gobernantes por proteger unos recursos naturales cada vez más limitados a causa de la sobreexplotación. En torno al siglo XII se han empezado a constatar toda una serie de medidas, que para algunos autores son consideradas como *protoecologistas*, para evitar el colapso de la economía medieval, ya fuera el caso de la tala abusiva de bosques o la caza descontrolada de muchas especies animales. La pesca, especialmente aquella que se practica en ecosistemas acuáticos de interior sensibles como lagunas o arroyos, es una de las actividades económicas que recibió una mayor atención en los nuevos ordenamientos jurídicos que aparecen por toda Europa. Vedar la captura de presas durante los meses reproductivos o prohibir el uso de venenos y de redes que dañaban el lecho y los peces de menor tamaño, eran algunas de las medidas más habituales. En el caso de Castilla, y más concretamente en la Andalucía occidental, en los territorios de reino de Sevilla, como se analiza en este trabajo, estas reglamentaciones se desarrollaron entre finales del siglo XV y mediados del siglo XVI, desarrollando leyes más generales que circulaban por el reino con anterioridad.

¹ Este trabajo ha sido cofinanciado por la Unión Europea en el marco del Programa Operativo FEDER 2014-2020 y por la Consejería de Economía, Conocimiento, Empresas y Universidad de la Junta de Andalucía. Referencia del proyecto: *La interacción sociedad-medio ambiente en la cuenca del Guadalete en la Edad Media (GUADAMED)*, ref. 108201.

² Universidad de Cádiz.

Palabras clave

Medio ambiente. Pesca fluvial. Ordenanzas municipales. Reino de Sevilla. Baja Edad Media.

Troubled by the Environment in the Late Middle Ages: regulating river fishing in the kingdom of Sevilla (15th-16th centuries).**Abstract**

In the very last centuries of the Middle Ages, it began to be stronger the worry of those in power to protect natural resources which were slowly becoming scarce due an excessive exploitation. Around the 12th century it started to be evident a whole range of measures to avoid the collapse of medieval economy, like in the case of abusive wood cutting or non-controlled hunting of many animal species. For many, these measures are proto-ecologist. The fishing, specially that conducted in vulnerable aquatic ecosystems, like lagoons or streams, is one of the economic activities that received a major attention in the new juridical ordinations, which were appearing all over Europe in that time. Forbidding the capture of certain species during the reproductive season or barring the use of poison and aggressive nets that would damage the soil and the smaller fishes, were some of the most usual measures. In the case of Castilla, particularly in Western Andalucía, in the kingdom of Sevilla, as analysed in this work, these regulations were developed between the end of the 15th century and the mid years of the 16th, taking as a point of origin broader laws on the subject that were circulating around the realm previously.

Keywords

Environment. Fishing. City ordinances. Kingdom of Seville. Late Middle Ages.

Introducción

“Ytem, porque algunos por cobdiçia de matar peçes enbarvascan charcos de ríos y de los arroyos [...] donde beven los ganados, el qual barbasco es daño mortal de los ganados, mandamos y defendemos que ninguno lo faga”³.

Esta disposición de las ordenanzas recopiladas en 1511 por el concejo de Carmona (Sevilla) sobre el uso de nocivos venenos como arte de pesca –es el caso de la planta leguminosa llamada verbasco o gordolobo–, bien pudiera parecer un recuerdo de tiempos pasados donde la concienciación sobre el cuidado del medio ambiente se encontraba aún en los albores del pensamiento de las sociedades humanas. Nada más lejos de la realidad, si atendemos a una noticia aparecida en la edición digital del periódico *La Voz de Galicia* el 19 de julio de 2003⁴:

“[Un vecino de la parroquia larachesa de Coiro, en Galicia] se llevó el viernes una desagradable sorpresa cuando acudió a una huerta situada tras su establecimiento, a pocos metros del río Anllóns. Al llegar allí, sorprendió a dos jóvenes capturando truchas [...] se dirigió hasta el lugar donde se encontraban los muchachos y les advirtió de que esa especie está vedada. [Tras la huida de los jóvenes] vio varios sacos vacíos de cal viva y se percató del método empleado por los jóvenes, que utilizaban esa sustancia para atontar o matar a los peces [Según la Guardia Civil] podrían haber realizado esta práctica con anterioridad puesto que el vehículo fue visto días pasados junto a otros tramos del mismo río”.

El ejemplo traído a colación, como otros muchos que pudieran citarse en la prensa nacional e internacional sobre la pesca furtiva en la actualidad, nos sirve de introducción para abordar el estudio de esta actividad económica desde la perspectiva de la Historia Ambiental⁵. Nuestro objetivo es tomar como referencia

³ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *Ordenanzas del concejo de Carmona*. Sevilla: Diputación, 1972, p. 130.

⁴ “Un larachés denuncia a dos jóvenes por pescar truchas con cal viva”. *La Voz de Galicia* (19 Jul. 2003). Disponible en: [Un larachés denuncia a dos jóvenes por pescar truchas con cal viva \(lavozdegalicia.es\)](http://unlarachésdenunciaadostjóvenesporpescartruchasconcalviva(lavozdegalicia.es)). [consultado el 17 diciembre 2020].

⁵ Dos obras de referencia para el estudio de la Historia Ambiental en época medieval son las recientes monografías de HOFFMANN, Richard - *An Environmental History of Medieval Europe*. Cambridge: University Press, 2015 y MOUTHON, Fabrice - *Le sourire de Prométhée. L'homme et la nature au Moyen Âge*.

las preocupaciones de buena parte de la sociedad por los actuales problemas medioambientales, a las que el historiador no debe ser ajeno, para afrontar el análisis del relato histórico⁶. En este sentido, nos planteamos continuar la fructífera línea de trabajo que viene trabajando en los últimos años las investigaciones del medievalista Emilio Martín desde el Seminario Agustín de Horozco de la Universidad de Cádiz⁷. Sobre esta línea de trabajo, y tomando como base de estudios los ecosistemas sensibles de la Bahía de Cádiz, este autor ha señalado recientemente que:

“El objetivo es comprender los mecanismos a través de los cuales la sociedad –desde una ciudad o desde una villa – fue organizando sus correspondientes paisajes y cuál fue el tipo de aprovechamiento de sus recursos naturales. En los casos analizados los ecosistemas anteriormente aludidos [los humedales] no fueron espacios marginales, estando incluidos dentro del sistema económico”⁸.

La utilización de las ordenanzas municipales para abordar el análisis de la interacción entre la sociedad y el medio ambiente desde postulados ecologistas no es una metodología de trabajo carente de estudios. Para el ámbito andaluz contamos con el reciente trabajo de Javier López Rider sobre los bosques y la producción de carbón en Córdoba, donde recopila una rica bibliografía sobre la problemática⁹. Centrándonos en el ámbito de la pesca, objeto central de nuestro estudio, debemos destacar los trabajos de ámbito europeo realizados por Richard Hoffmann¹⁰.

Los seres humanos han realizado actividades pesqueras desde el Paleolítico, aunque no fue hasta finales de la Edad Media cuando el impacto ecológico sobre la fauna ictiológica alcanzó unos niveles que preocuparon a sus contemporáneos. El consumo de pescado había crecido exponencialmente desde comienzos del medievo

Paris: La Découverte, 2017.

⁶ En el caso de la historiografía española, son interesantes las reflexiones realizadas hace algunos años por SEGURA GRAIÑO, Cristina - ¿Historia ecológica en la Edad Media? Fuentes y bases teóricas. *Imago Temporis. Medium Aevum* 3 (2009), pp. 369-389.

⁷ Entre sus últimos trabajos destacamos MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Paisajes palustres entre la desembocadura del Guadalquivir y el Guadalete durante los siglos XIII al XV”. in MALPICA CUELLO, Antonio (coord.) - *Zonas húmedas en Andalucía Medieval. Inicio de un debate*. Granada: Alhulia, 2017, pp. 11-49 y “Interacción sociedad y medio ambiente. El entorno de la Laguna de los Tollos (Andalucía Occidental). Siglos XIII al XVI”. *Studia Histórica. Historia Medieval* 32 (2014), pp. 103-130.

⁸ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Los paisajes costeros interpretados desde la Riparia. Reflexiones sobre el Golfo de Cádiz a finales de la Edad Media”. *Suplemento RIPARIA* 2 (2019), p. 54.

⁹ LÓPEZ RIDER, Javier - “La producción de carbón en el reino de Córdoba a fines de la Edad Media: un ejemplo de aprovechamiento del monte mediterráneo”. *Anuario de Estudios Medievales* 46/2 (2016), pp. 819-858.

¹⁰ HOFFMANN, Richard - “Medieval fishing”. in SQUATRITI, Paolo (coord.) - *Working with water in medieval Europe*. Leiden-Boston-Köln: Brill, 2000, pp. 331-392.

por toda una serie de prescripciones de la Iglesia que obligaban al consumo de este producto como sustitutivo de la carne 130 días al año, pero no fue hasta la Baja Edad Media, con el aumento exponencial de la presión demográfica, cuando el aumento de las capturas sobrepasó la subsistencia familiar y el comercio de pequeña escala que podría considerarse como *artesanal*. La revolución comercial que vivió Europa a partir de esos años se traducirá en un mayor protagonismo de la pesca en alta mar, aunque no el abandono de los caladeros costeros y fluviales. A partir del siglo XIII distintas fuentes escritas y arqueológicas de diferentes espacios europeos constatan el agotamiento de los recursos pesqueros fluviales, debido a la sobreexplotación, reduciendo la biodiversidad y el tamaño de las capturas. A ello debemos unir el impacto indirecto en los ecosistemas acuáticos producidos por la intensificación de la agricultura, que con políticas como la desecación de humedales y modificación de la vegetación provocaron cambios en las condiciones hidrológicas y la pérdida y modificaciones drásticas de hábitats¹¹. Todo ello se traducirá en el desarrollo de unas medidas proteccionistas documentadas por todo el continente europeo¹².

La elección del reino de Sevilla responde a la necesidad de dar los primeros pasos en la investigación sobre las actividades pesqueras desde nuevas perspectivas metodológicas en la Península Ibérica. Aunque la pesca ha sido un tema que ha recibido gran atención por parte de la historiografía en los últimos años, especialmente en España, las referencias al impacto medioambiental eran, en el mejor de los casos, cuestiones muy secundarias¹³. Conscientes de esta realidad, hemos tomado espacio geográfico bien delimitado y con unas características ecosistémicas que han favorecido estas actividades desde la Antigüedad –como ya hemos constatado en trabajos previos–, como punto de partida de futuras investigaciones¹⁴. En este sentido, el reino hispalense ofrecía unas características ambientales que favorecerían el desarrollo de la pesca, ya que contaba con un amplio espacio litoral que se expandía desde el estrecho de Gibraltar a la desembocadura del Guadiana, en la frontera con Portugal. A las posibilidades que ofrecía para la pesca litoral debemos sumar la existencia de grandes ríos, como el Guadalquivir, el Guadiana o el Guadalete que desembocaban en la costa atlántica, cuya riqueza ictiológica nos es bien conocida. Asimismo, contaba con numerosos cursos menores –ríos y

¹¹ HOFFMANN, Richard - “Economic Development and Aquatic...”, p. 638.

¹² HOFFMANN, Richard - “A brief history of aquatic resource use in medieval Europe”. *Helgoland Marine Research* 59 (2005), pp. 22-30.

¹³ BELLO LEÓN, Juan Manuel - *La pesca en Andalucía y Canarias en el tránsito de la Edad Media a la Moderna (siglos XV y XVI)*. Santa Cruz de Tenerife: Ed. Idea, 2008; COELHO, Maria Helena da Cruz - “A pesca fluvial na economia e sociedade medieval portuguesa”. *Cadernos Históricos* 6 (1995), pp. 81-102.

¹⁴ RUIZ PILARES, Enrique José - “El paisaje pesquero de Jerez de la Frontera. A finales de la Edad Media: caladeros, flota, distribución y consumo”. *Historia. Instituciones. Documentos* 45 (2018), pp. 377-405.

arroyos– y ricos humedales que favorecían la práctica de este tipo de actividades¹⁵. Será la pesca de interior, aquella donde se apreció en tiempos medievales de manera más evidente la presión antrópica por parte de los poderes urbanos, la que fue mayor objeto de preocupación y regulación en las diferentes disposiciones que se nos han conservado. Ello explica que este trabajo se circunscriba al análisis de estos ecosistemas más sensibles.

Respecto a la tipología de fuentes primarias empleadas, las ordenanzas municipales, creemos que se trata de un buen punto de partida para afrontar la problemática, como así nos lo ha revelado otros estudios similares dedicados a otros ámbitos europeos¹⁶. Citando como ejemplo el análisis realizado a la normativa de la población onubense de Zalamea La Real, de los 133 títulos recogidos en sus ordenanzas de 1535, más de un tercio “tienen como finalidad asegurar un comportamiento ecológico que no desequilibre el ecosistema en el que se integraba aquella comunidad humana”¹⁷. Como recientemente ha señalado Javier López Rider, a partir del análisis de la degradación del bosque a partir del siglo XIII:

“el monte medieval comenzó a recrudescerse notablemente junto con el aumento de la demografía. Como consecuencia de estos hechos tan significativos, los concejos peninsulares iniciaron un corpus legislativo hacia la protección y conservación del bosque, en otras palabras, otorgaron una interpretación diferente al medio natural, convirtiéndose inconscientemente en partidarios de una corriente ecologista. [Gracias a ello] pudieron mantener el aprovechamiento de los numerosos recursos que ofrecía el monte medieval”¹⁸.

En este sentido, son relevantes las palabras emitidas por Rogelio Fernández cuyo título es toda una declaración de intenciones –*Aproximación al movimiento ecologista andaluz: hacia la reconciliación con la naturaleza de Andalucía*– sobre la importancia del uso de este tipo de fuentes para abordar el análisis de las sociedades históricas desde planteamientos ambientales:

¹⁵ MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - “Paisajes palustres..., pp. 18-22 y “El Golfo de Cádiz durante el siglo XV: una propuesta ambiental”, en prensa.

¹⁶ TREXLER, Richard C. - “Measures against Water Pollution in Fifteenth-Century Florence”. *Viator*5 (1974), pp. 445-468.

¹⁷ RUBIO RECIO, José Manuel - “El sentido ecológico de quienes redactaron unas ordenanzas municipales en 1535”. *Paralelo* 37 8-9 (1985), pp. 507-518, p. 508.

¹⁸ LÓPEZ RIDER, Javier - “La producción de carbón..., p. 850.

“Estas ordenanzas, desde el punto de vista ecológico actual, supone un modelo inusual y relevante. Sin duda, aquella comunidad vivía con más armonía con la naturaleza que cualquier comunidad actual. Es preciso poner en valor este tipo de referencias en nuestra tierra para analizar qué claves fueron decisivas en ese comportamiento y realidad social”¹⁹.

1. La pesca fluvial en las ordenanzas bajomedievales

Las referencias a la pesca en la legislación medieval se remontan a la Alta Edad Media. En el título IX del libro VIII del Fuero Juzgo del monarca visigodo Recscvinto (654), ya se recoge una normativa para proteger las actividades pesqueras y comerciales en los cursos bajos de los ríos. La necesidad de legislar sobre estas actividades económicas venía motivada por los cerramientos y desvíos de los cauces que se estaban practicando en el reino, cuyo contenido, por su antelación en el tiempo a normativas redactadas varios siglos después, hemos considerado oportuno incluir a continuación:

“Los grandes ríos, porque vienen los salmones, o otro pescado de mar, o en que echan los omes las redes, o porque vienen las barcas con algunas mercaderías, negun omme non debe encerrar el río por toller la pro a todos los otros e facerla suya. Más puede faserlo fasta medio río, allí o es el agua, e que la otra mitad finque libre para la pro de los omes”²⁰.

A partir de la Baja Edad Media comienzan a generalizarse este tipo de legislaciones por toda Europa. Una de las reglamentaciones más antiguas relativa a las artes de pescas fue la promulgada por Luis XI de Francia en la década de 1260 sobre la pesca en el río Sena y Marne –extendida por Felipe IV en 1289 a todas las aguas–. Entre las diferentes disposiciones recogidas en el texto destacan las relativas a la veda de primavera para proteger el desove de los peces o la necesidad de un

¹⁹ FERNÁNDEZ REYES, Rogelio - *Aproximación al movimiento ecologista andaluz: hacia la reconciliación con la naturaleza de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Medio Ambiente, 2005, p. 22.

²⁰ *Los códigos españoles concordados y anotados*. Madrid, 1847, I, p. 408.

tamaño mínimo de las capturas²¹. Disposiciones similares se han conservado para Escocia, Italia o principados alemanes entre el XIII y comienzos del XVI²².

En el reino de Aragón no parece que hubiese limitación de la pesca con el objetivo de preservar la fauna ictiológica hasta finales del XIII. La primera referencia conocida es una disposición de Pedro fechada en 1279 prohibiendo a los vecinos de Aranda a que pescasen con redes en los ríos de su término o la normativa del concejo de Teruel prohibiendo la pesca en los meses otoñales en el término del lugar de Abuhán “por razón que en este tiempo freçan los pexcados et pexcando en aquel tiempo hiermase los ríos”²³.

La referencia al pescado en las ordenanzas municipales es bastante habitual. De los 27 textos normativos relativos al reino de Sevilla entre los siglos XV y XVI que nos son conocidos, la mayoría recogen algún capitulado sobre el particular²⁴.

²¹ HOFFMANN, Richard - “Elemental Resources and Aquatic Ecosystems: Medieval Europeans and their Rivers”. in TVEDT, Terje; COOPEY, Richards (eds.) - *Rivers and Society: From the Birth of Agriculture to Modern Times*. Londres: Tauris, 2010, pp. 165-202, p. 186.

²² HOFFMANN, Richard - “Economic Development and Aquatic...”, p. 658.

²³ RODRIGO ESTEVAN, María Luz - “Fresco, frescal, salado, seco, remojado: abasto y mercado de pescado en Aragón (siglos XII-XV)”. in ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (coord.) - *Alimentar la ciudad en la Edad Media*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 547-577, p. 555.

²⁴ Cf. el conjunto de ordenanzas utilizadas en este trabajo: ALIJO HIDALGO, Francisco - Ordenanzas de Antequera (1531). Málaga: Universidad, 1979; BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - “Ordenanzas del Aljarafe (siglo XVI)”. *Historia. Instituciones. Documentos* 9 (1982), pp. 425-451; BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes; GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel - *Las ordenanzas de la Villa de Marchena (1538)*. Sevilla: Diputación, 2001; CARMONA RUIZ, María Antonia - “Las relaciones agricultura-ganadería en la reglamentación concejil tardomedieval: Las Ordenanzas de El Arahal”. in *La Andalucía Medieval: Primeras Jornadas de Historia Rural y Medio Ambiente*. Huelva: Universidad, 2003; CARMONA RUIZ, María Antonia - *Ordenanzas Municipales de Cantillana*. Cantillana: Ayuntamiento, 1996; CARMONA RUIZ, María Antonia; MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - *Recopilación de las Ordenanzas del Concejo de Xerez de la Frontera. Siglos XV-XVI. Estudio y Edición*. Cádiz: Universidad, 2010; FERNÁNDEZ GÓMEZ, Marcos - *Alcalá de los Gazules a fines de la Edad Media a través de las Ordenanzas del marqués de Tarifa*. Alcalá de los Gazules: Ayuntamiento, 1997; FERNÁNDEZ GÓMEZ, Marcos; MELERO CASADO, Ana - “Ordenanzas sobre la protección de heredades de Alcalá de Guadaira (1470)”. in *Actas de las I Jornadas de Historia de Alcalá*. Alcalá de Guadaira: Ayuntamiento, 1987, pp. 99-106; FRANCO SILVA, Alfonso - “La organización municipal de Chipiona a través de sus ordenanzas”. *Estudios sobre Ordenanzas Municipales (siglos XIV-XVI)*. Cádiz: Universidad, 1998, pp. 247-287; FRANCO SILVA, Alfonso - *Las Ordenanzas de Zahara de la Sierra*. Cádiz: Diputación, 2008; FRANCO SILVA, Alfonso - “Las primeras ordenanzas de El Puerto de Santa María”. in *El Puerto de Santa María entre los siglos XIII y XVI. Estudios en homenaje a Hipólito Sancho de Sopranis en el centenario de su nacimiento*. El Puerto de Santa María: Ayuntamiento, 1993, pp. 53-78; GALÁN PARRA, Isabel - “Las ordenanzas de 1504 para Huelva y el condado de Niebla”. *Huelva en su Historia* 3 (1990), pp. 107-174; GARRUCHO JURADO, Manuel - *Ordenanzas de Espera: una villa gaditana al final del Medioevo e inicios de la modernidad*. Espera: Ayuntamiento y Diputación de Cádiz, 2003; GARZA CORTÉS, Rosario - *La villa de Estepa al final del dominio santiaguista*. Estepa: Ayuntamiento, 1996; GONZÁLEZ DÍAZ, Antonio Manuel - “Ordenanzas del marquesado de Ayamonte, año 1702. Ordenación del territorio y regulación de los recursos” *Huelva en su Historia* 12 (2005), pp. 257-283; GONZÁLEZ GÓMEZ, Antonio - *Ordenanzas municipales de Lepe*. Huelva: Diputación, 1984; GONZÁLEZ GÓMEZ, Antonio - “Ordenanzas municipales de Palos de la Frontera”. *Historia. Instituciones. Documentos* 3 (1976), pp. 249-280; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *Ordenanzas del concejo de Carmona*. Sevilla: Diputación, 1977; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto - “El principado de Aracena en dos fuentes documentales del siglo XVIII”. *Huelva en su Historia* 2 (1988), pp. 555-588; LÓPEZ GUTIÉRREZ, Antonio; OSTOS SALCEDO, Pilar; ROMERO TALLAFIGO,

Los más frecuente es que se refieran a la regulación de los precios y puntos de venta del pescado, medidas higiénicas sobre la venta y tratamiento del producto. En contraste, son muy escasas las disposiciones donde se recojan referencias a la pesca per se, siendo especialmente llamativo en las localidades litorales, las cuales sabemos que basaban buena parte de su economía en esta actividad²⁵. La respuesta probablemente se encuentre en el hecho de que los caladeros costeros y marítimos eran los prioritarios para la población de estas zonas y en estos espacios abiertos disminuía la preocupación por un daño ecológico difícil de ponderar²⁶.

Solo en cuatro casos, el 15% de las mencionadas reglamentaciones locales conocidas, recogen con mayor o menor extensión, este tipo de medidas vinculadas a la protección de la fauna ictiológica (**Fig.1**). Todas ellas son ciudades muy pobladas del interior. No obstante, estos datos deben ser matizados. Por un lado, el arco cronológico entre las diferentes reglamentaciones estudiadas es amplio –entre mediados del siglo XV y mediados del siglo XVI–, y las más modernas suelen ser algo más exhaustivas. Por otro, algunas normativas nos han llegado incompletas o solo responden a la necesidad de reglamentar unos aspectos concretos –por ejemplo, las relativas al Aljarafe²⁷–. A pesar de estas salvedades, podemos afirmar que la regulación de la pesca y su impacto medioambiental tenía una consideración menor para los legisladores que otras actividades cinegéticas como la caza, la tala de árboles o el carboneo.

Manuel - *Las Ordenanzas de Zalamea la Real. 1535. Una normativa ecológica del siglo XVI*. Zalamea la Real: Ayuntamiento, 1994; LORA SERRANO, Gloria - "Ordenanzas municipales de Cartaya. Año 1542". *Huelva en su Historia* 1 (1986), pp. 225-243; MARTÍN OJEDA, Marina - *Ordenanzas del concejo de Écija (1465-1600)*. Écija: Ayuntamiento, 1990; *Ordenanzas de Sevilla (edición facsímil de la recopilación de 1632)*. Sevilla, 1975; PARDO RODRÍGUEZ, María Luisa - "Las Ordenanzas de la Puebla de Cazalla (1504)". in *Actas II Congreso de Historia de Andalucía. Historia Medieval*. I. Sevilla, 1994, pp. 197-203; PARDO RODRÍGUEZ, María Luisa - *Las Ordenanzas de Moguer (1538)*. Sevilla: Fundación El Monte, 2003; PÉREZ-EMBID WAMBA, Javier - "La organización de la vida rural en la Sierra a fines de la Edad Media. Las ordenanzas municipales de Almonaster". *Huelva en su Historia* 1 (1986), pp. 245-283; QUINTILLANA RASO, María Concepción - "La reglamentación de una villa de señorío en el tránsito de la Edad Media a la Moderna. Ordenanzas de Cartaya (Huelva)". *Historia. Instituciones. Documentos* 13 (1986), pp. 189-259. ROJAS GABRIEL, Manuel - *Olvera en la Baja Edad Media (siglos XIV-XV)*. Cádiz: Diputación, 1987; SEGURA GRAÍÑO, Cristina - "Las ordenanzas de la Puebla de Cazalla". *Archivo Hispalense* 218 (1988), pp. 27-34.

²⁵ Véase BELLO LEÓN, Juan Manuel - *La pesca en Andalucía...*; RUIZ PILARES, Enrique José - "El paisaje pesquero..."

²⁶ PERIBAÑEZ OTERO, Jesús; ABAD ALVÁREZ, Jesús - "La pesca fluvial en el reino de Castilla durante la Edad Media". in VAL VALDIVIESO, María Isabel (coord.) - *Vivir del agua en las ciudades medievales*, Valladolid: Universidad, 2006, pp. 147-180, p. 157.

²⁷ BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes - "Ordenanzas del Aljarafe (siglo XVI)". *Historia. Instituciones. Documentos* 9 (1982), pp. 425-451.

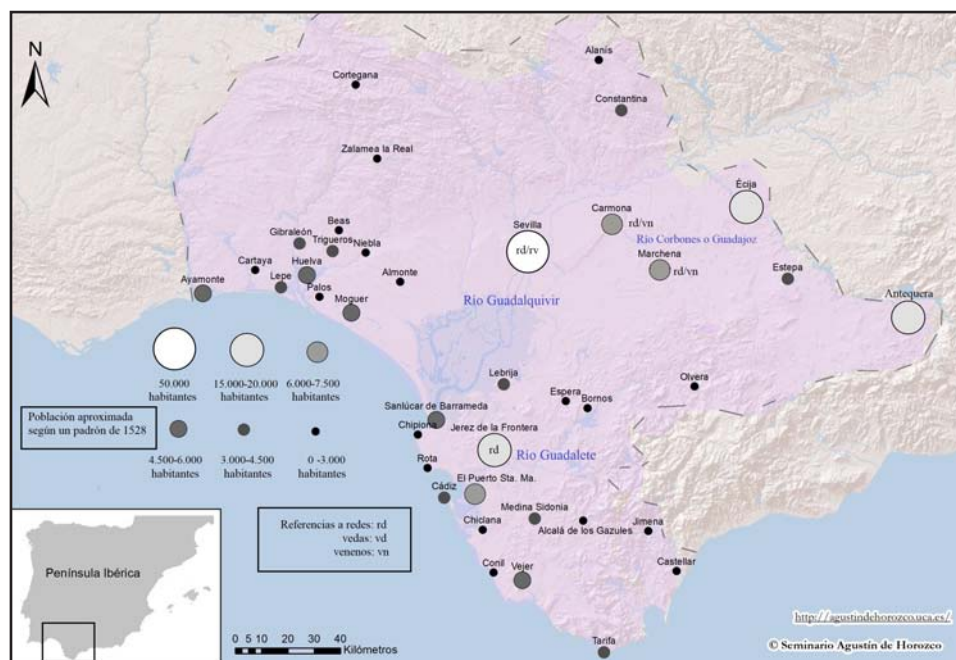


Fig. 1 - La protección de la pesca fluvial en el Reino de Sevilla (1450-1550)²⁸

2. Los poderes urbanos y la protección de los ecosistemas acuáticos

El arte de pesca más utilizado, como en la actualidad, era la caña y anzuelo. Se trataba de la más económica, la que requería menos pericia y “por ser una técnica poco agresiva con el medio, permitida cuando se prohíben otras”²⁹. Sin embargo, para aumentar el rendimiento de la jornada laboral, desde la Antigüedad se vienen utilizando artes, mucho más nocivas y agresivas para los ecosistemas acuáticos, pero que proporcionaban resultados exponencialmente superiores. Un daño al que no eran ajenos los contemporáneos, como se recogía en una ordenanza de Burgos de 1512 relativa al uso de redes con mallas pequeñas: “se pesca el pescado menudo e el río se yerma”³⁰.

Teniendo en cuenta estas consideraciones, tres fueron las principales medidas tomadas por los poderes públicos del reino hispalense para proteger y regenerar la fauna ictiológica de sus ecosistemas acuáticos: el control de las redes, la introducción de cotos y vedas, y la prohibición de los venenos. No se recogen en este

²⁸ Solo se incluyen en el mapa las poblaciones para las que se han conservado las ordenanzas municipales.

²⁹ PERIBÁÑEZ OTERO, Jesús; ABAD ALVÁREZ, Jesús - “La pesca fluvial...”, p. 162.

³⁰ PERIBÁÑEZ OTERO, Jesús; ABAD ALVÁREZ, Jesús - “La pesca fluvial...”, pp. 159-160.

listado otro tipo de técnicas con un gran impacto ecológico documentadas en otros espacios de Castilla pero a los que no se alude en las disposiciones sevillanas, como la desecación de cursos de agua para *pesca en seco* o atajar los ríos para concentrar el pescado en un espacio concreto³¹.

Para un mejor conocimiento de las técnicas y artes de pesca empleadas en el medioevo ha sido esencial utilizar como referencia el *Diccionario histórico de las artes de la pesca nacional* escrita por Antonio Sañez Reguart a finales del siglo XVIII. En esta obra se recoge un compendio de todas las técnicas de captura utilizadas para la pesca fluvial y marítima en su tiempo, en muchos casos con grabados ilustrativos, donde a pesar del desfase cronológico, eran prácticamente las mismas que utilizaban a finales del medioevo³².

2.1. Control de redes

Se trataba de la medida más habitual de cuantas aparecen en las ordenanzas conservadas. El uso de redes barrederas, de gran tamaño y de malla fina, ya se prohíben en una documentación tan temprana como en el fuero de Alba de Tormes de 1140. En esta normativa se veda su uso desde el día de Pascua hasta Navidad, prohibición que será prácticamente total en la práctica totalidad de ordenamientos referidos a la pesca a partir del siglo XV “según va surgiendo el *espíritu arqueológico* por la conservación de especies [...] van siendo reiteradamente prohibidas por su destrucción de los recursos piscícolas³³. En Escocia, según una reglamentación de 1214 se tenían que abrir las redes barrederas cada sábado para que suban el río. En este reino se ha documentado la primera limitación exacta del tamaño de las mallas de pescas, datada en 1318³⁴. Diez años después Felipe IV de Francia promulga una medida similar para su reino. En Castilla empieza a ser frecuente la aparición de medidas concretas en diferentes concejos, como el de Ávila, a finales del XV³⁵.

En el reino de Sevilla la primera medida de estas características se documenta en Jerez, donde el concejo promulgó unas ordenanzas en 1453 que prohibían el uso de redes de manga corta, como los tesones, trampas de forma cónica con una malla muy espesa que se utilizaban para “sacar camarones y otra criança de sávalos, e albures y róbalos y lenguados y otros pescados que se an de criar en el dicho río, y

³¹ PERIBÁÑEZ OTERO, Jesús; ABAD ALVÁREZ, Jesús - “La pesca fluvial...”, p. 163.

³² SAÑEZ REGUART, Antonio - *Diccionario histórico de las artes de la pesca nacional*. Madrid, 1791-1795.

³³ PERIBÁÑEZ OTERO, Jesús; ABAD ALVÁREZ, Jesús - “La pesca fluvial...”, p. 159.

³⁴ HOFFMANN, Richard - “Economic Development and Aquatic...”, p. 642 y 658.

³⁵ PERIBÁÑEZ OTERO, Jesús; ABAD ALVÁREZ, Jesús - “La pesca fluvial...”, p. 159.

por ello a mengua el pescado y las almonas valen menos”. La prohibición de estos artes de pesca que dañaba gravemente la reproducción y crecimiento de los peces se invocaba, no por su evidente daño faunístico, sino por los daños generados a la almona concejil, es decir a los beneficios generados en la hacienda local por el arrendamiento de ciertos tramos del río Guadalete³⁶.

Tanto en Marchena -1528- como en Carmona -1511- se prohibía la pesca usando este tipo de redes barrederas. En el caso de la primera de las villas mencionadas, en el caso del río Guadajoz, ni “con redes barrederas ni con otra red”³⁷. En el caso carmonense, se explicita el daño que causaban en las huevas de los peces, aunque no directamente por el daño que creaba en la fauna piscícola, sino por el daño indirecto que causaba sobre el ganado:

“Yten, por quanto los ríos que pasan por el término de esta villa son muy neçesarios y provechosos para todos los ganados [...] y acasesçe que algunos pescadores por ynteresse de vn poco de pescado jorran los dichos ríos con redes barrederas, asy de día como de noche, y esto es mucho daño de los ganados, porque como vuelven el agua e menean las ovas y otras yervas de cría el agua, los ganados que beven por fuerza la dicha agua mueren dello”³⁸.

La última ciudad con referencias es Sevilla, donde en las ordenanzas de 1512, aunque la disposición debe ser bastante anterior, se limitaba el uso de grandes redes llamadas *almancebes*, a una por pescador *almacaero*. Se trataba de redes de fondo tradicionales del Guadalquivir similares al trasmallo³⁹, desde La Puebla del Río, localidad situada al sur de Sevilla, hasta la desembocadura del Guadalquivir con el Atlántico. Asimismo, reducía el uso de otras redes barrederas de gran tamaño, llamadas de *jorro*, a una por cada dos personas⁴⁰. Este tipo de limitaciones era complementario a la obligación de usar redes con un grosor determinado, “porque metiendo redes más espesas se matan y destruye mucho la criança de pescado menudo y avría gran falta dello”⁴¹. No obstante, las disposiciones más duras

³⁶ CARMONA RUIZ, María Antonia; MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio - *Recopilación de las ordenanzas del Concejo de Xerez de la Frontera. Siglos XV-XVI: Estudio y edición*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2010, p. 509.

³⁷ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *Ordenanzas del concejo de Carmona...*, pp. 130-131.

³⁸ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *Ordenanzas del concejo de Carmona...*, p. 143.

³⁹ SAÑEZ REGUART, Antonio - *Diccionario histórico de los artes de pesca nacional*. Madrid, 1795, vol. 5, p. 328.

⁴⁰ *Ordenanzas de Sevilla*, edición facsímil de la recopilación de 1632. Sevilla, 1975, fol. 159v.

⁴¹ *Ordenanzas de Sevilla...*, fols. 159v-160r.

se dirigían a los mariscadores o camaroneros. Estos utilizaban redes con forma de saco conocidas como mangas en Castilla y como alventolas en Andalucía, “muy espesas y de cerradas mallas” que con la intención de capturar camarones “matan toda la crianza del pescado menudo, sin ser para provecho [...] ni lo dejan criar e viene mucho perjuizio a la República de la ciudad”⁴².

En las ordenanzas relativas a todo el condado de Niebla y Ducado de Medina Sidonia no aparece mención alguna a esta cuestión. Lo mismo ocurre con la normativa conservada para esos mismos años en las localidades onubenses fuera del señorío de los Guzmán, como Palos, Almonaster, Ayamonte o Cartaya. Aunque es probable que disposiciones particulares sobre el particular se aprobasen en las sesiones capitulares de estos concejos, la primera referencia explícita en una normativa onubense al uso de redes nocivas se recoge en las tardías ordenanzas de Gibrleón de 1577, donde se señala la prohibición de utilizar “chincheros, redes, atarrayas”⁴³.

La misma ausencia de referencias a redes hemos documentado en la sierra gaditana. En contraste, en las pequeñas villas de Benaoján y Montejaque, en la serranía de Ronda, lindera a las poblaciones más orientales del reino de Sevilla, su señor, Luis de Guzmán, conde de Teba, promulgaba una ordenanza donde se prohibía la pesca en el río Guadalcobacín, que discurría por ambas villas, “en ningún tiempo ni en ninguna parte del dicho río con ninguna manera de redes [...] pero bien permito que los vecinos destas villas en todo tiempo puedan pescar con caña y anzuelo”⁴⁴.

2.2. Cotos y vedas

La promulgación de normativas imponiendo vedas temporales o cotos espaciales se documentan en Europa desde comienzos de la Baja Edad Media. En la mencionada normativa escocesa de 1318, ya se regulaba la actividad pesquera para recuperar a la población en época de cría⁴⁵. Esta preocupación por la reproducción y crecimiento de las especies aparece claramente vinculada al salmón, uno de los peces más apreciados en la época, en las Cortes de Valladolid de 1258. Entre las decisiones

⁴² *Ordenanzas de Sevilla...*, fol. 160r

⁴³ PÉREZ-EMBID, Javier *et alii* -“El concejo de Gibrleón de la Edad Media a la Moderna”. *Huelva en su Historia* 2 (1988), pp. 231-318, p.279.

⁴⁴ PÉREZ BOYERO, Enrique -“Las ordenanzas de Montejaque y Benaoján, un señorío de la serranía de Ronda”. *Historia. Instituciones. Documentos* 22 (1995), pp. 431-462, p. 447.

⁴⁵ HOFFMANN, Richard - “Economic Development and Aquatic...”, p. 658.

tomadas ese año por el monarca Alfonso X se señalaba que “en la tierra do son los salmones, que no tomen los pequennos”⁴⁶.

En el reino de Sevilla la referencia a la veda nos remite únicamente a su capital, donde, por otro lado, las referencias son muy particulares y limitadas temporalmente. En la normativa del concejo hispalense de 1512 se señalaba que, en verano, “desde el día de Pascua del Spiritu Sancto de cada vn año, fasta el día de Sant Miguel, ninguno sea osado de pescar desde sábado en saliendo el sol, desde el caño de la costumbre y de la torre de Benafán arriba, fasta la boca de Huelva”. Se trata de un limitado coto –un tramo del Guadalquivir que discurría por la ciudad– que, a partir de San Miguel, y hasta Pentecostés, es decir en los meses fríos, se trasladaba “del alcántara fasta Cantillana”, desde la salida de la ciudad hasta la mencionada villa. En estos meses el tiempo de veda se reducía aún más, “desde el sábado poniéndose el sol fasta el domingo puesto el sol”. Las penas por transgredir esta normativa eran más duras para aquellos que usaban redes de jorro –600 maravedíes–, frente aquellos que utilizaban redes delgadas –300 maravedíes–⁴⁷.

La reducida inactividad de la pesca en Sevilla difería mucho de la existente en la meseta castellana, donde, al menos en el caso del principal pez fluvial, la trucha, se extendía desde el día de todos los santos –1 noviembre–, hasta finales de febrero. Se trataba de cuatro meses, un tercio del año, como ya se recogía en una ley de las mencionadas Cortes de Valladolid de 1258, donde no se especifica zona alguna libre de esta prohibición, como si ha señalado para el caso hispalense: “que ninguno sea osado de pescas truchas nin de las tomar en ninguna manera del día de Omnium Sanctorum fasta el primer día de marzo, y el que lo fiziere que sea el cuerpo a merced del rey”⁴⁸. Esta normativa fue reforzada en los siglos posteriores con diferentes leyes de ámbito local y general.

Esta diferenciación estacional y espacial no se entiende sin el gran conocimiento de los ciclos de reproducción de las poblaciones piscícolas que tenía el hombre medieval. Siguiendo con el caso de Sevilla, tomaremos como referencia la obra *Sevillana Medicina* de Juan Aviñón, fechada en 1418, en la que el autor dedica un capítulo a un estudio de las cualidades para el cuerpo humano de los principales pescados consumidos en la ciudad. Entre los numerosos e interesantes datos que proporciona, recoge los meses en los que puede capturarse y consumirse algunas de las especies, como los albures o mijoles: “desde Sant Juan fasta Sancta María de Agosto”⁴⁹.

⁴⁶ Colección de Cortes de los reynos de León y de Castilla. Madrid, 1836, p. 13

⁴⁷ HERNÁNDEZ IÑIGO, Pilar - “La pesca fluvial y el consumo de pescado en Córdoba (1450-1525)”. *Anuario de Estudios Medievales* 27 (1997), pp. 1045-1116, p. 1072; *Ordenanzas de Sevilla...*, fol. 159v.

⁴⁸ Colección de Cortes de los reynos..., p. 12.

⁴⁹ AVIÑÓN, Juan de - *Sevillana Medicina: que trata el modo conservativo y curativo de los que*

Esta ausencia de normativas referentes a la veda de la pesca contrasta con lo explícitas que son las referencias a la caza de mamíferos terrestres. Sirva de ejemplo algunas referencias en la legislación de Carmona: “que no se maten conejos ni gaçapos con furones ni perros dende primero día de Quaresma [...] fasta fin de mayo” o “que no se armen [losas para cazar] dende el día de las Carnestolendas fasta el día de Todos los Santos [...] porque en este tiempo se cría la caza”⁵⁰. Probablemente la causa se encuentre en la diferente consideración que, para el hombre medieval, y del Antiguo Régimen en general, tenían los animales terrestres, que por habitar en los mismos ecosistemas que las sociedades humanas podían conocer, e incluso controlar, frente a las poblaciones de peces, que procedían del medio acuático, un ecosistema más ajeno al control antrópico, y cuyo impacto, a pesar de las medidas proteccionistas que se llevaban a cabo, era menos cuantificable.

2.3. Los venenos

La pesca con veneno es una de las artes más antiguas empleadas por el ser humano. Referencias a su uso podemos encontrar desde la Antigüedad en las obras de Aristóteles (S. IV a. C.) para el caso del ámbito mediterráneo⁵¹ como en sociedades de cazadores-recolectores que todavía persisten en América o África⁵². Con algunas modificaciones regionales, este método de captura consistía en utilizar ciertas hierbas o productos minerales para contaminar el agua y proceder a la captura masiva de peces, especialmente en ecosistemas acuáticos estancos de reducidas dimensiones como charcos o lagunas. Se trataba de un método de captura muy dañino para el medio ambiente, amenazando “el equilibrio ecológico [...] contaminando, no solo a los peces, sino también el agua que bebían [personas y ganado], provocando enfermedades y en los casos más graves, la muerte”⁵³.

En el Occidente medieval el uso de este arte de pesca fue siempre penalizado por las autoridades, conscientes de la gran destrucción que provocaba en las comunidades piscícolas, especialmente en los ecosistemas de interior –ríos, lagos, lagunas y charcos-. Ejemplos sobre el particular podemos encontrar en toda la geografía occidental, como son los casos bien estudiados de algunas ciudades

habitan en la muy insigne ciudad de Sevilla. Sevilla, 1545, p. 127.

⁵⁰ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *Ordenanzas del concejo de Carmona...*, pp. 116-118.

⁵¹ ARISTÓTELES - *Investigación sobre los animales*. Traducción de Julio Pallí Bonet. Barcelona: Gredos, 1992, pp. 299-300.

⁵² MEJÍA, Luis Eduardo; TURBAY, Sandra - “Uso y simbolismo de los venenos de pesca en las tierras bajas de Colombia, Suramérica”. *Itinerario* 5 (2007), pp. 167-182.

⁵³ SÁNCHEZ QUINONES, Julián - *Pesca y comercio en el Reino de Castilla...*, p. 69.

italianas como Florencia, Portugal o Francia⁵⁴. En Castilla, ya hay disposiciones que hacen referencia a la nocividad de estas prácticas en los primeros fueros repobladores de la Meseta –como el de Sepúlveda (1076)⁵⁵–, reforzándose en fechas posteriores. Entre las medidas aplicables a todo el reino debemos destacar especialmente una legislación de tiempos de Alfonso X datada en 1253 donde señalaba que “nadie echase yerbas ni cal en las aguas para matar pescado”⁵⁶. Casi dos siglos después, durante el reinado de Juan II, se retomaba de nuevo esta prohibición, con mucha dureza, a petición de los procuradores de las ciudades, lo que ejemplifica el uso habitual de este tipo de artes nocivas en los ecosistemas acuáticos de interior del reino castellano:

“Prohibimos que de aquí adelante ninguna persona, de cualquier estado y condición que sea, no eche en los ríos cebos de cal viva, ni veneno, ni beleños, ni torvisco, ni gordolobo, ni otra cosa ponzoñosa con que se mate o amortigüe el pescado, so pena que qualquier persona que lo hicieren, por cada vez pague dos mil maravedíes de pena, y sea desterrado de la tal ciudad, villa o lugar do fuere vecino, por medio año, y que la tercia parte de la dicha pena sea para el denunciador, la otra para el juez que lo sentenciare, y la otra para nuestra Cámara”⁵⁷.

A pesar de las prohibiciones regias y municipales, se trataba de un arte de pesca muy popular en la época, pudiéndose localizar variantes tipológicas de venenos según la disponibilidad de las plantas o minerales en los diferentes ecosistemas existentes en el área de estudio. Aunque en las ordenanzas de finales del siglo XV y comienzos del XVI conservadas para el reino de Sevilla apenas se detallan, si acudimos a una más tardía, fechada en 1731 y relativa a la villa Aracena, en la sierra norte onubense, podemos aproximarnos a todo el elenco de los principales venenos utilizados en la época: “cal viva, beleño, torvisco y gordolobo”⁵⁸. Prácticamente los mismos que se han localizado en ciudades septentrionales del reino de Castilla

⁵⁴ TREXLER, Richard - “Measures against...”, pp. 460-462; HOFFMANN, Richard - “Economic Development and Aquatic...”, p. 658; TAVARES, Alice - “La fauna marítima en Portugal (siglos XIII-XVI): aportación para su estudio a través de la documentación jurídica y de la literatura”. *Intus-Legere Historia* 12 (2018), pp. 314-366.

⁵⁵ “Qui pescado matare en rio con yerba, si gelo pudieren probar, peche cinco maravedíes”. REGUERA VALDELOMAR, Juan de la - *Extracto de las leyes del Fuero Viejo de Castilla*. Madrid, 1798, p. 215.

⁵⁶ *Colección de Cortes de los reynos de León...*, p. 14.

⁵⁷ *Los códigos españoles concordados y anotados*. Madrid. 1850, t. 8, p. 621.

⁵⁸ GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto - “El principado de Aracena en dos fuentes documentales del siglo XVIII”. *Huelva en su Historia* 2 (1988), 555-588, p. 585.

a finales del medievo: la corteza de Nuez –Vizcaya–, beleño –Cuéllar o Ávila, el gordolobo –Cuéllar–, o el torvisco (Ávila)⁵⁹.

A diferencia de lo recogido en la legislación regia y en la normativa de los concejos meseteños, en el reino de Sevilla son escasas las referencias a la prohibición de la pesca mediante estas artes en las numerosas ordenanzas conservadas entre finales del siglo XV y mediados del XVI. Una de las pocas salvedades aparece en las ordenanzas de Carmona de 1511 con la que comenzamos este trabajo: “porque algunos por cobdicia de matar algunos peçes enbarvascan charcos de ríos y de los arroyos”⁶⁰. Otro caso es el de Marchena –1528–, donde se indica que no se “eche torvisco ni tamo –es decir lino– en los charcos, ni los huellen con cavallos ni yeguas para enturballos”⁶¹. Más habitual es encontrar referencias a la prohibición al cultivo de plantas en ciertos cauces de agua, como el enriado del mencionado lino, por contaminar el agua y afectar al consumo humano y del ganado. En esta práctica, previa a la extracción de la fibra, era necesaria la participación del agua, que pudría parte del vegetal, un proceso en el que se generaba un producto contaminante para animales y personas⁶². Así se ha documentado en las ordenanzas promulgadas por los marqueses de Tarifa para sus villas gaditanas de Espera, Bornos o Alcalá de los Gazules entre 1527 y 1528⁶³.

Conclusiones

En el reino de Sevilla a finales de la Edad Media, como ocurría en toda Castilla y en los principales reinos del continente europeo, la población, o al menos parte de sus gobernantes y legisladores, eran conscientes de la degradación que sufría el medio ambiente a causa del impacto antrópico. Tomando las palabras escritas por el médico y erudito valenciano Arnau de Vilanova, encargado de la salud del monarca aragonés Jaime II, en su obra *Regimen Sanitatis ad regum Aragonum*, fechada en 1308:

“los pescados de lagunas, cualesquier que sean, deben evitarse [salvo] si fuese muy limpia [y los procedentes] de ríos pequeños o acequias que van muy quedas; y más si entran en ellas lagunas

⁵⁹ PERIBÁÑEZ OTERO, Jesús; ABAD ALVÁREZ, Jesús - “La pesca fluvial...”, p. 163.

⁶⁰ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *Ordenanzas del concejo de Carmona...*, p. 130.

⁶¹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *Ordenanzas del concejo de Carmona...*, p. 143.

⁶² RUBIO RECIO, José Manuel - “El sentido ecológico...”, p. 516.

⁶³ FERNÁNDEZ GÓMEZ, Manuel - *Alcalá de los Gazules en las ordenanzas del marqués de Tarifa. Un estudio de legislación local en el Antiguo Régimen*, Alcalá de los Gazules: Universidad de Cádiz, Diputación de Cádiz y Ayuntamiento de Alcalá de los Gazules, 1997, p. 249.

aguas sucias de cáñamos, lino, hierbas podridas o cenagosas, o suciedades de cueros, o de los que los adoban, o demás inmundicias de villas o ciudades que van a dar a ellas”⁶⁴.

Para el caso del reino hispalense a finales de la Edad Media es difícil constatar hasta qué punto el uso de las mencionadas técnicas invasivas provocaba ciertos síntomas de agotamiento de los recursos pesqueros fluviales, como ha puesto de manifiesto Richard Hoffman en el caso de la reducción del número y tamaño de la población de esturiones o salmones en los ríos del centro y norte de Europa⁶⁵. En este sentido, más allá de referencias en la documentación concejil o en la reglamentación urbana a la importancia de proteger *las crianças* para evitar que se pierda tal o cual especie, las únicas respuestas a esta cuestión deberán llegar por parte de los análisis arqueofaunísticos, aunque todavía son pocos los estudios que se han realizado tanto para el caso andaluz como español sobre el particular⁶⁶. No obstante, a partir del siglo XV es indudable en este espacio geográfico el creciente interés de los poderes por reglamentar estas cuestiones, evidencia de la existencia de un paulatino proceso de degradación de los sistemas acuáticos sensibles. Todo ello haría necesario plantear una política normativa similar a la existente en otros espacios europeos para reconstruir un equilibrio entre el disfrute de los recursos naturales, en este caso mediante la pesca, y la recuperación y sostenimiento de la fauna ictiológica. Por esta vía se entiende la política de vedas y la prohibición o limitación de algunas artes de pesca, como es el caso de mallas que capturasen peces de reducido tamaño o el uso de venenos, como acabamos de explicar, con un impacto medioambiental durísimo en los ecosistemas acuáticos.

Llegando a este punto quisiéramos reflexionar sobre los motivos que empujaron a los diferentes poderes con jurisdicción sobre las actividades pesqueras a llevar a cabo estas medidas proteccionistas que algunos autores denominan como *protoecológicas*. La historiografía se remite siempre a motivaciones económicas –tanto de abastecimiento como comercial– para justificar estas preocupaciones frente a cualquier tipo de motivación similares a las que desde mediados del siglo XX promueve el ecologismo. No creemos que este tipo de cuestiones alteren el interés del historiador ambientales a la hora de aproximarse a estas temáticas. Todo lo contrario, ese impacto económico que empuja a los poderes bajomedievales a

⁶⁴ CRUZ CRUZ, Juan - *Dietética medieval. Apéndice con la versión castellana del Régimen de Salud de Arnaldo de Vilanova*. Barcelona: La Val de Onsera, 1997, p. 220.

⁶⁵ HOFMANN, Richard - “Medieval fishing ...”, pp. 648-652.

⁶⁶ MORALES MUÑOZ, María Dolores - “Pesquerías medievales hispanas: las evidencias arqueofaunísticas”. in *La Pesca en la Edad Media*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, pp. 145-165.

proteger su medio natural enlaza perfectamente con los problemas de las sociedades actuales. A modo de ejemplo, para poner punto final a esta investigación, nos sirve de ejemplo la negociación que llevaron a cabo las cofradías pesqueras gallegas y la Xunta de Galicia en el año 2006: la motivación ecológica del gobierno para recuperar la fauna entró en conflicto con las necesidades económicas de los cofrades. En el acuerdo final los pescadores aceptaron una veda temporal en la captura del pulpo para la regeneración de esta especie a cambio de que se les permitiera pescar los fines de semana⁶⁷.

⁶⁷ "Cofradías gallegas aceptan una veda anual en la captura de pulpo a cambio de poder pescar los fines de semana". *Europa Press* (30 sep, 2006). Disponible en: [Pesca.- Cofradías gallegas aceptan una veda anual en la captura de pulpo a cambio de poder pescar los fines de semana \(europapress.es\)](http://www.europapress.es). [consultado el 17 diciembre 2020].

Problemas ambientales y soluciones frente al mar. La interacción de las Cuatro Villas de la Costa (España) con la geografía marítima en la Baja Edad Media. El caso de Laredo

Javier Añibarro Rodríguez¹

Resumen

Este trabajo se trata de un estudio de caso centrado en Laredo, un puerto castellano situado al norte de la península ibérica. El propósito de nuestro estudio es analizar las ventajas y desventajas del entorno de esta villa y la forma con la que sus habitantes tuvieron que enfrentarse al medio ambiente. Concretamente, disertaremos sobre el impacto que la naturaleza causó en los espacios productivos y de hábitat de Laredo y sus consecuencias económicas, políticas y sociales. Para llevar a cabo este propósito, consultaremos testimonios recogidos en informes y procesos judiciales de época medieval. Finalmente, nuestro trabajo presenta unas conclusiones que permiten evaluar las soluciones que los vecinos de Laredo encontraron para resolver los problemas entre el medio ambiente y seres humanos.

Palabras clave

Mar. Medio ambiente. Tormentas. Puerto. Construcción.

¹ Universidad de Cantabria.

Environmental challenges and solutions in the face of the sea. The interaction of Cuatro Villas de la Costa (Spain) with the maritime geography in Later Middle Ages. Study Case of Laredo

Abstract

This work is a case study centered on Laredo, a Castilian port located north in the Iberian Peninsula. The aim of our study is to analyze the advantages and disadvantages of the environment of this village and the way in which its inhabitants had to face the environment. Specifically, we will discuss the impact that nature has caused in the productive and housing spaces of Laredo and its economic, political and social consequences. To carry out this purpose, we will consult testimonies collected in medieval judicial reports and proceedings. Finally, our work presents conclusions that allow us to evaluate the solutions that the inhabitants of Laredo found to solve the problems between the environment and human beings.

Keywords

Sea. Environment. Storms. Harbour. Construction.

Introducción

Durante la Baja Edad Media hubo una serie de pequeñas villas que se ubicaron en la costa del norte de la península ibérica y que, si se estudian de manera conjunta, jugaron un importante papel en el desarrollo del comercio internacional. Cada uno de estos centros urbanos tuvo que esforzarse en competir con las villas vecinas y la nobleza de los alrededores para mantener su hegemonía y poder en la región. Sin embargo, estas villas costeras del mar Cantábrico no solamente tuvieron que defenderse de agentes humanos: otro de los fenómenos que adquirieron mayor protagonismo en el desarrollo urbano de la costa cantábrica fue el medio ambiente.

El modo en el que los seres humanos se interrelacionaron con el medio ambiente durante la Edad Media permite al historiador comprender mejor las sociedades del pasado. Las gentes medievales interactuaron con un entorno geográfico que aportaba riqueza a sus vecinos, pero que ocasionalmente también fue hostil. En nuestro trabajo tratamos de huir de enfoques deterministas de la geografía, en las que el ser humano se convierte en un agente paciente que se limita a asentarse en los lugares que la naturaleza le permite; al contrario, trataremos de demostrar cómo las

poblaciones costeras interactuaron, con mayor o menor éxito, con su entorno. En otras palabras: apostamos por una historia ambiental tal como la proponía James O'Connor consistente en “el estudio de cómo la intervención humana configura y modifica la “naturaleza” y crea ambientes contruidos y configuraciones espaciales, y de la forma en que los ambientes naturales y culturales permiten – y al mismo tiempo restringen – la actividad material, y a la inversa, cómo la actividad humana hace posible e impide, simultáneamente, el desarrollo cultural y la “economía de la naturaleza”².

Nuestro estudio se centra en un caso concreto de los puertos del Cantábrico: la villa de Laredo, que junto a San Vicente de la Barquera, Santander y Castro Urdiales, formó parte durante la Baja Edad Media del Corregimiento de las Cuatro Villas de la Costa de la Mar. Estos cuatro puertos se sitúan en la zona central de la Costa Cantábrica, al Norte de la península ibérica, y concretamente el de Laredo se ubica a medio camino entre las poblaciones de Santander y Bilbao.

Se trata de una zona en la que existen pocos estudios ambientales centrados en la Edad Media. Nuestro trabajo trata de seguir la metodología planteada por Emmanuel Le Roy Ladurie y Brian Fagan en estudios más generales del Atlántico³. Esto es, atender especialmente a noticias sobre tormentas, inundaciones, nevadas, etc. para determinar el impacto que el medio ambiente tuvo en las diferentes poblaciones. Otra obra de referencia para nuestro trabajo fue la de Javier Martín-Vide, que realiza un exhaustivo análisis cuantitativo de datos, y si bien en lo relativo a la Edad Media se nos antoja algo escaso de datos y además centra sobre todo en la zona del Mediterráneo, sí que plantea un modelo de interés a nivel ibérico hacia el que dirigirse⁴ (**Fig.1**).

2 O'CONNOR, James - “¿Qué es la historia ambiental? ¿por qué historia ambiental?”. *Caminos: revista cubana de pensamiento socioteológico* 44 (2007), pp. 4-19

3 FAGAN, Brian - *The Little Ice Age: How climate made history, 1300-1850*. Nueva York: Basic Books, 2000; LE ROY LADURIE, Emmanuel - *Historia humana y comparada del clima*. Tomo I: canículas y glaciares (siglos XIII-XVIII). México, 2017.

4 MARTÍN-VIDE, Javier - *Avances en climatología histórica en España*. Barcelona: Oikos-tau, 1997.



Fig. 1 - Jurisdicción y entorno de la villa de Laredo en la Baja Edad Media.

1. Características Geográficas de la región circundante a Laredo

Laredo y su entorno presenta una serie de características geográficas que la convirtieron en un puerto natural idóneo para albergar a una población cuya economía se apoyó en la obtención de recursos naturales y las posibilidades que ofrecía el mar. En esta zona geográfica, existen multitud de yacimientos arqueológicos que demuestran cómo, desde la prehistoria, el ser humano aprovechó la pesca, el marisqueo y la caza abundante en la zona para desempeñar sus actividades. Fue con la llegada de los romanos, ya en época antigua, cuando se instalaron los primeros asentamientos portuarios propiamente dichos: Flaviobriga, en Castro Urdiales, Portuas Victoriae

Iuliobrigensium en Santander, Portus Blendium en Suances, y el Portus Vereasueca, cerca de San Vicente de la Barquera. Laredo se ubicaba entre Flaviobriga y el Portus Victoriae, y aunque no se han hallado evidencias arqueológicas de identidad que permitan demostrar la existencia de un poblamiento romano bajo el casco urbano de la villa, sí se encontraron restos romanos de cierta entidad en la vecina Santoña, que comparte bahía con Laredo⁵.

Las playas y zonas de acceso directo al mar no son numerosas en el Cantábrico central: la mayor parte del litoral está formado por acantilados de una altura considerable, provocados por la erosión del oleaje y los vientos, que son especialmente intensos en las caras que dan al norte y noroeste. En consecuencia, las playas tienden a situarse en las zonas más abrigadas del sur y el sureste, protegidas de los fenómenos climáticos intensos⁶. El acceso al mar también puede verse favorecido por las desembocaduras de los ríos, que forman estuarios en los cuales existe una rica biodiversidad y facilita el aprovechamiento de recursos naturales como el marisqueo, pero esos espacios son, con todo, escasos.

2. Aspectos que facilitan la implantación de una población en el Cantábrico Central

Si las poblaciones se localizaron en estos lugares desde época romana, fue porque reunían una serie de ventajas que facilitaban su desarrollo. La principal cualidad de estos asentamientos durante la Edad Media consistía en su ubicación: lugares abiertos al mar, con un promontorio en su lado norte que protegía del viento norte y noroeste, y que, en caso de tormenta, ofrecía refugio a las embarcaciones de cierto calado que practicaban una navegación de cabotaje. Lógicamente, esta característica también fue aprovechada por los locales del lugar, ya que les permitía disponer de embarcaciones con las que salir a faenar a aguas cercanas, o transportar mercancías. Laredo dispone de este promontorio en la zona llamada la Atalaya, un lugar elevado desde el cual podían divisarse las embarcaciones que surcaban el mar abierto. Hasta mediados del siglo XV, al suroeste de este promontorio quedaba una zona de playa que podía aprovecharse para realizar carga y descarga de mercancías, así como para dejar las barcas. Sin embargo, a finales de ese mismo siglo el mar había ocupado esa playa, lo cual generó algunos de los problemas que más adelante estudiaremos con mayor profundidad.

⁵ CISNEROS CUNCHILLOS, Miguel - "Santoña y los puertos de la Cantabria romana: un estado de la cuestión". *Monte Buciero* 2 (1998), pp. 137-149.

⁶ GARCÍA CODRÓN, Juan Carlos - "La bahía de Santander: medio físico y usos humanos". in GÓMEZ OCHOA, Fidel - *Santander. Puerto, Historia, Territorio*. Santander: Publican, 2011, pp. 225-248, p. 227.

Las bahías como la de Laredo se encuentran en zonas de desembocaduras de ríos, en las cuales se forman estuarios, y, por ende, disponen de una rica biodiversidad. El marisqueo practicado se basaba en el aprovechamiento de animales como moluscos con concha externa (bivalvos, pequeños bígaros), o cefalópodos (pulpos o sepias). Es decir, que existía la posibilidad de recurrir a este tipo de alimentos en caso de necesidad, o emplearlos, no para el consumo directo, sino para obtener una carnaza más eficiente con la que poder practicar las artes pesqueras. Además, Laredo y las aldeas de los alrededores como Santoña, Colindres o Limpias, empleaban las aguas del interior de la bahía para practicar una pesca orientada al autoconsumo.

El agua dulce fue otro recurso que necesitaban las poblaciones para sobrevivir. Aunque las aguas de los estuarios no son aptas para el consumo, existen riachuelos y pequeños ríos que son potables y fueron empleados durante la Antigüedad y la Edad Media como focos de abastecimiento. En algunas zonas, como San Vicente de la Barquera, la obtención del agua dulce se tornaba complicada, y fue necesario transformar el medio mediante una serie de canalizaciones para acercar hasta la población lo que no existía en el entorno inmediato. No fue el caso de Laredo, que disponía de reservas acuíferas como la Fuente del Eco, el arroyo El Regatón, o el arroyo de la Jurisdicción, que sirve de límite entre la población de Colindres y Laredo. Esta agua podía ser empleada no sólo para su consumo directo, sino también para abastecer a las tripulaciones de naves que practicaban cabotaje, o para satisfacer las necesidades de la industria y la artesanía local.

La última característica relevante de la que disfrutaban estos puertos fue el calado de las bahías; desde la Antigüedad y hasta el final de la Edad Media, la zona costera donde se asentó la población permitía que las edificaciones se mantuvieran a salvo de las mareas y al mismo tiempo que una embarcación pudiera acercarse a la costa lo suficiente como para poder cargar y descargar mercancías sin demasiados contratiempos. Esta circunstancia facilitaba el comercio y disminuía el tiempo y el esfuerzo que las tripulaciones debían invertir en el desempeño de su actividad comercial.

3. Limitaciones a la implantación de una población en Las Cuatro Villas de la Costa

Las ventajas que hacían de estos enclaves los mejores lugares para establecer un asentamiento no deben hacernos olvidar que los puertos de las Cuatro Villas no eran ideales: sus vecinos tuvieron que comprender el medio, convivir con él y, llegado el caso, intervenir o transformarlo. De hecho, la orografía de la costa cantábrica dificulta el asentamiento de enclaves costeros. La mayor parte de la costa ha sufrido procesos geológicos que han transformado, y siguen transformando, la geografía:

hace unos 15.000 años la línea de costa en el Golfo de Vizcaya se ubicaba unos 80 metros por debajo del nivel del mar actual, lo cual situaría el espacio costero entre unos 5 y 10 kilómetros en lo que hoy es mar adentro. De hecho, muchos yacimientos arqueológicos prehistóricos desde el Mesolítico hasta la Edad del Bronce se hallan hoy día bajo la superficie del mar Cantábrico. La llegada de temperaturas más cálidas y el aumento del nivel del mar propios del Holoceno hace unos 11.700 años provocaron que el agua se internara hacia el interior y hace unos 8.900 años comenzaron a formarse los estuarios que dieron lugar a las bahías del Cantábrico central⁷.

El embate continuo del oleaje y las mareas, unido a la acción de los vientos han transformado la costa; los materiales geológicos más blandos han ido desprendiéndose de forma que permanecen los más duros, lo cual ha dado lugar a la formación los acantilados que se extienden de manera casi continuada por toda la costa de la actual Cantabria. La presencia de rocas de gran altura y difícilmente transformables, unido a las difíciles condiciones de navegación del mar Cantábrico, provocaron que este lugar fuera visto como inhóspito por parte de las poblaciones locales, que prefirieron asentarse en los pocos lugares donde los ríos desembocan y que son los que cuentan con las ventajas antes mencionadas⁸.

Y si anteriormente decíamos que los estuarios y desembocaduras disponían de importantes recursos pesqueros, también es necesario advertir que el cereal, y en especial el trigo, era un producto difícil de cultivar en el margen atlántico del norte de la península ibérica. Las condiciones de humedad junto a la poca adecuación de los sustratos a los requerimientos del trigo hacían que la producción de este cereal fuese escasa. Algunos vecinos de las Cuatro Villas aseguraban en 1504 que desde 1469 nadie sembraba cereal, salvo algo de borona y escanda, que se cultivaba para el autoconsumo y sólo rendía lo suficiente para alimentarles medio año. Las causas eran, según los mismos testigos, que la tierra era “estéril y pobre”⁹.

Los concejos urbanos de las Cuatro Villas trataron de paliar este problema mediante ordenanzas que obligaban a los vecinos a sembrar cereal como trigo,

⁷ GUTIÉRREZ ZUGASTI, F. Igor - *La explotación de moluscos y otros recursos litorales en la región cantábrica durante el Pleistoceno final y el Holoceno inicial*. Santander, 2009, pp. 76-78; ARIAS CABAL, Pablo - “Spain: Underwater Exploration on a Narrow Continental Shelf”. in BAIL, Geof *et alii* (eds.) - *The Archaeology of Europe's Drowned Landscapes* [Coastal Research Library. vol. 35]. Cham: Springer, 2020, [en línea - consultado el 1 de octubre 2020]. Disponible en https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-37367-2_13#citeas.

⁸ GARCÍA CODRÓN, Juan Carlos - “La bahía de Santander...”, p. 228

⁹ Valladolid, Archivo General de Simancas (en adelante referido AGS). *Cámara de Castilla. Pueblos*. leg. 17, doc. 279. Se trata de una solicitud que realizó el procurador general de San Vicente de la Barquera (una de las Cuatro Villas) para que el monarca concediera una licencia para que la villa pudiera comprar trigo. Aportaba el testimonio de varios vecinos explicando los estragos que producía el hambre en la región y propuestas para acabar con la carestía. En el testimonio de Fernando Gomes de San Miguel se afirma “que puede aver treynta e çinco años este testigo viera a nyngund vecino de la dicha villa sembrar nyn coger pan alguno eçebto que en la jurediçion de la dicha villa y su comarca ay algunas personas que syembran pan, lo qual es borona e escanda, e lo han mester para sus mantenymientos cada uno de su propia casa, e aún no les basta la mytad del año, segund la tierra es esteryl e pobre”.

cebada, centeno, mijo, borona y escanda, en los caminos. Por ejemplo, en Laredo concretamente, se obligó a que tanto los vecinos como los moradores de esta villa que dispusieran de una hacienda valorada hasta en 5000 maravedís plantasen al menos media fanega de cereal, so pena de pagar una multa de 2000 maravedís, una cantidad considerable¹⁰.

Otro de los problemas que nos encontramos en las zonas costeras de las Cuatro Villas fueron las fuertes corrientes y los peligrosos temporales que azotaban este espacio. Como veremos a lo largo de este trabajo, esta circunstancia provocó destrozos en las infraestructuras creadas por los vecinos y transformaciones continuas en el medio. Además, la acción de los vientos y las corrientes marítimas en esta parte del mar Cantábrico dificultan la navegación en ciertos momentos del año; mientras que en primavera predomina el viento norte de poca intensidad y en verano prima el viento noreste, en invierno prevalecen los vientos del cuarto cuadrante (noroeste) los cuales son de fuerte intensidad, generan fuertes temporales y dificultaban, cuando no impedían, la navegación en época romana y medieval¹¹.

El último elemento que dificultó el establecimiento de una población próspera en las Cuatro Villas fue el proceso de colmatación de limos que se producía (y se sigue produciendo hoy en día) en los fondos de las bahías de San Vicente de la Barquera, Santander, y Laredo-Santoña. Esta circunstancia impedía a las naves de cierto calado ingresar en la bahía para repostar o descargar cómodamente sus mercancías. En Laredo el fenómeno comenzó a ser más acusado a finales del siglo XV y comienzos del XVI, hasta el punto de que el concejo urbano estimó necesario la construcción de nuevos muelles y estructuras.

4. La interacción de los vecinos de Laredo con el medio geográfico

Los problemas que acabamos de mencionar no fueron impedimento para que los vecinos de Laredo pudieran seguir desempeñando sus actividades económicas. Eran dificultades que podían ser atenuadas gracias a la tecnología de la época, si bien para ello era necesario una inversión de tiempo, dinero y trabajo que unos centros urbanos de tamaño limitado no siempre lograron conseguir.

¹⁰ BLANCO CAMPOS, Emma; ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel - *Documentación referente a Cantabria en el Archivo General de Simancas. Sección Cámara de Castilla*. Santander, 2005, doc. 251, p. 178, AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 50. 1507, julio, 23. "Pedro Ruiz Cachupín, escribano de Laredo, da fe de una ordenanza dada por el concejo para que se siembren los caminos con trigo, cebada, centeno, mijo y borona ante la necesidad que tienen los vecinos. Así mismo, los vecinos y moradores de la villa deberán sembrar por lo menos media fanega, so pena de 2.000 maravedís a quien no lo cumpla, ordenanza que deberán cumplir todos los vecinos que dispongan de una hacienda no superior a 5.000 maravedís".

¹¹ IGLESIAS GIL, José Manuel; MUÑIZ CASTRO, Juan Antonio - *Las comunicaciones en la Cantabria Romana*. Santander: Estvdio, 1992, pp. 49-50.

En el caso de Laredo encontramos que, antes de mediados del siglo XV, esta villa carecía de cualquier tipo de infraestructuras portuarias. Las grandes embarcaciones disponían de una bahía que las protegía, por lo que era un lugar apto para reunir grandes flotas; de hecho, los Reyes Católicos ordenaron reunir dos armadas en Laredo, porque era una de las zonas del Cantábrico más aptas para realizar este tipo de funciones, tanto con la marea alta como baja, incluso por la noche¹².

En efecto, los vecinos de la villa ensalzaban las virtudes de Laredo como lugar que geográficamente se consideraba ideal para establecer un puerto, hasta el punto de considerarlo como el mejor de toda la cornisa cantábrica exceptuando dos: La Coruña y Ferrol¹³.

Sin embargo, pese a esas condiciones naturales ideales, el puerto de Laredo adolecía de algunos problemas: el principal era que, aunque el espacio geográfico fuera proclive para las grandes embarcaciones, era necesario adaptar la costa de la villa mediante infraestructuras. La carga y descarga de mercancía resultaba incómoda para los barcos de tamaño medio y grande porque, aunque quedaban refugiados en la bahía, no podían atracar justo en la parte costera de la villa. Ello obligaba a los vecinos a depender de pequeñas embarcaciones, que quedaban más expuestas a las corrientes y tormentas.

¹² AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. El Concejo de Laredo solicitaba licencia para obtener un repartimiento por 200.000 maravedís durante cuatro años para poder construir el muelle de la villa, pero antes de su concesión, los Reyes Católicos pedían al juez de residencia que realizara una investigación basada en testimonios que avalara la necesidad de construir el cay y que junto con ella enviase su parecer. Entre los testimonios, destaca el de Martín Ruiz Cachupín, (séptimo testigo) a la duodécima pregunta, quien respondió: “porque el dicho puerto [de Laredo] se puede entrar e salir de noche e de día con marea e sin ella, e que este testigo vyo asy mismo faser las cargas e descargas en la dicha pregunta contenidas, e aún que dos armadas que sus altezas mandaron faser por mar en esta costa antes que partieron se recogieron e ayuntaron en este puerto e concha e de aquí partieron juntos como por sus altezas fue mandado”.

¹³ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Testimonio de Pedro Ruiz de Rada (4º testigo), a la duodécima pregunta respondía que “el puerto de la dicha villa de Laredo es el mejor que ay en toda la costa eçeto el del Ferrol e la Coruna...”.

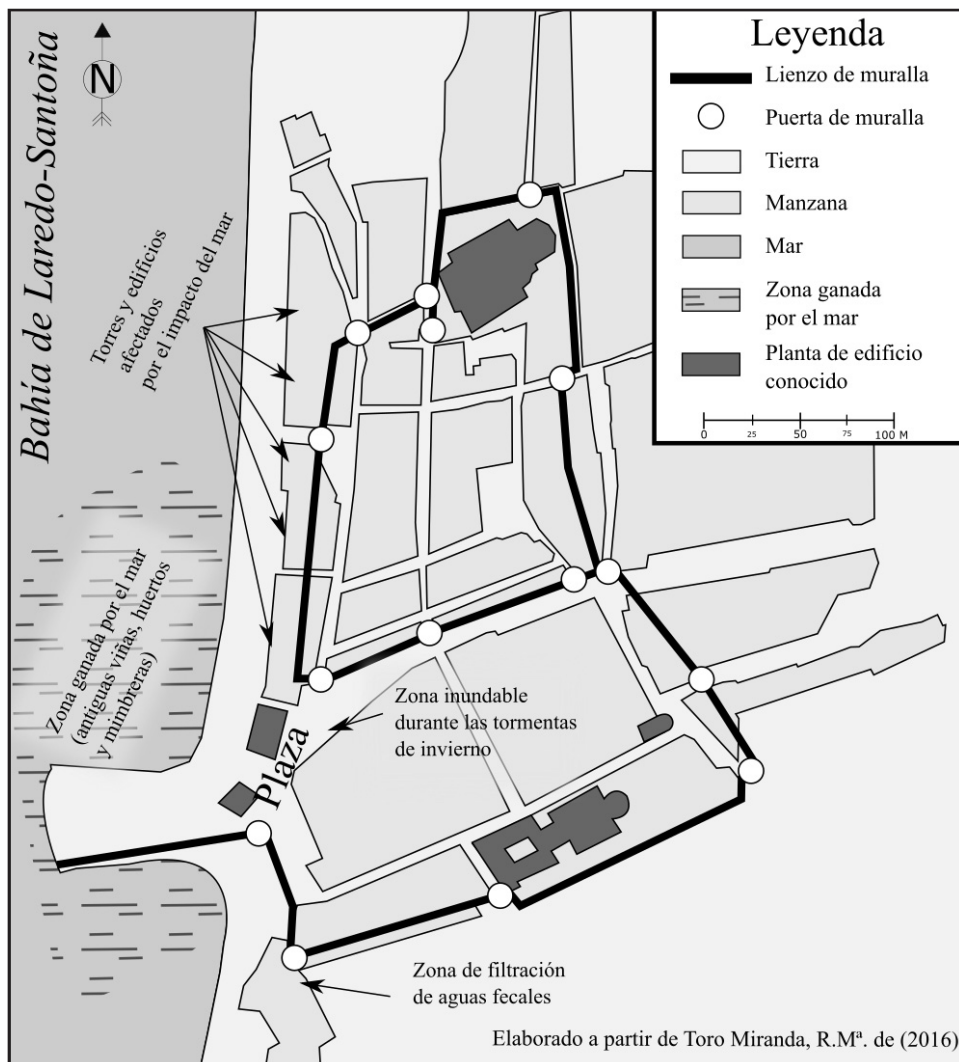


Fig. 2 - Impacto de fenómenos ambientales en la villa de Laredo (s. XV).

Según los testimonios de la época, en la segunda mitad del siglo XV empezaron a percibirse algunos cambios en la geografía marítima de Laredo. El primero de ellos fue que el mar comenzó a llegar a las infraestructuras de la villa, cuando anteriormente (hacia 1450) existía un espacio seco de varios pies entre el mar

y las edificaciones¹⁴. Además, los vecinos de Laredo alertaban de que antiguamente los pequeños barcos se podían dejar en el espacio existente entre la cerca de la villa y el mar, un lugar destinado a pequeños cultivos como viñas y huertos, o con mimbreras (Fig. 2)¹⁵.

Sin embargo, el aumento progresivo del nivel de las mareas provocó que el espacio destinado a dejar las barcas durante la pleamar desapareciera, y los marineros tuvieron que buscar un nuevo lugar donde dejar sus barcas durante la noche, mientras descansaban y las embarcaciones se hallaban sin vigilancia constante. Los mareantes buscaron un espacio seco y amplio en la villa donde poder dejar los barcos de manera segura o simplemente repararlos, pero esa zona también debía de situarse cerca del mar porque para trasladar hasta tierra una sola embarcación se estimaba que hacían falta hasta doce hombres¹⁶.

Esta medida se demostró ineficaz y problemática. En primer lugar, porque la zona más cercana al mar con aquellas características era la plaza que desembocaba en una de las calles más importantes de Laredo: la Rúa Mayor. Ello generaba quejas entre los viandantes y mercaderes que tenían que atravesar la villa por esa zona porque apenas quedaba espacio entre las casas y la plaza para transitar¹⁷.

En segundo lugar, el hecho de instalar los barcos dentro del casco urbano de la villa no siempre los protegía de los temporales; en invierno, cuando los barcos se hallaban en la plaza y subía la marea coincidiendo con una tormenta, el mar ingresaba dentro del casco urbano. En esas ocasiones los barcos que se habían dejado en la plaza eran arrastrados por la corriente y golpeados con fuerza contra las casas y las puertas generando destrozos tanto en los edificios como en las embarcaciones, que quedaban totalmente destruidas. La alternativa de dejar los barcos en el mar

¹⁴ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Testimonio de Fernando García del Hoyo el de la plaza (3^{er} testigo), a la cuarta pregunta “e aún de quarenta annos pasados a esta parte en cada un anno ha pujado e puja la mar sobiendo fasta la dicha vylla e quando la mar ha seydo byba e resia en cada un anno derrueca e fase asaz dapno en la cerca e casas y torres de la dicha villa que están en frontera de la dicha mar”. AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Testimonio de Martín García de Escalante (8^o testigo) a la tercera pregunta, “el [Martín García de Escalante] asaz veces de toda mar llena pasara por las dichas torres e cerca syn mojar pie, e que avia un espacio que no llegaba la mar a ellos, pero que no sabe qué braças podía aver”.

¹⁵ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Testimonio de Juan García de Andrés (6^o testigo), respondiendo a la 4^a pregunta “... e aún que viera este testigo en lo que agora llegaba la mar ser heredades de vynbreras e de huertos e vynas...”.

¹⁶ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. 7^a pregunta pregunta formulada por el corregidor y el juez de residencia a los testigos: “Yten sy saben que quando es tiempo de invierno cada noche los mareantes de la dicha villa, por no tener a dónde abrigar y reparar sus barcos, los sacan en tierra dentro en la plaça de ally. Por asaz vezes ha levado y lieva la creciente de la mar quando viene con fortuna algunos de ellos; y han menester cada barco doze onbres para lo sacar e aún más”.

¹⁷ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, Testimonio de Pedro Perez de Aniel (5^o testigo) a la 7^a: “ha visto por muchas vezes y llegar tanto los barcos a las casas que los viandantes con sus bestias cargadas no han lugar para pasar por la plaça de la dicha villa”. Testimonio de Juan García de Andrés, (6^o testigo), respondiendo a la 7^a pregunta, “algunas vezes abido palabras e platycas con algunos duennos de los dichos barcos por que los ponen tan juntos de las casas que no pueden pasar azemylas algunas de las que vienen a la villa con provysyones”;

provocaba que se perdieran al salirse del abra y penetrar en el mar abierto¹⁸.

La primera adaptación de los vecinos de Laredo a este mar embravecido fue fabricar barcos de pequeño tamaño; ello permitía transportarlos a mano del mar a la tierra todos los días más fácilmente. El menor tamaño de las embarcaciones disminuía no sólo el peso para moverlos, sino también el espacio que ocupaban en tierra, y minimizaban las pérdidas en caso de que el mar los destruyera. Sin embargo, la fábrica de naves de pequeño tamaño reducía la competitividad económica de Laredo, y sus vecinos eran conscientes de ello. García Pérez de Nadal, alcalde y vecino de Colindres, una aldea cercana a Laredo, aseguraba que “sabe que los barcos de la villa son pequennos y es a causa que sy mayores fuesen no los podrían sacar a tierra, e sy mayores fuesen yrían en el invierno a la pesquería todos los días; y van los de Castro [Urdiales] y Santander (...) que se redunde grand dapno a la villa e vecinos de ella e las rentas e pechos e derechos de sus altesas”¹⁹.

De hecho, otros vecinos aseguraban que las condiciones de la costa de Laredo que obligaban a fabricar embarcaciones pequeñas suponían un riesgo para la práctica del comercio y sobre todo la pesca. Las naves de escaso calado resultaban menos estables y seguras, y no disponer de barcos adecuados implicaba un peligro constante para sus tripulaciones, hasta el punto de que muchos vecinos morían cuando se desataba una tormenta. Los vecinos de Laredo estimaban en más de doscientos muertos en los últimos diez años por esta causa: “a causa de ser pequennos los dichos barcos por que no los pueden faser grandes por lo que dicho es, e a acaesçido de les tomar fortuna en la mar de diez annos a esta parte muertos en los barcos mas de dozientas personas por los comer la mar por ser pequennos como dicho es. E que aún en este anno perecieron honze hombres e cada anno se pierde una pinaza o dos por ser pequennas que las cubre las hondas de la mar”²⁰.

Las malas condiciones geográficas además generaban otros daños directos en la fisionomía de la villa. Así, sabemos que los embates continuos del mar en la parte oeste de muralla de la villa causaron fisuras y grietas en torres, casas y otras estructuras de la calle de Rúa Mayor, hasta el punto de que fueron abandonadas y se derrumbaron. Ésta fue la segunda adaptación de los vecinos al medio: el abandono de las zonas más expuestas al mar. Algunas de esas torres (concretamente la Torre de los Milanos y la Torre del Concejo, que se hallaban exentas de las otras torres y de

¹⁸ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Testimonio de Fernando García del Hoyo el de la Plaza (3^{er} testigo), a la 7^a pregunta: “que sabe que en un anno de los tiempos pasados viera que llevara la mar ciertos bateles por la abra afuera e otras partes y aún este anno que agora pasó, dize que sabe que la fortuna de la mar llevara de la dicha plaça tres barcos y los anegó y ronpio la dicha mar”. Testimonio de Martín Ruiz Cachupín (7^o testigo) a la 7^a pregunta: “viera que quando la mar viene brava a levado de la plaça de la villa de Laredo asaz barcos y los ha hecho pedaços y rompido y perdidos de todo punto”.

¹⁹ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494, testimonio de García Pérez de Nada, (1^{er} testigo) a la 8^a pregunta.

²⁰ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Pregunta 9^a. Lo contenido en la pregunta es confirmado por los testigos.

la cerca) fueron edificadas con motivo de la Guerra de los Cien Años, para defender las costas castellanas en caso de que los ingleses de Bayona atacasen el reino²¹. Otras edificaciones eran casas-torre de importantes linajes de la villa, pues esta calle era considerada como la mejor de la villa y las oligarquías urbanas consideraban que era un buen lugar para manifestar su poder a través de sus edificios²².

Otras torres tuvieron un uso comercial, pues funcionaban como puntos de entrada y salida de productos, lo cual indica que desde ellas se tenía un acceso directo o, al menos, cómodo al mar. A falta de la existencia de unas estructuras portuarias sólidas, estas casas y torres cercanas al mar resultaron un lugar improvisado desde el cual poder cargar y descargar los productos que venían del mar. Así Martín García de Escalante recordaba que él mismo “estuviera en las dichas torres e casas de Rua Mayor de esta dicha villa e viera de ellas cargar e descargar asaz mercadorias²³”.

Independientemente de su uso, ya fuera de carácter defensivo o comercial, todas las torres presentaban algunas características comunes; los testigos que se acordaban de ellas cuando aún estaban en pie las describían con “grandes çimientos de doce pies de ancho”, y las calificaban como “bien altas”, “muy fuertes y hermosas, almenadas y de cal y canto²⁴”.

Sin embargo, en 1494, momento en el que se recogieron los testimonios que quedaron reflejados en la documentación, todas aquellas torres y casas se hallaban derruidas. Los recuerdos de las gentes más ancianas del lugar, quienes afirmaban acordarse de hasta sesenta años atrás, nos permiten concluir que hacia el año 1434 aún se hallaban en pie todas las torres, y varias de ellas se seguían utilizando. Fue en la segunda mitad del siglo XV, coincidiendo con el acercamiento del mar a la villa, cuando comenzaron a resentirse las primeras estructuras, los edificios fueron abandonados y finalmente se derrumbaron. Los embates más violentos del mar comenzaron a percibirse como más intensos y continuados hacia 1464 y sabemos que las dos últimas torres en caer fueron la Torre del Concejo y las Torre de los

²¹ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Testimonio de Fernando García del Hoyo (3^{er} testigo) a la 5^a pregunta: “que viera frontera de la Ribera una torre que llamaran la Torre del Concejo y otra Torre que dezía de los Mylanos. Las quales dichas torres estaban apartadas de las otras torres de la cerca y estas avia fecho la dicha villa para defensyon de ella para contra los de Vayona, que en aquel tiempo eran yngleses y enemigos”

²² TORO MIRANDA, Rosa María de - *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516): orígenes, espacio urbano*. Torrelavega: Copimat, 2016, pp. 126-127.

²³ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Testimonio de Martín García de Escalante (8^o testigo) a la 5^a pregunta.

²⁴ TORO MIRANDA, Rosa María de - *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516)*. Santander: Universidad de Cantabria, 2014. Tesis doctoral, pp. 125-126. AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494, Testimonio de Pedro Gómez de Santolaja, (13^o testigo), a la segunda pregunta “que bio a bysta de ojos las dichas torres e casas todas de cal y canto sobre la cerca e muros que estaban en frontera de la mar e muy buenas paredes e grandes çimientos de doce pies de ancho”. Testimonio de Fernando García de la Obra (9^o testigo) a la segunda pregunta “avia visto por vista de ojos estar las dichas torres e casas e cerca muy fuertes e fermosas almenadas e fechas de cal y canto muy bien”.

Milanos, algo que debió ocurrir entre 1444 y 1474²⁵.

Pero el medio marítimo no sólo provocó el abandono y derrumbe de las casas de la calle más prestigiosa de Laredo. Cuando la mar entraba en la villa brava, (es decir, con fuerza, con agresividad) anegaba y destruía los bajos de las casas y llegaba hasta las ventanas, que se hallaban a una altura de aproximadamente un metro o metro y medio desde el suelo. García Pérez de Nadal lo explicaba diciendo que “asaz vezes, en los inviernos, quando venya fortuna de la mar, que dava e da el agua de las hondas por las ventanas de las casas. Y aún, que no puede la gente andar por la calle por reçelo de la mar nyn mucho menos por las plaças de la villa que la mar pasa por ellas e las cubre de agua e lieba la tierra e piedra e las casas que ay están resçeben dapno en manera que es cierto que las llebara y derrocara como las otras sy remedio en ello no se pone”²⁶.

La solución, y que demuestra otra adaptación de los vecinos de la villa al medio, fue el inicio de la construcción de un cay en tiempos de Enrique IV (1454-1474), sin embargo, durante dicho periodo, el estallido de un brote de peste primero y el posterior incendio de la villa, consumieron los recursos económicos destinados al puerto. En 1474, con la muerte del rey, las obras aún no se habían finalizado, con lo que evidenciaba el fracaso del proyecto²⁷. Sin el cay terminado, la situación de las estructuras situadas en la costa de la villa continuó agravándose.

Los vecinos de la villa consideraban que la construcción de un muelle de piedra tendría una triple función: facilitar la carga y descarga de mercancías a la villa, así la villa podría atraer mercaderes y con ello riqueza; proteger las naves de los temporales, de modo que se podrían construir naves más grandes, estables y eficaces; y actuar de muro de contención de las mareas y las corrientes peligrosas, que evitaría que el agua ingresase en las calles de Laredo causando destrozos. Por ello, en 1489 comenzó el segundo intento por reemprender la obra de un puerto de piedra; de hecho, los monarcas ordenaron al corregidor que se informara sobre la conveniencia de efectuar una obra de tales características, cuyo resultado fue el interrogatorio que

²⁵ Datamos el *terminus post quem* del derribo de esas torres en 1444 por el testimonio de Pedro Pérez de Anyel (5º testigo), quien recuerda en pie la Torre del Concejo y la Torre de los Milanos y dice acordarse de “hace 50 años”; el *terminus ante quem* nos lo facilita el testimonio de Domingo de Guytar (12º testigo), quien sólo se acordaba de los últimos 20 años (es decir, desde 1474) al no haber vivido en Laredo antes. Domingo no recordaba esas torres levantadas, por lo que ya estarían derribadas en ese año; en cambio, de esa calle sólo recordaba haber visto en pie la torre de Juan Fernández de la Obra. La persona que más atrás era capaz de recordar las torres era Pedro Pérez de las Cuevas, escribano (2º testigo), quien afirmaba acordarse de lo acaecido desde hace 60 años (es decir, desde 1434), momento en el cual todas las torres aún se hallaban en pie. La fuerza del mar empezó a ser más intensa hacia 1464 porque en la cuarta pregunta se dice que “después de los dichos treinta annos pasado a esta parte en cada un anno ha creçido la mar fasta las dichas casas y cerca ...” AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494.

²⁶ AGS, *Cámara de Castilla, Pueblos*, leg. 10, doc. 34, 1494. Testimonio de García Pérez de Nadal (1º testigo).

²⁷ TORO MIRANDA, Rosa María de - *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516): Orígenes, espacio urbano y población ...*, p. 174.

nos ha llegado hasta hoy en día²⁸.

Hubo todo tipo de problemas para realizar la obra; desde económicos hasta materiales, pasando por fraudes; pero una de las contingencias que parecen determinantes para explicar el fracaso final del proyecto fueron los daños causados por la propia mar, que provocaba continuos derrumbes de las partes del muelle recién levantadas: en 1502 se realizaron informes en los que se indica que se tuvo que volver a construir sobre los destrozos generados por las tormentas, y en 1516, aún sin finalizar la obra, se constató un nuevo derrumbe del frontal del cay. Aunque el cay oficialmente se finalizó en 1518, en realidad sus condiciones eran pésimas y aún faltaban tramos importantes por levantarse: se estima que hasta 1523 o 1526 no se terminó realmente la obra²⁹.

Al sur de las obras del puerto, en el límite sur de Laredo junto al agua, también se detectaron problemas similares en otras estructuras, concretamente en la casa-torre de Juan Ruiz de Mena, que fue adquirida alrededor del año 1500 por Bernardino Fernández de Velasco, el Condestable de Castilla. Esta torre se hallaba en un lugar privilegiado de la villa, junto a la entrada que desembocaba en la plaza y en la Rúa Mayor, y limitaba con el mar. Según algunos testigos, una de las esquinas de la torre quedaba expuesta al mar, y con el tiempo se provocaron grietas en la edificación que llegaron a los cimientos³⁰.

La solución que se encontró fue realizar un contracay, de modo que pudiese emplearse como pequeño embarcadero, y al mismo tiempo, amortiguara el empuje de la mar. Esta estructura debería haber sido construida por el concejo de Laredo, pero sus disputas con el Condestable, propietario de la torre afectada, le llevaron a desentenderse de las obras. En consecuencia, Bernardino Fernández de Velasco las inició por su cuenta y más tarde llevó a los representantes de la villa a los tribunales, donde se condenó al concejo por negligencia³¹.

La casa-torre de Juan Ruiz de Mena que el Condestable adquirió también tenía otro problema ambiental: estaba situada en una zona baja, casi a nivel del mar, lo cual provocaba que las aguas fecales de la villa, provenientes de lugares más elevados, anegaran las inmediaciones, así un testigo de la época afirmaba que “junto a la puerta pasa un albañal de todas las suciedades y prybadas de las casas del barrio

²⁸ TORO MIRANDA, Rosa María de - *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516)* ..., pp. 174-175

²⁹ TORO MIRANDA, Rosa María de - *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516)* ..., pp. 177-179

³⁰ TORO MIRANDA, Rosa María de - *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516)* ..., pp. 152-153, citando Archivo Real Chancillería de Valladolid. *Pleitos Civiles*. Zarandona y Walls (Olvidados) caja 658-8; 1513, 01, 12.

³¹ ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; BLANCO CAMPOS, Emma; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel - *Documentación Medieval de la Casa de Velasco referente a Cantabria en el Archivo Histórico Nacional, sección Nobleza*. Santander: Fundación Marcelino Botín, 1999. Tomo II, doc. 153-156.

de su vecindad”³².

Las corrientes y marejadas provocaron daños y destrozos no sólo en la boca de la bahía, donde se encuentra Laredo: también en zonas situadas más al interior. Así, destaca el derrumbe del Puente de la Magdalena, que se elevaba sobre el río Asón y unía las poblaciones de Colindres y Treto. Hacia 1492 hubo una gran tormenta que coincidió con una marea alta. La unión de los dos factores generó que el puente cayera. El procurador de Colindres, población que entraba dentro de la jurisdicción de Laredo en la Baja Edad Media, interesado en que el puente se volviera a reconstruir, informó a la justicia en 1498 diciendo “puede aver seys o syete años que la creçiente de la mar llevo el asyento de la dicha puente y perder la calçada, de manera que la gente que por ella pasa dis que ha de pasar por agua con grand peligro de sus personas e de las bestyas e ganados”³³. Es decir, que el mar llegó tan fuerte a esa parte de la ría que no sólo derribó una sección del puente sobre el que discurría la calzada, sino que además se llevó el asiento, es decir, las bases que lo sustentaban.

Cuando algún tiempo después se trató de reconstruir el puente de Treto, los maestros ingenieros se percataron de que cada vez que reconstruían el puente, éste volvía a colapsar. Tras las pertinentes investigaciones concluyeron que algo había cambiado en la fisionomía del fondo de la ría tras la tormenta de 1492. La tecnología y medios de la época impedían volver a construir en el mismo lugar, y los maestros advirtieron que “se ha fecho grand lago a cabsa de qual dis que non se pueden faser en el dicho lugar la dicha puente e que acordaron que se fisiere en otra parte”³⁴. Para entonces la población se había acostumbrado a pasar de una orilla a otra de la ría mediante una barca que transportaba a pasajeros, bestias y mercancías. Los derechos y beneficios de ese barcaje recaían en Bernardino Fernández de Velasco, que ya desde 1495 puso impedimentos para que el puente pudiera reconstruirse. Bernardino adujo que, de levantarse un nuevo puente en otro lugar, se estaría atentando contra sus derechos reconocidos³⁵.

Así pues, surgió un debate sobre cómo las gentes de la comarca de Trasmiera debían de adaptarse a la nueva situación creada por el medio: si la adaptación debía ser invasiva, es decir, construyendo un puente que facilitara la comunicación más fluida y segura de personas, bestias y mercancías, encabezado por el Corregidor de las Cuatro Villas y Trasmiera; o si por el contrario debía realizarse una adaptación menos directa, basada en no intervenir agresivamente en el medio y limitarse al uso de barcos, corriente defendida por el Condestable de Castilla, Bernardino Fernández

³² TORO MIRANDA, Rosa María de - *La villa de Laredo en la Edad Media (1200-1516) ...*, pp. 153-154.

³³ AGS, *Registro del Sello de Corte*. 1498, diciembre, doc.8

³⁴ AGS, *Registro del Sello de Corte*. 1498, diciembre, doc.8

³⁵ ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; BLANCO CAMPOS, Emma - “Las vías de comunicación en Cantabria en la Edad Media”. in *I Encuentro de Historia de Cantabria*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 1999, pp. 491-522, p. 505.

de Velasco. A la facción del Corregidor se unieron las villas de Laredo y Castro Urdiales que defendieron a las juntas de Voto y Cesto, mientras que Santander y las juntas de Cudeyo y Ribamontán apoyaron las tesis del Condestable. Por supuesto, las razones de fondo no eran ecológicas sino políticas y económicas; dependiendo de por dónde discurriera la calzada, transitarían las mercancías, las gentes y proliferarían negocios como tabernas, postas, ventas o posadas, y las aldeas de los alrededores se beneficiarían de ello. Cudeyo y Ribamontán, más cercanos a la costa, apostaban por el barcaje que permitía un tráfico cercano al mar. Cesto y Voto, por otra parte ubicadas más al interior, consideraban que era preferible construir puentes en las zonas donde la mar no tenía tanta influencia. Independientemente de estas posturas, finalmente se realizó la reconstrucción del puente de Treto, pero las obras tardaron casi 20 años en concluirse, en 1510³⁶.

Conclusiones

A lo largo del presente trabajo, hemos podido comprobar que el caso de Laredo es un buen ejemplo que permite explicar cómo las poblaciones costeras interactuaron con un medio cambiante y a veces hostil durante la Edad Media. La decisión de fundar Laredo junto al mar le dotó a su población de unas condiciones geográficas favorables: mayor eficiencia en el aprovechamiento del comercio, acceso fácil al mar y sus recursos, control más efectivo del territorio, etc., pero también de ciertos problemas, como la acción del mar en su costa. Ante esas limitaciones el ser humano buscó soluciones, pero para ello se requería inversión de recursos. Las pequeñas villas como Laredo no siempre dispusieron de medios económicos o humanos para conseguir un pleno desarrollo, razón por la que tuvieron que jerarquizar y priorizar sus objetivos.

La naturaleza no se percibe en la documentación medieval como un factor estático, sino que se entiende como un fenómeno dinámico, cambiante, y ocasionalmente caótico, pues destruía cercas o puentes que eran elementos empleados por el ser humano para ordenar y organizar el territorio. En este sentido, se demuestra un cambio en la fisonomía de la costa de Laredo que se produjo entre el segundo y el último tercio del siglo XV, y el ser humano reaccionó de tres formas: la primera fue abandonando las zonas problemáticas, pero de manera temporal. Este comportamiento se demuestra en las casas-torres abandonadas y en estado de ruina creciente que se manifiesta desde el segundo tercio del siglo XV. La segunda reacción de la población de Laredo ante los destrozos causados por el mar fue la búsqueda de soluciones para recuperar esos espacios que habían sido abandonados, acción

³⁶ ÁLVAREZ LLOPIS, Elisa; BLANCO CAMPOS, Emma - "Las vías de comunicación...", p. 505

que se realizó de manera continuada y que se percibió en el empeño de construir un nuevo cay, o la planificación y obra de un nuevo puente entre Treto y Colindres que alteraba las vías de comunicación preexistentes. La tercera y última reacción fue la modificación de las formas de explotación económica adaptándolas a la nueva realidad: así, los vecinos de Laredo modificaron el tamaño de sus barcos para que se adecuara a las condiciones de la bahía hasta que se pudiera construir un muelle; otro ejemplo sería el uso de barcajes en las rías, que permitían mantener las antiguas vías de comunicación.

En nuestro estudio aún quedan algunos temas interesantes que podrán desarrollarse en el futuro: por ejemplo, no queda clara la causa última del cambio en la fisionomía de la costa de Laredo. ¿Las obras de 1460 alteraron la acción del mar sobre la costa, o se trató de un fenómeno que se produjo sin la intervención humana? ¿O acaso se trata de un fenómeno más global y nos encontramos ante las primeras evidencias del impacto de la Pequeña Edad del Hielo en el mar Cantábrico? En cualquier caso, las poblaciones tuvieron que lidiar con esta nueva realidad ecológica, y las soluciones encontradas no siempre fueron eficaces: el puerto de Laredo tardó más de 20 años en finalizarse y el coste de las obras terminó por arruinar a la villa. Finalmente se tuvo que construir un nuevo puerto en otro lugar diferente de Laredo, pero este fracaso también revela el esfuerzo continuo y abnegado de los vecinos por encontrar soluciones a problemas graves que afectaban a su vida cotidiana.

Por último, podemos concluir que hubo una preocupación constante de los vecinos de Laredo por su entorno. Se percibe especialmente en el debate sobre cómo abordar las comunicaciones tras el derrumbe del puente de Treto. Independientemente de las posiciones de cada parte, las autoridades tuvieron que dirimir qué forma de relacionarse con el medio era más provechosa para comunicar Laredo con el oeste de la región: si mantener un sistema de barcas o construir un puente; es decir, hubo una reflexión consciente y racional sobre la manera en la que el ser humano debía interactuar con la naturaleza.

À la merci des éléments?

Catastrophes et contre-mesures dans les petites villes allemandes du Moyen Âge: l'incendie de Frankenberg-s/Eder (1476)

Gisela Naegle¹

Resumé

Les quatre éléments furent un danger continu pour les petites villes. Dans le centre de l'Allemagne médiévale, la plupart des villes, et particulièrement les petites villes, étaient bâties en bois. Ce fait comportait des risques particuliers par rapport au danger du feu. Le récit de Wigand Gerstenberg sur le feu à Frankenberg, en Hesse (1476) en témoigne. Le chroniqueur en fournit un rapport détaillé qui fait état des conditions météorologiques, du déroulement de la catastrophe (rues concernées, bâtiments qui servirent comme lieu de refuge, réactions des différents matériaux devant le feu, aide apportée par les petites villes et villages d'alentour, tentatives d'éteindre le feu ou d'en limiter les dégâts, situation dans l'hiver qui suivit la catastrophe). Le droit urbain d'autres villes telles que Kassel ou Francfort-sur-le-Main fournit des points de comparaison: quels types de mesures furent prévues pour lutter contre le feu (par exemple: mesures prises contre les toits en paille, interdiction des constructions en encorbellements, etc.)? D'après quels critères les contemporains jugèrent-ils les catastrophes et quelles mesures proposèrent-ils pour y remédier? En dépit des tentatives de réagir aux dangers, les périls particuliers du feu, de la sécheresse et de l'eau restèrent omniprésents. Au cours des bombardements de la Deuxième Guerre mondiale, de nombreux centres-villes *en bois* brûlèrent complètement.

Mots-clés

Incendies. Histoire environnementale. Climat. Petites villes médiévales allemandes. Frankenberg-s/Eder.

¹ Lehrbeauftragte (docteure en histoire; chargée d'enseignement, semestre d'hiver 2020/2021), Justus-Liebig-Universität, Gießen, Historisches Institut, Deutsche Landesgeschichte.

At the Mercy of Elements? Catastrophes and Counter-Measures in Small German Towns at the End of the Middle Ages: the Great Fire of Frankenberg on Eder (1476)

Abstract

During the Middle Ages, the four elements represented a permanent danger for small towns. At that time, in the centre of medieval Germany, most towns, and especially small ones, were built of wood. This situation induced specific risks, particularly by fire. The chronicler Wigand Gerstenberg's description of the great fire of Frankenberg in Hesse (1476) gives a striking example. He provides a detailed description that mentions weather conditions, the sequence of the catastrophes (affected streets, buildings that were used as shelters, reactions of the different materials to the fire, aid measures of the small surrounding towns and villages, attempts to extinguish the fire or to limit the damages, situation during the winter after the disaster). The urban laws of other towns like Kassel or Frankfort permit comparisons: what kind of measures were foreseen in order to fight against the fire (for example: prohibitions of roofs thatched with straw, of oriels, etc.)? The article examines the question by which criteria the contemporary witnesses judged the catastrophes and what measures they proposed against them. In spite of attempts to prevent the dangers, those of fire and drought stayed omnipresent. Due to the bombardments of the Second World War, numerous wooden town centres burned down completely.

Keywords

Fire. Environmental history. Climate. Medieval German small towns. Frankenberg on Eder

1. L'histoire du climat et des catastrophes: pluralité de méthodes entre anthropocentrisme et sciences dures

Les quatre éléments furent un danger continu pour les petites villes médiévales. Dans les dernières années, le changement climatique a également stimulé l'intérêt de l'historiographie germanophone pour l'histoire de l'environnement et du climat. Cette évolution fut visiblement liée au débat public et politique sur la protection de l'environnement. Le 27 octobre 1994, après des débats mouvementés, la protection de l'environnement fit son entrée dans la constitution allemande (*Grundgesetz*),

sous la forme de l'article 20a, suivi, sept années plus tard, le 1^{er} août 2002, par la protection des animaux². L'intérêt pour l'analyse historique de l'environnement se réfère surtout aux époques plus récentes ou à la *longue durée*³, mais il suscite également un nombre grandissant de réflexions et d'études sur le Moyen Âge⁴ et, en raison de la situation des sources, encore davantage sur les premiers Temps modernes⁵. La situation méthodologique de l'histoire environnementale est compliquée et caractérisée par une multitude d'approches différentes: elle regroupe des questionnements issus de différentes branches des sciences humaines et des sciences de la culture⁶, voire même des sciences naturelles. Pour beaucoup d'études, l'objet d'analyse est l'influence humaine sur l'environnement et sa perception, c'est-

² DEUTSCHER BUNDESTAG - "Wie Umwelt- und Tierschutz ins Grundgesetz kamen". [En ligne]. [Consulté le 10 septembre 2020]. Disponible sur: https://www.bundestag.de/dokumente/textarchiv/2013/47447610_kw49_grundgesetz_20a-213840

³ Sur l'histoire du climat, voir par exemple: GLASER, Rüdiger - *Klimageschichte Mitteleuropas. 1200 Jahre Wetter, Klima, Katastrophen*. 2^e ed., Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2008; BEHRINGER, Wolfgang - *Kulturgeschichte des Klimas. Von der Eiszeit bis zur globalen Erwärmung*. 5^e ed. mise à jour, Munich: Beck, 2010; PFISTER, Christian - *Klimageschichte der Schweiz 1525-1860*. Berne: Haupt, 1984; GLASER, Rüdiger - "Historische Hochwasser im Maingebiet - Möglichkeiten und Perspektiven auf der Basis der Historischen Klimadatenbank Deutschland (HISKLID)". in PÖRTGE, Karl-Heinz; DEUTSCH, Mathias (dir.) - *Aktuelle und historische Hochwasserereignisse*. Erfurt: Institut für Geographie der Pädagogischen Hochschule Erfurt, 1998, pp. 109-128; sur HISKLID, une base de données intégrée dans le projet *Tambora*, voir: [En ligne]. [Consulté le 26 septembre 2020]. Disponible sur: <https://www.tambora.org/#> et la description suivante: [En ligne]. [Consulté le 10 septembre 2020]. Disponible sur: <https://freidok.uni-freiburg.de/proj/2>; sur les sources, voir: WEIKINN, Curt (ed.) - *Quellentexte zur Witterungsgeschichte Europas von der Zeitwende bis zum Jahre 1850. Hydrographie, Teil 1 (Zeitwende - 1500)*. Berlin: Akademie-Verlag, 1958; BAYERL, Günter; TROITZSCH, Ulrich (dir.) - *Quellentexte zur Geschichte der Umwelt von der Antike bis heute*. Göttingen: Muster-Schmidt, 1998.

⁴ SCHWARZ-ZANETTI, Gabriela - *Grundzüge der Klima- und Umweltgeschichte des Hoch- und Spätmittelalters in Mitteleuropa*. Zurich: Université de Zurich, thèse de doctorat, 1998; ROHR, Christian - *Extreme Naturereignisse im Ostalpenraum. Naturerfahrung im Spätmittelalter und am Beginn der Neuzeit*. Cologne: Böhlau, 2007; DIRLMEIER, Ulf - "Historische Umweltforschung aus der Sicht der mittelalterlichen Geschichte". *Siedlungsforschung. Archäologie - Geschichte - Geographie* 6 (1988), pp. 97-111; PFISTER, Christian - "Historische Umweltforschung und Klimageschichte, mit besonderer Berücksichtigung des Hoch- und Spätmittelalters". *Siedlungsforschung* 6 (1988), pp. 113-127; MERSCH, Margit (dir.) - *Mensch - Natur - Wechselwirkungen in der Vormoderne. Beiträge zur mittelalterlichen und frühneuzeitlichen Umweltgeschichte*. Göttingen: Universitätsverlag, 2016; pour l'espace francophone, voir par exemple: ALEXANDRE, Pierre - *Le climat en Europe au Moyen Âge. Contribution à l'histoire des variations climatiques de 1000 à 1425 d'après les sources narratives de l'Europe occidentale*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987; LE ROY LADURIE, Emmanuel - *Histoire du climat depuis l'an mil*. 2 vol., Paris: Flammarion, 1983. Plus récents: ACOT, Pascal - *Histoire du climat*. nouv. éd. Paris: Perrin, 2009; LE ROY LADURIE, Emmanuel - *Naissance de l'histoire du climat*. Paris: Hermann, 2013; LITZENBURGER, Laurent - *Une ville face au climat. Metz à la fin du Moyen Âge (1400-1530)*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 2015. [recension par Martin BAUCH - *Zeitschrift für Historische Forschung* 44/4 (2017), pp. 749-751].

⁵ Parmi les nombreuses introductions et réflexions méthodologiques, voir: WINIWARDER, Verena; KNOLL, Martin - *Umweltgeschichte*. Cologne: Böhlau, 2007; REITH, Reinhold - *Umweltgeschichte der Frühen Neuzeit*. Munich: Oldenbourg, 2011, avec partie bibliographique pp. 147-196; HERRMANN, Bernd - *Umweltgeschichte. Eine Einführung in Grundbegriffe*. 2^e éd. remaniée, Berlin, Heidelberg: Springer, 2016.

⁶ Voir par exemple: FOUQUET, Gerhard - "Für eine Kulturgeschichte der Naturkatastrophen. Erdbeben in Basel 1356 und Großfeuer in Frankenberg 1476". in RANFT, Andreas; SELZER, Stephan (dir.) - *Städte aus Trümmern. Katastrophenbewältigung zwischen Antike und Moderne*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2004, pp. 101-131. (Cet article discute d'une façon détaillée les récits sur le tremblement de terre de Bâle [1356] et le grand feu de Frankenberg [1476] qui, dans l'historiographie germanophone, sont des sources célèbres sur ce genre de catastrophes). Sur les destructions de villes, voir également: KÖRNER, Martin (dir.) - *Stadtzerstörung und Wiederaufbau. Destruction and Reconstruction of Towns*. 3 vol., Berne: Haupt, 1999-2000.

à-dire une perspective historique anthropocentrique. Cette dernière fut vivement critiquée par Emmanuel Le Roy Ladurie, qui parla de “l’anthropocentrisme naïf des premiers historiens du climat”⁷ et qui se donna pour but d’écrire, au moins dans un premier temps, “l’histoire climatique pure, affranchie de toute préoccupation ou présupposition anthropocentrique”⁸. Une partie de l’historiographie s’intéresse aux mentalités médiévales et à la *gestion’ de la peur*⁹ - ce qui la distingue nettement des approches de géographes, géologues, glaciologues, biologistes, etc. Parfois, les résultats des sciences *dures* et de l’archéologie¹⁰ permettent de vérifier et de contrôler les récits des sources narratives médiévales. Ainsi, la *European Society for Environmental History* et sa revue poursuivent le but de fédérer les efforts de chercheurs de différentes disciplines, “to bring scholars in the humanities and biological sciences closer together”¹¹. Dans sa tentative de systématisation, Bernd Herrmann propose la définition suivante de l’histoire de l’environnement: “L’objet d’étude de l’histoire de l’environnement (*Umweltgeschichte*) est la reconstruction de conditions environnementales du passé, ainsi que celle de leur perception et de l’interprétation des conditions environnementales de leur époque par les contemporains. Appuyée sur des critères scientifiques, elle évalue l’état contemporain de l’environnement et les normes, actions et conséquences contemporaines des époques respectives”¹².

En même temps, ce sujet d’histoire environnementale est étroitement lié à celui des catastrophes, particulièrement celui des catastrophes naturelles. Mais il n’est pas rare que ces dernières soient traitées avec des événements d’autres sortes, tels que les épidémies de peste et les famines¹³. Ceci est par exemple le cas pour

⁷ LE ROY LADURIE, Emmanuel - *Histoire du climat...*, t. 1, p. 22, pp. 14-15.

⁸ LE ROY LADURIE, Emmanuel - *Histoire du climat...*, t. 1, pp. 28-29.

⁹ ROHR, Christian - “Der Umgang mit Naturkatastrophen im Mittelalter”. in ROHR, Christian; BIEBER, Ursula; ZEPPEZAUER-WACHAUER, Katharina (dir.) - *Krisen, Kriege, Katastrophen. Zum Umgang mit Angst und Bedrohung im Mittelalter*. Heidelberg: Winter, 2018, pp. 13-56. Dans une perspective plus générale, voir également: DELUMEAU, Jacques - *La Peur en Occident. XIV^e-XVIII^e siècle*. Nouvelle éd., Paris: Fayard, 2011.

¹⁰ Voir par exemple: BORK, Hans-Rudolf; DOTTERWEICH, Markus - “Jahrtausendflut 1342”. *Archäologie in Deutschland* 4 (2007), pp. 38-40.

¹¹ EUROPEAN SOCIETY FOR ENVIRONMENTAL HISTORY, site internet [En ligne.] [Consulté le 11 septembre 2020]. Disponible sur: <http://eseh.org/>.

¹² „Umweltgeschichte befasst sich mit der Rekonstruktion von Umweltbedingungen in der Vergangenheit, sowie mit der Rekonstruktion der Wahrnehmung und Interpretation der jeweiligen Umweltbedingungen durch die damals lebenden Menschen. Sie bewertet den zeitgenössischen Zustand der Umwelt und die zeitgenössischen umweltwirksamen Normen, Handlungen und Handlungsfolgen nach wissenschaftlichen Kriterien”. (HERRMANN, Bernd - *Umweltgeschichte...*, p. 6 (traduction: G. Naegle).

¹³ FOUQUET, Gerhard; ZEILINGER, Gabriel - *Katastrophen im Spätmittelalter*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2011; JANKRIFT, Kay Peter - *Brände, Stürme, Hungersnöte*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2003; SCHENK, Winfried (dir.) - *Naturkatastrophen und Naturrisiken in der vorindustriellen Zeit und ihre Auswirkungen auf Siedlungen und Kulturlandschaft*. Numéro thématique de *Siedlungsforschung. Archäologie - Geschichte - Geographie* 23 (2005). Dans l’espace francophone, voir par exemple: BERLIOZ, Jacques (dir.) - *Catastrophes naturelles et calamités au Moyen Âge*. Florence: Edizioni del Galuzzo, 1998; BENNASSAR, Bartolomé (dir.) - *Les catastrophes naturelles dans l’Europe médiévale et moderne*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1996. Plus récent: LABBÉ, Thomas - *Les catastrophes naturelles au Moyen Âge (XII^e-XV^e siècle)*. Paris: CNRS Editions, 2017.

la *Wüstungsforschung* (recherches sur les agglomérations désertées) qui constitue un domaine de choix pour une collaboration entre plusieurs disciplines scientifiques, dont l'archéologie. En ce qui concerne les conditions et phénomènes météorologiques, des observations de longue durée, entre 1300 et 1600, montrent que la température moyenne baissa d'environ 1,5° Celsius. Dans des régions de hautes montagnes, la limite de la hauteur des terres cultivables pour les céréales se déplaça de plus de 160m¹⁴. Contrairement à la recherche ancienne, qui, en Allemagne, fut longtemps fortement influencée par les thèses de Wilhelm Abel¹⁵, des études récentes favorisent une explication pluricausale où des facteurs comme la perte de population due à la peste et d'autres épidémies, l'insécurité due aux guerres et faides (guerres privées, *vendetta*), la crise agricole, le mauvais choix de l'endroit de fondation..., ce qui n'exclut pas que des facteurs climatiques aient également pu jouer un rôle considérable.

Les régions de moyenne montagne (*Mittelgebirgsregionen*) de la Hesse, comme le Vogelsberg, furent particulièrement touchées par le phénomène des *Wüstungen* (désertions). Pour elles, une période intensive d'abandon commença en l'année 1341. Elle atteignit son sommet dans la première moitié du XV^e siècle et présenta un quotient de 50-60%¹⁶. En même temps, ces évolutions pouvaient avoir des *effets secondaires* et parfois profiter aux petites villes de la région. Ainsi, les petites villes de Kirchhain, Amöneburg et Homberg sont respectivement entourées d'une couronne de *Wüstungen*. Dans les premières décennies du XV^e siècle, les derniers habitants de la *Wüstung* de Baumkirchen se déplacèrent probablement vers la petite ville de Laubach¹⁷. Dans ce cas, le *terminus ante quem* de l'abandon était l'année 1432. Cependant, après leur migration à Laubach (qui acquit la qualité de ville en 1404), les anciens habitants de Baumkirchen y formèrent une communauté à part qui posséda son propre *Schultheiss* (maire) et, qui, au XXI^e siècle, subsiste encore sous forme d'une association identifiée au sein de la ville de Laubach, la *Baumkirchen- ou Blasiusgesellschaft*¹⁸.

Le chroniqueur de Frankenberg en Hesse, Wigand Gerstenberg (†1522) fournit une description médiévale du phénomène des *Wüstungen*, qu'il lie explicitement à une faide qui avait déjà duré plusieurs années. À propos de l'année 1373, il parle de détresse indescriptible (*grosse unsprechliche noit*): "Pendant cette

¹⁴ RÖSENER, Werner - "Die Wüstungen des Spätmittelalters und der Einfluß der Klimafaktoren". *Zeitschrift des Vereins für Hessische Geschichte und Landeskunde* 115 (2010), pp. 57-77, ici p. 58.

¹⁵ ABEL, Wilhelm - *Die Wüstungen des ausgehenden Mittelalters*. 3^e éd. revue, Stuttgart: Fischer, 1976.

¹⁶ RÖSENER, Werner - "Die Wüstungen des Spätmittelalters...", p. 73. Le quotient des *Wüstungen* indique la relation entre le maximum des lieux habités au début d'une période d'abandon, par comparaison avec le nombre de lieux abandonnés à la fin de cette période. Souvent, il ne tient compte que de l'abandon total d'un lieu (p. 73).

¹⁷ RÖSENER, Werner - "Die Wüstungen des Spätmittelalters...", p. 58, p. 72; sur Baumkirchen, voir: RECKER, Udo - "Wüstungsbegriff und Wüstungsforschung im Kontext der interdisziplinären Kulturlandschaftsforschung". *Siedlungsforschung* 24 (2006), pp. 163-194.

¹⁸ RECKER, Udo - "Wüstungsbegriff...", sur Baumkirchen: pp. 175-184, ici pp. 178-179.

faide, tous les villages et les fermes autour de Frankenberg furent brûlés, dévastés et détruits et ainsi, de nos jours, on trouve encore de nombreuses anciennes églises et des murs dans les forêts¹⁹. Conformément à ses observations, Frankenberg, dont l'incendie de 1476 fera l'objet des développements ultérieurs, est effectivement entouré de plusieurs *Wüstungen* - dont les lieux abandonnés de Niederschreufa (1365), Nuhn (1250), Ibenhausen (vers 1240), Wernbrachtsdorf (1290), Meiterdorf (1108), Frondorf (1107), Beltersdorf (1254), Odersdorf (vers 1220-1240), Wickersdorf (1220) et Atzenhain (1326)²⁰.

Le chroniqueur Tilemann Elhen von Wolfhagen²¹ fait commencer sa chronique de Limburg dans la Hesse actuelle (rédigée v. 1378-1402, sur des événements intervenus entre 1335-1398) avec quelques courtes remarques sur un grand orage du 28 octobre 1336. Il constate que cet orage avait détruit de grandes maisons, leur charpente et des tours et qu'il avait déraciné de grands arbres dans les forêts²². Certaines catastrophes naturelles médiévales prirent une ampleur considérable et concernèrent de vastes régions telles que le *Magdalenuhochwasser* (l'inondation de Sainte Madeleine [22 juillet] de 1342, qui est souvent qualifié de *Jahrtausendhochwasser* / inondation millénaire)²³ ou le tremblement de terre dans la vallée du Rhin de 1356 qui fit de graves dégâts à Bâle²⁴. Pour l'année 1342, on dispose d'une quarantaine d'indications de chroniques sur des conditions météorologiques extrêmes. La France de l'Est et du Centre, la Provence, l'Italie du

¹⁹ "In diesser phede wurden die dorffere unde die hobe umbe Franckenberg alle verbrant, verheret unde verstoret, alss man noch hudebytage vil alder kirchen und mure in den welden findet". [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken des Wigand Gerstenberg von Frankenberg*. Éd. Hermann Diemar. 2^e éd. Marburg: Elwert, 1989, p. 436.

²⁰ Les années entre parenthèses renvoient à l'attestation de ces lieux. Liste d'après la carte de Frankenberg dans: RITZERFELD, Ulrich; cartographie: ZIENTKIEWICZ, Peter - "Frankenberg. Siedlungsentwicklung vom Mittelalter bis 1873/73 (-1906/7)". in HESSISCHES LANDESAMT FÜR GESCHICHTLICHE LANDESKUNDE (ed.) - *Hessischer Städteatlas*, t. II, 3. [En ligne]. [Consulté le 28 septembre 2020]. Disponible sur: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/browse/id/11/current/2/sn/statl>.

²¹ JOHANEK, Peter - "Elhen (Ehlen), Tilemann, von Wolfhagen". in *Verfasserlexikon*. Ed. Kurt Ruh et alii, 14 vols, 2^e éd. Berlin, New York: de Gruyter, 1978-2008, t. 2 (1980), col. 474-478; GENSICKE, Hellmuth - "Ehlen, Tilemann". in *Neue Deutsche Biographie*. Berlin: Duncker & Humblot, Berlin 1959, t. 4, p. 345f; GROH, Gertraud - *Die Limburger Chronik des Tilemann Elhen von Wolfhagen*. Munich: Ludwig-Maximilians-Universität, 1951. Thèse dactyl.

²² ELHEN VON WOLFHAGEN, Tilemann - *Die Limburger Chronik*. Ed. Arthur Wyss. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1883. [En ligne]. [Consulté le 10 septembre 2020]. Disponible sur: <http://daten.digital-sammlungen.de/bsb00000777/images/index.html?fip=193.174.98.30&seite=1&pdfseite=:>

²³ Voir par exemple: BORK, Hans-Rudolf; BEYER, Arno; KRANZ, Annegret - *Der 1000-jährige Niederschlag des Jahres 1342 und seine Folgen in Mitteleuropa*. in DAIM, Falko; GRONENBORN, Detlef; SCHREG, Rainer (dir.) - *Strategien zum Überleben. Umweltkrisen und ihre Bewältigung*. Mayence: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums, 2011, pp. 231-242; BORK, Hans-Rudolf et alii - "Spuren des tausendjährigen Niederschlags von 1342". in BORK, Hans-Rudolf - *Landschaften der Erde unter dem Einfluss des Menschen*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2006, pp. 115-120; BORK, Hans-Rudolf; DOTTERWEICH, Markus - "Jahrtausendflut 1342...", pp. 38-40; ZBINDEN, Eveline - "Das Magdalenuhochwasser von 1342 - der ‚hydrologische Gau‘ in Mitteleuropa". in *Wasser, Energie, Luft. Fachzeitschrift für Wasserwirtschaft* 103/3 (2011), pp. 193-203.

²⁴ FOUQUET, Gerhard; ZEILINGER, Gabriel - *Katastrophen im Spätmittelalter...*, p. 61; pp. 61-63.

Nord, les régions de l'Allemagne actuelle, la Bohême, l'Autriche et la Hongrie furent ravagés par de fortes inondations, de nombreuses villes (dont Prague, Francfort-sur-le-Main, Dresde, etc.) perdirent leurs ponts en bois ou en même en pierre et de nombreux autres bâtiments²⁵. Les méthodes des sciences naturelles permettent parfois de trouver des traces de ce genre d'événements. Ainsi, une enquête géologique essaya de retrouver des traces physiques des fortes pluies de la première moitié du XIV^e siècle, et particulièrement de la grande inondation de 1342, sous forme de cavités sans écoulement, formes creuses présentant des caractéristiques morphologiques particulières et des traces de sédiments dans le Schönbuch dans le sud du Bade-Wurtemberg, des terrains boisés et versants qui ne furent jamais labourés. La datation dendrochronologique de morceaux de bois découverts lors des fouilles et les autres résultats de cette étude plaident en faveur d'un rapprochement éventuel de ces trouvailles du Schönbuch avec les événements de 1342²⁶. Pour les inondations, les inscriptions urbaines fournissent une source complémentaire mais, parce qu'elles ont souvent été remplacées, voire même transférées, leur fiabilité peut être réduite comme dans le cas documenté d'une inscription à propos de 1342 au *Tanzwerder Tor* à Hannoversch Münden dans la région de Göttingen à propos d'une "hohe wasserfluth 1342" (inondation de 1342)²⁷. À Francfort-sur-le-Main, le *Magdalenenhochwasser* de 1342 laissa également des traces dans annales, chroniques et inscriptions²⁸. En général, dans l'espace de l'Empire médiéval, plusieurs types

²⁵ Liste de sources médiévales et extraits sur cette catastrophe: WEIKINN, Curt (ed.) - *Quellentexte zur Witterungsgeschichte...*, partie 1, pp. 197-216; courts résumés (également pour l'Italie, la France, etc.): ALEXANDRE, Pierre - *Le climat...*, pp. 467-470.

²⁶ BAUCH, Martin - " <https://mittelalter.hypothesen.org/3016>". [En ligne]. [Consulté le 12 mars 2020]. Disponible sur: <https://mittelalter.hypothesen.org/3016>; BECKENBACH, Elena; NIETHAMMER, Uwe; SEYFRIED, Hartmut - "Spätmittelalterliche Starkregenereignisse und ihre geomorphologischen Kleinformen im Schönbuch (Süddeutschland): Erfassung mit hochauflösenden Fernerkundungsmethoden und sedimentologische Interpretation". *Jahresberichte und Mitteilungen des Oberrheinischen Geologischen Vereins* 95 (2013), pp. 421-438. DOI: 10.1127/jmoghv/95/2013/421 - [En ligne]. [Consulté le 11 septembre 2020]. Disponible sur: http://www.schweizerbart.de/papers/jber_oberrh/detail/95/79656/Spaetmittelalterliche_Starkregenereignisse_und_ihre.

²⁷ Voir par exemple l'inscription à propos de 1342, placée à l'église protestante-luthérienne Saint Blaise à Hannoversch-Münden en Basse-Saxe: "+ A(n)no d(omi)ni · M° · ccc° · x°lij° · / ix° kal(endas) · Aug(ust)i facta (est) i(n) vnda/cio Wesere (et) Vulde tantaq(ue) / altitudo aque tetigit ba/sem h(u)i(us) lapidis q(ua)drang(u)laris" [Dans l'année du seigneur 1342, au neuvième jour avant les calendes du mois d'août, il y eut une inondation des fleuves Weser et Fulda et le haut niveaux des eaux toucha la base de cette pierre quadrangulaire. (Traduction française de l'auteure)]. L'inscription se trouve à 2,10 m du sol actuel, mais on ne peut pas être sûr qu'il s'agit de l'emplacement d'origine. (DEUTSCHE INSCHRIFTEN ONLINE, NIEDERSACHSEN, LANDKREIS GÖTTINGEN. Di 66. in: Lkr. Göttingen, Nr. 9 (WEHKING, Sabine [En ligne]. [Consulté le 4 octobre 2020]. Disponible sur: <http://www.inschriften.net/landkreis-goettingen/inschrift/nr/di066-0009.html#content> ; (avec image) et Di 66. in: Lkr. Göttingen, Nr. 10f (WEHKING, Sabine [En ligne]. [Consulté le 4 octobre 2020]. Disponible sur: <http://www.inschriften.net/landkreis-goettingen/inschrift/nr/di066-0010.html#content> .

²⁸ Description dans les annales allemandes de Francfort-sur-le-Main: FRONING, Richard (ed.) - *Frankfurter Chroniken und annalistische Aufzeichnungen des Mittelalters*. Francfort-sur-le-Main: Carl Jügel's Verlag, 1884, pp. 4-6, ici pp. 5-6; sur les processions suite à cette inondation et l'établissement d'une procession dédiée à sainte Marie Madeleine qui fut célébrée jusqu'à l'époque de la Réforme, voir: GEDEON, Luitgard - "Prozessionen in Frankfurt am Main". *Archiv für mittelrheinische Kirchengeschichte* 52 (2000), pp. 11-53, ici p. 14 suiv., pp. 21-24.

de sources contiennent des observations météorologiques, dont les annales et chroniques. Vers 1500, apparut un nouveau genre spécifique que l'historiographie germanophone désigné comme *Wettertagebücher* (*éphémérides du temps qu'il fait*): il s'agit d'observations plus systématiques du temps qui furent rédigées par les savants de l'époque. Leurs auteurs avaient souvent des relations avec la nouvelle université d'Ingolstadt (fondée en 1472)²⁹.

Pendant, vu l'état de la conservation des sources et le fait que la plupart des chroniques urbaines fut rédigée dans villes d'une taille plus importante, des témoignages sur les catastrophes naturelles et les conséquences des facteurs environnementales sur la vie urbaine de petites agglomérations sont rares - de même que des descriptions détaillées des *réponses* des autorités et de la population concernée. D'après Thomas Labbé, ce manque de sources serait même un trait général à retenir: "à chaque grande catastrophe naturelle, la faible quantité d'archives émanant des autorités locales, et plus encore princières, a de quoi surprendre par rapport à l'importance de tels événements"³⁰. Les autorités princières se seraient limitées à répondre aux sollicitations (souvent d'ordre fiscal) reçues éventuellement des autorités locales, "sans jamais faire preuve d'une volonté d'anticipation des problèmes auxquels pouvaient se trouver confrontées les populations victimes"³¹. Jusqu'à la fin de l'Ancien Régime, d'après lui, la gestion de tels événements aurait été avant toute chose une affaire de la communauté locale, et la réflexion sur le devoir de l'État de prendre en charge la détresse de ses sujets n'aurait réellement commencé à se développer que dans les réflexions politiques du XVIII^e siècle³². À cet égard, l'exemple choisi, le récit de Wigand Gerstenberg, célèbre dans l'espace germanophone, mais, surtout pour des raisons linguistiques, plutôt inconnu ailleurs, est un cas assez exceptionnel. Il permet non seulement de suivre en détail le déroulement d'une catastrophe dans une petite ville: son contenu est encore plus remarquable puisque l'auteur présente également une analyse contemporaine des causes, réactions et conséquences plus durables de l'événement. Son témoignage est destiné à servir d'exemple aux générations futures³³. Contrairement à d'autres récits médiévaux, en renvoyant à des traits spécifiques de la topographie et de la situation sociologique de sa ville, il fait état des mesures d'urgence et en donne des détails concrets, qui vont bien au-delà des généralités et topoï habituels des récits sur les catastrophes médiévales (p. ex. construction des lieux de refuge; établissement de cuisines communes en plein air; existence de caves en pierre sous les maisons en

²⁹ SCHWARZ-ZANETTI, Gabriela - *Grundzüge der Klima- und Umweltgeschichte...*, p. 26.

³⁰ LABBÉ, Thomas - *Les catastrophes naturelles...*, p. 204.

³¹ LABBÉ, Thomas - *Les catastrophes naturelles...*, p. 204.

³² LABBÉ, Thomas - *Les catastrophes naturelles...*, p. 205.

³³ Sur l'aspect général d'exemples adressés aux générations futures et les leçons du passé, voir: SCHENK, Gerrit Jasper - "Aus der Geschichte lernen? Chancen, Probleme und Grenzen des Lernens aus der Geschichte von Naturkatastrophen". in MERSCH, Margit (dir.) - *Mensch - Natur - Wechselwirkungen...*, pp. 39-72.

bois qui avaient survécu à l'incendie et pouvaient servir d'abri dans l'hiver suivant; épuisement des animaux par le dur travail de reconstruction; réflexion sur les causes exactes des maladies de la population épuisée [conditions de vie précaires dans le mauvais air des caves, problème de la fumée]), etc.

Situé dans la même zone de moyenne montagne de la Hesse, à proximité des petites villes et villages pour lesquels plusieurs résultats de la *Wüstungsforschung* furent déjà évoqués, le cas de l'incendie de Frankenberg permet d'observer l'enchaînement dramatique de facteurs naturels et humains. Ainsi, ce cas répond à deux aspects des orientations des études des contributeurs de ce volume: l'insertion des petites villes dans leur environnement naturel et les réponses sociétales aux nuisances.

2. L'incendie de Frankenberg de 1476

Dans le centre de l'Allemagne médiévale, la plupart des villes, et particulièrement les petites villes, étaient bâties en bois. Ce fait comportait des risques particuliers par rapport au danger du feu. Cependant, contrairement aux grandes villes, en général, pour les incendies de petites, la situation des sources est moins bonne. À cet égard, le célèbre *reportage* (*dixit* G. Fouquet)³⁴ de Wigand Gerstenberg sur le feu à Frankenberg en Hesse (1476), une ville qui, vers le milieu du XV^e siècle, comptait probablement environ 1000 habitants³⁵ et qui donne des détails à foison sur le déroulement de la catastrophe, fait figure d'exception. Après la présentation de son récit, le droit urbain d'autres villes telles que Kassel ou Francfort fournira des points de comparaison pour l'interprétation de ce texte: Quelles mesures furent prévues pour lutter contre le feu? D'après quels critères les contemporains jugèrent-ils les catastrophes et quelles mesures préventives furent proposées pour y remédier?

La première mention de Frankenberg-s/Eder date de 1236. Quelques années plus tard, en 1240, la localité est déjà désignée comme *oppidum* et ses habitants comme *illius civitatis homines*³⁶. La ville fut agrandie entre 1238 et 1240/41. Depuis 1249, on lui connaît un sceau urbain, depuis 1254 une école et depuis 1281 un *magister civium*. Frankenberg vit surtout de la production textile et de la laine. La

³⁴ FOUQUET, Gerhard; ZEILINGER, Gabriel - *Katastrophen im Spätmittelalter...*, p. 84.

³⁵ RITZERFELD, Ulrich - "Zwischen Stagnation und Wandel. Frankenberg an der Eder zur Zeit Wigand Gerstenbergs". in BRAASCH-SCHWERSMANN, Ursula; HALLE, Axel (dir.) - *Wigand Gerstenberg von Frankenberg 1457-1522*. Marburg: Hessisches Landesamt für Geschichtliche Landeskunde, 2007, pp. 25-41, ici, p. 31, p. 39 note 70; sur l'histoire de Frankenberg, voir: BECKER, Hans - *Geschichte der Stadt Frankenberg an der Eder von den Anfängen bis zur Reformation*. Frankenberg/ Eder: Kahm, 1986.

³⁶ BRAASCH-SCHWERSMANN, Ursula; HESSISCHES LANDESAMT FÜR GESCHICHTLICHE LANDESKUNDE (ed.) - *Hessischer Städteatlas, Fascicule 2, 3: Frankenberg (Eder)*. Ed. Ulrich RITZERFELD (texte), Peter ZIENTKIEWICZ (cartes). Neustadt an der Aisch: Schmidt, 2008, cahier de texte, p. 4.

Neustadt (nouvelle ville) fut fondée par le landgrave en 1335, et, entre autres, ses citoyens avaient le droit de s’approvisionner gratuitement en bois dans ses forêts. En 1412, on y comptait 195 feux et, en 1459, 138 citoyens obligés de s’équiper avec un harnois (compte tenu de l’absence de renseignements plus précis, cet équipement de défense fournit un indice approximatif complémentaire sur le nombre de citoyens et du chiffre de population de Frankenberg). Jusqu’à leur réunion en 1556, bien que la *Neustadt* demeurât beaucoup plus petite, les deux villes restèrent indépendantes l’une de l’autre et eurent leur propre Conseil. Cependant, comme de nombreuses autres petites villes de la Hesse de cette époque, la ville gardait un caractère fortement agricole, ce qui la rapprochait de la définition de l’*Ackerbürgerstadt* (ville de citoyens des champs) de Max Weber. Pour Weber, contrairement à la moyenne des villages, ce type de ville fut, certes, un lieu d’échanges marchands et siège des métiers urbains typiques, mais en même temps, de nombreux citoyens y pouvaient encore satisfaire leurs besoins alimentaires par l’économie d’autosubsistance (*eigenwirtschaftlich*) tout en produisant des aliments pour la vente³⁷.

En 1384, il fallait payer des impôts pour 167 chevaux, 457 bovins, 508 porcs, 140 chèvres et 1768 moutons³⁸. Au cours de la description du déroulement de l’incendie de 1476, le sort du bétail et les dangers liés à sa présence jouèrent un rôle important. Néanmoins, la ville exerçait une fonction de petit centre pour les villages d’environs. Son marché hebdomadaire était fréquenté par 80 villages et fermes. Pour l’année 1412, on connaît 90 artisans, dont des tisserands de laine, boulangers, bouchers, cordonniers et tanneurs, forgerons, épiciers et tisserands de lin. D’après l’analyse des registres d’impôt (*Landsteuerregister*) de 1539, à l’échelle de la *Landgrafschaft* (le landgraviat de Hesse), l’importance économique de Frankenberg était à peu près comparable à celle de Wetter et plus importante que celle de Biedenkopf, Homberg-s/ Ohm, Battenberg et Frankenau, mais beaucoup moins importante que celle de Marburg et Giessen (qui payaient quatre fois plus d’impôts) et de Treysa, Alsfeld et Grünberg³⁹. L’activité économique de Frankenberg était orientée vers les foires de Francfort. Outre de Fritzlar et Spangenberg, autres lieux fréquentés par les marchands de Francfort dans l’actuelle Hesse du Nord, ces derniers y entretenaient d’importants entrepôts de laine⁴⁰.

³⁷ WEBER, Max - *Wirtschaft und Gesellschaft. Die Stadt*. Ed. Wilfried Nippel. Tübingen: Mohr Siebeck, 2000, p. 5. Traduction française récente et introduction de ce texte par Aurélien BERLAN: WEBER, Max - *La Ville*. Paris: La Découverte, 2014, p. 50.

³⁸ *Hessischer Städteatlas, Fascicule 2, 3: Frankenberg (Eder)*... Ed. Ulrich RITZERFELD, cahier de texte, p. 9.

³⁹ *Hessischer Städteatlas, Fascicule 2, 3: Frankenberg (Eder)*. Ed. Ulrich RITZERFELD, cahier de texte, p. 12.

⁴⁰ *Hessischer Städteatlas, Fascicule 2, 3: Frankenberg (Eder)*. Ed. Ulrich RITZERFELD, cahier de texte, p. 6.

Wigand Gerstenberg, dont le vrai nom était probablement Wigand Bodenbender (Viotor), naquit et mourut à Frankenberg. Il était prêtre, et, après des études à Erfurt, il est mentionné en 1486 pour la première fois comme altariste dans sa ville natale. En 1493, il commença à rédiger son œuvre principale, sa chronique de la Thuringe et de la Hesse, qu'il continua jusqu'en 1515, et, en même temps, sa chronique de Frankenberg. Les deux chroniques se réfèrent en partie aux mêmes événements dont il répète les récits dans les deux textes. Parmi ses sources figurent la chronique de Thuringe de Johannes Rothe⁴¹ et des œuvres perdues, la chronique de Johann Riedesel (1232-1327) et la *Hessenchronik*. Pour sa chronique de Frankenberg, Gerstenberg recourt également à des diplômes et il présente des informations spécifiques dont il dispose en propre⁴². Après la mort de son mécène princier, le landgrave Guillaume le Jeune, en 1500, Gerstenberg vécut surtout à Frankenberg. Il y termina sa rédaction de la chronique de cette ville, en 1506⁴³. À propos de l'histoire récente de sa ville natale, son texte contient des récits vivaces et fiables issus de la propre expérience et de ses observations, mais également des exagérations et même des falsifications. Gerstenberg écrivit également une préface à la compilation du droit urbain de Frankenberg rédigée par le bachelier Johannes Em[m]erich l'Ancien, un gouvernant urbain très expérimenté qui avait été maire deux fois⁴⁴ et qui avait étudié aux universités d'Erfurt et Leipzig⁴⁵. La chronique de Wigand Gerstenberg présente des éléments, dont des images, qui, bien qu'elles ne soient pas de la même qualité, la rapprochent des chroniques des *grandes villes*

⁴¹ HONEMANN, Volker - "Rothe, Johannes". in *Die Deutsche Literatur des Mittelalters – VERFASSERLEXIKON*. Kurt RUH et alii (dir.) 14 vols, 2^e éd. Berlin, New York: de Gruyter, 1978-2008, t. 8 (1992), pp. 277-285; TEBRUCK, Stefan - "Rothe, Johannes". in *Neue Deutsche Biographie* 22 (2005), pp. 118-119 [En ligne], [Consulté le 29 septembre 2019]. DISPONIBLE sur: <http://www.deutsche-biographie.de/pnd118603191.html>

NAEGLE, Gisela - "Rothe, Johannes". in MÉNIEL, Bruno (dir.) - *Écrivains juristes et juristes écrivains du Moyen Âge au siècle des Lumières*, Paris: Classiques Garnier, 2015, pp. 1097-1103. Sur Rothe et Gerstenberg, leurs biographies et leurs œuvres, voir également: NAEGLE, Gisela - "Le grand essor culturel des petites villes. Le paysage urbain du Saint Empire entre la fin du Moyen Âge et le début des Temps Modernes". in COSTA, Adelaide; ANDRADE, Amélia; TENTE, Catarina (dir.) - *O Papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2017, pp. 485-511, ici pp. 494-500.

⁴² WYSS, Arthur - "Gerstenberger, Wigand". in *Allgemeine Deutsche Biographie* 9 (1879), pp. 66-67. [En ligne], [Consulté le 29 septembre]. Disponible sur: <https://www.deutsche-biographie.de/pnd11871709X.html#adbcontent>; RIEGG, Ernst - "Eine Identität der Leiden und der Niederlagen. Frankenberg in der Stadt- und Landeschronik Wigand Gerstenbergs". in MENK, Gerhard (dir.) - *Hessische Chroniken zur Landes- und Stadtgeschichte*, Marburg: Trautvetter & Fischer, 2003, pp. 57-86.

⁴³ UHLHORN, Friedrich - "Gerstenberg, Wigand". in *Neue Deutsche Biographie* 6 (1964), pp. 327-328 [En ligne], [Consulté le 29 septembre]. Disponible sur: <https://www.deutsche-biographie.de/pnd11871709X.html#ndbcontent>.

⁴⁴ [FRANKENBERG/EDER] - *Das FRANKENBERGER Stadtrechtbuch*. Ed. Wilhelm A. Eckhardt. Marburg: Historische Kommission für Hessen, 2014, p. 10; BRAASCH-SCHWERSMANN, Ursula; HALLE, Axel (dir.) - *Wigand Gerstenberg von Frankenberg 1457-1522*. Marburg: Hessisches Landesamt für Geschichtliche Landeskunde, 2007. Sur l'évolution de Frankenberg et l'évolution de sa topographie urbaine, voir les cartes, plans et textes dans: BRAASCH-SCHWERSMANN / HESSISCHES LANDESAMT FÜR GESCHICHTLICHE LANDESKUNDE (ed.) - *Hessischer Städteatlas, Fascicule 2, 3...*

⁴⁵ [FRANKENBERG/EDER] - *Das FRANKENBERGER Stadtrechtbuch...*, p. XIV.

suisSES telles que celles de Berne et de Zurich⁴⁶. Pour l'œuvre de Gerstenberg, on connaît des instructions en vue de l'exécution d'enluminures parmi lesquelles deux images sur la catastrophe de 1476: l'une de l'incendie même⁴⁷ et une autre sur la reconstruction⁴⁸. Ces récits et images revêtent une fonction concrète. Dans son introduction au droit urbain, Gerstenberg prétend que de très nombreux privilèges anciens de Frankenberg auraient péri lors de l'incendie⁴⁹, mais la recherche récente estime, qu'en réalité, ces pertes furent beaucoup moins importantes et qu'il utilisa ces explications pour rendre plus plausibles ses propres falsifications de privilèges des époques de Charlemagne et du Landgraf Henri I^{er} de Hesse (1294) et d'autres encore⁵⁰. Ce dernier effet d'un incendie se retrouve pour Kassel - l'une des deux villes principales de résidence du Landgrave - où les premiers textes du droit urbain et les premiers statuts de la guilde des marchands se seraient perdus d'une telle façon (par la négligence des gouvernants et par le feu)⁵¹. Mais, dans les deux cas, on essaya éventuellement aussi d'obtenir une amélioration des privilèges urbains.

Gerstenberg commence son récit de l'incendie⁵² avec le constat que les deux villes de Frankenberg auraient été complètement brûlé à cette occasion. Ensuite, il donne des précisions sur les circonstances concrètes: l'incendie eut lieu le 9 mai 1476. L'année avait été sèche et chaude et ainsi la ville manqua d'eau. La plupart des habitants travaillaient aux champs, près ou jardins à l'extérieur de la ville (un fait qui renvoie à nouveau au fort caractère agricole, dans le sens d'une *Ackerbürgerstadt*). À une heure de l'après-midi, le feu commença dans la *Mittelgasse* dans le quartier de

⁴⁶ DIEBOLD SCHILLING (der Ältere) - *Berner-Chronik. Faksimile*. Ed. Hans Bloesch; Paul Hilber, 4 vol. Berne: Aare-Verlag, 1942-1945; BENDICHT TSCHACHTLAN - *Tschachtlans Bilderchronik. Faksimile-Ausgabe der Handschrift Ms. A 120 der Zentralbibliothek Zürich*. Ed. Alfred A. Schmid. Luzern: Faksimile-Verlag, 1988; DIEBOLD SCHILLING (der Ältere) - *Spiezer Bilderchronik. Faksimile-Ausgabe der Handschrift Mss. Hist. helv. I 16 der Burgerbibliothek Bern*. Ed. Hans Haerberli, Christoph von Steiger, 2 vol. Luzern: Faksimile-Verlag, 1990.

⁴⁷ "Incendie de Frankenberg (1476)": Artiste: anonyme, [Stadtbrand in Frankenberg 1476], in BRAASCH-SCHWERSMANN, Ursula; HALLE, Axel (dir.) - *Wigand Gerstenberg...*, sans pagination, S Abb. 14, fol. 31v. Source: Bibliothèque universitaire de Kassel, Allemagne: Wigand Gerstenberg, Stadtchronik, Universitätsbibliothek Kassel - Landesbibliothek und Murhardsche Bibliothek der Stadt Kassel, 4^o Ms. Hass.26, fol. 31v, vers 1500 et 1493, taille du manuscrit: 25,5 x 19 cm; NAEGLE, Gisela - "Le grand essor culturel...", fig. 1: "Frankenberg", p. 496.

⁴⁸ Image de la reconstruction: GERSTENBERG, Wigand - *Stadtchronik*, Universitätsbibliothek Kassel - Landesbibliothek und Murhardsche Bibliothek der Stadt Kassel, 4^o Ms. Hass.26, fol. 34 r; Ursula BRAASCH-SCHWERSMANN - *Wigand Gerstenberg...* (sans pagination), SAbb.15, fol. 34r.

⁴⁹ [FRANKENBERG/EDER] - *Das FRANKENBERGER Stadtrechtsbuch...*, p. 10.

⁵⁰ [FRANKENBERG/EDER] - *Das FRANKENBERGER Stadtrechtsbuch...*, pp. 91-92.

⁵¹ NAEGLE, Gisela - "Bürger, Landgraf, Zünfte, Klerus. Zur Entwicklung des Kasseler Stadtrechts". in BAUMGÄRTNER, Ingrid (dir.) - *Vom Königshof zur Stadt. Kassel im Mittelalter*. Kassel: Euregio, 2013, pp. 86-103, ici p. 87-88. Sur Kassel, voir: PRESCHKE, Christian - *Kassel im Mittelalter. Zur Stadtentwicklung bis 1367*. 2 vol., Kassel: Kassel Univ. Press, 2014.

⁵² Pour la description détaillée du déroulement de l'incendie et pour ce qui suit, voir: [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, pp. 456-462 (chronique de Frankenberg) et pp. 302-303 (*Landeschronik*).

Geismar, au carrefour avec la *Schmiddegassen*⁵³. La maison concernée était très belle et richement décorée, mais si haute que, depuis la rue, il fut impossible d'atteindre le toit avec une échelle. Ce toit était couvert de plaques d'ardoise (*Schebersteynen*), mais la chaleur fut si grande qu'elles éclatèrent et brûlèrent les personnes qui s'en approchèrent. Il est intéressant que Gerstenberg mentionne ce détail: couvrir les toits en pierre, en ardoise ou avec des tuiles fut une mesure préventive propagée par les villes de ce temps. Peut-être l'auteur veut-il montrer qu'il ne s'agit pas d'une protection efficace. De toute façon, dans son analyse des causes de propagation, il ne propose pas des mesures préventives nouvelles supplémentaires pour le futur.

La journée avait d'abord été chaude, mais calme. Soudain, se leva un vent venu du côté du fleuve, l'Eder, qui propagea le feu à d'autres maisons en plusieurs endroits de la ville. La population, y compris les membres du clergé, accourut et des personnes se placèrent sur les toits et dans les rues et essayèrent de battre et d'éteindre le feu. Les femmes, jeunes filles et enfants apportèrent de l'eau provenant de l'Eder, de l'étang et des fontaines (d'après Gerstenberg, il y en avait six, dont quatre autour de la place du marché), mais en vain: le feu grandit. Dans un autre cas d'incendie, dû à une faide, en 1373, les mesures avaient été efficaces, il n'y eut pas de beaucoup de dégâts. Pour cette occasion précédente, l'auteur souligne la valeur des travaux de sauvetage des femmes et des filles de la vieille ville (*Aldenstad*)⁵⁴. Arrivé à ce point de son récit du feu de 1476, Gerstenberg fournit une analyse en quatre points des facteurs, qui, à son avis, étaient responsables de cet échec: 1. le temps chaud et sec; 2. le manque d'eau à portée de main; 3. l'absence de la plupart des habitants de la ville; 4. la propagation du feu par le vent qui provoqua des incendies à tant d'endroits qu'il fallait travailler à trop de maisons à la fois⁵⁵. Quand la nouvelle du feu fut connue, les habitants absents rentrèrent de leur travail et ceux des villages proches, de Geismar, Ellershausen, Frankenau, Boppendorff, Firmyn, Rodenau, de la *Aue de Battinburg*, de Sachsenberg, de *Rosintail* et autres villages, lieux et fermes accoururent pour aider. D'après Gerstenberg, ils firent bien et sérieusement leur travail, mais ils arrivèrent trop tard et trop lentement. Le matériel, dont des échelles et des seaux, brûla⁵⁶. À cause du feu, les maisons tombèrent dans les rues et on ne pouvait plus y passer pour éteindre le feu. Après un certain temps, le feu atteignit l'hôtel de ville, bâti en 1421, un bel édifice richement orné. Gerstenberg le décrit dans sa chronique sous l'année 1421 et renvoie à cette description dans son récit de

⁵³ Voir la carte suivante sur le développement urbain de Frankenberg et sa topographie: RITZERFELD, Ulrich; cartographie: ZIENTKIEWICZ, Peter - "Frankenberg. Siedlungsentwicklung vom Mittelalter bis 1873/73 (-1906/7)...". [En ligne]. [Consulté le 28 septembre 2020]. Disponible sur: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/browse/id/11/current/2/sn/statl>

⁵⁴ [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, p. 436.

⁵⁵ [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, p. 456.

⁵⁶ [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, p. 456.

l'incendie: cet immeuble richement décoré aurait eu dix encorbellements (*erker*), quatre grandes portes et il aurait été couvert en ardoise⁵⁷ (l'hôtel de ville fut rebâti en 1509-1513 et fit l'objet de quelques ajouts et modifications ultérieures; situé entre deux places de marché, il compte parmi les hôtels de ville historiques notoires du Land actuel⁵⁸ (**Fig. 1**).



Fig. 1 - Frankenberg/Eder, Hôtel de ville (reconstruit après le feu de 1476 depuis 1509-1513; tour d'escalier de 1535); photo: Gisela Naegle, 2012)

⁵⁷ [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, p. 457, renvoi à la description à la p. 448.

⁵⁸ *Hessischer Städteatlas, Fascicule 2, 3: Frankenberg (Eder)*. Ed. Ulrich Ritterfeld (texte), p. 38 (avec renseignements complémentaires); BECKER, Hans - *Geschichte der Stadt Frankenberg...*, pp. 37-39; HOYER, Arwed - "Rathaus und Bürgerhaus zu Frankenberg". *Zeitschrift des Vereins für Hessische Geschichte und Landeskunde* 69 (1958), pp. 121-138; GROSSMANN, Ulrich G. - *Der spätmittelalterliche Fachwerkbau in Hessen*. Königstein im Taunus: Langewiesche Nachfolger, Köster, 1983, p. 62-63.

D'après Gerstenberg, le premier hôtel de ville hébergeait des bancs pour la vente du pain. Ses successeurs de 1421 et du XVI^e siècle servirent également de lieu de marché et de vente de pain et de viande, ainsi que de salle de justice⁵⁹. Malheureusement, au temps de l'incendie de 1476, la ville y stocka aussi ses armes à feu, poudre, des arquebuses chargées, etc., qui se déchargèrent ou explosèrent. Cette explosion causa même de graves dégâts aux murs et fenêtres d'une maison en pierre (explicitement mentionnée comme telle, ce qui fournit en même temps, comme dans d'autres petites villes un indice sur la rareté des constructions en pierre: *das Steynen Huss*). Une autre partie des armes se déchargea en l'air sans faire de dégâts.

La destruction de l'hôtel de ville ruina en même temps complètement sa mémoire: ses privilèges, lettres et franchises, ses chroniques, registres et ses *bons livres de droit* ainsi que des objets de valeur⁶⁰. Cependant, le grand sceau, quelques registres récents et quelques revenus d'impôts furent épargnés. Le feu progressa d'abord dans la vieille ville (*Aldenstad*), notamment dans plusieurs rues nommées par Gerstenberg (**Fig. 2**): la *Mittelgasse*, la *Stoubegasse*, la *Smiddegasse* etc. qui brûlèrent entièrement ou partiellement comme le *Burckberg* ou la *Tichgasse* (nommée d'après un étang qui n'existe plus à l'époque actuelle).



Fig. 2 - Frankenberg / Eder, vue de rue, photo: Gisela Naegle, 2012)

⁵⁹ *Hessischer Städteatlas, Fascicule 2, 3: Frankenberg (Eder)*. Ed. Ulrich Ritterfeld ... (cahier de texte), p. 38.

⁶⁰ [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, p. 457.

Vers seize heures, la chaleur fut si grande que l'église paroissiale commença à brûler. Parce que les maisons autour étaient déjà tombées et le mur endommagé par la chute des maisons du clergé, on ne pouvait plus y accéder. Désormais, le vent transportait le feu dans la *Neustadt*. Ses habitants aidèrent leurs concitoyens de la vieille ville et, entretemps, leurs propres maisons brûlèrent ainsi que la chapelle Saint-Jean, deux cloches et son inventaire, etc. Les habitants essayèrent de fuir et des vieilles femmes et enfants s'étaient réfugiés dans l'église paroissiale et sur la place de l'ancien château. Au cours de l'après-midi, ils souffrirent de plus en plus. La tour de l'église était couverte de plomb qui fondit et coula des conduits d'eau comme une forte pluie⁶¹. Par la suite, Gerstenberg, donne de nombreux détails de la destruction de son église et de la perte de sept cloches, dont une de laquelle il était particulièrement fier⁶². Les cloches étaient un symbole important de l'identité urbaine et d'autres chroniqueurs (dont Philippe de Vigneulles [1471-v.1527], qui rattache des souvenirs d'enfance à la cloche nommée *Mutte* de Metz), leur attribuaient une valeur affective⁶³. Vers dix-huit heures, les deux parties de la ville et trois églises avaient brûlé. Gerstenberg donne des détails sur des quartiers où les dégâts furent un peu moins graves et constate que toutes les portes étaient encore debout. De son temps, l'*Altstadt*, la vieille ville, avait cinq portes et vingt tours. Elles furent fermées pour empêcher le bétail des prés d'entrer dans la ville. Des fugitifs des deux parties de la ville s'étaient installés devant les portes, mais ils n'avaient rien à boire ou à manger. Des enfants nus criaient de faim et des vieux déploraient les dégâts. Il y eut des cris des animaux et d'hommes. De jeunes *savants* (on ne sait pas si Gerstenberg lui-même pourrait en avoir fait partie) essayèrent d'atteindre l'église et s'efforcèrent d'éteindre le feu (y compris avec de l'eau bénite). Le vendredi suivant, ce fut l'heure d'un premier bilan: qui avait mis ses biens dans les grandes rues ou sur la place de l'église avait tout perdu. Seuls les objets qui avaient été déplacés devant les portes existaient encore. Les habitants commencèrent à rentrer et qui avait une cave y emménagea⁶⁴. L'école était encore debout et accueillit des membres du clergé et de vieilles femmes. On aménagea également des granges (*scheunen*), d'autres se réfugièrent dans les villages ou villes des environs. D'autres encore construisirent des abris de branches et, comme dans les fêtes foraines, on

⁶¹ Le problème du plomb fondu et de la contamination par le plomb se posa encore lors de l'incendie de Notre Dame de Paris en 2019. Voir les différents articles sur la suite des événements disponible sur: <https://www.lemonde.fr/incendie-de-notre-dame/> [En ligne], [Consulté le 28 septembre 2020].

⁶² [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, p. 458.

⁶³ [VIGNEULLES, Philippe] - *La Chronique de Philippe de Vigneulles*. Ed. Charles Bruneau, Metz: Société d'histoire et d'Archéologie de la Lorraine, 1927-1933, t. 4, p. 47.

⁶⁴ D'après les recherches de HOYER sur les caves de Frankenberg, une grande partie des maisons en bois rebâties furent reconstruites sur les caves des anciennes et, dans les années 50 du XX^e siècle, la ville comptait encore environ 200 caves de ce type. (HOYER, Arwed - "Rathaus und Bürgerhaus...", pp. 131, 123).

installa des cuisines publiques à feu ouvert en plein ciel. On improvisa des messes. Les habitants de Treysa firent preuve de solidarité et envoyèrent trois chariots de pain et de vêtements. Ces dons humanitaires furent distribués par le Conseil de Frankenberg. Le Landgrave envoya des céréales et du bois de construction et accorda des privilèges particuliers. Ainsi, la reconstruction pouvait commencer. Mais l'hiver suivant fut particulièrement froid et dur. La neige persista jusqu'à Pâques. Ceux qui habitèrent encore dans les caves avaient des problèmes avec la fumée, les autres souffrirent du froid dans leurs abris provisoires et dans les granges. Gerstenberg décrit aussi d'autres dommages consécutifs sur le bétail (qu'il fallait vendre ou qui souffrit du dur travail supplémentaire des travaux de reconstruction). Il n'y eut plus suffisamment d'engrais et par la suite une mauvaise récolte. De nombreuses personnes moururent d'étranges maladies qui furent attribuées aux conséquences néfastes du feu et de la fumée ou au chagrin et à la détresse profonde. Trop d'efforts corporels dans les travaux de reconstruction, le mauvais air infecté des caves, les gelures à cause du froid et la mauvaise qualité de la nourriture furent également cités comme causes pour les nombreuses morts. L'église resta ouverte et exposée à mauvais temps pendant deux ans⁶⁵. Finalement, la description de l'incendie finit avec un poème latin et une indication sur l'image à placer à cet endroit du texte⁶⁶.

3. Les critères du récit

Au Moyen Âge, les catastrophes naturelles furent souvent interprétées comme punition divine, et, au contraire, si l'on échappait aux catastrophes, cela pouvait être décrit comme miracle⁶⁷. Chez Gerstenberg, cette perspective est entièrement absente. Son texte donne de nombreuses précisions (sur le temps au jour de la catastrophe et la situation météorologique précédente, le déroulement de l'incendie, les étapes de la propagation du feu, les mesures pour l'éteindre, les dangers particuliers liés au stockage de denrées dangereuses, l'évacuation, les mesures d'entre-aide et de solidarité des habitants des villages des environs. La mise en relief de cet élément est conforme à l'intention de sa chronique, qui est destinée de servir d'exemple à la génération actuelle de citoyens et aux générations futures et qui accorde une place centrale à l'idée du bien commun: selon Gerstenberg, il s'agit également d'une

⁶⁵ De nouveau, un parallèle peut être fait avec la situation de Notre-Dame après l'incendie: la structure du bâti résista au feu, mais il n'y eut plus de toit sur une grande partie du bâtiment.

⁶⁶ [GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, p. 462.

⁶⁷ RIEGG, Ernst - "Brandkatastrophen und stadtbürgerliche Identität. Die Wahrnehmung von Stadtbränden in der städtischen Chronistik". *Traverse* 3 (2003): *Naturkatastrophen / Catastrophes naturelles*. [En ligne]. [Consulté le 29 septembre 2020]. Disponible sur: <https://www.e-periodica.ch/digbib/view?pid=tra-001:2003:3#132> (comparaison du cas de Frankenberg avec autres exemples).

obligation envers Dieu, pour laquelle il faut travailler activement⁶⁸. Dans plusieurs passages de son récit, il exprime des sentiments ou emploie des techniques littéraires (par exemple quand il est question des dégâts de l'église paroissiale ou quand il exprime la gratitude particulière éternelle envers les habitants de Treysa). Il parle de la souffrance des réfugiés de la place de l'église et des sans-abris pendant l'hiver suivant, mais ne dit rien sur des morts. Dans le cas de Frankenberg, l'incendie eut des conséquences pratiques postérieures: plus tard, à l'aide d'un moulin, on essaya de pomper de l'eau supplémentaire dans *l'Altstadt*. Cependant, en 1507, un nouveau grand feu éclata. L'incendie de 1476 laissa également des traces dans le droit urbain, où l'on introduisit une disposition sur la reconstruction, ses conséquences fiscales et la création de jardins⁶⁹. Quand on compare la description de Gerstenberg du temps de l'année 1476 avec les descriptions des tempêtes et catastrophes naturelles connues pour Nuremberg, on y rencontre également une période intensive de perturbations entre 1330 et 1475. Par son caractère détaillé, le récit de Gerstenberg ressemble à celui du *Magdalenuhochwasser* à Francfort-sur-le-Main. Dans ce cas, un chroniqueur anonyme fournit également de nombreuses précisions (les indications sur le niveau d'eau atteint dans douze églises diffèrent quelque peu dans les différents récits transmis)⁷⁰. Dans cette ville, la grande inondation arriva trois jours avant la fête de Marie-Madeleine. Comme Gerstenberg, l'auteur anonyme fournit une description topographique précise avec une énumération des rues et bâtiments concernés et épargnés. Ensuite, il donne des indications sur la hauteur du niveau de l'eau dans les différentes églises. Certaines, proches du Main furent particulièrement touchées et l'église saint Léonard fut remplie d'eau jusqu'au niveau des premières arches de la nef (*erste schwibbögen*)⁷¹. Le chroniqueur parle d'une grande peur (*hat grosen schrecken bracht*) et décrit les efforts spirituels des habitants pour améliorer leur situation, mais il ne parle pas explicitement de punition divine. D'après lui, le 24 juillet, après des dégâts encore plus importants (des bâtiments furent entièrement ou partiellement emportés par le fleuve), tous les habitants se soumièrent au jeûne et, le jour suivant, il y eut une procession pénitentielle de toute la population avec plusieurs centaines de cierges et une messe en l'église Saint-Barthélemy. Comme Gerstenberg, l'auteur décrit la fuite des habitants: ceux de Sachsenhausen fuyaient

⁶⁸ "... das sie [les citoyens actuels et futurs et leurs enfants] wullen getruwelichen darzu geneget syn (alss eyn ickelicher vor godde auch des schullig ist), der stad gemeynen nottz zu hanthaben, zu bessern, zu buwen unde in eynickheid guts regemens helffin haltin". ([GERSTENBERG, Wigand] - *Die Chroniken...*, p. 388).

⁶⁹ Art. 41, [FRANKENBERG/EDER] - *Das FRANKENBERGER Stadtrechtsbuch...*, p. 41.

⁷⁰ Liste dans: BORK, Hans-Rudolf; BEYER, Arno; KRANZ, Annegret - "*Der 1000-jährige Niederschlag...*", p. 237.

⁷¹ "Sanct Niclas kirch 6 schuch hoch, sanct Jacob 3 schuch, der Barfüsser kirch 4 schuch, sanct Elßbeth zu Sachsenhaußen, zu dem heiligen Geist, und sanct Anna, der Teutschen herrn kirch, unser Frauen brüder, die kirch zum Weißen frawen, jeglich 7 schuch, der Prediger kirch 9 schuch, zum heiligen drei königen 12 schuch, sanct Jörg genat zu sanct Lenhart biß unter die untersten schwibbögen". (FRONING, Richard (ed.) - *Frankfurter Chroniken...*, p. 5).

vers une élévation, le Mölberg, et y firent des cabanes tandis que les habitants de Francfort même se rendaient dans les villages des environs⁷².

4. Mesures contre le feu

La lutte continuelle contre le feu faisait partie des sujets récurrents de la législation urbaine⁷³. Aussi bien à Kassel que dans la ville d'Empire de Francfort-sur-le-Main, on essaya de faire couvrir les toits des maisons avec des tuiles, des pierres ou des plaques d'ardoise. On fixa des délais pour l'exécution des travaux, ainsi que des sanctions financières pour les propriétaires de maisons ou les artisans qui exécutaient des œuvres non conformes à la nouvelle réglementation. En cas de manque de moyens, à Francfort, le gouvernement urbain offrit même des aides financières (éventuellement jusqu'à un tiers des frais des tuiles) ou des crédits⁷⁴, de même à Bâle et à Berne, où en 1405, la ville prit en charge les frais pour la moitié du toit⁷⁵. À Frankenberg, il n'y eut d'aides financières de ce genre qu'à partir de 1556, l'année de l'unification des deux villes partielles. À Kassel, des ordonnances contre le feu furent déjà mises en place en 1354, parce qu'on voyait un danger dans les toits couverts de paille qui se trouvaient près du mur. Au cours de sièges, comme en 1384, la ville fut attaquée avec des flèches enflammées⁷⁶. Dans les petites villes de la Hesse, on peut encore se faire une image de ce danger, parce que dans les siècles suivants, il y eut encore des constructions en bois directement adossées aux murs (**Fig. 3**). À Francfort les avancées de maisons, des encorbellements et d'autres constructions ne devaient pas trop encombrer l'espace et furent restreints et limités dans leurs dimensions⁷⁷. Cependant, apparemment mal respectée, une partie des dispositions fut répétée et le début de ce nouveau texte montre une certaine impatience⁷⁸. En 1485, il fut encore nécessaire d'interdire la construction de nouveaux toits non couverts d'ardoises ou de tuiles⁷⁹. Pour les rues de Kassel, le Landgrave promulgua des mesures semblables.

⁷² FRONING, Richard (ed.) - *Frankfurter Chroniken*...p. 5-6).

⁷³ FOUQUET, Gerhard - *Bauen für die Stadt. Finanzen, Organisation und Arbeit in kommunalen Baubetrieben des Spätmittelalters*. Cologne: Böhlau, 1999, pp. 400-430 (importante synthèse avec présentation détaillée du cas de Bâle et nombreux exemples d'autres villes).

⁷⁴ Francfort-sur-le-Main, ordonnance, 14 juin 1386, n° 13, in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main im Mittelalter*. Francfort-sur-le-Main: Kramer, 1969, pp. 149-150.

⁷⁵ FOUQUET, Gerhard - *Bauen für die Stadt*..., p. 428 (avec d'autres exemples).

⁷⁶ NAEGLE, Gisela - "Bürger, Landgraf, Zünfte, Klerus. Zur Entwicklung des Kasseler Stadtrechts". in BAUMGÄRTNER, Ingrid (dir.) - *Vom Königshof zur Stadt. Kassel im Mittelalter*. Kassel: Euregio, 2013, pp. 86-103, ici p. 88.

⁷⁷ Ordonnance, 25 août 1442, n° 239 in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main*..., p. 331.

⁷⁸ Ordonnances, 3 février 1454 et 22 novembre 1547, n° 256 in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main* ..., p. 345-346.

⁷⁹ Ordonnance 7 août 1485, n° 298, in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main*..., p. 381; 22 novembre 1547, n°412, pp. 462-463.



Fig. 3 - Construções em bois adossadas à lenceinte urbana, état actuel, Butzbach, Hesse (photo : Gisela Naegle, 2012)

En 1376, le Conseil de Francfort interdit la création de nouveaux fours de boulanger (*backhaus*) et forges dans la vieille ville et à Sachsenhausen et, en cas de ruine, ceux qui existaient déjà ne devaient plus être remplacés⁸⁰. Dix ans plus tard, cette disposition fut élargie à la *nouvelle ville* (*Nuwenstad*) et les fours et forges que l'on n'avait plus utilisés depuis un an et un jour devaient rester fermés⁸¹. De même, on régla la forme des cheminées, leur nettoyage et les matériaux de construction⁸². Pour créer des stimulants supplémentaires et améliorer le respect des dispositions en vigueur, les charpentiers et couvreurs de pierre furent obligés sous serment de dénoncer des toits et cheminées non conformes et ils devaient profiter de la moitié des amendes⁸³.

Comme mesure préventive, les habitants devaient tenir de l'eau prête devant leurs portes et le non-respect de cette obligation et le renversement de l'eau d'autrui furent soumis à une amende⁸⁴. Ailleurs, on installa des surveillants sur les tours et, par exemple à Nördlingen⁸⁵, on fit inspecter les feux des maisons et les cheminées (selon des documents d'archives, ce fut le cas en 1431, 1432, 1441 et 1449). Du point de vue des autorités urbaines, les étrangers étaient particulièrement suspects et on les contrôla de près. Comme à Francfort, des ordonnances prévoyaient des seaux (en cuir) dans les maisons privées et dans l'espace public. En 1533, Nördlingen disposa de plusieurs chariots équipés avec échelles, réservoirs d'eau et autre matériel, qui furent installés à différents lieux de la ville⁸⁶. La ville fut repartie en six secteurs (les cinq quartiers et la place du marché) et les devoirs de leurs habitants furent déterminés à l'avance. La plupart des dispositions des ordonnances concernent l'organisation humaine et la communication, on apprend relativement peu sur les méthodes mêmes destinées à éteindre le feu. À Nuremberg, le *Baumeisterbuch* d'Endres Tucher (1464-1475) fait état de nombreuses mesures détaillées: nomination de responsables, dont six *maîtres de feu*, instructions écrites sur la démarche à suivre pour chacun de ces responsables (*al sir ieder des ein püchlein und schrift hat wie ers halten soll*) [“de même, chacun doit

⁸⁰ Ordonnance, 17 avril 1376, n° 13, in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main...*, pp. 132.

⁸¹ Ordonnance, 28 mars 1386, n° 34, in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main...*, p. 149 et ordonnance, 24 juillet 1386, n° 36, p. 151.

⁸² Ordonnance détaillée sur la forme et les matériaux de construction de cheminées, toits, etc.: 14 juin 1386, n° 35 et ordonnance, 17 avril 1376, n° 13, in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main...*, pp. 149-150; ordonnance, 7 avril 1426, n° 199, in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main...*, p. 292. Répétition partielle des dispositions sur les cheminées: 25 août 1442 avec augmentation des amendes (12 *schillinge hellern* au lieu de 10). (n° 239, p. 331).

⁸³ Ordonnance, 14 juin 1439, n° 232 in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main...*, pp. 326-327.

⁸⁴ Ordonnance, 2 octobre 1382, n° 22 in WOLF, Armin (ed.) - *Die Gesetze der Stadt Frankfurt am Main...*, p. 139; 10 juillet 1496, n° 358, p. 421.

⁸⁵ STURM, Patrick - “Feuerschutz und Brandbekämpfung in Nördlingen im 15. und 16. Jahrhundert”. in WAGENER, Olaf (dir.) - *Feuernutzung und Brand in Burg, Stadt und Kloster im Mittelalter und in der Frühen Neuzeit*. Petersberg: Michael Imhof, 2015, pp. 259-268, ici p. 260.

⁸⁶ STURM, Patrick - “Feuerschutz und Brandbekämpfung...”, p. 262.

disposer d'un petit livre et d'un document écrit sur la façon correcte d'agir⁸⁷, dépôt permanent de matériel de la lutte anti-feu (seaux, échelles, crochets de feux, chariots, lances à l'eau, etc.) à plusieurs endroits prédéterminés de la ville, éclairage des rues pour faciliter les opérations de lutte contre l'incendie, tarifs de récompenses en cas de participation active aux travaux, etc. Les ordonnances urbaines de la petite ville d'Eisenach en Thuringe exigèrent une distance minimale de trois pieds par rapport au voisin pour un four à pain ou four (*backofen, ofen*). En plus, ces fours devaient être couverts pour éviter que des étincelles puissent s'échapper et endommager la "cour d'un autre homme"⁸⁸. Le miroir des Saxons (*Sachsenspiegel*) connaît déjà des dispositions semblables⁸⁹. À Eisenach, les brasseries et teintureries devaient prendre des mesures spécifiques de protection contre le feu, il fallait créer des clôtures. Si quelqu'un n'avait pas respecté les mesures demandées, il devait dédommager son voisin et les autres citoyens de dégâts éventuels causés par le feu - en fonction de ses moyens financiers et des dispositions, peines et amendes prévues par les ordonnances urbaines. Cependant, si le feu brûlait une maison sans faute ou culpabilité de l'intéressé ou de ses serviteurs, il pouvait prêter un serment et était libéré de toute responsabilité⁹⁰.

Vu la structure du bâti des petites et même des grandes villes allemandes avec leur grand nombre de maisons en bois, la lutte contre le feu fut et est encore un enjeu important. En Hesse, la plupart des centres-villes historiques, et particulièrement ceux des petites et moyennes villes, demeurent construits en bois. Aujourd'hui, dans la ville de Limburg, subsistent environ 50 bâtiments qui, entièrement, ou au moins en partie, datent encore de l'époque avant 1500. Environ la moitié d'eux furent construits au temps de la floraison de la ville, au point culminant de son importance économique et politique, entre les deux grands incendies de 1289 et 1342⁹¹. D'après les documents du XIV^e siècle, dans cette ville, il y avait environ une demi-douzaine de maisons bâties en pierre sur leurs quatre côtés, dont trois, probablement pas construites avant 1300, subsistent encore. Leur superficie allait de 76 à 144 m² avec une hauteur du faitage de 12-15m⁹². Le cas de Limburg, où existent également des maisons qui possèdent trois murs en pierre et une façade décorative en pans de bois (*Fachwerk*) ouverte sur la rue ou sur une place défie en quelque sorte l'explication traditionnelle que les constructions

⁸⁷ [TUCHER, Endres] - *Endres Tuchers Baumeisterbuch der Stadt Nürnberg (1464-1475)*. Ed. Friedrich Von Weech; Matthias Lexer. Stuttgart: Bibliothek des Litterarischen Vereins, 1862, réimpression: Amsterdam: Rodopi, 1968, pp. 140-149; citation: "Von den fewermeisteren", p. 140

⁸⁸ [Eisenach] - *Eisenacher Rechtsbuch*. Ed. Peter Rondi. Weimar: Hermann Böhlhaus Nachfolger, 1950, § 19, pp. 152-153.

⁸⁹ EBEL, Friedrich (ed.) - *Sachsenspiegel. Landrecht und Lehnrecht*. Stuttgart: Reclam, 2012, *Landrecht*, livre 2, art. LI, p. 103.

⁹⁰ [Eisenach] - *Eisenacher Rechtsbuch...*, § 24, pp. 154-155.

⁹¹ LIPPERT, Hans-Georg - *Das Haus in der Stadt und das Haus im Hause. Bau- und Wohnformen des 13.-16. Jahrhunderts gezeigt an Beispielen aus Limburg an der Lahn und anderen Städten in Hessen*. Deutscher Kunstverlag, Munich, 1992, p. 30.

⁹² LIPPERT, Hans-Georg - *Das Haus in der Stadt...*, p. 55.

en pierre (plus coûteuses) étaient toujours plus prestigieuses: si on disposait de moyens suffisants pour construire trois murs en pierre, pourquoi avait-on justement choisi une construction en bois pour le côté le plus en vue? Pour les contemporains, ces maisons (dont on connaît au moins trois exemples pour le XIV^e siècle) n'étaient pas mentionnées parmi les constructions en pierre. Selon Hans-Georg Lippert, la qualité de la pierre locale, qui ne se prêtait pas à un usage décoratif, pourrait en être responsable parce que, pour réaliser des structures plus représentatives, il aurait fallu recourir à des importations tandis que le bois permettait aussi bien la construction d'éléments décoratifs. Ainsi, cette méthode de construction mixte était un compromis entre les exigences d'une bonne résistance au temps, d'un coût modéré et d'un besoin de représentativité⁹³. Puisque de tels types mixtes existent également dans d'autres villes, il serait prometteur de tester ces hypothèses ailleurs. Contrairement à d'autres villes telles que Francfort-sur-le-Main et Lübeck, où les maisons en pierre devenaient de plus en plus nombreuses et où, dans la mesure du possible, le gouvernement urbain exerça des pressions dans ce sens, en dépit du danger du feu, Limburg ne connut pas de procès de 'pétrification' (*Versteinerung*). Après 1350, une époque de déclin économique, les nouvelles constructions furent exclusivement effectuées en bois⁹⁴.

Conclusions

Le récit de Wigand Gerstenberg sur l'incendie de Frankenberg permet de saisir la réponse de la société d'une petite agglomération à une catastrophe. D'après l'auteur, il s'agissait d'un véritable désastre qui détruisit la plupart de la ville (cependant, dans l'état actuel des connaissances, le degré effectif des destructions est difficile à évaluer). Des facteurs météorologiques (temps chaud et sec pendant une période prolongée), sociologiques (absence de la population pour le travail agricole dans une *Ackerbürgerstadt* pendant la journée), topographiques et humains contribuèrent à un enchaînement dramatique des événements - qui fut encore renforcé par des imprudences (stockage d'armes à feu et de matériaux explosifs en plein centre de la ville). Le grand nombre de constructions en bois, trait caractéristique d'une grande partie des villes médiévales allemandes, joua un rôle décisif pour la propagation rapide du feu.

Cependant, pour Gerstenberg, davantage que la nécessité de futures mesures préventives ou d'améliorations de la sécurité générale, ce qui compte vraiment, c'est avant tout la solidarité de la communauté des habitants de Frankenberg, leur grand engagement commun dans la lutte contre le feu. Il souligne explicitement la participation active de la société urbaine entière (y compris femmes, enfants et membres du clergé) aux opérations de sauvetage. S'adressant aux générations

⁹³ LIPPERT, Hans-Georg - *Das Haus in der Stadt...*, p. 55-57.

⁹⁴ LIPPERT, Hans-Georg - *Das Haus in der Stadt...*, p. 50-51.

futures, il parle aussi du devoir de la *gratitude éternelle* pour l'aide des petites villes et villages d'alentour. Pour lui, cette solidarité sans faille au nom du bien commun est l'aspect primordial de la réponse sociétale médiévale. Du point de vue technique et matériel, à son époque, la capacité de résilience des sociétés urbaines, et surtout de celles des petites villes, était limitée. Elles étaient très vulnérables face aux dangers du climat, des éléments et des catastrophes naturelles. Même dans les grandes villes, telles que Metz, une grande partie des *réponses* sociétales appartenait au domaine culturel et culturel⁹⁵. Il fallait s'aider soi-même dans la mesure du possible avec des moyens souvent très modestes. Gerstenberg mentionne également de l'aide du landgrave, le seigneur de la ville, mais il insiste beaucoup moins sur les conséquences pratiques qui pourraient contribuer à réduire le danger d'incendies futures.

La comparaison avec les sources normatives d'autres villes permet d'y apercevoir des mesures de prévention plus actives. La plupart des dispositions des ordonnances urbaines concernent l'organisation humaine et la communication (règlements écrits du comportement à adopter par les équipes de sauvetage; mise en place d'un équipement anti-feu à endroits prédéterminés de la ville, etc.). Dans le droit urbain de certaines villes, des éléments comme la surveillance régulière des cheminées et autres endroits dangereux, des dispositions sur les matériaux de construction à utiliser (et à éviter) et les distances à observer, ainsi que l'interdiction d'encorbellements, occupaient une place de choix. Ces ordonnances devaient être répétés et rappelés continuellement. À la différence des *grandes* villes telles que Francfort ou Nuremberg, une petite agglomération comme Frankenberg ne disposait pas des moyens financiers importantes ou d'autres ressources efficaces. Contrairement à Francfort, Bâle et Berne, au XV^e siècle, pour Frankenberg, il était encore hors de question de prendre en charge une partie conséquente des frais des citoyens pour faire couvrir leurs toits en pierre, ardoises ou tuiles. Confrontée à des problèmes économiques graves, même une ville beaucoup plus grande et importante que Frankenberg, Limburg, ne connut pas de procès de *pétrification* de son bâti qui aurait permis une meilleure protection contre le feu.

Au cours des bombardements de la Deuxième guerre mondiale, de nombreux centres-villes historiques *en bois* dont Francfort-sur-le-Main et Kassel brûlèrent complètement. Dans les deux cas cités, comme dans le cas médiéval de Frankenberg, cela fit également disparaître leurs archives. Pour créer un forum consacré aux questions et problèmes spécifiques résultant des constructions historiques en bois, en 1975, cinquante villes de la Hesse et de la Basse-Saxe possédant de nombreuses maisons anciennes en bois fondèrent l'association *Arbeitsgemeinschaft Deutscher Fachwerkstädte* ("Communauté de travail des villes

⁹⁵ LITZENBURGER, Laurent - *Une ville face au climat...*, p. 461.

allemandes possédant des maisons à pans de bois”), qui s’élargit par la suite et qui compte aujourd’hui plus de 130 membres dont de nombreuses petites villes dans différentes parties de l’Allemagne⁹⁶. Pour les centres historiques des petites et moyennes villes de Hesse (qui, souvent furent épargnés par les dégâts de la Deuxième Guerre mondiale et conservent encore de nombreuses constructions en bois), même de nos jours, le danger du feu persiste encore - et chaque année il y a des débats sur les feux d’artifice du Nouvel An - et des périmètres où ces feux sont interdits. Et, tout comme au Moyen Âge, le plus souvent, dans les petites villes la charge de la lutte contre le feu repose encore sur des sapeurs-pompiers volontaires. L’incendie de Notre Dame de Paris (où se posaient encore plusieurs des problèmes déjà décrits par Gerstenberg, dont celui du plomb fondant) montre l’importance de la vigilance permanente: finalement, le Moyen Âge et ses techniques de construction sont encore bien présents et la protection de l’héritage médiéval reste un défi pour le futur.

⁹⁶ Liste des membres sur la page Internet de la ARBEITSGEMEINSCHAFT DEUTSCHE FACHWERKSTÄDTE e.V. [En ligne][Consulté le 25 septembre 2020]. Disponible sur: <https://www.fachwerk-arge.de/showpage.php?Arbeitsgemeinschaft/Mitglieder&SiteID=13>

Pagar para desassorear: o real de areia de Fão (1826-1870)¹

*Ana Isabel Lopes*²

Resumo

Desde os finais da Idade Média, que o território localizado na foz do rio Cávado foi afetado pelo assoreamento deste rio, bem como por vagas de areia, trazidas pelo vento. Para além do encanamento do rio, iniciado em 1795 e que se prolongou pelo primeiro quartel do século XIX, uma das respostas encontradas pelas Câmaras Municipais de Barcelos e de Esposende e pela freguesia de Fão, foi a tributação do real de areia. Partindo da documentação produzida na sequência da coleta deste imposto extraordinário e das atas de vereação da Câmara Municipal de Esposende, entre 1826 e 1870, este trabalho procura entender de que modo é que os fundos foram utilizados para combater o desassoreamento e quais os resultados da sua aplicação. Por outro lado, é também objetivo compreender que forma é que os fangueiros, para além da tributação, e os indivíduos dos territórios limítrofes ao Cávado se envolveram na aplicação do real de areia para que o problema ambiental fosse resolvido.

Palavras-chave

Assoreamento. Rio Cávado. Impostos Municipais. Florestação. Reurbanização.

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito da bolsa de doutoramento DFA/BD/4817/2020.

² CITCEM. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Pay for sand removal: *real de areia de Fão* tax (1826-1870)

Abstract

Since late Middle Ages, the territory at the Cávado river mouth has been affected by aggradation, as well as sand carried by the wind. Apart from river draining, in 1795 and during the first quarter of the 19th century, a solution found by Barcelos and Esposende municipalities and Fão parish was *Real de Areia* tax. Based on the *Real de Areia de Fão* documents and Esposende town hall minutes, between 1826 and 1870, this paper inquires how the funds were used to remove sand and its results. As well, it will determine how the people of Fão, besides taxation, and Cávado neighbours were involved in the tax funds usage to solve this environmental problem.

Keywords

Aggradation. Cávado river. Municipal taxes. Afforestation. Re-urbanization.

Contextualização

Ao longo do tempo, as paisagens foram evoluindo e modelando-se, quer pelas condicionantes naturais que lhes foram sendo colocadas, obrigando a uma adaptação, quer pela interação com o agente humano, que não poderá continuar a ser visto como um antagonista e como um constante destruidor do seu ambiente. A História do Ambiente tem-se focado bastante nos estudos sobre a destruição ecológica e tem-na percecionado como se esta fosse sincrónica em todas as áreas do planeta desde o Neolítico, ignorando os contextos históricos e civilizacionais num tempo em que não se podia prever consequências futuras de exercícios de fruição dos recursos³. Em Portugal, são ainda escassos os estudos sobre o papel do Homem e das suas instituições na moldagem da paisagem e do ordenamento do território que ocupavam⁴.

Desde as décadas de 1960 e 1970, que os Estados, no âmbito dos programas para o desenvolvimento da ONU e da CEE/UE implementaram políticas ambientais, nas quais previram tributações nos seus sistemas fiscais com vista à prevenção,

³ LECAIN, Timothy J. - *The matter of History. How things create the past*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, pp. 73-139.

⁴ AMORIM, Inês - "Inter-, Multi-, and Trans-Disciplinary. New Horizons for Portuguese Environmental History". in MENDES, Victor K.; VIEIRA, Patrícia (ed.) - *Portuguese Literature and the Environment*. Lanham: Lexington Books, 2019. p. 56.

redução ou reparação dos danos ambientais ou ainda benefícios fiscais para a promoção de um desenvolvimento sustentável⁵. Um imposto ambiental pode ser definido como “um gravame que se aplica a bens que provocam poluição quando são produzidos, consumidos ou eliminados ou a actividades que geram um impacto ambiental negativo, visando modificar o preço relativo daqueles ou os custos associados a estas e/ou obter receita para financiar programas de protecção ou de recuperação do equilíbrio ecológico”⁶. No âmbito do direito fiscal ambiental, existem os impostos ambientais próprios, que através da coleta fiscal visam a mudança de comportamentos dos contribuintes, no sentido da prevenção, e os impostos ambientais impróprios, onde se insere o nosso estudo, que através da captação de receitas se destinam a cobrir os custos das políticas ambientais. Estas duas espécies de impostos são fundamentais para a política ambiental uma vez que agem de facto sobre as ações nefastas sobre o ambiente ou permitem prevenir danos futuros ou irreversíveis⁷.

Muito provavelmente, ainda que não existam muitas evidências, estes impostos ambientais também foram coletados em períodos mais remotos; poderão ter sido coletados não pelo poder central, cabendo, sobretudo, aos poderes periféricos, uma vez que estes conheciam mais de perto os problemas ambientais do seu território. Esta tributação poderá ter seguido a tributação de outros impostos extraordinários, recaindo nos bens de consumo corrente, uma vez que raramente haveria liquidez necessária para *políticas ambientais* e as “elites municipais não só não estavam dispostas a contribuir para além de um certo montante, como também não estavam dispostas a exigir contribuições diretas às populações que, tradicionalmente, resistiam ao seu pagamento”⁸. Esses *impostos ambientais*, ainda que pouco conhecidos, seriam coletados com vista ao ordenamento do território, na sequência de problemas ambientais que as comunidades viviam e que procuravam resolvê-los a curto, médio e longo prazo. Todavia, com vista ao *consumo sustentável* e para evitar conflitos entre comunidades e habitantes, as instituições taxavam os recursos naturais. Veja-se por exemplo o sargaço na arquidiocese de Braga⁹, o

⁵ TELES, Noémia dos Santos - *A fiscalidade verde do princípio da equivalência à neutralidade fiscal*. Porto: Universidade do Porto, 2015. Dissertação de Mestrado, pp. 8-16.

⁶ SOARES, Cláudia Dias - “A inevitabilidade de se avançar para a tributação ambiental...também em Portugal”. *Revista da Ordem dos Advogados* 64 (2004).

⁷ TELES, Noémia dos Santos - *A fiscalidade verde...*, pp. 17-18.

⁸ SILVEIRA, Nuno Luís Espinha da - “Estado liberal e centralização. Reexame de um tema”. in *Poder central, Poder regional, Poder local: uma perspectiva histórica*. Lisboa: Edição Cosmos, 1997. pp. 63-84.

⁹ PEIXOTO, António Maranhão *et alli* - *Memórias de São Bartolomeu do Mar. População, Organização Administrativa e Religiosa, Economia, Cultura e Ambiente*. São Bartolomeu do Mar: Centro Social da Juventude de Mar, 2010. p. 99.

pescado¹⁰ ou a areia de marne pela Câmara Municipal de Esposende¹¹.

No âmbito da realização da nossa dissertação de mestrado deparámo-nos com um conjunto de documentação que poderá ser consultado no Arquivo Histórico Municipal de Esposende denominado de *Real d'areia de Fão*¹², até então nunca objeto de análise histórica, e que pode ser considerado, na linguagem atual, um imposto ambiental.

Nas linhas que se seguem propomo-nos contribuir com alguns dados sobre como é que o poder local, nomeadamente as Câmaras Municipais de Esposende e Barcelos, foi capaz de lidar com um problema ambiental - o assoreamento da foz do rio Cávado e os movimentos dunares na costa destes concelhos - que colocaram em causa a sobrevivência de parte de sua população, os habitantes da freguesia de Fão. Assim indagaremos, através da análise, cruzada e complementar, da coleta do real de areia de Fão e das atas da Câmara Municipal de Esposende (uma vez que as de Barcelos são omissas nesse assunto: as preocupações e a proximidade geográfica são distintas), como é que esse poder local, através da gestão dos fundos desse imposto agiu, imediatamente, ao assoreamento do rio e à acumulação de areia na freguesia, e que planos traçou para a resolução e prevenção desses fenómenos. Também procuraremos verificar qual o grau de participação da população local e dos vizinhos do Cávado nas intervenções que foram feitas no seu território (somente como indivíduos tributados ou agentes na defesa e ordenamento do seu território) e quais os conflitos com o poder local que poderão ter ocorrido. Por fim, analisar-se-á se, efetivamente, a resposta dada pelo poder local foi suficiente para solucionar o assoreamento e a frequente acumulação de areia no espaço central de Fão.

A documentação deste imposto encontra-se disponível no Arquivo Histórico Municipal de Barcelos e surge denominado como *imposto para o despejamento das areias do lugar de Fão*. O livro abrange o período de 1826 até 1832 (a provisão de concessão do imposto, os autos de arrematação do imposto de 1827 a 1832, um relatório de vistoria de obras de 1829 e as transações financeiras de receita e despesa dessa cronologia)¹³. Com a mudança de concelho, em 1836, o real de areia de Fão passou a ser administrado pela Câmara Municipal de Esposende, daí que a documentação esteja arquivada no Arquivo Histórico desta instituição. A caixa de documentação, não tratada arquivisticamente, contém recibos de pagamento, livros de receita e despesa anuais de 1852 a 1859 e de 1862 a 1869, despesas com jornaleiro,

¹⁰ AMORIM, Inês - "A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal - entre a Ilustração e o Liberalismo". in SILVA, Francisco Ribeiro *et alli* (dir.) - *Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras, 2004. pp. 153-164.

¹¹ LOPES, Ana Isabel Alves - "*Governar a natureza*": o assoreamento da foz do rio Cávado em Fão - causas, impactos e respostas sociais (1750-1870). Porto: Faculdade de Letras, 2019. Dissertação de Mestrado.

¹² LOPES, Ana Isabel Alves - "*Governar a natureza* ...

¹³ Barcelos, Arquivo Histórico Municipal de Barcelos [doravante designado por AHMB], *Imposto para o despejo das areias do lugar de Fão*.

em 1853, e um auto de vistoria de 1837.

Uma vez que se considerou que havia ainda muita informação em falta, foram consultados os livros de atas camarárias de 1836 a 1870, que continham autos de arrematação do imposto, das cercas e das sebes, de plantação ou venda de pinheiros e de obras públicas, autos de vistoria e conflitos entre a Câmara e os funcionários que administravam o imposto ou entre estes e os habitantes de Fão¹⁴.

Durante a pesquisa arquivística, verificou-se uma grande ausência de dados entre 1832 e 1850, na documentação consultada. Entre esse período existe pouca informação quanto ao que se passava relativamente ao real de areia. Sabe-se que foram promulgadas posturas sobre as areias e sobre o pinhal, em 1839¹⁵, e que, em 1841, houve grandes desentendimentos entre a administração camarária e um grupo de indivíduos de Fão¹⁶.

A freguesia de Fão situa-se na margem sul da foz do rio Cávado, no concelho de Esposende, distrito de Braga (**Fig. 1**). Desde a Idade Média até às reformas concelhias de 1836, Fão pertenceu ao concelho de Barcelos. Constituíam-se para o concelho com mais freguesias do país, como um dos pontos de acesso ao mar e um dos dois pontos de acesso a um porto, a par da freguesia de Darque, situado na foz do rio Lima, mas o único por onde era abastecido o centro do concelho. Fão detinha almotaçaria própria e, segundo Viriato Capela, esta era uma estratégia para elevar este local a concelho; porém a contiguidade ao concelho de Esposende não permitiu que este território se autonomizasse administrativamente¹⁷. Posteriormente a 1836, Fão foi integrado no concelho de Esposende.

¹⁴ Esposende, Arquivo Histórico Municipal de Esposende [doravante designado por AHME], *Atas de vereação*, Livros 22 a 29.

¹⁵ NEIVA, Manuel Albino Penteadó - *Esposende: Páginas de Memórias*. Esposende: [Edição de Autor], 1991. pp. 116-117.

¹⁶ AHME, *Real d'areia de Fão*, Documentos só relativamente ao real de areia, doc. nº 94, fls. 1-2.

¹⁷ CAPELA, José Viriato - *Entre-Douro-e-Minho 1750-1830: finanças, administração e bloqueamentos estruturais no Portugal moderno*. Braga: [edição de autor], 1987. Tese de Doutoramento. Volume II, pp. 15-16; CAPELA, José Viriato - *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*. Braga: Universidade do Minho, 1995. pp. 165-166.

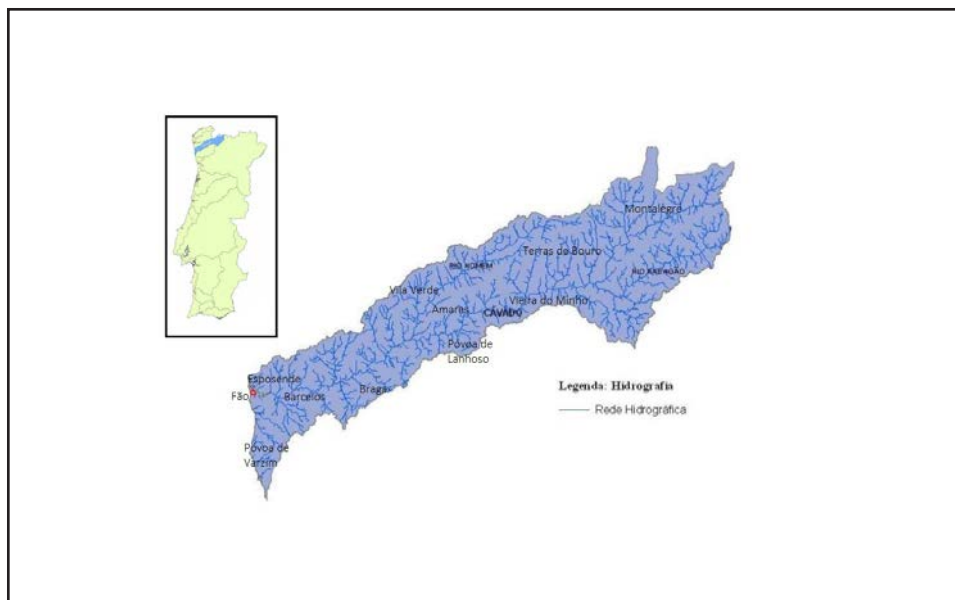


Fig. 1 -Bacia hidrográfica do rio Cávado

Fonte: BAPTISTA, Susana (coord.) — Plano de Melhoria do Estado de Conservação dos Peixes Migradores e dos seus habitats no sector terminal do rio Cávado. Lisboa: AgriPro/EDP, 2008. pp. 5 e 9 (Adaptado)

Fão era um ponto fulcral do comércio do Baixo Minho e até mesmo da região de Trás-os-Montes (**Fig. 1**), nomeadamente Montalegre e Chaves¹⁸. Era a partir de Fão que chegava o sal que vinha de Setúbal e Aveiro e que seguia para Barcelos, Braga, Guimarães e para lá do Marão, até Montalegre e Chaves, ou que era reexportado para a Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Caminha ou Galiza ou cal, louça da Figueira, capachos, vassouras, cortiça e bóias vindas do Algarve. E era a partir deste porto que saía a louça do Prado e a olaria de Barcelos, produtos agrícolas, como o milho, centeio e feijão, madeiras e elevadas quantidades de tabuado de pinho, barrotes e arcos de pipas¹⁹. Concomitantemente, constituía-se como um estaleiro naval que produzia para vários centros portuários do país²⁰.

Desde os finais da Idade Média que Fão tendeu a ser *invadido pelas areias*, como o demonstram as escavações arqueológicas levadas a cabo por Eugénia da

¹⁸ CAPELA, José Viriato - “Esposende nos fins do Antigo Regime. Horizontes marítimos, bloqueamentos terrestres e concorrência regional”. *Cadernos do Noroeste* 4 (1991), p. 117.

¹⁹ CAPELA, José Viriato - “Esposende nos fins do Antigo Regime...p. 121.

²⁰ FELGUEIRAS, José Eduardo de Sousa - *Sete séculos no mar (XIV a XX)*. Esposende: Centro Marítimo de Esposende, 2010. Vol. I.

Cunha e por Carlos Brochado de Almeida, no cemitério das Barreiras²¹. Este tipo de fenómenos verificou-se também em outras freguesias mais a norte, que, inclusive, desapareceram na sua sequência (S. João de Ester e parte da freguesia de Santa Maria das Areias)²². Esta *invasão* teria sido, igualmente, responsável pela incapacidade da produção salineira, que desde os tempos romanos Fão tivera²³.

A partir do século XVI, com a afirmação e autonomização de Esposende, situada na margem norte da foz do Cávado, enquanto freguesia e, a partir de 1572, como concelho, Fão perdeu preponderância e o Cávado entrou em decadência. Nas fontes posteriores ao século XVII, as descrições do rio Cávado invocam o seu assoreamento e que, em tempos passados, era possível navegar até Braga e este era o fator principal para o declínio económico da região²⁴.

O assoreamento, frequente nos deltas e nas lagunas, consiste na acumulação de aluviões no fundo dos vales ou nas desembocaduras dos cursos fluviais, diminuindo a sua profundidade²⁵. O assoreamento pode estar relacionado com diversas causas, sejam elas naturais, sejam de origem antrópica. No que concerne ao Cávado, o aumento da atividade eólica transportou areia do mar para o interior da localidade, provocando a contínua acumulação em torno e na igreja paroquial e no estuário²⁶; as sucessivas cheias depositaram grandes quantidades de aluviões nas margens do rio²⁷; os constantes períodos de seca, com a diminuição do caudal do rio, não permitiram o transporte das areias e outros entulhos para o alto mar levando a que, por exemplo, não fosse possível pescar porque as embarcações não conseguiam flutuar²⁸. Este aumento dos ventos e a irregularidade climática, marcada por grandes níveis de pluviosidade ou pela ausência dela, podem estar relacionados com o período climático denominado de Pequena Idade do Gelo. Por sua vez, o abate da cobertura vegetal tornou a região mais propícia ao assoreamento. Por um lado, o

²¹ CUNHA, Eugénia, *et alii* - "Paleodemografia da população medieval de Fão. Resultados preliminares". *Boletim Cultural de Esposende* 17 (1990-92), pp. 127-136.

²² GRANJA, Helena - "Reconstituição paleoambiental da zona costeira, a norte da laguna de Aveiro, desde a Idade Média até à Actualidade". in *O Litoral em Perspectiva Histórica (séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, 2002. pp. 97-99.

²³ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *A exploração do sal na costa portuguesa a norte do rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média. Actas do I Seminário Internacional sobre o sal português*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005. pp. 165-166.

²⁴ VILAS-BOAS, Custódio José Gomes - *Geografia e economia da Província do Minho*. Ed. António Cruz. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970. p. 92-97; ARGOTE, J. Contador de - *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Silva, 1732-1734. Livro III. Cap. VII, pp. 865-872; FONSECA, João Nepomuceno Pereira da - *Memória sobre o adiantamento da agricultura e comércio, especialmente da Província do Minho*. Ed. José Viriato Capela. *Barcelos Revista*. Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, 1995. p. 22; Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, *Reino*, caixa 347, pasta 21.

²⁵ MOREIRA, Maria Eugénia S. de Albergaria - "Assoreamento". in *Glossário de termos usados em Geomorfologia Litoral*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1984.

²⁶ VILAS-BOAS, Custódio José Gomes - *Geografia e economia da Província do Minho*...p. 92.

²⁷ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 25, fls. 78v-79; Livro 28, fl. 55.

²⁸ ARGOTE, J. Contador de - *Memórias para a História Eclesiástica*...Livro III. Cap. VII, p. 867.

abate de pinheiros, para usos domésticos e comerciais, levou a que a Fão não ficasse resguardada das areias que o vento trazia²⁹. Por outro lado, a desflorestação, ao longo do rio, levou a que a terra estivesse mais vulnerável à erosão e fosse transportada até à foz³⁰. Para além do Homem, o gado era outro responsável pela destruição da cobertura vegetal. O gado bovino e caprino, que andava à solta sem guardador, comia não só as culturas agrícolas, como os arbustos, ervas, juncais e árvores que defendiam a freguesia das areias e sustentava a terra das margens do rio³¹. Os arroteamentos na lagoa de Rio Tinto (freguesia situada na margem do Cávado a 7 km de Fão), e de terras das margens, a secagem de pequenos cursos de água, que desaguavam no rio, ou a utilização de açudes, azenhas e pesqueiras levou ao seu estreitamento do leito, o que, diminuiu a velocidade do caudal do rio. Tornou-se, assim, mais difícil o transporte das areias e aluviões depositadas até ao mar³².

Este problema que afetava todo o país, foi um dos temas de eleição dos académicos do século XVIII. A partir de meados do século, crê-se que a grande solução para o assoreamento dos rios passa pelo seu encanamento. Nesta mesma época são encanados os rios Douro, Vouga, Mondego, Tejo, entre outros rios do país³³ e da Europa³⁴. O mesmo é pensado para o Cávado. Desde o início da governação pombalina, a necessidade de melhor a navegabilidade dos rios era uma reivindicação constante, mas com exceção do rio Douro (devido, essencialmente, ao comércio vitivinícola) não obteve grandes atenções por parte do poder central. Os responsáveis políticos mais esclarecidos pugnavam pela melhoria das comunicações fluviais, facilitando o escoamento da produção interna, abastecendo melhor e a mais baixo custo os grandes centros consumidores e combatendo o défice e a importação, promovendo-se a produção nacional. Para os portos a norte do Douro, um território fortemente acidentado, de passagens e circulações transversais muito difíceis e com caminhos terrestres em muito mau estado e com custos de utilização muito elevados, a circulação fluvial revelava-se a mais rápida e barata. Às secções fluviais e baixas dos rios confluíam os caminhos de circulação e produtos do Minho, Lima e Cávado e que dinamizavam os portos de Caminha, Viana, Esposende e Vila do Conde. No caso de Esposende e do Cávado, a sua influência estendia-se a Braga, Amares, Guimarães Trás-os-Montes³⁵ (**Fig. 1**).

²⁹ VILAS-BOAS, Custódio José Gomes - *Geografia e economia da Província do Minho...*p. 93.

³⁰ AHMB, *Atas de Vereação*, Livro 30, fl. 9v.

³¹ VILAS-BOAS, Custódio José Gomes - *Geografia e economia da Província do Minho...*p. 93.

³² FONSECA, João Nepomuceno Pereira da - *Memória sobre o adiantamento da agricultura...*p. 22.

³³ MARTINS, Carlos Henrique de Moura Rodrigues - *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica - o Porto do Douro e a Cidade do Porto*. Coimbra: Universidade, 2014. Tese de Doutoramento.

³⁴ CIRIACONO, Salvatore (ed.) - *Eau et développement dans l'Europe moderne*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2004.

³⁵ CAPELA, José Viriato - "Esposende nos fins do Antigo Regime..."p. 117

Em 1774, José Champalimaud de Nussane, sargento-mor de Valença e Diretor de Obras Públicas da Cidade do Porto, deslocou-se até Esposende para iniciar um estudo para um projeto de encanamento³⁶. Todavia, o projeto de encanamento que é cumprido só se realiza em 1795, tendo como diretor e engenheiro Custódio José Gomes de Vilas-Boas³⁷. Mas, em 1809, com o assassinato do engenheiro, na sequência da segunda invasão francesa, aliado ao descontentamento já muito enraizado na população, a obra foi suspensa³⁸. Porém, a suspensão foi levantada e as obras mantiveram-se, pelo menos, até ao final do primeiro quartel de oitocentos³⁹. Sucederam-se, ainda, vários estudos e tentativas de encanamento em 1839, 1849-50, 1857, 1867, 1880, 1888 e por fim, em 1921. Porém, o curso de água em questão nunca foi encanado⁴⁰.

Paralelamente a este tipo de soluções de maior envergadura, em que o Estado central e os engenheiros de renome atuaram, assistiu-se a outro tipo de soluções e estratégias tomadas pelas municipalidades e pelas comunidades e, cuja relevância não é de desprezar. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, foram várias as iniciativas privadas e públicas que visaram a proteção dos areais e a florestação com o objetivo de fixação das barras dos rios⁴¹. No caso do Cávado, na sua foz, procederam-se a trabalhos de limpeza das areias e aluviões, à reconstrução dos edifícios e vias de circulação mais destruídos pelos inertes, à colocação de cercas e à plantação de pinheiros e estorno que evitassem a deposição de areias e fixassem as dunas, financiados pela coleta do real de areia.

1. O imposto e a sua cobrança

Concedido a 23 de outubro de 1826, pela regente do Reino, Isabel Maria, o real de areia, solicitado pelos fangueiros, tinha como objetivo o “despejo das areias”⁴² e o reparo da “igreja, as Cazas e os Campos da freguezia da total ruína”, das “areias impelidas pelo vento”. O imposto de um real recaía sobre cada quartilho de vinho vendido a retalho e sobre cada arrátel de carne fresca de vaca, vitela e porco que se

³⁶ Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino [doravante designado por AHU], CU Reino, Cx. 347, pasta 21.

³⁷ AMÂNDIO, José Bernardino - *O engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas e os portos de mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805*. Viana do Castelo: Amigos do Mar, 1994.

³⁸ MARTINS, Carlos Henrique de Moura Rodrigues - *O Programa de Obras Públicas...* Vol. II, p. 291.

³⁹ NEIVA, Manuel Albino Penteado - “O porto fluvial de Esposende: subsídios para a sua história no séc. XIX”. *Boletim Cultural de Esposende* 5 (1984), p. 5.

⁴⁰ AMÂNDIO, José Bernardino - *O engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas...*

⁴¹ AMORIM, Inês - “Homens da Terra ou Homens do Mar - um percurso historiográfico” in NUNES, Francisco Oneto (coord.) - *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora, 2008. p. 37.

⁴² AHMB, *Imposto para o despejo...*, fls. 2v-3.

consumisse na freguesia⁴³. E, apesar da provisão ter sido concedida apenas por 8 anos⁴⁴, o imposto foi coletado durante 43, até 18 de dezembro de 1869, por suspensão do Governo Civil de Braga⁴⁵.

Em 1841, um grupo de indivíduos de Fão pediu a redução do imposto para metade, uma vez que a igreja já se encontrava desentulhada de areias, os “seus campos descobertos”, as “suas Cazas em grande parte libres das inundações das Areias” e dever-se-ia continuar a plantação de “hum grande Pinhal”⁴⁶. Contudo, só a 14 de maio de 1853, é que o tributo foi reduzido para metade: meio real sobre cada 0,535 litros de vinho (1 quartilho da medida antiga), verde e maduro, que se vendesse a retalho ou a grosso, quer “em vendas publicas como em cazas particulares”, ou em cada 0,459 kg de carne (antigo arrátel) fresca ou salgada, de vaca, vitela, carneiro ou porco⁴⁷ e “o producto do dito meio real (...) exclusivamente applicado aos reparos das ditas areas”⁴⁸.

Este imposto parece já ter alguns antecedentes. Nos séculos anteriores, existiram também algumas derramas com vista à reconstrução da igreja paroquial ou a construção de sebes para defesa das areias. A 10 de novembro de 1587, Filipe I concedeu, por um período de 10 anos, um imposto para obras na igreja paroquial⁴⁹. No mesmo dia e mês de 1634, Filipe III, igualmente, promulgou a “imposição de que na dita petição fazem menção para as obras da igreja no dito lugar”, por um período de 10 anos, de dois ceitis por quartilho de vinho que se vendesse nas tabernas e, novamente, em 1639, um imposto para “a fabrica da igreja matriz e reparo das areas que cresciam de maneira que entupiam se se lhe não acudissem”. Em 1662, Afonso VI, em resposta a uma petição dos fangueiros, deferiu novamente esse imposto de dois ceitis para “se acudir às obras do rego e reparo da igreja”, durante cinco anos⁵⁰. Por volta de meados do século XVIII, os fangueiros prestaram-se ao pagamento de um real sobre cada quartilho de vinho (até arrecadarem 4000 cruzados) para a construção de sebes e estacadas, ao longo do rio e da orla marítima, para evitar o avanço das areias sobre a freguesia⁵¹.

Desconhecem-se situações idênticas de cobrança de imposto com o mesmo objetivo. Ao invés disso, em 1852, a freguesia vizinha, Apúlia, solicitou a cobrança

⁴³ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 22, fls. 15-15v.

⁴⁴ AHME, *Real d'areia de Fão*, Documentos..., doc. n.º 339, fl. 1.

⁴⁵ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 29, fls. 157 e 167.

⁴⁶ AHME *Atas de Vereação*, Livro 22, fls. 26v-27.

⁴⁷ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 28, fl. 40.

⁴⁸ AHME *Atas de Vereação*, Livro 24, fl. 55.

⁴⁹ NEIVA, Manuel Albino Penteado - “A igreja matriz de Fão. Alguns documentos régios 1587, 1639 e 1662”. *O Novo Fangueiro* (10 de janeiro de 1996), pp. 1 e 3.

⁵⁰ AMÂNDIO, Bernardino - “Esposende e o seu concelho na História e na Geografia.” *Mínia IV* (1996), pp. 137-138.

⁵¹ AHU, *Reino*, cx. 347, pasta 21, fls. 3-4.

deste imposto com o mesmo objetivo, mas cujo requerimento foi indeferido pelo Governo Civil de Braga⁵².

Quanto à administração do imposto, entre 1826 e 1833, a Câmara Municipal de Barcelos teve de prestar contas sobre a cobrança do imposto e sobre o adiantamento das obras ao Desembargo do Paço⁵³, sendo o órgão municipal informado pelo administrador das areias e pelo tesoureiro das areias que se encontravam em Fão. Com a extinção do Desembargo do Paço, as suas competências foram transferidas para o Governo Civil de Braga (**Esquema 1**). O administrador das areias era o intermediário direto entre os funcionários locais (o tesoureiro das areias, o fiscal das areias e o olheiro das areias) e as Câmaras Municipais de Barcelos, entre 1826 e 1836, e de Esposende, a partir de 1836. Este cargo foi extinto em 1852, na sequência de conflitos entre a Câmara Municipal de Esposende e José Joaquim Cardoso que ocupava o cargo e os funcionários locais passaram a responder diretamente ao município⁵⁴. Ao tesoureiro das areias, função *pro bono*, cabia receber o valor das arrematações e pagar aos fornecedores de material e trabalhadores (jornaleiros ou administrativos) e registar todas essas transações. Ao fiscal das areias competia fiscalizar as obras públicas que se executavam (**Esquema 1**). Com funções homólogas, existia também a figura do inspetor das areias, porém só se registou uma única referência a este respeito⁵⁵. No que concerne às obras públicas, existia na Câmara Municipal de Esposende um vereador, José Pereira de Santo Amaro, responsável pelas “obras que se fizeram d’alem do rio e no real d’arêa de Fam”⁵⁶. Ao olheiro competia contratar jornaleiros e negociar com os fornecedores o material necessário para a construção de estruturas de defesa, recebendo por isso um ordenado de 7200 réis. Por vezes, eram necessários dois, como se verificou em fevereiro de 1852, com Lourenço Fernandes Rites e Manuel José Cardoso Júnior⁵⁷ (**Esquema 1**). Os indivíduos para estes cargos eram nomeados pela Câmara Municipal, decidindo a mesma também a sua demissão quando havia indícios de falta de zelo⁵⁸. Outras vezes, eram os próprios funcionários que se demitiam por a sua atividade laboral não ser compatível com as funções que desempenhavam⁵⁹.

Simultaneamente, a Junta de Paróquia teve um papel fulcral na comunicação e decisão das ordens e requerimentos provenientes da Câmara Municipal de

⁵² AHME, *Atas de Vereação*, Livro 24, fl. 50.

⁵³ AHMB, *Imposto para o despejo...*, fl. 3v.

⁵⁴ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 23, fls. 170v-171.

⁵⁵ AHME, *Real d’areia de Fão*; AHMB, *Imposto para o despejo...*, fl. 9v.

⁵⁶ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 28, fl. 80v.

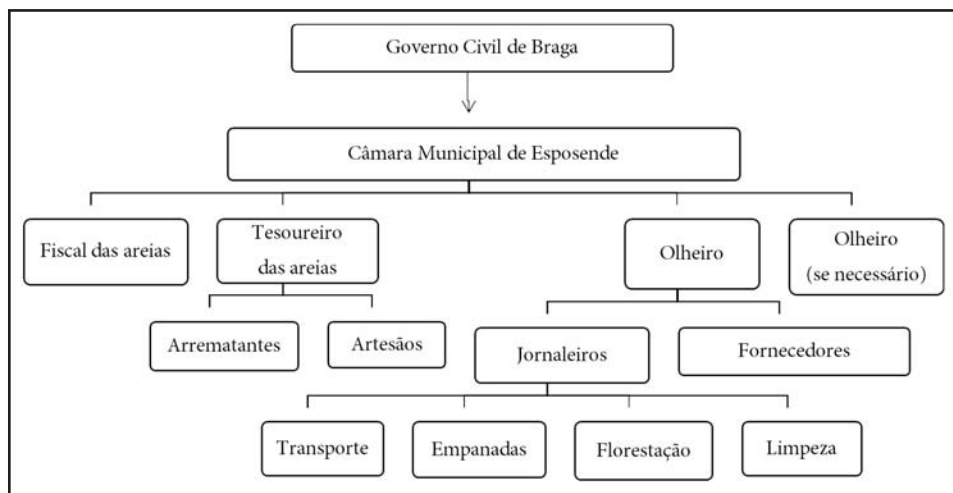
⁵⁷ AHME *Atas de vereação*, Livro 23, fl. 169v.

⁵⁸ AHME Esposende, *Atas de Vereação*, Livro 23, fls. 169v e 193.

⁵⁹ AHME *Atas de Vereação*, Livro 22, fl. 17.

Esposende⁶⁰, nomeadamente no que dizia respeito ao abate e respetiva indemnização de pinheiros que detinha nos baldios da freguesia (junto ao rio⁶¹ e em Ofir⁶²), que eram semeados com os fundos do imposto.

Para a execução de tarefas de transporte de material, colocação de empanadas, reparação de sebes, plantação de pinhão e limpeza de areias, eram contratados jornaleiros (**Esquema 1**).



Esquema 1 - Administração do real de areia (1852-1870)

A receita do real de areia provinha, essencialmente, da arrematação do imposto feito em praça pública, maioritariamente, por indivíduos de Fão. Segundo a provisão de 1826, deveria rondar os trezentos mil reis, porém foram poucos os anos em que estes valores se registaram, tendo sido sempre inferiores⁶³. Anómala a este valor, a primeira arrematação rondou os 6 contos e 48 000 réis, transparecendo um *voto de confiança*. Para além das arrematações, o real de areia era financiado pela venda dos produtos que ele próprio produzia, através do pinhal (pinheiros, faúlha e lenha) e de outros valores cuja proveniência não é referida. Por exemplo, a 12 de setembro de 1868, foram derrubados os pinheiros dos terrenos da Casa de Bragança e o seu produto foi aplicado ao cofre do real de areia⁶⁴.

⁶⁰ Estas sessões decorriam nas casas do Cabido da igreja da Sr.^a da Lapa. “Sanchos e Quixotes da nossa praça. Nótulas para a história de Fão”. *O Novo Fangueiro* (10 de fevereiro de 1988), p. 9; AHME *Atas de Vereação*, Livro 23, fls. 36v-37.

⁶¹ AHME *Atas de Vereação*, Livro 26, fl. 38.

⁶² AHME, *Atas de Vereação*, Livro 28, fl. 50.

⁶³ AHME, *Imposto para o despejo...*, fl. 3.

⁶⁴ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 29, fl. 96v.

2. Remoção das areias

Como referido, o primeiro objetivo do imposto era a limpeza das areias, depositadas nas margens do Cávado e junto à praia, para que o vento não as arrastasse para o centro da freguesia. A areia acumulou-se a sul e era despejada a norte⁶⁵. As areias tinham sido responsáveis pela constante destruição da igreja paroquial e pela esterilidade dos campos de cultivo. Por essa razão, a remoção dos inertes efetuou-se em torno da igreja matriz. Na freguesia vizinha da Apúlia, também no século XIX, a confraria do subsino era responsável por convocar os fregueses para que, com carros e bois, conduzissem madeira e rama verde de pinheiro e para que se retirasse a areia amontoada, sendo estes multados por falta de comparência⁶⁶. Em meados do século XVIII, em Paramos e Esmoriz, a população reunia-se num dia acordado para limparem a Barrinha, para evitar que esta se assoreasse⁶⁷.

A documentação analisada não contém muitas referências a esta tarefa. As poucas informações que existem prendem-se com a contratação, a 2 de fevereiro de 1853, de duas jornaleiras para “atirar areias” e transportarem forro, estacas e casqueiras para evitar o seu avanço⁶⁸.

Esta tarefa cumpriu o seu objetivo, mencionando-se logo nos primeiros anos da aplicação do imposto, a 13 de outubro de 1829, que a igreja matriz e alguns edifícios junto desta que, anteriormente, estavam cobertos de areia até ao telhado, naquele momento, a igreja já estava “de todo desareada” e parte dos edifícios também e já se tinham produzido hortaliças e outros frutos. Contudo era necessário que os trabalhos se prolongassem “para despejar as areas amontoadas”⁶⁹.

3. Reabilitação dos espaços públicos

Depois de se efetuar a limpeza das areias, procurou-se o reparo das vias públicas e dos edifícios religiosos. As obras iam a leilão, sendo arrematadas pelo menor preço que tivessem em praça⁷⁰.

Os edifícios religiosos que foram intervencionados foram a igreja paroquial e a igreja da Sr.^a da Lapa (atual igreja de N. Sr.^a de Fátima), situadas no centro da

⁶⁵ AHMB, *Imposto para o despejo...*, fl. 6v.

⁶⁶ SOARES, Franquelim Neiva - “Costumes e actividades das populações marítimas do concelho de Esposende”. *Actas do colóquio «Santos Graça» de etnografia marítima*. Póvoa do Varzim, 1984-86. Vol. III, p. 276.

⁶⁷ ESMORIZ, *Nossa Senhora da Assunção* e PARAMOS, *Santo Tirso*. Ed. José Viriato Capela e Henrique Matos. As freguesias do distrito de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património. Braga: [s.n.], 2011. pp. 258-259 e 350.

⁶⁸ AHME *Real d'areia de Fão*, Recibo nº2 (1853), fl. 2v.

⁶⁹ AHMB, *Imposto para o despejo...*, fl. 6-6v.

⁷⁰ AHMB *Imposto para o despejo...*, fl. 3v.

freguesia. Esta, durante muitos anos, serviu de igreja matriz por a primeira estar degradada⁷¹.

A igreja de São Paio, segundo o pároco Jerónimo Chaves, teria sido de tal forma submersa pelas areias, que as cabras andariam por cima do telhado⁷². A igreja paroquial foi sucessivamente reconstruída ou reparada em 1838⁷³, 1839⁷⁴, 1843⁷⁵, em 1853⁷⁶ e 1869⁷⁷. O telhado foi a fração mais intervencionada⁷⁸. Para a defesa do edifício foram construídos muros, em torno da igreja, sendo um segundo com altura de 15 palmos, dos lados poente, norte e sul, em 1839⁷⁹.

Relativamente à igreja da Sr.^a da Lapa, verificaram-se obras, em 1864. À semelhança da igreja paroquial, a estrutura mais intervencionada foi o telhado, que foi reparado por Manuel José Barbosa Novo, que apertou vinte caibros, e caído por Manuel Lopes Gaio⁸⁰. O facto de o telhado ser aquilo que é mais sujeito a obras prende-se com o facto de ser este elemento construtivo que está mais em contacto com o vento e com as areias e de estas se acumularem aí e, por outro lado, a cobertura defender a restante estrutura do edifício.

Também as vias de circulação da freguesia foram sujeitas a obras. Os arruamentos calcetados e reparados situavam-se no centro da freguesia ou no espaço junto ao rio. As vias de comunicação, em 1864, depois de limpas, foram reparadas e foram colocados passeios pelos pedreiros de Fão (Vicente Moimenta, Manuel da Cunha, Manuel Francisco Ramos e António Francisco). Foram reparados e pavimentados o Largo da Lapa, o Largo de São Domingos e a Rua Direita que ligava a Lapa ao Bom Jesus, no centro da povoação⁸¹ e a calçada do Rego da Cruz, no lugar das Pedreiras, junto ao rio⁸². Durante a década de 1840, foi, ainda, aberta uma nova rua, a Rua do Miradouro, que foi alargada, em 1851⁸³. O cais foi igualmente

⁷¹ Em 1860, o padre Gonçalo Cardoso Viana ordenou o encerramento da matriz e a transferência do culto para a Sr.^a da Lapa, face à degradação do edifício, que se encontrava prestes a desmoronar. “Sanchos e Quixotes” ...p. 6.

⁷² CHAVES, P.^e Jerónimo Gonçalves - *Elementos para a Historia de Fam.* Famalicão: Minerva, 1924, p. 9

⁷³ AHME, *Real d'areia de Fão*, Documentos só relativamente ao real de arêa, doc. n.º 52, fl. 2v.

⁷⁴ AHME, *Real d'areia de Fão*, Livro 22, fls. 15-15v.

⁷⁵ MARIZ, Carlos - “O Bom Jesus de Fão. Outros bens de raiz.” *O Novo Fangeiro* (10 de março de 1998), p. 12.

⁷⁶ AHME, *Real d'areia de Fão*, Documentos só relativamente ao real de arêa, doc. n.º 52, fl. 2.

⁷⁷ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 29, fl. 153.

⁷⁸ MARIZ, Carlos - “O Bom Jesus de Fão. A invasão das areias, a igreja matriz e o Bom Jesus”. *O Novo Fangeiro* (10 de março de 1999), p. 3.

⁷⁹ AHME, *Real d'areia de Fão*, Livro 22, fls. 15-15v.

⁸⁰ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 28, fls. 83-84v.

⁸¹ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 23, fls. 182-182v; Livro 28, fls. 84v-85 e 95v.

⁸² AHME, *Atas de Vereação*, Livro 28, fls. 87-87v.

⁸³ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 23, fl. 152.

intervencionado, ao longo da década de 1860, tendo sido as escadas levantadas e colocadas umas novas e assentado um novo lajeado no cais⁸⁴.

O material para estas obras era fornecido pelos arrematantes das obras, que já incluíam o custo da matéria prima nos autos de arrematação. Todavia, algumas vezes, os fundos do real de areia davam a pedra para determinadas obras e a cal era proveniente dos fornos do sítio do Caldeirão⁸⁵, lugar no extremo de Fão, na margem do Cávado, e que era transportado em barcos por mulheres.

4. Prevenção: empanadas, sebes e pinhal

Por fim, para além da limpeza e do ordenamento, o propósito do imposto passava pela prevenção da acumulação dos inertes. Foi, de facto, na prevenção em que se investiram uma grande soma dos fundos do real de areia e foram seguidas as indicações de plantio nos areais do manual de José Bonifácio de Andrada e Silva⁸⁶.

Desde o início da aplicação dos dinheiros do tributo, que os administradores perceberam a necessidade de estes serem aplicados à defesa e prevenção de situações idênticas àquelas que se viveram até então. Em 1829, num relatório de vistoria, refere-se que a igreja matriz se achava desareada, graças às empanadas e sebes e à plantação de pinheiros na tomadia da Igreja⁸⁷. Em 1853, refere-se que se não existisse uma barreira (uma estacada e “sementeira do pinheiro”) que impedisse as areias de avançarem pela freguesia ocorreria a destruição da freguesia⁸⁸.

Anteriormente ao período de aplicação do real de areia, já se tinham verificado esforços na defesa contra as areias. Nos séculos XVI e XVII registaram-se nos capítulos de visita do couto da Apúlia a utilização de tapagens e do seu reparo para afastar as areias⁸⁹ e, em Ovar, colocaram-se estacadas e ramadas, ao longo de mais de duas léguas⁹⁰.

Em Fão, para a defesa das areias, foram utilizadas empanadas e sebes. As empanadas e as sebes eram colocadas em várias linhas paralelas, para que as areias fossem encontrando sucessivos obstáculos e não se propagassem pelo interior da freguesia⁹¹. As empanadas eram mais dispendiosas, como comprovam os 629 715

⁸⁴ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 28, fls 75 e 86v-87.

⁸⁵ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 25, fl. 36v.

⁸⁶ SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos areais de beira-mar seu método de sementeira, custeamento e administração*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1815.

⁸⁷ AHMB, *Imposto para o despejo...*, fl. 8v.

⁸⁸ AHME, *Real d'areia de Fão*, Documentos só relativamente ao real de arêa, Doc. nº52, fl. 1v.

⁸⁹ SOARES, Franquelim Neiva - “Costumes e actividades das populações marítimas ...p. 276.

⁹⁰ SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...*p. 2.

⁹¹ SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...*p. 38.

réis despendidos face aos 235 120 réis gastos nas sebes⁹², por exigirem mais matéria prima (pregos, madeira, forro, casqueira)⁹³.

As empanadas, termo que a pesquisa bibliográfica parece indicar que só é aplicado em Fão⁹⁴, eram estruturas de tabuado pregado, que resguardavam as areias no sentido sul-norte⁹⁵ e eram colocadas junto ao rio e na tomadia da igreja⁹⁶. Tal como sugeria José Bonifácio, estas barreiras eram de pinho⁹⁷, sendo uma parte proveniente do pinhal plantado com os fundos do tributo⁹⁸ e uma outra dos fornecedores de Gemeses (Esposende) e Fornelos (Barcelos), que abasteciam regularmente os construtores navais⁹⁹. Para a sua elaboração, eram utilizados a casqueira e forro, unidos por pregos¹⁰⁰.

Quando se julgava necessário, requeria-se à Câmara, para se proceder a leilão, a encomenda de novas empanadas (cujo preço unitário variou entre 295 e 430 réis) ou o conserto de outras (o preço variou entre os 80 e os 125 réis)¹⁰¹, designadas de empanadas compostas, que foram arrematadas pelos carpinteiros locais, destacando-se a figura de Manuel José Barbosa Novo¹⁰². A cronologia de arrematação indica que estas eram elaboradas no início do inverno, para defesa das enchentes e aluviões depositadas pelo Cávado, e em meados da primavera, para defesa dos ventos norte mais frequentes no Verão.

Durante o período das enchentes e para a manutenção do objetivo destas estruturas de defesa, era necessário desobstruí-las. Em Fão, esta tarefa era designada por “dezatuir as empanadas”¹⁰³ e, em 1853, foi executada em fevereiro, abril (meses marcados por elevados valores de pluviosidade) e maio (preparação para os ventos norte de Verão). Esta tarefa era executada por jornaleiras, com uma remuneração de 140 réis por dia no mês de fevereiro (época da apanha da lampreia) ou por um grupo

⁹² AHME, *Real d'areia de Fão*; AHME, *Atas de Vereação*, Livros 23 e 28.

⁹³ AHME, *Real d'areia de Fão*, Recibos 2, 4, 11 e 17.

⁹⁴ Por vezes também surge o termo “renga”.

⁹⁵ AHMB, *Imposto para o despejo...*, fl. 6v.

⁹⁶ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 29, fl. 141.

⁹⁷ SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...*p. 38.

⁹⁸ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 26, fl. 38-38v.

⁹⁹ AHME, *Real d'areia de Fão*.

¹⁰⁰ AHME, *Real d'areia de Fão*, Recibos 2, 4, 11 e 17.

¹⁰¹ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 25-27.

¹⁰² AHME, *Atas de Vereação*, Livro 28, fl. 40.

¹⁰³ *Dezatuir*, sinónimo de *Desatoar* designa desobstruir. Este termo galego também poderá indicar que houve uma importação deste sistema de defesas da Galiza, nomeadamente da ria de Vigo, quer por via da imigração, quer pelos contactos frequentes e pelas deslocações dos mareantes fangueiros para norte. “Desatoar”. in *Diccionario de sinónimos da lingua galega*. Vigo: Galaxia/Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas do Ministerio da Cultura, 1997.

de jornaleiros organizados e liderados pelo olheiro Lourenço Fernandes Rites, no mês de abril, pagos a 160 réis¹⁰⁴.

Por outro lado, eram colocadas sebes de ramada enlaçada e estacas, junto ao rio e junto ao mar¹⁰⁵ ou na rua do Ramalhão¹⁰⁶. Em Fão, a ramada era proveniente de pinheiros¹⁰⁷, que facilmente se entrelaçava e poderia ser renovada com mais regularidade¹⁰⁸. A lenha e a rama eram também provenientes do pinhal do real de areia, do local apontado pelo fiscal das areias¹⁰⁹.

A sebe era igualmente elaborada ao longo da Primavera e do Verão para a defesa dos ventos norte e no outono e inverno para defesa das enchentes. Nestas estações, os trabalhos eram facilitados por a areia estar mais húmida e firme¹¹⁰. Para a sebe era aberto um pequeno rego com a enxada, como se verificou em 1853, quando três mulheres foram contratadas para “trabalhar com enxadas”¹¹¹.

Tal como as empanadas, as sebes eram também arrematadas pelo valor mais baixo, quer a sebe nova (variou entre os 25 e os 185 réis), quer a sebe consertada (entre 10 e 40 réis) e também aqui se destaca o carpinteiro Manuel José Barbosa Novo¹¹². O número de referências a sebes é superior ao de empanadas, por isso parece haver uma preferência da primeira estrutura face à segunda que poderá ser justificada pelo valor mais baixo da sebe. Por vezes era necessário compor o mato que também era utilizado nas sebes e para o qual eram contratados jornaleiros¹¹³.

Na documentação existe a referência a trabalhos no “meio da praia”¹¹⁴. Estes trabalhos poderão estar relacionados com a colocação ou reparos nas empanadas ou sebes. Considera-se que não se trata da plantação de estorno ou de pinheiros, uma vez que, nem os ventos nortes, nem a areia seca do estio de julho seriam favoráveis à arborização e facilmente os jornaleiros veriam os seus esforços baldados.

A matéria-prima para a elaboração das sebes e empanadas era proveniente dos arredores de Fão ou do termo de Esposende ou Barcelos: os livros para registo das transações de Esposende, os pregos de Barcelos ou fio para atar sebes ou o pinho

¹⁰⁴ O grupo de jornaleiros era composto pelo olheiro, a sua filha Rosária, Josefa de Almeida, Maria Gomes (viúva), José Martins do Monte, Ana Fernandes e João Pires Carneiro. AHME, *Real d'areia de Fão*, Recibos 4 e 11 (1853).

¹⁰⁵ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 23, fls. 188v-189.

¹⁰⁶ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 25, fl. 37v.

¹⁰⁷ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 24, fls. 37v-38.

¹⁰⁸ SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...*p. 38.

¹⁰⁹ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 25, fl. 95v.

¹¹⁰ SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...*pp. 39-40.

¹¹¹ AHME, *Real d'areia de Fão*, Recibo nº2 (1853), fl. 2v.

¹¹² AHME, *Real d'areia de Fão*; AHME, *Atas de Vereação*, Livros 23-26.

¹¹³ AHME, *Real d'areia de Fão*, Recibos 2, 4, 11 (1853).

¹¹⁴ AHME, *Real d'areia de Fão*, Recibo 17 (1853).

de Gemeses¹¹⁵. Por sua vez, para o transporte e armazenagem¹¹⁶ da matéria-prima foi necessário recorrer aos donos dos barcos para que a trouxessem de Fornelos ou de Perelhal (Barcelos). Em 1853, a maioria deste transporte foi feito por João Rites e o seu filho (filho e neto de Lourenço Fernandes Rites, o olheiro das areias, e irmão de Rosária Rites, jornaleira), mas o mais comum era recorrer a jornaleiras que transportavam e armazenavam a madeira¹¹⁷. O preço de transporte estava tabelado em 40 réis por ir a Esposende, 80 réis a Fornelos e 120 réis a Barcelos. Outras vezes eram os próprios fornecedores que descarregavam a matéria-prima em Fão, como aconteceu a 12 de fevereiro de 1853, em que Manuel José Alves, de Fornelos, recebeu 200 réis pelo serviço¹¹⁸.

Uma outra estratégia de prevenir e firmar o areal móvel foi através da sementeira de árvores ou de plantas arenosas. Em 1868, o engenheiro João Tomás da Costa que referia que as areias cobriam a capela de Nossa Senhora da Bonança¹¹⁹, mas desde o século XVI, que os apulienses já haviam solicitado ajuda régia para a plantação de um pinhal para que as areias não avançassem para as suas propriedades e todos os fogos eram obrigados pela confraria do subsino para que se colocassem carros de rama de pinheiro e feno-das-areias para a criação de uma espécie de muralha¹²⁰. Ao longo do século XVIII, a florestação foi uma constante no território em redor de Fão. Desde 1790, por iniciativa do monge beneditino Frei João Batista do Desterro, de Tibães, foi plantado um pinhal nas propriedades do mosteiro de São Romão de Neiva e, posteriormente, em 1799, na Apúlia e Estela. A florestação destes territórios tinha por objetivo defender as terras agricultadas das areias que o vento trazia e que provocava grandes prejuízos aos agricultores e por sua vez aos beneditinos de Neiva e Tibães que as tinham emprazadas¹²¹. Nos inícios do século

¹¹⁵ AHME, *Real d'areia de Fão*.

¹¹⁶ Deveriam existir armazéns alugados ou cedidos gratuitamente para se guardar material, porém não foi possível localizá-los, nem se registaram rendas pagas a algum indivíduo que os alugava. Existe apenas a referência de transportar a matéria prima para os armazéns. Também se poderá ponderar que os armazéns de apoio à construção naval, no Cortinhal, poderiam ser utilizados para esse efeito.

¹¹⁷ Em Fão e Esposende, era recorrente as mulheres auxiliarem no transporte de madeiras, transportando-os pelo rio em embarcações, para a construção naval e parece que se aplicou esse trabalho ao real de areia. Geralmente, as madeiras serradas vinham em grandes barcos de fundo chato puxados à vara por duas mulheres. FELGUEIRAS, José Eduardo de Sousa - *Sete séculos no mar (XIV a XX) ...Vol. I*, p. 141

¹¹⁸ AHME, *Real d'areia de Fão*, Recibos 2,4,11 e 17 (1853)

¹¹⁹ RIBEIRO, Carlos; DELGADO, Filipe Nery - *Relatório Acerca da Arborização Geral do Paiz apresentado a sua excellencia o Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria em resposta aos Quesitos do artigo 1º do Decreto de 21 de Setembro*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1868. p. 64.

¹²⁰ NEIVA, Manuel Albino Penteadó - *Apúlia na História e na Tradição*. Apúlia: ASCRA, 2000. p. 45-46.

¹²¹ RAMOS, Luís A. de Oliveira - "Fomento rural na Estela (Fins do século XVIII-Princípios do século XIX)". *Boletim cultural da Póvoa de Varzim XVI* (1977), p. 32; OLIVEIRA, Aurélio de - "Níveis de produção vinícola no Entre-Douro-e-Minho: 1629-1822". in *1ªs Jornadas de Estudos Norte de Portugal, Aquitânia, Mar, 1984*. Porto: Centro de Estudos Norte de Portugal, Aquitânia, 1986. pp. 329.

XIX, também se procedeu à florestação do litoral centro (Vieira de Leiria, Lavos, Ovar e Aveiro) para se evitar o avanço das areias para o interior¹²².

Em Fão, procurou-se firmar o areal com pinheiros, uma vez que esta era a árvore mais recomendada, por dela se poder aproveitar as folhas para estrume, a ramada para os fornos e para a cobertura dos areais e para as sebes e a casca para curtumes¹²³. Para além de proteger contra as areias, o pinhal poderia ainda fornecer matéria-prima para a construção naval, para além de já o ser para empanadas. Por exemplo, a 25 de outubro de 1863, Francisco dos Santos Borda, o maior impulsionador da construção naval de Fão, arrematou 13 pinheiros do real de areia, que se situavam num terreno seu, por 5200 réis¹²⁴.

A área abrangida pela plantação foi Ofir e o Ramalhão¹²⁵, a tomadia da igreja paroquial¹²⁶, a rua da Boa Vista até ao rio e daí até ao caminho para a Apúlia, na zona das Rodas ou do Priorado¹²⁷. Em 1839, as fontes indicavam que já tinha uma extensão considerável¹²⁸.

A sementeira podia ser feita com pinhas inteiras ou semente já limpa e separada¹²⁹, como se verificou. Incumbiam-se os jornaleiros de “semear o pinhão que se acha comprado (...) e doze carros de mato para cobrir o mesmo pinhão”¹³⁰. Entre 1852 e 1869, despendeu-se 187 338 réis na compra de pinhão, coberto por 245 200 réis de mato¹³¹. Por cima da sementeira, foram colocadas plantas arenosas, que permitia que a abrigasse “dos temporaes e calores” e que eram semeadas em simultâneo com o pinhão. Em Fão, o tipo de plantas arenosas semeadas era o fenodas-areias, que se apanhava com facilidade e pouca despesa¹³² e no qual se gastaram, entre 1852 e 1869, 284 767 réis.

Na administração do pinhal verificou-se um sentido da sua proteção e, como já referido, a dependência que a freguesia tinha dele para a sua sobrevivência¹³³. Porém, quando os interesses do real de areia chocavam com os do encanamento do Cávado, a opção de regularização do leito do rio foi preferida. A 6 de julho de 1867, para o prosseguimento do encanamento foi necessário o abate de 24 pinheiros do

¹²² SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...* pp. 1-2.; MELO, Cristina Joanaz de - *Arborizar contra as cheias, tempestades e marés (1834- 1886): políticas de águas e de florestas em Portugal*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea/ Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2017. p. 102.

¹²³ SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...*p. 61.

¹²⁴ AHME, *Real d'areia de Fão*.

¹²⁵ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 27, fl. 48v.

¹²⁶ AHMB, *Imposto para o despejo...*, fl. 8v.

¹²⁷ “Sanchos e Quixotes... p. 9.

¹²⁸ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 22, fls. 26v-27.

¹²⁹ SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...*p. 63.

¹³⁰ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 26, fl. 9.

¹³¹ AHME, *Real d'areia de Fão*; AHME, *Atas de Vereação*, Livro 28.

¹³² SILVA, José Bonifácio de Andrada e - *Sobre a necessidade e utilidade do plantio...*pp. 42, 66 e 75.

¹³³ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 23, fl. 37.

pinhal de Fão, ao que a Câmara deferiu imediatamente o requerimento, tendo já anteriormente aprovado o corte de outros pinheiros. Este abate visava a construção de um “pontilhão que se torna de summa necessidade para a observação das marés”¹³⁴.

Em suma, esta medida de desassoreamento parece ter tido resultados, não só comprovados pelo prolongamento por mais de 40 anos, mas também por diversas vezes se referir que a freguesia se achava *desareada*. Destas intervenções proporcionadas pelos fundos do real de areia de Fão existe, ainda atualmente, a faixa de pinhal de Ofir que percorre a orla marítima entre Fão e Apúlia. Por outro lado, os pequenos conflitos que se verificaram derivavam de quezílias entre funcionários e a administração do imposto e não provenientes de um descontentamento geral do povo fangeiro. Aliás, toda a comunidade fangeira e vizinhas foram mobilizadas para colaborarem na limpeza, restauro e plantação, com a sua mão-de-obra ou com os seus capitais. Simultaneamente, também as Câmaras Municipais de Barcelos ou de Esposende sempre se mantiveram de perto, vistoriando, constantemente, as obras e os seus delegados locais, o tesoureiro e os olheiros locais. No entanto, esta tentativa de reabilitação do rio teve um impacto mais local do que regional. A intervenção não parece ter surtido grandes efeitos numa área mais alargada nos aglomerados urbanos situados em torno do rio nem efeitos a nível do escoamento de produtos de abastecimento de e para Braga.

Porém, esta medida de limpeza das areias acumuladas na foz, de recuperação dos espaços públicos degradados e de adoção de estratégias de prevenção com a plantação de estorno, pinheiros e defesas (empanadas e sebes) não foi suficiente para acabar com o assoreamento na freguesia, ainda que a tenha minimizado. No final do século XIX e inícios do século XX, como narram os periódicos locais, as areias acumuladas na foz do rio não permitiram aos pescadores saírem nos seus barcos para o mar. Por outro lado, as Câmaras Municipais e o Estado, desde os meados do século XVIII, procuraram dar preferência ao encanamento do rio, investindo neles muitos mais recursos, que acabaram por não ter resultados práticos.

Breves conclusões

A documentação analisada corresponde apenas a uma parte daquela que se conhece existir. Certamente que as atas da Junta de Paróquia, onde se reuniam os administradores deste imposto local, que atualmente a Junta de Freguesia de Fão detém, ou a correspondência de e para o Governo Civil de Braga ou, anteriormente,

¹³⁴ AHME, *Atas de Vereação*, Livro 29, fls. 32v-33 e 38.

com o Desembargo do Paço, poderiam trazer à luz mais dados sobre a administração ou os momentos de maior necessidade da aplicação deste imposto fornecendo dados sobre o clima do noroeste português (uma vez que o pedido de coleta de imposto é sempre indicação de tempestades ou de forte atividade eólica que se manifesta num abrupto ou forte e contínuo abastecimento de sedimentos na freguesia). Estas novas fontes também poderão contribuir para se perceber qual o verdadeiro eco que este imposto teve a nível local e regional e, quiçá, nacional se, nos espaços vizinhos ou na costa centro portuguesa também afetados por fenómenos análogos, serviu de modelo e de que forma foi implementado.

Como se referiu anteriormente, os estudos sobre intervenções face ao assoreamento dos cursos fluviais nacionais até então, prendem-se sobretudo com as grandes obras públicas de encaçamento dos rios, durante os séculos XVIII e XIX. No entanto, como procurou demonstrar esta investigação, as intervenções em que se encontram os engenheiros nacionais e estrangeiros mais bem formados ou os intelectuais mais esclarecidos do seu tempo, avultadas quantias de dinheiro, subordinadas ao Estado central não são as únicas. Existem a nível local intervenções que procuraram minimizar, num curto e médio prazo (e se se incluírem os pinhais, poder-se-á falar num longo prazo) os fenómenos de assoreamento e movimentos dunares. Por outro lado, esta investigação procurou também elucidar sobre a coleta de impostos com vista à resolução de problemas ambientais, cujos dados são ainda tão escassos, e que poderiam trazer novas e detalhadas informações que permitiriam conhecer novos aspetos sobre a interação entre Homem e ambiente: nomeadamente de que forma é que o Homem, nas suas diversas formas de organização política, administrativa, económica, social ou religiosa foi capaz de responder aos desafios que o ambiente, ao longo do tempo, lhe foi colocando e de que forma é que ele lhe soube responder e de que forma é que a paisagem se alterou e *aceitou* essa mudança.

PARTE II
*Diferentes Perspetivas de Estudo das
Pequenas Cidades*

Cabeção, uma pequena vila alentejana, situada nos domínios da Ordem de Avis

Maria Ângela Beirante¹

Resumo

Cabeção, situado no limite meridional do território de Avis, surge no século XIII, como um fruto da Reconquista. O povoado medieval que, nos finais do século XIV, alcançou o título fugaz de vila, era composto por dois pequenos núcleos populacionais: o núcleo do Castelo, fundado pela Ordem de Avis, e o núcleo do Salvador, de prováveis origens romanas. No século XVI, com a criação da *povoação de baixo*, a sua forma urbana sofreu uma mudança considerável, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo. Tal fenómeno deve-se, por um lado, à decisão política do Mestre D. Jorge de Lencastre, por outro, ao crescimento demográfico. Mas foram as madeiras do pinhal de Cabeção, consideradas muito necessárias para a construção naval, que levaram os reis, como D. Sebastião e D. Filipe I, a concederem à vila vários privilégios. Entre eles, dois importantes atributos de urbanidade: Câmara e Misericórdia. Com eles, a vila ganhou maioridade e autonomia, tendo atingido o seu período áureo no século XVII.

Palavras-chave

Reconquista. Rei. Ordem de Avis. Pinhal. Câmara da Vila.

¹ NOVA FCSH.

Cabeção, a small Alentejo town, located in the domains of the Order of Avis

Abstract

Located at the southern edge of the territory of the Military Order of Avis, the parish of Cabeção is a product of the Reconquest in the 13th century. The medieval settlement that reached the title of town at the end of the 14th century had two small population places: the *Castelo*, founded by the Military Order of Avis, and the *Salvador*, of probable Roman origins. In the 16th century, with the creation of the *povoação de baixo*, its urban shape underwent a considerable change, both qualitatively and quantitatively. This phenomenon is a consequence, on the one hand of the political decision of Master D. Jorge of Lencaster, and on the other, of demographic growth. But what led kings, such as D. Sebastião and D. Filipe I, to grant the town several privileges was the wood of the Cabeção pine forest, considered very important for shipbuilding. Among these privileges were two important symbols of urbanity: the town Council and the *Misericórdia*. With them, the town acquired emancipation and autonomy, having reached its peak in the 17th century.

Keywords

Reconquest. King. Order of Avis. Pine forest. Town Council.

Introdução

a) As pequenas vilas, essas desconhecidas

Os estudos de história urbana que, sob a forma de monografias, foram sendo produzidos na Europa durante a segunda metade do século XX, tiveram como alvos principais as grandes e médias cidades. Justificavam-nos o protagonismo que muitas destas urbes desempenharam na história dos respectivos países e propiciava-os a abundância de fontes.

A constatação de que, desde a Idade Média até ao final do Antigo Regime, a Europa foi um continente de pequenas cidades, com população inferior a 2000 habitantes, suscitou, a partir das últimas décadas do século XX, o interesse dos historiadores pelo estudo das pequenas cidades, interesse que esteve na origem da

realização de colóquios e conferências que deram lugar a outras tantas publicações².

Em Portugal, onde a história das pequenas cidades se reveste de particular significado, tem-se registado ultimamente uma especial focagem sobre o tema. Provam-no as *Jornadas Internacionais da Idade Média* sobre o papel das pequenas cidades na construção da Europa Medieval, organizadas, em Outubro de 2016, pelo Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH, em colaboração com a Câmara Municipal de Castelo de Vide. Prova-o igualmente a formalização da *Rede Internacional de Estudos sobre as Pequenas Cidades no Tempo (In_Scit)* que está na origem da realização do presente *Encontro*.

Como é sabido, o carácter da cidade europeia emergiu durante a Idade Média. Constituiu-se como uma aglomeração concentrada de gente e afirmou-se por uma série de funções de natureza política, religiosa, económica e social a que se somam atributos históricos e monumentais. Se a presença destes índices de urbanidade permitia distinguir os aglomerados urbanos dos aglomerados rurais, o maior ou menor acúmulo daqueles índices permitia estabelecer diferenças de grau entre as grandes, as médias e as pequenas cidades. Estes parâmetros básicos da vida urbana mantiveram-se por toda a Idade Moderna³.

Ao contrário do que ocorre com as actuais definições de cidade, no passado, o critério demográfico não era prioritário. Ou seja, até ao final do Antigo Regime a cidade definia-se mais pela qualidade, pelo brilho, do que pelo tamanho e número de habitantes⁴. Contudo, as grandes cidades eram sempre populosas, à escala da época.

Se a taxinomia urbana usada, por exemplo, em Inglaterra e em França oferece uma distinção clara entre *town* e *village* e entre *ville* e *village*, a taxinomia portuguesa constituída por *cidade*, *vila* e *aldeia* não possui a mesma clareza. A taxinomia urbana portuguesa, que se repete em terras brasileiras, só em parte reflecte o grau de urbanização dos diferentes aglomerados, pois traduz essencialmente a hierarquia religiosa e administrativa existente entre as unidades da rede urbana⁵.

No Portugal medievo e moderno só os aglomerados urbanos sedes de bispado ostentavam o título de cidade. Assim, na Idade Média, existiam apenas

² Destaque para as seguintes publicações: POUSSOU, Jean-Pierre et LOUPÈS, Philippe (dir.) - *Les petites villes du Moyen Âge à nos jours. Actes du Colloque International organisé par le CESURB à Bordeaux, les 25 et 26 octobre, 1985*. Paris: CNRS, 1987; CLARK, Peter (ed.) - *Small towns in early modern Europe*. 1ª ed.. Cambridge: University Press, 1995.

³ FRIEDRICH, Christopher R. - *The Early Modern City (1450-1750)*. 1ª ed.. Abingdon: Routledge, 1995.

⁴ LAMARRE, Christine - "La ville des géographes français de l'époque moderne, XVIIe - XVIIIe siècles". *Genèses. Sciences sociales et histoire* 33 (1998), pp. 4-27 [en ligne] [consultado a 15-7-2020] Disponível em : http://www.persee.fr/doc/genes_1155.

⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno - "Comment mesurer les écarts entre les degrés d'urbanité et les titres urbains? Le cas des villes coloniales portugaises du Minas Gerais (Brésil, XVIIIe - début XIXe siècle)". *Histoire et Mesure* 24/2 (2009) [en ligne] [consultado a 9-7-2020]. Disponível em <http://journals.openedition.org/historemesure/3944>.

nove cidades⁶, número que aumentou para dezasseis na centúria de Quinhentos⁷. Na dependência eclesiástica destas cidades existia um número elevado de vilas, mas o mundo das vilas portuguesas era tudo menos uniforme. Por detrás do título de vila escalonavam-se várias categorias de aglomerados urbanos, desde aqueles que se achavam dotados de um número superlativo de funções urbanas e de atributos simbólicos, como a muralha, até aos mais simples, que se distinguiam das aldeias apenas pelo facto de disporem de autonomia, sob a figura jurídico-administrativa do concelho.

As grandes vilas, muitas das quais receberam nos séculos XV e XVI o título de notável, como Santarém, Guimarães, Covilhã, Castelo Branco, Tomar, Estremoz, Montemor-o-Novo e Setúbal, entre outras, ombreavam em urbanidade com algumas das mais importantes cidades. Havia depois um vasto leque de vilas médias, particularmente numerosas no Alentejo, que possuíam um número razoável de funções urbanas e que, em 1532, dispunham de uma população superior a 250 fogos⁸. No último degrau da hierarquia ficavam as pequenas vilas, cujo principal título urbano residia no exercício do poder autárquico, eventualmente reforçado com a fundação de uma misericórdia.

Diga-se, em abono da verdade, que a historiografia portuguesa tem produzido, desde a década de oitenta do século passado, importantes monografias urbanas, com especial enfoque sobre a Idade Média, época do desabrochar das cidades. As entidades urbanas escolhidas têm sido as cidades propriamente ditas, bem como as vilas grandes e médias do nosso país. Quanto às pequenas vilas, essas, primam pela ausência.

A ausência de monografias sobre pequenas vilas pode explicar-se por razões de carácter objectivo e subjectivo. A primeira reside na escassez e no inadequado das fontes disponíveis, mas, como lembra Peter Clark a propósito do estudo das pequenas cidades, esta dificuldade material incentiva os estudiosos a serem imaginativos. A segunda decorre de um certo preconceito por parte de alguns historiadores profissionais que continuam a identificar a história local com um trabalho realizado por amadores para uma audiência local, concluindo assim que a história das pequenas comunidades não tem qualquer relevância para o conhecimento da história geral⁹.

⁶ As cidades medievais eram: Braga, Porto, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves. Veja-se MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal na Crise dos Séculos XIV*. Vol. IV. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 181 e ss.

⁷ A categoria de cidade decorrente da fundação dos novos bispados foi concedida às seguintes povoações: Miranda do Douro, Leiria, Portalegre, Elvas, Beja, Lagos, Faro e Tavira, tendo sido suprimida a diocese de Silves. Veja-se DIAS, João J. Alves - "A População". in DIAS, João J. Alves (coord.) - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Vol. V. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, pp. 11-51.

⁸ DIAS, João J. Alves (coord.) - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica ...*, mapa II.

⁹ Sobre este tema veja-se: DYER, Christophe *et alii* (ed.) - *New Directions in Local History Since Hoskins*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2011; PASTERNAK, Stephanie - *A New Vision of Local History Narrative*:

Porque não subscrevo tal opinião e porque estou convicta de que o estudo de uma pequena comunidade pode trazer alguma luz, em alguns momentos intensa, sobre a história da região ou do país de que faz parte, é que me proponho realizar o presente estudo. O seu objecto é uma pequena vila alto-alentejana situada nos domínios da Ordem de Avis e que, por volta de 1574, recebeu de D. Sebastião o estatuto concelhio, estatuto que perdeu em 1836. Actualmente é uma freguesia do concelho de Mora (distrito de Évora) com pouco mais de 1000 habitantes. Ao realizá-lo, julgo contribuir, na medida do possível, para atenuar a referida ausência.

b) As fontes e o plano

Embora o princípio da *ditadura das fontes* não deva ser tomado à letra, é indiscutível que a quantidade e qualidade das fontes condicionam fortemente a elaboração de qualquer estudo histórico, quer a nível da cronologia quer do plano.

As fontes disponíveis para a realização deste estudo, como acontece em situações similares, mostraram-se, à partida, avaras, mas à medida que fui prosseguindo na busca, a avareza converteu-se em suficiência e em alguns casos em abundância. E, mais importante que isso, algumas fontes surpreenderam pela sua riqueza e qualidade.

A documentação escrita recolhida estende-se desde o século XIII até ao final do XIX, mas concentra-se de modo especial no período que vai dos finais do século XVI até ao início do século XIX, que corresponde à época em que a vila gozou da categoria urbana de concelho.

As dificuldades encontradas no sentido de estabelecer um plano exequível para a referido trabalho suscitaram-me várias reflexões que me permitem enunciar algumas especificidades da história desta pequena entidade urbana, que poderão ser comuns a outras do mesmo género:

1. Constatei que ela se foi construindo de forma gradual, com avanços e recuos, num ritmo próprio e com variados andamentos.
2. Verifiquei que nem sempre as principais etapas da sua evolução se ajustam à tradicional periodização histórica, que separa, por vezes de forma artificial, a Idade Média da Idade Moderna. No caso presente, a modernidade parece emergir tardiamente e atinge o seu apogeu nos séculos XVII/XVIII, período historicamente conhecido como Antigo Regime.
3. A descontinuidade e a dispersão dos elementos que nos revelam o passado

deste pequeno núcleo urbano, exigiram de mim, a bem da inteligibilidade, que percorresse as várias etapas da sua evolução, em vez de me circunscrever a uma só etapa. De acordo com esta convicção, optei por um plano temático-diacrónico que visa compreender os vários aspectos da sua vivência.

Em função desta experiência atrevo-me a afirmar que, em termos pragmáticos, os historiadores têm de ser muito mais generalistas do que especialistas quando se dispõem a estudar pequenas entidades urbanas. Só assim lograrão estabelecer algum nexos entre os vários elementos dispersos, de modo a poderem construir um edifício inteligível e coerente. De facto, é como generalista e não como medievalista, mas sempre apoiada nas obras dos especialistas, que realizo este trabalho monográfico que pode ser considerado um caso de estudo. Pela sua reduzida escala é comparável à tarefa de um miniaturista, mas, se comparado com estudos semelhantes, poderá contribuir para desvendar o universo quase ignorado das pequenas vilas portuguesas.

1. O tempo largo da humanização do espaço

Cabeção, freguesia do concelho de Mora, está situada na parte norte do Alentejo Central, numa zona de planícies e colinas de vertentes suaves e de vales pouco profundos, por onde correm as águas das ribeiras de Seda, Tera e Raia, que desaguam no Sorraia, afluente do Tejo.

A abundância de nascentes e de recursos hídricos subterrâneos nesta região foi um factor determinante, ao longo dos tempos, para a fixação das populações, desde logo as populações neolíticas, que a adoptaram como espaço de eleição¹⁰. Atestam-no as mais de duas centenas de monumentos megalíticos registados nas quatro freguesias do concelho de Mora: Mora, Cabeção, Pavia e Brotas¹¹ (**Fig. 1**).

¹⁰ ROCHA, Leonor - "As origens do megalitismo funerário alentejano. Revisitando Manuel Heleno". *Promontoria* 7/8 (2009/2010), pp. 45-98; CALADO, Manuel; ROCHA, Leonor; ALVIM, Pedro - "Neolitização e megalitismo: o recinto megalítico das Fontainhas (Mora, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10/2 (2007), pp. 75-100; CALADO, Manuel; ROCHA, Leonor; ALVIM, Pedro - *O Tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal, 2012.

¹¹ Segundo a pesquisa de sítios arqueológicos no *Portal do Arqueólogo*. <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>.



Fig. 1 - Anta da herdade da Ordem ¹²

Os construtores destes megalitos foram, sem dúvida, os primeiros organizadores do espaço. Porém, Vergílio Correia, arqueólogo português que nas primeiras décadas do século passado deu a conhecer esses “monumentos eternos”, sublinha a existência de outros importantes organizadores do mesmo espaço, ainda que infinitamente distantes no tempo:

“Toda esta zona transtagana está semeada de abundantíssimos vestígios de duas civilizações antigas, separadas entre si por alguns milhares de anos, a neolítica e a romana, sendo inúmeros os cabeços coroados por dólmenes e os sítios em que o solo se encontra semeado de pedaços de *tegulae*”¹³.

Na realidade, enquanto as construções megalíticas continuam a marcar a paisagem, as edificações romanas desapareceram e os seus restos dispersos ocultaram-se no solo. Ocasionalmente são trazidos à superfície no decorrer de trabalhos agrícolas, quando a terra é revolvida, ou durante a realização de obras. O aparecimento de *tegulae*, *imbrices*, *dolia*, *sigillata*, moedas, pedras com inscrições

¹² Fotografia cedida por João André Pinto, a quem muito agradeço.

¹³ CORREIA, Vergílio - *El Neolítico de Pavia (Alentejo - Portugal)*. Edição fac-símile da edição de 1921. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 8 (trad. nossa).

e outros artefactos assinalam a presença de um sítio romano. Mas, enquanto os monumentos megalíticos parecem fazer parte de um cenário irreal, as marcas da ocupação romana afiguram-se-nos bem reais e integram ainda a nossa concepção de espaço humanizado. Sem ignorarem o fundo indígena, os romanos fundaram cidades, separaram o *ager* do *saltus*, implantaram *villae*, *vici*, e *pagi*, ligando-os entre si por meio de pontes e vias mensuradas a passos de homem.

O elemento mais visível da nova rede de povoamento em meio rural é, sem dúvida, a *villa*. Enquanto modelo fundiário e estrutura de povoamento, a *villa* é uma criação romana que, na Lusitânia, pertence à época imperial¹⁴. Como modelo fundiário tem como objectivo a organização e exploração agropecuária do latifúndio, que justifica o nome de *villa rustica*. Como estrutura de povoamento fixa gente e comporta edifícios, incluindo a habitação do *dominus*, que constitui a *pars urbana* desta unidade rural.

Temos provas cabais de que no espaço onde havia de surgir o povoado medieval de Cabeção se implantou uma destas unidades de povoamento. A poucas centenas de metros da povoação, para sudoeste, sobre a várzea da ribeira de Raia, desde há muito que os trabalhos agrícolas vinham trazendo à luz do dia abundantes materiais arqueológicos, como pedras, ânforas e moedas, que denunciavam a presença de um sítio romano. Tal presença foi validada em 1914 por Vergílio Correia, conservador do então Museu Etnológico Nacional. Ao visitar o sítio arqueológico junto ao cemitério da vila, foi-lhe oferecida “uma bela pedra decorativa romana”¹⁵, que se guarda nos reservados do Museu Nacional de Arqueologia (nº de inventário: E5320)¹⁶. Poderá tratar-se de um fragmento de estela funerária, eventualmente reutilizada numa construção posterior, pois a rosácea hexapétala que apresenta é semelhante às que figuram nas cabeceiras de estelas funerárias da região da Cantábria, datadas dos séculos III e IV¹⁷ (**Fig. 2**).

¹⁴ CARNEIRO, André - *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2014, p. 89.

¹⁵ Na sua “Chronica: excursões arqueológicas ao Alentejo”. *O Arqueólogo Português*. 2ª série. 19 (1914), pp. 189-192, pode ler-se o seguinte: “No domingo 10 de Maio fui a Cabeção onde examinei a estação romana que existe junto do cemitério da vila e na povoação obtive amavelmente do Exmo Sr. Padre Rafael de Castro uma bela pedra decorativa romana” (p. 191).

¹⁶ Agradeço ao Senhor Director do Museu, Dr. António Carvalho, e à Dra. Luísa Guerreiro a disponibilidade com que me permitiram conhecer a peça e a cedência da respectiva fotografia.

¹⁷ RUIZ-GUTIÉRREZ, Alicia - “Epigrafia romana de Monte Cildá (Hispania Citerior): nuevas lecturas”. in RUIZ-GUTIÉRREZ, Alicia; CORTÉS-BÁRCENA, Carolina (eds.) - *Memoriae Civitatum. Arqueologia y Epigrafia de la Ciudad Romana* (Estudios en Homenaje a José Manuel Iglesias Gil). Santander: Ediciones Universidad Cantabria, 2017, pp. 335-364.



Fig. 2 - Fragmento de estela funerária (?) (70,5x70,5x6,5 cm)

A convicção de que, nesse local, teria havido uma *villa* romana foi confirmada em 1971, quando, durante os trabalhos de ampliação do cemitério, foram descobertos vários mosaicos, tesselas soltas, moedas romanas, fragmentos de vidro e de cerâmica de pasta fina, uma base de coluna e uma inscrição funerária, achados que atestam a existência de uma *villa* romana, que poderá datar do século III. Estamos perante a *villa urbana* onde o senhor e seus familiares viviam com algum requinte, como provam os pavimentos de mosaicos das respectivas habitações¹⁸ (Fig. 3).

¹⁸ Os mosaicos foram desmontados por técnicos do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e ficaram à guarda da Santa Casa da Misericórdia de Cabeção. Eles mostram afinidades com alguns mosaicos de Itália, datados do século III, mas muitos dos motivos geométricos que reproduzem, como entrelaçados, gregas, arcos ogivais, flores de quatro pétalas e folhas de hera, encontram-se em alguns mosaicos de Mérida, datados dos séculos II e III (BLANCO FEIJEIRO, Antonio - *Mosaicos Romanos de Mérida*. Madrid: Instituto Español de Arqueología "Rodrigo Caro" del CSIC, 1978). No Museu Nacional de Frei Manuel do Cenáculo, em Évora, conserva-se um conjunto de tesselas soltas com o n.º de inventário ME3395. Agradeço aqui a informação que amavelmente me foi prestada pelos técnicos superiores do Museu.



Fig. 3 - Mosaicos romanos do sítio do Salvador

Neste mesmo lugar, dentro do circuito do cemitério, existe uma ermida medieval dedicada ao Senhor Salvador do Mundo, topónimo que se generalizou a toda a zona e ao pequeno curso de água que a atravessa, o Ribeiro do Senhor¹⁹. Dado o facto de se situar no espaço da própria *villa* permite-nos admitir, como hipótese, que, à semelhança do que aconteceu com algumas ermidas medievais do Alentejo, possa ter sido construída sobre os fundamentos de um edifício paleocristão, do período tardo-antigo²⁰ (Fig. 4).

¹⁹ BEIRANTE, Maria Ângela - *A capela do Salvador do Mundo da vila de Cabeção*. Sep. *A Cidade de Évora*. 2ª série. 8 (2009).

²⁰ WOLFRAM, Mélanie - *Síntese sobre a Cristianização do Mundo Rural no Sul da Lusitânia*. *Arqueologia-Arquitectura-Epigrafia*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Tese de Doutoramento. Sobre a continuidade dos lugares de culto e a influência dos sítios antigos no povoamento medieval veja-se BOISSELIER, Stéphane - *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires XIIe-XVe siècles*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 397 e 481.

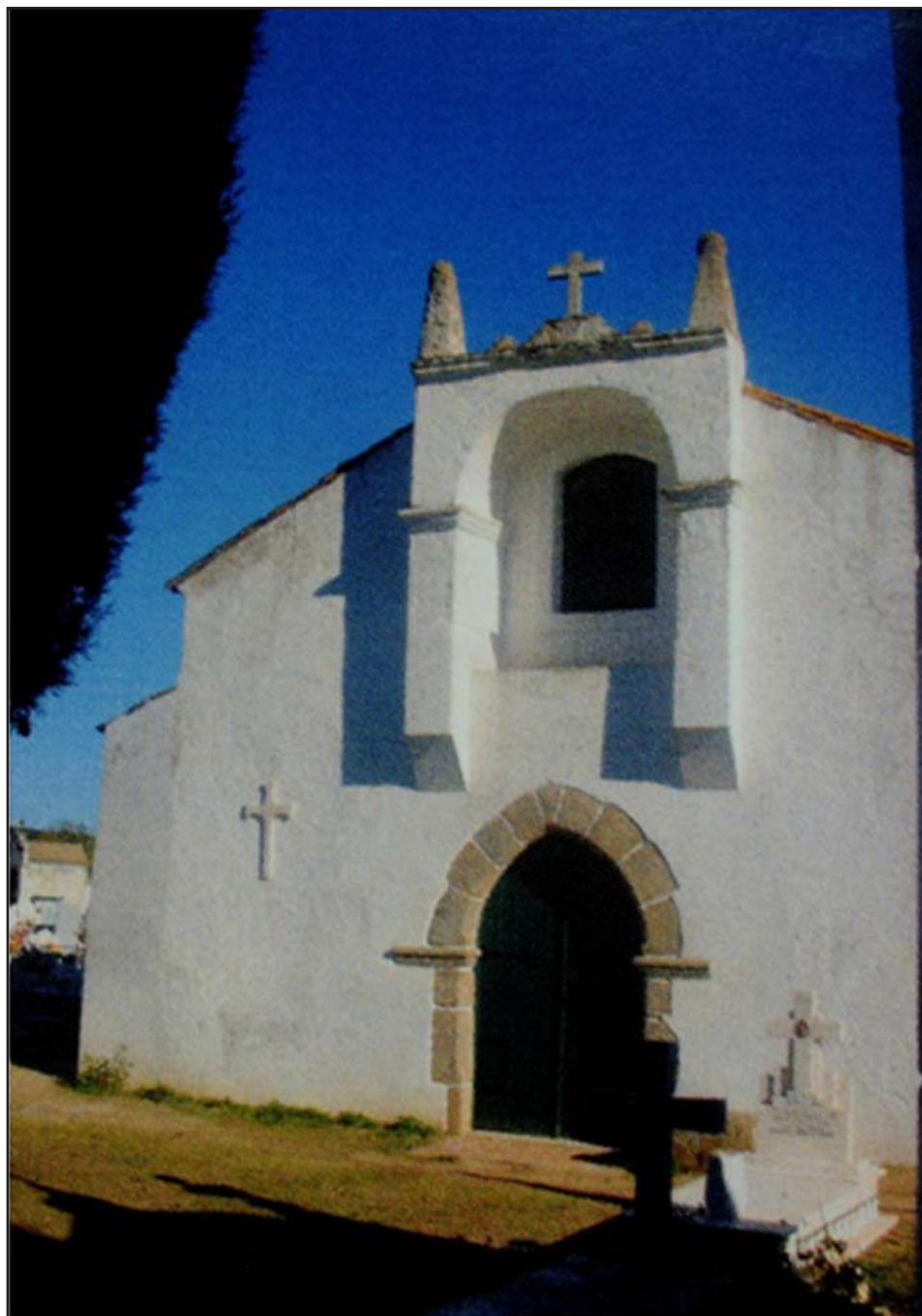


Fig. 4 - Ermida de S. Salvador do Mundo

Quando, no início do século V, os povos germânicos (Alanos, Suevos e Vândalos) invadiram a Península Ibérica, o seu território nomeadamente o “português”, estava ponteadado de *villae*. Só no *conventus Emeritensis* foram localizadas 30; no *conventus Pacensis*, 47 e no *conventus Scallabitanus*, 19, números que pecam por defeito. Muitos destes grandes domínios desapareceram com as invasões, mas outros foram recuperados pelos chefes germânicos, tendo perdurado até à ocupação muçulmana ou mesmo depois²¹.

Durante a Antiguidade Tardia, que cobre três contextos políticos: o romano (sécs. III-IV), o suévico (sécs. V-VI) e o visigótico (sécs. VI-VIII), à medida que a cristianização dos campos foi progredindo, alguns ricos proprietários *cristianizaram* as suas *villae*, erguendo nelas oratórios privados e basílicas cemiteriais com os seus mausoléus, de que nos dão conta os sarcófagos e as lápides funerárias paleocristãs provenientes da região de Évora²². Os próprios povoados romanos de carácter defensivo podem ter atraído os povoadores visigodos, como parece ter ocorrido em Montemor-o-Novo, em cujo castelo foram encontradas várias peças líticas (frisos, placas, ábaco, estela funerária, mesa de altar) com motivos decorativos de clara influência cristã usados na escultura da época visigótica, que apontam para a instalação de uma comunidade visigótica cristã, dentro do antigo *castrum*²³.

No espaço geográfico que é objecto do nosso estudo, a presença da ermida medieval do Salvador do Mundo no sítio da antiga *villa* romana depõe a favor duma continuidade da ocupação humana deste lugar, desde a Antiguidade Tardia até à Idade Média, mas a hipótese da continuidade de ocupação deste espaço, nomeadamente no período do domínio islâmico, não foi, até hoje, confirmada com a descoberta de fontes arqueológicas. O mesmo não podemos afirmar no que toca às fontes documentais relativas à presença muçulmana na região de Avis (na qual Cabeção se inscreve), em que a perspectiva é mais animadora.

Como é sabido, a invasão islâmica da Península Ibérica teve início em 711. Numa primeira fase, os muçulmanos limitaram-se a ocupar as antigas cidades romanas, como Évora e Beja, mas por necessidades de domínio e defesa do espaço, construíram cidades novas, como Elvas, mas também fortalezas rurais, em que o factor militar foi decisivo²⁴. Estas novas fundações aproveitavam não raro as

²¹ “O ‘Portugal’ Germânico”. in MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) - *Portugal das Invasões Germânicas à ‘Reconquista’*. Vol. II. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 11 - 115.

²² MACIEL, Justino - “Évora na antiguidade tardia”. in Évora, história e imaginário. Évora: Ataegina - Associação de Produções Culturais, 1997, pp. 27-42.

²³ PEREIRA, Maria Manuela dos Santos - “Vestígios de época visigótica no concelho de Montemor-o-Novo”. *Almansor|Revista de Cultura*. 2ª série. 6 (2007), pp. 5-16.

²⁴ PAVÓN MALDONADO, Basilio - *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana. II - Ciudades y Fortalezas*. Madrid: CSIC, 1999, pp. 13-14. Sobre a fundação de Elvas, cidade que figura na obra geográfica de Ibn Hawkal - *Configuración del mundo* (971 - 988) veja-se, de CORREIA, Fernando Branco - *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2014, p. 56, nota 48.

condições morfológicas do terreno ou a existência de *oppida* pré-islâmicos.

O florescimento da vida urbana em Al-Andalus não nos deve fazer esquecer que apenas uma décima parte da população hispano-islâmica do sudoeste da Península vivia em cidades e que a esmagadora maioria vivia em aldeias ou casais isolados, não longe de recintos fortificados onde os seus habitantes podiam refugiar-se em situações de perigo²⁵.

Algumas fontes documentais islâmicas atestam o domínio do espaço na região de Avis por parte dos muçulmanos, pelo menos desde o século X. É o caso da obra geográfica de Ibn Hawqal, que nos dá a seguinte informação: “De Santarém a Avis - quatro dias; de Avis a Juromenha - dois dias”²⁶. Sabemos ainda que a estrada que atravessava o Alentejo norte, entre Badajoz e o porto do Tejo, em Salvaterra de Magos, tinha um desvio que conduzia a Avis²⁷. Logo, o facto de ser referenciada nos itinerários árabes prova a importância desta povoação. Tenha-se em conta que as condições geográficas deste lugar altaneiro, protegido a norte pela ribeira Grande ou de Avis e a ocidente pela ribeira de Seda, podem ter proporcionado aos dominadores islâmicos uma posição de defesa frente às arremetidas dos reinos cristãos do norte.

Como lembra Christine Mazzoli-Guintard, a cidade de Al-Andalus, como todo o facto urbano, é inseparável do seu território²⁸, realidade que nos conduz naturalmente ao território de Avis, no extremo do qual se desenvolveu o povoado de Cabeção. Segundo Pedro Chalmeta, aquando da invasão árabe, a grande maioria dos territórios do ocidente a norte de Beja receberam populações berberes²⁹. Efectivamente a toponímia mostra que o território de Avis foi ocupado por populações de origem berbere, da tribo dos Banut Balit, que deixaram a sua marca impressa em topónimos como Benavila e Bembelide; ou da tribo dos Banu ‘Amir que deram origem aos topónimos Cabeça de Benamar e Ribeira de Banamar, na freguesia de Santo António de Alcôrrego. Tenha-se em conta que Bembelide, no Maranhão, é também o nome antigo da ribeira de Raia que, na continuação da ribeira de Seda, marca o limite sul do termo de Cabeção, que até ao século XVI foi também o limite do termo de Avis. Associada ao mesmo topónimo está a antiga freguesia de S. Domingos de Bembelide,

²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira - “O ‘Portugal ‘ Islâmico”. in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal*. Vol. II. Marques, A. H. de Oliveira (coord.) - *Portugal das Invasões Germânicas à ‘Reconquista’* Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 116 - 249, (p. 150).

²⁶ Ibn Hawkal - *Configuración del Mundo*. Trad. e notas Romani Suay. Valencia: Anubar Ediciones, 1971, p. 68. Agradeço ao meu amigo Prof. Doutor Fernando Branco Correia as suas preciosas informações relativas à presença islâmica no Ocidente. Vid MAZZOLI-GUINTARD, Christine - *Ciudades de al-Andalus. España y Portugal en la Época musulmana (S. VIII-XV)*. Granada: Ediciones ALMED, 2000, p. 11 e doc. nº 1.

²⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira - “O ‘Portugal ‘ Islâmico ...”, p. 169.

²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira - “O ‘Portugal ‘ Islâmico ...”, p. 385.

²⁹ CHALMETA, Pedro - *Invasión y Islamización. La sumisión de Hispania y la fundación de al- Andalus*. Madrid: Ediciones Mapfre, 1994. No mesmo sentido: FELIPE, Helena de - *Identidad y Onomástica de los Beréberes de Al-Andalus*. Madrid: CSIC, 1997; FRANCO MORENO, Bruno - “Distribución y asentamientos de tribus beréberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (S. VIII-X) *AyTM* [online] 12 (2005), pp. 39-50 [accedido a 10-5-2020] Rev 12-1, I (ujaen.es) .

que, no século XVIII, se compunha de duas aldeias: a do morgado do Maranhão que pertencia ao Duque de Cadaval e a de S. Martinho, que era uma quinta dos Freires de Avis³⁰. Mas não foi só a colonização berbere que deixou marcas neste espaço. A ribeira de Almadafe que conflui com a de Bembelide e delimita a sul o território de Avis, atesta a presença da tribo árabe de Madhiy, originária do Iémen³¹.

Não deixa de ser curioso constatar que, nos mesmos lugares onde a toponímia de origem árabe denuncia a fixação dos respectivos falantes, existam abundantes vestígios da colonização romana. Assim acontece no perímetro de Benavila, no qual se destaca entre todos, o sítio romano de Entre-Águas, possivelmente uma *villa*, sobre a qual se edificou a ermida medieval de Nossa Senhora de Entre-Águas, situada na confluência das ribeiras de Seda e de Sarrazola³². O mesmo podemos constatar relativamente ao antigo lugar de Bembelide, que foi assentamento de uma *villa* romana, onde foi encontrava uma ara votiva³³.

Podemos afirmar com segurança que os lugares de assentamentos romanos, quase sempre implantados na proximidade das linhas de água, também foram procurados pelos muçulmanos e reocupados pelos povoadores cristãos. Porém, antes deles, já os povos germânicos tinham sido atraídos pelos sítios antigos, visto que muitas das necrópoles dos séculos V a VIII, sinalizadas a sul do Tejo surgem nas imediações de *villae* romanas³⁴. Mas se recuarmos no tempo, constatamos que foi nesses mesmos lugares, onde o acesso à água era mais fácil que floresceram as comunidades megalíticas. Todavia, no Alentejo Central, “a dinâmica da ocupação da paisagem desde a Idade do Ferro até ao Período Medieval, apresenta uma maior incidência de sítios romanos”³⁵.

Daqui podemos tirar duas conclusões. A primeira é o reconhecimento da capacidade organizadora do espaço posta em prática pelos romanos que comandou as posteriores fixações de povos. A segunda é a constatação de uma relativa continuidade do povoamento rural que os próprios conquistadores cristãos não parecem ter estado interessados em quebrar.

³⁰ Lisboa, Torre do Tombo, *Memórias Paraquiais*, 6, nº 88, pp. 643-646.

³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, - “O ‘Portugal ‘ Islâmico ...”, pp. 139-141.

³² CARNEIRO, André - *Lugares, tempos e pessoas...*, Vol. II, p. 58.

³³ CARNEIRO, André - “Para uma cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em Época Romana”, in OLIVEIRA, Francisco de; OLIVEIRA, Jorge de; PATROCINIO, Manuel (coord.) - *Espaços e Paisagens: Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*. Vol. III. *História, Arqueologia e Arte*. 2ª ed., Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

³⁴ Como provam as mais recentes investigações sobre a ocupação germânica em Portugal durante a Alta Idade Média: AREZES, Andreia Catarina Magalhães - *Ocupação “Germânica” na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles do século V a VIII*. Porto: Faculdade de Letras, 2014. Tese de Doutoramento.

³⁵ OLIVEIRA, Clara; ROCHA, Leonor - “Contributo para o conhecimento da arqueologia romana no Alentejo Central. in OLIVEIRA, Francisco de; OLIVEIRA, Jorge de; PATROCINIO, Manuel (coord.) - *Espaços e Paisagens: Antiguidade Clássica ...*, pp. 69-80.

2. O tempo da Reconquista e a emergência do povoado medieval

Em comparação com o longo período de humanização do espaço que acabámos de percorrer, o período da Reconquista pode considerar-se breve ou mesmo brevíssimo, mas muito fecundo no que toca ao domínio e organização do espaço.

Sendo certo que a acção dos conquistadores e povoadores cristãos esteve longe de partir do nada, foi durante o período da Reconquista que, nas regiões a sul do Tejo, e não só, foram lançados os dados para uma nova organização e hierarquização do espaço. A responsabilidade deste processo, que passa pela criação de novas entidades urbanas, deve-se em primeiro lugar, ao Rei, senhor do território reconquistado, mas também às Ordens Militares, suas servidoras na guerra contra os muçulmanos. Tenha-se ainda em conta que, além da criação de corpos militares especializados, uma das estratégias da Reconquista, largamente praticada em terras alentejanas, foi a construção de redutos fortificados ou o aproveitamento dos já existentes³⁶.

A aliança entre o Rei e as Ordens não se limitou à participação nas campanhas militares, mas prolongou-se no tempo tendo como tarefa comum assegurar a defesa dos lugares conquistados e incrementar o povoamento da terra. Na região a que nos reportamos foi a Ordem de Avis o grande aliado do rei na prossecução deste duplo objectivo, nomeadamente no que concerne à fundação de novos núcleos urbanos³⁷.

Inicialmente conhecida por Milícia de Évora, a Ordem foi fundada nesta cidade por D. Afonso Henriques em 1175/1176, quando o Alentejo sofria a devastação das razias almóadas. O seu primeiro grande feito militar teria sido a defesa de Évora, cercada pelas tropas de Almançor em 1180/1181, em virtude do qual esta cidade foi a única a sul do Tejo que permaneceu sob o domínio cristão.

Foi a título de recompensa pelos bons serviços prestados pela Milícia, a ele e aos reis seus antecessores, que D. Afonso II, a 30 de Junho de 1211, doava ao Mestre de Évora D. Fernando Eanes o lugar de Avis, na condição de aí edificar castelo e povoar a região (*de loco illo qui vocatur Auis (...) tali pacto quod in loco supradicto de Auis castrum edificetis et populetis*).

Por este diploma ficavam estabelecidos os limites do novo território que confinava com Santarém, Abrantes, Elvas, Évora e Coruche:

*“Jacet inter Sanctaren et Culuchi et Elboram et Elvas et Ablantes
cuius isti sunt termini. scilicet. ubi incipiat in ponte de Soor et*

³⁶ BEIRANTE, Maria Ângela - Évora na Idade Média. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian /JNICT, 1995, pp. 21-22.

³⁷ TRINDADE, Luísa - “Ordens urbanas ou Ordens do Rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV”. in OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) - *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2016, pp. 85-119.

uadit ad pontem de Seda et inde ad caput de Alter, et uadit ad Arracefe, et redit ad Petroganum de Fagiar Noidar sicut uadit ad matam de Alcalavicia, et redit ad serram de Stormoce et uadit per aquam de Almadafe, ubi intrat in Teram et inde per Teram, ubi intrat in aquam de Seda ³⁸.

A partir de então a sede da Ordem desloca-se para Avis. Os seus domínios irão estender-se por uma vasta zona do Alto Alentejo e exercerá também o seu poder em vilas importantes, como, Coruche, Benavente e Juromenha.

O primitivo foral de Avis foi concedido aos seus povoadores pelo rei D. Afonso II, a 10 de Julho de 1218, segundo o modelo de Évora, de cujo termo se tinha emancipado:

*“Ego concedo populatoribus de Avis illud primum forum quod auis meus Rex domnus Alfonsus dedit et concessit populatoribus de Elbore quod eis illud dedit”*³⁹.

O segundo foral de Avis (que segue o mesmo modelo de Évora/Montemor-o-Novo) foi concedido ao concelho pelo Mestre de Avis Frei Martim Fernandes, a 19 de Agosto de 1253⁴⁰.

Será dentro dos limites do território de Avis, na raia meridional dos domínios da Ordem, que irá nascer o povoado medieval de Cabeção. A região onde a nova povoação se desenvolveu ficou a pertencer à Ordem de Avis, mas os reis portugueses reservaram para si a parte mais fértil do seu termo, a Quinta, que correspondia, *grosso modo* ao assentamento da antiga *villa* romana.

2.1. Meios utilizados na organização do espaço

Os meios adoptados durante a Reconquista para cumprir o duplo objectivo de defesa e povoamento do território, que não se esgotam com a Reconquista, foram a construção de redutos fortificados, a fundação de novos núcleos urbanos e a edificação de igrejas e capelas. Acompanhemos de perto a forma como estes meios foram postos em prática no espaço onde emergiu a nova entidade urbana que veio a ser a vila de Cabeção.

³⁸ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Avis* [doravante designado por *Ordem de Avis*], mc. 2, doc. 61; Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 19.

³⁹ HERCULANO, Alexandre - *Portugaliae Monumenta Historica*. Vol. II: *Leges et Consuetudines*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1856-1868, p. 579.

⁴⁰ HERCULANO, Alexandre - *Portugaliae Monumenta Historica ...*, pp. 295 -296. A data de 1223, que vem nesta publicação, não está correcta.

2.1.1. Redutos fortificados

É importante lembrar que a escolha do lugar de Avis, numa proeminência entre as águas da ribeira de Seda e as da ribeira Grande ou de Avis, sua afluente, obedeceu a um critério estratégico de defesa, mas a sua ocupação não constituiu uma fundação *ex nihilo*, antes a recuperação e reforço defensivo de um núcleo urbano de matriz islâmica. Por seu turno, a construção do castelo de Avis e o povoamento ou repovoamento do território envolvente exigia que, na periferia desse território, fossem levantadas defesas castrais secundárias que servissem de protecção às populações residentes. Entre essas defesas parece figurar o *castelo*, de Cabeção, designação que a documentação antiga não confirma, mas que a toponímia consagrou e a topografia parece provar. O local escolhido para o efeito foi um cabeço proeminente que dominava uma vasta extensão de terreno no qual se espalhavam as águas das ribeiras de Seda, Tera e Raia, confluente do Sorraia e que, muito provavelmente, já em épocas anteriores teria servido de lugar de refúgio aos habitantes da planície. Tendo sido investido de funções de vigia sobre o longo trato de rio que mediava entre o castelo de Avis e o castelo de Coruche, o castelo de Cabeção pouco mais seria do que uma cerca que rodeava um incipiente povoado medieval. E porque o castelo de Cabeção era um satélite do castelo de Avis, o alcaide-mor de Avis foi, por inerência e durante séculos, o alcaide-mor de Cabeção⁴¹. Pelo mesmo motivo, as alcaidarias de Cabeção, Benavila e Ervedal andavam anexas à alcaidaria de Avis, prova de que aquelas povoações teriam funcionado como defesas subsidiárias da fortaleza-mãe⁴².

Ao observarmos no mapa a rede das povoações satélites em torno de Avis, afigura-se-nos que ela resultou de dois movimentos bélicos opostos. Enquanto Avis, Benavila e Ervedal, situadas na margem sul dos cursos de água, devem ter sido, durante o período islâmico, pontos estratégicos na luta contra os cristãos; Cabeção e Coruche, situadas na margem direita dos rios, serviriam especialmente de lugares defensivos contra as arremetidas islâmicas apostadas em travar os avanços da Reconquista (Fig. 5).

⁴¹ Lisboa, Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais*, 8, nº 12, fls. 67-72.

⁴² SARAIVA, José M. da Cunha (org.) - *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila, Benavente e seus termos, Tombo feito pelo licenciado Jorge Lopes, no ano de 1556*. Lisboa: Edição do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1950, p. 48.

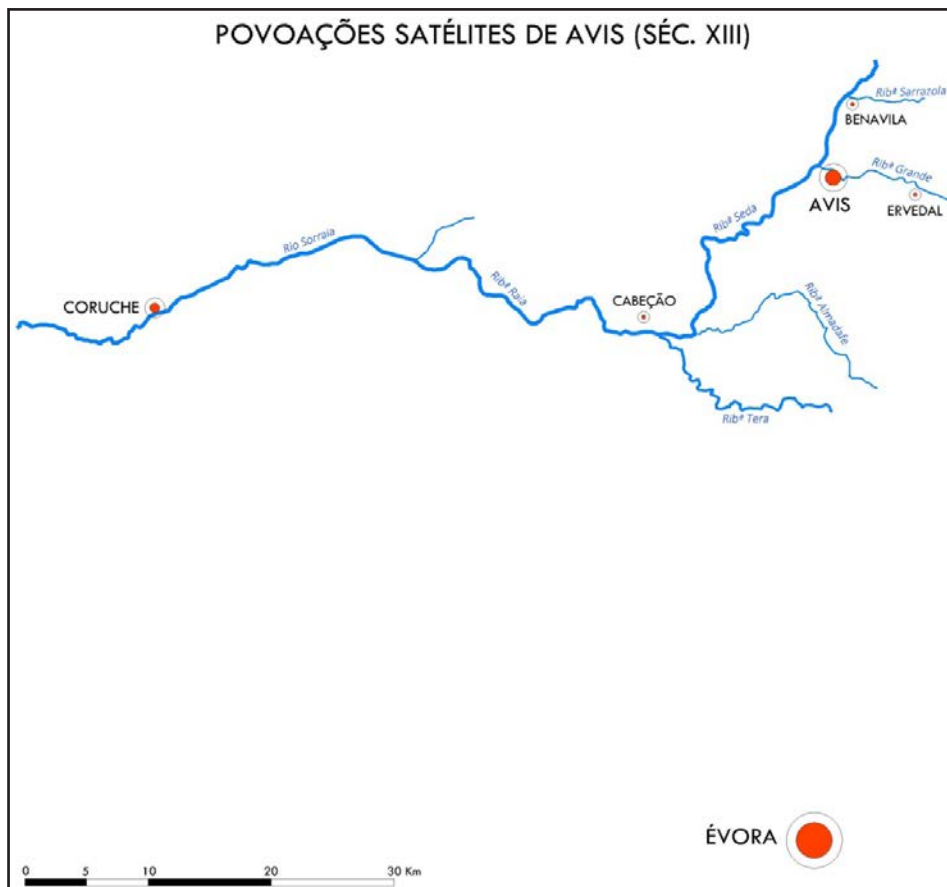


Fig. 5 - Povoações satélites de Avis⁴³

2.1.2. Fundação de núcleos urbanos

O sítio escolhido para fundar ou refundar o povoado de Cabeção foi o cabeço mais alto do lugar, o sítio do Castelo, onde, segundo a tradição, teria existido um acampamento militar ou castro romano⁴⁴.

Do castelo nada se conserva, mas a permanência de um muro de suporte nesse local sugere a existência de tal elemento urbano (Fig. 6).

⁴³ Todos os mapas que se encontram neste trabalho são da autoria do Arquitecto Vítor Mendes que teve também um papel importante no tratamento das imagens. Agradeço aqui a sua generosa quanto preciosa colaboração.

⁴⁴ Referida por ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico do Distrito de Évora (Zona Norte)*. Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1975, pp. 428-434.



Fig. 6 - Muro de suporte no Castelo

Além disso, a presença de uma fiada de casas térreas, implantadas numa elevada plataforma de contornos arredondados, na cota mais alta da actual povoação, sugere que existiu nesse lugar uma barbacã ou barreira que reforçava exteriormente o muro da cerca⁴⁵ (Figs. 7 e 8).

⁴⁵ Veja-se MONTEIRO, João Gouveia - *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 86 e ss. Para este autor a construção de barbacãs foi de introdução tardia entre nós, a partir de fins do século XIV e principalmente século XV. Segundo PAVÓN MALDONADO, Basilio - *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana ...*, p. 276), este elemento defensivo representado pela barbacã era comum no século XIII a todas as fortalezas e muralhas urbanas do universo hispano-muçulmano. Na realidade, a cronologia apresentada para as barbacãs portuguesas carece de alguns acertos decorrentes da investigação que há anos realizei sobre a cidade de Évora. A perda de funções defensivas da cerca velha desta cidade após a construção da cerca nova permitiu que os reis portugueses alienassem, a favor de terceiros, parte das suas muralhas e respectivas barbacãs. Este processo teve início nos finais do século XIII, quando D. Dinis doou perpetuamente a um casal de judeus, Bento e Dona Guro, um cubelo de muro, andaime e barbacã da cerca velha, à Porta Nova dos Judeus, e atingiu o auge no século XV. O resultado deste processo foi a construção sistemática de casas no espaço da antiga barbacã, as chamadas casas da barbacã, cujos foros se converteram em fonte de receita para a Coroa (BEIRANTE, Maria Ângela - *Évora na Idade Média ...*, p. 76 e ss.).



Figs. 7 e 8 - Casas da barbacã

Tudo aponta para que aquele casario tenha sido construído no espaço da antiga barbacã. Conjugando a documentação tardia com a observação do sítio podemos conjecturar que a cerca tinha uma forma ovalada. Fora da cerca, a nascente, ficava a fonte que ainda se vê nesse lugar (**Fig. 9**).



Fig. 9 - Fonte Velha

Neste recinto desprovido de qualquer vestígio habitacional ou castrense, persiste um elemento arquitectónico de significado controverso. Refiro-me ao pequeno templete que se ergue nesse lugar, tradicionalmente conhecido pelo nome de Laranjinha que, no seu aspecto actual, é obra do século XVII⁴⁶ e parece testemunhar o domínio secular da vila pela Ordem Militar de Avis (**Fig. 10**).

⁴⁶ Segundo ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico do Distrito de Évora ...*, p. 429), que o descreve como um pequeno edifício de alvenaria, de planta quadrada, constituído por quatro arcadas redondas apilastradas e de ábacos muito salientes e cúpula de meia laranja, no corpo exterior, e de secção octogonal no interior. Quanto às suas funções limita-se a registar a tradição local que afirma ser neste templete que os freires donatários da Ordem de Avis celebravam missa quando estacionavam na vila.



Fig. 10 - A Laranjinha do Castelo

2.1.3. Igrejas e capelas

Se a edificação de castelos e de redutos fortificados foi, desde os primeiros tempos da Reconquista, um elemento decisivo para a fixação das populações, a criação de uma rede paroquial implementada pela Igreja a pedido do rei e das respectivas entidades senhoriais foi outro factor da maior relevância para a reorganização do espaço conquistado⁴⁷.

Em virtude do monopólio de fundação de igrejas nos seus domínios concedido pelo Papa às Ordens Militares, a Ordem de Avis fundou várias igrejas e capelas nas terras que senhoreava, monopólio que lhe dava a prerrogativa de nomear os respectivos curas que eram freires da Ordem (direito de padroado) e o direito de partilhar com o bispo os rendimentos provenientes da *cura animarum*, como os dízimos, as mortuárias, as primícias e as oblações.

Numa carta de composição realizada em Estremoz, a 16 de Julho de 1279, entre o Bispo de Évora D. Durando Pais e o Cabido da mesma Sé, por um lado, com o Mestre D. Simão Soares e o Convento de Avis, por outro, ficou acordado que o bispo receberia o terço dos dízimos e mortuárias das igrejas dependentes da Ordem, e teria os direitos de visitação e de confirmação dos clérigos nomeados para as mesmas

⁴⁷ BOISSELIER, Stéphane - *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal ...*, p. 23.

igrejas, ficando as primícias e as oblações na posse da Ordem⁴⁸. Entre as várias igrejas e capelas enumeradas, contam-se a igreja de Santa Maria de Avis com as capelas já fundadas no seu termo: de Cabeção, Cano, Sousel, Benavila e Figueira, e as que futuramente aí viessem a ser fundadas⁴⁹.

A diferença inicialmente estabelecida entre igrejas e capelas parece assentar na amplitude dos respectivos serviços religiosos. Enquanto a igreja matriz, como centro da cura de almas, administrava todos os sacramentos; a capela, como lugar de culto dependente, assegurava apenas a celebração religiosa aos domingos e festas e a administração de alguns sacramentos⁵⁰.

O sítio escolhido para a edificação da capela de Cabeção não foi o incipiente povoado altaneiro, mas sim um outeiro contíguo à propriedade régia da Quinta. A escolha deste espaço parece mostrar que o habitat antigo plasmado pela colonização romana não foi abandonado durante a Reconquista e que, no último quartel do século XIII, este núcleo de povoamento detinha ainda força suficiente para atrair a si a implantação do templo em detrimento do pequeno povoado altaneiro.

Confirma-se plenamente, neste caso, a conclusão a que chegou, com alguma surpresa, uma historiadora do urbanismo português a propósito do posicionamento da igreja relativamente aos núcleos de povoamento: “uma sistemática independência ou desprendimento físico face a todos os restantes elementos. Surge invariavelmente à margem da malha, optando-se por um posicionamento lateral ou de topo”. A mesma autora acrescenta: “Para além desta marginalidade, a posição da igreja no terreno parece seguir dois critérios únicos: a preferência por uma posição topograficamente saliente e a observação estrita da orientação canónica”, o que aqui se confirma⁵¹.

Todavia, os dados de que dispomos mostram que o habitat antigo da planície, em cuja proximidade fora erguido o templo, foi sendo progressivamente abandonado em benefício do núcleo do Castelo, no qual se acantonou a povoação medieval, ficando a igreja afastada da mesma mais de uma centena de metros.

Do primitivo edifício gótico nada se conhece e as mais antigas referências à capela, como entidade física, são tardias. Frei Luís Álvares de Proença, na visitação que realizou a 5 de Maio de 1534 à igreja de Santa Maria da vila de Cabeção anexa à de Santa Maria da Orada da vila de Avis, constatou com satisfação que tinha sido

⁴⁸ VILAR, Hermínia Maria Vasconcelos - “A Diocese de Évora e a Ordem de Avis: dois poderes em confronto na centúria de Duzentos”. in FERNANDES, Isabel Cristina; PACHECO, Paulo (coords) - *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997, pp. 271-284.

⁴⁹ *Ordem de Avis*, mc, 2, doc. 129. O documento encontra-se transcrito em SARAIVA, José M. da Cunha (org.) - *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis ...*, pp. 55-65.

⁵⁰ VILAR, Hermínia Vasconcelos - *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, pp. 230-231.

⁵¹ TRINDADE, Luísa - *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 140.

recentemente restaurada pelo Mestre D. Jorge, mas não deixou de denunciar o estado de abandono em que se encontrava: os altares, mal reparados e desguarnecidos de frontais, a pia de baptizar, sem grades nem fechadura e, o que era pior, havia um ano que não tinha clérigo de cura, pela simples razão de que o ordenado de 3000 réis não chegava para a sua sustentação. Aponta soluções imediatas, entre as quais o aumento de 1000 réis de ordenado para o capelão⁵². Quatro décadas depois, quando o Prior-Mor do Convento, D. António Mimoso, visitou a igreja, a 2 de Junho de 1578, observou que o corpo do templo se apresentava em bom estado, mas apontou falhas importantes: o altar-mor não tinha ainda o retábulo pintado que lhe fora ordenado na visitação anterior, não havia sacristia e os paramentos eram insuficientes. Além disso, a igreja, pelo facto de se encontrar fora da povoação, estava desprovida de sacrário⁵³. Por isso, D. António Mimoso recomenda ao rei D. Sebastião as medidas que julga necessárias para colmatar tais falhas, mas as recomendações do D. Prior não devem ter chegado ao conhecimento do Rei, ocupado que estava nos preparativos para a expedição a Alcácer-Quibir, onde viria a morrer dois meses depois, em Agosto de 1578 (Fig. 11).



Fig. 11 - Igreja de Nossa Senhora da Purificação de Cabeção

⁵² Biblioteca Pública de Évora, *Códice CXXIII-1-1*, fl. 28v.

⁵³ Biblioteca Nacional de Portugal, *Fundo Geral: Códice 9896*, fls. 152-154.

2.2. Povoamento e valorização das terras reconquistadas

No período imediato à Reconquista, os meios mais usados para promover o povoamento e valorização económica das terras do senhorio régio ou das ordens militares foram o recurso à figura jurídica das sesmarias e, para o caso exclusivo das Ordens, a fundação de comendas. Omitimos aqui o recurso à organização concelhia porque esta não foi inicialmente a opção escolhida pela Ordem de Avis para a localidade em causa. Confirma-se aqui a opinião de Stéphane Boisselier de que nos territórios dependentes de lugares centrais, como Avis, Coruche e Juromenha, a Ordem de Avis foi mais pródiga na instituição de comendas do que na concessão de forais⁵⁴.

2.2.1. As sesmarias

Para promoverem o povoamento e a organização agrária das terras recém-conquistadas, os próprios concelhos dividiram os seus termos em sesmos ou lotes destinados a prover cada povoador com uma cota parte da propriedade fundiária. Cabia aos sesmeiros eleitos pelo concelho a distribuição equitativa das terras do sesmo que por isso receberam o nome de sesmarias, sendo a obrigatoriedade de cultivo condição *sine qua non* para manter a propriedade das mesmas⁵⁵.

Ainda que o sistema das sesmarias tenha as suas raízes na economia agrária dos concelhos, ele foi também posto em prática nas terras da Coroa ou das Ordens Militares. No caso concreto da Ordem de Avis, constatamos que ela recorreu largamente ao sistema das sesmarias, como meio de fomentar o cultivo das terras dos seus domínios. Pertencia ao Mestre pôr sesmeiros nas vilas e lugares da Ordem que obrigassem os donos de terras incultas a aproveitá-las e, no caso de incumprimento, distribuí-las por povoadores que as cultivassem.

A autora de *Sesmarias Medievais Portuguesas*, afirma que foi o rei D. João I quem pela primeira vez conferiu autoridade aos infantes, governadores das ordens militares, para darem de sesmaria as terras incultas das respectivas ordens⁵⁶. Na realidade sabemos que, pelo menos em relação à Ordem de Avis, esta prerrogativa já estava em vigor no reinado de D. Afonso IV. Em data indeterminada este rei fez saber ao concelho de Avis que era o Mestre quem devia nomear sesmeiros e, em

⁵⁴ BOISSELLIER, Stéphane - *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal ...*, p. 99.

⁵⁵ RAU, Virgínia - *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Ed. José Manuel Garcia). Lisboa: Editorial Presença, 1982. Foi esta obrigatoriedade de cultivo como condição de posse da terra, com a consequente expropriação da mesma ao proprietário que a deixasse inculta, que foi vertida na lei agrária de D. Fernando de 1375, que passou à posteridade com o nome de Lei das Sesmarias (p. 87).

⁵⁶ RAU, Virgínia - *Sesmarias Medievais Portuguesas ...*, pp. 65 e 94.

1331, ordenou que as sentenças dos juízes sobre demandas em matéria de sesmarias deviam ir por apelação ao Mestre⁵⁷.

Temos provas documentais de que o sistema das sesmarias foi sobejamente praticado em Cabeção. Assim, a 31 de Janeiro de 1405, no rescaldo da guerra com Castela, estando a corte em Montemor-o-Novo, D. João I, que antes fora Mestre de Avis, ordenou que os sesmeiros que o Mestre de Avis tinha nos lugares de Juromenha e Cabeção pudessem mandar apregoar e fazer editais pelas terras das comarcas citando os possuidores de bens nas ditas localidades que se encontrassem ausentes, para os virem cultivar, aproveitar, doar, escambar, aforar, emprazar ou vender no prazo de quatro meses, sob pena de serem distribuídos em sesmaria⁵⁸. E, no intuito de recuperar a população e assegurar a defesa e o cultivo da terra, a 2 de Fevereiro do mesmo ano, o rei concedia aos moradores de Cabeção, presentes e futuros, uma carta de privilégios e isenções, carta que erradamente tem sido confundida com um foral. Mediante esta carta de privilégios, os moradores de Cabeção, sob pena do pagamento de 6000 soldos ao rei, não podiam ser obrigados pelas justiças a levar presos, nem a transportar cargas ou dinheiros, ainda que fossem destinados à corte. Ficavam também isentos de fornecer alimentos e vitualhas, como pão, vinho, carne, galinhas, roupas, bestas e palha, para aposentadorias e para abastecimento da mesa dos senhores⁵⁹.

Os motivos que levaram o Rei a conceder estes dois diplomas foram-lhe dados pelo Mestre da Ordem, D. Frei Estêvão Rodrigues. Argumentou o Mestre que “a vila de Cabeção e seu termo”⁶⁰ costumava ser muito bem povoada de gentes e lavradores que lavravam e aproveitavam bem as herdades, mas que em virtude da guerra com Castela, estava ao presente muito despovoada. Quer isto dizer que o estado demográfico e agrícola da vila e termo já tinha conhecido melhores dias e que a forma encontrada para reverter a situação continuava a ser a distribuição de terras em regime de sesmaria. De facto, ainda em 1424, o mesmo rei determinava que os sesmeiros postos pelo Mestre mandassem apregoar e pôr editais nas vilas e lugares da Ordem, para que dentro de determinado prazo, os proprietários de terras abandonadas viessem cultivá-las sob pena de as perderem para novos possuidores. E, pelo que nos mostram alguns documentos posteriores à Idade Média, o recurso às sesmarias como forma de rentabilizar os recursos naturais foi recorrente nesta região e deixou marcas na toponímia local⁶¹.

⁵⁷ SARAIVA, José M. da Cunha (org.) - *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis ...*, p. 45 e ss.

⁵⁸ *Ordem de Avis*, mç. 8, doc. 742.

⁵⁹ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, Livro 3, fl. 71. *Chancelarias Portuguesas. D. João I*. Ed. J. J. Alves Dias. Vol. III, tomo 2, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

⁶⁰ Tenha-se em conta que é este o documento mais antigo em que Cabeção é designada por vila, com termo próprio, categoria que posteriormente parece ter perdido.

⁶¹ Topónimos como: Sesmarias, Sesmaria do Chiqueiro, Sesmaria da Palhagueira, Sesmaria do Colmeal,

2.2.2. As comendas

Para uma melhor gestão do património alcançado, as Ordens Militares hispânicas recorreram à figura jurídica da comenda, que se define, à partida, como uma delegação da gestão de uma unidade dominial⁶². Inicialmente os comendadores eram meros representantes do governo central da Ordem, mas à medida que as comendas se constituem como unidades territoriais, os comendadores transformam-se em administradores dos respectivos bens. Na fase de consolidação do sistema comendatário, a comenda é equiparada a um benefício, com claras conotações feudo-vassálicas. Segundo Carlos de Ayala Martínez, a tipologia das comendas pode resumir-se a três categorias: territoriais, rentistas e mistas, sendo a dimensão territorial a mais abrangente⁶³. Na prática, a comenda é uma instituição que se define pela posse de um conjunto de bens e direitos que pertencem ao comendador⁶⁴.

Fiel a este modelo e uma vez terminada a conquista do território, a Ordem de Avis dividiu o seu património em comendas que distribuiu por vários comendadores. Estes eram freires cavaleiros que recebiam o direito de administração de uma vila, lugar ou castelo do senhorio da Ordem, com todas as rendas e direitos inerentes⁶⁵. Uma dessas comendas foi Cabeção, sendo conhecidos os nomes de alguns comendadores: D. Airas Afonso que, além de ser Comendador-mor da Ordem, dignidade imediata à do Mestre, detinha em 1311 a comenda de Cabeção, com sua igreja e todos os seus direitos⁶⁶; Airas Peres (1329-1330) e João Soares (1334), que depois foi Comendador-mor⁶⁷.

são testemunho dessa prática.

⁶² JOSSERAND, Philippe - “La figure du commandeur dans les prieurés castillans et léonais du Temple et de l’Hôpital: une approche prosopographique (fin XIIe- milieu XIVe siècle)”. in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Ordens Militares. Guerra, Religião Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Vol. 1. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 149-178 (p. 158).

⁶³ AYALA MARTÍNEZ, Carlos - “Comendadores y encomiendas. Orígenes y evolución en las órdenes militares castellano-leonesas de la Edad Media”. in FERNANDES, Cristina (coord.) - *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III ...*, 1999, pp. 101-147 (p. 136).

⁶⁴ Veja-se, a este propósito, GONÇALVES, Iria - “Proença a Velha, inícios do século XVI: Os bens e os direitos de uma Comenda da Ordem de Cristo na Beira Interior”. in FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) - *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro ...*, pp. 29-41.

⁶⁵ CUNHA, Maria Cristina Almeida e - *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2009, p. 35 <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5965.pdf>.

⁶⁶ CUNHA, Maria Cristina Almeida e - “A eleição do Mestre de Avis nos séculos XIII-XIV”. in FERNANDES, Isabel Cristina; PACHECO, Paulo (coords.) - *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa. Actas do II Encontro ...*, pp. 373-392, doc. nº 1.

⁶⁷ OLIVEIRA, Luís Filipe - *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve-Direcção Geral dos Arquivos, 2009, pp. 309 e 356.

3. Evolução institucional da nova povoação (Séculos XIII – XVII)

3.1. Da capela de Santa Maria à igreja de Nossa Senhora da Purificação

A fundação da capela de Cabeção na qualidade de anexa à igreja-mãe de Avis marca a entrada da nova povoação na rede institucional da Ordem que se traduziu numa hierarquização dos lugares de culto e no exercício de uma jurisdição da primeira sobre a segunda⁶⁸. Posteriormente, a incorporação das Ordens Militares na Coroa foi benéfica para as instituições locais, nomeadamente para a capela de Cabeção, que recebeu dos reis, como governadores da Ordem, garantias de sustentabilidade e funcionalidade, que asseguravam a manutenção do cura, os serviços do culto e o bom estado do edifício. Vejamos alguns exemplos dessas garantias.

Em 29 de Novembro de 1561, D. Sebastião, ainda regente, apresentava Frei Pero Soeiro, clérigo de missa e freire professo da Ordem, para a capelania perpétua da igreja de Nossa Senhora da Purificação do lugar de Cabeção⁶⁹ e, a 3 de Agosto de 1564, concedia-lhe o ordenado de 10 000 réis e 2 moios de trigo para seu mantimento, mais 1,5 moio de cevada para ter uma besta com que pudesse ir sacramentar os fregueses⁷⁰.

A 15 de Maio de 1571, sendo já rei, D. Sebastião acrescentou em 5000 réis o mantimento das várias igrejas e capelas da Ordem, entre as quais, a igreja de Cabeção⁷¹ e, a 4 de Maio de 1574, atendendo às necessidades da igreja de Nossa Senhora da Purificação da vila de Cabeção e para que fosse melhor provida, ordenou para a sua fábrica a quantia de 5000 reais em cada ano, pagos pelo S. João, no almoxarifado da Ordem, na vila de Avis. Os dinheiros deviam ser entregues a um regedor da fábrica e registados num livro encadernado, numerado e assinado pelo juiz ordinário da vila. O regedor e escrivão da fábrica deviam ser eleitos na Câmara, pelos juizes e oficiais da mesma e pelos visitantes da Ordem⁷².

A 11 de Junho de 1588, o primeiro monarca da dinastia dos Áustrias, D. Filipe I, a pedido dos oficiais da Câmara e mais povo da vila de Cabeção, determinou que as pessoas que fossem eleitas para priostes na vila fossem nela moradores⁷³. A 14 de Agosto de 1592, o mesmo Rei concedia à sua igreja 2 arrobas de cera por ano e, a 14 de Novembro de 1593, tendo em conta o pequeno ordenado do seu capelão

⁶⁸ BOISSELLIER, Stéphane - *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal ...*, p. 217.

⁶⁹ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelarias Antigas da Ordem de Avis* [doravante designado por *Chancelarias Antigas*], Livro 1, fl. 312v.

⁷⁰ *Chancelarias Antigas*, Livro 3, fl. 6v.

⁷¹ *Chancelarias Antigas* Livro 3, fl. 280v.

⁷² *Chancelarias Antigas*, Livro 4, fls. 198v-199. A este propósito é de referir que nas imediações do Castelo existe uma propriedade chamada Fábrica, o que nos leva a admitir que possa ter tido alguma relação com a fábrica da igreja. Porém, em 1766, a Fábrica pertencia ao convento de S. Francisco do Vimieiro (Avis, Arquivo Municipal, *Colecção especial*: B1, nº 531, fl. 33v).

⁷³ *Chancelarias Antigas*, Livro 6, fl. 247v.

curado, fazia-lhe acrescentamento de 4 alqueires de trigo para sua sustentação, mais 2000 réis pelo trabalho de ensinar a doutrina cristã na dita freguesia⁷⁴.

Sublinhe-se que as medidas que acabamos de enunciar estão em consonância com as orientações pastorais que acompanharam a precoce divulgação entre nós dos decretos tridentinos, que defendiam uma influência mais autorizada e eficaz dos clérigos junto dos fiéis e a frequência dos sacramentos⁷⁵. Na prática, elas concederam uma maior autonomia à igreja local, que um documento de 1578 designa de igreja matriz, sem esquecer que, já antes de 1561, fora dedicada a Nossa Senhora da Purificação. Contudo, ela continuou a ser anexa à igreja de Avis e as suas rendas e dízimas continuaram a pertencer à comenda de Avis.

3.2. Integração da comenda de Cabeção na Mesa Mestral da Ordem

A criação da comenda de Cabeção consagrou definitivamente a presença desta localidade nos quadros institucionais da Ordem de Avis já iniciada com a fundação da capela de Santa Maria.

Em data imprecisa do século XIV⁷⁶, o património da Ordem foi dividido em bens da Mesa Mestral, por um lado, e bens das Comendas, por outro. A comenda de Cabeção, tal como as comendas do Ervedal e Benavila, passou a pertencer à Mesa Mestral, na qualidade de anexa à comenda de Avis, deixando então de ser mencionada individualmente. Quer isto dizer que os direitos e bens que inicialmente pertenciam à comenda de Cabeção passaram a pertencer à comenda de Avis.

Os direitos da comenda eram simultaneamente deveres. O comendador tinha o direito e o dever de administrar a justiça e de receber as respectivas penas pecuniárias; tinha o direito e o dever de proporcionar aos moradores da comenda os serviços religiosos, como sejam, a manutenção dos lugares de culto e o provimento dos respectivos curas, recebendo em troca os tributos canónicos devidos pelos fregueses à sua igreja, o mais importante dos quais era o dízimo. Não menos importantes que os direitos eram os bens da comenda, como a quinta, o ferragial, o rossio, as casas, o celeiro da comenda e o pinhal da Ordem.

⁷⁴ *Chancelarias Antigas*, Livro 8, fls. 86v e 102.

⁷⁵ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia - "A Divulgação dos Decretos Tridentinos: entre as leis e as práticas". *História Religiosa de Portugal*. AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). Vol. II. MARQUES, João Francisco e GOUVEIA, António Camões (coords). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa/ Círculo de Leitores, 2000, pp. 25-26.

⁷⁶ Veja CUNHA, Maria Cristina Almeida - *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV) ...*, p. 54; OLIVEIRA, Luís Filipe Oliveira - *A Coroa, os Mestres e os Comendadores ...*, p. 524.

3.2.1. O Pinhal da Ordem

A propriedade mais importante e singular que a Ordem de Avis possuía em Cabeção era, sem dúvida, o Pinhal, extensa mata que rodeava a vila por todos os lados, excepto pelo sul. Actualmente esta mata ocupa uma área de 290 ha, mas no passado teria atingido maiores dimensões. Desconhece-se qual teria sido a sua origem. Segundo a conceituada opinião de autores como Bernardino Barros Gomes e Sousa Pimentel, o pinhal de Cabeção teve uma origem espontânea. Por força da disseminação, o pinheiro teria invadido os terrenos vizinhos graníticos e quartzosos, onde a inferior qualidade das terras não permitiu que se criasse bons montados⁷⁷ (Fig. 12).



Fig. 12 - A Vila, entre o Pinhal e a Ribeira da Raia

⁷⁷ GOMES, B. Barros - *Condições Florestais de Portugal*. Lisboa: Lallement Frères, 1876, p. 61; PIMENTEL, C. A. de Sousa - *Os nossos pinheiros*. Lisboa: Escola Typografica. Salesiana das Oficinas de S. José, 1910, p. 53.

A fonte primária mais antiga que documenta a existência desta mata é uma carta de privilégios de D. Afonso V, datada de 11 de Abril de 1469, a favor de Fernão Gonçalves, morador em Cabeção, que se propunha fazer uma estalagem para dar pousada aos caminhantes que por lá transitassem. Em troca de muitos privilégios, o estalajadeiro ficava obrigado a ter sempre disponível um par de camas, a manter uma barca para passar a ribeira de Raia e a guardar o Pinhal da Ordem de Avis existente neste lugar⁷⁸.

Fontes posteriores dão-nos mais pormenores acerca desta propriedade. Assim, no Tombo Antigo da Ordem de Avis de 1504, elaborado por Diogo de Azambuja, o pinhal de Cabeção figura na lista dos bens da Ordem. A sua administração pertencia ao Almojarife da mesma que também tinha o encargo de dar em sesmaria todas as terras incultas. Destaca-se aqui uma originalidade: os pinheiros que existissem ou viessem a nascer nas terras contíguas à mata ficavam para sempre propriedade da Ordem e ninguém poderia cortá-los sem licença do Mestre. Os moradores de Cabeção estavam obrigados a limpar a mata a troco de comida e da possibilidade de aí cortarem madeira. Deviam, entretanto, respeitar as seguintes condições: quando necessitassem de madeira para construir ou reconstruir as suas casas só o poderiam fazer com licença do Almojarife que lhes assinalaria o local onde deviam realizar o corte, estando proibidos de cortar pinheiros pelo pé⁷⁹. A pena aplicada a quem cortasse um pinheiro sem licença era de 1000 reais em dinheiro e 30 dias de cadeia. Donde se conclui que, através das licenças concedidas aos moradores para cortarem na mata a madeira necessária à construção das suas casas, a Ordem tinha em mente o povoamento e a defesa da terra⁸⁰.

Durante o período de incorporação das Ordens Militares na Coroa, que começou a desenhar-se com D. João I e foi concluída por D. João III, foi Mestre das Ordens de Avis e Santiago, de 1492 a 1550, D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II. D. Jorge doou o pinhal ao Convento de Avis para reparo das suas obras e para as despesas da sua fábrica e encarregou o D. Prior da sua administração. Este, por sua vez, devia nomear um guarda residente em Cabeção⁸¹.

D. Sebastião, como Governador Perpétuo e Administrador da Ordem, por carta de 18 de Outubro de 1565, pela muita necessidade que tinha de madeira para as suas armadas, intimou o D. Prior de que só podia cortar madeira para as obras do Convento e nunca para venda⁸². E, a 26 de Março de 1568, tendo sido informado

⁷⁸Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 31, fl. 141; Lisboa, Torre do Tombo. *Leitura Nova. Odiana*, Livro 4, fl. 20.

⁷⁹ *Tombo das Comendas*, Livro 70, fls. 88v e 91.

⁸⁰ BEIRANTE, Maria Ângela; BEIRANTE, Cândido - *O Pinhal de Cabeção. Memória Histórica*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Mora, 2009, pp. 15 e ss.

⁸¹ SARAIVA, José M. da Cunha (org.) - *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, p. 174 e *Tombo das Comendas*, Livro 70, fl. 40v.

⁸² *Chancelarias Antigas*, Livro 6, fls. 248v-249.

de que no pinhal da vila de Cabeção se cortava muita madeira por não haver quem tivesse o cargo de o guardar, nomeia para o dito cargo Pero Álvares Vieira, seu moço de câmara, com o vencimento de 4000 reais pagos no almoxarifado da Ordem, na vila de Avis⁸³.

Passados alguns anos, o mesmo rei, que restringiu drasticamente os direitos que o Convento detinha sobre o pinhal, irá reforçar os direitos de uso que os habitantes de Cabeção tinham sobre a mata. Assim, por alvará passado a 8 de Julho de 1574, D. Sebastião confirma aos moradores da vila de Cabeção o privilégio antigo que tinham de cortar no pinhal a madeira necessária para conserto e madeiramento das suas casas, desde que o fizessem com licença do Almojarifé e autorização do Contador do Mestrado ou da pessoa a quem o rei tivesse dado cargo do pinhal. Podiam ainda aproveitar os ramos para os fornos e colher pinhas para seus gastos, desde que o fizessem depois do dia de Santa Catarina (25 de Novembro), como era costume. Levanta a proibição do uso de machados nas terras onde houvesse pinheiros e permite aos moradores que cortem algumas árvores nas terras por eles cultivadas para benefício das suas lavouras. Por fim o rei ordena que o seu alvará fique registado no livro da Câmara da vila para que juízes, vereadores e oficiais o façam cumprir⁸⁴.

Na realidade o Pinhal era, de longe, a propriedade mais valiosa e cobiçada que a Ordem de Avis possuía em Cabeção. Além de fornecer madeira para as obras do convento e para a construção ou reconstrução das igrejas e capelas da Ordem⁸⁵, a mata tinha um valor inestimável para os habitantes da vila que nela podiam cortar madeira para a construção das suas casas e dos seus instrumentos de lavoura. Porém, o seu maior valor foi-lhe atribuído pela Coroa, ao considerá-la uma óptima reserva de madeira destinada à construção naval (**Fig. 13**).

⁸³ *Chancelarias Antigas*, Livro 3, fl. 169.

⁸⁴ *Chancelarias Antigas*, Livro 4, fls. 215-216. Existe cópia em Desembargo do Paço. Alentejo e Algarve: mç. 739, doc. 8.

⁸⁵ Assim o mostra o texto das *Visitações da Ordem de 1578* (Biblioteca Nacional de Portugal, *Fundo Geral: Códice 9896*, fls.36v 151v).



Fig. 13 - O Pinhal, na actualidade

3.3. De simples lugar, a concelho de pleno direito

Na falta de um foral, que Cabeção parece não ter tido, e que definiria de uma vez por todas o estatuto da nova entidade urbana, temos de recorrer a documentos de vária natureza a fim de podermos compreender como foi evoluindo, ao longo dos tempos, o seu processo de definição jurídica.

A povoação ganhou visibilidade militar nos finais do século XIV, aquando das guerras contra Castela, como prova o arrolamento dos besteiros do conto ordenado por D. João I no início do seu reinado. Enquanto Avis contribuía com um contingente de 20 homens para a hoste régia, Cabeção, juntamente com Montargil, devia contribuir com 12 besteiros. Cada um destes homens estava obrigado a apresentar-se armado com um bacinete de face, dois dardos e cem passadores ou setas⁸⁶.

Foram provavelmente as necessidades bélicas prementes que levaram o rei, em data desconhecida, a atribuir a Cabeção o estatuto de vila. De facto, nos primeiros anos do século XV, Cabeção era intitulada vila, com termo próprio, como consta na já referida carta de privilégios e isenções que lhe é concedida pelo rei D. João I, em Montemor-o-Novo, a 2 de Fevereiro de 1405:

“dom frey fernam Rodriguez meestre da caualaria da hordem d
 aujs nosso criado nos dise que a ujlla de cabeçam he da dicta sua
 hordem e que a dicta ujlla e termo della soya de seer muy bem

⁸⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, Livro1, fl. 112v; *Chancelarias Portuguesas. D. João I...*, Vol. I, tomo 2.

pobrada de gentes e lauradores que laurauam e aproueitauam os herdamentos da dicta villa e termo della”.

Note-se que a existência de um termo próprio, que se traduz na definição e preservação do espaço físico da povoação, corresponde ao nível básico da construção de uma identidade territorial⁸⁷.

Quanto ao estatuto de vila, os documentos das chancelarias régias mostram que o título de vila decorre sempre de uma decisão régia de “fazer vila” um lugar que não possuía esse estatuto⁸⁸. Os casos analisados permitem-nos tirar várias conclusões:

Ser vila significava ter jurisdição própria e termo próprio. Sem estes dois atributos, a povoação era considerada um simples lugar. Ressalve-se, porém, os casos em que o termo ‘lugar’ é sinónimo de local ou localidade.

Constata-se que a categoria de vila podia não ser definitiva. Sendo concedida pelo rei, como forma de premiar serviços, podia ser-lhe retirada por ele, como forma de punir infidelidades.

O lugar, por seu turno, podia chamar-se concelho por ter a sua assembleia de homens-bons e os seus juízes⁸⁹, mas porque estes estavam sujeitos aos juízes do concelho principal e porque o lugar não gozava de termo próprio não era confundível com uma vila.

Pelo que nos é dado constatar, a categoria de concelho é bastante ampla, podendo aplicar-se a qualquer povoação que tenha a sua assembleia de homens-bons. Como reconhece José Marques, a palavra *concelho* não tem um sentido unívoco e, no caso presente, ela parece corresponder a uma fase preparatória do processo autárquico⁹⁰.

Deste modo, o que parece ser um dado adquirido em matéria de definição jurídica das povoações medievais portuguesas, que identifica o concelho com uma realidade institucional modelada pelo foral que, em data fixa, lhe foi concedido pelo rei, nem sempre se comprova. De facto, os exemplos apreciados provam que podem existir concelhos embrionários que nem sequer alcançaram o estatuto de vila. Por seu turno, nem todas as vilas alcançam o estatuto de concelho pleno. Para isso é necessário que a entidade soberana lhes reconheça o direito a terem câmara e magistraturas próprias, como só veio a suceder em Cabeção na década de setenta do

⁸⁷ COSTA, Adelaide Millán da - “En busca de la identidad de las villas medievales portuguesas. El ejemplo de Coruche”. in JARA FUENTE, José Antonio (coord.) - *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2013, pp. 25-58.

⁸⁸ Vejam-se os seguintes casos, em *Chancelarias Portuguesas. D. João I. Vol. I. Tomo 1*, p. 144; *Chancelarias Portuguesas. D. João I. Vol. I. Tomo 2*, p. 183; *Chancelarias Portuguesas. D. João I. Vol. II, tomo 1*, pp. 142 e 187.

⁸⁹ BOISSELIER, Stéphane - *Le Peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal ...* defende insistentemente esta opinião.

⁹⁰ MARQUES, José - *O Concelho Alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336*. Sep. *Revista da Faculdade de Letras*. 2ª série. 5 (1988).

século XVI. Neste caso, como noutros semelhantes, o seu estatuto jurídico não ficou definido de uma vez por todas, antes resultou de um longo processo evolutivo que teve avanços e recuos.

Se, em 1405, Cabeção já era vila, a documentação remanescente mostra que, durante século XV e na maior parte do XVI, o qualificativo de vila poucas vezes lhe é atribuído, prevalecendo o de lugar, o que parece traduzir uma perda de estatuto. Como pertencia à Mesa Mestral, o Mestre tinha aí toda a jurisdição cível e crime e o Almojarife pelo Mestre na vila de Avis era, desde tempos antigos, o juiz perpétuo do lugar de Cabeção. Este magistrado julgava em primeira instância causas cíveis e crimes, de órfãos e de almotaçaria e nenhum outro juiz podia entrar no lugar, nem mesmo o Ouvidor do Mestrado para qual subiam as apelações do juiz⁹¹. Concomitantemente tinha concelho de homens-bons e eventualmente juizes locais, mas na ausência de uma jurisdição autónoma e de um termo próprio, era impossível manter o título de vila.

Parece claro que, na primeira metade do século XVI, o estatuto jurídico da povoação é algo ambíguo e a sua qualificação oscila entre lugar e vila. Uma das razões para que a situação institucional de Cabeção continuasse indefinida pode encontrar-se no reduzido peso demográfico da povoação que, em 1534, contava apenas com cerca de 220 habitantes⁹². Outra causa de peso deve-se à oposição que lhe é movida por parte da vila de Avis que se recusava a reconhecer-lhe termo próprio, porque isso implicava uma amputação do seu próprio termo e dos direitos exclusivos sobre o mesmo.

A resistência do concelho de Avis contra o desmembramento do seu primitivo termo em prol das vilas que nele se constituíram está documentada desde o século XIV⁹³. A mesma atitude de recusa perante a formação do futuro concelho de Cabeção está patente em dois documentos reproduzidos no Tombo de 1556, mas que são anteriores a esta data⁹⁴.

O primeiro documento, não datado, é um auto de demarcação dos termos de Cabeção e Avis “demarcacam per onde parte o limite de Cabeção com Auis” feito à revelia dos oficiais de Avis, porque estes se recusaram a comparecer, alegando “que não tinham necessidade de la yr, porquanto ho dito lugar de Cabeção estaua no termo de Auis: sómente tinha hum limite sobre si em que não auia duuida e erãem vezinhos nos pastos e os de Cabeção comiaõ com seus gados até os muros d Auuis”.

⁹¹ SARAIVA, José M. da Cunha (org.) - *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis ...*, p. 173.

⁹² Na visitação de 1534, realizada por Frei Álvares de Proença à igreja de Santa Maria de Cabeção, afirma-se que tinha 55 fregueses e que eram muito pobres (Biblioteca Pública de Évora, *Códice CXVIII-1-1*, fls.28-29).

⁹³ *Ordem de Avis*, mc. 4, doc. 373; SARAIVA, Maria Teresa - *Figueira. Comenda da Ordem de Avis - Publicação de Fontes*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

⁹⁴ SARAIVA, José M. da Cunha (org.) - *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis ...*, pp. 177-179.

O segundo documento é a confirmação de uma sentença proferida pelo Ouvidor do Mestrado de Avis, dada por Álvaro Martins, juiz dos feitos de el-rei, a 21 de Abril de 1540. É este o seu resumo:

Houve demanda entre o concelho de Avis e o concelho de Cabeção, porque os de Avis queriam encoimar os gados dos moradores de Cabeção, dentro do seu próprio termo. O Ouvidor do Mestrado sentenciou a favor do concelho, juiz e almoxarife de Cabeção contra os juízes e vereadores de Avis, invocando a posse antiga que os primeiros tinham de julgar todos os casos crimes e cíveis, bem como os casos de coimas que ocorressem nesse lugar. Restituiu ao concelho de Cabeção a respectiva posse, sob pena do pagamento de 50 cruzados para o mesmo, e condenou os oficiais de Avis nas custas dos autos.

Com base em alguns diplomas emitidos por D. Sebastião como Governador da Ordem, podemos afirmar que foi com este rei que a vila de Cabeção alcançou a sua autonomia, mas nada nos garante que o reconhecimento régio se tenha processado através da concessão de um foral, mas através de uma série de privilégios às instituições locais, que se traduziram na conversão de uma situação de facto numa situação de direito.

O alvará de D. Sebastião de 8 de Julho de 1574, reforçando os direitos dos moradores de Cabeção sobre o pinhal, revela-nos a existência de um concelho a funcionar em toda a sua plenitude. Só assim se explica que o rei mande registar este diploma nos livros da Câmara da vila e que os juízes, vereadores e oficiais da mesma o façam cumprir. A 17 de Janeiro de 1577, o mesmo rei, atendendo aos bons serviços de Manuel Vogado, seu moço de câmara, faz-lhe graça e mercê do ofício de tabelião das notas e do judicial da vila de Cabeção, ofício que ele já antes servia por provisão régia⁹⁵.

Podemos concluir que foi D. Sebastião o rei que, cerca de 1574, sancionou a existência de um concelho de pleno direito. Uma das razões que motivaram a concessão do estatuto concelhio com jurisdição própria e órgãos municipais foi a necessidade de madeiras para as armadas, madeiras que abundavam no pinhal de Cabeção. Num tempo de navegações e conquistas, esta importante reserva de matéria-prima foi um factor determinante no processo de autonomia em relação ao concelho de Avis.

⁹⁵ *Chancelarias Antigas*, Livro 4, fl. 318.

3.4. Instituição da confraria da Misericórdia

O interesse da Coroa pelas madeiras do pinhal encontra-se documentado nas chancelarias antigas da Ordem de Avis. Por alvará de 23 de Junho de 1588 (ano da Invencível Armada) Filipe I proíbe o corte de madeiras no pinhal de Cabeção por lhe serem muito necessárias para as suas armadas e, como já o fizera D. Sebastião, restringe os direitos do D. Prior de Avis ao corte de madeiras para as obras do convento⁹⁶. Em contrapartida, concedeu vários privilégios às instituições locais, nomeadamente à Câmara e à Igreja⁹⁷.

Apesar de não ter chegado aos nossos dias o respectivo documento, tudo leva a crer que o grande impulso dado por Filipe I ao novo concelho foi a licença régia concedida aos seus moradores para fundarem uma Misericórdia, instituição que está documentada desde 1595⁹⁸.

Como afirma Laurinda Abreu, em finais de Quinhentos, a fundação de uma Misericórdia era vista como sinónimo de desenvolvimento de uma comunidade que tinha adquirido há relativamente pouco tempo o estatuto concelhio. Acrescenta a mesma autora que a monarquia filipina, ao prodigalizar a criação de novas Santas Casas demonstrou um profundo sentido político aumentando substancialmente o número de interlocutores entre a Coroa e o país, evitando assim a formação de centros excessivamente poderosos⁹⁹. Neste caso, o monarca espanhol, ao conceder privilégios vários aos moradores do novo concelho, não só reforçava o poder local frente ao poder senhorial do D. Prior de Avis, como conquistava novos aliados ao serviço dos seus planos políticos, entre eles o do domínio dos mares. Assim, em finais do século XVI, a elite local emergente foi legitimada pelo poder régio através da concessão de dois importantes atributos de urbanidade: o Concelho e a Misericórdia.

4. Evolução urbanística de Cabeção (Séculos XIII-XVII)

Se os aspectos institucionais que acabámos de apresentar postulam o conhecimento, ainda que sumário, das condições demográficas da povoação, os aspectos urbanísticos estão intimamente ligados à sua evolução demográfica.

Nos tempos imediatos à Reconquista, Cabeção compunha-se de dois pequeníssimos núcleos populacionais separados pela distância de meio quilómetro. Um deles, situado no ponto mais alto do território, correspondia ao sítio do Castelo.

⁹⁶ *Chancelarias Antigas*, Livro 6, fls. 248v-249.

⁹⁷ *Chancelarias Antigas*, Livro 6, fl. 247v; Livro 8, fls. 86v e 102.

⁹⁸ Arquivo da Misericórdia de Cabeção: Mis. 4, fl. 31v; Mis.91, caderno nº 1, fl. 6.

⁹⁹ Laurinda Abreu - "O Século das Misericórdias". in *III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua Época. Actas*. Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal, 2004, pp. 363-376 (p. 368).

O outro, irrigado pelas águas do Ribeiro do Senhor, porventura um habitat disperso, identificava-se com a Quinta, no sítio do Salvador. Tenha-se em conta que, em data desconhecida, esta propriedade foi doada pelo rei à Ordem de Avis, a ponto de Cabeção “ser chamada antigamente” Quinta da Ordem¹⁰⁰ (Fig. 14).

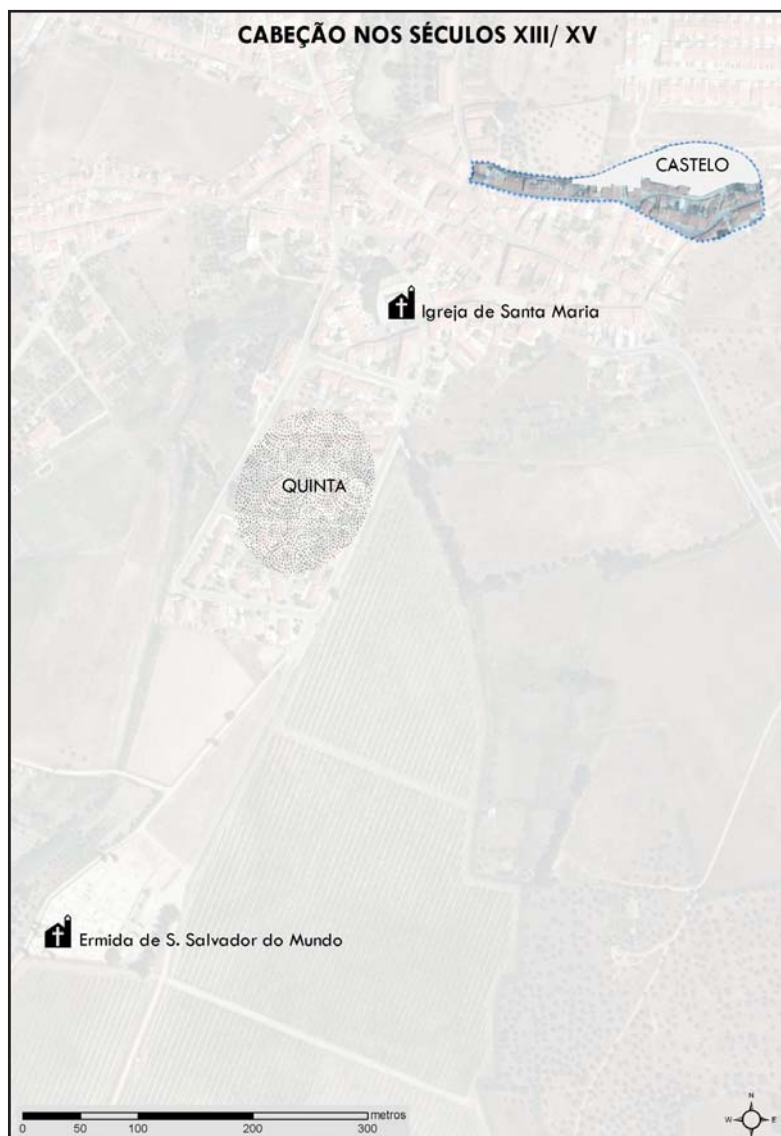


Fig. 14 - Os núcleos iniciais: o Castelo e a Quinta

¹⁰⁰ ANTT, Tombo das Comendas da Ordem de Avis, Livro 70, fl. 40.

Desconhecemos qual seria, durante a Idade Média, o número de habitantes de Cabeção, mas na carta de privilégios concedida por D. João I, em 1405, a esta localidade encontramos uma notícia sobre a sua evolução demográfica. Diz-se que já em tempos a vila fora muito povoada, mas que, devido às recentes guerras com Castela, tinha perdido muitos habitantes. Extraem-se daqui duas conclusões. O facto de já antes ter gozado do estatuto de vila (com jurisdição e termo próprios), pode reflectir a anterior prosperidade demográfica; o facto de ter perdido posteriormente o título de vila também é consentâneo com a perda de população denunciada neste diploma.

Apesar de não dispormos de quantitativos demográficos para a época, é óbvio que a evolução demográfica aqui delineada parece coincidir com a que se observa no Alentejo dos séculos XIV e XV, onde ao surto demográfico dos séculos XIII/XIV se seguiu uma retracção que atingiu o seu nível mais baixo nas duas primeiras décadas de Quatrocentos.

Como causas desta retracção demográfica, comum a toda a Europa, contam-se as secas, a esterilidade, a fome, a peste e a guerra. Temos notícias de que os anos de 1375, 1376 e 1381 foram no Alentejo anos de seca, esterilidade e fome. Além da peste negra de 1348, de longe a mais mortífera, também se registaram outros surtos de peste, como o de 1375, associado à seca e à fome. Mas um dos grandes responsáveis pelo declínio demográfico à escala regional foram as guerras que, entre 1381-1385, assolaram o Alentejo e provocaram o abandono de várias povoações. Foi este despovoamento que D. João I procurou contrariar através de medidas apropriadas, privilegiando várias localidades que se encontravam abandonadas por causa da guerra, entre elas Cabeção. A recuperação que sucedeu a esta crise demográfica só foi sensível na segunda metade do século XV¹⁰¹.

4.1. Uma criação urbanística do século XVI: a “povoação de baixo”

O primeiro dado quantitativo de que dispomos acerca do número de habitantes de Cabeção data de 1534. Aquando da visitação realizada nesse ano pelo D. Prior de Avis Frei Luís Álvares de Proença à igreja deste lugar, a freguesia tinha apenas 55 fregueses o que poderia corresponder a uns 220 habitantes.

Para reverter tal situação, D. Jorge de Lencastre, Mestre da Ordem de Avis, começou por mandar restaurar a igreja do lugar, deixando-a “mui bem concertada”, nas palavras daquele visitador¹⁰². Porém a medida mais inovadora por ele tomada

¹⁰¹ BEIRANTE, Maria Ângela - Évora na Idade Média ..., pp. 151-185.

¹⁰² Biblioteca Pública de Évora, *Códice CXXIII-1-1*, fls. 28-29.

foi a doação de um chão, que fora ferragial da Ordem, aos seus moradores, “para que nelle fizessem casas em que morassem, com condição que caidas e não alevantadas ho chão tornasse a ficar em ferrageal da Ordem como dantes”. Para atrair povoadores isentou os futuros donos das casas do pagamento de qualquer foro ou tributo.

O afluxo de novos povoadores não tardou a fazer-se sentir e, em 1556, este chão, que se estendia desde a encosta do Castelo até ao adro da Igreja, já tinha muitas casas construídas. É provável que este novo espaço tenha atraído, não só elementos forâneos como os próprios moradores do Castelo e do povoado residual da Quinta. Assim, por vontade de um chefe, favorecida pela recuperação demográfica da segunda metade de Quinhentos, nasceu a “povoação de baixo”, por oposição à povoação antiga, “em mais alto lugar sita”¹⁰³. A criação desta vila nova provocou alterações importantes do ponto de vista urbanístico. Por um lado, motivou o desaparecimento do núcleo habitacional da Quinta; por outro, deu origem à constituição de um aglomerado urbano contínuo, de dimensões razoáveis, integrado pelo Castelo e pela Vila, propriamente dita (Fig. 15).



Fig. 15 - A nova configuração urbanística

¹⁰³ SARAIVA, José M. da Cunha (org.) - *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis ...*, p. 174. Este chão media 145 varas de comprimento e 119 de largo, ou seja 160 por 130 metros.

No centro da Vila foi desenhada a Praça, de traçado ortogonal, bem como as suas ruas adjacentes, a mais importante das quais era a Rua Nova (Rua Alexandre Herculano), enquanto a Rua da Misericórdia fazia a ligação entre a Praça e o Castelo. Entre as ruas então abertas, destaca-se a Rua da Igreja (Rua Dr. Manuel de Arriaga), que estabelecia a ligação entre o centro cívico da vila e a igreja e que, pela sua largura e pela regularidade do seu traçado, rivalizava com a Rua Nova¹⁰⁴.

Este fenómeno urbanístico, que teve o seu arranque na segunda metade do século XVI, é indissociável do surgimento de duas instituições estruturantes da vila do Antigo Regime: o Concelho e a Misericórdia, que deixaram a sua marca de modernidade no traçado quadrangular da Praça (**Fig. 16**).

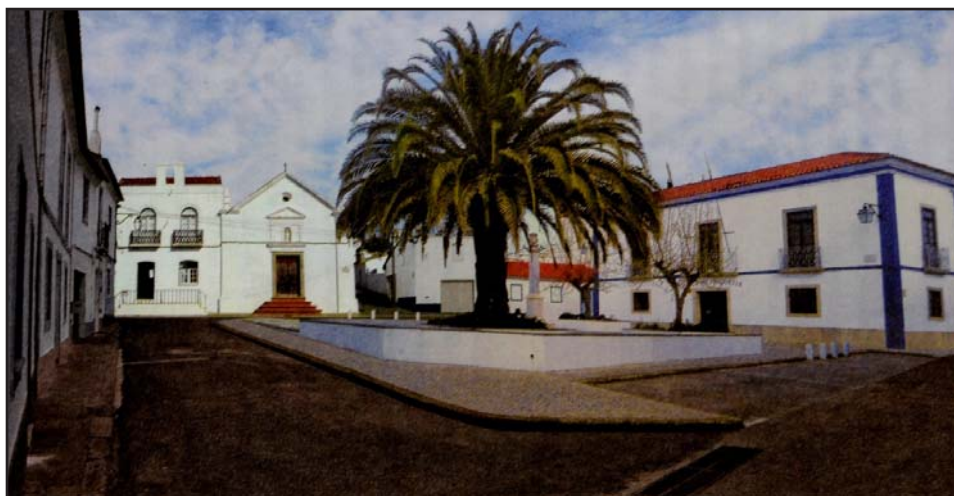


Fig. 16 - A Praça da Vila, com o Paço do Concelho e a Misericórdia

4.2. A Praça e os seus edifícios

Como é sabido, a praça das cidades e vilas portuguesas define-se essencialmente como o centro do poder autárquico. Uma vez consagrado esse poder, tornou-se urgente construir as casas da Câmara e desenhar o espaço envolvente, onde se erguesse o pelourinho, símbolo da autoridade concelhia.

¹⁰⁴ A abertura da Rua da Igreja deve ter ocorrido nas últimas décadas da centúria pois, em 1578, quando o Prior-mor de Avis, D. António Mimoso, visitou a igreja, observou que ela se encontrava fora da povoação, razão pela qual não possuía sacrário (Biblioteca Nacional de Portugal, *Fundo Geral: Códice 9886*, fls. 152-154).

4.2.1. O Paço do Concelho

O Paço do Concelho foi edificado na fachada oriental da Praça e é hoje a sede da Junta de Freguesia. Segundo a tipologia comum, estes edifícios compunham-se habitualmente de dois pisos: no piso térreo, ficava a cadeia e o açougue e, no primeiro andar, a Câmara onde reunia a vereação. O acesso ao primeiro andar fazia-se normalmente por uma escadaria exterior. Em 1866, trinta anos depois da extinção do concelho, o edifício era assim descrito:

“Huma murada de cazas na praça que servio de paços do concelho, compõe-se de tres cazas altas e tres terreas em que estão a cadeia e o assougue, e nos altos a aula de instrucção primaria e a residencia do carcereiro¹⁰⁵.

Embora tenha sofrido algumas modificações, como a supressão da escadaria exterior, a sua traça primitiva não sofreu alterações estruturais.

Em frente da Câmara, como de costume, erguia-se o pelourinho, mas o que actualmente aí se encontra não é o original. O primitivo pelourinho filipino foi destruído em 1874, sendo as suas pedras utilizadas na construção da fonte nova do Ribeiro. O pelourinho que se pode ver em frente da antiga Casa da Câmara é uma reconstrução mandada efectuar em 1961 pelo Comendador António Lopes Aleixo. Manteve-se, contudo, a parte principal do padrão representada pela coroa que o encima¹⁰⁶ (Fig. 17).



Fig. 17 - O Pelourinho, símbolo da autoridade do Concelho

¹⁰⁵ Lisboa, Torre do Tombo, *Fundo do Ministério das Finanças, Livros de Desamortização e Foros. Inventários, Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Cabeção: Livro 220 - Bens da Junta de Paróquia*, fl. 148 e ss.

¹⁰⁶ CORREIA, Lopes - *Mora e o seu Concelho*. 3ª edição. Mora: Câmara Municipal, 1998, p. 4.

4.2.2. A Misericórdia

Do ponto de vista urbanístico e de acordo com a tendência habitual neste tipo de instituições, a Misericórdia de Cabeção instalou-se num lugar central, sendo edificada na fachada norte da Praça¹⁰⁷. Trata-se de um pequeno edifício que, pelas suas características arquitectónicas, pertence ao grupo de igrejas que Rafael Moreira classificou de “tipo misericórdia”. Este tipo corresponde a construções de grande limpidez de linhas, de proporções verticalistas, a tender para a articulação de sólidos geométricos. Em geral ostentam na fachada frontão triangular liso e portal de empena clássica¹⁰⁸ (Fig. 18).



Fig. 18 - A igreja da Misericórdia, com o seu Hospital

Construída na última década de Quinhentos, a igreja entrou ao serviço do culto em 1600 por autorização do arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança. O documento de licenciamento canónico do templo, datado de 22 de Março de 1600,

¹⁰⁷ A propósito desta temática veja-se a abordagem feita por DOMINGUES, Ana Margarida Portela, “As Misericórdias em Portugal: problemas urbanísticos e soluções recorrentes”, in ALVES, Natália Marinho Correia (coord.) - *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa. Actas do Seminário Internacional de Vila Real*, 2010. Porto: CEPESE, 2011, pp. 83-98.

¹⁰⁸ MOREIRA, Rafael, “As Misericórdias: um património artístico da humanidade”. in GUEDES, Maria Natália Correia (coord.) - *Quinhentos Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de Geração em Geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, pp. 135-164.

mostra que o provedor e irmãos da Misericórdia de Cabeção tinham feito à sua custa e do mais povo da vila a igreja da Misericórdia, com sua capela de abóbada e altar¹⁰⁹.

Terminada a construção da igreja, os irmãos decidiram decorá-la internamente, começando pela feitura dum retábulo maneirista formado por um políptico de seis tábuas pintadas a óleo sobre madeira a que se somam as quatro pequenas tábuas da predela do altar onde estão representadas as insígnias da Paixão de Cristo (Fig. 19).



Fig. 19 - Políptico do altar-mor, tendo ao centro o quadro da Visitação da Virgem

Para maior embelezamento do templo apostaram fortemente na pintura mural e num programa pictórico original, no qual trabalhou, por volta de 1611, o artista eborense José de Escobar¹¹⁰, autor das representações das Obras de Misericórdia que se veem na abóbada da capela-mor e dos frescos da árvore de Jessé e da árvore de S. Francisco que se podem admirar na parede fundeira da igreja (Fig. 20).

¹⁰⁹ Biblioteca Pública de Évora, *Fundo da Manizola: Códice 61*, fls. 89-90.

¹¹⁰ SERRÃO, Vítor - "Os focos de pintura da Santa Casa (séculos XVII e XVIII)". in FONSECA, Jorge - *A Misericórdia de Montemor-o-Novo, História e Património*. Montemor-o-Novo: Tribuna da História, Santa Casa da Misericórdia, 2008, pp. 147-172.



Fig. 20 - Representação de quatro Obras de Misericórdia e do Bom Pastor

A obra pictórica só ficaria concluída em 1630 com um conjunto de doze painéis da história de José do Egípto, que revestem cabalmente as paredes da nave. São obra de autor desconhecido que, de forma popular e ingénua, evoca ainda os modelos maneiristas da *escola* de José de Escobar. Apesar da sua forma singela, os frescos da história de José são dotados de grande pitoresco e vivacidade. Pelo seu tema, são verdadeiramente excepcionais por serem o único exemplar conhecido de pintura mural narrativa dedicada a este ciclo bíblico em igrejas portuguesas¹¹¹ (Fig. 21).

¹¹¹ BEIRANTE, Maria Ângela - *Imagens Falantes: A História de José do Egípto na Misericórdia de Cabeção*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa/Santa Casa da Misericórdia de Cabeção, 2017.



Fig. 21 - Árvores de Jessé e de S. Francisco e frescos da história de José do Egípto

4.3. O surto demográfico e urbanístico do século XVII

Durante todo o século XVII Cabeção teve um crescimento demográfico inequívoco. Este crescimento demográfico, que foi causa e efeito do aumento de riqueza, resultou de três factores. O primeiro decorreu dum melhor aproveitamento das terras das herdades, mediante a prática do velho sistema das sesmarias. O segundo ficou a dever-se à sistemática divisão das terras em volta da vila, “os coutos da vila”, levada a cabo pela autoridade concelhia, que se traduziu na criação de pequenas propriedades onde a cultura da vinha se tornou dominante¹¹². O próprio concelho, ao promover o parcelamento das suas terras, destinando-as à cultura da vinha, contribuiu também para a formação de uma classe média de pequenos e médios proprietários, muitos dos quais integraram a elite local. O terceiro e importante factor de desenvolvimento da vila foi uma maior facilidade de acesso aos recursos do pinhal em consonância com os interesses da Coroa. Os múltiplos trabalhos que se realizavam no pinhal - corte e serração de madeiras, fabrico de pez e respectivos transportes - atraíam a Cabeção vários trabalhadores. A maior parte deles permanecia aqui temporariamente, mas outros fixavam-se na vila, contribuindo para o aumento da sua população. Os

¹¹² BEIRANTE, Maria Ângela - *As Vinhas de Cabeção: do Antigo Regime até finais de Oitocentos*. Mora: Edição da Câmara Municipal de Mora, 2018.

registos paroquiais dão-nos conta dum intenso fluxo migratório que durante todo o século XVII trouxe a Cabeção gente vinda do norte e do centro do país, para aqui trabalhar na agricultura ou nos ofícios. Era uma imigração essencialmente jovem e masculina cujos protagonistas casavam na vila onde constituíam família¹¹³. Assim, apesar das crises frumentárias da década de oitenta do século XVII e das crises de mortalidade que se fizeram sentir em Cabeção nos anos 1684-1685 e nos anos de 1698 e seguintes¹¹⁴, o movimento migratório e certamente um elevado índice de natalidade parecem ter compensado largamente os factores demográficos negativos, contrariando deste modo a tendência geral recessiva que se registou no nosso país durante a centúria de Seiscentos¹¹⁵. De facto, em 1706, Cabeção tinha atingido o elevado número de 350 fogos, aparecendo à frente de vilas como Mora, Galveias e Vimieiro, que contavam 300 fogos cada uma e de Pavia que tinha 250¹¹⁶. Contudo este crescimento demográfico não contraria, antes confirma, a tendência expansiva detectável nas terras da comarca de Avis, de que Cabeção fazia parte. Efectivamente entre o numeramento de 1527 e os números registados na *Corografia portuguesa* de inícios do século XVIII a população desta comarca experimentou um aumento de 60%, o que representa um crescimento excepcional para o período em causa¹¹⁷.

O aumento demográfico que se intensificou durante todo o século XVII traduziu-se, como não podia deixar de ser, num decisivo crescimento urbanístico. Neste período de grande dinamismo foi construído o quarto lugar de culto da vila: a capela de Santo António. O sítio escolhido para o novo edifício ficava à saída da Rua Pouca, a meio do caminho que ligava a povoação antiga do Castelo ao rossio da Eira do Quarto, onde se encontrava a estalagem velha e donde partiam as estradas para Montargil, Galveias e Avis (**Fig. 22**).

¹¹³ À época, as zonas de proveniência dos imigrantes eram, por ordem decrescente, os bispados de Coimbra, Leiria, Porto e a Beira, em geral.

¹¹⁴ Estas crises de mortalidade ocorreram em muitas terras do Alentejo, como mostra BORGES, Emília Salvado - *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior, Cuba (1586-1799)*. Lisboa: Edições Colibri, 1996, pp. 54-55, 102 e ss.

¹¹⁵ SERRÃO, José Vicente - "O quadro humano". in MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. Vol. IV. HESPAÑHA, António Manuel (coord.) - *O Antigo Regime*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 49-69.

¹¹⁶ COSTA, Pe António Carvalho da - *Corografia portuguesa e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal*. Tomo II. Lisboa, na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 601.

¹¹⁷ É o que se conclui da comparação das listas apresentadas por António Manuel HESPAÑHA para documentar o conspecto demográfico do país, entre 1527 e 1700 (*As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal-Séc. XVII*. Vol. I. Lisboa: Ed. Autor, 1986, pp. 96-103).



Fig. 22 - Capela de Santo António

A povoação expandiu-se para oeste e noroeste, em direcção ao Ribeiro. Abriram-se várias ruas, como a Rua de Lisboa, a Rua do Lagar, a Rua do Ribeiro e a Rua Além do Ribeiro. Estas ruas articulavam-se entre si através de terreiros, elementos muito comuns na morfologia urbana dos aglomerados portugueses da época¹¹⁸. Os terreiros da Rua Nova, da Estalagem Nova, de Santo António e da Rua de Lisboa eram espaços de circulação e de encontro que caracterizaram esta povoação alentejana do Antigo Regime como a vila dos quatro terreiros (Fig. 23).

¹¹⁸ Um caso excepcional de recurso a este elemento urbanístico durante o Antigo Regime, é a vila de Montemor-o-Novo, onde a toponímia regista cerca de quinze terreiros. Veja-se: FONSECA, Jorge - "Toponímia e urbanismo de Montemor-o-Novo (séculos XV-XIX)". *Almansor | Revista de Cultura* 14 (2000), pp.17-74; LARANJEIRA, Andreia Sofia Bento - *Abordagem Morfológica no estudo de aglomerados urbanos. Caso de estudo: Montemor-o-Novo*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2011. Dissertação de Mestrado em Arquitectura [consultado a 9-4-2019] <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/39514315004/Tese.pdf>.

necessária à construção das suas casas. No período da Expansão, que coincide com a incorporação da Ordem de Avis na Coroa, as madeiras do pinhal, por determinação régia, passaram a ser destinadas à construção naval, ao mesmo tempo que os próprios habitantes da povoação também viram alargados os seus direitos de uso sobre o pinhal, como seja, o de cortarem madeira para fabrico dos instrumentos de lavoura.

O século XVI foi particularmente inovador na história de Cabeção. A riqueza criada através de um melhor aproveitamento dos recursos naturais traduziu-se num crescimento demográfico. Por decisão do voluntarioso Mestre D. Jorge de Lencastre, foi criada a “povoação de baixo”, que alterou por completo o desenho urbano medieval. Por sua vez, esta nova criação urbanística foi acompanhada de uma evolução institucional de grande alcance que teve como epílogo o reconhecimento de um concelho de pleno direito e a fundação da confraria da Misericórdia. Através destas duas instituições, os reis concederam à elite da vila, o controlo do poder local em sintonia com o poder central. O dinamismo económico e demográfico do século XVII permitiu às instituições locais redimensionar o traçado urbano e implementar a cultura da vinha. Outro programa de grande significado foi o embelezamento da Praça e dos seus edifícios - Câmara e Misericórdia - importantes atributos de urbanidade numa pequena vila de Antigo Regime.

A manutenção das estruturas militares no Entre-Cávado-e-Minho em 1258

Rúben Filipe Teixeira da Conceição¹

Resumo

Falar de pequenas cidades no Portugal medievo é entrar num vasto espaço pontilhado por pequenos núcleos populacionais. Como consequência dos processos comunitários, estes microcosmos foram-se hierarquizando entre si, quer a nível horizontal quer vertical, consoante as diferentes funções económicas e políticas que foram assimilando, acabando por moldar a própria sociedade medieval portuguesa a médio e longo prazo. Com o foco no território do Entre-Cávado-e-Minho, pretende-se demonstrar como o poder régio foi capaz de se articular com os poderes locais de forma a assegurar a preservação do sistema fronteiriço, materializado sobretudo nas estruturas militares, quer fosse através da cedência de bens materiais ou monetários, quer pela imposição do serviço de anúduva, tendo em vista a manutenção física destes castelos.

Palavras-chave

Entre-Cávado-e-Minho. Anúduva. Apelido. Castelos. Matérias-primas.

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

The maintenance of military structures in the Entre-Cávado-e-Minho in 1258

Abstract

Talk about small towns in medieval Portugal means intering in a vast space dotted by small population centers. As a consequence of the community processes, these microcosms were hierarchical organized between them, both horizontally and vertically, depending on the different economic and political functions that they were assimilating, eventually molding the medieval portuguese society itself in the medium and long term. Focusing on the territory of Entre-Cávado-e-Minho, it aims to demonstrate how the royal power was able to articulate with local powers in order to ensure the preservation of the frontier system, materialized mainly in the military structures, whether through the transfer of material or monetary assets, or by the imposition of the *anúduva* service, in order to ensure the physical maintenance of these castles.

Keywords

Entre-Cávado-e-Minho. *Anúduva*. *Apelido*. Castles. Raw materials.

Introdução

O processo de materialização da fronteira entre os reinos de Portugal e de Castela e Leão foi lento e conturbado, no que toca ao território do Entre-Cávado-e-Minho, devido à atração exercida, durante o reinado de D. Afonso Henriques, sobre os poderes estabelecidos na margem direita do rio Minho, nomeadamente nos territórios de Limia e de Toronho². Falhadas as tentativas expansionistas na Galiza, o *Conquistador* optou pela militarização de espaços e gentes e pelo reforço do enquadramento político administrativo dos espaços limítrofes, tendo em vista a consolidação do que veio tornar-se, mais tarde, num espaço de fronteira política³. Destaque-se a nomeação de nobres de origem galega para os cargos de governação das tenências aqui existentes,

² ANDRADE, Amélia Aguiar - *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 17.

³ ANDRADE, Amélia Aguiar - *Vilas, Poder Régio e Fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994. Tese de Doutoramento, p. 184.

como é o caso de Soeiro Aires de Valadares, rico-homem da terra de Valadares em 1173 e que aparece a confirmar documentos régios entre 1169 e 1179. Conta-se ainda a articulação com as instituições eclesíásticas locais, com destaque para os mosteiros de Fiães, de Longos Vales e de Paderne, bem como com uma infinidade de pequenos senhores e as comunidades das montanhas, que viviam muitas vezes isoladas⁴. Outro vetor de ação foi o reforço do povoamento, através da outorga de cartas de foral que vieram legitimar a relação entre a Coroa e as comunidades pré-existentes, como foi o caso de Contrasta-Valença e de Melgaço.

Consequentemente, a fronteira foi-se estabilizando desde a foz do rio Minho até ao sopé da serra de Laboreiro, seguindo pelos recortes montanhosos das serras do Soajo e culminando no vale do Lima em Lindoso, continuando pelas serras da Amarela, da Peneda e do Gerês em direção a oriente⁵. É a partir deste cenário de articulação de forças entre o poder régio, as instituições e populações locais, e a adaptação ao espaço, que este estudo se irá basear, com base nas informações recolhidas na *1ª Alçada das Inquirições Gerais do Reino de 1258*⁶ e na *Chancelaria de D. Afonso III*⁷.

Deste modo, procuraremos aferir qual o impacto da anúduva no Entre-Cávado-e-Minho em meados do século XIII, respondendo às seguintes questões - Como era constituído o sistema defensivo do território? Que bens e serviços eram cedidos pelas populações para a manutenção das estruturas militares?

Sabemos que esta temática não é nova no seio da historiografia portuguesa. Podemos recuar, pelo menos, até 1936, ano em que Costa Veiga publicou os seus *Estudos de história militar portuguesa*⁸, onde analisa as questões subjacentes ao plano militar, incluindo a importância da anúduva, recorrendo para esse efeito às *Inquirições Gerais do Reino* lavradas no século XIII. Todavia, foi necessário esperar até ao final da década de 70 para surgir uma das obras basilares no estudo da arqueologia medieval. Referimo-nos a *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220*⁹, da autoria de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, onde o autor faz uma análise sistemática das estruturas militares existentes no território em questão.

⁴ MATTOSO, José - *Identificação de um País. Oposição - Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Temas e Debates, 2015.

⁵ MARQUES, Maria Alegria Fernandes - "A viabilização de um Reino". in MARQUES, António H. de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) - *Nova História de Portugal*. Vol. III. COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) - *Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, pp. 59-64.

⁶ *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*. Vol. I, Fasc. III. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1891 (Doravante, será referida como PMH: Inq).

⁷ *Chancelaria de D. Afonso III*. Livro I. Vol. I e II. Ed. Leontina Ventura; António Resende de Oliveira. Coimbra: Universidade, 2006.

⁸ VEIGA, A. Botelho da Costa - *Estudos de História Militar Portuguesa*. Vol. I. *Corografia militar do Noroeste de Portugal em 1220-1258; Análise da tradição e da polémica de Ourique*. Lisboa, 1936.

⁹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História da Arte.

De igual modo, Amélia Aguiar de Andrade tem contribuído para o desenvolvimento da temática. Destacámos a sua tese de doutoramento, intitulada *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, de 1994¹⁰. A autora fala-nos da relação entre o poder régio e as populações locais num espaço que foi sofrendo alterações no que toca à sua importância ao longo da Idade Média: de fronteira face ao Islão, passou a ser um espaço de ligação entre a Galiza e o Condado Portucalense para, mais tarde, ser um espaço de enfrentamento entre Portugal e Leão e Castela.

Mais recentemente, Iria Gonçalves publicou uma compilação de estudos focados no Entre-Douro-e-Minho, com base nas *Inquirições Gerais de 1258*¹¹. Trata-se de uma análise exaustiva da fonte, desde a alimentação, aos animais e à paisagem, às visitas régias e aos vários direitos que os oficiais da Coroa poderiam usufruir no cumprimento das suas funções. De todos estes estudos, o de maior relevo para esta análise é o relativo à defesa da terra, com a autora a descrever a relação entre as populações locais e as estruturas militares, com destaque para os vários deveres a que os primeiros estavam obrigados a cumprir.

1. O sistema defensivo do Entre-Cávado-e-Minho em 1258

A nossa análise permitiu conjecturar o que seria o sistema de defesa do Entre-Cávado-e-Minho à data: várias linhas de resistência, que constituíam um complexo em profundidade, articulado entre duas componentes, a estrutural e a humana, com o objetivo de repelir o avanço das forças inimigas (**Fig. 1**).

A primeira destas linhas foi a mesma que, ao longo do tempo, se foi instituindo como fronteira entre os Reinos de Portugal e de Castela e Leão. Estruturalmente, era composta por nove castelos: quatro de matriz roqueira, nomeadamente o de Pena da Rainha, o de Fraião, o de Castro Laboreiro e o de Bouro que, construídos em locais elevados, aproveitavam os afloramentos rochosos para fortalecerem a sua posição; tendo sido mais tarde complementados com a construção de novas estruturas, mormente os de Caminha, de Cerveira, de Valença, de Melgaço e de Lindoso, seguindo uma nova matriz arquitetónica.

¹⁰ ANDRADE, Amélia Aguiar - *Vilas, Poder Régio e Fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*....

¹¹ GONÇALVES, Iria - *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. Sobre o papel das Ordens Religioso-Militares no Entre-Cávado-e-Minho, veja-se: OLIVEIRA, Luís Filipe - "A guerra e os freires nas Inquirições Régias do século XIII", in AYALA MARTÍNEZ, Carlos; HENRIET, Patrick; PALACIOS ONTALVA, J. Santiago (ed.) - *Orígenes y desarrollo de la guerra santa en la Península Ibérica*. Madrid: Casa de Velásquez, 2016, pp. 187-205; SILVA, Ricardo - *As Ordens Militares do Hospital e do Templo no Entre-Cávado-e-Minho nas inquirições de Duzentos*. Porto: Edição do Autor, 2016.

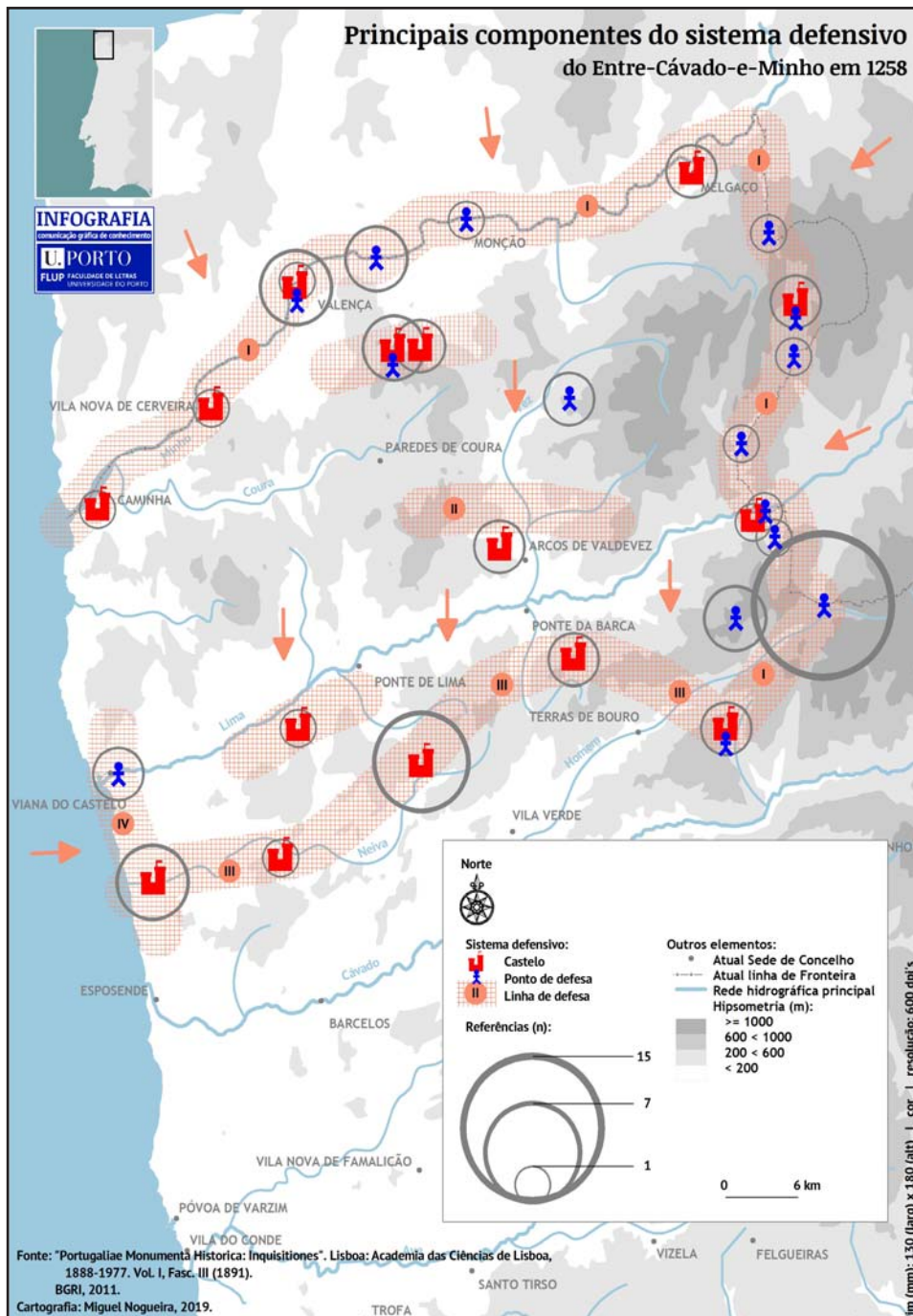


Fig. 1 - Para a construção do presente mapa foram utilizadas as informações relacionadas de forma direta com uma determinada estrutura, onde se incluem referências aos alcaides, mas também aos serviços de anúdua e de apelido, com estas últimas a indicar os pontos de passagem a defender

Quanto à componente humana, desenvolveu-se uma rede de apoio baseada nos deveres: (a) da anúduva, um dever obrigatório para todos os peões e que implicava a contribuição na construção e manutenção de estruturas militares, mas que com o tempo foi sendo remido em dinheiro¹²; (b) do apelido, serviço militar defensivo, ao qual todos os homens capazes tinham de responder, após a convocatória realizada pelos oficiais régios¹³. Este sistema foi construído entre a Coroa, as instituições monásticas e as populações deste território.

No que se refere a indivíduos com competências militares, os inquiridores registaram a presença do alcaide de Neiva¹⁴, dos de Valença¹⁵ e do *pretor* de Melgaço, Pedro Moniz¹⁶, todos estes na qualidade de testemunhas, bem como o do castelo de Lindoso, que devia ser abastecido pelos moradores de S. Mamede de Lindoso¹⁷, e o de Cerveira, mencionado na transação de uma propriedade¹⁸.

Mas é sobre o abastecimento dos castelos e dos casteleiros que parece recair a atenção dos inquiridos (**Fig. 2**). Conhecidos também como mestres, os casteleiros eram responsáveis pelo planeamento e direção da construção das estruturas, bem como pela sua manutenção, estando presentes, de forma (in)direta, em todo o processo¹⁹. Um destes, o mestre Fernando, está relacionado com o balcão de matacões mais antigo de que há memória em Portugal, o de Melgaço. Sabemo-lo graças a uma inscrição de 1263²⁰, onde também é feita referência a Martinho Gonçalves, o então alcaide do burgo²¹, o que indica a alteração da pessoa responsável pelo governo da praça num espaço de cinco anos.

¹² BARROCA, Mário - “Organização Territorial e Recrutamento Militar”. in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) - *Nova História Militar de Portugal*. Vol. I. MATTOSO, José (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

¹³ BARROCA, Mário - “Organização Territorial e Recrutamento Militar ...”, p. 80.

¹⁴ PMH: Inq. 313 - “Dominicus Alcaide”.

¹⁵ PMH: Inq. 365 - “Alfonsus Johanis et Martinus Gordo alcaldibus”.

¹⁶ PMH: Inq. 378. BARROCA, Mário - “Organização Territorial e Recrutamento Militar ...”, p. 94. Segundo o autor, apesar da utilização do termo *pretor*, na documentação acabou por prevalecer o termo árabe *alcaide*.

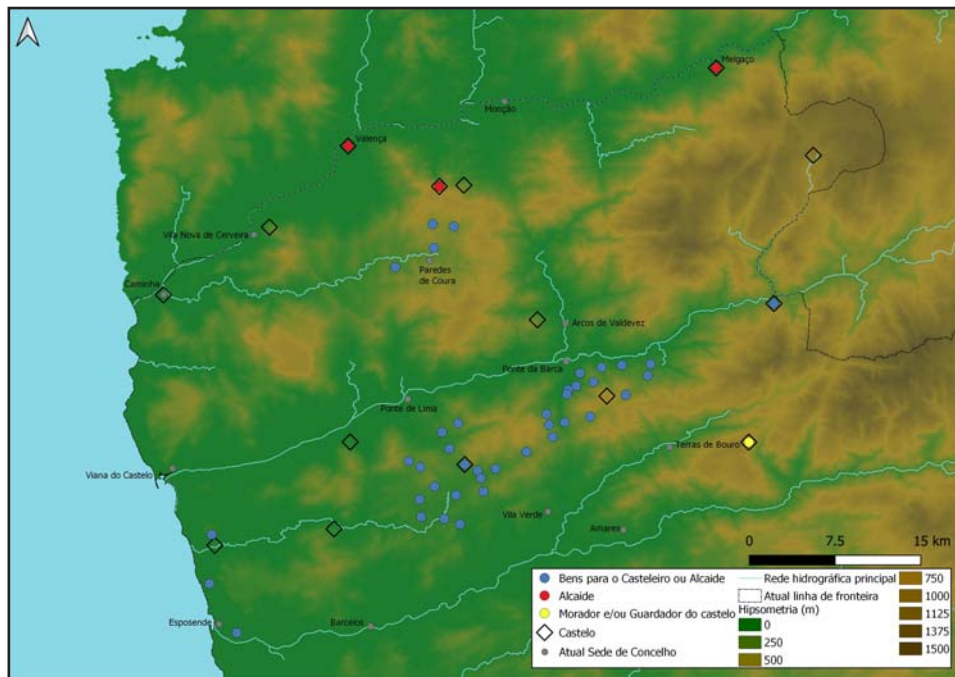
¹⁷ PMH: Inq. 414 - “(...) dant a comer ao Alcaide do Castello quando vay a preito teer ou a monte correr ou a seu pam coler”. Veja-se GONÇALVES, Iria - *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III ...*, p. 30; DOMINGUES, José - *O foral de D. Afonso Henriques a Castro Laboreiro, “ádito” para o debate*. Porto: Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes Laboreiro, 2003, p. 45, em que o autor enfatiza a importância da construção do castelo de Lindoso, com o objetivo de defender um “ponto vulnerável de penetração no reino de Portugal, não só em direção em Entre Cávado e Lima, como também ao próprio Entre Lima e Minho”.

¹⁸ PMH: Inq. 351 - “Petrus Alcaide deu de sua erdade a Martino Gomez da Silva”.

¹⁹ MARTINS, Miguel Gomes - *Guerreiros de Pedra: castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média ...*, pp. 85-87: “(...) é muito possível que alguns se envolvessem de forma mais activa nos trabalhos, acompanhando e coordenando de forma directa todas as etapas da construção e a actividade dos vários grupos de operários, intervindo também, muito provavelmente, na selecção e contratação de alguma mão-de-obra especializada (...)”.

²⁰ BARROCA, Mário - “Organização Territorial e Recrutamento Militar ...”, p. 117.

²¹ NOÉ, Paula - *Castelo de Melgaço e muralha/Castelo e cerca urbana de Melgaço* [em linha]. Lisboa: SIPA-DGPC, 1992, actual. 2008. [Consultado a 14 dezembro 2020]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3554



No que toca às obrigações para com os casteleiros, as referências cartografadas demonstram uma grande concentração no Entre-Lima-e-Neiva, na área de influência dos castelos de Penela e de Nóbrega. Todavia, foi possível registar ainda informações no espaço controlado pelos castelos de Fraião e de Neiva, além da já referida obrigação da população de S. Mamede de Lindoso para com o seu alcaide.

Apesar do número reduzido de informação quanto aos materiais de construção a que as populações estavam obrigadas a fornecer às estruturas militares, sabemos que os moradores de S. Tiago de Castelo de Neiva e de Santa Maria de Trogosa tinham de levar madeira ao castelo aí existente²², enquanto os moradores de S. Paio de Antas, quando aí fossem, tinham de prover fechos de giesta, bem como os de Belinho, mas com caniços²³. De igual modo, os moradores de S. Martinho de Vascões, de S. João de Bico, de S. Tiago de Infesta e de Santa Maria de Cunha tinham de levar madeira ao castelo de Fraião²⁴.

Em ação semelhante, incorriam os moradores de S. Paio de Carvalheira, que tinham de levar tábuas e madeira ao castelo de Bouro e de fazer o *tavoado*

²² PMH: Inq. 313 e 319.

²³ PMH: Inq. 313-314.

²⁴ PMH: Inq. 358, 359, 361 e 368.

*et as escaadas*²⁵, tarefa realizada também pelos de Santa Marinha de Covide, que tinham de levar madeira e *fazer o castelo*, à exceção dos que viviam na quintã de Vilar, de João Mouro e de Pedro Pelágio, que tinham de *ir à vela*²⁶. Além destas obrigações relativamente à operacionalidade da estrutura, sabemos que Gonçalo Peres era *morador e guardador* do dito castelo e que por isso tinha um casal do Rei por *préstamo*²⁷. De igual modo, os da casta de João *Emiaz* e de Paio Eanes, bem como a de Henrique Nevogilde, tinham também de aí morar, como parte de um complexo esquema de trocas entre as populações locais, as ditas famílias e o Senhor da Terra²⁸.

Tabela 1 - Documentos identificados na Chancelaria de D. Afonso III, para o período em análise, com referências a estruturas bélicas e/ou a serviços relacionados com estas para o espaço do Entre-Cávado-e-Minho.			
Sumário	Data e lugar de outorga	Localidade a que é outorgado	Cota
Carta de confirmação da renda de 1000 soldos leoneses por parte do concelho de Melgaço e da menagem do castelo por um cavaleiro natural da vila	9 de maio de 1256, Coimbra	Melgaço	VENTURA, Leontina - <i>Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...pp.95-96.</i>
Carta de foral de Melgaço, segundo o modelo de Monção	29 de abril de 1258, Braga	Melgaço	VENTURA, Leontina - <i>Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...pp.156-159.</i>
Foral de Viana do Castelo, segundo o modelo de Valença do Minho	18 de junho de 1258, Guimarães	Viana do Castelo (átrio)	VENTURA, Leontina - <i>Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...pp.179-183.</i>
Foral de Monção, segundo o modelo de Valença do Minho	12 de março de 1261, Guimarães	Monção	VENTURA, Leontina - <i>Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...pp.85-99.</i>
Confirmação da carta de foral de Valença, outorgada por D. Afonso II em 11 de agosto de 1217	11 de agosto de 1262, Guimarães	Contrasta-Valença\	VENTURA, Leontina - <i>Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...pp.331-335.</i>

²⁵ PMH: Inq. 416.

²⁶ PMH: Inq. 420.

²⁷ PMH: Inq. 416.

²⁸ PMH: Inq. 419-420.

No que toca à utilização de madeira como matéria-prima, esta encontra-se relacionada com as construções habitacionais existentes dentro dos castelos, como por exemplo para a construção de sobrados, tetos ou forros interiores, estando também associadas aos principais elementos defensivos, como é o caso das escadas²⁹. Todavia, são raras as referências a outro material de relevo, a pedra³⁰, sendo que a única menção à utilização deste material numa estrutura militar é nos fornecida pelas testemunhas presentes em S. Pantaleão de Cornes, ao referirem que levaram pedra e madeira do paço do Rei para a torre que fizeram no *Crastelo*³¹. Apesar da rarefação deste tipo de matéria-prima, vemo-la a ser aplicação na construção de pontes em duas ocasiões³², provavelmente como forma de as distinguir de outras estruturas semelhantes (Fig. 3).



Fig. 3 - Distribuição das referências nas Inquirições Gerais do Reino de 1258, relativas à anúduva para o Entre-Cávado-e-Minho. De um total de 414 menções, 85% são relativas este serviço de forma generalizada, sendo que as restantes informações são relativas a alimentos, materiais de construção ou somas pecuniárias, bem como serviços específicos a realizar em caso de guerra, por exemplo

²⁹ MONTEIRO, João Gouveia - *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. [Em linha]. Lisboa: Edições Colibri, 1999. [Consultado a 15 Agosto 2020]. Disponível em: <https://www.academia.edu/37024208>, p.100.

³⁰ MONTEIRO, João Gouveia - *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando...*, pp. 99-100: "(...) império da pedra na construção das nossas velhas fortalezas. Mas para assegurar a robustez das construções, convinha que não se tratasse de uma pedra qualquer, de simples combinações de seixo e barro; era importante usar pedra aparelhada, e recorrer à alvenaria, com a utilização da cal e da argamassa (...)".

³¹ PMH: Inq. 350.

³² PMH: Inq. 335 e 343.

Mas ainda relativamente a Melgaço, vila que recebeu foral de D. Afonso Henriques em 1183³³, esta foi uma das primeiras populações raianas do Entre-Cávado-e-Minho a ver os seus direitos confirmados em sucessivos documentos, com D. Afonso III a confirmar, em 1256³⁴, a renda de 1000 soldos leoneses a pagar pelo dito concelho à Coroa, valor definido por D. Sancho II. Paralelamente, estabeleceu as diretrizes a seguir relativamente à menagem do castelo aí construído, em que este deveria ser mantido operacional por um cavaleiro natural da vila.

De forma a consolidar a posição da Coroa no Entre-Cávado-e-Minho, o monarca irá, em 1258, outorgar foral a S. Salvador de *Atrio*³⁵, a atual Viana do Castelo, e uma nova carta a Melgaço³⁶, sendo que nesta última, são feitas referências ao *pretor* e à menagem do castelo e à responsabilidade dos moradores da dita vila e do concelho em zelar pela manutenção da estrutura militar, estando estes, por sua vez, legalmente protegidos de qualquer mal que o alcaide, de nomeação régia, lhes tentasse fazer. Ademais, dois terços da população da vila estariam isentos de ir em fossado, sendo que a outra terça parte devia pagar cinco soldos de fossadeira³⁷, evitando assim cumprir o dever militar. Esta estratégia já tinha sido adotada por D. Afonso II no foral que outorgou à vila de Contrasta, a 11 de agosto de 1217, e que veio a ser confirmada em 1262 e rebatizada como Valença³⁸, sendo replicada no foral de Viana e, mais tarde, no foral de Monção, de 1261³⁹.

O novo foral de Melgaço, a par dos demais, veio ainda reconhecer que o “testemunho do *cavaleiro vilão* de Melgaço equivalia ao do *infanção* de qualquer outra terra” e que “o testemunho do *peão* (...) em juízo equivalia ao do cavaleiro vilão de fora do concelho”, como explana José Marques⁴⁰. Se aliarmos esta medida aos benefícios económicos consagrados nas novas cartas, D. Afonso III pretendia capacitar as populações raianas de condições sociais e económicas, com o objetivo de as fixar na região; estes núcleos constituíam-se como uma primeira linha defensiva contra agressões externas, em articulação com o rio Minho, que acumulou em si as competências de via de comunicação e de elemento defensivo. Para os habitantes locais, com destaque para aqueles que viviam no flanco leste desta região, esta foi

³³ *Os forais de Melgaço*. Ed. José Marques. Edição fac-similada, com introdução, transcrição e notas. Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço, 2003, pp. 59-62.

³⁴ *Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...*, pp. 95-96.

³⁵ *Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...*, pp.179-183.

³⁶ *Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...*, pp.156-159.

³⁷ BARROCA, Mário - “Organização Territorial e Recrutamento Militar” (...), pp. 81-84 - O fossado era o serviço militar ofensivo, consistindo em ataques rápidos em território inimigo. Estes ocorriam, por regra, na Primavera ou no Verão, e eram organizados pelo monarca ou em seu nome. Quanto à fossadeira, esta era a multa aplicada aos indivíduos que não cumpriam a sua obrigação de acudir ao fossado e que, com o decorrer do tempo, se transformou na remissão, em género ou em dinheiro, daquele dever militar.

³⁸ *Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...*, pp. 331-335.

³⁹ *Chancelaria de D. Afonso III: livro I, Vol. I...*, pp. 85-89.

⁴⁰ *Os forais de Melgaço...*, p. 28.

uma forma de combater o isolacionismo a que estavam confinados, num espaço constantemente fustigado pela passagem de exércitos, de relevo agreste e de menores recursos económicos⁴¹.

No que diz respeito ao cumprimento da anúduva, os moradores de São Pedro de Mouro tinham de se dirigir ao castelo de Melgaço⁴², enquanto os de Santa Maria de Caminha, de forma indireta, afirmam a existência de um castelo nesta localidade⁴³. Sobre o de Valença, identificamos quatro referências a populações que aí tinham de se dirigir, nomeadamente os fregueses de Freiriz⁴⁴, de Santa Eulália de Oliveira⁴⁵, de Santa Maria de Vinha⁴⁶ e de S. Pedro da Torre iam aí prestar serviços⁴⁷, com a especificidade de que os de Oliveira trocaram o serviço físico por um pagamento pecuniário, enquanto os moradores de Torre afirmavam que tinham ido *lavar* o fosso e o muro do castelo⁴⁸ (Fig. 4).

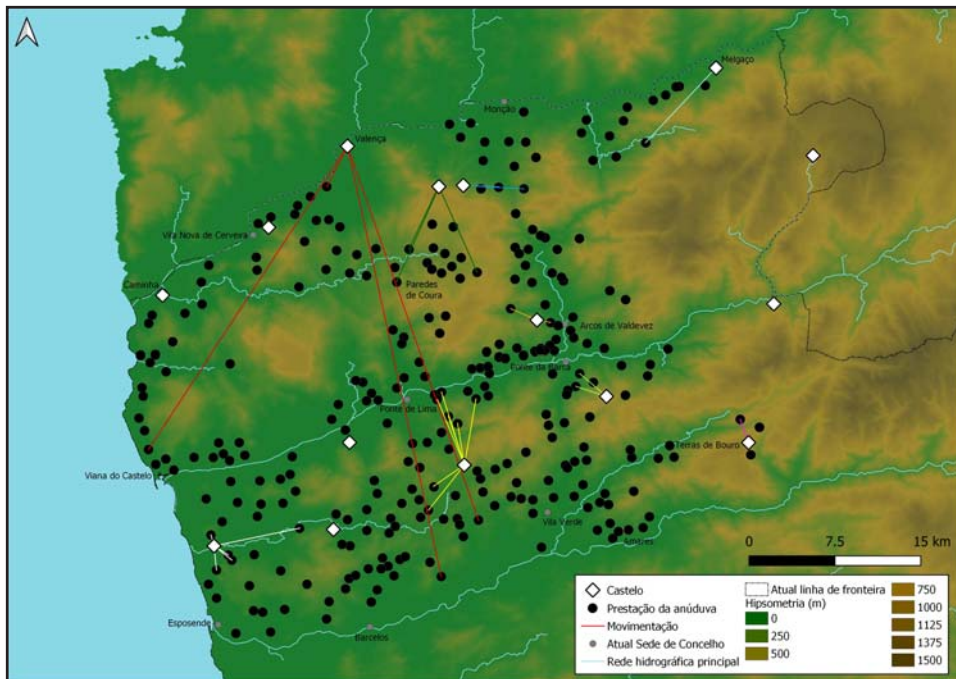


Fig. 4 - Prestação da anúduva e a sua relação com as estruturas militares do Entre-Cávado-e-Minho, incluindo as movimentações relacionadas com este serviço, quando a fonte assim o permitiu

⁴¹ ANDRADE, Amélia Aguiar - *Vilas, Poder Régio e Fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval ...*, p. 227.

⁴² PMH: Inq., p. 375.

⁴³ PMH: Inq., p. 349.

⁴⁴ PMH: Inq., p. 300.

⁴⁵ PMH: Inq., p. 302.

⁴⁶ PMH: Inq., p. 330 – atual Areosa, Viana do Castelo.

⁴⁷ PMH: Inq., p. 364.

⁴⁸ PMH: Inq., p. 366 – Aquando da passagem pelo Valença, os inquiridores registaram que Gonçalo Simões, aquando da construção do muro da vila, terá construído umas casas *a par do muro*.

Paralelamente, foi possível identificar 15 locais cuja defesa era uma preocupação, incluindo os castelos de Castro Laboreiro, de Fraião e de Bouro⁴⁹. Ao primeiro deviam acorrer, quando convocados, os moradores de S. Pedro de Mouro⁵⁰, estando obrigados a semelhante incumbência os moradores de São Mamede de Insalde, mas desta vez ao castelo de Fraião⁵¹. Em ambos os casos, os respetivos alcaides tinham de garantir a proteção dos ditos moradores e dos seus haveres, sendo que, neste último, o juiz local teria de financiar quaisquer despesas com a manutenção da dita fortificação. Relativamente ao castelo de Bouro, já aqui referimos aqueles que tinham de zelar pela estrutura, dos quais se destaca a família de Gonçalo Peres⁵².

Iria Gonçalves reflete acerca desta situação, que não era única, em que a guarda e manutenção das estruturas militares do Entre-Douro-e-Minho não estaria de acordo com o nível desejado em caso de guerra⁵³. Nestes casos, a orografia tornou-se um ponto estruturante na forma do povoamento do território. Por se localizarem em zonas de difícil povoamento, a escolha de moradores locais para assumirem estas funções reflete a preocupação do poder régio em garantir o funcionamento, ainda que precário, destas estruturas.

Quanto aos demais locais, estes esboçam-se como pontos de passagem, quer ao longo do rio Minho, quer nas zonas montanhosas, sendo os principais o vau de Carexe⁵⁴, cuja defesa estava atribuída aos moradores dos coutos do mosteiro de S. Fins de Friestas⁵⁵ e de S. Pedro de Merufe, nomeadamente os de Abreu, de Azevedo e de Dadim⁵⁶; os pontos de passagem junto a Valença⁵⁷, cuja fortificação é um facto nas *Inquirições* em análise; a travessia em Monção⁵⁸, que faria a ligação entre o rio Minho e o vale do rio Vez, que se veio a constituir um importante corredor de circulação ao longo da Idade Média; e a portela do Homem, cuja defesa estava a cargo dos homens de quase todo o Julgado de Terras de Bouro⁵⁹, uma realidade já visível nas *Inquirições Gerais do Reino* de 1220, como refere Luís Filipe Oliveira⁶⁰, tarefa essa ainda reforçada pela proximidade do castelo de Bouro.

⁴⁹ PMH: Inq., p. 418.

⁵⁰ PMH: Inq., p. 375.

⁵¹ PMH: Inq., p. 363.

⁵² PMH: Inq., p. 416.

⁵³ GONÇALVES, Iria - *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III ...*, pp. 40-43. A autora disserta sobre o estado de prontidão destas estruturas e das obrigações das populações para com estas, com o foco nos castelos do Entre-Cávado-e-Minho e das fortalezas ao longo do rio Tâmega.

⁵⁴ VEIGA, A. Botelho da Costa - *Estudos de História Militar Portuguesa*, p. 29. O autor situa o dito vau “próximo de S. Fins de Friestas, cêrca de uma légua a montante de Tui”, no atual concelho de Valença.

⁵⁵ PMH: Inq., p. 368.

⁵⁶ PMH: Inq., p. 372.

⁵⁷ Como “portos do Minho”, tomamos como pontos de passagem Monção, Valença e o vau de Carexe. PMH: Inq., p. 369.

⁵⁸ PMH: Inq., p. 378.

⁵⁹ PMH: Inq., pp. 416-424. Em caso de guerra, os moradores de 15 das 18 paróquias e coutos existentes no julgado de Terras de Bouro eram mobilizados para defenderem este ponto estratégico.

⁶⁰ OLIVEIRA, Luís Filipe - “A guerra e os freires nas Inquirições Régias do século XIII ...”, pp. 194-195.

As demais informações recolhidas apontam para locais de passagem nas zonas montanhosas, nomeadamente as travessas do monte de Labreiro, sob a responsabilidade dos homens de S. Pedro de Mouro⁶¹; os portos de Cabril e do Lindoso, ambos guardados pela população de S. Mamede de Lindoso⁶²; a porta da Amarela, no alto da serra que separa os vales dos rios Lima e Homem, onde deviam acorrer os moradores de S. Mamede de Gondoriz, S. Mamede de Cibões e de S. João de Gomesende⁶³; e a portela do Galo, que estava sob a responsabilidade dos moradores de S. Martinho do Soajo⁶⁴.

Ainda no Entre-Lima-e-Minho, é possível desenhar uma segunda linha de detenção no vale do rio Vez, na articulação entre o porto do Couso, ao qual os moradores de S. Salvador de Cabreiro teriam de acorrer caso as forças inimigas passassem pela primeira linha defensiva⁶⁵, e o castelo de Santa Cruz, localizado numa posição dominante sobre o traçado final do rio Vez, e cujo abastecimento estava à responsabilidade dos homens de Santa Comba de Vila Fonche, enquanto os de S. João de Rio Frio também estavam incumbidos da sua manutenção⁶⁶. Contudo, os inquiridos referem o estado avançado de degradação em que o castelo se encontrava à data, ao referir que este estava *derribado*⁶⁷.

A sul do rio Lima surgiria uma nova linha de contenção, que se estenderia desde a costa até ao Gerês, e incluiria seis castelos: o de Neiva (c. Viana do Castelo), o de Aguiar (c. Barcelos), o de S. Estevão (c. Ponte de Lima), o de Penela (c. Ponte de Lima), o de Nóbrega (c. Ponte da Barca) e o já referido de Bouro (c. Terras de Bouro).

Além das obrigações para com a manutenção do castelo de Neiva, a guarnição desta estrutura estaria responsável pela defesa da foz do rio Neiva, mas também pela guarda da foz do rio Lima, missão partilhada pelas populações de Santa Maria de Areia (a atual Darque)⁶⁸, de Meadela, de Areosa e de S. Salvador de *Atrio*⁶⁹.

Localizados ao longo do percurso do rio Neiva e no seu seguimento

⁶¹ PMH: Inq., p. 375.

⁶² PMH: Inq., p. 414.

⁶³ PMH: Inq., pp. 431-33.

⁶⁴ PMH: Inq., p. 396.

⁶⁵ PMH: Inq., p. 380.

⁶⁶ PMH: Inq., p. 382.

⁶⁷ PMH: Inq., p. 379.

⁶⁸ PMH: Inq., p. 315.

⁶⁹ PMH: Inq., p. 330.

aparecem as fortificações de matriz roqueira de Aguiar⁷⁰, de Penela⁷¹ e de Nóbrega⁷², restantes elementos desta linha defensiva, e que eram responsáveis pela vigilância e defesa das passagens entre os vales do rio Cávado e Lima, complementados pelo castelo de Bouro, que defendia os vales dos rios Homem e Cávado (Fig. 5).



Fig. 5 - Num território de fronteira, a defesa dos rios, que muitas vezes recortavam as serras, formando corredores de passagem entre os diferentes vales, tornava-se imperiosa. De forma a vigiar o espaço e formar, em caso de ataque, uma resistência efetiva contra o invasor, estes eram implantados a cota altimétrica mais elevadas, o que lhes permitia estabelecerem contato visual entre si, além de supervisionarem um espaço muito superior aquele sob a sua jurisdição efetiva. Da esquerda para a direita, os locais de implantação dos castelos de Bouro e de Nóbrega, com o vale do rio Homem ao centro

A Norte desta linha e junto ao rio Lima, aparece-nos a referência à ermida de S. Miguel do Castelo⁷³, um dos sinais para a existência de uma estrutura militar, nomeadamente o castelo de S. Estevão⁷⁴, numa posição que lhe permitiria vigiar os pontos de passagem entre as duas margens do rio.

Conclusão

A temática abordada neste estudo é o reflexo do quadro de relações num território de longa ocupação como o do Entre-Cávado-e-Minho, onde os serviços a prestar pelas populações locais às instituições e poderes regionais, bem como à Coroa, moldaram definitivamente as formas de sociabilidade e de povoamento do espaço, visível na

⁷⁰ PMH: Inq., p. 323; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220...*, p. 28. Apesar de não se saber a localização exata da estrutura, os dados conhecidos apontam para a sua existência.

⁷¹ PMH: Inq., pp. 400-405. São vários os depoimentos dados que referem a obrigação das populações em “fazer o muro de Penela quando caya” e “fazer o castelo”, nomeadamente os moradores das paróquias de S. Pedro de Calvelo, os de Santa Eulália de Gaifar, os de S. João da Ribeira, os de S. Miguel de Gondufe, os de S. João de Serdedelo e os do couto do mosteiro de St^a Marta de Serdedelo.

⁷² Erguido a cerca de 750 metros de altitude, o castelo de Nóbrega teria a capacidade de dominar todo o vale do Vez até às alturas de Vilela (Arcos de Valdevez), e o vale do Lima entre Lindoso e Ponte de Lima, bem como o vale que liga Ponte da Barca a Vila Verde, e consequentemente Braga.

⁷³ PMH: Inq., p. 342.

⁷⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220...*, p. 33. A sua existência é documentada, pelo menos, desde 1131, tendo sido poucos os vestígios que chegaram até aos nossos dias.

continuidade de serviços como a anúduva, o apelido e o fossado, e das formas de relacionamento destas com o ambiente.

O levantamento realizado por Iria Gonçalves demonstra como estas relações se mantinham ativas em meados de Duzentos, substanciando a realidade guerreira na qual a rede de castelos existente era alicerçada. As informações recolhidas pelos inquiridores demonstram vários sinais quanto à execução de determinados serviços: a anúduva e o apelido assumem-se como determinantes para a manutenção do referido sistema defensivo; as populações teriam, além de se apresentarem ao serviço, de realizar fornecimentos constantes de bens e materiais, como trigo, ovos ou madeira que, por serem de consumo e de deterioração rápida, implicariam uma exploração contínua dos espaços e dos recursos envolventes.

Contudo, também foi possível identificar estruturas que, por falta da manutenção por parte das populações incumbidas dessa tarefa⁷⁵, desapareceram ou estavam num avançado estado de degradação, como terá sido o caso dos castelos de S. Estêvão em Ponte de Lima e o de Santa Cruz em Arcos de Valdevez.

Apesar da escassez de informações relativamente à aplicação de pedra em geral, e no âmbito militar em particular, sabemos que esta era utilizada de forma cada vez mais recorrente. Todavia, será necessário recorrer a fontes de cronologias posteriores, como os *Livros de Atas de Vereação* e as *Cortes*, para se analisar, com maior rigor, o impacto que a ação da Coroa terá tido, junto das populações locais, ao ponto de a tarefa de zelar pelas fortificações passar do Rei para os seus representantes, quer através das instituições de governo local, quer pelos seus oficiais militares.

⁷⁵ Motivos esses que, salvo raras exceções, as Inquirições Gerais do Reino de 1258 raramente desvendam, fossem políticos, militares ou por indisponibilidade de recursos.

À l'ombre des grands: petites villes et leurs *grands* voisins au centre du Saint-Empire médiéval. *Landesgeschichte* (histoire régionale) et histoire urbaine

Gisela Naegle¹

Résumé

Antérieurement à la réunification allemande (1990), les nouvelles frontières politiques de l'après-guerre eurent des répercussions importantes et les petites villes de la Hesse, de la Thuringe et de la Franconie firent l'objet d'un traitement historiographique différencié: en RFA, le nouveau *Land* de Hesse, fondé après 1945, ne correspondait pas à un espace historique unique; en RDA, les événements de la guerre des Paysans, dans laquelle furent impliqués les villes de Mühlhausen et Nordhausen, la bataille décisive de 1525 et le rôle de Thomas Müntzer firent l'objet d'une interprétation différente. Confrontées à des princes et adversaires puissants, les petites villes médiévales devaient s'unir pour survivre et trouver des alliés aussi puissants. Parfois, les grandes villes dominaient les autres. En Franconie, le poids de Nuremberg était plus important que celui de Rothenburg ou de Weissenburg. Dans la Wetterau, Francfort comptait plus que ses alliées Friedberg, Wetzlar et Gelnhausen. En Hesse, les deux capitales princières, Kassel et Marburg, rivalisaient tout en jouant un rôle de chef de file par rapport aux petites villes. En 1376, dix-huit petites villes se révoltèrent contre le landgrave de Hesse et appelèrent à la médiation de son *alter ego* thuringien. De même, les crises dynastiques des maisons princières et les conflits armés qui en résultèrent avaient des conséquences importantes pour les villes.

¹ Lehrbeauftragte (docteure en histoire; chargée d'enseignement, semestre d'hiver 2020/2021), Justus-Liebig-Universität, Gießen, Historisches Institut, Deutsche Landesgeschichte.

Mots-clés

Petites villes. *Landesgeschichte* / Histoire Régionale. Hesse. Thuringe. Franconie.

Living in the Long Shadows of *Big Neighbours*: Small Towns in the Center of the Medieval Holy Empire. *Landesgeschichte* (Regional History) and Urban History

Abstract

For some decades, before the German reunification (1990), the new political frontiers influenced the historiography and the small towns of Hesse, Franconia and Thuringia were subject to different historiographical approaches: in the FRG, the *Land* of Hesse was founded after World War II. It does not correspond to a single coherent historical territory. In the GDR the events of the Peasant's War in which the towns of Mühlhausen and Nordhausen took part, the decisive battle of 1525 and the role of Thomas Müntzer were interpreted differently. Medieval small towns had to face powerful princes and opponents. So, in order to survive, they had to unite and to find such powerful allies. Sometimes, big towns dominated over the others. In Franconia, the political weight of Nuremberg was more important than the influence of Rothenburg or Weissenburg. In the Wetterau, Frankfurt was more powerful than its little allies Friedberg, Wetzlar and Gelnhausen. In northern Hesse, the two princely capitals of Kassel and Marburg were rivals and, in comparison to small towns, they acted as leaders. In 1376, eighteen small towns revolted against the landgrave of Hesse and searched for the mediation of his Thuringian counterpart. Dynastic crises of princely families and the armed conflicts they produced had decisive consequences for towns.

Keywords

Small towns. *Landesgeschichte* / Regional History. Hesse. Thuringia. Franconia

Introduction

Le Saint-Empire médiéval était une mosaïque d'une multitude de petits territoires et de villes. Environ 94,5% de ses villes avaient moins de 2000 habitants². Les deux *Bundesländer* actuels de la Hesse et de la Thuringe et la région de Franconie (qui, aujourd'hui, fait partie du *Land* de Bavière) sont situés au centre de l'Allemagne. Depuis le Moyen Âge, leur forme territoriale a changé à plusieurs reprises. Pendant les décennies qui précédèrent la réunification allemande (1990), conformément aux grandes orientations et approches méthodiques poursuivies dans leur partie d'Allemagne d'après-guerre³, les petites villes de ces trois régions firent l'objet d'un traitement historiographique différencié car, après la Deuxième Guerre mondiale, les nouvelles frontières politiques exerçaient une influence importante sur l'historiographie. La Thuringe fit partie de l'ancienne RDA. À cause des problèmes d'accès aux archives respectives, dans les deux Allemagnes, les travaux consacrés à l'autre partie du pays se raréfièrent. Pourtant, les deux *Länder* de Hesse et de Thuringe ont des racines communes⁴ et des liens étroits avec la Franconie. Ces trois régions intègrent d'anciennes villes d'Empire⁵ dont, par exemple, Francfort-sur-le-Main, Wetzlar, Friedberg et Gelnhausen (Hesse), Nuremberg, Windsheim, Rothenburg-ob-der-Tauber, Weissenburg et Schweinfurt (Franconie), Mühlhausen et Nordhausen (Thuringe), qui sont souvent fières de leur histoire qu'elles exploitent aussi à des fins touristiques. Dans la plupart des cas, leur immédiateté prit fin au plus tard à la fin de l'Empire en 1803⁶. Cette catégorie de villes d'Empire et villes libres

² ISENMANN, Eberhard - *Die deutsche Stadt im Mittelalter 1150-1550*. Vienne/Cologne: Böhlau, 2014, pp. 60-62.

³ Sur la RFA: JOHANEK, Peter - "Stadtgeschichtsforschung ein halbes Jahrhundert nach Ennen und Planitz". in OPLL, Ferdinand; SONNLECHNER, Christoph (dir.) - *Europäische Städte im Mittelalter*. Innsbruck, Vienne: Studien-Verlag, 2010, pp. 45-94; FOUQUET, Gerhard - "Erich Maschke und die Folgen – Bemerkungen zu sozialgeschichtlichen Aspekten deutscher Stadtgeschichtsforschung seit 1945". in FOUQUET, Gerhard; ZEILINGER, Gabriel (dir.) - *Die Urbanisierung Europas von der Antike bis in die Moderne*. Francfort-sur-le-Main: Lang, 2009, pp. 15-42; MONNET, Pierre - "L'histoire des villes médiévales en Allemagne: un état de la recherche". *Histoire urbaine* 11 (2004), pp. 131-172. Sur la RDA: ENGEL, Eva-Maria - "Stadtgeschichtsforschung zum Mittelalter in der DDR". in MAYRHOFER, Fritz (dir.) - *Stadtgeschichtsforschung*. Linz: Österreichischer Arbeitskreis für Stadtgeschichtsforschung, 1993, pp. 81-99; ENGEL, Eva-Maria - "Bürgertum - Bürgerkampf - Bürgerstadt". in BORGOLTE, Michael (dir.) - *Mittelalterforschung nach der Wende 1989*. Munich, Oldenbourg, 1995, pp. 407-425; MÄGDEFRAU, Werner; ABTEILUNG WISSENSCHAFTLICHE PUBLIKATIONEN, FRIEDRICH SCHILLER-UNIVERSITÄT, JENA (dir.) - *Europäische Stadtgeschichte in Mittelalter und Früher Neuzeit*. Weimar: Böhlau, 1979.

⁴ GOCKEL, Michael (dir.) - *Aspekte thüringisch-hessischer Geschichte*. Marburg: Hessisches Landesamt für geschichtliche Landeskunde, 1992, par exemple SCHWIND, Fred - "Thüringen und Hessen im Mittelalter. Gemeinsamkeiten - Divergenzen". pp. 1-28; PETZINGER, Renate (dir.) - *Hessen und Thüringen – von den Anfängen bis zur Reformation*. Wiesbaden: Museum Wiesbaden, 1992.

⁵ Sur ce type de villes voir: JOHANEK, Peter - "Imperial and Free Towns of the Holy Roman Empire. City-States in Pre-Modern Germany?". in HANSEN, Mogens Herman (dir.) - *A Comparative Study of Thirty City-State Cultures*. Copenhagen: Reitzel, 2000, pp. 295-319. Sur la comparaison avec les villes françaises: NAEGLE, Gisela - "'Bonnes villes' et 'güte stete'". Quelques remarques sur le problème des 'villes notables' en France et en Allemagne à la fin du Moyen Âge". *Francia* 35 (2008), pp. 115-148.

⁶ MÜLLER, Rainer A.; BUBERL, Brigitte; BROCKHOFF, Evamaria (dir.) - *Reichsstädte in Franken*. 3 vol. Munich: Haus der Bayerischen Geschichte, 1987; sur la fin des villes d'Empire dont Schweinfurt, Windsheim et Rothenburg-ob-der-Tauber (qui furent intégrées dans le royaume de Bavière) et Mühlhausen, Nordhausen et

immédiates par rapport à l'empereur-roi fait également l'objet d'une historiographie particulière⁷. Au XIX^e siècle, elles furent souvent vues comme petits îlots de démocratie dans un monde dominé par les princes et la noblesse⁸. Si les villes épiscopales devenues libres, ayant refoulé le pouvoir de leur seigneur, étaient en général relativement grandes, de nombreuses villes d'Empire étaient de petites villes. À propos des petites villes des trois régions évoquées, l'article examinera surtout les enjeux historiographiques et méthodiques des modifications fréquentes du paysage territorial de l'Empire et de ses frontières politiques et posera les questions suivantes: quels étaient les points communs et les différences dans la hiérarchie des villes de Hesse, Thuringe et Franconie? Quelles étaient les villes dominantes respectives et sur quels facteurs reposait leur pouvoir? Y-eut-il des changements décisifs dans l'équilibre du pouvoir politique et économique?

1. *Landesgeschichte* et petites villes: enjeux méthodiques et géographie politique

En Allemagne, les universités et les écoles (et par conséquent le programme scolaire et le choix des manuels d'histoire) relèvent de la compétence des *Bundesländer*. L'histoire des régions et de leurs villes est donc également traitée dans le cadre institutionnel des *Länder* respectifs, par exemple par des commissions historiques propres à ces espaces⁹ et par des chaires universitaires d'histoire régionale¹⁰. Il existe

Goslar (intégrées dans le royaume de Prusse), voir: MÜLLER, Rainer A. (dir.) - *Das Ende der kleinen Reichsstädte 1803 im süddeutschen Raum*. Munich: Beck, 2007.

⁷ Au cours des dernières décennies, il y eut plusieurs fondations de sociétés scientifiques et associations consacrées à l'étude de ce type de villes: ARBEITSGEMEINSCHAFT FÜR REICHSTÄDTISCHE GESCHICHTSFORSCHUNG, DENKMALPFLEGE UND BÜRGERSCHAFTLICHE BILDUNG (ed.) - *Jahrbuch für Geschichte der Oberdeutschen Reichsstädte 1965-1971*. (fondation en 1960, depuis a eu lieu une modification des objectifs. Il s'agit d'une association de villes qui possèdent un patrimoine historique: aujourd'hui [2020]: *Forum Stadt - Netzwerk historischer Städte e.V.* [consulté le 24 octobre 2020]. Disponible sur: <http://www.forum-stadt.eu/start/ueber+uns.html>). Cette association édite la revue: "Forum Stadt". *Vierteljahrszeitschrift für Stadtgeschichte, Stadtsoziologie, Denkmalpflege und Stadtentwicklung* (anciennement *Die Alte Stadt* (1974-2009); *Mühlhäuser Arbeitskreis für Reichsstadtgeschichte* (fondé en 2011, colloques annuels) [consulté le 21 janvier 2020]. Présentation disponible sur: <http://reichsstaedte.de/>.

⁸ SCHREINER, Klaus - "Die Stadt des Mittelalters als Faktor bürgerlicher Identitätsbildung". in MECKSEPER, Cord (dir.) - *Stadt im Wandel*. 4 vol., t. 4, Stuttgart-Bad Cannstadt: Cantz, 1985, pp. 517-554.

⁹ *Historische Kommission für Hessen*, fondée en 1897, Marburg. [consulté le 23 octobre 2020]. Disponible sur: <https://www.hiko-hessen.de/>. *Historische Kommission für Nassau*, Wiesbaden. [consulté le 20 janvier 2020]. Disponible sur: <http://www.hiko-nassau.de/diekommission.html>; présentation de l'ensemble des commissions historiques de la Hesse [consulté le 20 janvier 2020]. Disponible sur:

<https://wissenschaft.hessen.de/kultur/kulturinstitutionen/geschichtliches/historische-kommissionen>.

Historische Kommission bei der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, fondée en 1858, Munich. [consulté le 20 janvier 2020]. Disponible sur: <http://www.historischekommission-muenchen.de/startseite.html>; *Historische Kommission für Thüringen e.V., Erfurt (Verein [association], refondation de 1991)*. [consulté le 20 janvier 2020]. Disponible sur: <http://www.historische-kommission-fuer-thueringen.de/>.

¹⁰ SPEITKAMP, Winfried - "Die deutschen Universitäten und die Landesgeschichte in der zweiten Hälfte des 20. Jahrhunderts". in *Histoire régionale - Landesgeschichte en France et en Allemagne 1950-2000. Revue d'Alsace* 133 (2007), pp. 435-449. En comparaison, dans le même volume: JOUTARD, Philippe - "L'université française et l'historiographie régionale (1945-2000)", pp. 415-434. En 2017, les universités de Bamberg et Bayreuth ont conclu un traité de coopération afin de fonder un nouvel institut d'histoire régionale franconienne au château de Thurnau

également de nombreuses revues d'histoire régionale dont certaines remontent au XIX^e siècle¹¹. Avant la réunification allemande, le cadre institutionnel de la recherche de la RDA, où fut publié le *Jahrbuch für Regionalgeschichte* (depuis 1965)¹², et dont le point de départ méthodique devait être le présent socialiste du pays, fut différent. Par exemple, les anciens *Länder* furent dissous en 1952, les associations consacrées à l'histoire régionale (*Geschichtsvereine*) disparurent et leurs publications cessèrent de paraître¹³. Après 1990, dans l'ancienne RDA, les *Bundesländer* furent refondés, ainsi que leurs commissions historiques respectives, et il y eut une reprise de publication de revues d'histoire régionale¹⁴. Le paysage institutionnel allemand actuel, fédéral, crée un contexte favorable pour l'étude de petites villes¹⁵, mais il peut aussi entraîner une certaine focalisation rétrospective - et parfois anachronique par rapport aux frontières des *Länder* actuels. La méthode de la *Landesgeschichte* en tant que telle fait également l'objet de synthèses et réflexions théoriques¹⁶: dans l'ancienne RFA comme dans l'Allemagne actuelle, son concept ne correspondait et ne correspond pas à l'histoire régionale de type français, qui se définit davantage par opposition à l'idée de nation et à l'encontre du reproche de particularisme¹⁷;

[consulté le 21 janvier 2020]. Disponible sur: <http://www.fraenkische-geschichte.uni-bayreuth.de/de/index.html>.

¹¹ Voir par exemple: *Blätter für deutsche Landesgeschichte* (histoire régionale allemande, sans restriction géographique régionale). Pour les trois régions en question, il y a, en particulier, pour ne citer que quelques exemples: *Hessisches Jahrbuch für Landesgeschichte*; *Archiv für hessische Geschichte und Altertumskunde*; *Zeitschrift des Vereins für hessische Geschichte und Landeskunde*; *Archiv für Frankfurts Geschichte und Kunst*; *Nassauische Annalen, Mitteilungen des Oberhessischen Geschichtsvereins, Jahrbuch für die Geschichte Mittel- und Ostdeutschlands*; *Jahrbuch für fränkische Landesforschung*; *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*; *Zeitschrift für bayerische Landesgeschichte*; *Zeitschrift für Thüringische Geschichte* (depuis 2008, prédécesseur: *Zeitschrift des Vereins für Thüringische Geschichte und Altert(h)umskunde* depuis 1853-1943, *Zeitschrift des Vereins für Thüringische Geschichte* 1992-2007); *Mitteilungen des Vereins für die Geschichte und Altertumskunde von Erfurt, Mühlhäuser Beiträge* etc.

¹² Sur sa conception voir: CZOK, Karl - "Zu den Entwicklungsetappen der marxistischen Regionalgeschichtsforschung in der DDR". *Jahrbuch für Regionalgeschichte* 1 (1965), pp. 9-24. Commentaire critique rétrospectif: BLASCHKE, Karlheinz - "Die ‚marxistische‘ Regionalgeschichte. Ideologischer Zwang und Wirklichkeitsferne". in IGGERS, Georg G. et alii (dir.) - *Die DDR Geschichtswissenschaft als Forschungsproblem*. Munich: Oldenbourg, 1998, pp. 342-368.

¹³ WERNER, Matthias - "Zwischen politischer Begrenzung und methodischer Offenheit. Wege und Stationen deutscher Landesgeschichtsforschung im 20. Jahrhundert". in MORAW, Peter; SCHIEFFER, Rudolf (dir.) - *Die deutschsprachige Mediävistik im 20. Jahrhundert*. Ostfildern: Thorbecke, 2005, pp. 251-364, ici pp. 348-349.

¹⁴ WERNER, Matthias - "Zwischen politischer Begrenzung...", p. 361, sur l'histoire régionale dans la RDA, voir pp. 348-364.

¹⁵ JOHANEK, Peter - "Landesherrliche Städte - kleine Städte. Umriss eines europäischen Phänomens". in TREFFEISEN, Jürgen; ANDERMANN, Kurt (dir.) - *Landesherrliche Städte in Südwestdeutschland*. Sigmaringen: Thorbecke, 1994, pp. 9-25.

¹⁶ HIRBODIAN, Sigrid; JÖRG, Christian; KLAPP, Sabine (dir.) - *Methoden und Wege der Landesgeschichte*. Ostfildern: Thorbecke, 2015; WERNER, Matthias - "Zwischen politischer Begrenzung... pp. 251-364; FREITAG, Werner - "Begriffe, Theorien und Methoden in der Praxis des Landeshistorikers". in FREITAG, Werner et alii (dir.) - *Handbuch Landesgeschichte*. Berlin, Boston: De Gruyter, Oldenbourg, 2018, pp. 72-88; HUCKER, Bernd-Ulrich (dir.) - *Landesgeschichte und regionale Geschichtskultur*. [Hannover]: Hahnsche Buchhandlung, 2013.

¹⁷ Sur la méthode de la *Landesgeschichte* et sa comparaison avec le cas français: SPEITKAMP, Winfried - "Erfindungen: Raum - Land - Landesgeschichte". in GRÄF, Holger Th.; JENDORFF, Alexander; MONNET, Pierre (dir.) - *Land - Geschichte - Identität. Geschichtswahrnehmung und Geschichtskonstruktionen im 19. und 20. Jahrhundert - eine historiographische Bestandsaufnahme*. Darmstadt, Marburg: Historische Kommission Darmstadt, Historische Kommission für Hessen, 2016, pp. 11-30 et, dans le même livre, le commentaire de MONNET, Pierre - "Raum - Land - Landesgeschichte. Ein Kommentar...", pp. 31-35; MONNET, Pierre - "Villes et

dans l'ancienne RDA, la situation fut différente car la *Regionalgeschichte* devait fournir sa contribution à l'élaboration de la représentation nationale de l'histoire de la classe ouvrière (*Ausarbeitung eines nationalen Geschichtsbildes*) et au patriotisme socialiste. Ce concept rejeta explicitement l'histoire régionale de type *bourgeois* (*Abkehr von der bürgerlichen Landesgeschichte*)¹⁸, accusée de soutenir l'impérialisme et le *revanchisme*. Dès 1952, après la fin des *Länder*, selon la présentation officielle de l'époque, les recherches historiques furent mises au service du *centralisme démocratique* (*demokratischer Zentralismus*). Elles devaient être conformes aux idées de Marx et Engels, au marxisme-léninisme et au matérialisme historique (ou plutôt aux définitions et interprétations changeantes de ces concepts proposés par la politique officielle). L'unité de la politique et de l'histoire comme discipline scientifique (*Einheit von Politik und Geschichtswissenschaft*) fut érigée en principe¹⁹. Les unités de référence étaient désormais aussi les nouveaux *Bezirke* (districts administratifs). Le fédéralisme ouest-allemand fut rapproché de l'impérialisme et qualifié de *morcellement anachronique* (*anachronistische Zersplitterung*)²⁰. L'histoire antérieure de la Thuringe fut désignée comme *particularisme nocif* (*Kleinstaaterei*: système de petits états)²¹. Entre-temps, avec un certain recul dans le temps, les émotions que ce débat suscita à l'époque se sont beaucoup calmées. En ce qui concerne la production historiographique de la RDA, on regarde désormais davantage le contenu réel des études et un peu moins leur rhétorique. De nos jours, en Allemagne, à propos des approches de la *Landesgeschichte* et de la *Regionalgeschichte* (qui, en se référant aux régions au lieu des *Länder* - les territoires au sens politique -, développa sa propre forme dans l'ancienne RFA), le vieux débat sur leur opposition ou leur complémentarité semble avoir tourné en faveur de la seconde conception²².

territoires dans l'Empire à la fin du Moyen Âge: pour une approche régionale entre villes, principautés et royauté en Allemagne". in ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (dir.) - *La ville médiévale en débat*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2013, pp. 71-88, particulièrement pp. 71-73, 88; FRAY, Jean-Luc - "L'étude des petites villes médiévales en milieu de moyenne montagne. Quelques réflexions épistémologiques et méthodiques à travers les historiographies de langue française et allemande". in COSTA, Adelaide Millán; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (dir.) - *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos medievais, 2017, pp. 87-118, ici p. 93; *Histoire régionale - Landesgeschichte en France et en Allemagne 1950-2000. Revue d'Alsace* 133 (2007).

¹⁸ MÄGDEFRAU, Werner - "Grundlagen der regionalgeschichtlichen Arbeit. Aufgaben der Historiker in den Bezirken Erfurt, Gera und Suhl". in *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft* 14/1 (1966), pp. 239-254, citation p. 239. Commentaire rétrospectif / historique: BAUER, Joachim - "Von der 'bürgerlichen Landesgeschichte' zur 'marxistischen Regionalgeschichte'. Die Jenaer Entwürfe zur 'Geschichte Thüringens' 1965 und 1981". in WERNER, Matthias (dir.) - *Im Spannungsfeld von Wissenschaft und Politik. 150 Jahre Landesgeschichtsforschung in Thüringen*. Cologne: Böhlau, 2005, pp. 219-233.

¹⁹ STEINMETZ, Max - "Die Aufgaben der Regionalgeschichtsforschung in der DDR bei der Ausarbeitung eines nationalen Geschichtsbildes". *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft* 9/8 (1961), pp. 1735-1773, ici p. 1767.

²⁰ MÄGDEFRAU, Werner - "Grundlagen der regionalgeschichtlichen Arbeit...", pp. 241-242, p. 245.

²¹ MÄGDEFRAU, Werner - "Grundlagen der regionalgeschichtlichen Arbeit...", p. 241.

²² SPEITKAMP, Winfried - "Erfindungen...", p. 17; RUMMEL, Walter - "Landes- und Regionalgeschichte - Komplementärdisziplinen im gesellschaftlichen Umfeld". in HIRBODIAN, Sigrid - *Methoden und Wege...*, pp. 29-40.

Ces types d'historiographie régionale correspondent à la structure fédéraliste de l'État allemand actuel. Ils revêtent également des connotations identitaires et politiques²³, un aspect qui est encore plus marqué dans les publications portées par des associations régionales animées par des historiens non professionnels. Ces associations, parfois dénommées *Heimat- und Geschichtsverein*, pratiquaient, ce qui, particulièrement au XIX^e siècle et dans les années 50 et 60 du siècle dernier, fut décrit comme *Heimatgeschichte*, un vocable qui, au cours des dernières décennies, est devenu plus rare. Après avoir constaté les abus et instrumentalisation de ces dimensions identitaires à l'époque nazie, des auteurs comme Winfried Speitkamp soulignent à juste titre qu'un concept renouvelé et mis à jour de la *Landesgeschichte* peut aussi prendre une dimension comparative et internationale²⁴.

2. La Hesse

Dans sa forme actuelle, la Hesse fut créée par une proclamation du gouvernement militaire américain du 19 septembre 1945 qui établit la capitale à Wiesbaden et attribua plusieurs parties des territoires anciens, particulièrement ceux situés sur la rive gauche du Rhin (*Rheinhessen*, les villes de Mayence, Bingen, Worms et Alzey), au nouveau *Land* de Rhénanie-Palatinat²⁵.

La Hesse actuelle ne correspond donc pas à un espace historique unique. Elle regroupe plusieurs entités historiques différentes, dont l'ancienne *Landgrafschaft*²⁶ médiévale, des territoires de l'archevêque de Mayence (Mayence est aujourd'hui la capitale du *Land* de Rhénanie-Palatinat), d'anciennes petites principautés, comtés et seigneuries, la ville de Francfort (qui ne perdit son statut de ville d'Empire immédiate qu'en 1866), etc...²⁷. Ce fait a des conséquences pour la présentation de l'histoire passée. Ainsi, il faut justifier le choix de prendre la préhistoire, l'époque des Celtes, Chattes et Romains comme point de départ d'une monographie sur l'histoire du *Land*. Frank-Lothar Kroll, auteur d'un ouvrage récent sur l'histoire de l'espace du *Bundesland* actuel de la Hesse, le qualifie de *région de transit* (*Durchgangsregion*), caractérisé par une multitude de petits territoires qui ont connu

²³ SPEITKAMP, Winfried - "Geschichtspolitik, Denkmalpflege und kollektive Identität in Hessen". in BERDING, Helmut; EILER, Klaus (dir.) - *Hessen – 60 Jahre Demokratie. Beiträge zum Landesjubiläum*. Wiesbaden: Historische Kommission für Nassau, 2006, pp. 369-398; WERNER, Matthias - *Im Spannungsfeld...*

²⁴ SPEITKAMP, Winfried - "Erfindungen...", p. 27.

²⁵ KROLL, Frank-Lothar - *Geschichte Hessens*. 3^e ed. revue, Munich: Beck, 2017, pp. 88-89.

²⁶ Sur le titre de *Landgraf* voir: TEBRUCK, Stefan - "Landgraf". in CORDES, Albrecht *et alii* (dir.) - *Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgeschichte*. 2^e éd. remaniée, t. 3, Berlin: Schmidt, 2014, col. 527-532.

²⁷ BROCKHOFF, Evelyn (dir.) - *Von der Steinzeit bis in die Gegenwart. 8.000 Jahre städtebauliche Entwicklung in Frankfurt am Main*. Francfort-sur-le-Main: Societätsverlag, 2016; FRANKFURTER HISTORISCHE KOMMISSION (dir.) - *Frankfurt am Main. Die Geschichte der Stadt in neun Beiträgen*. Sigmaringen, Thorbecke, 1991.

leur propre évolution. Néanmoins, il y aurait une histoire commune qui aurait été très consciemment vécue²⁸. Du point de vue politique des gouvernements successifs du *Land*, il paraissait souhaitable de renforcer la cohésion interne de cette nouvelle entité territoriale et de donner l'impression d'une certaine continuité historique, par exemple par la création du *Hessentag* (une fête annuelle de plusieurs jours avec manifestations culturelles, folkloriques, présentation des différentes régions, etc.). Fondée en 1961 par le ministre-président Georg August Zinn (1901-1976, social-démocrate, ministre-président du *Land* de 1950 à 1969) pour renforcer la cohésion du nouveau *Land* et pour faciliter l'intégration de réfugiés venus des anciens territoires allemands d'avant la Deuxième Guerre mondiale, cette manifestation a lieu chaque année dans une ville différente dont des petites villes, comme Korbach en 2018²⁹. Le 70^e anniversaire de la fondation de la Hesse donna lieu à des réflexions sur son identité et son histoire³⁰. Dans le même temps, comme dans le cas de la Thuringe, l'espace du *Bundesland* sert de cadre à des études d'histoire régionale et à des monographies sur l'histoire du *Land* en tant que tel³¹. Le *Hessisches Landesamt*

²⁸ KROLL, Frank-Lothar - *Geschichte Hessens...*, p. 7.

²⁹ L'édition de 2018 a eu lieu dans la petite ville de Korbach, au Nord de la Hesse (18.444 habitants dans la ville même en 2015), du 25 mai au 3 juin 2018. Depuis 2013, Korbach, sise très loin de la mer, a - seule ville de la Hesse à le faire - ajouté à son nom la qualification de *Hansestadt* (ville hanséatique): <https://www.korbach.de/Leben/B%C3%BCrger/Die-Stadt-und-ihre-Ortsteile/Daten-Fakten> [consulté le 30 décembre 2020]. On peut noter qu'en France, en 2004, La Rochelle a rejoint la *Ligue internationale des villes hanséatiques* (fondée en 1980), qui regroupe 194 villes européennes dans 16 pays (<https://www.hanse.org/hansestaedte/>; <https://www.hanse.org/hansestaedte/la-rochelle/> [consulté le 24 octobre 2020]). Cependant, toujours mentionné sur le site internet des villes hanséatiques, contrairement à l'année 2017, en octobre 2020, La Rochelle ne se sert plus si directement des liens avec la Hanse pour sa propre présentation touristique qu'en 2017. Cependant, sous le titre "L'histoire de la Ville en quelques dates", on peut y lire: "XIII^e siècle: le commerce: Le Moyen Âge marque son apogée grâce au commerce du vin et du sel avec des marchands venus de plusieurs ports et villes du nord de l'Europe, que l'on appelle la Hanse. Bien que La Rochelle ne fut jamais une ville Hanséatique, elle restera le plus important comptoir français sur l'Atlantique jusqu'au XV^e siècle et un allié protestant", <https://www.larochelle.fr/vie-quotidienne/touristes/lhistoire-de-la-ville-en-quelques-dates>, consulté le 24 octobre 2020]. Sur l'histoire du *Hessentag*: KOCH, Roland [ministre-président de l'époque, chrétien-démocrate] (ed.) - *Das große Fest der Hessen. Die Geschichte der 50 Hessentage seit 1961*. Francfort-sur-le-Main: Societäts-Verlag, 2010; BIMMER, Andreas C. - *Hessentag - ein Fest der Hessen? Anspruch und Wirklichkeit eines organisierten Volksfestes*. Marburg: Studienkreis für Europäische Ethnologie, 1973 (critique de l'idée et de la forme du *Hessentag* de cette époque).

³⁰ KARTMANN, Norbert [président du Parlement de la Hesse de l'époque] (ed.) - *Hesse ist, wer Hesse sein will ...? : Landesbewusstsein und Identitätspolitik seit 1945*. Wiesbaden: Hessischer Landtag; Marburg: Historische Kommission für Hessen, 2017.

³¹ KROLL, Frank-Lothar - *Geschichte Hessens...*; BOEHNCKE, Heiner; SARKOWICZ, Hans - *Geschichte Hessens*. Francfort-sur-le-Main: Kramer: 2017 (destiné au grand public); SCHULTZ, Uwe (dir.) - *Geschichte Hessens*. 2^e ed., Stuttgart: Theiss, 1989 (destiné au grand public); HEINEMEYER, Walter (dir.) - *Das Werden Hessens*. Marburg: Elwert, 1986; DEMANDT, Karl E. - *Geschichte des Landes Hessen*. Kassel: Stauda, 1980; HISTORISCHE KOMMISSION FÜR HESSEN (dir.) - *Handbuch der Hessischen Geschichte*. Marburg: Historische Kommission für Hessen, 2003- (4 vols parus). Sur l'état de la recherche voir: GRÄF, Holger - *Land - Geschichte - Identität...*; REULING, Ulrich; SPEITKAMP, Winfried (dir.) - *Hessisches Jahrbuch für Landesgeschichte* 50 (2000): *Fünfzig Jahre Landesgeschichtsforschung in Hessen*: particulièrement: MORAW, Peter - "Landesgeschichtliche Spätmittelalterforschung über Hessen seit 1945". pp. 93-124; BRAASCH-SCHWERSMANN, Ursula - "Wege der Stadtgeschichtsforschung in Hessen ...", pp. 125-161; SCHWIND, Fred - "Stamm - Territorium - Land. Kontinuität und Wandel im Namen „Hessen“. *Blätter für deutsche Landesgeschichte* 121 (1985), pp. 69-82; SCHWIND, Fred - "Grundlagen und Anfänge des Städtewesens in Hessen". *Hessisches Jahrbuch für Landesgeschichte* 39 (1989), pp. 23-44.

für geschichtliche Landeskunde à Marburg a la mission d'étudier son histoire³². Parmi ses publications comptent un lexique historique des agglomérations (*Historisches Ortslexikon*)³³ et la publication des atlas de villes (en octobre 2020, les atlas de 18 villes de Hesse sont déjà publiés)³⁴. D'après la présentation officielle du gouvernement (*Landesregierung*)³⁵ la naissance de la Hesse serait due à l'installation à Marburg de la résidence de sainte Élisabeth, la veuve du landgrave Louis IV de Thuringe en 1228³⁶: ses activités charitables et sa canonisation rapide peu de temps après sa mort en 1231, ainsi que la visite de l'empereur Frédéric II contribuèrent à faire de Marburg un lieu de pèlerinage et un centre de rayonnement religieux³⁷.

Comme le montrent les événements des siècles suivants, les crises dynastiques des maisons princières et les conflits armés qui en résultèrent eurent des répercussions importantes pour les villes. Des querelles familiales successorales menèrent à une guerre entre la future Hesse et la Thuringe et, en 1264, Henri I fut reconnu en tant que premier *Landgraf* de Hesse³⁸. En 1277, il transféra sa résidence à Kassel³⁹ – ce qui inaugura la concurrence avec Marburg. À la mort du landgrave Philippe le Magnanime (†1567, Philipp der Großmütige), qui fut l'un des protecteurs de

³² Consulté le 6 janvier 2020. Disponible sur: <http://www.lagis-hessen.de/lagisl/hela.html>

³³ Consulté le 6 janvier 2020. Disponible sur: <http://www.lagis-hessen.de/de/subjects/index/sn/ol>.

³⁴ Consulté le 15 janvier 2020. Disponible sur: <https://hlg.hessen.de/arbeitsgebiete/staedteatlas>. État actuel des publications [consulté le 23 octobre 2020]. Disponible sur: <https://hlg.hessen.de/arbeitsgebiete/staedteatlas/stand> (Atlas déjà publiés: Arolsen, Bad Hersfeld, Homburg vor der Höhe, Bad Orb, Battenberg/Eder, Butzbach, Dieburg, Frankenberg/Eder, Fulda, Grünberg, Hessisch Lichtenau, Homberg / Ohm, Hungen, Limburg an der Lahn, Michelstadt, Rotenburg an der Fulda, Sachsenberg (Stadt Lichtenfels), Wetter; en préparation: Hirschhorn/Neckar; Marburg, Zwingenberg; STENGEL, Edmund E.; UHLHORN, Friedrich (dir.) - *Geschichtlicher Atlas von Hessen*. Marburg: Hessisches Landesamt für geschichtliche Landeskunde, Arbeitsgemeinschaft der Historischen Kommissionen in Hessen: 1960-1978 (79 cartes); SCHWIND, Fred (dir.) - *Geschichtlicher Atlas: Text- und Erläuterungsband*. Marburg: Hessisches Landesamt für geschichtliche Landeskunde, Arbeitsgemeinschaft der Historischen Kommissionen in Hessen, 1984. En exemple de plans de petites villes médiévaux, voir: "Mittelalterliche Stadt-Grundrisse: Sachsenhausen (Waldeck); Sooden (Allendorf) / Werra; Seligenstadt, Herboren, Eltville, Korbach" [consulté le 15 janvier 2020]. Disponible sur: <http://www.lagis-hessen.de/de/subjects/xsrec/current/26/sn/ga?q=YToxOntzOjY6ImVwb2NoZSI7czoxMToiTWl0dGVsYWx0ZXIiO30=>

³⁵ Consulté le 15 janvier 2020. Disponible sur: <https://www.hessen.de/fuer-besucher/geschichte-des-landes-hessen/die-geburtsstunde-hessens>

³⁶ BLUME, Dieter (dir.) - *Elisabeth von Thüringen eine europäische Heilige*. 2 vol., Petersberg: Imhof, 2007.

³⁷ HUSSONG, Ulrich - "Die Heilige, die aus Thüringen kam. Aspekte der Elisabeth-Rezeption in Marburg", in MÜLLER, Thomas T. (dir.) - *Der deutsche Orden und Thüringen*. Petersberg: Imhof, 2014, pp. 155-170.

³⁸ BAUMGÄRTNER, Ingrid - "Heinrich I. das Kind, Landgraf und Herr von Hessen (1264-1308)", in FRANZ, Eckhart G. (dir.) - *Haus Hessen: biografisches Lexikon*. Darmstadt: Hessische Historische Kommission, 2012, pp. 14-17; WERNER, Matthias - "Neugestaltung in der Mitte des Reiches. Thüringen und Hessen nach dem Ende des ludowingsischen Landgrafenhauses 1247 und die Langsdorfer Verträge von 1263", in BRAASCH-SCHWERSMANN, Ursula; REINLE, Christine; RITZERFELD, Ulrich (dir.) - *Neugestaltung in der Mitte des Reiches. 750 Jahre Langsdorfer Verträge*. Marburg: Hessisches Landesamt für geschichtliche Landeskunde, 2013, pp. 5-118.

³⁹ BAUMGÄRTNER, Ingrid (dir.) - *Vom Königshof zur Stadt. Kassel im Mittelalter*. Kassel: Euregio, 2013; PRESCHKE, Christian - *Kassel im Mittelalter*. 2 vol., Kassel: Kassel University Press, 2013-2014; SCHICH, Winfried - *Die Entstehung der Stadt Kassel. 175 Jahre Kassel – 800 Jahre Stadt Kassel*. 3^e ed. Kassel: Freunde des Stadtmuseums, 1992.

Luther⁴⁰, l'unité de sa principauté prit fin⁴¹. Désormais, il y eut quatre territoires différents, dont deux principautés durables: Hessen-Kassel (jusqu'en 1866) et Hessen-Darmstadt (jusqu'en 1918)⁴². Le paysage territorial fut totalement remodelé à l'époque napoléonienne. Kassel fut la capitale du royaume de Westphalie de Jérôme Bonaparte. Plus tard, une partie du *Land* actuel devint prussien. À Francfort, cette incorporation suscita des résistances et le suicide du maire (*Älterer Bürgermeister*) le 24 juillet 1866, drame qui, en 2016, fut commémoré dans la presse allemande, par la *Frankfurter Allgemeine Zeitung* et la *Zeit*⁴³. À l'époque, ces événements avaient inspiré un roman d'Alexandre Dumas⁴⁴.

2.1. Exemples médiévaux: les petites villes de la Wetterau et du nord de la Hesse

Au Moyen Âge, pour les petites villes allemandes et en particulier pour celles de la Hesse, s'unir était une nécessité pour survivre. Face à des événements de la *grande* politique, comme le grand interrègne de 1250-1273, elles essayèrent déjà de trouver des alliés plus puissants, de fonder des ligues et d'agir en commun⁴⁵. Au cours des siècles se créèrent des alliances et confédérations où les grandes villes dominaient les autres. Au Moyen Âge, en raison de son poids politique et économique, Francfort, ville d'Empire⁴⁶, ville

⁴⁰ FRANZ, Eckhart, G. - "Landgraf Philipp der Großmütige". *Zeitschrift des Vereins für hessische Geschichte und Landeskunde* 109 (2004), pp. 1-12; BRAASCH-SCHWERSMANN, Ursula; SCHNEIDER, Hans; WINTERHAGER, Wilhelm Ernst, HISTORISCHE KOMMISSION FÜR HESSEN (dir.) - *Philipp der Großmütige 1504-1567, Hessen im Zentrum der Reform*. Marburg, Neustadt an der Aisch: Schmidt, 2004; HEINEMEYER, Walter - *Philipp der Großmütige und die Reformation in Hessen*. [collection d'articles de Walter Heinemeyer]. Ed. Hans-Peter LACHMANN; Hans SCHNEIDER; Fritz WOLFF, Marburg: Elwert, 1997.

⁴¹ Sur l'évolution territoriale de la Hesse entre 1247 et 1567, voir la carte suivante: "Hessen 1247-1567". in *Geschichtlicher Atlas von Hessen*. [Consulté le 24 octobre 2020]. Disponible sur: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/ga/id/23>

⁴² KROLL, Frank-Lothar - *Geschichte Hessens ...*, p. 30.

⁴³ RIEBSAMEN, Hans - "Verlust der Unabhängigkeit, Frankfurts Ende als Freie Stadt". *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (24 juillet 2016). [Consulté le 21 janvier 2020]. Disponible sur: <http://www.faz.net/aktuell/gesellschaft/als-frankfurt-eine-ordinaere-preussische-stadt-wurde-14352874.html>; ZERBACK, Ralf - " 'Unsere Freiheit fraß das Schwert'. Frankfurts dunkelste Stunde: Im Herbst 1866 annektiert Preußen die Freie Stadt am Main." *Zeit* 45 /2016 (10 novembre 2016) [Consulté le 21 janvier 2020]. Disponible sur: <http://www.zeit.de/2016/45/frankfurt-am-main-annexion-preussen-jahrestag>.

⁴⁴ DUMAS, Alexandre - *La terre prussienne à Francfort. Épisode de la guerre en 1866*. 2 vol. Paris: Michel Lévy, 1868 (réed. Ed. Alain Chardonnes. Paris: L'Harmattan, 2012); et 2 vol, Paris, Naumbourg: Paetz, 1868.

⁴⁵ DISTLER, Eva-Marie - *Städtebünde im deutschen Spätmittelalter*. Francfort-sur-le-Main: Klostermann, 2006; KREUTZ, Bernhard - "Rheinische Städtebünde (13./14. Jahrhundert)". in *Historisches Lexikon Bayerns*. [Consulté le 21 janvier 2020]. Disponible sur: [https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dteb%C3%BCnde_\(13./14._Jahrhundert\)](https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Rheinische_St%C3%A4dteb%C3%BCnde_(13./14._Jahrhundert)); KREUTZ, Bernhard - *Städtebünde und Städtenetz am Mittelrhein im 13. und 14. Jahrhundert*. Trier: Kliomedien, 2005; BÖNNEN, Gerold - "Der Rheinische Bund von 1254/56: Voraussetzungen, Wirkungsweise, Nachleben". in FELTEN, Franz Josef (dir.) - *Städtebünde – Städtetage im Wandel der Geschichte*. Stuttgart: Steiner, 2006, pp. 13-35; BUCHHOLZER, Laurence; RICHARD, Olivier (dir.) - *Ligues urbaines et espace à la fin du Moyen Âge / Städtebünde und Raum im Spätmittelalter*. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg, 2012; OPLL, Ferdinand; WEIGL, Andreas (dir.) - *Städtebünde*. Innsbruck, Wien: Studien Verlag, 2017.

⁴⁶ BROCKHOFF, Evelyn - *Von der Steinzeit...; FRANKFURTER HISTORISCHE KOMMISSION – Frankfurt am Main...; REBENTISCH, Dieter (dir.) - Frankfurt am Main im Mittelalter*. Francfort-sur-le-Main:

des élections royales et, en conséquence, l'une des *capitales* du Saint Empire⁴⁷, ainsi que lieu de foires⁴⁸, comptait plus que ses alliées les petites villes impériales de Friedberg⁴⁹, Wetzlar⁵⁰ et Gelnhausen⁵¹. Proches de l'espace rhénan qui, depuis l'interrègne, connaissait une tradition de ligues urbaines, vivace entre 1285 et 1364, ces quatre villes de la *Wetterau* formèrent et renouvelèrent régulièrement leur alliance. Elles devinrent également membres de la ligue des villes rhénanes⁵². L'acte d'alliance des villes de la *Wetterau* de 1325 prévoyait une coopération à l'égard des tiers et une défense commune contre tout adversaire, à l'exception de l'empereur⁵³. En 1340, on décida qu'en cas de troubles internes (*uffloufe*, *zweyunge*) dans l'une des villes membres, deux autres devraient agir comme médiateurs et émettre une sentence d'arbitrage⁵⁴. À long terme, à la suite des difficultés financières de l'empereur, Gelnhausen fut mise en gage – un sort qui menaça de nombreuses petites villes d'Empire⁵⁵. En 1349, l'empereur Charles IV ne mit pas seulement en gage Gelnhausen mais également Friedberg, Nordhausen, Goslar et Mühlhausen⁵⁶. Au XV^e siècle, Friedberg vécut le déclin de ses foires et de son économie et devint le théâtre des conflits entre les princes électeurs de Mayence et du Palatinat et des ambitions territoriales du landgrave de Hesse⁵⁷. Dans ses relations extérieures, la ville fut de plus en plus représentée par Francfort⁵⁸: dans le premier tiers du XV^e siècle, Friedberg était encore représentée aux *Hoftage* (diètes convoquées par le roi-empereur) par ses propres envoyés, mais, après une période de transition (1431-1442), elle le fut exclusivement par ceux de Francfort (peut-être à l'exception de l'année

Societàtsverlag, 2000.

⁴⁷ MONNET, Pierre - "Eine Reichs-,Hauptstadt ohne Hof im Spätmittelalter. Das Beispiel der Stadt Frankfurt". in PARAVICINI, Werner; WETTLAUER, Jörg (dir.) - *Der Hof und die Stadt*. Ostfildern: Thorbecke, 2006, pp. 111-129.

⁴⁸ ROTHMANN, Michael - *Die Frankfurter Messen im Mittelalter*. Stuttgart: Steiner, 1998.

⁴⁹ STOBBE, Reimer - *Die Stadt Friedberg im Spätmittelalter: Sozialstruktur, Wirtschaftsleben und politisches Umfeld einer kleinen Reichsstadt*. Darmstadt, Marburg, Hessische Historische Kommission Darmstadt, Historische Kommission für Hessen, 1992.

⁵⁰ FELSCHOW, Eva-Marie - *Wetzlar in der Krise des Spätmittelalters*. Darmstadt, Marburg: Hessische Historische Kommission Darmstadt, Historische Kommission für Hessen, 1985.

⁵¹ ACKERMANN, Jürgen - *Gelnhausen, die verpfändete Reichsstadt, Bürgerfreiheit und Herrschermacht*. Marburg: Hessisches Landesamt für geschichtliche Landeskunde, 2006; SCHWIND, Fred - "Reichsstadt und Kaiserpfalz Gelnhausen" (1980). in SCHWIND, Fred - *Burg, Dorf, Kloster Stadt*. BRAASCH-SCHWERSMANN, Ursula (ed.), Marburg: Elwert, 1999, pp. 269-294; ZIEG, Michael - *Gelnhäuser Regesten*, 2 vol., t. 1: 1170-1400; t. 2: 1400-1500. Hamburg: Dr. Kovač, 2008-2010.

⁵² KREUTZ, Bernhard - "Städtebünde.... in *Historisches Lexikon Bayerns*.

⁵³ BÖHMER, Johann Friedrich; LAU, Friedrich (ed.) - *Codex diplomaticus moenofrancofurtanus, Urkundenbuch der Reichsstadt Frankfurt*. T. 2: 1314-1340, Francfort-sur-le-Main: Baer & Co, 1905, N° 284, 13 septembre 1325 (alliance pour six ans entre Francfort, Friedberg, Wetzlar et Gelnhausen): pp. 216-217.

⁵⁴ BÖHMER, Johann Friedrich; LAU, Friedrich - *Codex diplomaticus...*, T. 2: 1314-1340, N° 716, 12 octobre 1340: pp. 529-531, citation p. 530.

⁵⁵ LANDWEHR, Götz - *Die Verpfändung der deutschen Reichsstädte im Mittelalter*. Cologne, Graz: Böhlau, 1967.

⁵⁶ Charles IV, 1^{er} juillet 1349, in HUBER, Alfons (ed.) - *Regesten des Kaiserreichs unter Kaiser Karl IV. (1346-1378)*. Innsbruck, Wagner'sche Universitätsbuchhandlung, 1877, p. 85.

⁵⁷ STOBBE, Reimer - *Die Stadt Friedberg* ..., pp. 166-209.

⁵⁸ STOBBE, Reimer - *Die Stadt Friedberg* ..., pp. 210-225.

1492)⁵⁹. En dehors de telles assemblées, en 1436, Friedberg envoya des ambassadeurs à Prague pour traiter des affaires relatives à sa mise en gage. À cette époque, la distance de Friedberg par rapport au lieu de la convocation d'une assemblée semble devenir décisive⁶⁰. La situation de Wetzlar fut encore plus défavorable. Sous les Staufen, les villes d'Empire de la Wetterau furent des appuis importants de la royauté mais, après le séjour de Louis IV de Bavière (1324), Wetzlar ne fut plus visité par les rois-empereurs. La visite de Sigismond en 1414 fut la dernière d'un roi médiéval. Parmi les villes impériales de la Wetterau, Wetzlar fut, en définitive, la moins visitée⁶¹. Néanmoins, contrairement à Friedberg et Gelnhausen, cette ville réussit mieux à garder une autonomie relative parce que les comtes de Nassau-Weilburg, au profit desquels elle avait été mise en gage, n'essayèrent pas d'y exercer une seigneurie effective. Au XVII^e siècle, la présence du *Reichskammergericht* assura son immédiate⁶².

Souvent, de petites villes, ayant reçu le droit d'une autre ville plus importante, s'adressaient au Conseil de celle-ci en tant qu'instance judiciaire supérieure ou pour obtenir des conseils juridiques - une fonction désignée comme activité d'*Oberhof*⁶³ (littéralement: *haute cour*; il n'y avait pas d'équivalent français. Dans l'espace flamand et certaines régions françaises, l'institution de *chef de sens* avait des fonctions à peu près comparables). Dès 1318, la ville de Kassel donnait des consultations juridiques aux petites villes de Witzhausen et Allendorf; néanmoins, à propos de l'exercice de cette activité, des sources plus certaines n'existent qu'à partir du XVI^e siècle. De son côté, d'après le témoignage du *Salbuch* de 1539, Kassel s'adressa aux échevins de Leipzig⁶⁴. À cause de l'attribution de son droit à d'autres villes, la ville d'Empire de Gelnhausen, sans pouvoir rivaliser avec Francfort, exerça également une fonction d'*Oberhof*⁶⁵: selon une liste du début du XV^e siècle, s'adressèrent à elle des petites villes des environs comme Büdingen, Salmünster, Steinau, Hanau, Ortenberg etc. (Hesse actuelle), des villes de Franconie comme Iphofen, Schweinfurt (aujourd'hui en Bavière), Mergentheim⁶⁶ (Baden-Württemberg actuel⁶⁷) et Schmalkalde (Thuringe

⁵⁹ STOBBE, Reimer - *Die Stadt Friedberg ...*, pp. 218-220 (tableau), p. 220.

⁶⁰ STOBBE, Reimer - *Die Stadt Friedberg ...*, p. 221.

⁶¹ FELSCHOW, Eva-Marie - *Wetzlar in der Krise...*, p. 23.

⁶² ORTH, Elsbet - "Die Reichsstädte der Wetterau". in SCHULTZ, Uwe (dir.) - *Geschichte Hessens*. Stuttgart: Theiss, 1983, pp. 82-94, ici p. 92.

⁶³ KREY, Alexander - "Oberhof". in *Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgeschichte*, 2^e ed.. Vol. 4. Fasc. 25, Berlin: Schmidt, 2017, col. 44-56.

⁶⁴ ECKARDT, Wilhelm A. - "Das Stadtgericht als Oberhof. Ein Beitrag zur Rechtsgeschichte der Stadt Biedenkopf". *Zeitschrift des Vereins für Hessische Geschichte und Landeskunde* 110 (2005), pp. 21-48, ici pp. 26-27; ECKARDT, Wilhelm A. - "Vorarbeiten zu einem Rechtshistorischen Atlas". *Hessisches Jahrbuch für Landesgeschichte* 51 (2001), pp. 59-81, ici pp. 59-62; WEITZEL, Jürgen - *Über Oberhöfe, Recht und Rechtszug*. Göttingen: Muster-Schmidt, 1981 (avec remarques critiques sur le manque de sources qui rendrait incertains des constats sur les débuts des activités d'*Oberhof* de Kassel, p. 80).

⁶⁵ KREY, Alexander - *Die Praxis der spätmittelalterlichen Laiengerichtsbarkeit*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2015, pp. 282-296.

⁶⁶ KREY, Alexander - *Die Praxis...*, pp. 282-289.

⁶⁷ Bien que ville franconienne, Mergentheim fut réunie à la couronne de Württemberg en 1809 sur ordre

actuelle). En dépit de l'existence de cette liste, des demandes effectives de conseils juridiques sont seulement connues pour une partie de ces villes, dont Mergentheim, la dernière (1499). Plusieurs des villes mentionnées s'adressaient en même temps à d'autres *Oberhöfe* comme celle de Francfort. En raison, peut-être, de sa mise en gage et de la perte de son influence, Gelnhausen ne réussit pas à développer une activité d'*Oberhof* durable et importante⁶⁸. D'autres petites villes disposaient de rédactions de leur droit urbain comme Frankenberg⁶⁹ en Hesse et Eisenach (qui exerça également une fonction d'*Oberhof*)⁷⁰ en Thuringe⁷¹. Mühlhausen, ville d'Empire en Thuringe, disposait même de deux compilations juridiques importantes (du droit urbain et impérial) datant du XIII^e siècle⁷².

Au nord de la Hesse, les deux capitales princières, Kassel et Marburg, rivalisèrent⁷³ et, par rapport aux petites villes des environs, jouèrent un rôle de chef de file. En 1376, dix-huit petites villes du nord de la Hesse - soit les trois parties de Kassel (qui étaient encore indépendantes l'une de l'autre), Allendorf an der Werra, Eschwege, Felsberg, Grebenstein, Gudensberg, Homberg an der Efze, Immenhausen, Lichtenau, Melsungen, Niedenstein, Rotenburg an der Fulda, Spangenberg, Witzenhausen, Wolfhagen et Zierenberg) dont seize avaient moins de 2000 habitants, se révoltèrent contre leur landgrave qui exigeait des impôts jugés excessifs⁷⁴. Dans leurs conflits avec ce prince, ces petites villes cherchèrent la médiation du landgrave de Thuringe⁷⁵.

de Napoléon.

⁶⁸ KREY, Alexander - *Die Praxis...*, p. 282.

⁶⁹ FRANKENBERG/EDER - *Das Frankenger Stadtrechtsbuch*. Ed. Wilhelm A. Eckhardt (ed.) - Marburg: Historische Kommission für Hessen, 2014.

⁷⁰ EISENACH - *Eisenacher Rechtsbuch*. Ed. Peter RONDl. Weimar: Hermann Böhlhaus Nachfolger, 1950; PURGOLDT, Johannes - *Das Rechtsbuch Johannes Purgoldts nebst statuarischen Rechten von Gotha und Eisenach*. Ed. Friedrich Orloff. Jéna: Frommann, 1860, réimpression Aalen: Scientia, 1967.

⁷¹ Sur Frankenberg et Eisenach: NAEGLE, Gisela - "Le grand essor culturel des petites villes. Le paysage urbain du Saint Empire entre la fin du Moyen Âge et le début des Temps Modernes". in COSTA, Adelaide Millán ; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (dir.) - *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval ...*, pp. 485-511. Pour une vue d'ensemble pour la Hesse, voir la carte "Stadtrechte, 12. - 15. Jahrhundert". in *Geschichtlicher Atlas von Hessen*, Online. [Consulté le 10 janvier 2020]. Disponible sur: <http://www.lagis-hessen.de/de/subjects/xsrec/current/16/sn/ga?q=YToxOntzOjY6ImVwb2NoZSI7czoxMT0iTWl0dGVsYWx0ZXIiO30=>

⁷² WEBER, Wolfgang; LINGELBACH, Gerhard (ed.) - *Die Statuten der Reichsstadt Mühlhausen in Thüringen*. Cologne: Böhlau, 2005; BÜHNER, Peter - "Mühlhausen – die Burg, die Grafen von Gleichen und das Reichsrechtsbuch. Neue Überlegungen zur Verfassungsgeschichte Mühlhausens in der ersten Hälfte des 13. Jahrhunderts und zur Datierung des so genannten Mühlhäuser Reichsrechtsbuches". *Zeitschrift des Vereins für Thüringische Geschichte und Altertumskunde* 61 (2007), pp. 59-98 (datation après 1231); PATZE, Hans - "Zum ältesten Rechtsbuch der Reichsstadt Mühlhausen / Thüringen aus dem Anfang des 13. Jahrhunderts". in KONSTANZER ARBEITSKREIS (ed.) - *Ausgewählte Aufsätze von Hans Patze*. Stuttgart: Thorbecke, 2002, pp. 409-471.

⁷³ SCHWEIZER, Stefan - "'Geistig-kultureller' und 'politisch-administrativer' Herrschaftsort. Die residenzstädtische Funktionsteilung zwischen Kassel und Marburg im 13. und 14. Jahrhundert". in EHLERS, Caspar (dir.) - *Deutsche Königspfalzen*. vol. 8: *Places of Power – Orte der Herrschaft – Lieux du pouvoir*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2007, pp. 73-100.

⁷⁴ BAUMGÄRTNER, Ingrid - "Niederhessen in der Krise? Städtischer Aufruhr im landgräflichen Kassel und im erzbischöflichen Hofgeismar". in BAUMGÄRTNER, Ingrid; SCHICH, Winfried (dir.) - *Nordhessen im Mittelalter*. Marburg: Elwert, 2001, pp. 137-170, ici p. 137.

⁷⁵ BAUMGÄRTNER, Ingrid - "Niederhessen in der Krise? ...", p. 146.

Contrairement à Francfort et autres villes du sud, elles étaient déjà assez éloignées de l'espace rhénan et de ses artères de transport centrales, le réseau fluvial du Rhin et du Main.

Au Moyen Âge, Kassel, d'abord composé de trois villes qui possédaient leur propre maire, sceaux etc., fut d'abord une petite ville. Néanmoins, à cause de sa situation centrale, la localité fut mentionnée dans les descriptions géographiques qu'Idrîsî écrivit pour Roger II de Sicile (1105-1154). Kassel y servit comme point de repère pour l'indication de distances (assez erronées): "De Mayence à Cassel, au centre de l'Allemagne, soixante-dix mille vers l'orient. De Cologne à Cassel, autant". Kassel y est également situé par rapport à Francfort (30 milles) et Herford (70 milles)⁷⁶. A l'époque médiévale, l'archevêque de Mayence, l'un des princes électeurs ecclésiastiques, qui disposait de possessions territoriales étendues, jouait un rôle considérable au nord de la Hesse. Pour lui, les villes de Hofgeismar et de Fritzlar furent des points d'appui importants⁷⁷. Possédant également de vastes territoires en Thuringe, il y fut également un acteur politique de premier ordre⁷⁸.

3. La Thuringe et la Franconie

Au temps de la RDA, entre 1952 et 1990, la Thuringe n'existait plus sous forme de *Land*, mais avait été divisée en plusieurs unités administratives, les *Bezirke* d'Erfurt, Gera et Suhle. Après la réunification, elle devint un *Bundesland* qui obtint, en 1993, sa propre constitution en tant que *Freistaat Thüringen*⁷⁹. Au cours de son histoire, la Thuringe connut également de nombreuses péripéties⁸⁰. Pour l'évolution de

⁷⁶ IDRÎSÎ - *La première géographie de l'Occident*. Ed. Henri Bresc; Annliese Nef. Paris: Flammarion, 1999, p. 430. Distances réelles (selon *Google Maps*: Cologne-Kassel: 242 km; Francfort-Kassel 189 km; Mayence-Kassel: 231 km; Kassel-Herford 137 km (chemin le plus court, autoroutes / routes actuelles).

⁷⁷ BAUMGÄRTNER, Ingrid - "Niederhessen in der Krise? ...", p. 139.

⁷⁸ "Erzbistum und Kurfürstentum Mainz sowie Reichsabtei Fulda um 1500 [Archevêché et principauté ecclésiastique de Mayence avec l'abbaye impériale de Fulda vers 1500]". in GATZ, Erwin avec la collaboration de BORDKORB, Clemens; FLACHENECKER, Helmut (dir.) - *Die Bistümer des Heiligen Römischen Reiches von ihren Anfängen bis zur Säkularisation. Ein historisches Lexikon*, Fribourg-en-Brisgau: Herder, 2004, p. 903; accessible in JÜRGENSMEIER, Friedhelm - "Mainz, Erzbistum: Sprengel und Verwaltung", publié le 15 avril 2011. [Consulté le 23 octobre 2020]. Disponible sur: *Historisches Lexikon Bayerns*, URL: http://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Mainz,Erzbistum:Sprengel_und_Verwaltung.

⁷⁹ RASSLOFF, Steffen - *Geschichte Thüringens*, Munich: Beck, 2010, p. 125.

⁸⁰ MÄGDEFRAU, Werner - *Thüringen im Mittelalter*. 6 vol., Bad Langensalza: Rockstuhl, 2000-2016; PATZE, Hans; SCHLESINGER, Walter (dir.) - *Geschichte Thüringens*. 6 vol., Cologne, Graz: Böhlau, 1967-1984; PATZE, Hans - *Die Entstehung der Landesherrschaft in Thüringen*. Cologne, Graz: Böhlau, 1962; PATZE, Hans - "Landesgeschichtsschreibung in Thüringen". *Jahrbuch für die Geschichte Mittel- und Ostdeutschlands* 16/17 (1968), pp. 95-168; WERNER, Matthias - *Im Spannungsfeld von Wissenschaft und Politik. 150 Jahre Landesgeschichtsforschung in Thüringen*. Cologne: Böhlau, 2005.

son réseau urbain,⁸¹ les XII^e et XIII^e siècles - la période des *Ludowinger*⁸² - furent particulièrement important. Cette époque vit la fondation de nombreuses petites villes telles qu'Eisenach, Creutzburg, Weißensee et autres⁸³. À cause de leur fort caractère rural, les plus petites furent parfois qualifiées d'*Ackerbürgerstädte*⁸⁴. Des 67 villes de la Thuringe centrale, 54 sont mentionnées avant 1400. Selon Hans Eberhardt, Erfurt était la seule grande ville, dix villes peuvent être qualifiées de *moyennes* et les 43 restantes comme petites. D'après son classement, en 1496 et pendant le XVI^e siècle, Mühlhausen, Nordhausen et Eisenach font partie des villes moyennes, Frankenhausen (estimée à environ 1800 habitants en 1496) des petites. Cependant, par rapport à la taille, Eberhardt adopta les critères suivants: les agglomérations de moins de 2000 habitants sont classées parmi les petites villes, celles de 2000-5000 habitants parmi les *moyennes*⁸⁵ et celles de plus de 5000 parmi les *grandes*⁸⁶. D'autres auteurs comme Eberhard Isenmann proposent un classement différent et font commencer les *grandes villes* à plus de 10 000 habitants, rangent les *grandes villes moyennes* entre 5000-10 000 habitants et les *petites villes moyennes* à 2000-5000 habitants⁸⁷. Les chiffres qui viennent d'être évoqués pour la Thuringe datent de la fin du Moyen Âge et, au cours du temps, guerres et épidémies pouvaient créer des variations importantes. Un tel classement doit également tenir compte des particularités des régions en question. Dans des régions fortement urbanisées comme l'Italie du Nord ou la Flandre avec leur densité de grandes villes, l'échelle et la distinction entre *grandes* et *petites* villes pourraient se faire sur la base d'autres chiffres.

En raison, pour partie, du statut de l'histoire régionale en RDA, lequel privilégiait d'autres questionnements, de nombreuses villes de Thuringe n'ont pas

⁸¹ Sur les villes voir par exemple: MÜLLER, Christine - *Landgräfliche Städte in Thüringen. Die Städtepolitik der Ludowinger im 12. und 13. Jahrhundert*. Cologne, Weimar: Böhlau, 2003; BEIER, Hans-Jürgen; SACHENBACHER, Peter; SCHIMPF, Volker (dir.) - *Auf dem Wege zur mittelalterlichen Stadt in Thüringen*. Langenweißbach: Beier & Beran, 2014; ESCHERICH, Mark; MISCH, Christian; MÜLLER, Rainer (dir.) - *Entstehung und Wandel mittelalterlicher Städte in Thüringen*. Berlin: Lukas, 2007.

⁸² Sur cette famille, voir: PETERSON, Jürgen - "Die Ludowinger. Selbstverständnis und Memoria eines hochmittelalterlichen Reichsfürstengeschlechts". *Blätter für deutsche Landesgeschichte* 129 (1993), pp. 1-39.

⁸³ MÜLLER, Christine - *Landgräfliche Städte*. Sur la fin de cette dynastie voir: TEBRUCK, Stefan - "Heinrich der Erlauchte und das ludowingische Erbe: Ein Wettiner wird Landgraf von Thüringen". in KUNDE, Holger; TEBRUCK, Stefan; WITTMANN, Helge - *Der Weißenfeler Vertrag von 1249. Die Landgrafschaft Thüringen am Beginn des Spätmittelalters*. Erfurt: Landeszentrale für politische Bildung, Thüringen, 2000, pp. 11-62; TEBRUCK, Stefan - "Landesherrschaft - Adliges Selbstverständnis - Höfische Kultur. Die Ludowinger in der Forschung", *Wartburg-Jahrbuch* 2008, pp. 30-76; HESS, Wolfgang - *Hessische Städtegründungen der Landgrafen von Thüringen*. Marburg, Witzenhausen: Trautvetter & Fischer 1966.

⁸⁴ EBERHARDT, Hans - "Zur Frühgeschichte und Entwicklung der Kleinstädte im mittleren Thüringen". *Hessisches Jahrbuch für Landesgeschichte* 34 (1984), pp. 25-48.

⁸⁵ D'après la classification adoptée par Eberhard ISENMANN, ces villes seraient des *kleine Mittelstädte* (petites villes moyennes) et sont qualifiées de 'grandes villes' des villes ayant plus de 10 000 habitants. (ISENMANN, Eberhard - *Die deutsche Stadt...*, tableau, p. 62.

⁸⁶ EBERHARDT, Hans - "Zur Frühgeschichte ...", pp. 28-29.

⁸⁷ ISENMANN, Eberhard - *Die deutsche Stadt...*, tableau, p. 62.

encore fait l'objet de recherches scientifiques approfondies ou d'éditions de sources. En tant que résidence comtale, Eisenach joua un rôle important, mais à l'échelle de la Thuringe entière, de fait, à long terme, en dépit du rayonnement culturel de Weimar (qui fut capitale du nouveau *Land* temporaire de Thuringe de 1920, un regroupement de plusieurs territoires antérieurs), nulle autre ville ne pouvait rivaliser avec la capitale actuelle, Erfurt. Celle-ci, possession de l'archevêque de Mayence, était devenue une ville universitaire (tentative de fondation en 1379, début des cours en 1392)⁸⁸. Le rôle particulier d'Erfurt fut souligné déjà par le chroniqueur Hartmann Schedel (1493): il désigna cette ville, à laquelle il accorda une image dans son texte, comme capitale de la Thuringe (*hawbt Thueringer lannds*⁸⁹, *magna et memorabilis urbs, provincie thuringie caput*⁹⁰). Enea Silvio Piccolomini, le futur pape Pie II (1405-1464, pape en 1458) loua également Erfurt et préféra les villes de Thuringe à celles de la Hesse: "*In Hassia queque non pauca oppida commendaveris. Sed plura in Thuringia, quorum et maximum et famosissimum est Erfordia, populo et opibus plena*"⁹¹. En Thuringe, la plupart des villes étaient petites, il y avait de nombreux petits territoires, et au XIX^e siècle, parallèlement au débat sur la forme étatique de l'Allemagne, des aspirations semblables à leur unification. Dans ce cadre, le renvoi à l'ancien royaume des Thuringiens (vaincu par les Francs et intégré dans leur royaume en 531) joua un rôle important⁹². En dépit du morcellement territorial, qui dura des centaines d'années, la Thuringe connut une définition relativement stable du point de vue géographique (mais non politique): l'espace entre le massif du Harz, la forêt de Thuringe (*Thüringerwald*) et les fleuves Saale et Werra⁹³. Le cas de ces villes illustre bien la stratégie tendant à s'unir et à se chercher des alliés plus puissants. Mühlhausen fut le seul membre thuringien de la ligue des villes rhénanes⁹⁴. En 1306, les villes d'Erfurt, Mühlhausen et Nordhausen soutinrent les efforts d'Eisenach pour obtenir l'immédiateté par rapport à l'Empire. Les efforts d'Eisenach ne furent pas couronnés de succès. Néanmoins, tout comme

⁸⁸ GRAMSCH, Robert - *Erfurt – die älteste Hochschule Deutschlands*. Erfurt: Sutton, 2012; RASSLOFF, Steffen - *Geschichte der Stadt Erfurt*. Erfurt: Sutton, 2012; GUTSCHE, Willibald - *Geschichte der Stadt Erfurt*. 2^e ed. Weimar: Böhlau, 1989.

⁸⁹ SCHEDEL, Hartmann - *Weltchronik. Kolorierte Gesamtausgabe von 1493*, introduction et commentaire de FÜSSEL, Stephan. Cologne, Londres: Taschen, 2001, fol. CLV-CLVI.

⁹⁰ SCHEDEL, Hartmann - *Liber chronicarum*. Nuremberg: Anton Koberger, 1493. [Consulté le 24 octobre 2020]. Disponible sur: Image: <https://daten.digitale-sammlungen.de/0003/bsb00034024/images/index.html?fiip=193.174.98.30&seite=384&pdfseite=&et=http://daten.digitale-sammlungen.de/~db/0003/bsb00034024/images/index.html?id=00034024&groesser=&fiip=193.174.98.30&no=&seite=385>.

⁹¹ PICCOLOMINI, Enea Silvio - *Germania*. Ed. Maria Giovanna Fadiga. Firenze: SISMEL, Edizioni del Galuzzo, 2009, p. 197.

⁹² Sur ces questions voir: WERNER, Matthias - "Perspektiven einer thüringischen Landesgeschichte im Europa der Regionen". in SCHEURMANN, Konrad; FRANK, Jördis (dir.) - *Neu entdeckt. Thüringen – Land der Residenzen* [catalogue de la 2^e Landesausstellung de Thuringe]. 2 vol., vol. 2: *Essays*, Mayence: Philipp von Zabern, 2004, pp. 13-26; particulièrement p. 17 et suiv.

⁹³ WERNER, Matthias - "Perspektiven...", p. 17.

⁹⁴ KÄLBLE, Mathias - "Stadt, Adel und Reich – städtische Bündnispolitik in Thüringen bis zu den Anfängen des Dreistädtebundes (1304/06)". in LAU, Thomas; WITTMANN, Helge (dir.) - *Kaiser, Reich und Reichsstadt in der Interaktion*. Petersberg: Imhof, 2016, pp. 13-40, ici p. 18.

les quatre villes impériales du Sud de la Hesse (Francfort, Friedberg, Wetzlar et Gelnhausen), les trois autres villes thuringiennes poursuivirent leur coopération sous forme d'une ligue (*Thüringer Dreistädtebund: ligue des trois villes de Thuringe*) qui fut régulièrement renouvelée pour environ 180 ans à partir de 1304/1306. La dernière prolongation de douze ans eut lieu en 1469. En comparaison avec l'époque précédente, les trois villes coordonnèrent davantage leur politique d'alliances et relations avec des tiers (dont la ligue hanséatique et la ligue urbaine de Saxe, ainsi que des villes puissantes comme Cologne, Lübeck, Brunswick ou Magdebourg)⁹⁵. Le fait qu'en 1396-1400, dans les conflits avec l'évêque de Würzburg Gerhard, de la maison des Schwarzburg, Meiningen participa à une ligue commune avec Würzburg et d'autres villes de Franconie⁹⁶ souligne de nouveau les multiples liens entre ces régions du Centre de l'Empire. À cette époque, Meiningen (plus tard capitale du duché de Saxe-Meiningen; capitale du *Freistaat* Saxe-Meiningen en 1918 et aujourd'hui partie de la Thuringe) faisait encore partie du territoire (*Hochstift*) de l'évêque de Würzburg⁹⁷. Les villes de la Thuringe, ainsi Erfurt, Mühlhausen, Nordhausen, Sangershausen, Querfurt, Weißensee, Treffurt, Schmalkalde, Meiningen, Salzungen, Langensalza, Blankenburg Schleusingen, Saalfeld ou Suhl, firent partie des visiteurs des foires de Francfort et cette dernière attira de nouveaux citoyens de cette région⁹⁸. Leur participation au commerce international apparaît également par leur mention dans un mémoire de Troyes dressé au cours de la querelle des foires de Lyon (1484)⁹⁹. *Mainingue* fut cité parmi les villes allemandes dont Troyes espérait la visite de marchands en cas où les foires de Lyon y seraient transférées. Eu égard au chemin d'accès prévu, Meiningen fut classé avec des villes comme Francfort, Mayence, Strasbourg et Nuremberg dont les marchands devaient venir par le Rhin et la Moselle jusqu'à Pont-à-Mousson et ensuite par terre¹⁰⁰. Du pont de vue de Troyes, les régions évoquées dans cet article appartenaient donc à un même espace. En 1344, Meiningen obtint, tout comme plusieurs autres petites villes

⁹⁵ MÄGDEFRAU, Werner - *Thüringer Städte und Städtebünde im Mittelalter*. Bad Langensalza: Rockstuhl, 2002, pp. 206-208.

⁹⁶ MÄGDEFRAU, Werner - *Thüringer Städte...*, pp. 209-210.

⁹⁷ Sur Meiningen voir: ERCK, Alfred (dir.); rédaction MÖTSCH, Johannes - *Meiningen, Lexikon zur Stadtgeschichte*. Meiningen, Bielstein, 2008 (grand public). Voir également: carte "Bistum und Hochstift Würzburg um 1500 [évêché et principauté ecclésiastique de Würzburg]". in GATZ, Erwin - *Die Bistümer des Heiligen Römischen Reiches...*, p. 935.

⁹⁸ MÄGDEFRAU, Werner - *Thüringer Städte...*, p. 326.

⁹⁹ Sur cette querelle, voir: NAEGLE, Gisela - "Lyon se défend: délibérations, procès et foires à la fin du Moyen Âge". in CHARANSONNET, Alexis; GAULIN, Jean-Louis; HÉLARY, Xavier (dir.) - *Lyon 1312. Rattacher la ville au Royaume?* Lyon: CIHAM Éditions, 2020, pp. 269-291.

¹⁰⁰ FRANCISQUE, André (ed.) - "Mémoire adressé au roi en 1484 par les habitants de Troyes, pour obtenir le rétablissement dans leur ville des foires supprimées à Lyon". COMITÉ DES TRAVAUX HISTORIQUES SCIENTIFIQUES (ed.) - *Bulletin historique et philologique* (1890), pp. 374-393, ici § 17, p. 389.

(dont Coburg en 1331 et Brückenau en 1344, actuellement en Bavière) le droit urbain de la ville d'Empire de Schweinfurt (alors en Franconie, aujourd'hui en Bavière)¹⁰¹.

L'histoire de la Franconie est également compliquée. Aujourd'hui, cette région est définie par trois circonscriptions administratives (*Regierungsbezirke*) au Nord de la Bavière. En 1500, sous le règne de l'empereur Maximilien I^{er}, dans le cadre de l'organisation du système des paix territoriales (*Landfrieden*), il y eut un cercle d'Empire (*Reichskreis*) de Franconie¹⁰². Mais ses limites ne correspondaient pas à la région historique, caractérisée par une multitude de moyennes, petites et minuscules entités territoriales et par les trois évêchés de Würzburg, Eichstätt et Bamberg¹⁰³. Même au Moyen Âge, les limites exactes de la Franconie donnèrent lieu à des débats et sa géographie politique était déjà commentée par des observateurs contemporains comme Enea Silvio Piccolomini. Il constata que les margraves de Brandebourg y étaient très puissants et qu'il y avait de nombreuses villes d'Empire¹⁰⁴. Dans sa *Germania*, il décrit Francfort et Nuremberg¹⁰⁵ comme villes de la Franconie¹⁰⁶. Discutant cette opinion, le chroniqueur et médecin humaniste Hartmann Schedel est d'avis que le nom même de Nuremberg montrerait que la ville ferait partie de la Bavière¹⁰⁷. En Franconie, le poids politique de Nuremberg était plus important que celui de petites villes comme Rothenburg, Weissenburg ou Windsheim. Des remarques présentes dans le *Livre de mon lignage et d'aventures* d'Ulman Stromer (1329-1407), un patricien nurembergeois, montrent qu'au cours de conflits militaires, des petites villes agirent littéralement à l'ombre de leurs grandes voisines, par exemple à l'époque de la première guerre des villes des années 1380: "Et quand toutes les villes communes (*alle gemein stet*) étaient en campagne militaire en Souabe et en Franconie devant Windsheim, le peuple de Nuremberg se mit à part sous sa bannière (*do sundert sich der von Nürmberg volk unter irm panyr*)¹⁰⁸: il avait réuni

¹⁰¹ GERLICH, Alois; MACHILEK, Franz - "Die innere Entwicklung vom Interregnum bis 1800: Staat, Gesellschaft, Kirche, Wirtschaft". in: SPINDLER, Max, nouvelle version de KRAUS, Andreas (dir.) - *Handbuch der Bayrischen Geschichte*, vol. 3/1: *Geschichte Frankens bis zum Ausgang des 18. Jahrhunderts*, 3^e ed. remaniée, Munich: Beck, 1997, pp. 538-701, ici p. 684

¹⁰² FLEISCHMANN, Peter - „Der fränkische Reichskreis und die Reichsstädte“. in MÜLLER, Rainer (dir.) - *Reichsstädte in Franken. Aufsätze*, t. 1, pp. 115-124; DOTZAUER, Winfried - *Die deutschen Reichskreise (1385-1806)*. Stuttgart: Steiner, 1998.

¹⁰³ WENDEHORST, Alfred - „Franken, Landschaft“. in: *Lexikon des Mittelalters*, t. 4, Stuttgart, Weimar: Metzler, 1999, col. 728-735.

¹⁰⁴ "Marchiones brandenburgenses tamquam purkgrafii norimbergenses potentes in ea [en Franconie, G.N.] sunt. Multe preterea ciuitates imperiales apud Francones florent". (PICCOLOMINI, Enea Silvio - *Enea Silvii Piccolominei postea Pii PP. II De Evropa*. XXXIX, 137. VAN HECK, Adrian[us] (ed.), Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 2001, pp. 156-157).

¹⁰⁵ MEYER, Carla - *Die Stadt als Thema. Nürnbergs Entdeckung in Texten um 1500*. Ostfildern, Thorbecke, 2009; BUCHHOLZER-REMY, Laurence - *Une ville en ses réseaux: Nuremberg à la fin du Moyen Âge*. Paris: Belin, 2006.

¹⁰⁶ PICCOLOMINI, Enea Silvio - *Germania*, II, 39 et II, 41. Ed. Maria Giovanna Fadiga ... pp. 198-199.

¹⁰⁷ SCHEDEL, Hartmann - *Weltchronik...*, fol. C v.

¹⁰⁸ [STROMER, Ulman] - *Ulman Stromer's Puechel von meim geslecht und von abentewr 1349 bis 1401*. in HEGEL, Carl (ed.) - *Die Chroniken der fränkischen Städte- Nürnberg*, vol. 1, Leipzig: Hirzel, 1862, pp. 1-98, ici p. 46.

davantage d'hommes armés que toutes les autres villes; et ainsi toutes les villes furent obligées de renoncer à leurs propres bannières devant celle de l'Empire et la bannière de ceux de Nuremberg".¹⁰⁹ Une autre version du même texte dit même que toutes les autres villes devaient se ranger sous la bannière de Nuremberg (*und do musten alle stet ir panyr unter tun dann di von Nurenberg; unter dem panir zugen sie alle*)¹¹⁰. Cependant, du point de vue méthodologique, se posent des problèmes dus à la conservation des sources puisque, dans ce cas, une bonne partie des témoignages sur les petites villes émanent de leurs grandes voisines.

3.1. Exemples thuringiens: Mühlhausen, (Bad) Frankenhausen, Schmalkalde

Trois villes de Thuringe, Mühlhausen, qui possède des archives particulièrement bien conservées, Schmalkalde¹¹¹, qui devint un lieu de rencontre important à l'époque de la Réforme protestante, et Frankenhausen (le lieu de défaite décisive des paysans dans la guerre des Paysans de 1525) serviront d'exemple pour montrer l'intérêt d'une étude approfondie des petites villes et de leur cadre historiographique changeant.

Mühlhausen est intéressant sous plusieurs aspects. Il s'agit d'une ancienne ville d'Empire en Thuringe qui se réfère encore à cette tradition, mais qui, du point de vue historiographique, doit également gérer des ruptures importantes. En 1802, elle fut occupée par des troupes prussiennes ce qui amena une réforme de sa constitution et de son système de gouvernement. Néanmoins, il y eut des continuités personnelles importantes. Ensuite, entre 1807-1813, la ville fit partie du royaume de Westphalie et reçut encore une fois une nouvelle forme de gouvernement¹¹². Après la défaite de Napoléon, elle devint de nouveau prussienne. Après la Deuxième Guerre mondiale, elle était située en RDA, avant de faire partie du Bundesland de Thuringe. Dans l'ancienne RDA, les événements de la guerre des Paysans, dans laquelle furent impliquées les villes de Mühlhausen et Nordhausen¹¹³, et la bataille décisive

¹⁰⁹ SCHNEIDER, Joachim - *Heinrich Deichsler und die Nürnberger Chronistik des 15. Jahrhunderts*. Wiesbaden: Ludwig Reichert Verlag, 1991, p. 229 (traduction: G.N.).

¹¹⁰ SCHNEIDER, Joachim - *Heinrich Deichsler...*, p. 229.

¹¹¹ CLEMEN, Gudrun - *Schmalkalden - Biberach - Ravensburg*. Stuttgart: Steiner: 2009; MUSEUM SCHLOSS WILHELMSBURG SCHMALKALDEN; ARBEITSKREIS MEDIÄVISTIK DER FRIEDRICH-SCHILLER-UNIVERSITÄT JENA (ed.) - *Schmalkalden und Thüringen in der deutschen Geschichte*. Schmalkalden: Museum Schloss Wilhelmsburg Schmalkalden, 1990.

¹¹² WITTMANN, Helge - "Geschichtsbilder – Zur Präsenz reichsstädtischer Geschichte in der Thomas-Müntzer-Stadt Mühlhausen". in WITTMANN, Helge (dir.) - *Tempi passati. Die Reichsstadt in der Erinnerung*. Petersberg: Imhof, 2014, pp. 175-202, ici pp. 175-177.

¹¹³ VOGLER, Günter (dir.) - *Bauernkrieg zwischen Harz und Thüringer Wald*. Stuttgart: Steiner, 2008; VOGLER, Günter - "Die innerstädtische Bewegung in der Reichsstadt Mühlhausen und die Aktionen im Bauernkrieg 1523-1525". in VOGLER, *Bauernkrieg...*, pp. 91-112; MÜLLER, Thomas T. - "Frühreformation und Bauernkrieg. Die Thüringer Reichsstädte Nordhausen und Mühlhausen im Vergleich". in LAU, Thomas;

de 1525¹¹⁴ ne furent pas interprétés de la même façon que dans l'historiographie ouest-allemande. Thomas Müntzer, qui prêcha à Mühlhausen, fut érigé en héros révolutionnaire et précurseur idéologique de la RDA¹¹⁵. En 1975, Mühlhausen, lieu des activités de Müntzer, où il avait été exécuté, devint le aussi le lieu principal de la commémoration officielle du 450^e anniversaire de la guerre des Paysans qui fut organisée par le gouvernement de la RDA. Outre des monuments consacrés à la mémoire de Müntzer, Mühlhausen obtint le nom officiel de ville de Thomas Müntzer et devint le siège d'un centre de recherche historique et de commémoration qui employa 50 collaborateurs. Plusieurs bâtiments, dont la Marienkirche et la Kornmarktkirche furent transformés en musées, ainsi la Zentrale Gedenkstätte (lieu de mémoire central) pour la guerre des Paysans compta parmi les grands musées de la RDA¹¹⁶. Depuis cette époque, à Mühlhausen, nombreuses furent les expositions consacrées à Müntzer, particulièrement par le Bauernkriegsmuseum, et l'interprétation de son rôle pour l'histoire urbaine fut plusieurs fois remaniée et repensée¹¹⁷. Actuellement, dans le cadre des célébrations autour de l'anniversaire de la Réforme de Luther, la Lutherdekade (la décennie de Luther) et du grand jubilé de la Réforme protestante de 2017, Müntzer bénéficie également d'un regain d'intérêt¹¹⁸. Plusieurs villes en Thuringe et en Hesse ont participé aux célébrations du jubilé de la Réforme protestante¹¹⁹ et, parfois, les manifestations furent organisées en commun¹²⁰. À Mühlhausen eut lieu l'exposition *Luthers ungeliebte Brüder* (les frères mal aimés de Luther, 31 octobre 2016-31 octobre 2017) sur les idées alternatives de la réforme religieuse en Thuringe qui fut transformé en exposition durable (état de 2020)¹²¹.

WITTMANN, Helge (dir.) - *Reichsstadt im Religionskonflikt*. Petersberg: Imhof, 2017, pp. 161-176.

¹¹⁴ HOYER, Siegfried - "Die ‚Schlacht‘ bei Frankenhausen". in VOGLER, Günter (dir.) - *Bauernkrieg...*, pp. 211-224.

¹¹⁵ MÜLLER, Thomas T. - *Thomas Müntzer im Bauernkrieg. Fakten – Fiktionen -Desiderate*. Mühlhausen: Thomas-Müntzer-Gesellschaft, e. V., 2016, p. 5; VOGLER, Günter - *Müntzerbilder im 20. Jahrhundert. Tendenzen und Perspektiven der Forschung*. Mühlhausen: Thomas-Müntzer-Gesellschaft, e. V., 2001.

¹¹⁶ WITTMANN, Helge - "Geschichtsbilder...", p. 189.

¹¹⁷ SEIB, Gerhard - "Die Kornmarktkirche in Mühlhausen als Bauernkriegsmuseum". in VOGLER, Günter, *Bauernkrieg...*, pp. 455-466.

¹¹⁸ GOERTZ, Hans-Jürgen - *Thomas Müntzer. Revolutionär am Ende der Zeiten*. Munich: Beck, 2015; BRÄUER, Siegfried; VOGLER, Günter - *Thomas Müntzer*. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 2016.

¹¹⁹ Entre autres lieux, des expositions sur la Réforme et Luther eurent lieu par exemple, à la Wartburg d'Eisenach, en Thuringe: WARTBURG-STIFTUNG EISENACH (dir.) - *Luther und die Deutschen. Begleitband zur Nationalen Sonderausstellung auf der Wartburg*, 4 mai – 5 novembre 2017. Petersberg: Imhof, 2017 et, en tant que *Landesausstellung du Land de Bavière*, à Coburg: WOLF, Peter; BROCKHOFF, Evamaria (dir.) - *Ritter, Bauern, Lutheraner* (exposition, 9 mai – 5 novembre 2017). Augsburg: Bayerisches Staatsministerium für Bildung und Kultur, Wissenschaft und Kunst, Haus der Bayerischen Geschichte; Darmstadt: Theiss, 2017.

¹²⁰ Sur les lieux concernés voir par exemple: WURZEL, Thomas et alii - *Stätten der Reformation in Hessen und Thüringen*. Ratisbonne: Schnell + Steiner, 2014; voir également: BLAHA, Dagmar - "Das Digitale Archiv der Reformation (DigiRef): ein Gemeinschaftsprojekt von Hessen, Sachsen-Anhalt und Thüringen". *Archivnachrichten aus Hessen* 14/1 (2014), pp. 57-60 [consulté le 22 janvier 2020]. Disponible sur: <https://landesarchiv.hessen.de>.

¹²¹ *Luthers ungeliebte Brüder*: Présentation de l'exposition [consulté le 24 octobre 2020]. Disponible sur: <https://www.mhl-museen.de/kornmarktkirche.html>

Au cours de la guerre des Paysans, des petites villes furent confrontées à des princes et adversaires puissants. La RDA avait prévu de commémorer le 450^e anniversaire de la bataille décisive et la défaite des paysans (1525) avec un monument conçu à cet effet: le Panorama Museum (musée panoramique) à Bad Frankenhausen en Thuringe. Ce monument héberge la peinture monumentale de l'artiste Werner Tübke (1929-2004) qui mesure 14 m x 123 m, soit 1722 m²¹²². Commencée en 1983, l'œuvre fut terminée en 1987, le bâtiment du musée fut ouvert le 14 septembre 1989, juste avant la réunification¹²³.

L'époque de la Réforme conféra aussi un rôle important à la petite ville de Schmalkalde en Thuringe parce qu'en 1537, elle fut le lieu d'une réunion particulièrement importante de la ligue, formée par des princes et villes protestants, à laquelle elle donna son nom¹²⁴. Comme dans le cas de Mühlhausen, son histoire montre l'imbrication de l'histoire de la Hesse et de celle de la Thuringe: pendant longtemps Schmalkalde fit partie de la Hesse, avant d'être intégrée dans la Thuringe et, finalement dans la RDA¹²⁵. En même temps, son histoire plus ancienne est également liée à celle de la Franconie: après avoir été une possession de l'abbaye de Fulda (Hesse), de l'évêque de Würzburg (Franconie, 1057) et de Richeza de Pologne¹²⁶, ensuite, depuis la fin du XII^e siècle, des Landgrafen de Thuringe, Schmalkalden devint celle des comtes de Henneberg, puis des Burggrafen de Nuremberg. Ensuite, les Henneberg rachetèrent la ville avec la participation financière du landgrave de Hesse et, jusqu'en 1583, elle fut régie conjointement par les deux dynasties. La montée des états territoriaux réduisit les marges de manœuvre de la ville et son autonomie. Participant aux insurrections de la guerre de Paysans, elle dut capituler et, au cours de la répression, en 1527, perdit son autonomie. Auparavant, en application d'un privilège de 1335, la ville avait été régie théoriquement par le droit urbain de la ville d'Empire de Gelnhausen, en Hesse. Mais, ne possédant pas le même statut de ville immédiate, elle ne fut pas en mesure de conquérir le même degré d'autonomie¹²⁷ (que finalement même Gelnhausen, qui fut mis en gage, ne réussit pas à conserver). En

¹²² PANORAMA MUSEUM BAD FRANKENHAUSEN (ed.) - *Panorama Museum Bad Frankenhausen*, Bad Frankenhausen: Panorama Museum, 2015. Description détaillée des différentes parties de l'œuvre: LINDNER, Gerd - *Vision und Wirklichkeit. Das Frankenhäuser Geschichtspanorama von Werner Tübke*, Bad Frankenhausen: Panorama Museum, 2^e éd. actualisée, 2009.

¹²³ LINDNER, Gerd - *Vision ...*, p. 129.

¹²⁴ HAUG-MORITZ, Gabriele - *Der Schmalkaldische Bund 1530-1541/42*. Leinfelden-Echterdingen: DRW, 2002.

¹²⁵ Carte "Hessen 1247-1567". in *Geschichtlicher Atlas von Hessen*. Online. [consulté le 24 octobre 2020]. Disponible sur: <https://www.lagis-hessen.de/de/subjects/idrec/sn/ga/id/23>

¹²⁶ "Schmalkalden", in PATZE, Hans; AUFGEBAUER, Peter (dir.) - *Handbuch der Historischen Stätten Deutschlands*, vol. 9: *Thüringen*. 2^e ed. revue, Stuttgart: Kröner, 1989, pp. 387-391. Sur Richeza, reine de Pologne (v. 995-†1063), fille d'un comte palatin de Lorraine et petite-fille de l'empereur Otton II qui passa la fin de sa vie en Thuringe, voir: FÖSSEL, Amalie - "Richeza". in *Neue Deutsche Biographie* 21 (2003), pp. 516-517 [Online] [consulté le 29 octobre 2020]. Disponible sur: URL: <https://www.deutsche-biographie.de/pnd118928872.html#ndbcontent>.

¹²⁷ CLEMEN, Gudrun - *Schmalkalden...*, pp. 91-93.

dépit de sa petite taille, Schmalkalde obtint un certain rayonnement culturel et devint le théâtre d'événements politiques importants. Vers 1220-1250, c'est-à-dire très tôt dans le contexte allemand, le siège de l'officier du Landgraf de Hesse, le Hessenhof fut décoré avec des peintures du cycle du roman Iwein¹²⁸. En tant que lieu de la fondation de la ligue de Schmalkalde des princes protestants (Schmalkaldischer Bund, 1530-1546), cette ville donna le nom au Schmalkaldischer Krieg ("guerre de Schmalkalde", 1546-1547).

Conclusions

Souvent, la situation des sources impose des restrictions importantes à l'étude des petites villes. Pourtant, les exemples qui viennent d'être esquissés, auquel on pourrait rajouter bien d'autres, montrent que l'enquête et la réflexion sur ce type de villes, leurs cadres géographiques et historiographiques valent d'être poursuivies. La comparaison des villes de la Hesse, de la Thuringe et de la Franconie (opération qui, jusqu'alors, fut plutôt rare) montre tout l'intérêt d'une perspective croisée qui, sans suivre une logique entièrement dictée par les frontières politiques actuelles, tient également compte des anciennes entités historiques et de leurs liens économiques et politiques. Dans la hiérarchie des villes des trois régions, leurs petites villes étaient confrontées à des voisines dominantes telles que Francfort (Hesse) et Nuremberg (Franconie), qui étaient des capitales de l'Empire médiéval. Erfurt, possession de l'archevêque de Mayence et ville universitaire, joua un rôle hors pair en Thuringe. Tout comme les querelles des villes nord-hessoises avec le landgrave et des villes franconiennes et thuringiennes avec l'évêque de Würzburg, les conflits entre les villes et les princes créèrent la nécessité de s'unir et de se liquer (ligue des quatre villes de la Wetterau; Dreistädtebund de Thuringe; ligues rhénanes et franconiennes). Suite à leur déclin économique, face à Francfort, les trois autres villes d'Empire de la Wetterau perdirent de plus en plus de poids. En Franconie, la même constatation vaut pour les relations des petites villes avec Nuremberg et les grandes villes épiscopales de Würzburg et Bamberg. Le début des temps modernes (à partir du XVI^e siècle) vit un essor des villes de résidences et capitales princières telles que Kassel, Marburg, etc. Les résultats obtenus par la comparaison de la Hesse, la Thuringe et la Franconie, incitent à élargir le cadre géographique à d'autres espaces comme la Souabe, la Lorraine ou l'Oberrhein. Par exemple, pour la Franconie et l'Oberrhein, l'étude de petites villes viticoles et de leur participation active au commerce du vin, une source de richesse considérable, pourrait fournir un point de départ possible. Comme le suggère l'apparition de Meiningen dans les mémoires de Troyes ou de Kassel dans les indications d'Idrîsî, l'enquête vaut également d'être poursuivie

¹²⁸ Article "Schmalkalden". in PATZE, Hans - *Handbuch...*, p. 387.

hors des sentiers battus. De même, le déclin économique et politique des petites villes d'Empire à la fin du Moyen Âge invite à chercher à savoir si des phénomènes semblables se produisirent dans les petites villes d'autres pays européens et quelle fut la chronologie de telles évolutions. Les changements fréquents d'appartenance territoriale avaient des conséquences importantes sur l'histoire des villes, l'historiographie et le paysage institutionnel et scientifique. Parmi les facteurs les plus importants compta la création de nouveaux territoires (évolution de la Landgrafschaft de Hesse et de Thuringe; intégration de villes dans les royaumes de Westphalie, de Prusse, de Bavière; création des nouveaux Bundesländer après 1945 et, dans le cas de la Thuringe, dissolution au temps de la RDA et refondation après la réunification, etc.). Ces nombreuses ruptures produisirent des conséquences identitaires et une recherche accrue de cohésion et d'un passé commun. Ce dernier aspect de l'appartenance territoriale changeante invite à la comparaison avec d'autres régions qui connurent un sort semblable – tels que les petites villes d'Alsace ou de Lorraine, des territoires savoyards, de l'Italie ou des royaumes Ibériques.

A fundação dos conventos franciscanos nos pequenos núcleos urbanos do Portugal medieval¹

*Catarina Almeida Marado*²

Resumo

Chegados a Portugal no contexto da inicial expansão da Ordem dos Frades Menores pelo continente europeu, os frades franciscanos fixaram-se inicialmente junto das principais cidades. A partir daí deram início a um movimento de difusão que, marcado por distintas fases, se estendeu por todo o território português. No final do século XV, detinham já cerca de meia centena de conventos em Portugal Continental. Distribuídos por todo o espaço português, os Franciscanos estavam presentes tanto nas maiores cidades como nos mais pequenos núcleos urbanos. Começando por fazer uma caracterização geral da preferência destes frades pelos diferentes tipos de núcleos ao longo das distintas fases da sua presença em Portugal até finais do século XV, este estudo centra-se posteriormente na análise da tipologia de localização e dos impactos da fundação dos conventos franciscanos nos aglomerados de menor dimensão, tomando com caso de estudo o Convento de São Francisco de Tavira.

Palavras-chave

Conventos franciscanos. Portugal medieval. Pequenas cidades. Tipologias de localização. Impactos urbanísticos.

¹ Trabalho realizado no âmbito do projeto de investigação de pós-doutoramento “Sistemas urbanísticos portugueses de matriz conventual” desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/78198/2011), 2012-2018.

² Universidade de Coimbra.

The foundation of Franciscan convents in the small urban centers of medieval Portugal

Abstract

The Franciscans arrived at Portugal within the context of the first phase of expansion of the Order of Friars Minor throughout Europe. First, they settled in the main cities but rapidly spread throughout the entire kingdom. By the end of the fifteenth century, they had already founded around fifty friaries in continental Portugal and were present both in the largest cities and in the smallest towns. This study will start with a general characterization of the Friars Minors preferences for distinct types of urban centres throughout the different phases of the history of the Saint Francis Order in Portugal until the end of the fifteenth century. After that, it will focus on the analysis of the settlement characteristics and the impacts of their buildings in the smaller towns, taking as a case-study the Franciscan friary of Tavira.

Keywords

Franciscans friaries. Medieval Portugal. Small towns. Settlement characteristics. Urban impacts.

Introdução

Os primeiros franciscanos chegaram a Portugal no início do século XIII, no contexto da inicial expansão da Ordem dos Frades Menores pelo continente europeu³, e no final do século XV detinham já cerca de meia centena de conventos em Portugal Continental, estando também presentes no Norte de África e nas Ilhas Atlânticas⁴.

³ Neste contexto, os primeiros frades foram enviados para a Alemanha, França, Espanha, Portugal e, também, para a Terra Santa. Ver ROBSON, Michael - *The Franciscans in the Middle Ages*. Woodbridge: The Boydell Press, 2006, pp. 22-36.

⁴ Para uma visão global sobre a História da Ordem de São Francisco em Portugal na Idade Média ver LOPES, Fernando Félix - "Franciscanos". in SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 71-73; MOREIRA, António Montes - "Franciscanos". in AZEVEDO, Carlos Moreira (ed.) - *Dicionário Da História Religiosa de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 273-275; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.) - *Ordens Religiosas em Portugal das origens a Trento. Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, pp. 257-259; ANDRADE, Maria Filomena - "Franciscanos". in FRANCO, José Eduardo (dir.) - *Dicionário histórico das ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, pp. 161-162; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de - *A Ordem das Ordens Religiosas. Roteiro Identitário de Portugal (Séculos XII-XVIII)*. Lisboa: Ed. Caleidoscópio, 2017, pp. 145-196; TEIXEIRA, Vítor - "Os Frades Menores em Portugal desde 1217". *Archivo Ibero-Americano* 77/284 (2017), pp. 161-220; RIBEIRO, Fr. Bartolomeu - *Guia de Portugal Franciscano: Continental e Insular*. Org. Vítor Teixeira. Porto: Editorial Franciscanas,

Dentro da família mendicante, este conjunto de casas constituía a grande maioria, ao qual se seguiam os Dominicanos, com um total de 14 conventos, os Eremitas de Santo Agostinho, com 6, e os Carmelitas, com apenas 4⁵. Ao longo deste período, os Frades Menores distribuíram-se por todo o território português e, ao contrário dos Dominicanos que tinham uma preferência pelas cidades mais importantes, estes frades instalaram-se tanto nos maiores aglomerados urbanos como nos mais pequenos núcleos⁶.

De um modo geral, a instalação dos frades mendicantes nas principais cidades sempre despertou um maior interesse por parte dos investigadores, enquanto que a sua presença nos pequenos núcleos não mereceu tanta atenção. Assim, em Portugal são vários os trabalhos dedicados aos conventos franciscanos que se instituíram junto das maiores e mais importantes urbes⁷, e consideravelmente menos os que se dirigiram aos edifícios que estes frades construíram nos aglomerados de menor dimensão, apesar de estes constituírem a esmagadora maioria das casas franciscanas fundadas neste território⁸. Da mesma forma, as relações físicas que estes conventos estabeleceram com os espaços urbanos foram já alvo de estudo no contexto das maiores cidades⁹, sendo em muito menor quantidade no âmbito dos mais pequenos

2018; GOMES, Saul - “800 anos de presença franciscana em Portugal”. *Itinerarium 64* (2018), pp. 17-31.

⁵ Sobre o número de conventos que as ordens mendicantes fundaram em Portugal continental entre os séculos XIII e XV ver MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, pp. 42-57. Para uma visão global do número de casas religiosas existentes em Portugal no século XV ver SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.) - *Ordens Religiosas em Portugal ...*, e GOMES, Saul António - “Quadro geral do monaquismo português em Quatrocentos”. *Revista Territórios & Fronteiras 7/2* (2014), pp. 144-181.

⁶ LAWRENCE, Clifford H - *The friars: The impact of the mendicant orders on medieval society*. London: I.B. Tauris, 2013, p. 103 e BRUZELIUS, Caroline - *Preaching, Building and Burying: Friars in the medieval city*. London: Yale University Press, 2014, p. 113.

⁷ Refira-se, por exemplo, os estudos dedicados ao Convento de São Francisco de Lisboa (CALADO, Margarida - *O convento de S. Francisco da cidade, subsídios para uma monografia*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 1996. Tese de Doutoramento) ou ao Convento de São Francisco de Santarém (PRADALIÉ, Gérard - *O Convento de S. Francisco de Santarém*. Santarém: Câmara Municipal, 1992; RAMALHO, Maria - *O Convento de S. Francisco de Santarém - História e arqueologia de um manuscrito*. Porto: Faculdade de Letras, 1998. Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

⁸ Como veremos mais adiante, os franciscanos instalaram as suas casas num conjunto significativo de núcleos de menor dimensão, principalmente no último quartel do século XIV e no decorrer do seguinte. Para estes, para além do estudo de Vítor Teixeira dedicado aos conventos da observância em geral (TEIXEIRA, Vítor - *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): história, cultura e património de uma experiência de reforma religiosa*. Porto: Centro de Estudos Franciscanos e Braga: Editorial Franciscana, 2010) e de outros trabalhos dedicados a alguns conventos em particular, como por exemplo, o de Ponte de Lima (TEIXEIRA, Vítor - “O Convento de Santo António de Ponte de Lima. Da Fundação à Exclaustração”. in ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de - *Ponte de Lima uma vila histórica do Minho*. Ponte de Lima: Câmara Municipal, 2007) ou o da Castanheira (ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís Inglês - “Pobres frades, ilustres patronos: algumas considerações em torno do convento de Santo António da Castanheira”. *Cira-Boletim Cultural 13* (2015-2016), pp. 24-47) existe, proporcionalmente, um número muito mais reduzido de estudos.

⁹ Veja-se os trabalhos dedicados especificamente a esta temática para o caso de Évora (BRANCO Manuel J. C. - “Evolução do sítio do século XIII ao século XIX” *Monumentos 17 - Igreja e Convento de São Francisco*, Évora. Lisboa: DGEMN, 2002, pp. 8-17 ou MONTEIRO, Maria Filomena Mourato - *Sistema Conventual e Desenvolvimento Urbano de Évora na Idade Média*. Évora: Universidade, 2011. Tese de Doutoramento); para os casos de Porto, Coimbra e Lisboa (MAIELLO, Vincenzo - *Do território monástico à cidade conventual: as ordens mendicantes e*

núcleos.

Procurando contribuir para colmatar esta lacuna, o presente estudo é dedicado às casas franciscanas que se fundaram, entre os séculos XIII e XV, junto dos aglomerados urbanos de menor dimensão. O seu primeiro objetivo é traçar uma visão global sobre a preferência dos frades franciscanos por diferentes tipos de núcleos ao longo das distintas fases da história da Ordem de São Francisco em Portugal até finais do século XV.

A definição deste limite cronológico prende-se com os dois acontecimentos que marcaram o início do século seguinte e que vieram causar uma reestruturação interna da ordem em Portugal e despoletar a fundação de novos conventos¹⁰. O primeiro foi a sua divisão em duas (a Frades Menores da Regular Observância e a dos Frades Menores Conventuais), ocorrida em 1517, e o segundo foi o surgimento da Estrita Observância, cuja primeira casa em Portugal foi fundada em 1500¹¹. Esta tendência, em particular, foi responsável pelo aumento exponencial do número de novas fundações.

O segundo objetivo deste estudo é analisar as características da localização dos edifícios franciscanos fundados junto dos núcleos urbanos de menor dimensão, assim como os impactos da sua presença no espaço urbano. Para tal, tomar-se-á como caso de estudo o convento que estes frades fundaram em Tavira entre os finais do século XIII e os inícios do XIV. Pretende-se assim, lançar as bases para o desenvolvimento de uma investigação sobre a presença dos edifícios conventuais nos pequenos aglomerados urbanos e sobre a sua importância para o desenvolvimento dos mesmos.

1. A instalação dos franciscanos em Portugal: das maiores cidades aos mais pequenos núcleos

O crescimento da Ordem de São Francisco em Portugal ao longo dos primeiros três séculos foi, em termos gerais, marcado por três fases. Na primeira, que decorreu sensivelmente até ao final do terceiro quartel do século XIII, a ordem teve um rápido

espaço o urbano no séc. XIII: uma aproximação ao caso português. Lisboa: ISCTE, 2005. Dissertação de Mestrado); e, para os casos de Lisboa, Santarém, Coimbra, Porto, Évora e Guimarães (MARADO, Catarina Almeida - "Sharing the city: the establishment of mendicant houses in Portuguese medieval towns". *The Journal of Medieval Monastic Studies* 4 (2015) e MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura conventual e cidade medieval*...

¹⁰ Até meados da década de 1580 foram fundados em Portugal 58 conventos de frades franciscanos. Sensivelmente tantos quantos os fundados no decorrer dos três séculos anteriores. GOMES, Saul - "800 anos de presença franciscana em Portugal", p. 28. Para uma listagem completa das fundações franciscanas a partir do século XVI ver TEIXEIRA, Vítor - "Os Frades Menores em Portugal desde 1217 ..."

¹¹ Convento de Nossa Senhora da Piedade, da Província da Piedade, fundado em Vila Viçosa por Frei João de Guadalupe.

crescimento, tendo fundado cerca de 17 conventos em pouco mais de meio século. Na segunda fase, que teve início no último quartel desta centúria e se estendeu pelos três primeiros quartos do século XIV, ocorreu uma forte diminuição do número de novas fundações, tendo até desaparecido um dos conventos fundado no período anterior. Finalmente, numa terceira fase, que teve início nos finais do século XIV, o ritmo das novas fundações voltou a aumentar substancialmente, aproximando-se dos números de meados do século XIII. Esta retoma, que inicialmente se ficou a dever ao movimento observante, manteve-se praticamente constante até ao final do século XV.

Estes três momentos, que de uma forma geral foram comuns a outros territórios¹², encontram-se intimamente ligados aos contextos políticos, sociais e económicos do espaço europeu, mas também às transformações ocorridas no seio Ordem de São Francisco. Transformações essas que também produziram alterações na sua relação com o mundo urbano. De um modo geral, podemos dizer que, depois de um breve momento inicial marcado pela itinerância e pelo eremitismo, no grande impulso expansionista do século XIII, estes frades dirigiram-se inicialmente para as maiores e mais importantes cidades. Em seguida, como o retomar do dinamismo na fundação de novas casas nos finais do século XIV, estes religiosos procuraram os mais pequenos aglomerados urbanos, localizando-se em áreas específicas do território. E finalmente, ao longo do século XV, instalaram-se numa diversidade de núcleos urbanos distribuídos por todo o espaço português. Paralelamente, ao longo de todo este período, e independentemente da dimensão dos aglomerados aos quais se associaram, estes frades oscilaram entre a *cidade* e o *ermo*, ou seja, instalaram-se quer junto das áreas urbanas quer em espaço rural, a uma considerável distância dos seus limites.

Os primeiros tempos da Ordem de São Francisco foram fortemente marcados pela experiência eremítica¹³. Seguindo o exemplo de São Francisco, os primitivos frades, que viviam segundo o Evangelho, praticando a pregação itinerante e a pobreza individual e coletiva, recolhiam-se regularmente em isolamento na procura do encontro com Deus. Assim, apesar de se dirigirem para as cidades para

¹² Em França, por exemplo, Alain Guerreau identificou igualmente três fases de crescimento da Ordem de São Francisco entre os séculos XIII e XV: um primeiro que designou de “*démarrage très rapide*” e que decorreu entre 1224 e 1286; um segundo, ao que chamou de “*phase de stagnation*” entre 1287 e 1405; e finalmente um terceiro, que intitulou de “*un siècle de reprise*” entre 1409 e 1503. GUERREAU, Alain - “*Observations statistiques sur les créations de couvents franciscains en France, XIIIe-XVe siècle*”. *Revue d’histoire de l’Église de France* 70/184 (1984), p. 28. Para Espanha ver GARCÍA ORO, José - “*Los Frailes Menores en la Hispania medieval y su asentamiento*”. *Archivo Ibero-Americano* 73/275-276 (2013), pp. 195-228.

¹³ Sobre este assunto ver MERLO, Grado - “*Eremitism in Medieval Franciscanism*”. in CIRINO, A.; RAISCHL, J. - *Franciscan Solitude*, 1995, pp. 265-282; GODET-CALOGERAS, Jean François - “*Illi Qui Volunt Religiose Stare In Eremis: Eremitical Practice in The Life Of The Early Franciscans*”. in JOHNSON Timothy J. (ed.) - *Franciscans at Prayer*. Leiden, Boston: Brill, 2007, pp. 305-332.

desenvolverem as suas atividades de pregação, os Franciscanos procuravam locais isolados para se instalarem, situados no entorno dos núcleos urbanos¹⁴.

As primeiras fundações franciscanas efetuadas em Portugal, no ano de 1217¹⁵, junto de Coimbra, Guimarães, Alenquer e Lisboa (**Fig. 1**), traduzem precisamente este inicial modo de vida. Todas elas se realizaram, de forma precária, em ermidas preexistentes localizadas em sítios ermos, distantes dos aglomerados urbanos¹⁶. Em Coimbra, estes frades albergaram-se na Ermida de Santo Antão dos Olivais que ficava no topo de uma colina a cerca de dois quilómetros da cidade. Em Guimarães estabeleceram-se no Monte de Santa Catarina, um sítio ermo situado a cerca de um quilómetro e meio dos limites da vila. Em Alenquer ficaram instalados na Ermida de Santa Catarina que se situava para lá de uma elevação próxima desta vila, junto ao rio de Alenquer, a aproximadamente um quilómetro das suas muralhas. E em Lisboa, acolheram-se na Ermida dos Mártires situada no topo de uma colina a ocidente da cidade, um local desabitado a cerca de meio quilómetro da primitiva muralha¹⁷. Assim, neste período, apesar de se terem dirigido para as cidades mais importantes do reino¹⁸, os frades não se instalaram junto das urbes, optando por se fixar a um considerável afastamento dos seus limites.

No decorrer da década de 1220 não se fundou nenhum outro convento franciscano em Portugal¹⁹, mas na década seguinte surgiu um novo impulso no número de fundações, que se manteve, sensivelmente, até ao final do terceiro quartel desse século. Ao longo deste tempo, os frades espalharam-se por todo o território português, expandindo a recém-criada Província de Santiago (ou de Portugal) e, em particular, a Custódia de Portugal que ficou com os conventos portugueses²⁰.

¹⁴ PELLEGRINI, Luigi - *Insedimenti Francescani nell'Italia del duecento*. Roma: Laurentianum, 1984.

¹⁵ O cronista da Ordem refere que as primeiras fundações datam de 1216, porém, os frades terão chegado apenas em 1217 depois da realização do Capítulo Geral de Assis. GOMES, Saul - "800 anos de presença franciscana em Portugal ...", p. 21.

¹⁶ Sobre as características de localização das primeiras casas franciscanas ver MARADO, Catarina Almeida - "From the hermitage to the urban monastic building: architectural and geographical changes in the early friaries in Portugal". in SABATÉ, Flocel; BRUFAL, Jesus (ed.) - *Medieval Territories*. Cambridge Scholar Publishers, pp. 237-249.

¹⁷ Existem dúvidas sobre a data de fundação do convento de Lisboa. Sobre este assunto ver GOMES, Saul - "800 anos de presença franciscana em Portugal ...", pp. 21-22.

¹⁸ Primeiro para Coimbra e depois para Guimarães e para Lisboa, passando por Alenquer, onde receberam apoio e proteção da Infanta D. Sancha. GOMES, Saul - "800 anos de presença franciscana em Portugal ...", p. 21.

¹⁹ Este foi um momento marcado pela vinda para Coimbra dos restos mortais dos cinco franciscanos martirizados em Marrocos, que antes tinham sido recebidos em Coimbra por D. Urraca, mulher de Afonso II. Sobre este tema ver PACHECO, Milton Pedro Dias - "Os proto-mártires de Marrocos da Ordem de São Francisco. Muy suave odor de sancto martyrio". *Martírios e Massacres – Revista Lusófona de Ciência das Religiões* 8/15-16 (2009), pp.85-108.

²⁰ A província de Santiago (ou Portugal, nome pelo qual aparece designada em 1233) foi criada em 1232 a partir do desdobramento da Província de Espanha (Hispania) em três: Aragão, Castela e Santiago. Dentro desta última, os conventos portugueses, que formavam a Custódia de Portugal (ou de Lisboa), cujo primeiro testemunho documental data de 1248. Esta foi posteriormente, em 1272, desmembrada em duas: a de Lisboa (que ficou com os conventos de Alenquer, Estremoz, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarém) e a de Coimbra (com os conventos

Esta expansão foi inicialmente dirigida para os maiores aglomerados urbanos do reino²¹ e, em termos territoriais, desenvolveu-se em duas fases. Numa primeira, mais intensa, que decorreu até meados do século, os Menores concentraram-se maioritariamente na parte mais central de Portugal, fundando os conventos de Leiria, Porto, Covilhã, Guarda, Estremoz, Portalegre, Santarém e Évora (**Fig. 2**). Numa segunda fase, entre as décadas de 1250 e 1270, as novas fundações foram em menor número e mais espaçadas no tempo, sendo maioritariamente efetuadas nas áreas mais remotas dos extremos norte e sul do país. Neste período, para além de se instalarem em Torres Vedras, na área central de Portugal, os frades chegaram ao limite setentrional interior do reino, instalando-se em Lamego e Bragança, e também à parte meridional do reino, recém-conquistada aos muçulmanos, fixando-se em Beja e em Tavira (**Fig. 3**)²².

Depois de um momento inicial dedicado à pregação itinerante e à vivência apostólica, o movimento franciscano evoluiu rapidamente, tornando um poderoso instrumento de evangelização ao serviço da Santa Sé²³. Em resultado disso, os frades deixaram a itinerância para se dedicarem a uma ação mais pastoral nos núcleos urbanos. Consequentemente deixaram de se estabelecer em lugares isolados para se fixarem nos aglomerados, com o apoio da Santa Sé e vencendo da oposição do clero secular e regular²⁴.

Localizaram-se, por norma, no exterior das muralhas, junto das portas e vias principais²⁵, fixando-se preferencialmente nas zonas mais baixas²⁶. Inicialmente instalaram-se em construções pré-existentis²⁷, que gradualmente transformaram em edifícios de tipologia conventual²⁸. Era no exterior das muralhas que se encontrava

de Coimbra, Covilhã, Guarda, Guimarães, Lamego e Porto), tendo o Convento de Bragança ficado na Custódia de Ourense.

²¹ MATTOSO, José - “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas”. in *Obras Completas*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 246.

²² O convento de Tavira terá sido fundado entre 1272 e 1330, porém, para o mapeamento das fundações franciscanas tomámos como referência a data de 1272 para a fundação desta casa.

²³ Sobre o processo de “clericalização” da ordem ver BRUZELIUS, Caroline - “The Dead come to Town: Preaching, Burying and Building in the Mendicant Orders”. in OPACIĆ, Z. GAJEWSKI, A. (ed.) - *The Year 1300 and the Creation of a new European Architecture*. Brepols, 2008, p. 212.

²⁴ MATTOSO, José - “O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas ...”, p. 250.

²⁵ LE GOFF, Jacques - “Apostolat mendiant et fait urbain dans la France médiévale: l’implantation des ordres mendiants. Programme-questionnaire pour une enquête”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 23e année. 2 (1968), pp. 335-352.

²⁶ ROHRKASTEN, Jens - “The Convents of the Franciscan Province of Anglia and their Role in the Development of English and Welsh Towns in the Thirteenth and Fourteenth Centuries”. *Mélanges de l’École française de Rome - Moyen Âge*. 124/1 (2012), p. 5. [em linha].

²⁷ BRUZELIUS, Caroline - “The architecture of the mendicant orders in the Middle Ages: an overview of recent literature”. *Perspective 2* (2012), p. 369.

²⁸ BRUZELIUS, Caroline - “The architecture of the mendicant orders in the Middle Ages...”, p. 369 e pp. 373-374.

a população mais pobre e desfavorecida, os excluídos do interior dos muros, mas também os recém-chegados, a quem os franciscanos dirigiram inicialmente as suas atividades de pregação. Aqui se localizavam, também, as atividades repelidas do intramuros, bem como os equipamentos assistenciais. Os arrabaldes das cidades eram assim lugares de conectividade, de itinerância e de assistência material e espiritual²⁹. Os mendicantes, também eles recém-chegados, acompanharam assim as primeiras expansões extramuros, encontrando neste espaço o cenário ideal para praticar os seus ideais de vida religiosa. Por outro lado, fatores como a vontade do fundador, a oposição do clero secular ou a indisponibilidade de terrenos livres no interior das urbes, terão também sido determinantes para definir a localização das casas destes frades³⁰, bem como a dimensão simbólica desta sua preferência pelos espaços de periferia³¹.

As casas que estes religiosos fundaram em Portugal, a partir da década de 1230, em Leiria, no Porto, Covilhã, Guarda, Estremoz, Portalegre, Santarém, Évora, Torres Vedras, Beja, Bragança, Lamego, Tavira e Loulé, situaram-se todas junto dos aglomerados urbanos, mais precisamente no exterior do recinto amuralhado, situando-se, maioritariamente, nas zonas mais baixas, na proximidade das principais portas e respetivas vias de acesso.

Seguindo estes mesmos critérios de localização, no decorrer deste período, as primeiras fundações que haviam sido efetuadas no início do século XIII em sítios isolados nos arredores de Coimbra, Guimarães e Alenquer, foram igualmente transferidas para junto dos respetivos aglomerados³². E assim, no início do século XIV, a paisagem urbana de um conjunto significativo de núcleos urbanos em Portugal era marcada pela presença de um convento franciscano às portas das suas muralhas. Nas maiores e mais importantes cidades e vilas, como por exemplo Lisboa, Coimbra, Santarém ou Évora, a este juntavam-se outros edifícios regulares, de Dominicanos, Eremitas de Santo Agostinho, Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Trinitários, Clarissas ou Dominicanas³³, enquanto nas urbes de menor dimensão, como Lamego, Loulé ou Tavira, o convento franciscano manteve-se a única casa religiosa até ao final do século XV.

²⁹ Sobre os arrabaldes dos aglomerados urbanos medievais ver ANDRADE Amélia Aguiar - *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, pp. 18-22.

³⁰ SIMONS, Walter - *Stad en apostolaat: De vestiging van de bedelorden in het graafschap Vlaanderen (ca. 1225 - ca. 1350)*. Brussels: Koninklijke Academie voor Wetenschappen, 1987.

³¹ LESTER, Anne E. - "Making the Margins in the Thirteenth Century: Suburban Space and Religious Reform Between the Low Countries and the County of Champagne". *Parergon* 27/2 (2010), pp. 82-87.

³² As duas primeiras adotaram a tipologia de localização das restantes, situando-se no extramuros, enquanto a última foi, por sugestão de D. Sancha, transferida para o seu Paço.

³³ MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura conventual e cidade medieval ...*, pp. 175-186.

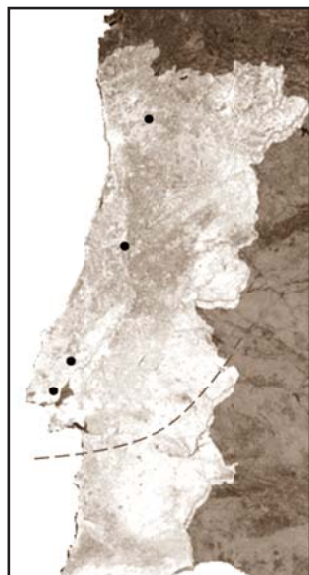


Fig. 1 - Conventos franciscanos fundados em Portugal (1200-1225)

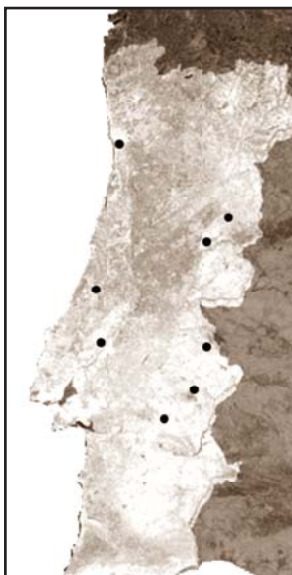


Fig. 2 - Conventos franciscanos fundados em Portugal (1226-1250)

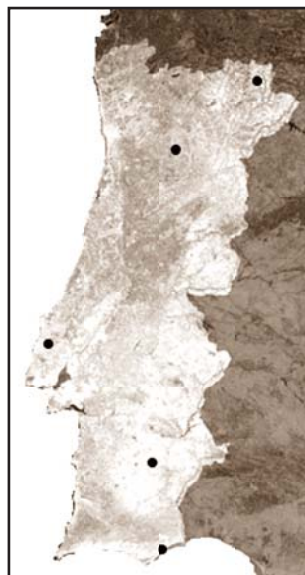


Fig. 3 - Conventos franciscanos fundados em Portugal (1251-1275)

À fase de forte dinamismo, que marcou grande parte do século XIII, seguiu-se um período de estagnação, ou seja, no espaço de cerca de 100 anos que decorreu entre o último quartel do século XIII e o terceiro do século seguinte, a Ordem dos Frades Menores apenas terá instituído duas casas³⁴, uma em Loulé, no ano de 1328³⁵, e outra junto de Ponte de Lima em 1360³⁶, dando assim continuidade ao processo de expansão para os extremos norte e sul do território português que caracterizou o terceiro quartel da centúria anterior (Fig. 4). Para além disso, um outro convento foi encerrado. Em 1366 já não havia memória do Convento de São Francisco de Torres Vedras, que tinha sido fundado por volta de 1257³⁷.

Este período foi marcado por momentos extremamente difíceis, não só em resultado das diversas crises políticas, económicas e sociais que se estenderam por todo o século XIV, e às quais os institutos religiosos não ficaram imunes, mas também em consequência de questões internas. Dois acontecimentos em especial

³⁴ Conforme atrás referido, a fundação do convento de Tavira poderá ter também ocorrido neste período. Assim sendo, teriam sido três os conventos fundados nesta fase.

³⁵ Existem também dúvidas quanto à data de fundação desta casa. Frei Jerónimo de Belém diz que foi antes de 1330, data da separação das custódias de Évora e de Lisboa. BELÉM, Fr. Jerónimo de - *Chronica Serafica da Sancta Provincia dos Algarves da regular observancia do seraphico P. S. Francisco*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1750-1758, p. 202.

³⁶ Convento de São Francisco de Vale Pereiras, que em 1515 passou para as Clarissas.

³⁷ SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.) - *Ordens Religiosas em Portugal ...*, p. 279.

afetaram diretamente os institutos religiosos. O primeiro foi o Cisma do Ocidente, que dividiu a Igreja Católica, incluindo as ordens religiosas, entre a obediência ao papa de Roma ou ao de Avinhão³⁸, e o segundo foi o surgimento das observâncias, que criou cisões no seio das ordens, muito em particular na Ordem de São Francisco³⁹.

A Observância entrou em Portugal no final do século XIV, com a vinda de três religiosos da Província de Santiago, Frei Diogo Árias, Frei Gonçalo Marinho e Frei Pedro Dias, aos quais se juntaram depois outros três, Frei Afonso Saco, Frei Pedro de Alemancos e Frei Garcia de Montãos. Chegados a Portugal em 1392, estes frades fundaram, nesse mesmo ano, um conjunto de cinco casas no limite noroeste de Portugal, em Viana do Castelo, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha e Matosinhos. Entre 1395 e 1405 instituíram uma outra casa nas imediações de Vila Franca de Xira⁴⁰, no início do século seguinte instalaram-se perto de Viseu no ano de 1407, e um ano depois fixaram-se no entorno de Alenquer, tendo, entretanto, reformado os conventos de Alenquer e de Leiria⁴¹.

O movimento observante foi assim o principal promotor do retomar do crescimento da Ordem de São Francisco que ocorreu nos finais do século XIV. De entre os sete conventos franciscanos que se fundaram no último quartel desse século, seis eram observantes, sendo apenas um de terceiros (Fig. 5)⁴². Frei Manoel da Esperança refere que estas iniciais casas se estabeleceram sem autorização papal, sendo que, na sua grande maioria, começaram por ser pequenos e pobres oratórios e só mais tarde passaram a conventos⁴³. De facto, a grande maioria destas casas, nomeadamente as primeiras, eram inicialmente pequenas e humildes construções, nalguns casos constituídas por uma única cela associada à ermida junto da qual os frades se

³⁸ A partir de 1382, enquanto as custódias espanholas da Província de Santiago aderiram ao papa de Avinhão, as custódias portuguesas (que eram agora três: Lisboa, Coimbra e Évora) permaneceram fiéis ao papa de Roma, ficando ligadas a um provincial próprio. A província ficou assim dividida em duas e com dois provinciais: o de Santiago, ligado a Avinhão, e o de Lisboa, ligado a Roma. As guerras entre Portugal e Castela (1384-1385) vieram acentuar essa divisão e em 1421 deu-se finalmente a separação definitiva, ficando independente a Província de Portugal.

³⁹ Sobre o movimento da observância em Portugal ver REMA, Henrique Pinto - "A Observância Franciscana na Península Ibérica (nos séculos XIV, XV e XVI)". *Itinerarium* 49 (2003), pp. 61-96; TEIXEIRA, Vítor - *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517): história, cultura e património de uma experiência de reforma religiosa*. Porto: Centro de Estudos Franciscanos e Braga, Editorial Franciscana, 2010.

⁴⁰ Convento de Santo António da Castanheira. ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, João Luís Inglês - "Pobres frades, ilustres patronos ..."

⁴¹ Do conjunto das iniciais casas da observância em Portugal, referidas no pedido de Vigário Provincial que estes religiosos dirigiram ao papa, fazia-se também menção ao convento de Setúbal, que foi fundado na observância no ano de 1410, mas não por estes primeiros frades. Cfr. ESPERANÇA, Manuel da - *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. II. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1656-1666, p. 557. Para uma visão completa sobre a fundação de novas casas observantes e reforma de conventos pré-existentes em Portugal ver TEIXEIRA, Vítor - *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal* e TEIXEIRA, Vítor - *Os Frades Menores em Portugal desde 1217...*

⁴² O Convento de Santa Rita da Asseiceira de Tomar, terá sido instituído por terceiros no ano de 1380. Sobre este convento ver SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.) - *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 280.

⁴³ ESPERANÇA, Manuel da - *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. II ..., p. 439.

tinham acolhido.

A observância rigorosa dos iniciais princípios da ordem, que estes frades defendiam, significava o retorno à pobreza e ao isolamento. Ou seja, tal como os primitivos frades, os observantes dos finais do século XIV e inícios do XV, procuraram instalar as suas casas junto de pequenas ermidas, localizadas em sítios ermos. Porém, ao contrário das primeiras fundações do século XIII, todas estas estabeleceram-se no entorno de pequenos aglomerados, a cerca de três quilómetros de distância dos seus limites⁴⁴, e não das maiores e mais importantes cidades.

Veja-se por exemplo, o Convento de São Francisco do Monte de Viana do Castelo. Esta casa foi fundada por Frei Gonçalo Marinho no Monte de Santa Luzia, a aproximadamente três quilómetros de distância desta vila, numa zona de muito arvoredo, junto a uma fonte, conhecida como Fonte do Ligo. Segundo Frei Manoel da Esperança, neste local, os frades construíram um edifício pequeno e humilde com pedras soltas e ramos, com a dimensão de uma única cela⁴⁵. Do conjunto de casas que se edificaram neste período, esta terá sido a única que não se estabeleceu numa ermida pré-existente. Devido às más condições climáticas do sítio, os frades acabaram por se mudar para outro local, situado mais acima, implantando-se em terrenos cedidos pela Câmara e pela população⁴⁶. Em 1457, as obras de construção do convento ainda prosseguiam, tendo D. Afonso V atribuído várias isenções aos frades, que como forma de agradecimento colocaram no edifício um escudo do monarca e uma lápide alusiva à construção.

O dinamismo que a Ordem de São Francisco retomou nos finais do século XIV manteve-se constante durante todo o século seguinte, invertendo claramente a tendência que tinha marcado grande parte da centúria anterior. Durante os anos de Quatrocentos os Franciscanos fundaram 23 novos edifícios por todo o território continental. Neste século, para além das já referidas casas de Viseu e de Refugidos em Alenquer, os frades franciscanos estabeleceram-se num conjunto de pequenos núcleos distribuídos por todo o reino, mas com algumas áreas de maior concentração, nomeadamente a norte do rio Tejo, na zona entorno de Lisboa e Santarém, no centro interior norte e na área do Entre Douro e Minho; mas também a sul do Tejo, particularmente em aglomerados urbanos da fronteira com Castela (**Fig. 6**). Em 1410, estabeleceram-se em Setúbal. Na década de 1420 fixaram-se em Azurara (Vila do Conde) e em Chaves. Até meados do século estabeleceram-se em Azambuja, Gouveia e Tentúgal, depois em Meda, Moimenta da Beira, Penela e Marvão. Seguiram-se,

⁴⁴ Todas elas se situaram com exceção do Convento de Mosteiró, que ficou a aproximadamente 7 quilómetros de Valença.

⁴⁵ Segundo Frei Manoel da Esperança, no século XVII esta construção ainda existia como nome de “cela”. ESPERANÇA, Manuel da - *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. II ..., p. 423.

⁴⁶ DEOS, Frei Martinho do Amor de - *Escola de Penitencia, caminho de perfeição estrada segura para a vida Eterna Chronica da Santa Provincia de Santo António*. Lisboa: António Pedrozo Galram, 1740, pp. 101.

no terceiro quartel do século, as fundações de Atouguia da Baleira, Peniche, Sernancelhe, Serpa e Torres Vedras, de onde tinham saído no século anterior, tendo desta vez retornado para instituir um outro convento nos arredores da vila, junto da aldeia do Varatojo. E até ao final da centúria fixaram-se ainda em Ponte de Lima, Campo Maior, Montemor-o-Novo e Franqueira em Barcelos⁴⁷. Porém, neste período, fundaram também conventos nas urbes de maior dimensão, como Lisboa e Santarém, edificando um segundo convento da ordem em cada uma delas.



Fig. 4 - Conventos franciscanos fundados em Portugal (1276-1375)

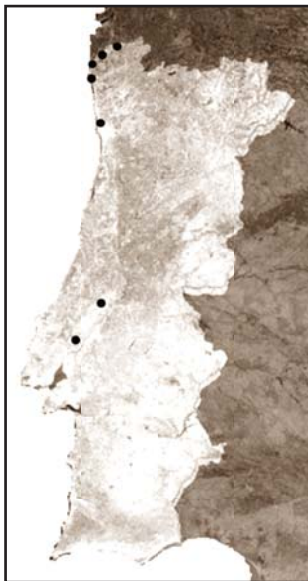


Fig. 5 - Conventos franciscanos fundados em Portugal (1376-1400)

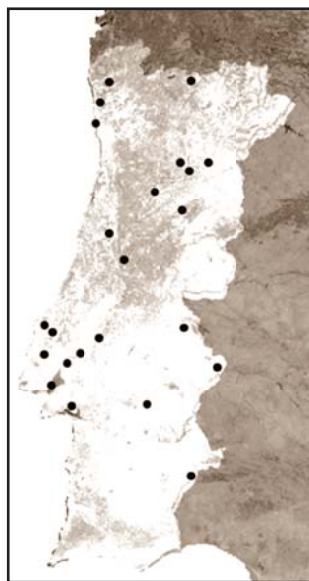


Fig. 6 - Conventos franciscanos fundados em Portugal (1376-1400)

O crescimento e a afirmação da Observância dentro da família franciscana decorreram ao longo do século XV, mas foi apenas em 1517 que esta se constituiu como ramo autónomo⁴⁸. Até essa data, Claustrais e Observantes coexistiam de forma

⁴⁷ Para além das casas citadas, existem ainda referências a outras fundações franciscanas que, no entanto, não se encontram confirmadas, como por exemplo em Vila Real (GONZAGA, Francisco - *De origine Seraphicae Religionis Frãiscane*. Roma, s.i., 1587, p. 1158, citado por Vítor Teixeira em TEIXEIRA, Vítor - "Comunidades Religiosas no Alto Douro na Idade Média". *Revista Douro - Estudos & Documentos* I/2 (1996), pp. 85-91) ou a de Nossa Senhor do Espinheiro, perto de Évora (TEIXEIRA, Vítor - *Os Frades Menores em Portugal desde 1217 ...*, pp. 187-188).

⁴⁸ A Observância em Portugal começou por se organizar em Vigararia autónoma, provavelmente a partir da década de 1420. Em 1446, esta vigaria ficou, à semelhança das suas congéneres observantes, dependente da Vigararia Geral Observante. Finalmente em 1517, o papa leão X decretou a divisão da Ordem de São Francisco nas duas tendências. Nesse mesmo ano, a Província de Portugal dividiu-se em duas: a dos Observantes e a dos Claustrais. Esta última foi suprimida em por Breve papal em 1567, e os seus conventos integrados na Província

nem sempre pacífica. Segundo Hervé Martin este momento da história da ordem foi marcado por uma “série de dilemas”⁴⁹. A oposição entre as duas tendências, que seguiam diferentes modos de vida religiosa, determinou diferenças nas características de localização das suas casas. Assim, enquanto os Claustrais se afirmavam cada vez mais nas cidades, os Observantes defendiam o retorno à pobreza, à humildade e ao isolamento, procurando as áreas mais remotas para se instalarem.

Ao longo do século XV, os locais onde os conventos franciscanos se fundaram foram assim bastante distintos. Se, por um lado, continuaram a estabelecer casas em sítios isolados, tanto no entorno dos mais pequenos núcleos urbanos como na envolvente das maiores cidades, por outro lado, também erigiram conventos junto dos limites dos aglomerados urbanos de menor dimensão. Casos como o Convento de Nossa Senhora das Virtudes da Azambuja ou o de Santa Cristina de Tentúgal, por exemplo, enquadram-se na primeira situação. Ambos foram fundados na observância, situando-se junto a ermidas existentes, integradas em ambiente rural, a uma distância entre dois e três quilómetros desses pequenos aglomerados⁵⁰. O Convento de São Francisco de Xabregas e o Convento de Santa Catarina de Vale de Mourol também se incluem nesta primeira situação. Porém, estes foram instituídos na envolvente de dois núcleos urbanos de grande dimensão, Lisboa e Santarém. O primeiro, que pertenceu aos frades observantes, foi fundado no ano de 1455 no palácio real que D. Afonso V tinha doado à Condessa de Atouguia, Dona Guiomar de Castro, e que se situava a cerca de dois quilómetros de Lisboa, para o lado oriente⁵¹. E o segundo, também conhecido como Convento da Saúde, foi instituído por franciscanos terceiros num oratório situado junto do Vale de Mourão ou Mourol, a cerca de dois quilómetros para nordeste de Santarém⁵². Mais tarde, estes haveriam de se tornarem sedes das suas respetivas Províncias, da Província dos Algarves no primeiro caso, e da Província da Ordem Terceira no segundo.

Por outro lado, conventos como o de Nossa Senhora da Estrela de Marvão ou o de Santo António de Ponte de Lima são exemplos da segunda situação. Ambos

Observante. TEIXEIRA, Vítor - *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517)* ...

⁴⁹ MARTIN, Hervé - *Les ordres mendiants en Bretagne, vers 1230 - vers 1530*. Paris : Klincksieck, 1975, p. 94.

⁵⁰ O primeiro foi instituído em 1431 por iniciativa de D. Duarte numa ermida dedicada a Nossa Senhora da Adema, cuja invocação notou para Nossa Senhora das Virtudes, embora a autorização pontificia date de 1419, e o segundo foi fundado por D. Pedro, Duque de Coimbra, num oratório existente, dedicado a Santo Onofre, datado de 1437, passando a convento em 1443. ESPERANÇA, Manuel da - *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. II, p. 572 e p. 653.

⁵¹ Em 1532 este convento tornou-se sede da Província dos Algarves criada nessa data. Esta província incluía todas as casas que se situavam a sul do Tejo, mais quatro na Estremadura. Sobre a Província dos Algarves ver BELÉM, Fr. Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Sancta Provincia dos Algarves*.

⁵² Em 1470 o rei concedeu licença aos frades para a construção do Convento de Santa Catarina de Vale de Mourol, que ficou também conhecido como Convento da Saúde. Esta casa foi cabeça da Província da Ordem Terceira de São Francisco em Portugal. No século XVIII a comunidade transferiu-se para junto da vila e o convento foi transformado em colégio.

foram fundados junto dos limites desses pequenos núcleos. O primeiro terá sido instituído por frades claustrais no ano de 1448⁵³, enquanto o segundo foi instituído por observantes em 1480⁵⁴. Os frades da Observância, que nos finais do século XIV começaram por edificar, por sua iniciativa, simples oratórios em locais isolados, cerca de um século depois já se instalavam junto dos núcleos urbanos por vontade de figuras locais que, na qualidade de fundadores, suportavam os custos da construção do edifício. O Convento de Santo António de Ponte de Lima é um desses casos. Foi fundado nos limites da vila por iniciativa do Visconde D. Leonel de Lima e sua esposa, D. Filipa da Cunha, com autorização do Sisto IV datada de 19 de julho de 1481, tendo sido entregue aos frades observantes no ano de 1483⁵⁵. A sua igreja foi sagrada em 1485 e o fundador custeou a construção das dependências conventuais e adquiriu terras para formar a cerca no ano de 1494. Falecido no ano seguinte, foi sepultado, juntamente com a esposa, na primeira capela do Evangelho, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, construída por ambos para esse fim, ficando por isso conhecida como a Capela do Padroeiro⁵⁶.

2. A implantação junto das pequenas cidades: o caso de Tavira

Para efetuar o mapeamento dos ritmos fundacionais e geográficos da Ordem de São Francisco em Portugal, quando não foi possível identificar uma data concreta para a fundação de um determinado convento, tomámos como referência a data mais recuada, e conforme atrás referimos, o convento de Tavira foi um desses casos, dado que não se conhece com exatidão a sua data de fundação. Segundo Frei Manoel da Esperança, este terá sido fundado entre 1272, data da divisão da Custódia de Portugal em duas (a de Lisboa e a de Coimbra), e 1330, ano em que foi efetuada a

⁵³ Frei Fernando da Soledade defende que o convento foi fundado por claustrais, enquanto Frei Jerónimo de Belém refere que foi instituído por frades observantes. Sobre este assunto ver SOLEDADE, Frei Fernando da - *História Serafica Chronologica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1721, 3, pp. 57-59; BELÉM, Fr. Jerónimo de - *Chronica Serafica da Sancta Provincia dos Algarves*. Vol. VI ..., p. 51.

⁵⁴ SOLEDADE, Frei Fernando da - *História Serafica Chronologica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. III, p. 382.

⁵⁵ Depois de uma disputa com os padres claustrais do Convento de Vale Pereira que se opuseram à fundação da casa. FIGUEIREDO, Ana Paula Valente - *Os Conventos Franciscanos da Real Provincia da Conceição - análise histórica, tipológica, artística e iconográfica*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Tese de Doutoramento, p. 37. Sobre este assunto ver JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria - *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal da mais estreita e regular Observancia do Serafim Chagado S. Francisco*. 2.^a ed., 2 vols. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1760, pp. 6-9.

⁵⁶ SOLEDADE, Frei Fernando da - *História Serafica Chronologica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. III, pp. 382-383. Os descendentes do visconde ficaram então com a responsabilidade de zelar pelas capelas e pelo convento, tendo cumpridos as doações até 1833. Sobre este assunto ver FIGUEIREDO, Ana Paula Valente - *Os Conventos Franciscanos da Real Provincia da Conceição ...*, p. 38.

subdivisão da Custódia de Lisboa, ficando integrado na Custódia de Évora⁵⁷. Como tal, incluímos este convento no conjunto de casas que se fundaram no terceiro quartel do século XIII, mantendo presente que, tal como o de Loulé, poderá ter sido fundado no início do século seguinte. É esta, aliás, a data apontada por Frei Jerónimo de Belém para a fundação deste convento, referindo que terá sido instituído sobre um primitivo cenóbio pertencente aos Templários que, em 1312, teria sido entregue aos franciscanos, o que não se encontra comprovado⁵⁸.

Independentemente das dúvidas relativamente à data e às particularidades da sua fundação, sabe-se, porém, que esta casa se localizou junto do núcleo urbano, no espaço extramuros, à semelhança de todas as outras que os franciscanos fundaram em Portugal entre a década de 1230 e os inícios do século seguinte. Neste caso específico, o convento implantou-se a sul do recinto amuralhado, numa zona ligeiramente elevada, na proximidade da Porta da Alfeição, entre a Mouraria, que se localizava a sudoeste das muralhas⁵⁹, e a Horta d'el Rei, situada a nascente (**Fig. 7**)⁶⁰.

A área sul e nascente do exterior das muralhas, sendo uma zona plana e de boa acessibilidade, era também aquela por onde mais facilmente se acedia ao intramuros; como tal, foi neste espaço que se começaram a estabelecer as primeiras ocupações fora de portas⁶¹. Para além da Mouraria e da Horta d'el Rei, junto ao rio encontravam-se ainda as tercenas⁶² e também alguns pardieiros⁶³ na área que viria dar origem à Ribeira. E, tal como ocorreu nos aglomerados de maior dimensão, foi precisamente aí que os franciscanos se instalaram, acompanhando este movimento de expansão⁶⁴.

⁵⁷ ESPERANÇA, Manuel da - *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. II ..., pp. 242-243.

⁵⁸ BELÉM, Frei Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves ...*, pp. 184-186.

⁵⁹ ANICA, Arnaldo Casimiro - *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*. Tavira: ed. Câmara Municipal, 1993, p. 84.

⁶⁰ Esta horta terá sido um dos bens que o rei requereu para si no Foral de Tavira em 1266. MANTEIGAS, Rita - "Tavira: apontamentos para as relações com a periferia rural e vestígios da ruralidade na cidade". in QUEIROZ, Jorge - *Cidade e mundos rurais: Tavira e as sociedades agrárias*. Tavira: Câmara Municipal, 2010, p. 101.

⁶¹ TRINDADE, Luísa - *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2009. Tese de Doutoramento, p. 164. ROSSA, Walter - *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, p. 221.

⁶² As tercenas terão sido destruídas em 1338 quando Afonso XI, rei de Leão e Castela, invadiu o Algarve. PEREIRA, Daniela - "Tavira entre os séculos XV e XVI: a construção da Ribeira". in QUEIROZ, J. (ed.) - *A Principal do Reino do Algarve - Tavira nos séculos XV e XVI*. Tavira: Museu Municipal, 2020, p. 158.

⁶³ Em 1287 D. Dinis faz doação de uns pardieiros a João Domingues. MACIEIRA, Isabel, MANTEIGAS, Rita - "A Ribeira de Tavira: dízimas... corda, mastros, remos... especiarias... carnes e versas". in *Tavira, patrimónios do mar*. Tavira: Câmara Municipal, 2008, p. 37.

⁶⁴ MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura conventual e cidade medieval ...*, pp. 140-141.



Fig. 7 - Localização do Convento de São Francisco (a vermelho) na Planta da cidade de Tavira, incluída em “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandres y las Indias” de Leonardo di Ferrari, 1655, Atlas Haliche, The Military Archives of Sweden, Handritake Kartverk 25011. Esta planta representa a cidade do século XVI.

O convento teve como orago inicial a Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo e a sua igreja, com a cabeceira orientada a nascente, definiu a organização de todo o complexo conventual, ficando as dependências conventuais a sul do templo⁶⁵ do lado oposto ao da cidade, e cerca a envolver todo o conjunto. A igreja ficou assim, com a sua fachada lateral virada para a cidade. Esta circunstância, levou à abertura de uma porta lateral de acesso ao templo⁶⁶, tal como ainda podemos observar na planta de Leonardo Ferrari, que retrata a cidade do século XVI (**Fig. 8**). De acordo com esta representação, a igreja medieval teria planta em cruz latina, capela-mor

⁶⁵ Panayota Volti refere que na maioria das casas conventuais do norte de França e dos Países Baixos, o claustro localizava-se do lado sul, segundo ela, por razões climáticas. VOLT, Panayota - *Les couvents des ordres mendiants et leur environnement à la fin du Moyen Age: le nord de la France et les anciens Pays-Bas septentrionaux*. Paris: C.N.R.S., 2003. Em Portugal, o mesmo aconteceu nos conventos franciscanos de Évora e Guimarães, enquanto que nos de Lisboa, Porto, Coimbra e Santarém, por exemplo, as dependências localizaram-se no lado norte da igreja. Sobre este assunto ver MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura conventual e cidade medieval ...*, pp. 147-151.

⁶⁶ BELÉM, Frei Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves ...*, p. 189. O mesmo aconteceu, por exemplo, no Convento de São Domingos de Santarém. MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura conventual e cidade medieval ...*, pp. 150-151.

quadrangular, ladeada por duas capelas colaterais, nave única e três capelas laterais no lado do Evangelho⁶⁷, e a cerca abrangia uma vasta área, estendendo-se para sul e para poente (Fig. 7). Porém, nesta imagem não se encontra representado o claustro, nem as restantes dependências destinadas a albergar os frades, que se situavam a sul do templo, muito provavelmente pelo facto de o autor não ter tido acesso ao interior do convento.

Desconhece-se a data de construção tanto da igreja como das dependências conventuais, das quais já não resta qualquer vestígio. Da igreja medieval, pelo contrário, ainda subsistem alguns elementos, nomeadamente a capela colateral do lado da Epístola, que é hoje a sacristia da atual igreja, e duas capelas laterais da antiga nave, situadas atualmente no jardim anexo (Fig. 8). Desconhece-se igualmente quem terá promovido as primeiras obras da igreja e do espaço conventual, mas terá sido D. Manuel, o monarca que contribuiu ativamente para a reforma desta casa, a patrocinar a construção (ou a reformulação) da sua capela-mor⁶⁸.

A construção de capelas e a realização de enterramentos, quer na igreja quer noutros espaços do convento, constituíam uma importante fonte de financiamento para as comunidades religiosas e transformaram-se num dos principais motores da contínua ampliação dos edifícios regulares⁶⁹. O mesmo terá ocorrido em Tavira. Porém, segundo Frei Jerónimo de Belém, a documentação relativa à instituição das capelas neste convento ardeu na totalidade⁷⁰; por essa razão, apenas se conhecem duas capelas que subsistiram aos vários infortúnios que o convento sofreu. Estas encontram-se identificadas com sendo a Capela dos Machados e a Capela dos Costas, edificadas nos finais do século XIV e na segunda metade do XV, respetivamente (Fig 8)⁷¹.

⁶⁷ Ao contrário da maioria das igrejas franciscanas, esta apresentava apenas uma nave, tal como a do convento de Loulé e dos de Alenquer e Portalegre, ou a de Santa Clara de Vila do Conde. VILLAMARIZ, Catarina - *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o Tempo dos Experimentalismos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012, Tese de Doutoramento, p. 352. Sobre a arquitetura dos conventos franciscanos ver ainda GARCÍA ROS, Vicente - *Los franciscanos y la arquitectura: de San Francisco a la excomunión*. Valencia: Asís, 2000; WOLFGANG, Schenkluhn - *Architettura degli Ordini Mendicanti. Lo stile architettonico dei Domenicani e dei Francescani in Europa*. Pádua: EFR-Ediytici Francescane, 2003; BRUZELIUS, Caroline - *Preaching, Building and Burying*.

⁶⁸ ESPERANÇA, Manuel da - *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. II, p. 243.

⁶⁹ SCHWARTZ, Frithjof - *Il bel cimitero: Santa Maria Novella in Florenz 1279-1348*. Berlin/Munich: Grabmäler, Architektur und Gesellschaft, 2009; BRUZELIUS, Caroline - *Preaching, Building and Burying ...*, pp. 150-166.

⁷⁰ Num incêndio que ocorreu no contexto da peste que assolou Tavira em 1579-1580 e na qual morreram todos os frades do convento, com a exceção de um. BELÉM, Frei Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves ...*, p. 190.

⁷¹ SANTOS, Marco Sousa - "Duas Capelas Laterais medievais do Convento de S. Francisco de Tavira". *Medievalista* 10 (Julho de 2011) [Em linha].



Fig. 8 - Duas capelas da igreja antigo Convento de São Francisco de Tavira. Foto da autora

A escolha do convento para a receber a última morada de alguns dos mais ilustres habitantes de Tavira demonstra o prestígio que os franciscanos detinham na cidade. Este fica também patente na intervenção dos frades na querela entre o Bispo de Silves, D. Fr. Álvaro Paes e o Mestre da Ordem de Santiago, D. Lourenço Vasques, ocorrida em meados do século XIV, ao protegerem o bispo que temia pela sua vida, acolhendo-o no convento⁷². E terá sido reforçado pela figura de Fr. Gil Lobo, conhecido como Frei Gil de Tavira, que assumiu o cargo de primeiro ministro da Província de Portugal no primeiro quartel do século XV, tendo sido também pregador de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, confessor dos dois últimos e do regente D. Pedro e, ainda, mestre de D. Afonso V, para além de ter assumido o cargo de capelão do Papa Eugénio IV⁷³.

Para além do importante papel que esta comunidade de frades teria na evangelização e na prestação de serviços religiosos no contexto desta pequena cidade com duas freguesias apenas, Santa Maria e Santiago, o seu edifício tinha igualmente

⁷² ESPERANÇA, Manuel da - *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. II ..., p. 350.

⁷³ BELÉM, Frei Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves ...*, pp. 197-200 e ESPERANÇA, Manuel da - *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores*. Vol. II ..., pp. 243-244 e pp. 693-695.

um considerável destaque no espaço onde se localizava, tanto pela sua localização como pela sua dimensão. Razão pela qual foi escolhido por Afonso XI de Castela para aí instalar as suas tropas, quando do cerco à cidade⁷⁴.

A presença desta casa franciscana no espaço extramuros dinamizou o desenvolvimento urbano dessa área. Contíguo à fachada lateral da igreja formalizou-se um espaço que em 1454 era identificado como *Adro de São Francisco*⁷⁵. No lado nascente deste adro, junto da via que o ligava à Porta da Alfeição, localizou-se uma albergaria, que em 1425 deu origem ao Hospital do Espírito Santo e, no lado oposto, a poente deste espaço, constituiu-se um novo bairro, conhecido como Malforo⁷⁶. Era ainda do adro franciscano que partia a via que seguia para Santa Luzia⁷⁷, uma pequena povoação ribeirinha localizada a sudoeste de Tavira (**Fig. 9**).

Foi também numa das naves do Hospital do Espírito Santo, situado no adro do convento, que D. João II procurou fundar um convento para freiras de Santa Clara. Esta intenção vinha já do reinado de D. Afonso V, segundo os cronistas da ordem, por iniciativa de Frei Gil de Tavira, e foi posteriormente reiterada por D. Manuel, em 1495⁷⁸. Este mesmo monarca acabou por fundar a dita casa apenas no início do século seguinte, mas noutro local, não muito longe do convento franciscano para o lado nascente (**Fig. 7**)⁷⁹.

Com o densificar desta área, nomeadamente do bairro do Malforo, esta casa conventual, que funcionava como um dos polos de desenvolvimento do extramuros, transformou-se numa barreira ao seu crescimento. Tal como se pode observar na planta de Ferrari (**Fig. 9**), o Convento de São Francisco, e em particular a sua extensa horta que delimitava a sul o casario do Malforo, estabeleceu um obstáculo ao crescimento da cidade nesta direção. Porém, ao contrário do que aconteceu nas maiores cidades, como por exemplo em Lisboa, a cerca deste convento manteve-se intacta até à extinção das ordens religiosas.⁸⁰

⁷⁴ As casas conventuais, pela sua dimensão e localização, eram frequentemente utilizadas como base para o ataque às cidades. Veja-se, por exemplo, o caso de Guimarães. MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura conventual e cidade medieval* ..., pp. 255-260.

⁷⁵ Num documento relativo à fundação do hospital, faz-se referência ao *Adro de São Francisco*. ANICA, Arnaldo Casimiro - *Tavira e o seu termo* ..., p. 128.

⁷⁶ O bairro do Malforo é referido em documentos da primeira metade do século XV, tendo provavelmente começado a desenvolver-se no século anterior, enquanto o Hospital do Espírito Santo foi fundado em 1425. ANICA, Arnaldo Casimiro - *Tavira e o seu termo* ..., p. 75 e p. 126.

⁷⁷ Frei João de São José faz referência à existência de uma ermida de Santa Luzia que se situava um “*braço de mar por dentro da terra (...) a que os de Tavira chamam rio de Santa Luzia*”. GUERREIRO, Manuel Viegas; MAGALHÃES, Joaquim Romero - *Duas descrições do Algarve do século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1983, p. 51.

⁷⁸ Sobre a intenção de fundação desta casa ver ESPERANÇA, Manuel da - *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco* ..., p. 686-687; BELÉM, Frei Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves* ..., p. 199; VASCONCELOS, Damião A. B. - *Notícias Históricas de Tavira* ..., pp. 221-222.

⁷⁹ Este convento foi fundado no ano de 1509 e posteriormente entregue à Ordem de Cister. Na planta de Leonardo Ferrari, esta casa ainda se encontra indicada como “S. Clara”.

⁸⁰ Sobre a urbanização da cerca do Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa ver MARADO, Catarina Almeida - *Arquitetura conventual e cidade medieval*..., pp. 231-233.



Fig. 9 - Detalhe da área envolvente ao Convento de São Francisco (a vermelho) na Planta da cidade de Tavira, incluída em “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandres y las Indias” de Leonardo di Ferrari, 1655, Atlas Haliche, The Military Archives of Sweden, Handritake Kartverk 25011. Esta planta representa a cidade do século XVI.

Notas finais

Como vimos, entre os séculos XIII e XV, os franciscanos instalaram-se numa diversidade de núcleos urbanos, fundando conventos tanto nos maiores e mais importantes aglomerados como nos de menor dimensão onde não existia nenhuma outra casa religiosa. Em ambos os casos, e dependendo quer das diferentes conjunturas políticas, económicas e sociais, quer das transformações que ocorreram no seio da

ordem, estes frades localizaram as suas casas em distintos contextos físicos, oscilando entre o *rural* e o *urbano*, ou seja, tanto se instalaram em sítios isolados no entorno dos aglomerados urbanos como na proximidade dos mesmos.

No primeiro caso, e apesar do afastamento físico do local da sua morada em relação ao núcleo urbano, a comunidade religiosa mantinha relações de proximidade com as populações, desenvolvendo as suas atividades de pregação em contexto urbano. Apesar disso, quer as iniciais fundações efetuadas pelos primeiros franciscanos no século XIII, quer parte das levadas a cabo pelos observantes nos finais do século XIV e nos inícios do XV, que foram efetuadas de forma precária em pequenos eremitérios situados em locais afastados dos núcleos urbanos, acabaram por se transladar para junto dos respetivos aglomerados, com o apoio dos fundadores que assumiram as custas da construção do edifício.

No segundo caso, as relações que estes religiosos estabeleceram com os núcleos urbanos onde se instalaram foram bastante mais próximas, não só em termos espaciais como também em termos religiosos, sociais e políticos. E tal como nos mostra o caso de Tavira, foram também substancialmente semelhantes, quer se tratasse dos maiores aglomerados urbanos ou dos de menor dimensão. Tanto no que respeita às características de localização do convento, como também no que se refere aos impactos da sua presença no espaço urbano, podemos assim encontrar semelhanças significativas entre as maiores cidades, como Lisboa ou Évora, por exemplo, e as vilas de menor dimensão como Tavira. Porém, tal como referiu Jorge Gaspar, estas dinâmicas dependeram não só do período histórico e da localização de cada casa, mas também do metabolismo da própria cidade⁸¹. Assim, elas tiveram um maior significado nos grandes aglomerados do que nos mais pequenos núcleos.

Apesar disso, em Tavira, como noutras pequenas vilas, a construção de um convento franciscano no exterior das suas muralhas deu um importante contributo para o desenvolvimento da área extramuros e para a estruturação do seu espaço urbano. Posteriormente, a importância que este núcleo adquiriu nos séculos XV e XVI no contexto da presença portuguesa no Norte de África, e que lhe valeu a elevação a cidade no ano de 1520, fomentou o crescimento da urbe, mas também o engrandecimento da sua casa franciscana, nomeadamente por meio de doações e privilégios atribuídos por vários monarcas.⁸² Tudo isto contribuiu para amplificar o papel que o convento franciscano e a sua comunidade desempenharam neste núcleo urbano.

⁸¹ GASPAR, Jorge - "Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade". in FRÓIS, Virginia (coord.) - *Conversas à volta dos Conventos*. Évora: Casa do Sul Editora, 2002, pp. 88.

⁸² BELÉM, Fr. Jerónimo de - *Chronica Serafica da Sancta Provincia dos Algarves ...*, pp. 187-189.

Irremedievalmente perdida?

A evolução da casa tradicional no centro histórico medieval de Estremoz

*Ana Costa Rosado*¹

*Miguel Reimão Costa*²

*María Teresa Pérez Cano*³

*José Manuel Aladro Prieto*⁴

Resumo

As casas medieval e moderna correntes no centro histórico de Estremoz constituem um elemento fundamental para entender a evolução da cidade e a relação das comunidades com o espaço urbano. Este artigo aborda a transformação da casa desde o período medieval até ao final do período moderno, atendendo às suas características formais, aos métodos construtivos utilizados, à organização espacial interior e exterior e à relação com a estrutura viária e o espaço público. A investigação baseia-se no levantamento arquitectónico de 73 casas nos bairros do Castelo, de Santiago e do Espírito Santo, aliado à informação documental de arquivo de outros 70 casos. Os dois primeiros bairros são casos modelares de urbanismo medieval planeado, enquanto o bairro do Espírito Santo corresponde a um crescimento espontâneo extramuros. À génese medieval destes conjuntos somam-se elementos, como portais manuelinos e cunhais, que indiciam a eventual continuidade das estruturas ao nível térreo desde, pelo menos, a centúria de quinhentos. Elementos exteriores complementares à casa, como quintais e cisternas, remetem para a permanência de actividades rurais em meio urbano nas cidades de pequena dimensão. O entendimento da evolução da ideia de habitar ajuda a compreender a história das gentes, das suas relações familiares e do quotidiano citadino.

¹ Universidad de Sevilla. CEAACP-CAM. Bolseira de doutoramento FCT SFRH/BD/116130/2016.

² Universidade do Algarve. CEAACP-CAM.

³ Universidad de Sevilla. Escuela Técnica Superior de Arquitectura.

⁴ Universidad de Sevilla. Escuela Técnica Superior de Arquitectura.

Palavras-chave

Construção tradicional. Estremoz. Habitação corrente. Morfologia urbana. Tipos.

Irremediably lost? Traditional housing evolution in Estremoz' medieval-origin city centre

Abstract

Medieval and modern common housing of Estremoz' historic centre is fundamental to understand the city's evolution and the connections between its inhabitants and urban space. This paper describes Estremoz' housing transformation since medieval times until late modern period, focusing on its formal features, constructive methods, inner and outer spatial organization and housing relations with public space. This research is based on the architectural surveys of 73 cases in the neighbourhoods of *Castelo*, *Santiago* and *Espírito Santo*, to which is added archive documental information of another 70 cases. The first two neighbourhoods are examples of planned medieval urbanism while the third corresponds to an organic city expansion. Alongside the medieval genesis of these urban ensembles, we can recognize the presence of some architectural elements, such as Manueline and wedged portals, which may indicate housing structures' continuity at least since late medieval times. Complementary exterior elements as backyards or cisterns disclose relations to agrarian activities inside the city's sphere. Understanding the evolution of the concept of *dwelling* is fundamental to fathom the history of common people, their relations and the urban everyday life.

Keywords

Traditional housing. Alentejo. Ancien Règime. Urban morphology. Types.

Introdução

Pelo meio-dia de 17 de Agosto de 1698, sem uma nuvem no céu, o paiol da pólvora da fortaleza de Estremoz explode. A explosão do edifício que para além de paiol serve como armaria, localizado no centro da cidadela junto à Torre de Menagem, depressa faz alastrar um incêndio de grandes dimensões por todo o recinto do Castelo. São testemunho da destruição os relatos feitos nas memórias paroquiais – “destruii parte das varandas da famosa torre de homenagem e derribou a maior parte das cazas do castelo, que ainda hoje estão destruídas. Porem perecerão poucas pessoas nas suas ruínas”⁵ – ou nas memórias analíticas de António Henriques da Silveira – “A concussão do ar foi tao grande, que derribou todas as cheminez do Castello, e grande parte das cazas do mesmo Castello. O elevado lugar em que o armazém estava fundado, livrou a vila baixa do mayor estrago, porque as grossas pedras, que a pólvora arrojou, sal[t]arão os muros da praça, e forão cahir a larga distancia da villa”⁶. O acidente seria a maior catástrofe a atingir a povoação transtaganana e também ponto de inflexão na história da cidade.

A explosão acontece num momento em que as zonas altas da vila já se encontram em declínio. A transferência dos poderes administrativos e das grandes famílias para as zonas baixas e mercantis da cidade já estava em marcha. A urbe tinha descido desde o alto do castelo para as planícies a nascente, seguindo os caminhos da água. Nas zonas baixas proliferavam os espaços amplos propícios a feiras e mercados, fundavam-se conventos, construíam-se casas senhoriais em parcelas largas, sem o constrangimento dos muros do Castelo. Após a explosão, o esvaziamento da cidadela acentua-se, já que os moradores com algumas posses preferem reconstruir as suas habitações na vila baixa. O movimento de abandono consolida-se.

A explosão do paiol marcou definitivamente o final da cidade medieval e a transferência da vila *Estremoz* para uma urbe moderna, na qual os bairros originais – Castelo e Santiago – adquiriram uma condição periférica. No Castelo ficam escombros que não serão reconstruídos, quarteirões inteiros vazios. O que resta então da génese medieval da cidade? Chegam-nos hoje vestígios da casa medieval estremocense, após quase oito séculos de transformações? Esta investigação, com o objectivo de entender a evolução tipológica da casa tradicional urbana estremocense, foi encontrar nos bairros de génese medieval do castelo e de Santiago uma oportunidade de estudo única. O abandono dos bairros altaneiros e a subsequente falta de pressão demográfica sobre o conjunto habitacional redundaram na estagnação do processo de

⁵ Prior Fr. Fernando Roberto de Gouveia - “Memórias Paroquiais da Freguesia de Santo André”. in COSTA, Mário Alberto Nunes - “Estremoz e o seu concelho nas Memórias Paroquiais de 1758”. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra XXV (1961), p. 137.

⁶ Cf. FONSECA, Teresa - António Henriques da Silveira e as Memórias analíticas da vila de Estremoz. Évora: Publicações do Cidehus/ Edições Colibri, 2003, p. 249.

regeneração do tecido urbano, conservando as suas casas um estado de autenticidade de invulgar qualidade. Não só é possível encontrar a casa de génese medieval nestes bairros, como as parcas alterações sofridas permitem reconhecer muitas das suas soluções espaciais e materiais num estado de conservação difícil de encontrar noutros contextos urbanos. A partir destes casos desenvolveu-se a investigação sobre a evolução urbana e habitacional de Estremoz, apresentada a continuação.

A presente investigação tem por base uma recolha de dados que combina levantamentos arquitectónicos *in loco* e informação de arquivo. O primeiro passo de levantamento arquitectónico e fotográfico resulta em desenhos que são complementados por registos de obras e alterações efectuadas durante o século XX, através da consulta de *processos de obra*, documentos que existem nos Arquivos Municipais de todas as cidades portuguesas. Neste caso, a consulta do Arquivo Municipal de Estremoz e de processos existentes na Secção de obras da CME, resultou na obtenção de desenhos de outros 70 casos adicionais aos levantados. Os processos de obra são pedidos de autorização de construção ou alterações em edifícios que incluem, entre outros elementos, desenhos técnicos do lote em questão. Em caso de alterações, os processos incluem uma planta com os trabalhos a efectuar representados sobre o estado prévio às obras do edifício. Com estes elementos é possível não só reconhecer a organização interna de uma determinada casa, como também identificar as alterações feitas no século XX e, por essa via, reconstituir um estado prévio da habitação. Uma vez feita a análise física do edificado, procura-se a sua referenciação nas fontes escritas históricas, como os registos notariais de Estremoz (Arquivo Distrital de Évora) – consultas entre os anos de 1629 e 1664 – ou o *Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires* de 1515.⁷

⁷ ROSADO, Ana; LIBERATO, Marco; COSTA, Miguel Reimão - “Contributo para a história da arquitectura da habitação e da organização do espaço no interior do castelo de Estremoz”. in *Arqueologia Urbana em Centros Históricos - Actas IV FAUR*. Faro: UAIG/CEAACP, 2018, pp. 286 -304.

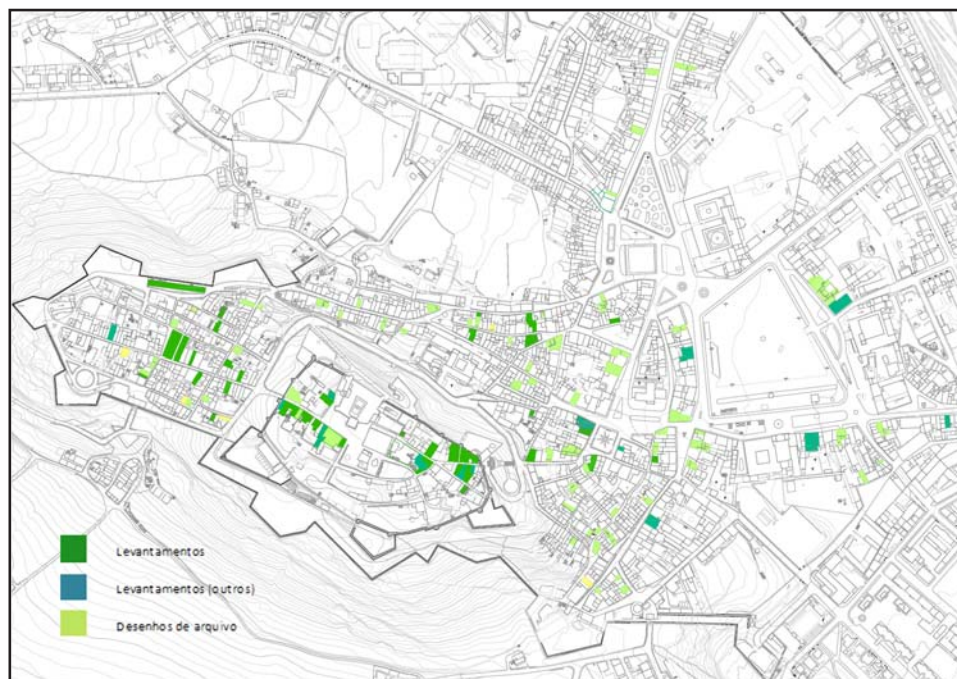


Fig. 1 - Casos de estudo sobre planta actual

1. A génese de Estremoz - Fundação e tamanho na origem

Não é clara a origem do povoado no local de Estremoz. Perto da cidade actual, encontram-se vestígios de ocupação romana, como o chamado *Tanque dos Mouros*. Apesar do nome, trata-se de um tanque romano provavelmente integrado num sistema de rega mais complexo, que evidencia a povoação e humanização do território estremocense⁸. Em 1211 aparece a primeira referência documental a Estremoz numa menção à *serra de Estremoz* na doação de terras feita por D. Sancho II aos cavaleiros da Ordem Militar de Avis⁹. Não sendo então de excluir a hipótese de uma ocupação territorial anterior à Idade Média, esta não teria tido uma continuidade material e assim, para efeitos urbanos, a definição do povoado é marcada por D. Afonso III.

A implantação de uma fortaleza sobre esta colina a nascente da Serra d'Ossa responde à necessidade de ocupação de um ponto estratégico na articulação dos caminhos a Sul do Tejo. A zona situa-se no antigo caminho romano entre Mérida

⁸ LIBERATO, Marco - *Integração territorial, paisagem urbana e sociedade. Estremoz Medieval: 1258-1521*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado, 2007 (no prelo), p. 48.

⁹ Prior Fr. Fernando Roberto de Gouveia - "Memórias Paroquiais da Freguesia de Santo André". in COSTA, Mário Alberto Nunes - "Estremoz e o seu concelho ...", p. 114.

e Lisboa, e é ponto de charneira entre essa rota e vários caminhos entre Santarém, Portalegre e Évora. Mais ainda, a partir de Estremoz é possível chegar a Lisboa tomando a direcção de Montemor-o-Novo, de forma mais directa que seguindo o caminho de Évora¹⁰. Assim, soma-se à organização territorial a importância da função defensiva: defender Lisboa em caso da queda de Elvas, já que constitui a segunda linha de defesa em relação a Castela. Pelos mesmos motivos, serviria de crucial ponto estratégico ofensivo pela possibilidade de rápida mobilização e concentração de tropas junto à raia castelhana¹¹.

Ao interesse estratégico, chamaria também a atenção da Coroa a disponibilidade de recursos agrícolas – solos férteis e bastas fontes de água – e minerais – a exploração de mármore *de Estremoz* no anticlinal entre Estremoz e Vila Viçosa. A ocupação do lugar consolida-se progressivamente durante a primeira metade de trezentos, podendo inferir-se um núcleo populacional já de dimensão considerável. A chegada das ordens mendicantes, dependentes da existência de núcleos populacionais, é um sinal. Na planície circundante, entre datas tão díspares como 1239 e 1277¹², funda-se o convento de S. Francisco, contra a vontade da Ordem de Avis. Esta oposição é apontada por Liberato como uma das razões para a posição periférica do Convento em relação ao núcleo fortificado da vila. Outro motivo pode ser encontrado na própria natureza do local: o Convento implanta-se entre as duas nascentes de água mais importantes do território próximo ao núcleo urbano fundacional, num ponto que – seja pelos recursos aquíferos ou existência da casa religiosa – marcará a direcção da expansão da urbe num futuro próximo à fundação.

Em 1258 chegam notícias ténues da existência de tabelião¹³, indiciando uma povoação já não exclusivamente agrícola, e a atribuição de Carta de Foral por D. Afonso III. Com a Carta de Foral, Estremoz passa a estar sob jurisdição directa da Coroa, revogando a anterior posse territorial da Ordem Militar de Avis¹⁴. A Carta segue o modelo de Santarém/Lisboa/Coimbra, que promove a autonomia do concelho reforçando a cavalaria local, com algumas particularidades inéditas que demonstram o interesse régio na povoação do concelho: “Todos os habitantes de Estremoz seriam isentos do pagamento de jugada, promovendo-se assim a migração de gente pronta a arrotear os espaços que se encontravam ainda incultos, seguros de

¹⁰ Itinerário cuja afirmação o concelho de Évoramonte tentou evitar. LIBERATO, Marco - *Integração territorial, paisagem urbana e sociedade. Estremoz Medieval: 1258-1521 ...*, p. 47.

¹¹ LIBERATO, Marco - *Integração territorial, paisagem urbana e sociedade. Estremoz Medieval: 1258-1521 ...*, p. 48.

¹² Fundação apontada entre 1239-1244 por fontes quinhentistas citadas pelas Memórias Paroquiais de Estremoz, ou 1255 por Túlio Espanca. COSTA, Mário Alberto Nunes - “Estremoz e o seu concelho ...”, pp. 15-16; ESPANCA, Túlio - “Real Convento de S. Francisco de Estremoz”. *A Cidade de Évora* 57 (1974), p. 1.

¹³ MENDEIROS, Mons. José Filipe - *A Epopeia de Estremoz*. Conferência proferida na Casa do Alentejo por ocasião da Jornada Estremocense. Évora: Gráfica Eborense, 1972, p. 5.

¹⁴ D. Afonso III também asseguraria o domínio administrativo de outros povoados na estrada Elvas-Lisboa, como Arraiolos e Vimieiro. LIBERATO, Marco - *Integração territorial, paisagem urbana e sociedade. Estremoz Medieval: 1258-1521 ...*, p. 52.

que o seu trabalho corresponderia a uma produtividade extra não sendo necessário adscrever recursos ao pagamento daquela prestação¹⁵. Contemporânea à atribuição de Foral seria a ordem de reformar muralhas, já que a fortificação do Castelo foi concluída em 1261¹⁶, circundando uma área aproximada de 40000 m².

2. Planeamento e urbanismo medieval

Com a Carta de Foral, o crescimento da vila é exponencial. Em 1279, após a construção do bairro residencial extramuros de Santiago, a área de implantação da vila tinha mais que duplicado, correspondendo a uma área aproximada de 91.725 m². A morfologia do novo arrabalde estrutura-se a partir de um eixo linear que parte da porta poente do Castelo (Porta de Santarém) até à Igreja de Santiago situada no extremo oeste do promontório e a partir desta Rua Direita gera-se uma malha urbana rectilínea, mas hierárquica, de ruas paralelas e perpendiculares. Liberato teoriza sobre a forte probabilidade de ter existido uma praça no ponto médio da Rua Direita¹⁷ – um espaço hoje ocupado pelos quartéis militares seiscentistas. A grelha de ruas transversais é dimensionada com base num parcelário uniforme, de lotes rectangulares, estreitos e compridos, ainda perceptíveis na planimetria actual, ainda que as dimensões originais não apareçam de forma imediata.

“O Bairro de Santiago, em Estremoz, estruturado ao longo da Rua Direita que da porta poente da cerca levava à igreja de S. Tiago, já existente em 1279, os bairros que a nordeste e sudeste envolveram o núcleo original de Olivença, e que tudo indica estarem completamente formados até aos finais do séc. XV, a expansão do casario a sul-sudoeste do núcleo cercado de Borba, (...) são apenas alguns exemplos onde o arruar e o casear seguem os mesmos princípios que as cidades de fundação¹⁸”.

O eixo estrutural que define a malha urbana e atravessa toda a povoação medieval divide-se entre a Rua Direita (de Santiago), que une a Igreja de Santiago e as Portas de Santarém da cidadela (Castelo), a Rua do Arco de Santarém, prolongamento

¹⁵ LIBERATO, Marco - *Integração territorial, paisagem urbana e sociedade. Estremoz Medieval: 1258-1521 ...*, p. 55.

¹⁶ BARROCA, Mário Jorge - “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”. in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Revista da Faculdade de Letras 2ª série/15-1* (1998), p. 804.

¹⁷ LIBERATO, Marco - *Integração territorial, paisagem urbana e sociedade. Estremoz Medieval: 1258-1521 ...*, p. 136.

¹⁸ TRINDADE, Luísa - *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2009. Tese de Doutoramento, p. 210.

rectilíneo da rua anterior até à praça, e a Rua da Calçada da Frandina que completa a ligação da praça até à porta homónima no extremo oposto da cerca. Em Santiago, a disposição do parcelário estrutura-se de forma linear. No Castelo, à distribuição linear do casario entre portas, acrescenta-se a ocupação em malha ovalada no recinto a sul do eixo estrutural, quarteirões hoje maioritariamente vazios.

Para este tipo de loteamento homogéneo podem, no entanto, ser encontradas medidas díspares em diferentes povoações e até nos diversos ensanches de uma mesma localidade. Um módulo referido com frequência no planeamento medieval é o *chão medieval*, apontado, por exemplo, para cidades como Lisboa¹⁹ correspondendo a 6 varas de largura por 12 de comprimento (equivalente a 6,60 por 13,20m). O *chão* poderia ser dividido em duas parcelas menores ou unidos entre si para obtenção de lotes maiores, oferecendo flexibilidade na malha, útil para fixação de população de diferentes extractos. Em casos estudados no Alentejo, encontram-se outras medidas de lote: em Évora, as fontes documentais apontam um parcelário de largura média de 3,5 m²⁰ o que corresponde a meio-chão.

Em Estremoz, as fontes documentais registam a discrepância entre o planeamento urbano homogéneo e a realidade construída. Em 1470, temos notícia de um terreno alienado pelo concelho para loteamento, com lotes de dimensão exacta de um chão²¹. É referido que as dimensões correspondem a duas casas de profundidade e uma de largura. Mas a descrição das habitações do *Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Sr.^a dos Mártires*²² mostra variações de implantação de casas construídas, com medidas oscilando, no Castelo, entre os 2,80 e os 5 metros de largura por 7,8 a 11,65 m de comprimento e, em Santiago, entre os 3,25 e os 6,60 metros de largura por 8,30 a 14,30 de comprimento.

Registe-se, no entanto, que quando a medição foi realizada pelo exterior das habitações, como no caso de 4 habitações na rua do Arco em Santiago em 1516²³, aproximando-se, portanto, de forma mais rigorosa do tamanho do lote para construção, as dimensões tendem a aproximar-se do módulo teórico e seus submúltiplos. É o caso das quatro casas mencionadas com larguras de 3, 6 e 9 varas por 11 a 13 de comprimento. Igualmente significativa parece ser a constatação de que a diversidade tipológica não implica necessariamente um loteamento diverso; uma casa com duas divisões internas corresponde a um plano de 6 x 11 varas, o mesmo

¹⁹ CARITA, Hélder - *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 48.

²⁰ BEIRANTE, Maria Ângela Rocha - *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 124.

²¹ ROSADO, Ana; LIBERATO, Marco; COSTA, Miguel Reimão - "Contributo para a história da arquitectura da habitação ..."

²² ROSADO, Ana; LIBERATO, Marco; COSTA, Miguel Reimão - "Contributo para a história da arquitectura da habitação ..."

²³ Lisboa, Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Livro 4, fl.144.

que foi verificado para uma moradia com três compartimentos²⁴

Ao analisar a estrutura predial actual, encontra-se a mesma oscilação na largura das casas que a documentação aponta, entre as 3 e as 6 varas, embora a profundidade do chão (13,20 m) apareça com alguma clareza. Uma hipótese para explicar a discrepância poderia ser a aglutinação de lotes para obtenção de casas maiores, nas áreas que albergavam os estratos sociais de maior poder económico. Mas olhando para o mais popular bairro de Santiago, repete-se a mesma discrepância nas medidas da largura dos edifícios, que não é alheia a sete séculos de sucessivas alterações. Não é evidente, de imediato, a regra de ocupação que a génese e morfologia do bairro parecem indicar ter existido.

Até ao início do séc. XVI, Estremoz vai crescer de forma orgânica, descendo as encostas norte e nascente do Castelo, dando origem arrabaldes das Covas (hoje bairro do Espírito Santo) e dos Currais. A expansão da vila faz-se em direcção aos terrenos planos e férteis a norte/nascente da cidadela, regados por múltiplas nascentes e linhas de água. Também o Convento de S. Francisco, já instalado na planície em data incerta, será, desde a sua posição excêntrica, referente para a futura expansão da vila. A posição que assinala no território inscreve-se num conjunto de pontos – Castelo, Igreja de Santiago, Fontes de água, Convento de S. Francisco – que constitui a projecção da dimensão total da futura urbe de Estremoz. O espaço compreendido entre estes pontos pode ser lido como zona urbana intersticial não construída ou periurbana, o que significa que a vila de Estremoz tem já em 1300 uma área territorial perceptível de cidade muito grande. É esta área virtual de ocupação, progressivamente ocupada, que a Restauração vai fixar em 1660 com a estrutura amuralhada, incluindo todas as cercas de conventos dentro da cidade. Do mesmo modo integra, dentro da urbe então amuralhada, praças e terreiros (como o Rossio), num número e em dimensões fora do comum para Idade Moderna e para a região do Alentejo. Embora o planeamento medieval não incluísse a componente de *Plano Director*, o que se apreende da estratégia de ocupação do sítio usada em Estremoz é que existe uma ideia de criação de uma grande urbe desde o seu início.

²⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Livro 4, fl.144.

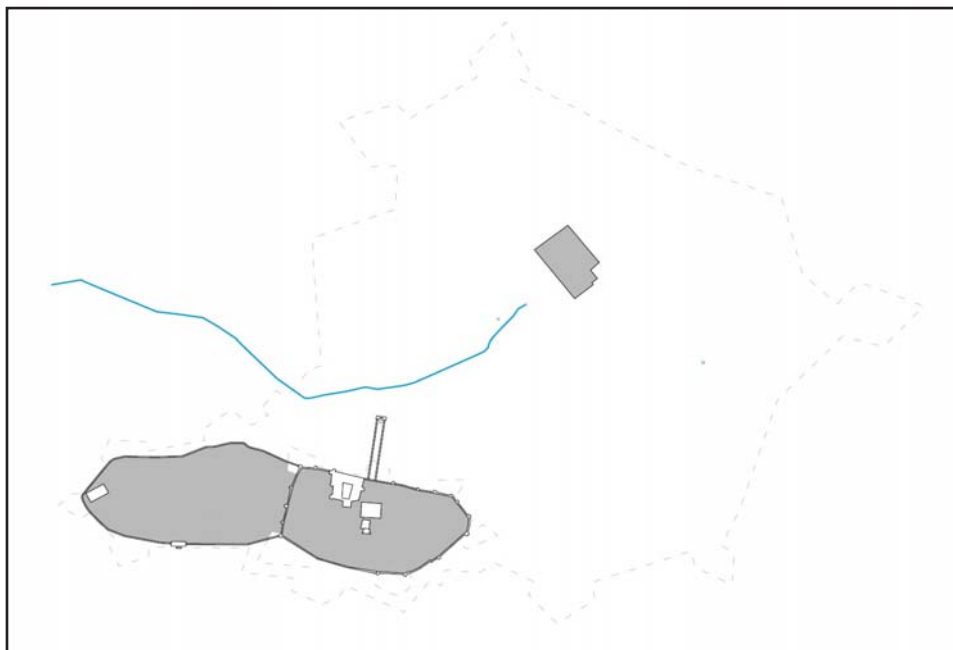


Fig. 2 - Planta de reconstituição de Estremoz no ano 1300, com linha de muralhas da Restauração a tracejado

A intencionalidade da criação de uma urbe de dimensões médias a grandes é expectável no quadro da estratégia nacional de povoamento de D. Afonso III, procurando consolidar uma segunda linha da fronteira nacional mais permeável²⁵ e de apoio a Elvas. Ainda que Elvas constituísse o principal pólo de atracção de população, a sua posição de *guarda fronteira* colocava-a em permanente risco de ataque/conquista. A necessidade de replicação de uma cidade que a pudesse substituir administrativamente é tida em conta no impulso dado ao povoamento, em larga escala, de Estremoz – um lugar demograficamente insignificante no início do século XIII. Este impulso é patente na concessão de equipamentos: o castelo, os Paços do Concelho mais antigos construídos de raiz para esse fim²⁶, a protecção amuralhada das fontes de água com as Torres da Couraça. O mesmo impulso régio que explica o crescimento exponencial da vila entre o início e o final da centúria de 1200 e que a pré-delimitação da *cidade a existir* seja visível já no séc. XIII.

²⁵ “A raia alentejana (...), aberta na topografia e desde sempre vulnerável às invasões, onde a densidade da rede urbana fortificada entre as latitudes de Moura e Castelo de Vide não tem paralelo com mais nenhuma zona da fronteira continental.” ROSSA, Walter; CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da; TRINDADE, Luísa - “Raia e cidade”. *Monumentos* 28 (2008), p. 12

²⁶ TRINDADE, Luísa - *Urbanismo na Composição de Portugal ...*, p. 752.

3. A transformação da casa – da casa quinhentista ao final da época moderna

Sendo Estremoz fundada e construída durante o século XIII, a estruturação do seu edificado e, sobretudo, a morfologia da habitação, tem origem nas directrizes do planeamento urbano medieval que a vila integra no seu núcleo primitivo: uma malha reticulada estruturada a partir de um eixo e um cadastro composto por lotes modulares estreitos e profundos, equitativamente delimitados. A leitura da casa medieval de Estremoz a partir de fontes documentais quinhentistas não difere substancialmente da apresentada para outras povoações. A principal característica reside na muito reduzida especialização espacial. A documentação do *Tombo dos Bens da Confraria de Nossa Senhora dos Mártires* de 1515 confirma a quase homogénea presença da moradia de duas casas próximas do quadrado (20 em 46 casos), alinhadas em profundidade, mas com variação de dimensões entre moradias. Este tipo de habitação muito simples, quase elementar, pode ser encontrado um pouco por todo o país no período pós-reconquista e está intimamente ligado ao lote medieval estreito e comprido.

A simplicidade do modelo é uma das razões que levará a que este perdure no tempo: ainda no loteamento promovido pelo concelho em 1470 continua a ser feita a referência a lotes com medida de “duas casas de profundidade e uma de largura”²⁷, pelo que se apreende a sua organização espacial interna: duas divisões quadrangulares dispostas em profundidade. Os dois compartimentos, designados na documentação histórica como casa dianteira e seleiro (celeiro)²⁸ – noutras latitudes também referidas como casa de dentro ou câmara²⁹ – definem o programa mais elementar de habitação: um espaço para vivência do núcleo familiar, confinante com o acesso à rua, e um espaço resguardado para armazenamento de géneros, combinado com outras valências. A casa dianteira tem, geralmente, na porta da rua o único vão para iluminação e ventilação, aí se desenvolvendo as actividades quotidianas, incluída a área de fogo. As medidas de lote e das casas referidas no *Tombo dos Bens* e apresentadas acima permitem-nos também comprovar que a espessura média das paredes de alvenaria, tanto meãs como transversais, não difere em grande medida da actual: 60 cm. A espessura mínima medida *in loco* ronda os 50 cm e a máxima os 80

²⁷ Recorde-se que *casa* se refere a um compartimento, nomenclatura ainda hoje usada no Alentejo (ex: casa de dentro, casa do fogo, etc.). BLUTEAU, Rafael; SILVA, António de Moraes - *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa, 1789, p. 241.

²⁸ As mesmas denominações que se conhecem nas vizinhas Évora e Montemor-o-Novo (BEIRANTE, Maria Ângela Rocha - *Évora na Idade Média*. ...; FONSECA, Jorge - *Montemor-o-Novo no século XV*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998). Existindo mais que duas divisões térreas a intermédia podia receber, em alternativa, a designação de *casa do meio*.

²⁹ COSTA, Miguel Reimão (coord.) - *Mértola – A arquitectura da vila e do seu termo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2016, p. 94. Também, na serra do Algarve, junto ao Guadiana, a palavra *celeiro* servia também como espaço de dormir. COSTA, Miguel Reimão - *Casas e Montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve: forma processo e escala no estudo da arquitetura vernacular*. Porto: Afrontamento. 2014, p. 88.

cm, podendo chegar a máximos de 1-1,2 metros em casos pontuais, como na Rua da Freirinha, nº 5.

As primeiras variantes desta solução elementar da casa são já documentadas no *Tombo dos Bens*, identificando-se um número considerável de moradias de três casas (9 casos), em Santiago, ou de casas sobradadas (11 casos), no Castelo. A primeira linha de evolução passa pela adição de um compartimento térreo a tardoz. Quando o lote inicial é muito profundo ou integra um logradouro associado à casa original que pode ser ocupado, a construção de uma nova divisão é feita por adição linear (a), resultando num aumento efectivo de área da moradia. Quando o lote é pouco profundo e/ou se encontra confinado – por outros lotes, pela muralha – tornando a sua expansão inviável, um terceiro compartimento aparece por divisão da casa traseira (b). Neste caso, a área da moradia permanece inalterada, sendo o benefício da compartimentação sobretudo funcional.

De qualquer modo, será a segunda linha de evolução, associada à integração do sobrado, que terá mais impacto no futuro desenvolvimento da casa. Se num primeiro momento, a subida em altura poderá ocorrer apenas sobre uma das divisões térreas, no séc. XVI pode resultar em pisos superiores com a mesma superfície do piso térreo. Um exemplo de casa sobradada apenas sobre o celeiro, como indicam os registos do *Tombo dos Bens* nº 2, 10, 15, 20, pode ser identificada após reconstituição do hipotético estado anterior do edifício da rua da Calçada da Frandina, nº 11-13. Aqui é evidente a existência de duas fases de ampliação em altura, sendo a primeira relativa à adição de sobrado sobre a casa tardoz, beneficiando do desnível do terreno. A moradia configura-se como uma casa dianteira alta – em cota e pé-direito – a partir da qual se acede a dois meios pisos. A segunda fase corresponde à introdução de um piso nivelado a toda a profundidade da casa.

O mesmo processo evolutivo é visível na Rua Magalhães de Lima 77-79 (**Fig. 3**), no bairro do Espírito Santo, onde o crescimento em altura faseado é consonante com o declive natural do terreno. A uma primeira fase de integração gradual de sobrados, tal como no exemplo anterior, segue-se a construção em época moderna de um piso superior de nível a toda extensão do lote. A conservação destes dois exemplos de casas com sobrados sobre uma câmara interior até aos nossos dias leva a crer que o número de casos fosse bastante elevado e que a prática de integração de sobrados adaptada aos desníveis do terreno fosse comum na construção medieval, sendo depois as casas reformuladas em período moderno com a adição de pisos nivelados.

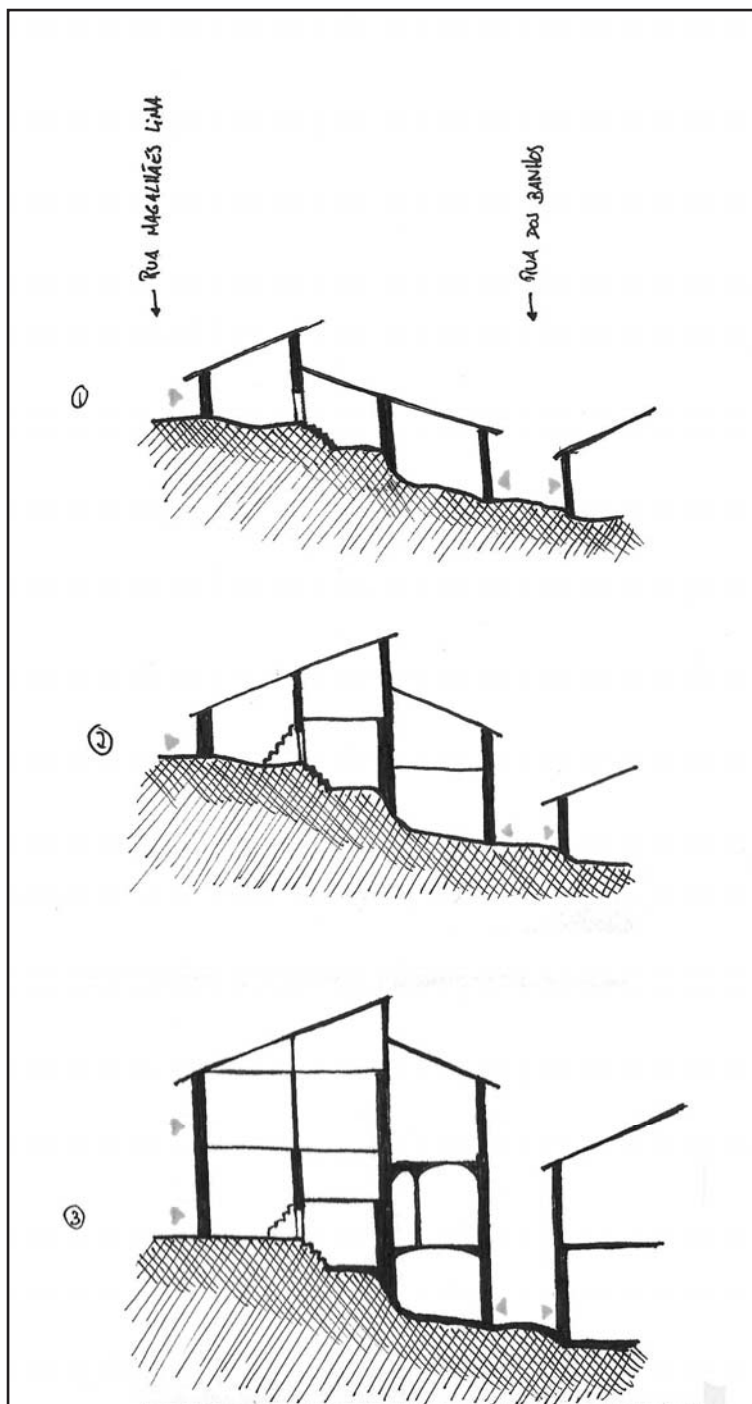


Fig. 3 -Rua Magalhães de Lima nº 77-79. Casa com sobrado sobre câmara interior. Cortes (reconstituições e actual)

A evolução em altura não traz, no imediato, mudanças na organização interna dos pisos de casas em sequência linear, que frequentemente se mantém inalterada nos pisos térreos desde o séc. XVI, como atestam as cantarias manuelinas de vãos tanto exteriores como interiores (**Fig. 4**).



Fig. 4 - Arcos ogivais em mármore e tijolo. Marcas em cantarias exteriores

A escada é quase sempre de tiro, encostada à empena, com acesso a partir do interior da habitação dianteira. As cantarias de portas e janelas são geralmente em pedra mármore branca local, trabalhada ou lisa. Encontram-se, sobretudo em portas, marcas iconográficas cruciformes nas cantarias. A possibilidade apontada por Balesteros de estas se relacionarem com a presença de cristãos-novos ou até com o culto criptojudaico é reforçada pela presença de um nicho vertical, de 9 x 2 cm, associado a uma *marca na Mezuzah* na face externa da ombreira direita do arco ogival da Rua Nova, nº4³⁰. A área de estudo é especialmente rica em elementos decorativos nas fachadas, tanto nas cantarias pétreas como em beirados, frisos e pilastras estucados. As cantarias marmóreas são fiéis indicadores de datação dos imóveis, ainda que se deva considerar possíveis deslocações das pedras (situação a que os vãos feitos em tijolo estão imunes; por ser difícil e nada aportar estilisticamente a sua deslocação, pode assumir-se que a sua localização corresponde ao local de construção original). No caso do bairro de Santiago, especificamente, a imutabilidade dos últimos séculos assegura com alguma exactidão a correspondência das cantarias actuais à sua localização de origem. Encontram-se dispersas pelo casario cantarias de arcos ogivais, com ou sem chanfro, associados ao século XV, vãos trabalhados de formas irrepetíveis genericamente designados como *Manuelinos*, portas e janelas adinteladas com jambas e lintel recurvos – geralmente setecentistas, mas com distribuição temporal vasta – e pontuais casos barrocos de frontões recurvos.

³⁰ BALESTEROS, Carmen; SANTOS, Carla Sofia; SANTOS, Carla Alexandra - “Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã ou Cristã-Nova nos Núcleos Urbanos Antigos de Estremoz e de Trancoso”. in JORGE, Vitor Oliveira Jorge (coord.) - *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. VIII: “*Terrenos*” da *Arqueologia da Península Ibérica* (Vila Real, set. 1999). Porto: ADECAP, 2000, p. 207.

Descendo pelo bairro do Espírito Santo aumentam exponencialmente o número de casos de lintéis barrocos, enquanto desaparecem os pórticos ogivais, circunscritos ao Castelo e Santiago. Outras marcas nas fachadas incluem placas ou ícones foreiros, e caracteres talhados nas ombreiras³¹.

Mas a transformação mais profunda da habitação da área de estudo passa por uma terceira linha evolutiva que consiste na aglutinação de lotes ou casas confinantes, para obtenção de parcelas maiores e aparecimento de tipos de casas abastadas ou mesmo nobres. Este processo pode ser observado na documentação a partir do exemplo da instalação de D. Sancho de Noronha, nomeado alcaide-mor entre 1436 e 1439. Promove a construção de uma excepcional moradia edificada a partir de propriedades doadas pelo rei em 1449: umas casas nas imediações das Portas de Santarém, localizadas entre duas cisternas e a rua dos Pobres, bem como parte da muralha onde se incluíam três cubelos da mesma³².

A aglutinação de lotes ou parcelas pode ocorrer apenas ao nível de um dos pisos, como sucede com a combinação de células térreas para grandes espaços de armazém. Mas de um modo geral aparece fortemente associada à ampliação em altura, com criação de pisos *nobres* de primeiro andar de área muito superior à das casas térreas independentes a que se sobrepõem, como ocorre na rua da Cadeia, nº2. Neste conjunto edificado que representa praticamente um quarteirão, as uniões e disjunções sucessivas de células são de tal ordem que é muito difícil reconstituir com segurança o desenho original. De qualquer modo, intui-se pelas marcas de vãos encerrados nas paredes, ou pela dimensão e aparato da cozinha, que um conjunto de pelo menos cinco compartimentos teria formado uma casa abastada³³.

Outro exemplo de aglutinação de várias casas que gera um tipo de casa nobre ou apalaçada pode ser encontrado no actual Museu Municipal, no Largo D. Dinis. Neste caso, a disposição das paredes portantes das casas térreas denota a sua anterior autonomia, embora os compartimentos tenham sido adaptados para formar uma casa apalaçada de pátio central. Sobre as preexistências térreas é construído um piso nobre nivelado, num processo de adição semelhante ao descrito na 2ª ampliação da rua da Calçada da Frandina, 11-13, do qual se conhece um alçado característico do início do séc. XVII³⁴, embora a sua génese possa ser anterior.

³¹ Rua do Arco, nº 4 – Oração em caracteres romano-góticos (séculos XIII-XIV). Outra oração pode ser encontrada em Borba, Rua de S. Francisco, nº9 no lintel de um portal barroco (século XVIII).

³² LIBERATO, Marco - “A presença nobiliárquica na Estremoz do século XV: tensões, confrontos e reorganização social”. in *La convivencia en las ciudades medievales - IV Encuentros Internacionales del Medievo*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2008, p. 191-205.

³³ Cf. ROSADO, Ana; COSTA, Miguel Reimão - “Casas dentro de casas – processo histórico de transformação da propriedade em tecidos consolidados”. in *Antologia de ensaios - Laboratório colaborativo: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes. VI Seminário de Investigação, Ensino e Difusão*. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2020, p. 2-23.

³⁴ ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora. VIII. Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*. Lisboa: Academia das Belas-Artes, 1975, p. 104.

Na casa corrente, é sobretudo com a progressiva transferência das funções domésticas familiares para o piso superior, libertando o espaço térreo para ofícios e comércio, que surgem alterações morfológicas. A instalação da cozinha no primeiro andar, quase sempre sobre a casa dianteira, leva à construção de estruturas *pesadas* como lareira e pia de despejos no piso superior com correspondente aparecimento do volume da chaminé na fachada a esta altura. Ao contrário do que acontece noutros pontos do país, a cozinha continuará, tendencialmente, situada nos compartimentos dianteiros durante a Idade Moderna, tanto no rés-do-chão como no primeiro andar. No bairro de Santiago continua a ser frequente encontrar esta distribuição funcional, com a entrada na casa a ser feita directamente para a cozinha, que, como espaço social da casa, acumula a função de sala de estar. Na restante área de estudo é visível a deslocação da cozinha, em época posterior, para os compartimentos a tardoz, com ou sem pátio traseiro. A alteração funcional prende-se não só com a nobilitação das divisões encostadas à fachada, transformadas em espaços sociais por excelência e sem vestígios de funções utilitárias, como com a necessidade de remoção do corpo da chaminé da fachada, para possível abertura de vãos de iluminação e ventilação. Ainda assim, foram identificados casos em que a posição da cozinha é alterada, mas o corpo da chaminé dianteira é mantido, e o interior da lareira aproveitado como espaço de arrumos. Não é raro encontrar, também, casos em que o corpo da chaminé se mantém e os vãos são abertos directamente neste plano.

No piso térreo, a instalação de actividades de comércio e produção como adegas e armazéns, exige simultaneamente a libertação do espaço de constrangimentos divisórios e o suporte de estruturas pesadas do piso superior. O arco portante é a solução para eliminação de paredes maciças, associado ao uso de abóbadas para criação de espaços amplos. A evolução em altura aparece assim associada à recuperação de técnicas construtivas de suporte de cargas estruturais superiores àquelas que são transmitidas por estruturas de piso e cobertura em madres e barrotes de madeira. A subida em altura fará do tijolo maciço de barro vermelho um importante protagonista pela sua aplicação em arcos estruturais, abóbadas e abobadilhas, que chegam à arquitectura doméstica em distintos formatos, e cujo uso se tornará frequente com o avançar do Antigo Regime. Assim, o recurso ao tijolo como material estrutural vem ampliar a gama dos elementos cerâmicos usados na construção, que inclui a telha, já corrente na Idade Média, e os pavimentos ladrilhados da casa urbana, usados desde os séculos XV-XVI³⁵. Nas zonas baixas da cidade, onde florescia o comércio, multiplicam-se adegas que, através do uso de abóbadas e arcos, podem chegar até 90 m² de área livre de paredes divisórias (Rua dos Banhos, nº 1). Nas divisões residenciais são mais frequentes as abobadilhas³⁶, soluções mais leves e, pela utilização de menor quantidade de material, mais baratas.

³⁵ CONDE, Sílvio - *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Braga: CITCEM, 2011, p. 131.

³⁶ Estrutura de cobertura arqueada em que o ladrilho é disposto ao baixo, i.e. com a face de maior dimensão na normal da curvatura da superfície, e a construção se se faz sem cimbres (suporte).



Fig. 5 - (esq. p/ dir.) Arco, arco chanfrado, abóbada de arestas em casa nobre, abóbada de arestas abatida em adega, intersecção de arcos em adega, abobadilha abatida em casa corrente, abobadilha de engras em casa abastada

A progressiva complexização do espaço doméstico leva também ao aparecimento de elementos arquitectónicos próprios da habitação erudita na casa corrente, como conversadeiras em mármore³⁷ nas janelas da frontaria, ao lado do corpo da chaminé, ou cimalkhas e frisos decorativos em chaminés e pilheiras (Fig. 6).

Entre os elementos arquitectónicos interiores mais notáveis contam-se as *prateiras* sobre o lanço de escada. São pequenos compartimentos sobre o plano inclinado do tecto da escada onde se dispõe uma sequência de patamares estreitos, nunca em número superior a cinco, para uso desse volume como arrumação de loiças, com um carácter simultaneamente exibitivo. São encontradas em casas abastadas, inspiradas pelas *prateiras* das casas nobres que efectivamente guardavam peças em prata. Também para aproveitamento do desnível, aparece pontualmente em casas populares uma estrutura leve em tabique ou ladrilho fino que cobre a escada e cria um espaço de arrumação acessível por uma janela lateral .

³⁷ Elemento frequente em casas de origem apontada para os séculos XV-XVI por ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal ...*, p. 197.

Todos os elementos interiores, das superfícies aos adornos, são preferencialmente revestidos a cal³⁸. Os únicos elementos que se podem ver sem veladura branca são aqueles feitos em mármore, e mesmo estes podem encontrar-se capeados. A única superfície doméstica que escapa à coloração alba é o chão, quase sempre de tijoleira, podendo ser pintado com almagre. A partir do século XX tornam-se frequentes os relatos do uso de cimento misturado com o pigmento de almagre para substituir pavimentos de ladrilho por superfícies mais uniformes, resistentes e fáceis de limpar.



Fig. 6 - Interiores. Marcas de alteração. Lareiras, pilheiras, conversadeiras. Tectos de madres e caibros com ladrilho

³⁸ A cal era usada tanto como ligante de alvenaria como protecção final da parede, devido às suas propriedades aglomerantes e anti-sépticas. Cria uma camada consolidadora do paramento e impede a entrada de águas exteriores. Simultaneamente, a mistura de cal apagada com água, para preparação do revestimento, causa uma reacção exotérmica e o calor libertado ajuda a evaporar água existente na parede onde a cal é aplicada. A cal está intimamente ligada à salubridade e higiene da casa, já que para além de anti-séptica, o branco facilita a detecção de sujidade e reflecte a radiação solar, contribuindo para ambientes mais frescos. Tem necessidade de manutenção periódica, pelo que eram comuns, até ao advento das tintas industriais, as caiadas de Primavera.

Como é perceptível nas **Figs. 5 e 6**, as dinâmicas de aglutinação de divisões são frequentemente revertidas com o fecho de portas e de arcos, tanto nos pisos térreos como superiores. A aglutinação e separação de células habitacionais é um tema fundamental de transformação estrutural da história da habitação corrente. A versatilidade deste sistema de composição celular, sobretudo funcional, confere uma flexibilidade ao tecido construído que o torna fácil de adaptar ao tecido social e, mais especificamente, às mudanças nas estruturas familiares.

Nos bairros de expansão não planeada – Espírito Santo e Currais – vão surgir diferentes tipos de casa associados a desenhos de parcelas *não medievais*. Parcelas curtas ou quadrangulares, em zonas em que o declive do terreno não permite desenhar parcelamento em profundidade, darão origem a casas também bicelulares. O constrangimento formal que pressupõe a redução da profundidade da parcela leva a que a escada deixe de estar encostada à empena lateral e passe para o interior da casa, em sentido paralelo à fachada. Frequentemente é necessária a divisão do lance em dois e utilização de patamares. Também no lote estreito e comprido se verificam mudanças de direcção na escada de tiro, que passa a localizar-se entre o primeiro e o segundo compartimentos.















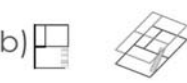


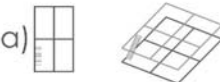

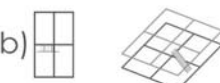














A tendência de compartimentação dos espaços habitacionais, mesmo nas moradias de organização interior lineares simples, intensifica-se com o final da idade moderna e cresce a especialização funcional dos espaços domésticos. No caso dos casarios de génese medieval, como os aqui apresentados, a impossibilidade de transformação total das divisões multifuncionais existentes – de acordo com os parâmetros de especialização funcional e privacidade da época – resulta na frequente introdução de espaços de distribuição e circulação, como corredores, através da integração de divisórias simples de tabique.

A crescente autonomia entre pisos acaba por resultar na sua separação física, especialmente em períodos de maior pressão demográfica, como será o final do séc. XIX, nos quais a moradia se poderá dividir em *propriedade horizontal*, passando o acesso ao lance de escadas a ser feito directamente a partir da rua. Neste caso, são rasgadas novas portas cuja posterioridade é denunciada pela sua menorização hierárquica na fachada.

4. Resultados

Os resultados apresentados neste artigo decorrem da análise dos dados obtidos tanto através de levantamentos no local como de informação recolhida em arquivo histórico. A análise resultou na definição de tipos habitacionais através da agrupação e classificação de casos por categoria de acordo com os parâmetros (1) forma do lote, (2) organização interna e (3) posição da escada, como mostra o quadro 1. O primeiro critério, a forma do lote, divide os casos em três grandes categorias: a A corresponde ao lote estreito e comprido, a B ao lote curto mas largo e a C ao lote próximo ao quadrado. A categoria A recebe um número desproporcionadamente maior de casos, e variações de tipos, que as restantes, explicado pela utilização sistemática do lote estreito e comprido em tecidos urbanos de génese medieval, como é o caso dos bairros do Castelo e Santiago, e por isso, o lote mais frequente no centro histórico estremocense.

Dentro de cada uma das três categorias, os casos agrupam-se de acordo com a organização espacial interna, isto é, o desenho da planta e a posição das paredes. Na categoria A, a distribuição espacial pode ser (1) linear, com os compartimentos alinhados em profundidade; (2) frente-tardoz, quando a profundidade do lote está constrangida e a célula tardoz se divide em dois compartimentos; (3) linear com corredor, um tipo mais complexo onde a circulação é independente dos compartimentos habitacionais alinhados em profundidade, e não implica o atravessamento destes; e (4) aglutinado, quando duas ou mais casas em lotes estreitos se unem, mantendo, ainda assim, uma proporção de planta rectangular com frente mais curta que o comprimento. No grupo B, os constrangimentos de lotes em expansão para tardoz significam tipos substancialmente menores. Dividem-se em (1) casas de uma só divisão; (2) casas de duas divisões, disposto lado a lado, paralelamente à rua; e (3) casas de duas divisões pouco profundas, dispostas em profundidade, perpendicularmente à rua.

Parcela	Layout	Posição da escada	Exemplo
A. 	1. 	a) 	
		b) 	
		c) 	
	2. 		
	3. 	a) 	
		b) 	
	4. 	a) 	
		b) 	
B. 	1. 		
	2. 		
	3. 		
C. 	1. 		

Quadro 1 - Quadro de distribuição tipológica - Estremoz

Cada tipo é identificado pela combinação de números e letras das categorias onde está inserido. Para lotes aproximadamente quadrados (C) apenas se encontraram exemplos com quatro divisões e escadas ao centro. Assim, todos os casos da categoria C pertencem ao tipo C1. Foram identificados, para Estremoz, 8 tipos, alguns com pequenas variações na posição da escada ou na sua forma. Estas variações ao tipo são identificadas por uma segunda letra minúscula. Por exemplo, o tipo genérico de casa bi-celular é identificado como A1. Quando evolui para uma casa de dois pisos com escada de tiro lateral, passa a ser designado por A1a.

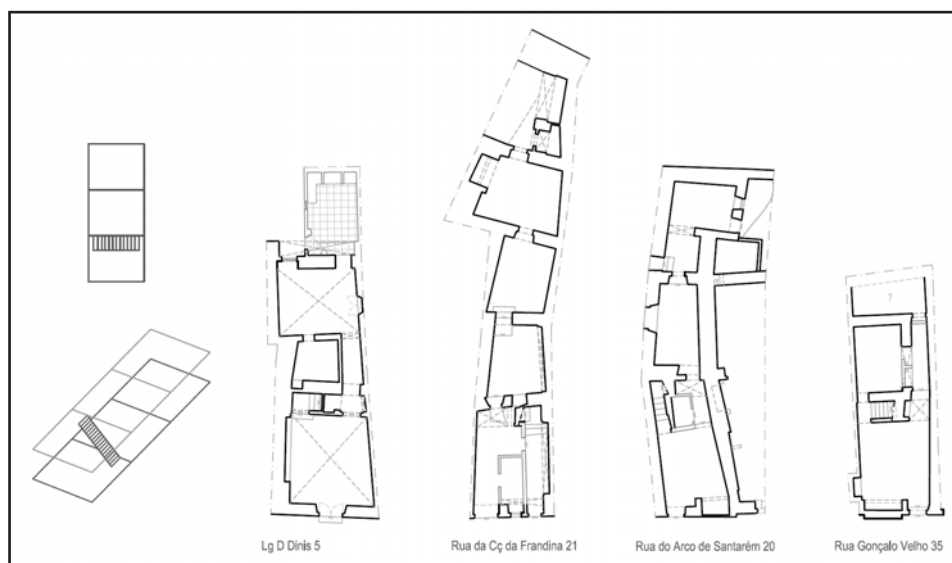


Fig. 7 – Casa linear com escada transversal. Tipo A1c.

A caracterização tipológica é válida para esta área e está condicionada pelos resultados da amostra obtida. Considera-se que a amostra é estatística e distributivamente significativa para a área estudada. Não é impossível que, com um maior número de casos de estudo, outros tipos aparecessem. No entanto, crê-se que estes seriam casos excepcionais e que os principais e mais comuns tipos foram identificados e descritos neste estudo já que se encontra correspondência destes tipos com outros identificados para a região do Alentejo por outros autores.

Conclusão

Ainda é possível encontrar a casa medieval estremocense? Na introdução foram referidas algumas das causas mais dramáticas e imediatas para o desaparecimento do património construído: uma explosão, para o caso estremocense, cujo paralelo noutros contextos pode remeter para terremotos, guerras, as transformações constantes do Homem no seu *habitat*... Todos agentes activos na perda patrimonial, mas os efeitos de nenhum deles se comparam à acção passiva do tempo e da inércia.

É imperioso referir aquela que constitui hoje a principal ameaça à preservação do património construído nos povoamentos de pequena e média escala do interior do País: o abandono. As mudanças ocorridas durante o século XX nos sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais, associados às principais actividades económicas do Alentejo, passaram factura na empregabilidade da região e no consequente e expressivo êxodo rural que não pôde ser invertido até aos dias de hoje. O despovoamento teve consequências graves para os centros históricos que, tal como explanado para o caso estremocense, já se encontravam em processo de declínio antes de meados do passado século. Há tempo que os residentes vinham trocando os centros históricos – frequentemente amuralhados e de difícil acesso – por bairros de desenho contemporâneo e com facilidade no acesso automóvel. Esta deslocação traduziu-se numa condição de periferia para o núcleo antigo, que passou a ser excêntrico às relações administrativas e sociais das urbes. Nos agora periféricos *centros históricos*, a população restringiu-se frequentemente às camadas mais pobres e está cada vez mais envelhecida.

Ainda assim, pode argumentar-se que a condição periférica dos centros históricos alentejanos pode ser tanto um factor de ameaça como uma oportunidade. Sendo verdade que o abandono tem constituído, nos últimos anos, a principal causa da degradação física das estruturas construídas, também é verdade que significou a continuidade das soluções morfológicas e construtivas, permitindo que as acções de conservação a realizar se façam de acordo com os mais estritos valores de autenticidade. Sem actualização das casas, os centros históricos *congelaram* numa imutabilidade que permitiu a manutenção de características formais e materiais do edificado, algumas hoje consideradas obsoletas para as necessidades contemporâneas de habitação. As obras limitam-se a reparações e trabalhos de conservação pontual, sem alterações funcionais. Se algum aspecto positivo pode ser retirado da marginalização do centro histórico, este reside nessa imutabilidade que traz consigo a oportunidade de registar, estudar e aprender deste entorno histórico habitacional urbano e desenhar estratégias de conservação e preservação que não distorçam a autenticidade da realidade tradicional com interpretações pseudo-históricas. Dentro do contexto social desfavorável dos dias de hoje, o património material pode ser um recurso para o futuro, e um agente nas estratégias de preservação de comunidade e

até atracção de novos habitantes.

A situação descrita tem no bairro de Santiago e, em menor escala, no Castelo, exemplos extraordinários de conjuntos de valor urbanístico e arquitectónico com um elevado grau de preservação, que não é frequente encontrar na região do Alentejo. Este cenário abre múltiplas oportunidades de estudo e reflexão patrimonial, sobretudo no que concerne à casa medieval e moderna, objecto procurado na documentação histórica e poucas vezes encontrado na sua forma construída. Estremoz proporciona não só um edificado que se presta a esse estudo e reconstituição, como – e voltando ao momento charneira que foi a explosão de 1698 – parcelas vazias e intocadas dentro da Cidadela disponíveis para campanhas arqueológicas que seguramente ajudariam a trazer luz sobre a habitação quinhentista e seiscentista.

As cidades de Castelo Branco e Covilhã: a construção do caminho de ferro da Beira Baixa: aproximações e divergências (1850-1891)

Nuno Pousinho¹

Resumo

A construção da linha de caminho de ferro da Beira Baixa no século XIX foi alvo de um intenso debate técnico e político. Os primeiros projetos surgiram na década de 1850, porém, os estudos, projetos e construção arrastaram-se no tempo até à inauguração da linha em 1891. Neste período, os grandes influentes das cidades de Castelo Branco e Covilhã envolveram-se em polémicas sobre o traçado da linha, intervindo nas duas casas do Parlamento e na imprensa. Castelo Branco e Covilhã diferenciavam-se em dois aspetos importantes: no campo económico e na preponderância política. Em relação ao primeiro, a cidade serrana era um dos principais núcleos industriais do país, nomeadamente no campo dos lanifícios, sendo mesmo conhecida como a Manchester portuguesa. Já Castelo Branco tinha a sua atividade económica baseada na agricultura e pastorícia, com a existência de grandes propriedades. No campo político Castelo Branco superiorizava-se em relação à Covilhã, era um centro político-administrativo importante, capital de distrito, e daqui eram oriundos os grandes vultos políticos que representavam a região, destacando-se Manuel Vaz Preto. Castelo Branco e Covilhã tentaram articular posições para que o caminho de ferro se concretizasse, o que levou a momentos de aproximação e outros de divergência política.

Palavras-chave

Caminho de ferro. Castelo Branco. Covilhã. Notáveis regionais. Manuel Vaz Preto.

¹ Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH

The cities of Castelo Branco and Covilhã: the construction of the Beira Baixa railway: approximations and divergences (1850-1891)

Abstract

The construction of the Beira Baixa railway in the XIX century was the subject of intense technical and political debate. The first projects appeared in the 1850s, however, studies, projects and construction dragged on in time until the opening of the line in 1891. During this period, the great political notables of the cities of Castelo Branco and Covilhã became involved in polemics about the line, intervening in the two houses of Parliament and in the press. Castelo Branco and Covilhã differed in two important aspects: in the economic field and in the political preponderance. In relation to the first, Covilhã was one of the main industrial centers in the country, namely in wool industry, being even known as the Portuguese Manchester. Castelo Branco had its economic activity based on agriculture and cattle breeding, with the existence of great owners. In the political field Castelo Branco was superior in relation to Covilhã, it was an important political and administrative center, district capital, and from here came the great political figures that represented the region, especially Manuel Vaz Preto. Castelo Branco and Covilhã tried to articulate positions for the railroad construction, which led to moments of approximation and others of political divergence.

Keywords

Railroad. Castelo Branco. Covilhã. Regional elites. Manuel Vaz Preto.

Introdução

A linha de caminho de ferro da Beira Baixa só foi concluída na última década do século XIX. Porém, os primeiros estudos surgiram ainda nos anos de 1850. Era um projeto há muito desejado pelos grandes proprietários de Castelo Branco e pelos industriais da Covilhã. A concretização da sua construção não foi pacífica. O traçado da linha, fortemente ligado aos interesses económicos dos grandes notáveis das duas cidades, e as questões de afirmação política por parte desta mesma elite regional estiveram na base das várias polémicas criadas.

Estamos perante dois núcleos urbanos de pequena dimensão, mas com alguma relevância no Portugal oitocentista. Eram duas cidades fronteiriças com um crescimento lento ao longo dos tempos e como tal necessitadas de estímulos ao crescimento, pelo que o investimento nos meios de transporte foi visto como uma grande oportunidade.

Castelo Branco e Covilhã diferenciavam-se em dois aspetos importantes: no campo económico e na preponderância política. Em relação ao primeiro, a cidade serrana era um dos principais núcleos industriais do país. Destacavam-se os lanifícios, nomeadamente as fábricas dos grandes industriais Campos Melo e Cândido Calheiros, conde do Refúgio e futuro conde da Covilhã. Castelo Branco tinha a sua atividade económica baseada na agricultura e pastorícia, com a existência de grandes propriedades. No campo político Castelo Branco superiorizava-se em relação à Covilhã. Era um centro político-administrativo importante, capital de distrito, como já tinha sido sede de comarca e de bispado nos séculos anteriores. Daqui eram oriundos os grandes vultos políticos que representavam a região, os grandes proprietários e caciques oitocentistas: Manuel Vaz Preto e Francisco Tavares de Almeida Proença, destacando-se o primeiro.

Apesar das diferenças, Castelo Branco e Covilhã articularam posições para que o caminho de ferro se concretizasse. Se para os industriais serranos ele significava maior capacidade de escoamento para os produtos das suas fábricas, para os proprietários agrícolas albicastrenses eram os seus produtos agrícolas que se podiam vender noutras paragens. Para além do mais, a sua construção teria um enorme significado político, pois seria a consagração dos grandes influentes locais junto das comunidades que representavam.

Este artigo pretende mostrar como as duas cidades se envolveram na construção da linha da Beira Baixa. Nas décadas de 1860 e 1870 as elites políticas articularam as suas posições. Porém, no final dos anos de 1870 e na década seguinte, os principais vultos políticos divergiram, levando mesmo à rutura política entre as duas comunidades. Neste trabalho, será feita em primeiro lugar uma integração das duas cidades no contexto do Portugal urbano oitocentista. Será necessário também analisar a estrutura da rede de comunicações beirã em meados do século XIX para melhor percebermos a importância da construção da linha férrea. Após esta análise, serão destacados os interesses regionais, o debate levado a cabo sobre o desenvolvimento dos transportes nos anos de 1860 e 1870 e a relação política entre as elites albicastrenses e serranas. Esta ligação alternou entre a aliança política, nos anos de 1870, e a rutura de posições, na década seguinte. Finalmente, será examinado o impacto económico da construção da linha da Beira Baixa.

Por fim, uma nota sobre as opções metodológicas e as fontes usadas para este artigo. Não é objeto deste estudo analisar os transportes em Portugal, sobre isso existe já uma ampla quantidade de investigações, em quantidade e qualidade, pelo que estes foram apenas usados como suporte para alguma fundamentação. Também não foi uma prioridade avaliar a intervenção das companhias férreas nem as condições financeiras existentes para a execução do projeto da linha da Beira Baixa. O principal objetivo passou por estudar o comportamento das elites regionais sobre a construção do caminho de ferro, integrando-o nas contendas da política regional, tendo como pano de fundo o contexto político nacional. Como fonte primordial foi usada a imprensa local e os discursos parlamentares do principal ator político regional, com dimensão nacional: Manuel Vaz Preto Geraldes². Partindo destes princípios, vincamos as diferenças entre os dois aglomerados urbanos, realçando as aproximações e divergências entre a elite regional, procurando trazer novos contributos para o estudo desta temática e abrir novas linhas de investigação, mais especificamente sobre o envolvimento das elites regionais na construção do Estado liberal oitocentista. Este foi o foco.

1. Castelo Branco e Covilhã no contexto do Portugal urbano de oitocentos

Castelo Branco é uma das principais cidades do interior português e sempre teve um papel importante na defesa da fronteira e na estrutura político-administrativa. A urbe esteve ligada aos Templários durante a Reconquista. Com a extinção desta ordem, D. Dinis doou todos os bens à nova ordem de Cristo, em 1319. D. José elevou a vila a cidade, em 1771, por alvará de 20 de março e carta régia de 15 de abril. O motivo próximo para tal distinção resultou da necessidade de dar dignidade à sede da futura diocese, requerida ao Papa Clemente XIV e por este estabelecida por breve apostólico de 17 de junho daquele ano³. A elevação a cidade também não foi alheia à importância de Castelo Branco na estrutura administrativa do Antigo Regime. A comarca e a provedoria tinham sede em Castelo Branco e o concelho possuía juiz de fora residente.

Com a Revolução Liberal Castelo Branco viu reforçada a sua posição político-administrativa, sendo a cidade capital de um dos novos distritos administrativos.

² Refira-se, ainda, que a bibliografia passiva deste texto, por uma questão de espaço e de opção, não é apresentada.

³ SILVA, J. A. Porfirio - *Memorial Chronologico e Descriptivo da Cidade de Castelo Branco*. 1ª edição. Lisboa: Typografia Universal, 1853, p. 12. A diocese de Castelo Branco veio a ser suprimida pela bula *Gravissimus Christi*, de 30 de setembro de 1881.

Em termos económicos a principal atividade era a agricultura. A indústria era bastante incipiente e não representava uma atividade dinâmica. Como se pode comprovar no quadro n.º 1, no final do século XIX mais de 60% da população ativa dedicava-se ao setor primário.

Quadro n.º1 - População do concelho de Castelo Branco ligada à agricultura (1890 e 1900)				
	1890	%	1900	%
Habitantes	28 926		37 643	
População ligada à atividade agrícola	19102	66%	23664	63%
Fontes: Censos de População, INE, http://censos.ine.pt/				

Quanto à Covilhã foi elevada a vila notável por D. Sebastião e teve uma assinalável evolução da sua malha habitável no período filipino. Os impulsos manufatureiros dos séculos XVII e XVIII deram-lhe alguma dinâmica económica que se manteve no século XIX. De facto, tendo como base o inquérito industrial de 1862-63, elaborado por Fradesso da Silveira, as fábricas de lanifícios existentes na cidade e no concelho eram as mais importantes do distrito de Castelo Branco. Para além de uma pequena e média indústria, existiam oito fábricas completas, onde se executavam todas as fases da produção, quatro das quais empregavam mais de 100 operários. Segundo Fradesso da Silveira, o crescimento da indústria na Covilhã deveu-se à legislação protecionista, publicada em 1837. O lento crescimento verificado foi devido à falta de vias de comunicação para a capital e para as províncias do Norte, onde se encontravam os principais mercados do que ali se produzia. A sua dinâmica económica não foi alheia à sua elevação a cidade em 20 de outubro de 1870⁴.

Relativamente à ocupação humana a cidade de Castelo Branco, no início do século XIX, contabilizava 5161 habitantes em 1801. Estava incluída nos 25 centros do continente acima deste patamar. A norte do Tejo, as localidades com mais de 5000 habitantes estavam situadas no litoral, enquanto no interior existiam apenas dois centros acima daquele número, precisamente, Castelo Branco e Covilhã⁵.

A cidade de Castelo Branco teve um crescimento lento, acentuando-se mais a partir de meados do século XIX, pelo que não há um grande dinamismo urbano. Apesar de ser um centro urbano modesto, era uma cidade importante no interior

⁴ SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira - *As Fábricas de Portugal, Indagações Relativas aos Tecidos de Lã e Resultados da Inquirição Feita por Ordem do Conselho Geral da Alfândegas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, pp. 112-115 e 120-123.

⁵ SILVA, Álvaro Ferreira da - "A Evolução da Rede Urbana Portuguesa (1801-1940)". *Análise Social* 143-144 (1997), p. 793.

e só a Covilhã a ultrapassava com perto de 11 000 habitantes em 1878, graças às indústrias de lanifícios. Como se pode comprovar pelo quadro n.º 2, a Covilhã era um núcleo populacional com mais de 17 000 habitantes em 1890. Já Castelo Branco não chegava aos 7000.

Quadro n.º 2 - População das cidades de Castelo Branco e Covilhã em 1878 e 1890		
	1878	1890
Castelo Branco	6 928	6 728
Covilhã	10 809	17 562
Fontes: Censos de População, INE, http://censos.ine.pt/		

O facto de estarmos perante cidades modestas, mas importantes no interior, demonstra que Portugal possuía uma estrutura urbana distorcida que decorre da inexistência de cidades médias. A dimensão demográfica de Lisboa e do Porto distinguia estas duas cidades dos restantes centros populacionais⁶.

No distrito de Castelo Branco, podemos afirmar que o povoamento estava concentrado nas cidades, em aldeias e vilas de pequena e média dimensão, distantes umas das outras. Como referiu Maria Luís da Rocha Pinto “fica-nos a noção clara de que fora dos pequenos aglomerados a nossa zona constituiria um verdadeiro deserto humano”⁷. Perante este cenário, o desenvolvimento económico não seria possível sem meios de comunicação que permitissem o alargamento dos mercados e a circulação de pessoas e bens.

2. Análise dos meios da comunicação na Beira Baixa em meados do século XIX

A aposta no fomento dos transportes na Beira Baixa foi sempre um dos argumentos apresentados para promover o desenvolvimento desta região muito desprovida de meios de mobilidade rápidos e eficientes. No Portugal de oitocentos esta realidade era bem conhecida. Em 1816 João de Macedo Pereira da Guerra Forjaz ao referir-se às estradas escrevia: “na Beira baixa, são elas tão ruins, que nem ainda a cavalo se podem transitar”⁸. A principal via terrestre era a estrada real entre Castelo Branco

⁶ JUSTINO, David - *A Formação do Espaço Económico Nacional- Portugal 1810-1913*, Vol I. Lisboa: Vega, 1988, pp. 363-370.

⁷ PINTO, Maria Luís da Rocha - *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos Séculos XVIII-XIX, na Região de Castelo Branco*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento, 1993, p.139.

⁸ FORJAZ, João de Macedo Pereira da Guerra - “Extracto de uma Memória Sobre o Estado da Agricultura da Comarca de Castellobranco”. in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo IV. Parte II. Lisboa, 1816, p. 16.

e Abrantes. Aqui, o Tejo era a via mais usada para o escoamento de produtos⁹. As mercadorias eram transportadas em bestas de carga ou mesmo em carros, tendo de ultrapassar ribeiras caudalosas e os caminhos eram intransitáveis. A solução para estes problemas estava na construção de novas pontes, na reparação das estradas, principalmente a da cidade até Vila Velha de Ródão e na melhoria da navegação do Tejo desta localidade até Abrantes, a qual no verão não se efetuava e no inverno era demasiado perigosa¹⁰.

O desenvolvimento dos transportes em Portugal é tardio. Só em finais da década de 1830 é que se esboçaram os fundamentos de uma política de estradas, mas o Estado não tinha capacidade financeira para realizar o projeto. Efetuaram-se apenas trabalhos preparatórios que permitiram na segunda metade do século desenvolver as estradas, reunidas que estavam as condições políticas e financeiras.

A construção de novas estradas privilegiou, no início, a zona litoral, devido à maior circulação de pessoas e bens. Posteriormente esse desequilíbrio esbateu-se, mas o esforço continuou mais concentrado no litoral. O atraso na construção de estradas no interior do país deveu-se essencialmente à menor concentração populacional, com o conseqüente menor grau de urbanização e de desenvolvimento comercial. Outro obstáculo eram as dificuldades do terreno. As barreiras montanhosas obrigavam à construção de muitas pontes, aumentando os custos¹¹. Apesar de tudo, houve várias ligações que se expandiram na segunda metade do século XIX. Há a destacar a estrada de Abrantes para Castelo Branco, uma via fundamental para dinamizar as relações com a parte atlântica do continente. A estrada para a Covilhã, o maior centro industrial da Beira Baixa, bem como a estrada para Penamacor e a estrada para Vila Velha de Ródão. Esta última era vista como fundamental, já que esteve sempre associada à possibilidade do desenvolvimento do transporte fluvial até Abrantes e daqui até Lisboa. Ainda assim, o distrito de Castelo Branco não tinha nenhuma estrada que o ligasse à capital nem a qualquer outro distrito.

Para além das estradas nacionais, temos ainda de ter em conta as estradas municipais. Estas estradas desempenhavam um papel importantíssimo ao estabelecer contactos com várias povoações, fundamentais para dinamizar a pequena economia local. No distrito de Castelo Branco existiam uma série de caminhos vicinais que serviam as zonas rurais. Faziam a ligação com os concelhos mais importantes para a economia regional, como são os casos de Castelo Branco,

⁹ ALEGRIA, Maria Fernanda - *Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego. Memórias do Centro de Estudos Geográficos* 12. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990.

¹⁰ Lisboa, Arquivo Histórico Parlamentar (doravante designado por AHP), *Inquérito industrial de 1839*. Secção 6, Caixa 2.

¹¹ JUSTINO, David - *A Formação do Espaço Económico Nacional ...* Vol. II. 1988-89, pp.191-194.

do Fundão e Covilhã. Os anos 60 e 70 da centúria de oitocentos marcaram o período de maior crescimento das estradas municipais¹².

A aposta nos transportes era essencial para o desenvolvimento económico do país e a Beira Baixa era mais uma peça no grande xadrez do todo continental. Por isso, quando se iniciou o debate sobre a construção do caminho de ferro em Portugal, a linha da Beira Baixa foi logo colocada como uma das primeiras possibilidades. No entanto, apesar dos projetos e debates que se iniciaram nos anos 50 do século XIX, a sua construção foi demorada e sujeita a enormes vicissitudes. A luta política foi intensa e dividiu a elite regional, principalmente os grandes latifundiários albicastrenses e os industriais serranos.

3. Os interesses regionais e o debate sobre o desenvolvimento dos transportes nos anos de 1860 e 1870

O caminho de ferro foi o transporte que mais debate promoveu no Portugal de oitocentos e que se revelou importante para o desenvolvimento do mercado interno. Após muitas discussões, algumas delas acaloradas e polémicas¹³, e muitos projetos, o primeiro troço de caminho de ferro foi inaugurado em 1856, entre Lisboa e o Carregado. Seguiram-se a construção de várias linhas, dando-se prioridade à ligação com Espanha, construindo-se rapidamente as linhas entre a capital, Évora e Beja, em 1863 e 1864. Seguiu-se a linha do Norte. Lisboa surgiu como a ponte nevrálgica de todas as novas linhas. Daqui estabeleceu-se uma rede que tinha como objetivos facilitar o abastecimento da capital e aceder a novos mercados. Entre 1871 e 1890 lançaram-se novos troços, destacando-se os do Minho, Douro, Beira Alta e o prolongamento para sul até Faro.

Como facilmente se percebe, partes significativas do território nacional ficaram de fora, casos de Trás-os-Montes e da Beira Baixa, que foram precisamente os últimos a beneficiar do novo meio de transporte. Uma das causas de terem sido relegados para segundo plano foi o de se ter questionado a rentabilidade das novas vias, o volume de mercadorias a transportar ser diminuto face a outras regiões do país e, ao mesmo tempo, o nível de vida das populações não ser suficiente para impulsionar uma procura razoável de produtos não oriundos da região¹⁴.

¹² MARTINS, Manuel Alfredo Morais - *Castelo Branco 1830-1930 Um século na Vida da Cidade*, Castelo Branco. Castelo Branco: Câmara Municipal, 2004, pp. 391 e 396.

¹³ MÓNICA, Maria Filomena (org) - *A Europa e Nós: Uma Polémica de 1853. A. Herculano contra Lopes de Mendonça: Antologia*. Lisboa: Quetzal, 1996.

¹⁴ JUSTINO, David - *A Formação do Espaço Económico Nacional ...* Vol. I, 1988, pp. 177-180.

De qualquer forma, a possibilidade do novo transporte animou os beirões que pretendiam a extensão das linhas de caminho de ferro até estas paragens. Logo nos primeiros projetos apresentados o caminho de ferro da Beira Baixa surgia como linha internacional e era uma das prioritárias para ligar Lisboa à fronteira. A ligação a Espanha era fundamental, mas a escolha do ponto fronteiriço revelou-se complexa. Acabou por recair em Badajoz. Apesar desta opção, colocou-se a hipótese de uma linha que atravessasse a Beira pelo vale do Tejo ou pelo norte da província. No entanto, as previsíveis dificuldades de construção, a menor extensão da linha de Elvas, a sua ligação a Madrid e a falta de vontade técnica e política do governo de Espanha impediram o projeto¹⁵. De todas as propostas dos anos de 1850 a de Belchior Garcês foi a mais consistente, a linha da Beira surgia como uma verdadeira linha internacional ligando Lisboa a Espanha, no entanto, o traçado privilegiava a Beira Alta.

Entretanto, em Espanha após a consolidação da ligação de Lisboa a Badajoz, o governo, face aos protestos das províncias de Toledo e Cáceres, deu o aval para que se concretizasse uma via férrea que atravessasse aqueles territórios em direção à fronteira portuguesa. Em 1864 foi criada a Comissão dos Caminhos de Ferro Internacionais que tinha como objetivo estudar as linhas de elevada importância que deviam atravessar a fronteira luso-espanhola. Os dois governos constituíram equipas de engenheiros incumbidos de estudar as várias possibilidades. As hipóteses mais consistentes passavam por uma linha que entroncasse na de leste, ao norte ou ao sul do Tejo e que seguisse para Madrid por Plasencia ou Cáceres¹⁶. Foi nesta conjuntura que surgiu pela primeira vez a referência a Monfortinho como o ponto final da chamada linha do vale do Tejo. Apesar das vontades manifestadas pelos dois governos o projeto não chegou a avançar sendo sucessivamente adiado.

Em 1865 foi apresentada uma nova proposta pelo Conselho Geral das Obras Públicas. Propunha o traçado Abrantes-Castelo Branco-Coria-Malpartida de Plasencia como a direção mais curta para Madrid e França, no caso de se abrir o troço entre Salamanca e Mérida. Era um traçado exequível e traria grande impacto económico para a região, pois ligava com outras linhas, como a de Trás-os-Montes, e facilitava a ligação dos caminhos-de-ferro do Sul com a rede do Norte¹⁷.

Estas propostas animaram as gentes das beiras, tanto na imprensa local como no parlamento, onde os representantes da Beira Baixa davam corpo à longa

¹⁵ PEREIRA, Hugo Silveira - "Caminhos-de-ferro da Beira (1854-1893). *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 11 (2011), p. 275.

¹⁶ CHASQUEIRA, Luís - *Subsídio para a História do Caminho de Ferro da Beira Baixa*. Lisboa, 1991, p. 3.

¹⁷ PEREIRA, Hugo Silveira - "Caminhos-de-ferro e instituições. Ministério das obras públicas, Parlamento e Associação dos Engenheiros Cívicos (1852-1892). Comunicação apresentada ao XXXI Encontro da APHES. Coimbra, 2011, p. 55.

batalha pela construção da linha da Beira Baixa, com especial relevo para o par do Reino Manuel Vaz Preto. O jornal editado em Alpedrinha, Estrela da Beira, anunciava em 27 de dezembro de 1865 que uma comissão de engenheiros espanhóis e portugueses aconselhava uma linha pela Beira Baixa. Acrescentava ainda que o relatório defendia que a diretriz por Idanha-a-Nova era mais curta em 300 Km que as outras projetadas¹⁸. Manuel Vaz Preto defendeu na câmara alta a linha da Beira Baixa como um instrumento que podia promover o desenvolvimento da região e que ela devia seguir por Castelo Branco e pelas planícies de Idanha-a-Nova. Desta forma, seria possível encontrar novos mercados para os produtos de excelência da Beira Baixa, o vinho, azeite e cortiça¹⁹.

Apesar dos estudos e dos projetos as dificuldades financeiras levaram a que o governo construísse as linhas do Minho e do Douro, mais económicas. As grandes linhas, numa época de enorme contenção financeira, tinham de ser construídas por companhias privadas.

Na década de 70 reuniram-se as condições políticas e financeiras para retomar o projeto da linha da Beira Baixa. No campo político 55 deputados eleitos pelas duas Beiras apresentaram, em 14 de março de 1873, uma proposta para duas linhas pela Beira Alta e Beira Baixa, sendo esta a verdadeira linha internacional que agradava a Espanha e tinha a vantagem de servir a Covilhã²⁰. O governo, por seu lado, encarregou o engenheiro Sousa Brandão de elaborar um estudo, apresentado em 7 de março de 1874. Defendia Brandão uma linha que partisse de Abrantes até às Portas do Ródão, daqui até à ponte do rio Pônsul e finalmente a ligação à fronteira por Monfortinho. No entanto, este projeto deixava de fora a cidade da Covilhã. Para colmatar a falha, o mesmo Sousa Brandão estudou a possibilidade da construção de um ramal, em via reduzida, que ligasse a cidade serrana à linha da Beira Baixa.

Na realidade, a linha da Beira Baixa acabou por ser preterida a favor da Beira Alta o que motivou acesos debates políticos. Segundo Hugo Pereira a prioridade dada à Beira Alta deveu-se: aos obstáculos levantados por Espanha à ligação pelo vale do Tejo e pelo facto da linha da Beira Alta ter um traçado mais longo. Este último aspeto era politicamente relevante por agradar a um número maior de círculos eleitorais, para além de moderar a oposição reformista radicada em Viseu. Esta decisão também ia ao encontro dos interesses da Companhia da Rede de Caminhos de Ferro que estava em crise e esforçava-se para terminar a ponte de Maria Pia, não tendo então capacidade para fazer uma linha internacional²¹.

¹⁸ Jornal *Estrela da Beira*, nº 112 (27 dez 1865).

¹⁹ Diário da Câmara dos Pares (doravante designado DCP), sessão de 23 de dezembro de 1865.

²⁰ Diário da Câmara dos Deputados (doravante designado DCD), sessão de 14 de março de 1873.

²¹ PEREIRA, Hugo Silveira - "Caminhos-de-ferro e instituições. Ministério das obras públicas... pp. 13-14.

Entretanto, o governo espanhol reconhecia a necessidade de definir os entroncamentos na fronteira portuguesa e criou uma comissão, em 18 de setembro de 1875, que integrava engenheiros dos dois países com o objetivo de fixar os locais. Daqui saíram cinco ligações possíveis, das quais três a oeste de Espanha, seguindo de Madrid por Talavera, Malpartida, Plasencia e Coria até à fronteira portuguesa onde entrava junto a Monfortinho. Era a linha do Tejo e pela proposta da comissão mista era a mais importante que deveria atravessar a fronteira hispano-portuguesa²². A linha internacional pela Beira Baixa estava de novo em cima da mesa. Finalmente, em janeiro de 1876 Sousa Brandão apresentou o traçado definitivo, fixando o seu percurso pela linha esquerda do Tejo. Partia de Abrantes até Vila Velha de Ródão, subia até próximo de Castelo Branco onde infletia para leste e passava a fronteira junto a Monfortinho. Mas, em julho de 1876 o governo espanhol concedeu um caminho de ferro que partindo das minas de fosfato perto de Cáceres terminasse na fronteira portuguesa em local a definir. Perante este facto, o executivo português ordenou um estudo de reconhecimento do terreno entre Vila Velha de Ródão e Valência de Alcântara para identificar o melhor traçado da linha. O objetivo do governo era escolher entre dois traçados: Beira Baixa; ramal de Cáceres ou mesmo adotar os dois. Sousa Brandão discordava da opção por Valência de Alcântara já que, a concretizar-se, concentravam-se no Alto Alentejo duas linhas muito próximas, numa zona despovoada e inculta. Era favorável à linha da Beira Baixa por ele apresentada anteriormente e, para além do ramal para norte que ligaria à Covilhã, propunha outro para sul que ligasse a Valência de Alcântara para se dirigir a Cáceres²³.

Contudo, enquanto esta discussão decorria, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses obteve a concessão do ramal de Cáceres em abril de 1877²⁴. Com esta autorização abandonou-se definitivamente a ideia de alcançar a fronteira espanhola pela Beira Baixa em favor do ramal de Cáceres. A grande hipótese da linha Beira Baixa ser uma linha internacional esfumou-se de vez.

Em todo o processo de estudo e construção da linha da Beira Baixa a luta política ganhou uma dimensão assinalável, envolvendo-se nela os mais importantes líderes regionais que, naturalmente, tinham interesses a defender. Entre eles destacou-se Manuel Vaz Preto Galdes, grande cacique do distrito de Castelo Branco e considerado um dos vultos beirões que mais lutou pela construção do

²² CHASQUEIRA, Luís - *Subsídio para a História do Caminho de Ferro...*, p. 3.

²³ PEREIRA, Hugo Silveira - "Caminhos-de-ferro e instituições...", p. 12.

²⁴ PEREIRA, Hugo Silveira - "Caminhos-de-ferro e instituições ...", p. 12.

caminho de ferro da Beira Baixa, tornando-se mesmo num dos seus cavalos de batalha²⁵.

Manuel Vaz, na sua condição de deputado eleito por Idanha-a-Nova, em 1862, solicitava a construção de estradas, fundamentais para o desenvolvimento económico: “as estradas não servem só para ligar dois pontos pelo meio mais curto, mas sim para ligar todos os focos de população, de maneira que dê desenvolvimento ao comércio, à indústria e agricultura, aumentando por esta forma a produção”²⁶. Já como par do Reino, em 23 de dezembro de 1865, regozijava-se com a possibilidade de uma linha internacional pela Beira Baixa e com os benefícios que ela poderia trazer. Em junho de 1867, assinalou um dos principais motivos do atraso da Beira Baixa: a falta de transportes. Segundo ele a Beira tinha imensos produtos que podia colocar no mercado interno. Contudo, desde a construção das linhas férreas do Alentejo perdeu o seu comércio para esta província que colocava a sua produção mais rapidamente e com custos inferiores. Inclusive a Espanha colocava produtos mais depressa em Lisboa do que o distrito de Castelo Branco²⁷.

Estas declarações estavam diretamente relacionadas com a sua atividade de grande agricultor, necessitado de escoar os seus cultivos nas melhores condições, especialmente azeite, do qual era um afamado produtor²⁸.

Após os anos do reformismo, período em que todos os grandes investimentos foram cancelados, Manuel Vaz Preto, aliado dos regeneradores, esperou que a palavra e as intenções de Fontes Pereira de Melo se concretizassem e que a linha da Beira Baixa fosse, finalmente, construída. Pacientemente, Vaz Preto esperava que Fontes cumprisse a promessa dada. Isso ficou bem visível no discurso de 31 de março de 1874. Neste, mostrou preocupação pela não prorrogação da sessão legislativa que tinha como consequência o adiamento da votação das linhas das duas Beiras. Salientou que Fontes tinha prometido aos seus amigos a discussão deste assunto. Nesta altura, ainda Vaz Preto apoiava Fontes e dava o benefício da dúvida ao executivo, considerando que se não se avançava era porque havia argumentos muito fortes²⁹.

²⁵ Manuel Vaz Preto Geraldês alcançou o pariato em 1864 após a morte do pai. As suas ideias políticas situavam-se no campo da esquerda liberal. Opôs-se ao reformismo e no início da década de 1870 aproximou-se dos regeneradores. Em 1875 entrou em conflito com Fontes Pereira de Melo devido à construção da linha da Beira Baixa. Em 1879 juntou-se a Dias Ferreira no Partido Constituinte. Na década de 1880 reaproximou-se aos regeneradores. No final da sua vida estava próximo dos progressistas. Foi um dos mais destacados membros da câmara dos pares. Notável independente fazia gala da sua autonomia política e era frequentemente aliciado pelos governos, certos do seu valor em momentos eleitorais.

²⁶ DCD, sessão de 18 de fevereiro de 1862.

²⁷ DCP, sessão de 21 de junho de 1867.

²⁸ DIAS, Jaime Lopes - *IV congresso e exposição regional das beiras*. Castelo Branco: Livraria Férrin, 1931, p. 31.

²⁹ DCP, sessão de 13 de março de 1874.

Contudo, o ano de 1875 foi fatal para as esperanças dos beirões e de Manuel Vaz Preto. Na sessão da Câmara dos Pares de 3 de março de 1875, Vaz Preto interpelou o governo sobre os motivos de ainda não se ter discutido naquela sessão legislativa a construção do caminho de ferro das Beiras. Mais uma vez, pedia a prorrogação das cortes para se poder aprovar os projetos. Desta vez, o tom era menos conciliatório e já se notava algum desencanto no morgado da Lousa, mas, mesmo assim, ainda continuava a acreditar na palavra do governo.

Apesar das esperanças, a sessão não foi prorrogada. Esta decisão levou Vaz Preto a romper com Fontes Pereira de Melo, reforçando a partir daqui o seu trajeto de autonomia política que fez com que se tornasse um caso singular da política de oitocentos. A legislatura de 1876 aprovou os projetos, mas face às dificuldades financeiras só avançou a linha da Beira Alta.

Num grande embate parlamentar na Câmara Alta, entre Manuel Vaz Preto e Fontes Pereira de Melo, em 27 e 28 de março de 1878, ficou bem clara a posição destes dois homens e a dimensão que a linha da Beira Baixa tinha tomado no combate político. No dia 27 de março Vaz Preto, dirigindo-se a Fontes, procurava saber as razões de não se ter aberto concurso para a linha da Beira Baixa em 1876, sendo preterida a favor da Beira Alta, e por que motivo ainda não se tinha avançado naquele ano de 1878. Fontes respondeu dizendo que o principal problema em 1876 era o financeiro, não podendo fazer as duas linhas ao mesmo tempo. No entanto, assegurava que estava empenhado na construção do caminho de ferro, mas não podia avançar a data para o início da sua construção. No momento oportuno se construiria a linha da Beira Baixa, por concurso ou diretamente pelo Estado.

Vaz Preto respondeu dizendo que Fontes se contradisse com o que afirmou em 1875 quando considerava esta questão de suma importância. Na mesma época não colocava como obstáculo a questão financeira, pois o país só progredia se fizessem investimentos e que o equilíbrio orçamental só se alcançaria com mais riqueza. Tentando encontrar motivos para o facto de a linha da Beira Baixa ainda não ter sido construída, apontou o dedo à Companhia de Caminhos de Ferro do Norte e Leste que, segundo ele, era o quinto poder da Carta. Para Vaz Preto foi a companhia que obstou à construção da linha, pois em 1875 ainda não estava habilitada a concorrer para a construção daquelas linhas e não lhe convinha que as das Beiras se fizessem antes de poder ser favorecida. Atacou Fontes por ter sido diretor da companhia e ministro, fazendo favores à dita e que só se demitiu da companhia por pressão do parlamento.

Fontes prosseguiu com a sua defesa na sessão seguinte de 28 de março. Argumentou que sempre defendeu a construção em simultâneo das duas linhas das Beiras em conjunto com a do Algarve, mas, em 1875, houve enormes reticências

na Câmara dos Pares. A construção não foi avante porque não se podia prorrogar a sessão legislativa de 1875. Invocou depois que o projeto foi aprovado em janeiro de 1876, mas que devido à crise financeira era de real prudência só avançar com a linha da Beira Alta. Terminou confessando que o não ter avançado com a linha em 1875 lhe custou o apoio político de Vaz Preto, ao firmar que este “separou-se politicamente de mim, depois de encerrada a sessão de 1875”³⁰.

Na verdade, esta questão transformou-se num problema político. Manuel Vaz Preto afastou-se dos regeneradores e liderou com mais firmeza uma facção política no parlamento, conhecida como o partido preto, ou os amigos de Manuel Vaz. Era um pequeno grupo, muito participativo no debate político com o qual se tinha de contar. Em 1879 esta facção ligou-se aos amigos de José Dias Ferreira e refundaram o Partido Constituinte. Manuel Vaz Preto passou a ser um adversário político dos governos, fossem eles quais fossem, regeneradores ou progressistas, reivindicando a linha da Beira Baixa. A nível regional também houve implicações. A aliança política que se tinha constituído entre os grandes proprietários albicastrenses e os industriais serranos, tendo como denominador comum a defesa da construção da linha férrea, desfez-se, em 1879, com a chegada dos progressistas ao governo³¹.

4. A relação política entre as elites políticas albicastrenses e serranas nas décadas de 1870 e 1880

Como já assinalámos, os grandes proprietários albicastrenses olhavam para o caminho de ferro como uma forma de aumentarem os seus proventos. Para os industriais serranos esta infraestrutura era encarada como decisiva para o alargamento dos seus mercados.

Este facto esteve bem presente nas eleições de deputados em 1864. Na Covilhã, a oposição ao governo histórico concentrou-se na chamada Comissão Central Eleitoral da Covilhã e apresentou aos eleitores uma proclamação com a data de 30 de março de 1864³². As eleições só tiveram lugar a 11 de setembro do mesmo ano, o que mostra a grande antecedência com que a oposição se preparou. As ideias ali defendidas centraram-se nas preocupações de um centro industrial que procurava impulsionar o seu crescimento: difusão da instrução pública, em especial

³⁰ DCP, sessão de 28 de março de 1878.

³¹ POUSINHO, Nuno - *Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo no distrito de Castelo Branco (1852-1910)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2016. Tese de Doutoramento, pp. 90-99 e 213-223.

³² Lisboa, Torre do Tombo (doravante designado por TT), *Ministério do Reino*, maço 2252, processo n.º 340.

do ensino profissional, importante para um centro fabril como a Covilhã; incentivo à agricultura; reforma administrativa; construção de vias de comunicação, que ligassem a cidade aos principais eixos ferroviários, facilitando o escoamento dos seus produtos, e redução da importação de matérias-primas³³.

Na eleição de 1868 a questão dos transportes voltou a ser um tema de debate. Manuel Vaz Preto encabeçou um manifesto dirigido a todos os cidadãos do distrito e nele estão expostos os princípios que defendeu ao longo de todo o seu percurso político: o desenvolvimento material do distrito de Castelo Branco; a defesa da instrução pública; a moderação fiscal; o combate à miséria e a satisfação dos interesses dos cidadãos. Este manifesto foi apoiado por um grupo de influentes locais que se juntaram a Manuel Vaz Preto, iriam lutar pelas candidaturas por ele apoiadas nas eleições que se aproximavam e louvavam a atuação do governo fusionista nos dois anos anteriores, que com a sua ação havia patrocinado vários melhoramentos entre os quais a construção de estradas: “Começaram-se algumas estradas reais (...); inauguraram-se as municipais; e lançaram-se os lineamentos para as distritais”³⁴. Os assinantes do manifesto eram elementos fiéis a Manuel Vaz Preto que irão estender a sua malha de influência a todo o distrito. Entre eles contamos personalidades covilhanenses. Começava a ficar clara uma aliança entre as elites industriais da Covilhã com o grande cacique proprietário de Castelo Branco. Os assinantes covilhanenses são, na sua grande maioria, os mesmos que assinaram o manifesto da oposição em 1864 e foram também as personalidades que estavam à frente da câmara da Covilhã em 1870 aquando da sua elevação a cidade³⁵.

Quadro n.º 3 - Covilhanenses que assinaram o manifesto oposicionista de 1864 e o de Vaz Preto de 1868 e pertenceram à vereação da Covilhã em 1870			
Nomes	Manifesto de 1864 (1)	Manifesto de 1868 (2)	Vereação em 1870 (3)
António Baptista Alves Leitão	X	X	X
Francisco Alves Júnior	X	X	X
José António da Cunha Júnior	X	X	X

Fontes: 1 - TT, Ministério do Reino, maço 2252, processo n.º 340; 2 - TT, Ministério do Reino, maço 5022, processo n.º 52; 3- <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=2264>

³³ POUSINHO, Nuno - *Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo ...*, pp. 159-166.

³⁴ TT, *Ministério do Reino*, maço 5022, processo n.º 52 e *Jornal Estrela da Beira*, n.º 336 (14 de mar 1868).

³⁵ POUSINHO, Nuno - *Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo ...*, pp. 177-180.

Quadro n.º 3 - Covilhanenses que assinaram o manifesto oposicionista de 1864 e o de Vaz Preto de 1868 e pertenceram à vereação da Covilhã em 1870			
José Tomás Mendes Mégre Restier	X	X	X
José Mendes Alçada de Paiva	X	X	
António Barbar da Torre	X		X
António Policarpo Fernandes Galvão		X	X
José Nunes Oliveira			X
Fontes: 1 - TT, Ministério do Reino, maço 2252, processo n.º 340; 2 - TT, Ministério do Reino, maço 5022, processo n.º 52; 3- http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=2264			

A elite dirigente covilhanense estará também presente na administração do Banco da Covilhã, fundado em 1874, representada por José Tomás Mendes Mégre Restier e António Baptista Alves Leitão³⁶, presidente e vice-presidente da câmara municipal em 1870. Estas personagens ligaram-se politicamente a Vaz Preto para em conjunto lutarem pela construção do caminho de ferro e serão decisivas para as vitórias que o grande cacique beirão alcançou a partir de 1871.

Os anos de 1860 e de 1870 mostraram que as elites regionais se entenderam numa estratégia clara para alcançar um objetivo: a construção do caminho de ferro. Neste contexto, impôs-se como líder regional Manuel Vaz Preto Gerales, reconhecendo este a existência de uma facção política por ele comandada no distrito de Castelo Branco. Esta ideia ficou clara numa intervenção na Câmara dos Pares em 30 de agosto de 1871: “Todos sabem que tenho um partido, há muito tempo, do distrito de Castelo Branco, um partido organizado como talvez não haja outro em todo o país”. Convém prestar atenção às palavras, Manuel Vaz Preto tinha um partido *do* distrito de Castelo Branco e não *no* distrito de Castelo Branco, ou seja, a sua facção política pugnava pelos interesses do distrito e o que procurava era “que os meus patrícios e conterrâneos me honrem com a sua confiança; e estejam convencidos de que o meu maior prazer e satisfação é poder ser-lhes útil e prestar-lhes serviços, e que encontrem em mim um procurador solícito, um advogado diligente”³⁷. Portanto, as suas relações com os partidos nacionais continuariam a ser distantes e a sua atuação política pautava-se por defender os interesses do distrito de Castelo Branco.

³⁶ FARIA, Miguel Figueira de; MENDES, José Amado (coord.) - *Dicionário de história empresarial portuguesa séculos XIX e XX*. Volume I. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013, pp. 119-124.

³⁷ DCP, sessão de 30 de agosto de 1871.

De facto, enquanto a esperança da construção do caminho de ferro não se desvaneceu, alimentada pela capacidade política de Manuel Vaz Preto em influenciar os governos regeneradores, esta aliança entre o sul e o norte do distrito manteve-se. Na realidade, nas eleições de 1874 e 1878 pelo círculo eleitoral da Covilhã foi eleito Manuel Pinheiro Chagas, um preto³⁸. Porém, a partir do momento em que os serranos perceberam que Manuel Vaz Preto deixou de ser uma mais valia política deu-se a cisão.

Em 1879 chegaram ao poder, finalmente, os progressistas e as elites covilhanenses viram aí uma oportunidade de descolagem. Manuel Vaz tinha seguido uma política autónoma e era oposição ao novo executivo. Os serranos colocaram-se ao lado do novo poder tentando retirar benefícios políticos. A aliança com Vaz Preto tinha chegado ao fim. Nas eleições para a Câmara dos Deputados a elite industrial da Covilhã apresentou um candidato próprio contra Pinheiro Chagas que se apresentava de novo à reeleição. O ato eleitoral foi tudo menos pacífico e recorreram-se a todas as artimanhas para a derrota do candidato preto. O jornal *Diário da Manhã* descreveu as eleições na Covilhã como se de uma batalha campal se tratasse, onde tiveram grande ação, na derrota de Pinheiro Chagas, os operários das fábricas do grande industrial Campos Melo³⁹.

O candidato dos industriais e anti preto venceu a eleição após fraudes eleitorais em várias assembleias de voto⁴⁰. A polémica desta eleição teve eco nos jornais nacionais, *Diário da Manhã* e *O Progresso*, onde foi trocada correspondência entre Pinheiro Chagas e Pedroso dos Santos, um advogado serrano opositor acérrimo de Manuel Vaz Preto. No dia 1 de novembro, Pedroso dos Santos explicou a Pinheiro Chagas o motivo de ter perdido a eleição. Os seus argumentos baseavam-se na inação na defesa dos interesses locais, o que se entendia, pois Pinheiro Chagas não tinha qualquer interesse na Covilhã nem era natural dali⁴¹. O candidato derrotado respondeu no dia oito do mesmo mês e atribuiu a derrota não à fraude, mas sim à desunião entre as várias personalidades da Covilhã que lhe tinham dado apoio, de uma forma unânime, em sufrágios anteriores, nomeadamente a deserção de Campos Melo do lado preto⁴².

³⁸ Pinheiro Chagas foi um homem de mão de Manuel Vaz Preto. Pertencia ao chamado partido preto na câmara dos deputados. Acompanhou os regeneradores enquanto Vaz Preto esteve com estes. Ficou fiel a Vaz Preto aquando da cisão deste com Fontes e em 1879 acompanhou-o no Partido Constituinte. Manuel Pinheiro Chagas dirigiu o jornal constituinte *Diário da Manhã* que era financiado por Manuel Vaz Preto. Ver: POUSINHO, Nuno - Pretos e Brancos. *Liberalismo e Caciquismo ...*, anexos n.ºs 32 e 33.

³⁹ José Maria Veiga Campos Melo, grande industrial da Covilhã. Sobre todos estes episódios ver: jornal *Diário da Manhã*, edições dos dias 22, 23, 24 de outubro e 6 de novembro de 1879.

⁴⁰ Sobre este assunto ver: POUSINHO, Nuno - Pretos e Brancos. *Liberalismo e Caciquismo ...*, pp. 213-222.

⁴¹ Jornal *O Progresso* (1 nov. 1879).

⁴² Jornal *Diário da Manhã* (8 nov. 1879).

Manuel Vaz Preto começou a sofrer as consequências do sucessivo adiamento do caminho de ferro da Beira Baixa e viu fugir-lhe a elite covilhanense. Um dos pontos que merece ser realçado é a intervenção dos industriais na rutura com o ilustre par do Reino, nomeadamente Campos Melo, que mobilizaram os seus operários para derrotar Pinheiro Chagas. Não foi por acaso que um elemento destacado da Covilhã, Alexandre Augusto Freire Calheiros, sogro do futuro conde da Covilhã, foi nomeado governador civil de Castelo Branco, a 3 de julho de 1879, no primeiro governo progressista. Esta localidade começava a ter algum peso político. A política beirã estava assente nos ilustres proprietários do sul do distrito, superiorizando-se sempre aos grandes industriais serranos. Estes tinham estado nos últimos anos ao lado dos pretos, esperando que isso os beneficiasse de algum modo. Desvanecidas que estavam, pelo menos para já, as esperanças da construção da linha da Beira Baixa e com Vaz Preto fora das graças governamentais o grito de revolta covilhanense fez-se finalmente ouvir. Relembremos que na Covilhã existiam ideias muito claras sobre o seu modelo de desenvolvimento económico e as necessidades para o alcançar, expressas na proclamação eleitoral de 1864, nomeadamente o desenvolvimento dos transportes que tanto tardava, desesperando os seus industriais.

5. A construção da linha da Beira Baixa e o seu impacto nas duas cidades

A não construção da linha da Beira Baixa nos anos de 1870 fez terminar a ligação de Manuel Vaz com os regeneradores. A sua concretização nos anos de 1880 estimulou a reaproximação. Em abril de 1882, estando em discussão o caminho de ferro de Torres Vedras, Manuel Vaz propôs a construção, mais uma vez, de uma linha para a Beira Baixa. A sua ideia passava por conceder uma autorização ao governo para que se construísse uma via que entroncasse, perto de Leiria, no caminho de ferro do Norte, atravessando o coração do Reino, passando por Castelo Branco, Covilhã indo até à Guarda. Fontes Pereira de Melo na resposta não se mostrou concordante com a ideia mas defendeu a construção de uma linha na Beira Baixa que ligasse à da Beira Alta na Guarda, beneficiando povoações da fronteira e, sem delongas, lançou o isco a Manuel Vaz Preto: “a única coisa a que neste momento me posso comprometer, é a trazer ao parlamento na próxima sessão legislativa, uma proposta de lei para ser o governo autorizado a contratar a construção de um caminho de ferro que, partindo de um ponto da linha de leste, vá atravessar o distrito de Castelo Branco seguindo pela Covilhã à Guarda.”. Neste período de tempo, segundo Fontes, deveriam fazer-se os estudos necessários que complementassem os que já tinham sido produzidos.

Manuel Vaz imediatamente solicitou para que as palavras do presidente do Conselho de Ministros ficassem registadas⁴³. A linha da Beira Baixa foi o passo definitivo de Fontes para ter o apoio de uma parte importante dos constituintes, os pretos.

Em março de 1883 foi finalmente discutido na Câmara dos Pares o parecer n.º 159 sobre a construção de vários troços de caminhos-de-ferro, entre os quais o da Beira Baixa que ligaria ao da Beira Alta. Neste afirmava-se claramente que os estudos eram rigorosos e existiam duas possibilidades, uma pela margem esquerda do Tejo e outra pela margem direita. Em ambos existiam alternativas de variantes a partir de Castelo Branco com o objetivo de fazer chegar a linha o mais perto possível da Covilhã. Era opção do governo avançar com o projeto pela margem esquerda e fazer um ramal de ligação à Covilhã. Prevendo que com as condições que o governo apresentava nenhum interessado surgiria para a sua construção e temendo que isso fosse mais um motivo para o adiamento da obra, Vaz Preto defendeu que o governo tinha a obrigação moral de fazer a linha a suas expensas, pois era o que o executivo se tinha proposto com a linha do Algarve, “Será possível que o primeiro caminho de ferro que devia ter sido construído e que vai ser o último, não mereça ser ao menos tratado pelo governo com as mesmas condições e vantagens do que o do Algarve?” concluía⁴⁴.

Vaz Preto, após vários anos desavindo com os regeneradores, aproximou-se de novo de Fontes Pereira de Melo e este facto não terá sido alheio à decisão definitiva de construção da linha da Beira Baixa, como ficou bem vincado na sessão de 10 de março de 1883, nomeadamente nos elogios feitos ao ministro das obras públicas, Hintze Ribeiro.

O contrato foi adjudicado em maio de 1884, mas em 1886, com um governo progressista, houve novas areias na engrenagem que fizeram parar o projeto. As alterações propostas por Emídio Navarro assim o ditaram. Por portaria de 19 de março de 1886, ordenou-se um estudo que levou à transferência da linha da Beira Baixa da margem esquerda para a direita do Tejo e a aproximação à cidade da Covilhã. A 16 de março, prevendo o adiamento, Vaz Preto protestou veementemente contra mais estudos e mais demoras. Defendeu que as autoridades da Covilhã, que agora reclamavam sobre a linha não a contemplar, não lhe deram a força necessária no momento apropriado e que sempre tinha defendido a construção pela margem direita do Tejo. Perante um projeto aprovado não se devia arrear caminho até porque estava previsto um ramal para a cidade serrana.

Os opositores de Vaz Preto, nomeadamente Francisco Tavares de Almeida Proença que dava os primeiros passos na política e se aliou aos progressistas, não

⁴³ DCP, sessão de 22 de abril de 1882.

⁴⁴ DCP, sessão de 9 de março de 1883.

lhes perdoavam esta postura e faziam questão de o afirmar na imprensa: “E se, no meio das suas vastíssimas e variadas ocupações, lhes sobrevem o capricho de mandar construir um caminho de ferro, sobe as torres do seu castelo feudal, percorre com um olhar perscrutador os campos adjacentes e as serras distantes, empunha o bengalão fatídico, e giza no espaço linhas cabalísticas, exclamando cheio de si:- por ali é que há-de passar!”⁴⁵. Na verdade, a Covilhã ficou servida por um ramal, e os covilhanenses não se esqueceram. Anos mais tarde, recordaram como o apoio dado ao grande influente beirão, ao elegerem Pinheiro Chagas, de nada lhes tinha servido: “com uma fidelidade escrupulosamente seguida, o norte do distrito de Castelo Branco seguiu Manuel Vaz contra Fontes com uma ingratidão que por certo não se filia na vileza, porque quem se sacrifica não é vil, é nobre; mas quem se filia evidentemente na habilidade dos caciques locais, que exploraram por miúdo e por atacado o seu Mecenas e o povo que as pagasse, como pagou!”⁴⁶.

A linha chegou a Castelo Branco em julho de 1889. A inauguração só se concretizou em 6 de setembro de 1891. Houve duas comemorações, uma em Castelo Branco e outra na Covilhã, tendo a cerimónia contado com a presença do rei D. Carlos e D. Amélia. Durante a viagem inaugural, o comboio parou em Castelo Branco, onde houve um jantar de gala e um *Te Deum* na Sé. O casal real fez um passeio a pé pela cidade, tendo ficado hospedado no edifício do Governo Civil. No dia seguinte, o comboio inaugural partiu com destino à Covilhã, onde também ocorreu uma receção, um jantar de gala e um *Te Deum*⁴⁷. A família real só regressou a Lisboa no dia 8 de setembro.

A inauguração demonstrou, mais uma vez, o mal-estar entre as duas cidades que rivalizaram nos festejos. Este incómodo foi-se lentamente dissipando ao longo da década de 1890. No final desta década as elites regionais regressaram a alguma concórdia, nomeadamente na oposição ao governo regenerador de 1893-1895, onde pontificavam Hintze Ribeiro e João Franco. Manuel Vaz Preto fez, no final da sua vida, uma aproximação aos progressistas e com isso apaziguou a sua relação com o norte do distrito.

A construção da linha da Beira Baixa não trouxe os benefícios tão ansiados pelas elites regionais. Este facto não foi de todo alheio a crise económico-financeira dos anos de 1890. Apesar do movimento de industrialização do final do século, fruto das medidas protecionistas e das dificuldades de proceder a importações como consequência da bancarrota de 1892, as duas cidades não cresceram como o esperado. O número de fábricas até aumentou, mas estamos longe de alcançar um

⁴⁵ Jornal *Correio da Beira*, nº 105 (18 abr 1886).

⁴⁶ Jornal *Correspondência da Covilhã*, nº 171 (24 ago 1902).

⁴⁷ Sobre a inauguração do caminho de ferro ver: jornal *Correio da Beira*, nº 386 e nº 387 (9 e 13 set 1891) respetivamente.

crescimento sustentado. Havia um pequeno número de operários, em 1890 eram 3704 no conjunto do distrito e não representariam mais de 1,5% da população, pelo que não podemos falar de um operariado numeroso, mas que a partir do final do século, principalmente na Covilhã, começa a estar minimamente organizado.

Um dos dados mais significativos deste insucesso é a perda de população na cidade da Covilhã, como se pode verificar no quadro n.º 4, enquanto no caso de Castelo Branco o número de habitantes cresceu, mas de uma forma muito lenta.

Quadro n.º 4 - População das cidades de Castelo Branco e Covilhã entre 1890 e 1900		
	1890	1900
Castelo Branco	6 728	7 288
Covilhã	17 562	15 469

O fraco desenvolvimento económico da região levou a um forte e crescente movimento migratório. Se no período de 1866-71 as estatísticas apontam 7000 emigrantes saídos do distrito de Castelo Branco, em períodos posteriores, 1880-82 e 1896-98 o número aumentou significativamente de 19 000 no primeiro passou-se para 74 000 no segundo período. Estes dados são demonstrativos da procura de melhores condições de vida por parte da população. O caminho de ferro ao contrário do que se esperava serviu para aumentar a saída de população em vez de a fixar⁴⁸.

Conclusão

A construção do caminho de ferro da Beira Baixa foi complexa tanto do ponto de vista técnico, no que diz respeito à sua execução, como do ponto de vista do debate político. A elite regional, composta pelos grandes proprietários de Castelo Branco e os industriais da Covilhã, coincidia na necessidade imperiosa da sua construção para que o desenvolvimento económico da região fosse uma realidade. Se para os proprietários do sul do distrito o escoamento dos produtos agrícolas para os grandes centros consumidores, como era o caso de Lisboa, era uma prioridade, para as industriais da Covilhã estava em causa o alargamento do mercado dos seus produtos e o acesso a matérias-primas a preços mais convidativos.

No entanto, a construção foi demorada e o traçado previsto não foi ao encontro dos anseios da Covilhã, que se via apenas servida por um ramal. Durante a

⁴⁸ Sobre esta temática ver: ALCÂNTARA, Ana - *Caminho-de-Ferro e população na Cova da Beira (1878-1930), um modelo de acessibilidade*. Lisboa, 2011; SILVEIRA, Luís Espinha *et alii* - "Population and Railways in Portugal, 1801- 1930". *Journal of Interdisciplinary History* 42/1 (2011), pp. 29-52.

década de 1870 os grandes notáveis políticos entenderam-se numa estratégia comum, muito assente na capacidade política de Manuel Vaz Preto. Quando os industriais perceberam que esse apoio não lhes tinha trazido os benefícios esperados a rutura política foi uma realidade.

Na verdade, a construção do caminho de ferro da Beira Baixa não trouxe o desenvolvimento desejado. A crise económico-financeira dos anos de 1890 condicionou os resultados. Os níveis económicos não mostraram melhorias, com um crescimento muito anémico, e assistiu-se a uma perda de população, essencialmente por via da grande emigração.

Importa realçar ainda o papel das elites regionais na construção do Estado liberal, na vertente política e no desenvolvimento das infraestruturas económicas nas suas zonas de influência. Os grandes influentes regionais interpretaram de uma forma bastante ampla os novos mecanismos de poder que o regime liberal constitucional lhes proporcionou. Isso permitiu: alargar a sua influência regional junto das clientelas políticas, sendo muitas das vezes um prolongamento da proeminência social que, nalguns casos, já vinha do Antigo Regime; afirmação como interlocutores entre o centro e a periferia, por onde passavam várias negociações e, finalmente, alargar o prestígio social entre as comunidades locais que os viam como os seus delegados junto do governo em Lisboa.

A luta pela construção do caminho de ferro da Beira Baixa deve-se integrar no contexto da luta pela influência regional, pela afirmação do poder pessoal, mas também no campo dos melhoramentos materiais que iriam ao encontro de interesses pessoais e de satisfação dos anseios das comunidades.

De cidade industrial a cidade universitária?

Percurso e representação da Covilhã

Domingos Vaz¹

Resumo

Hoje como no passado, as cidades contribuem para a afirmação das regiões em que se inserem e são fundamentais para o desenvolvimento sustentável das sociedades. Com este texto procuramos contribuir para a análise das principais transformações urbanas da cidade da Covilhã, localizada na região da Beira Interior de Portugal. Partimos de uma leitura histórica da cidade onde assinalamos a sua constituição como dinâmico centro mono-funcional de lanifícios até à contemporaneidade, quando o modelo industrial que a havia estruturado enfrenta circunstâncias adversas conduzindo ao seu esgotamento profundo. Seguidamente discute-se o desenvolvimento do ensino superior na Covilhã que parece dar-se na razão inversa da crise da cidade industrial, temática que exploraremos em torno do papel urbano da Universidade local a partir da forma como é representada pela população residente, e considerando as implicações sociais, económicas, ambientais e culturais daí decorrentes.

Palavras-chave

Covilhã. Indústria de lanifícios. Inovação urbana. Paisagem urbana. Universidade.

¹ Universidade da Beira Interior. *Interdisciplinary Center of Social Sciences (CICS.NOVA)* e *Research Unit in Business Sciences (NECE-UBI)*.

From an industrial city to a university city? Trajectory and representation of Covilhã

Abstract

Today, as in the past, cities contribute to the affirmation of the regions in which they operate and are fundamental to the sustainable development of societies. With this text we seek to contribute to the analysis of the main urban transformations in the city of Covilhã, located in the Beira Interior region of Portugal. We start from a historical reading of the city where we mark its constitution as a dynamic mono-functional wool center until contemporary times, when the industrial model that had structured it faces adverse circumstances leading to its profound exhaustion. Next, the development of higher education in Covilhã is discussed, which seems to be due to the inverse reason of the crisis of the industrial city, a theme that we will explore around the urban role of the local University from the way it is represented by the inhabitants, and considering the resulting social, economic, environmental and cultural implications.

Keywords

Covilhã. Wool Industry. Urban innovation. Urban landscape. University.

“Numa história milenar, as cidades têm evidenciado destinos diversos, mas a grande maioria tem mostrado uma enorme capacidade de adaptação aos tempos, reciclando não só a infraestrutura mas também as funções e as vocações. A cidade é a forma superior de organização territorial, económica, social e política da espécie humana. A grande maioria das cidades fundadas/edificadas nos últimos dois mil anos resistiram a catástrofes naturais e humanas, sobreviveram a diferentes formas de organização política, acomodaram-se a diferentes religiões, culturas e posicionamentos geoestratégicos, ainda que para isso tenham passado por períodos de declínio de que renasceram. As cidades são hoje, de novo detentoras da esperança dos povos, respondendo às grandes ambições do mundo global: resposta para as alterações climáticas, capacidades para promoverem processos de regeneração, que vão da recuperação demográfica à inovação, tecnológica, organizativa e cultural”².

Introdução

As cidades são um fenómeno de coexistência humana em permanente mutação, detêm uma forte centralidade demográfica e económica, e são o palco principal da experiência social. A diversidade de situações e de configurações que lhe estão associadas aludem a fenómenos que ocorrem em pontos específicos do espaço e do tempo, cujo âmbito está em contínua transformação. Seja de grande ou de pequena dimensão, ao nível funcional, mas igualmente das identidades e da memória colectiva, das continuidades ou descontinuidades territoriais é importante destacar o papel que as cidades assumem nas mudanças da economia e da sociedade contemporâneas. Hoje como no passado, contribuem fortemente para a afirmação das regiões em que se inserem e são fundamentais para o desenvolvimento sustentável das sociedades, constituindo-se como pólos de competitividade e de emprego. São ímanes de todos os problemas e complexidades, mas também de oportunidades de emprego, de crescimento das economias e das empresas e de acesso aos estabelecimentos de ensino superior, centros de saber, bem como às restantes amenidades e serviços básicos para a nossa qualidade de vida³.

Este texto procura contribuir para a análise das principais transformações

² Jorge Gaspar citado em [OA: para o público: agenda, notícias e imprensa \(arquitectos.pt\)](#) [consultado a 12.10.2020]

³ VAZ, Domingos; NOFRE, Jordi - “Conhecimento, criatividade e novas dinâmicas urbanas: repensar os territórios de baixa densidade em Portugal”. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais / Portuguese Review of Regional Studies* 49 (2018), pp. 77-88.

urbanas da cidade da Covilhã, desde a sua constituição histórica até à contemporaneidade, considerando os desafios para o futuro. A metodologia adoptada parte de uma leitura histórica da Covilhã como centro mono-funcional de lanifícios, seu apogeu e declínio, e posterior discussão do papel estruturador da Universidade da Beira Interior que vai modelando o espaço e a vida urbana tornando-a mais cosmopolita para o que concorre a acção de uma diferenciação social crescente. Para além desta introdução, o segundo ponto do estudo⁴ revisita o percurso histórico da Covilhã, nos seus traços fundamentais, em torno da sua ascensão como importante pólo industrial até ao seu declínio e progressiva terciarização da sua base económica e funcional. Verificaremos como o modelo de estrita mono-industrialização, vigente até ao decénio de 1970, enfrenta circunstâncias adversas conduzindo ao seu esgotamento profundo e à necessidade de um novo paradigma económico e social para a cidade. E como o desenvolvimento do ensino superior na Covilhã parece dar-se na razão inversa da crise da cidade industrial, temática que exploraremos de seguida. Assim, no terceiro ponto é discutida a relação estreita da cidade com a Universidade local, relevando-se a progressiva endogeneização da academia a partir da forma como é representada pela população residente, e considerando as implicações sociais, económicas, ambientais e culturais daí decorrentes. Consideramos que o debate sobre algumas das novas dinâmicas socioeconómicas e de inovação emergentes ligadas à economia do conhecimento assim como a produção e consumo de práticas artísticas e criativas constituem factores de um enorme potencial para revitalizar as cidades pequenas e médias, e enquanto pólos dinamizadores dos territórios envolventes. Por último, a conclusão sistematiza algumas ideias centrais em torno da particularidade histórica da Covilhã, atendendo à sua tradição industrial, mas hoje tendencialmente universitária. Com a academia como principal agente de estruturação promovendo perfis urbanos mais multifuncionais, e reconfigurando um ambiente que favoreça as actividades relacionadas com a criatividade, o conhecimento e a inovação, como principais forças motrizes do desenvolvimento urbano neste novo cenário pós-industrial da Covilhã.

1. A cidade industrial: ascensão e declínio

As prerrogativas concedidas à Covilhã, em diferentes reinados, indiciam o seu peso político, ao que não será alheia a importância da sua posição geográfica de *trans-*

⁴ A secção “cidade industrial: ascensão e declínio” foi trabalhada e redireccionada a partir da nossa investigação mais ampla apresentada em VAZ, Domingos - *Cidades Médias e Desenvolvimento: o caso da cidade da Covilhã*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2004.

*serra*⁵ na expansão do reino e mais tarde da laboração das suas fábricas de lanifícios⁶. No âmbito das políticas de povoamento de D. Sancho I a então Vila da Covilhã foi objecto de privilégios excepcionais consignados na carta de foral⁷ – uma das mais antigas do território beirão – para atrair e fixar os moradores. Na época, tudo leva a crer que a vila era já uma importante unidade sociopolítica. É o que podemos inferir da quantidade e qualidade das prerrogativas concedidas bem como da extensão do concelho da Covilhã⁸. Atestando o desenvolvimento de um burgo organizador de um vasto território, o que vem confirmar a sua importância como localidade do interior fronteiriço e deixa já supor a existência de muitas oficinas artesanais, incluindo as dos lanifícios, e promovendo a fixação na Covilhã a todos os que o desejassem. Mas será depois de terminado o espírito da reconquista que as gentes da Covilhã se passam a organizar economicamente e a indústria dos lanifícios começa a ganhar forma⁹.

O movimento sazonal dos rebanhos – transumância – poderá ter favorecido uma verdadeira actividade económica baseada na gestão da inter-territorialidade¹⁰.

⁵ Lembre-se que o poder Régio se encontrava em Coimbra, sendo a Covilhã o *posto avançado* mais importante nos territórios da *Trans-Serra*. Acerca da sua origem sabe-se que, no actual assento, se acharam vestígios de existências do período pré-românico (Celtas e Lusitanos) (cf. JUNIOR, Francisco Tavares Proença - *Arqueologia do Distrito de Castelo Branco*. Leiria, 1910; e, do período românico, terá existido uma povoação ou Castro Romano, cujo nome era Silia Herminus, de Silvus general de Júlio César, pelo ano de 41 A.C. (PINHEIRO, Elisa *et alii* - *Do Foral à Covilhã do séc. XII*. Covilhã: Edição da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã, 1988).

⁶ Diz-nos José Mattoso: “Depois de Afonso III, algumas cidades do interior animam-se lentamente. Antes de mais, em virtude do afluxo comercial para Leão e Castela, pela via da serra e pelas faldas setentrionais da Estrela, de Coimbra a Cidade Rodrigo e Salamanca, o que viria a restituir alguma vida às povoações acasteladas que a protegiam desde o séc. XII”. Esta circunstância ajudará a compreender que em meados do séc. XIII a Covilhã tenha já população suficiente para aí serem necessários mais de dois tabeliães e merecer ser visitada pelo rei com alguma frequência (*Identificação de um País*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 307).

⁷ O Foral foi concedido à Covilhã no ano de 1186 pelo rei D. Sancho I que teve a intenção de a reedificar. José Mattoso balizou esta data no seio de um período histórico que caracteriza como correspondendo a uma fase expansiva e vitoriosa da reconquista empreendida contra os muçulmanos. Havia que fortalecer os concelhos, sobretudo os localizados no interior, para permitir uma estabilização de fronteiras (MATTOSO, José (dir) - *História de Portugal*. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 93).

⁸ Cf. PINHEIRO, Elisa *et alii* - *Do Foral à Covilhã do séc. XII...*, pp. 47-57. Designadamente ficou estabelecido no Foral “concedemos que todo o cristão ainda que seja servo que habitar na Covilhã durante um ano fique livre e ingénio ele e a sua descendência”. Segundo o foral, a área do *alfoz* da Covilhã abarcava uma boa parte dos actuais distritos da Guarda e de Castelo Branco desdobrando-se a partir da Serra da Estrela ao longo da bacia do Zêzere, alargando-se ao Côa e Pónsul, descendo em direcção ao Tejo até Rodão e inflectindo de novo pelo Zêzere até Peso.

⁹ As escarpas dos Montes Hermínios com as suas Ribeiras da Carpinteira e de Goldra, abraçando de um lado e de outro a antiga Vila, e a actividade pastoril – herança da economia lusitana que já conhecia a *Transumância* -, contribuíram para o florescimento da indústria dos lanifícios. De referir ainda que pela Covilhã se deslocavam, vindos de Espanha, almocreves que levavam lãs para Tomar, seguindo uma via romana que passava pelo Paúl, Casegas, Sobral de S. Miguel...; e que ficou conhecida como a Estrada da Lã ou via Covilhanæ de acordo com Mário de Saa (citado em PINHEIRO, Elisa *et alii* - *Do Foral à Covilhã do séc. XII...*, p. 28).

¹⁰ Não era possível alimentar os rebanhos na região durante todo o ano; de Novembro a Abril faz-se a transumância de Inverno para as terras quentes do Douro, para os campos de Coimbra ou para o Alentejo e Campina de Idanha; no Verão “cobriam-se” os pastos frescos da Serra da Estrela.

A Covilhã terá beneficiado do sistema agro-pastoril das planuras do Sul, com a sua divisão em três folhas (alqueive, pão e relva), com dois tipos de pasto: as *ervagens* e *relvas* de Inverno e os *agostadouros* ou restolhos no Verão. De considerar, igualmente, que os pousios tradicionais se vão alargando para o sul, mesmo no contexto da Beira Baixa¹¹. Albert Silbert estabelece uma hipótese sedutora, mas porventura insuficientemente documentada, que atribui importância aos industriais da Covilhã na própria organização rural da Beira Baixa, interessados como estavam em obter pastos para os rebanhos serranos¹².

Os primeiros teares terão começado a funcionar em meados do século XV¹³. Sintomaticamente, um estudo de história medieval relativo aos poderes concelhios de quatrocentos levou a cabo uma tipologia classificatória, sendo a Covilhã caracterizada como sendo um concelho comercial, habilitado ao investimento em aparelho produtivo e favorável à ocupação humana¹⁴. A cidade serrana vai-se afirmando com uma actividade industrial expressiva, com a instalação de manufacturas e depois de fábricas. A dinâmica produtiva local conhecerá novo impulso no último quartel do século XVII com a primeira lei de protecção à indústria da autoria do Conde da Ericeira. A tradição artesanal havia criado uma mão-de-obra qualificada que veio mais tarde alimentar as fábricas modernas. Pioneira de entre estas foi a *Fábrica-Escola* fundada pelo Conde da Ericeira na ribeira da Carpinteira, contratando no estrangeiro pessoal qualificado para o ensino de aprendizes. Escreveu Veríssimo Serrão:

“pelo ano de 1676 começaram a afluir mestres de tear, cordoeiros e tecelões, vindos de França e de Itália, para o fabrico de sarjas e baetas, telas e meias de seda, rendas, veludos e brocados. Já então laboravam as fábricas de tecidos da Covilhã, com 17 teares, formando um conjunto de operários e de pessoal administrativo de 415 pessoas”¹⁵.

¹¹ Os pousios eram de um ano em Penamacor, de dois anos na maior extensão da Beira Baixa e de três na Campanha de Idanha, derradeiro lugar onde os rebanhos serranos faziam a *invernada*.

¹² A lã para os *panos finos* não provinha dos rebanhos serranos, mas das ovelhas merinas da planície, sendo as feiras o principal meio de abastecimento; a Serra interessava-lhes pelos pastos de Verão (SILBERT, Albert - *Le Portugal Méditerranéen à la fin de L'Ancien Régime. Contribution à l'histoire agraire comparée*. 2 vols, Paris, 1966).

¹³ Considere-se os afamados *panos finos* tecidos na Covilhã no início do século XVI e que Gil Vicente fez representar na *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela*, em 1527 (PINHEIRO, Elisa; SILVA, Manuel J. S. - “A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade”. *UbiMuseum, revista on-line do Museu de Lanifícios da UBI* 1 (2012), p. 5. Disponível em UbiMuseum); essa dinâmica produtiva está associada também à concessão, no princípio do século (em 1510), pelo rei D. Manuel I, de um segundo foral (o Foral Novo) e não será indiferente à atribuição pelo Rei D. Sebastião, em 1570, à vila da Covilhã do título de *notável*.

¹⁴ COELHO, M. Helena Cruz - “Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de quatrocentos”. *Revista Portuguesa de História* 25 (1990), pp. 235-289.

¹⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*. Vol. V. Lisboa: Verbo, 1980, p. 374.

Dava-se corpo à formação de uma classe empresarial e a uma numerosa e qualificada mão-de-obra, ímpares na época. É nestas circunstâncias que o aforismo popular sintetiza, para a época, a prática extensiva do trabalho da lã nesta localidade: *se os filhos de Adão pecaram, os da Covilhã todos cardaram*¹⁶. A política de fomento nacional conduzirá à fundação, em 1764, pelo Marquês de Pombal, da *Real Fábrica de Panos da Covilhã* junto da ribeira da Goldra em instalações hoje ocupadas pela Universidade¹⁷. Pombal, tal como havia procedido o Conde da Ericeira, manda vir do estrangeiro tecedeiros e tintureiros. A urbe ganha uma configuração social da população com os grupos preponderantes constituídos por negociantes e mesteiros de lanifícios. Para a composição da população muito contribuirá a progressiva fixação de uma significativa comunidade de judeus, uma das mais numerosas do país, o que terá sido favorecido pela condição transfronteiriça da região¹⁸. De acordo com Orlando Ribeiro¹⁹ os seus descendentes conservaram a sua *poderosa* individualidade e sentido comercial.

Um elemento que importa não menosprezar terá sido a presença, desde cedo, da *marca* de Lisboa no desenvolvimento da indústria local, tanto na criação de algumas das suas bases como na indução do seu crescimento. Sendo de sublinhar que já D. João V tinha ordenado a confecção de todas as fardas do Exército nas fábricas da Covilhã, e mais tarde o Marquês de Pombal funda a *Fábrica Real*, mas já sob a tutela da Junta do Comércio. São notórias as intenções de limitar os mercados ao espaço nacional com controlo centralizado em organismos criados na capital do Reino. O mesmo se poderá explicar mais tarde, já no século XX, com o proteccionismo da indústria nacional do Estado Corporativo como salvaguarda dos interesses de concentração de capital e do poder económico e eliminação das hipóteses de concorrência.

Esta realidade não é contraditória com o facto de os industriais covilhanenses igualmente cedo terem evidenciado possuir espírito de iniciativa, modernizando

¹⁶ Recolhido da *Memória* do século XVIII relativa às *Fábricas da Covilhã*, ano de 1758 (DIAS, L.F. Carvalho - *História dos Lanifícios. Documentos*. Vol. I. Lisboa: Edição da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, 1958, pp. 35-48.

¹⁷ Estas edificações foram construídas no século XVIII para servirem de Real Fábrica dos Panos, e em cujo espaço mais nobre foi descoberta uma tinturaria, hoje componente do Museu dos Lanifícios com um acervo patrimonial no domínio da arqueologia têxtil de notoriedade internacional, designadamente de uma tinturaria setecentista.

¹⁸ Fortalecida (no fim do séc. XV) com os judeus expulsos de Espanha, atraídos tanto pela proximidade da fronteira, como pelas perspectivas de actividade lucrativa. A população local e no seu termo eram nessa época, avultada e activa: 2.372 moradores, dos quais 22 nobres, 16 oficiais e 108 *moradores Judeus*. A alcaidaria recebia da Judiaria o rendimento de 88.000 reais na Covilhã. Segundo inquérito ordenado por D. Manuel I, publicado e comentado por RAU, Virgínia - "Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI". *Do Tempo e da História* 1 (1965), pp. 7-46. A comunidade judaica de *Além-Serra* beneficiava de foro próprio (até finais de Quatrocentos) na Covilhã; em toda a Beira só havia um outro, em Viseu, para os territórios de *Aquém-Serra*.

¹⁹ RIBEIRO, Orlando - *Opúsculos Geográficos, Temas Urbanos*. Vol. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

o equipamento, criando e sustentando uma Escola Industrial em 1864, sendo esta um indicador inequívoco da vitalidade da indústria dos lanifícios²⁰. Segundo a estatística oficial elaborada com vista ao lançamento da contribuição industrial, em 1867²¹ havia no concelho da Covilhã 577 teares, dos quais 37 *Jacquard*, inventados no início do século XIX que, por um dispositivo de cartões e furos, tecia os desenhos, figuras e bordados, por mais complicados e numerosas fossem as cores de que se compunham.

No entanto, este laborioso ambiente *burguês* de riqueza e indústria não possuía a *nobreza* que só as funções urbanas políticas e religiosas superiores conferem. Esta terá sido a principal razão da tardia atribuição do título e prerrogativa de cidade. Senão, como se explicaria que a maior povoação do interior ao norte do Tejo²² apenas quase no fim do século XIX recebesse esse título? Mas será por reconhecimento da importância da actividade industrial que a vila da Covilhã foi elevada à categoria de cidade em 1870. A este propósito leia-se o seguinte trecho de Pinheiro Chagas:

“Pois bem! A Covilhã nas condições mais extravagantes do mundo todo, lembrou-se de ser manufactureira, e foi-o! Exilada do mundo moderno, separada do mundo do trabalho, do comércio e da actividade, da ciência e do progresso, por uma cortina de serras, jurou que não ficaria atrás da França e da Inglaterra e não ficou. Era necessário transportar máquinas enormes por caminhos impossíveis, com um dispêndio colossal; transportaram-se as máquinas. Não havia carvão de pedra para as máquinas de vapor; primeiro aproveitou-se o magnífico motor hidráulico das ribeiras que se despenham da serra e vão engrossar o Zêzere, depois, em vez de carvão de pedra empregou-se a lenha e trabalhou-se com máquina a vapor; tem de se ir buscar a lã a Espanha, à feira de Évora, etc., vai-se buscar a lã...”²³.

²⁰ Criada por decreto do Ministério das Obras Públicas, publicado em 20 de Dezembro de 1864, embora só em 1884 tenha iniciado a sua actividade, a *Escola Industrial Campos Melo* constituiu-se, até quase aos nossos dias, como o único centro de formação profissional do País no ramo têxtil; e a que sucedeu, de certo modo, um século depois, a Universidade da Beira Interior (o primeiro curso leccionado foi, sintomaticamente, o de Eng^a. Têxtil).

²¹ CABRAL, M. Villaverde - *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Regra do Jogo, 1976.

²² A Covilhã sobressai como centro urbano a partir de 1860 devido ao impacte da industrialização, e cresceu 44% entre 1878 e 1900, em termos demográficos, ocupando a 7^a posição no *ranking* urbano nacional no fim do século XIX (RODRIGUES, Teresa F. - *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento e CEPSE, 2008, pp. 350-351).

²³ Pinheiro Chagas citado em MAIA, Fernando - “A Covilhã de Vila a Cidade”. in *À Descoberta da Covilhã*. Covilhã: Escola Frei Heitor Pinto (policopiado), 1992, p. 3.

A cidade da Covilhã virá a configurar a ideia de uma *cidade-fábrica*, atendendo ao *caldo* social e de cultura operária localmente erigido pela osmose entre o tecido urbano e a indústria dos lanifícios²⁴. Um indicador desta apreciável realidade industrial será a fundação por negociantes endinheirados do Porto, quatro anos depois da elevação da Covilhã à categoria de cidade, do Banco da Covilhã, num dos períodos áureos da indústria de lanifícios, com actividade até aos anos 30 do século XX²⁵. Este dinamismo urbano pode, igualmente, ser atestado logo após o fim da monarquia quando, em 1910, um grupo de cidadãos covilhanenses lançou e formalizou uma petição ao Ministro do Interior do então governo provisório do País, a exigir a independência da Covilhã de Castelo Branco, elevando a cidade serrana a “capital da província da Beira Baixa”²⁶. Da vitalidade da urbe é expressão sintomática a proliferação de dezenas de jornais que eram, na época, a grande fonte do conhecimento, de que se destaca o emblemático Jornal *Manchester*, trimensário que se intitulava “defensor dos interesses da Covilhã” e que se publicará entre 1864 e 1920.

As unidades fabris recenseadas antes da I Guerra Mundial detinham uma dimensão média de quase 100 operários e caracterizavam-se por uma excessiva polivalência. E terá sido devido ao isolamento da região que os lanifícios sobreviveram à concorrência britânica no decurso dos séculos XVIII e XIX, apoiados desde o início pelo protecçãoismo mercantilista do Conde da Ericeira e do Marquês de Pombal. Num relatório do inspector do ensino profissional (António Arroio) sobre a Escola Industrial da Covilhã escrevia-se em 1914: “o principal defeito da indústria provém do facto de os fabricantes não se especializarem. Fazem tudo, sem estar equipados para isso. Daí resulta a dupla consequência da imperfeição do produto

²⁴ A expressão *cidade-fábrica* tem sido utilizada desde Manuel Nunes Giraldes (GIRALDES, M. N. - *A Covilhã no Centenário*, Lisboa: Lalletment Frères Typ, 1880. Nas palavras de Manuel Villaverde Cabral a Covilhã foi modelada como um “ilhéu da industrialização” ou enclave industrial situado no interior montanhoso (CABRAL, M. V. - *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 176). Na Covilhã, “quasi toda a povoação se emprega no fabrico ainda que sem estabelecimentos regulares” (Castelo Branco, ACM, *Livro de Actas* nº 26, fl. 94 citado por JUSTINO, David - *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810-1913*. Vol. I. Lisboa. FCSH, 1986. Tese de Doutoramento em Sociologia e Economia Históricas, p. 131.

²⁵ O Banco da Covilhã foi fundado em 1874 com a sua sede na cidade da Covilhã. Mais tarde, em 1878, foi criada uma filial no Porto e tinha correspondentes em Lisboa, Elvas, Leiria e Abrantes. Cede empréstimo ao Município em 1892. Os seus estatutos foram reformulados em 1913, tendo-se procedido, em 1914, a uma redução do seu capital. A partir de 1926, começaram a decrescer os lucros do Banco, acentuando-se esta tendência a partir de 1929. Por deliberação da Assembleia-geral do Banco, datada de 6 de Junho de 1933, o Banco entrou em liquidação. Foi publicado no Diário do Governo, II Série, de 8 de Julho de 1933 o respectivo Aviso, que foi emanado pela Inspeção do Comércio Bancário (elementos recolhidos no *Arquivo Histórico do Banco de Portugal*, Novembro de 2000).

²⁶ “Histórias de uma Covilhã muito desconhecida”. *Jornal de Notícias* (6 Dez. 2018). [As histórias de uma Covilhã muito desconhecida \(jn.pt\)](https://www.jornaldenoticias.pt/historias-de-uma-covilha-muito-desconhecida).

e um preço elevado²⁷. A insuficiência da formação profissional tendia a fazer subir os salários pelo simples jogo da concorrência entre patrões para obterem mão-de-obra qualificada. Acresce a concorrência britânica que já se fazia sentir levando a indústria nacional a esconder a sua produção sob falsas etiquetas inglesas, caso contrário a mercadoria seria recusada pelo circuito comercial.

Quando comparadas as cifras do *Inquérito Industrial* de 1914²⁸ conduzido por Campos Pereira antes da guerra e as do *Inquérito Industrial* de 1881²⁹ quando os lanifícios da Covilhã atravessavam um dos períodos mais auspiciosos³⁰ verifica-se que o número de unidades praticamente se manteve: 161 em 1881 contra 160 em 1914. A força de trabalho nos lanifícios teria, em contrapartida, duplicado, passando de 8000 para 15000 operários. O número de teares mecânicos teria passado de 125 para 400, com a relação entre o número de teares e o de operários a passar, em três décadas, de 1/64 para 1/37,5 correspondendo a uma intensificação do trabalho de quase cem por cento. Em 1914 Campos Pereira referia que a indústria dos lanifícios tinha atingido uma situação de estrangulamento devido à falta de energia, que até então era assegurada pela força das torrentes da montanha. E acrescentava que isso criava “uma situação tão angustiante para o fabricante como para o operário”³¹. As indústrias tinham dificuldade na aquisição de motores para resolverem o problema técnico da falta de energia e dispunham de pouca margem para conseguirem o apoio de que careciam do Estado, especialmente no domínio dos transportes e créditos. A relativa fraqueza do sector desencorajava o investimento e a falta de investimento só agravava tal fraqueza³².

A indústria de lanifícios viria a registar novo impulso nos anos 30, enquadrado nos fornecimentos durante a Guerra Civil de Espanha e, logo a seguir, na conjuntura da II Guerra Mundial, a que cumulativamente se adicionou o florescimento da exploração mineira com influência na economia local. Efectivamente, nos primeiros anos da década de 1940 regista-se um considerável afluxo de mão-de-obra para as Minas da Panasqueira no território sul do concelho da Covilhã ocupando as duas margens do rio Zêzere. Foi uma conjuntura de exploração mineira intensa (24/24h)

²⁷ CABRAL, M. Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 211.

²⁸ CABRAL, M. Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX ...*

²⁹ CABRAL, M. Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX ...*

³⁰ PEREIRA, Miriam Halpern - “Os lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista”. in PINHEIRO, Elisa (coord.) - *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial. A Indústria Têxtil Europeia. Os fios do passado a tecer o futuro. Uma abordagem pluridisciplinar*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998, pp. 575-594.

³¹ Campos Pereira citado em CABRAL, M. Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX ...*, p. 211.

³² A máquina a vapor chegou tarde à Covilhã (meados do século XIX), tendo antes desenvolvido a técnica de aproveitamento da energia hidráulica que contrariou a regra da Revolução Industrial de que não haveria industrialização sem energia a vapor.

exigindo a utilização de contingentes de operários recrutados na região e fora dela. O minério aí extraído (volframite) misturado com aço proporciona uma liga metálica extremamente resistente e, logo, de grande apetência para o fabrico de material bélico. Os anos da guerra eram de penúria generalizada, sendo muito difícil a obtenção de emprego, mas o complexo mineiro, atendendo aos lucros avultados que a guerra proporcionava na procura do volfrâmio, era um potencial empregador³³.

O fim da II Guerra Mundial não prolongaria por muito os tempos prósperos então vividos. Um esquema social, político e económico fechado, como o preconizado pelo Estado Novo não permitia acompanhar a modernização da Europa do pós-guerra. Os anos de ouro do regime vão durar até à década de 1950, e a opção ruralista³⁴, elevada a desígnio nacional, irá favorecer inexoravelmente a eleição de determinados grupos sociais como agentes de crescimento, a que corresponderá um tipo de funcionamento por circuitos de influências (centralizado em Lisboa) e o privilegiar de relações bem definidas entre grupos de interesses. Os empresários covilhanenses, habituados como estavam ao proteccionismo estatal, reforçado com o *Condicionamento Industrial* enfrentam obstáculos que entravam a reestruturação industrial, ao nível da modernização dos equipamentos e da inovação na gestão, revelando o modelo de mono-industrialização, até então vigente, um progressivo esgotamento³⁵. O *Condicionamento Industrial* como elemento constituinte das bases sociais do Estado Corporativo representará um verdadeiro instrumento de política de fortes implicações na industrialização local. A um grupo de indústrias seleccionadas irá impor um regime de condicionamento, ou seja, por intermédio do Ministério da Indústria o Estado reserva-se o direito de impedir a sua implantação pela não concessão da respectiva licença. Sob o mesmo regime de condicionamento industrial ficará também o denominado trabalho caseiro, que já no início do século XIX tinha uma expressão muito significativa. Condiciona o trabalho de pequenas empresas de carácter familiar, limitando o número de teares e restringindo o leque

³³ VAZ, Domingos - *Cidades Médias e Desenvolvimento: o caso da cidade da Covilhã ...*

³⁴ Perpetuada por objectivos ideológicos e instrumentos de política que mantinham o regime fechado e isolado, e baseada nas grandes propriedades num extremo e na agricultura de subsistência no outro, com bolsas industriais urbanas pelo meio. NEVES, Oliveira das - “Tecido produtivo e emprego: entre a mono-indústria e a diversificação”. in RODRIGUES, M. João; NEVES, Oliveira das (coords.) - *Políticas de reestruturação, emprego e desenvolvimento regional*. Lisboa: IIEFP, 1994, pp. 227-262.

³⁵ Veja-se: Comissão de Coordenação de Planeamento da Região Centro - *Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira: relatório apresentado pelo Subgrupo da Indústria do Grupo de Trabalho nº6* - Cova da Beira. Coimbra: CPRC. [policopiado], 1973, que apresenta uma caracterização da indústria de lanifícios do Grémio da Covilhã, bem como as recomendações propostas pelo consultor da OCDE, Roger Haour (pp. 95-184).

de produtos permitidos³⁶. O condicionamento industrial será alargado às indústrias complementares, como é o caso da metalurgia de máquinas e ferramentas (teares incluídos), constituindo-se como um factor de controlo político, gerando a divisão e a conflitualidade entre agentes ao nível local.

A alteração dos factores tradicionais de localização industrial, as características específicas da estrutura empresarial, enquanto grupo e imaginário, o envelhecimento do parque de máquinas, o alheamento dos mercados, a concorrência das fibras sintéticas, a indústria de malhas e confecções, conduzirão a Covilhã a uma cidade industrial em decadência. E a consolidação de alguns elementos descritos ao longo do tempo, transformando alguns deles em factores de identidade, terão funcionando como entraves a uma reorientação das estratégias empresariais para fora dos lanifícios e da fileira têxtil, dificultando a emergência de um empresariado endógeno associada a novos sectores económicos³⁷. É a partir de meados dos anos 60 que a crise se acentuará, devido sobretudo à não racionalização dos processos de trabalho e a uma forte dependência dos mercados estrangeiros. Quando há maiores encomendas (na sequência da abertura dos mercados e da adesão à EFTA), os lanifícios têm dificuldade em responder num quadro de crescente concorrência internacional. É uma conjuntura em que o preço da matéria-prima sobe bastante, a inflação é *importada* e dispara para níveis descontroláveis, o que vai provocar as reivindicações sindicais de melhores salários e condições de vida e de trabalho operário³⁸.

Com um mercado de trabalho muito dependente da indústria têxtil, a Covilhã viria a conhecer dificuldades acrescidas com a crise generalizada do sector após a revolução de 25 de Abril de 1974, na continuidade de uma conjuntura particularmente instável que já se vinha sentindo. Mesmo assim a indústria têxtil ocupava ainda 87% do emprego industrial do concelho da Covilhã em 1977, numa situação típica de mono-indústria³⁹.

³⁶ Os *teares de pau* foram, em grande número, destruídos uma vez que a posse de um número variável de teares manuais permitia, com a sua subsequente inutilização, a aquisição do alvará para um tear mecânico (PINHEIRO, Elisa - "A Covilhã e o património industrial". Suplemento do *Jornal do Fundão*, nº 2773 (15 Out. 1999). Contudo, o trabalho *caseiro e familiar autónomo*, por se considerar estar de acordo com os ideais do Estado Corporativo, por obstar à concentração industrial e por defender a família, concede-se *isenção* de condicionamento "ao fabrico de tecidos e artefactos de qualquer fibra, designadamente de cunho regional e artístico, em teares manuais ou no número máximo de dois teares mecânicos" (Lei do Condicionamento Industrial, 1952).

³⁷ NEVES, Oliveira das - "Tecido produtivo e emprego: entre a mono-indústria e a diversificação ..."; VAZ, Domingos - *Cidades Médias e Desenvolvimento: o caso da cidade da Covilhã* (...). Exactamente, por actuação dos factores tradicionais de localização; se, por um lado, a sua interioridade geográfica isolou a cidade dos grandes pólos de desenvolvimento, por outro, os condicionalismos geográficos ofereciam os recursos para a indústria de lanifícios; como a cultura de gados na Serra de Estrela e a existência de duas ribeiras como força motriz e com boa água para o tratamento das lãs.

³⁸ A título ilustrativo refira-se que, "enquanto em 1940 a Covilhã representava 62% da produção nacional, em 1970 não produz mais de 35%". Cf. DUARTE, Isabel - "Relações socio-económicas numa região industrial em transformação: o caso da Covilhã". *Sociologia: Problemas e Práticas* 5 (1988), pp. 127-148.

³⁹ DUARTE, Isabel - "Relações socio-económicas numa região industrial ..."

A tendencial terciarização do mercado de trabalho e a correspondente heterogeneização da composição social da população residente constitui um processo que se desenvolve significativamente a partir da década de 1980, sob a influência de vários factores: a expansão do sector de serviços, a qualificação escolar de segmentos crescentes da população e a maior integração da Covilhã num sistema urbano de circulação de pessoas e bens. A comparação dos resultados dos censos populacionais de 1981 e de 2001 permite constatar a passagem de uma matriz classista altamente proletarizada para uma estrutura social mais diversificada, assim como o crescimento do sector de serviços, configurando um cenário em que se desfez a dicotomia classista, assim como a hegemonia cultural ligada à indústria têxtil que vigorava absolutamente na cidade⁴⁰.

2. A cidade pós-industrial: universidade e ambiente

Em que medida a criação e crescente consolidação da Universidade na Covilhã abre um novo ciclo à cidade?

No centro da transformação da Covilhã estão os efeitos económicos, sociais, urbanos e culturais resultantes da criação em 1986 da Universidade da Beira Interior (UBI), que vai contribuir para a conversão da economia local ao sector terciário e para uma crescente heterogeneidade social da população residente. Enquanto agente estruturador, a Universidade promove a redefinição das estratégias locais e, a nível identitário, afirma-se como activo privilegiado de reforço do poder simbólico, social e político da própria cidade. Afirma-se com potencialidade para a indução de políticas inovadoras direccionadas para a recriação de um ambiente urbano atractivo. Neste sentido apontam pesquisas por nós concretizadas relativas às representações urbanas locais que reflectem aspectos tradicionais enquadrados num imaginário desenvolvimentista⁴¹. Uma organizada em torno de elementos históricos registados na memória colectiva, outras caracterizadas por um carácter pragmático ligadas às instituições locais, sobressaindo a UBI, cujo papel é singularizado pelo seu contributo para a auto-imagem da cidade e para a sua projecção externa.

⁴⁰ CARVALHEIRO, R. - "Que margens tem o urbano?". In VAZ, Domingos (org.) - *Cidade e Território: Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças*. Lisboa: Editora Celta, 2008, pp. 47-64. (Carvalho, 2008). Albergando a Covilhã os marcos principais da mais clássica indústria portuguesa, e não obstante as grandes transformações sociais e económicas, no presente a persistência de algumas (poucas) unidades industriais no ramo têxtil e muito menos trabalhadores, produz cerca de 30 milhões de metros de tecido/ano.

⁴¹ VAZ, Domingos - *Cidades Médias e Desenvolvimento: o caso da cidade da Covilhã ...*

A cidade da Covilhã parece estar hoje muito associada ao destino da própria Universidade⁴². A academia surge evidenciada como fonte de renascimento da própria urbe no âmbito de um imaginário cultural e científico. Atendendo à dimensão demográfica da cidade, a inserção urbana, nomeadamente do universo estudantil é muito significativa não só do ponto de vista do consumo, mas igualmente do ponto de vista da inovação, quer no quotidiano da vida cidadina, quer por contribuir para a multiplicação de contactos com o exterior com efeitos evidentes em termos de interacção social e na reconfiguração das vicissitudes locais tendencialmente mais cosmopolitas⁴³. O intercâmbio que daqui resulta com a atracção de indivíduos provenientes de lugares muito diferentes (a nível de ideias e interacções) reconfigura a cidade enquanto colectivo *aberto* à diversidade cultural. E, assim contribuindo para as cidades de pequeno e médio porte explorarem novas dinâmicas socioeconómicas, culturais e lúdicas, potenciando novas oportunidades de captação de mais-valia para o *capital territorial* em regiões que enfrentam dinâmicas regressivas associadas ao despovoamento destes territórios de baixa densidade do interior português⁴⁴. São criadas as condições para uma nova geração de estratégias locais orientadas para iniciativas imateriais, que fomentem a qualidade de vida e uma identidade própria. Ao mesmo tempo, capazes de criar estímulos à fixação de pessoas, entre as quais incluímos, por exemplo, programas orientados para o apoio a estudantes universitários estrangeiros de prolongamento da estadia por um ou dois anos, e à sua inserção na vida da comunidade, criando condições para que desenvolvessem projectos e ficassem por cá, se quisessem⁴⁵.

Ora a capacidade de uma cidade para atrair *talento* advém da sua diversidade cultural, afabilidade do local, *tolerância* para as pessoas não convencionais, entre outros factores associados ao *capital territorial*, em particular das cidades pequenas e médias. O “capital territorial remete para os elementos constitutivos da riqueza do território (actividades, paisagens, património, conhecimentos, etc.) na perspectiva não de um inventário quantificado, mas sim na busca de especificidades que podem ser valorizadas”⁴⁶. As instituições de ensino superior fazem parte desse novo contexto pós-industrial, criando perfis tendencialmente mais multifuncionais das cidades, assim como novas condições estruturais sociodemográficas e espaciais. E as cidades,

⁴² VAZ, Domingos - “A Covilhã vista pelos covilhanenses: representações e práticas sobre uma urbanidade em transformação”. *Forum Sociológico* 18 (2008), pp. 89-102.

⁴³ VAZ, Domingos; NOFRE, Jordi - “Inovação urbana em territórios periféricos: Um balanço crítico da região da Beira Interior”. *Revista Finisterra* 54/111 (2019), pp. 5-19. A incidência estudantil atinge um valor notável superior a um terço da população residente, considerando as freguesias urbanas (dados recolhidos na DGEEC, incluindo os estudantes em mobilidade internacional).

⁴⁴ VAZ, Domingos; NOFRE, Jordi - “Conhecimento, criatividade e novas dinâmicas urbanas ...

⁴⁵ Não seria desprezível o impacto até económico que essa partilha de experiências com pessoas de outras culturas acabaria por ter na forma de estar, de enfrentar os problemas, de quem já cá está.

⁴⁶ VAZ, Domingos; NOFRE, Jordi - “Conhecimento, criatividade e novas dinâmicas urbanas ... p. 79.

com a sua complexidade e diversidade, constituem-se em palcos privilegiados para a aplicação de políticas e mecanismos para a criatividade, com as *indústrias criativas* a contribuírem para a sua regeneração económica e social, e para a reconstrução das identidades locais. No decurso das últimas décadas o papel da economia criativa, artística e do conhecimento na revitalização socioeconómica de áreas urbanas nas cidades pós-industriais tem sido amplamente estudado a partir de diferentes abordagens disciplinares e metodológicas para um número muito significativo de cidades do mundo⁴⁷.

É sabido que o sucesso das cidades depende hoje da sua capacidade para atrair a *nova classe criativa*, possuidora de elevada mobilidade⁴⁸. Actualmente são reconhecidas as ligações e relação entre capital criativo, qualidade de vida e sustentabilidade, enquanto a diversidade cultural, a afabilidade local e a *tolerância* potenciam a inovação e a criatividade e, logo, a urbanidade⁴⁹.

A atracção de talento, em particular de *talento criativo*, tem um impacte interessante no rejuvenescimento da cidade, na regeneração urbana, na valorização do património e na projecção e internacionalização da imagem das cidades. Existem exemplos de iniciativas locais de política urbana que privilegiam a dinamização e a criação de espaços com condições de atractividade. Estes podem ser espaços devolutos ou subutilizados, correspondendo à refuncionalização de antigas zonas industriais ou de logística. Richard Florida ou Charles Landry cunharam o conceito de *cidade criativa* que pode ser associado aos processos de revitalização de muitas cidades ocidentais desde a década de 90, mas a lógica da competitividade tem os seus limites como alerta o geógrafo catalão Oriol Nel-lo⁵⁰ designadamente quando trabalha a expressão dos movimentos urbanos contemporâneos, e que apesar de defrontarem circunstâncias adversas, buscam a reconstrução da vida em comum na sociedade.

É importante assinalar a dificuldade das políticas urbanas designadas clássicas não só de trabalharem ao nível de uma maior igualdade e do acesso aos

⁴⁷ LANDRY, Charles - *The Creative City: a toolkit for urban innovators*. London: Earthscan, 2000; HALL, Peter - "Creative cities and economic development". *Urban studies* 37/4 (2000), pp. 639-649; MOMMAAS, Hans - "Cultural Clusters and the Post-industrial city: towards the remapping of urban cultural policy". *Urban Studies* 41/3 (2004), pp. 507-532; SCOTT, Allen J. - "Creative cities: Conceptual issues and policy questions". *Journal of urban affairs* 28/1 (2006), pp. 1-17; LAZZERETTI, Luciana; BOIX, Rafael; CAPONE, Francesco - "Do creative industries cluster: mapping creative local production systems in Italy and Spain". *Industry and Innovation* 15/5 (2008), pp. 549-567; LAZZERETTI, Luciana; BOIX, Rafael; CAPONE, Francesco - "Why do creative industries cluster? An analysis of the determinants of clustering of creative industries", *IERMB Working Paper in Economics* 9/2 (2009).

⁴⁸ BOSCHMA, Ron; FRITSCH, Michael - "Creative class and regional growth: Empirical evidence from seven European countries". *Economic Geography* 85/4, 391-423 (2009) <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2009.01048.x>.

⁴⁹ A urbanidade enquanto germinação de um ecossistema urbano que atende as funcionalidades diferenciadas da cidade, mais solidárias e sustentáveis, na significação que lhe atribui FORTUNA, Carlos - "Urbanidades invisíveis". in *Cidades e Urbanidades* Lisboa: ICS, 2020, pp. 199-214.

⁵⁰ Oriol Nel-lo - *A Cidade em Movimento*, Lisboa: Edições Tigre em Papel, 2018.

direitos fundamentais da cidade, como até de compreenderem os novos problemas dos meios urbanos. E faz sentido interrogar se quem está a competir são as cidades ou os portadores de interesses económicos que nelas estão radicados, sem que daí advenha melhoria nas condições de vida das populações⁵¹. Por exemplo, na construção da imagem da cidade o mesmo autor, Oriol Nel-lo, encontra paradoxos. O ponto de partida consiste em seleccionar os traços distintivos que particularizem um determinado lugar, o que cria a contradição de se estar a atrair agentes comuns da globalização da economia, que nas diversas cidades onde operam acabam para contribuir para a homogeneização, fazendo desaparecer os traços diferenciadores que serviram de factor de atracção no início do processo. A urbe é sinónimo de movimento e se a reduzirmos a uma imagem estável isso tanto lhe elimina a complexidade como fixa apenas alguns traços simplificando a comunicação, mas tornando invisíveis os processos dinâmicos. As cidades querem ser inconfundíveis, mas a mercantilização pode apagar os traços distintivos! Se, em teoria, se deseja reflectir o pulsar da cidade será decisivo que daí advenha uma melhoria das condições de vida para os grupos sociais e que as estratégias de mudança tenham em conta a criação de um protagonismo por parte das suas organizações e dos seus actores, numa sociedade cada vez mais global e comandada por valores, pela cultura e por objectivos de sustentabilidade.

Numa evocação do seu legado patrimonial associado à ancestral indústria de lanifícios, a cidade tem acolhido desde 2011 o *Woolfest – Covilhã Art Festival*. As várias edições têm envolvido criadores nacionais e internacionais que recriam traços identitários da Covilhã (lanifícios, os fios, a lã...), pintando edifícios abandonados, ou murais; lugares urbanos *esquecidos* na zona antiga da cidade são assim reanimados, transformando a cidade num pólo de arte urbana de inquestionável singularidade. E a expressão criativa alarga-se à criação numa antiga fábrica com maquinaria têxtil do *New Hand Lab*, reunindo um núcleo de criadores que impulsionam uma acção voluntarista em diversos domínios das artes e da cultura. A contextualização em ambiente de arqueologia industrial faz tributo à *cidade da lã* e ao seu rico património numa simbiose entre a inovação e a tradição. A par das instituições que alberga, como a Universidade, a cidade reinventa-se, sobretudo, enquanto palco propício à criatividade, ao florescimento de projectos para a actividade económica e formas de expressão cultural e artística.

As preocupações com a melhoria do ambiente urbano podem repercutir-se no planeamento e desenho urbanos para que sejam realizados em concordância com os sítios, retirando partido das características morfológicas locais e de com elas estabelecer, os princípios estruturantes fundamentais do espaço urbano, os

⁵¹ Principalmente se o fomento do ambiente de atractividade acontece, por exemplo, à custa da precarização do trabalho.

seus elementos singulares. À *cidade morfológica* associamos a paisagem urbana, que enquadra os elementos constituintes do sítio (topografia, arquitectura, pontos notáveis, seres humanos, animais, vegetação, luz, cor), apreendida pelos sentidos e ferramenta para decifrar o carácter de cada cidade⁵². A adopção da Convenção Europeia da Paisagem (CEP)⁵³ que abrange as paisagens urbanas, surge como instrumento que nas últimas décadas (re)apareceu com força em domínios como o património, tanto natural como cultural, ou o planeamento. A conceptualização em torno da paisagem adquiriu novos significados, sem perder os que detinha anteriormente⁵⁴. A partir de uma relação, mais ou menos vaga, com a natureza, de *quadro cénico*, onde as acções humanas se desenvolveram, hoje a paisagem é enfatizada enquanto ligação profunda entre a natureza e a sociedade⁵⁵. O conceito supera a visão patrimonial e torna-se uma ferramenta para a análise, a formulação de estratégias e a gestão dos territórios, que é, em suma, o que preconiza a CEP⁵⁶.

Na Covilhã muitas das intervenções que têm vindo a realizar-se são genéricas, conduzindo a uma notória banalização do espaço urbano e da paisagem, desconectados do meio envolvente: a montanha. A sua leitura poderá por isso indicar um caminho para compreender e reinventar novas formas de abordar a paisagem urbana contemporânea. Exceptuam-se, porém, as propostas pioneiras do arquitecto Bartolomeu Costa Cabral para a Universidade e as de Teotónio Pereira para a *Polis*. A *reinvenção* da cidade de Costa Cabral centra-se numa leitura do património construído e paisagístico, integrando funções e linguagens arquitectónicas em sintonia com as exigências funcionais da actualidade e com os paradigmas da cidade pós-industrial. Desde a criação, em 1973, do Instituto Politécnico da Covilhã aquele arquitecto continuou a projectar as sucessivas extensões do que se tornou hoje a UBI. Nas suas intervenções destacam-se a qualidade formal, a valorização das preexistências e da paisagem covilhanense, usando a arquitectura de expressão contemporânea como harmonizadora de espaços urbanizados com espaços naturalizados de montanha,

⁵² MATOS, M. João; VAZ, Domingos - "Covilhã e cidades alpinas: o contributo da paisagem para a sustentabilidade urbana". in *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: APS. 2012 Disponível em: https://associacaoportuguesasociologia.pt/vii_congresso/?area=016&tipo=atas3&pchave=Cidades+de+Montanha

⁵³ *Conseil de l'Europe*, 2000.

⁵⁴ O articulado da Convenção Europeia da Paisagem reflecte a nova visão logo no artigo 1, ao referir que a paisagem significa qualquer parte do "território percebida pela população, cujo carácter é o resultado da acção e a interacção de factores naturais e humanos», explicitamente introduzindo a percepção.

⁵⁵ LALANA, José Luís; Vaz, Domingos - "Entre el territorio y el paisaje. Una nueva epistemología para la justiça territorial". in *Atas do X Congresso Português de Sociologia*. Covilhã: APS, 2018. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/X_Congresso/Territ%C3%B3rios_XAPS-32966.pdf

⁵⁶ A Convenção Europeia da Paisagem foi adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa no ano de 2000. Portugal aderiu no ano de 2005. A tradução em português está disponível em: <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016802f3fb7>

reforçando a imagem de uma cidade em sintonia com seu meio⁵⁷. A conceptualização de transformação da cidade idealizada por Nuno Teotónio Pereira, plasmada no projecto do programa *Polis Covilhã* (iniciado em 2000) rege-se pelos mesmos princípios⁵⁸. Assume-se como uma proposta para uma cidade sustentável, apontando para um modelo ecológico como estruturador da cidade pós-industrial: centra-se na reconversão paisagística das antigas áreas industriais ao longo das duas ribeiras (Goldra e Carpinteira) e na mobilidade pedonal, constituindo uma rede estruturante que contraria uma topografia difícil.

Na actualidade, o debate sobre a temática ambiental urbana tem gerado abordagens com um consenso construído em torno da ideia de *cidade sustentável*. Uma das possíveis abordagens articula-se com o desenvolvimento da ecologia, particularmente com as ideias difundidas principalmente pela escola filosófica da *ecologia profunda*, fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess no início dos anos de 1970. Esta concepção ecológica vê o mundo como uma rede de fenómenos que estão interconectados e são interdependentes, trabalhando a relação íntima entre os seres humanos e o ambiente natural. A ecologia profunda reconhece o valor inerente de seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

O propósito centrado no urbanismo quotidiano⁵⁹ tem a vantagem da proximidade, de uma intervenção localmente decidida, assente em compromissos institucionais de várias escalas e tipos (privado, público, etc.), capaz de integrar, em simultâneo, o urbano, o ambiente, as culturas locais e as formas de participação. Depois o urbanismo quotidiano liga-se a uma identidade urbana. Pela capacidade de cada um gostar do sítio, do bairro e da cidade onde reside porque se identifica com ele. Trata-se da geração de um sentimento de pertença que tem consequências não apenas nas formas de apropriação individual e familiar, mas também no investimento social e colectivo na vida local. Das condições para o direito à diferença, e de todos terem o direito de sentir que têm um lugar na cidade. O sentimento de pertença e de identificação são determinantes na produção do urbanismo quotidiano⁶⁰.

⁵⁷ CABRAL, Bartolomeu C. et alii. - *A Universidade e a cidade - The University and the City. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 1974-2004*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005; MATOS, M. João; VAZ, Domingos - "Covilhã e cidades alpinas: o contributo da paisagem para a sustentabilidade urbana...."

⁵⁸ PEREIRA, N. Teotónio - "Reconquistar a mobilidade pedonal: um plano para a Covilhã". *Sociedade e Território* 37/38 (Jun. 2004), pp. 119-125; PEREIRA, N. Teotónio et alii. - *Uma ideia para a cidade da Covilhã. Nuno Teotónio Pereira. Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew. Prize Nominee. UIA 2005*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos/Conselho Directivo Nacional. Caleidoscópio, 2005.

⁵⁹ Guerra, Isabel - "Tensões do Urbanismo Quotidiano". in PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (orgs.) - *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 237-251.

⁶⁰ Enfatizamos as intervenções orientadas tanto para identificar memórias e patrimónios urbanos que sedimentam as identidades locais e reabilitá-los, modernizá-los e valorizá-los, como para gerar novas identidades (espaciais, arquitectónicas, artísticas) com base na história recente das regiões.

Esta alusão aos problemas da cidade e à abordagem ecológica não evoca apenas os temas clássicos da escola ecológica de Chicago. Faz antes acudir à mente a relação entre o urbanismo, entendido como transformação *artificial* do ambiente, e o contexto natural e biológico. A associação ecologia-cidade propõe, então, como objecto de reflexão o papel que o urbanismo tem na alteração do equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas de que fazem parte. Trata-se de procurar uma política de organização espacial que leve em linha de conta a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre o homem, a sociedade e a natureza, elementos que formam uma equação particularmente desafiadora. Na medida em que a *boa forma* da cidade não é separável de um urbanismo próximo do cidadão, ou seja, de um urbanismo de pormenor cujo processo de decisão – concepção e produção do espaço urbano e sua gestão – dê lugar à participação próxima do cidadão e da comunidade sob formas democráticas de representação.

Conclusão

Historicamente a Covilhã constituiu-se como *cidade-fábrica* em osmose com a indústria dos lanifícios, que desde tempos recuados moldaram o tempo e o espaço urbano local. A cidade afirmou-se com uma actividade industrial expressiva modelando um *habitat* cujas memórias relacionadas com o trabalho da lã se perpetuam num imaginário e numa antroponímia diversificada. A localização geográfica, se não foi relevante nos processos de formação, será determinante na contemporaneidade, com a política económica favorecida pelo Estado, as emigrações e o declínio industrial após os anos de 1960 e 1970. O modelo de desenvolvimento da indústria local defrontará sérias dificuldades em se reestruturar quando se acentuou a perda da competitividade industrial da cidade, face à emergência de novos pólos industriais, em consequência da abertura de novas áreas económicas e novos mercados. A maior concorrência exigia uma resposta pronta da indústria local para vencer os obstáculos que entravaram a reorganização empresarial no plano da modernização do parque de máquinas e da inovação quer ao nível do produto quer ao da própria gestão empresarial. A situação agrava-se com a crise energética e a mudança de regime político em 1974, sobrevivendo a maior parte das empresas, já então descapitalizadas e obsoletas, à custa do preço baixo da sua mão-de-obra abundante.

As circunstâncias adversas conduzem ao esgotamento profundo do modelo económico de mono industrialização até então vigente, e confrontam, ontologicamente, a cidade industrial levando à necessidade de reconversão do paradigma económico e social que até então a havia estruturado. O acelerado

processo de desactivação de muitas unidades fabris, a partir de meados da década de 1970, representou, aos olhos dos covilhanenses, a ruína do símbolo marcante da *cidade industrial*, passando a cidade a auto-intitular-se, frequentemente, até meados dos anos de 1980, de *cidade-fantasma*⁶¹.

A criação do ensino superior na Covilhã constituirá o verdadeiro catalisador da profunda transformação económica, social e cultural, que vai viabilizar o novo paradigma da revitalização urbana, não obstante a persistência de algumas actividades industriais com tradição têxtil (hoje deslocadas nos parques industriais do Tortosendo e Canhoso e exigindo uma mão-de-obra escassa devido à automatização). Assim, o Instituto Politécnico da Covilhã, instalado em 1973, no âmbito da reforma do ministro Veiga Simão, com a finalidade de ampliar a rede pública de ensino superior, será reconvertido no Instituto Universitário da Beira Interior em 1979 e na Universidade da Beira Interior em 1986. A opção por localizar a instalação desconcentrada dos diversos pólos da Universidade no interior do perímetro urbano da cidade, em detrimento da adopção do modelo anglo-saxónico de *campus* universitário, foi decisivo para estimular a inserção das valências académicas no seio do tecido urbano local promovendo a sua revitalização. Isso foi conseguido com a recuperação de diversos imóveis e complexos fabris aí localizados, com traça histórica e qualidade arquitectónica, e que foram refuncionalizados com actividades universitárias. Sintomaticamente os fluxos estudantis entre os pólos universitários, logo entre as áreas da cidade, ilustram bem a mudança de paradigma da Covilhã. O universo estudantil atinge cerca de um terço da população residente, adquirindo um significado urbano relevante, quer no quotidiano da vida cidadina quer por potenciar contactos com exterior.

Hoje a exploração de novas dinâmicas socioeconómicas, culturais e lúdicas é estimulada pela Universidade, a cuja génese se procura aliar uma redefinição das estratégias locais e a valorização de um ambiente urbano atractivo, em diálogo com a herança histórica, cultural e ambiental. Apuramos que a sua representação remete para a assunção da academia como pólo de irradiação de dinâmicas variadas, tanto económicas como sociais ou culturais. É favorecida a reconfiguração do espaço urbano cada vez mais *aberto*, promovendo perfis urbanos mais multifuncionais, bem como novas condições estruturais sociodemográficas e territoriais. Assim como se vai estruturando a cidade pós-industrial sabendo-se que a existência de um ambiente diversificado e *tolerante* afecta a possibilidade de regiões e cidades

⁶¹ VAZ, Domingos - *Cidades Médias e Desenvolvimento: o caso da cidade da Covilhã ...*; PINHEIRO, Elisa; SILVA, Manuel J. S. - "A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva..." pp. 1-21.

redefinirem os seus processos identitários e mobilizarem as suas capacidades de criatividade e competirem em termos de talento criativo.

A cidade da Covilhã defronta o desafio de se saber identificar e afirmar como centro de conhecimento e inovação, com referências de cidadania e coesão social, e como espaço de qualidade ambiental e de vida, bem integrado na região e nos nós das redes nacionais e internacionais.

Conclusões

Adelaide Millán da Costa¹

“Simple they were not”

Escolhi, como mote destas conclusões, uma inspiradora afirmação de Christopher Dyer relativa às pequenas cidades no período medieval. Após a leitura deste livro, a referida afirmação transforma-se em constatação aplicável à generalidade destes núcleos urbanos, para além da cronologia e do lugar em que se situem. Aceitemos, pois, a complexidade do estudo do tema - pequenas cidades - como base da escrita de umas poucas linhas que encerram este volume compósito, atributo que adquiriu ao reunir textos produzidos no âmbito de dois encontros científicos distintos.

Começemos por fazer um breve percurso pela I^a parte do livro, iniciada com o exaustivo argumento da autoria de Jean-Luc Fray, que estruturou o colóquio “Pequenas Cidades e Ambiente”. Após ter aclarado os campos semântico e concetual, bem como atualizado o estado da arte, Jean Luc Fray foca-se no cruzamento das duas áreas de investigação em presença, expondo cinco diretrizes para orientar as respostas ao seu repto. Esses tópicos traduzem formulações temáticas puras e unívocas que foram acolhidas e desenvolvidas pelos autores de uma forma entrosada. Assim, na hora de ordenar os textos, o livro foi organizado de acordo com o fio condutor que as contribuições dos participantes tornaram possível.

As 4 subsecções de “Pequenas Cidades e Ambiente” estruturam-se, cumulativamente, em função da perspectiva de análise adotada pelos investigadores

¹ Universidade Aberta. Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH.

e da coerência temática. Assim, distinguem-se: (i) a abordagem de objetos de estudo com amplitude territorial; (ii) a observação arqueológica com as suas especificidades ao nível das fontes, métodos e resultados; (iii) a visualização dos fenómenos em escala pormenorizada; (iv) o estudo da ação das sociedades e dos poderes face ao ambiente.

Esboçemos algumas considerações transversais sobre o conjunto destes artigos.

Face à meticulosa distinção entre ambiente natural e área envolvente, estabelecida por Jean-Luc Fray, a maioria dos autores orientou os seus trabalhos para a perspetiva ambiental. Tal opção é visível na escolha das palavras-chave dos artigos, na bibliografia teórica de sustentação e, em alguns casos, na aplicação efetiva da utensilagem concetual e metodológica desta corrente historiográfica. Contudo, as duas noções – englobando na segunda tanto o domínio jurisdicional de um centro urbano, quanto a sua influência económica -, entrecruzam-se em praticamente todos os textos, excetuando os que se focam em problemáticas centradas no interior do espaço urbano. Acresce que só de forma artificial os sistemas sócios ecológicos (apropriando a terminologia usada por Emílio Martín, tal como o fizemos para os títulos das subsecções do livro) poderiam ser decompostos entre o natural e o humano.

Se existe uma ideia chave que se destaque da globalidade dos textos é a de interação entre todas as variáveis equacionadas, sejam estas: (i) pequenos núcleos urbanos, quer entre si, quer com o mundo rural; (ii) as grandes cidades com centros de média ou reduzida dimensão; (iii) uma vila com o seu próprio espaço, o alfoz ou um território mais vasto sobre qual exerça qualquer tipo de intervenção ou de controle. Os resultados dessa influência recíproca traduzem-se em complementaridade, mais ou menos equilibrada de acordo com os tempos, as mais das vezes em depredação - quando se autonomiza o conceito de natureza (ainda que antropizada) -, mas também pode manifestar-se em fruição.

No primeiro bloco de artigos, no qual os autores adotam enquanto objeto de estudo unidades geográficas, destaca-se: (i) a interligação entre pequenos centros urbanos e área rural, traduzida em fluxos de bens, migrações, transumância bem como alteração de atividades desenvolvidas (C. Dyer); (ii) o vínculo estabelecido entre uma sociedade em crescimento demográfico e económico e os ecossistemas costeiros e da serra (E. Martín Gutiérrez); (iii) o incremento da antropização e a mudança de um equilíbrio pré-existente provocado pelo processo de povoamento desenvolvido por populações cristãs (J. López Ryder); a evolução cultural da sociedade urbana que não só carrega a natureza para o seu espaço interior, como promove a construção de estâncias balneares e termas, explora o mar e a vegetação como bem cultural (P. Borsay).

Autonomizadas numa subsecção, as abordagens arqueológicas consideram os materiais remanescentes em “cápsulas de informação histórica” que, também elas,

traduzem fluxos e diálogos: (i) as dinâmicas de continuidade/descontinuidade da ocupação do espaço de um centro urbano e respetivos níveis de impacto na paisagem (M. Bueno); (ii) a ativação/desativação de estruturas de armazenamento medievais e modernas – os silos – que testemunham a gestão de resíduos urbanos, no tempo longo de uma vila (F. Cuesta-Gómez; S. Prata; J. Magusto); (iii) a insalubridade de espaços degradados, atuais vazadouros, que preservam a deslocação de centralidades na área urbana (T. Ramos; A. Cameijo; V. Pereira); (iv) o diálogo do ambiente com o centro urbano de uma ilha, feito de temporais, sismos, destruição e, em épocas mais recentes, de incorporação do verde na cidade (J. Araújo).

Quando a perspetiva de análise adotada é de grande proximidade do objeto de estudo, como ocorre nos textos do 3º grupo, o conceito estruturante de interação também se encontra presente: (i) quer se estude a gradação do impacto causado por uma vila sobre o território mais próximo ou mais distante que a envolve (St. Boisselier; C. Almeida) (ii) quer a concorrência entre dois pequenos centros urbanos pelo domínio de recursos naturais complementares e indispensáveis à sua sobrevivência (P. Cunha); (iii) quando se acompanha, no tempo longo, o vínculo estabelecido entre um rio e uma vila, vínculo esse cimentado por benefícios e destruição (I. Olaia); (iv) ou se abordam as alterações no aproveitamento de recursos naturais por um núcleo urbano, conjugadas com o crescimento demográfico e a rutura política e jurídica vivenciados no reino (A. C. Silveira).

O último conjunto de artigos detém-se na regulação societária dos recursos e do ambiente. Como (i) a normativa régia que tende a integrar centros urbanos costeiros nas redes de comercialização, mas que não sustém o seu desaparecimento (M. Tveit); (ii) a regulamentação da pesca, traduzida em disposições protecionistas por motivos fiscais e económicos, motivada pelo esgotamento de recursos pesqueiros fluviais (E. Ruiz Pilares); (iii) as reiteradas ações desenvolvidas pelas comunidades face a problemas ambientais vividos em povoações costeiras (J. Añibarro Rodríguez); (iv) as respostas societárias a catástrofes provocadas pela natureza, ocorridas em pequenas cidades (G. Naegle); e, por fim, e relativo a uns séculos depois, as medidas face ao desassoreamento através de um imposto “ambiental”, com o propósito de moldar a paisagem e fazer ordenamento do território (A. I. Lopes).

Em suma, junta-se uma multiplicidade de análises e de interpretações sobre relações complexas em que se integram, ou são protagonistas, as pequenas cidades e o ambiente.

Outra característica, já assinalada a esta primeira parte do volume, é o predomínio dos artigos sobre Idade Média, particularidade que decorre das condições de nascimento da *Rede das Pequenas Cidades no Tempo* (no seio de medievalistas), mas que paulatinamente está a ser colmatada.

Se a Idade Média é hegemônica nos estudos, a época que claramente preside à elaboração da maioria dos textos é o presente, uma vez que grande parte dos autores estabelece, de forma explícita, a ponte entre a atualidade e o passado. E a esse fluxo de temporalidades, apanágio da *marca* forte que é história ambiental, acrescenta-se o alerta sobre as condições de conservação dos vestígios patrimoniais dos quais o presente é (ainda) herdeiro. Ou seja, nestes artigos transparece, de forma inequívoca, uma postura acadêmica de intervenção societária.

Termino este curto percurso pelas “Pequenas Cidades e Ambiente” a formular a pergunta que se impõe: qual a mais-valia que a adoção da perspectiva ambiental traz ao estudo dos núcleos urbanos de pequena dimensão? Se outra vantagem não tivesse, este ângulo de abordagem permitiria sempre ver mais longe, porque novos inquéritos se dirigem aos documentos. Contudo, no estádio atual da investigação – pelo menos a traduzida no conjunto dos textos aqui publicados - ainda não é possível avaliar se os questionários aplicáveis às grandes cidades se adequam às pequenas, ou se é necessário esboçar uma grelha diferente de análise. Fiquemo-nos com a ideia de um *continuum* entre núcleos urbanos de tamanho reduzido e o ambiente, o que não implica que essa continuidade termine nas áreas circundantes, podendo chegar até muito longe a interação com outros espaços.

A IIª parte deste livro reúne alguns dos textos apresentados no 1º Encontro da *Rede das Pequenas Cidades no Tempo*, em 2017, tendo outros, expostos em 2019 e com a expressa anuência dos seus autores, transitado para este espaço.

Em 2017, o fio condutor do *Encontro* era de caráter epistemológico, âmbito largamente debatido na mesa-redonda que juntou Peter Clark e Jean-Luc Fray e da qual, infelizmente, não resultou testemunho escrito. Os demais participantes, à pergunta “Pequenas Cidades: um objeto de estudo coerente?”, responderam com estudos concretos e diferenciados. Nestas circunstâncias, a organização desta parte do volume é orientada pelo objetivo de transmitir exemplos de abordagens possíveis de centros populacionais de reduzida dimensão.

O estudo diacrónico de um centro urbano permite a sua apreensão estruturada, acompanhando as mudanças e continuidades experimentadas no tempo longo. É essa análise monográfica que M. A. Beirante desenvolve a propósito de uma pequena povoação ultrapassando os limites cronológicos tradicionais do seu campo de pesquisa, e ultrapassando, sobretudo, o preconceito normalmente demonstrado pelos historiadores profissionais face à história local.

A articulação e as relações estabelecidas entre assentamentos num dado território, em função do equilíbrio ou preponderância dos poderes atuantes é uma perspectiva que já deu muitos frutos e continuará a dar, mormente quando se enfatiza na abordagem os vínculos e os fluxos que criam redes (R. Conceição).

Apresentado aqui como paradigma da tradicional análise sobre hierarquias urbanas que incluem cidades e vilas de dimensão e capacidade de domínio territorial distintas, o texto de G. Naegle evidencia, ainda, a forte ligação que existe entre as mudanças políticas contemporâneas e a escolha das perspectivas de investigação de temas historiográficos.

A leitura de problemáticas com transcrição no espaço urbano – mormente através da análise do edificado – quando aplicada a um conjunto de cidades e vilas, potencia um conhecimento transversal que só as observações comparativas permitem (C. A. Marado).

Para além do inestimável valor intrínseco dos estudos que têm por fonte as materialidades, dado que transportam o passado até aos nossos dias, o que aqui se publica reflete sobre os efeitos benéficos para a investigação que o abandono dos centros históricos provoca (A. Rosado, M. Costa, M. Pérez Cano, J. Aladro Prieto).

A abordagem das teias da política local, feita de alianças e ruturas com as instâncias centrais do poder, de jogos políticos e interesses particulares, a par do acompanhamento dos custos da interioridade, mormente o estíolar progressivo dessas regiões, é feita por N. Pousinho.

O volume culmina com um estudo que discorre acerca da mudança de perfil de uma cidade e que, sobretudo, faz uma reflexão prospetiva que a muito núcleos urbanos interessará e exemplifica a marca de intervenção societária que a *Rede das pequenas cidades no tempo* assume como um desígnio (D. Vaz).

Esta diversidade de abordagens, bem como as inegáveis potencialidades que cada uma traz para o conhecimento dos centros urbanos de reduzida dimensão, contorna a pergunta sobre a coerência das pequenas cidades enquanto objeto de estudo. Na verdade, a sua mera formulação, abrindo a hipótese de a resposta ser negativa, aparentemente fragiliza esta área da História urbana. Mas, atribuir a característica de coerente a uma categoria implica que ela seja definível... e todos concordamos que pequena cidade, antes da Época Contemporânea, não apresenta critérios consensuais que a balizem.

Pequena cidade corresponde assim a um conceito difuso que apenas se torna operacional na sua relação com um núcleo urbano de maiores dimensões e devidamente contextualizado em termos espaciais e temporais.

Em princípio, considero que existem duas formas de dar coerência ao estudo das pequenas cidades.

A primeira é a de associar esta noção fluida a referentes mais sólidos, a variáveis mais robustas, como sejam a sua situação geográfica e/ou atividade económica, por exemplo. Assim, a qualidade de pequeno conjuga-se com modelos urbanos teorizados como centros marítimos, fluviais, de montanha, de fronteira, de peregrinação, de lazer.

Trata-se de um plano de abordagem para ser cumprido em projetos de investigação, preferencialmente conjuntos e multidisciplinares, permitindo olhar para estes núcleos de uma forma transversal e comparativa. Será deste modo possível explorar as incongruências e similitudes que existem entre os centros urbanos, para além da uniformização que a posição geográfica ou as funções predominantes - as suas características definitórias - implicam.

Outra forma de analisar este objeto de estudo, que tem sido privilegiada nos encontros da *Rede*, é manter a fluidez da categoria *pequena* e cruzá-la com perspetivas de abordagem ou grandes temas, como sejam o caso do ambiente, ou da saúde. O propósito será sempre o de encontrar traços comuns que permitam, *a posteriori*, destacar a especificidade de núcleos urbanos pelo facto de serem comparativamente pequenos. Assim, a força desta categoria talvez radique na sua inquestionável flexibilidade.

As conclusões deste livro são ténues em termos substantivos. Outra coisa não seria de esperar, dado que ele não resulta de um projeto de investigação no qual especialistas - em épocas distintas e com formações diversas - analisam o mesmo conjunto de cidades ou vilas ou mesma problemática urbana. Mas os dois eventos científicos que culminaram neste volume já tornaram possível colocar investigadores em diálogo, cruzando as suas perspetivas de análise e criando redes de trabalho. É um caminho que tem de continuar a ser percorrido, partindo de uma certeza: *simples as pequenas cidades não são*, antes aliciantes.

